REVISTA COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

#29 E # 30 ANO 2018
REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA
ISSN 2183-9239 EM LINHA **ISSN 2183-9115 DVD**
EDIÇÃO CHRYS CHRYSTELLO ©2001-2018

ÍNDICE GERAL 29º

1. 29º COLÓQUIO DA LUSOFONIA

1. ADRIANO MOREIRA
2. AFONSO TEIXEIRA FILHO
3. ALEXANDRE BANHOS
4. CHRYS CHRYSTELLO
5. FRANCISCO CATUNDA MARTINS
6. JOSÉ CARLOS GENTILI
7. JOSÉ PAZ RODRIGUES
8. LUCIANO J DOS SANTOS B PEREIRA
9. MARGARETE SILVA
10. MARIA DE LOURDES CRISPIM
11. MARIA FRANCISCA XAVIER
12. RAUL LEAL GAIÃO
13. ROLF KEMMLER
14. RONALDO PINHEIRO ROCHA
15. SUSANA TELES MARGARIDO

1. ADRIANO MOREIRA[1], PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, PROFESSOR EMÉRITO, UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

TEMA 2.1. A LUSOFONIA E O MUNDO DE RUTURAS

O historiador Roger Crowley, que escreveu um livro brilhante e sério sobre o tema – *How Portugal Seized the Indian Ocean and Forged the First Global Empire* (2015), recentemente traduzido para português, depois de uma rigorosíssima investigação sobre o processo com que inscreveram o seu lugar na história mundial, homens como o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, escreveu o seguinte: "…os portugueses iniciaram infindáveis interações mundiais, tanto benignas como malignas. Trouxeram armas de fogo para o Japão e astrolábios e feijão-verde para a China, escravos africanos para as Américas, chá para Inglaterra, pimenta para o Mundo Novo, seda chinesa e medicamentos indianos para todo o continente europeu e um elefante para o Papa. Pela primeira vez, os povos de lados opostos do planeta puderam ver-se, tornando-se alvo de descrições e espanto".

Esta referência, repetida por vários analistas, não é ao globalismo de hoje que se refere, consequência da flexibilidade da semântica. Em relação a este primeiro sentido, que o Sunday Times anunciou como sendo "o relato empolgante da ascensão de tal Portugal a Império Mundial", termina, com humor e ao mesmo tempo resignado, escrevendo: "Hoje, em Belém, perto do túmulo de Vasco da Gama, da estátua do impaciente Albuquerque e da costa da qual os portugueses zarparam, há uma pastelaria e café venerável, a antiga Confeitaria de Belém. É talvez um altar em homenagem à influência mais benigna de Portugal na aventura global. As multidões acorrem aí para provar a sua especialidade, os *pastéis de Belém*, tartes de nata cozidas até estarem douradas. Comem-se salpicadas de canela, acompanhadas de café escuro como pez. Canela, açúcar, café: os sabores do mundo que ali chegaram em veleiros". Ainda não tinham felizmente construído o novo Museu dos Coches, porque então a prosa nos traria mais profunda melancolia. Talvez o globalismo tenha tido a sua primeira grande mudança de sentido quando os historiadores autonomizaram o Período Histórico que chamam – *A Europa Dominadora*.

De facto, desde o fim do Século XIX até ao começo do século XX, o globo apareceu como o que foi chamado "universo europeu". Sendo o mais pequeno dos continentes, todavia, o poderio económico alcançado, a superioridade da ciência e da industrialização, em todos os setores, enquanto os EUA cresciam independentes, até alargarem tal superioridade ao Ocidente, conseguiam o que os franceses chamariam "la manmise sur le monde", assumindo a superioridade sobre as restantes etnias, culturas, religiões, levando um dos então principais atores políticos, que foi Lord Asquith, a afirmar, no discurso que dirigiu à primeira reunião da Conferência Imperial de Londres, de 1911, o seguinte: "No Reino Unido, e em cada uma das grandes comunidades que representais, somos cada um e queremos manter-nos todos continuar como os senhores em nossa casa. Esta vontade é aqui e em todos os domínios o fundamento da nossa política".

Pelos inícios do século vinte (1905), no seu famoso livro "*Sur la Píerre Blanche*", Anatole Francis parece o crítico desse globalismo colonial ao proclamar-se contra o que chamou "La folie colonial", depois de enumerar as perdas de vidas e cabedais franceses no Congo, na Cochinchina, na Índia, em Tonquim, na Guiana, em Madagáscar: afirma que "a ironia destes resultados é bastante cruel, e não se concebe como pode formar-se, para nosso prejuízo, este império dez ou onze vezes maior que a própria França. Será que a loucura colonial não terá fim?".

No entanto, enquanto os tempos silenciosamente faziam ruir esta espécie de globalismo, os EUA, sem usar o nome, formavam o seu Império, a nova parcela, crescente em poder, do ocidente. Os EUA primeiro limparam o território, que seria o território nacional, dos primitivos povos senhores, depois defenderam e praticaram que o seu conceito estratégico era o "interesse permanente e variável", o "destino manifesto" que os levou do Atlântico ao Pacífico, e o "Big Stick" destinado a manter uma ordem aceitável no resto do continente.

Foi este período do globalismo em que a Europa se considerou "a luz do mundo", e os EUA a "Casa no Alto da Colina", exemplo e poder ordenador da hierarquia das potências. Este período do colonialismo mundial, com domínio dos ocidentais sobre o que chamaram "terceiro mundo", tem conflitos internos que levaram a identifica-la como sendo de "Europa Sangrenta", com as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) separadas por um pequeno período que pareceu ser a "belle époque", que, sobretudo depois dos anos trinta, viu crescer o totalitarismo e o enfraquecimento das democracias, a brutalidade do nazismo e a expansão do sovietismo. A "alegria coberta de lágrimas" que foi a paz de 1945, e a espera da morte lenta do poderoso Ocidente que foi a chamada "guerra fria", para além da ONU muito penalizada pela Ordem dos Pactos Militares, com a ordem mundial perturbada pela revisão de toda a estrutura normativa deste globalismo, levou a que findasse fazendo lembrar Anatole France, ouvindo todas as áreas culturais do mundo a falarem pela primeira vez livremente na ONU, e definitivamente originando um novo globalismo de que sabemos alguns efeitos, mas pouco da sua estrutura.

Em primeiro lugar a questão de saber - quem governa o mundo? Em segundo lugar reconhecer que a escala hierárquica das potências, que tinha como critério orientador mais importante o *poder militar*, encontra-se afrontada pela capacidade de o *fraco* vencer o *forte*, com o primeiro exemplo no derrube das Torres Gémeas, e consequência, até hoje incontrolável, que é o *terrorismo*. Depois, a *tradição*, em face da ignorância da estrutura do globalismo atual, a levar a *memória* a esquecer a *legalidade* dos principais tratados e instituições destinadas a impedir confrontos europeus como na guerra de 1914-1918.

Quando foi criada a Sociedade das Nações, desapareceram os Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo, Turco, a favor do princípio Nação-Estado, e hoje a Alemanha, destacando-se na União Europeia, continua na dúvida, assente na memória, sobre se pretende uma Alemanha europeia, ou uma Europa alemã; a Rússia, com Putin, lembra-se de que na Rússia foi proclamado, pela Igreja Ortodoxa, que a Primeira Roma caiu, a segunda Roma caiu, mas a terceira Roma (ortodoxa) não cairá, e proclama e executa que a sua fronteira de interesses é superior à jurídica; a China mostra a Bandeira e pretende recuperar o Mar que deixou há

[1] ADRIANO MOREIRA FOI CONVIDADO DE HONRA DO 10º COLÓQUIO (BRAGANÇA 2008) FRUTO DO QUAL ACABARIA POR DOAR O SEU ESPÓLIO À CÂMARA LOCAL QUE CRIOU A BIBLIOTECA MUNICIPAL ADRIANO MOREIRA E FOI CONVIDADO DA CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA NO 11º COLÓQUIO EM 2009

séculos de navegar; o ilustre Fukuyama averiguou o papel das religiões no atual globalismo, a ONU chamou por cinco vezes o Bispo de Roma (Papa) para o ouvir na Assembleia Geral, onde doutrinaram Paulo VI, João Paulo II por duas vezes, o Papa Emérito, e agora o enviado de Deus que é o Papa Francisco.

Mas a hierarquia das potências, entre o Liechtenstein e os EUA, mantém o nome da soberania, mas multiplica as diferenças de conteúdos – porque para além do poder militar é necessário o poder financeiro, o poder económico, o poder científico e técnico. As uniões de Estados, para equilibrarem as diferenças, fazem variar os conceitos de fronteira sagrada, de patriotismo e nacionalismo, assim como o avanço técnico agride as intimidades das pessoas, e segredo das instituições mesmo estaduais.

Mas, sobretudo, quando se pretende saber quem governa o mundo, verificamos que o *poder real* é frequentemente oculto, não coberto pela legalidade, sendo apenas um voto a ideia de que a ONU seria presidida por dois princípios não escritos, o "mundo único", isto é, sem guerras, e a "terra casa comum dos homens", isto é, governada e não esgotada em termos de colocar em perigo a sobrevivência das espécies, incluindo a humana. Por isso a questão multissecular de decidir se a autoridade do poder deve ser retida pelos humanos que ganharam a qualidade de cidadãos (democracia), a qual parece ameaçada pelos poderes ocultos ou não legitimados. Daqui resulta, em face do turbilhão das migrações, da guerra em toda a parte, incluindo os 300 ou 400 mil crianças que combatem do Cabo ao Cairo, a questão de saber se devemos encontrar uma nova forma de governar, ou se o Estado necessita de ser reinventado.

Por enquanto evidenciaram-se as ruturas do mundo, com o antigo terceiro mundo – mundo a declarar que considera os ocidentais os maiores agressores dos tempos modernos, a segurança, a livre circulação, os deveres humanitários a colocar os ocidentais na difícil angustia em face do terrorismo, com o Médio Oriente em turbilhão, com o futuro da União Europeia na dúvida, abalada a confiança que o Abade Correia da Serra colocou no norte do continente americano quando regido pelo Manual de Jefferson, e no Sul pelo breve Reino de Portugal, Brasil e Algarves, com o "Credo do mercado" a substituir o "Credo dos valores" que sonhou com o "mundo único" e a "terra casa comum dos homens". E também a difícil relação entre a técnica e as ciências, sobretudo na área do armamento, com o seu uso.

Lembremos que a descoberta do uso da energia atómica, para fins guerreiros, levou o condutor da investigação a declarar que tal poder nunca fosse usado. Isso não impediu que Truman, talvez para evitar que Estaline avançasse sobre a Ásia em vista de ter declarado guerra ao Japão, ordenasse o lançamento da Bomba Atómica sobre Hiroxima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto de 1945, fixando em 598.000 os mortos no Japão, incluindo os bombardeamentos anteriores, Hiroxima contribuindo com 140.000 vítimas e Nagasaki com 74.000, tudo acrescentado com os 120.000 que depois morreram por causa dos efeitos.

Sabemos que o avanço da ciência não impede que os pobres morram mais cedo, que os despojados de recursos alarguem a dimensão enquanto que os mais ricos diminuem em percentagem, que já Getúlio Vargas (1947) disse que "em matéria de petróleo, tudo o que a nossa imaginação possa sugerir é pouco em face do que possa acontecer", e que o Embaixador Moniz de Aragão (1939) escreveu que "o petróleo opera prodígios, tem ditado a política internacional das grandes potências, assentou e derrubou governos, abalou uma dinastia, criou fortunas fabulosas e conta entre os seus servidores estadistas dos mais notáveis": mas nesta data e fase do globalismo do nosso tempo, é o poder atómico que requer capacidade de finalmente entender tal globalismo e impedir os usos e efeitos malignos.

Desde o fim da II Guerra Mundial, as potências procuram obstar à multiplicação da posse da Bomba, ainda mais terrível depois da Bomba de Hidrogénio. Os EUA, não apenas para assim manterem a superioridade na hierarquia militar, sabendo, por experiência, que quem tem a bomba não resiste a usá-la, procuraram tratados limitadores, e segredo do saber. Esqueceram que a ciência e o saber fazer dificilmente perdem a capacidade de se exibirem, e nesta data, para além dos conflitos militares em curso, a ameaça da Bomba é esdrúxula. O número de países que a possuem ou podem possuir é crescente, (EUA, França, Israel, Irão, África do Sul, União Indiana, China) mas destaca-se a Coreia do Norte, governada por um imprevisível, e os EUA hoje governado por um por enquanto indecifrável.

Sabemos, pela história, que os grandes conflitos começaram frequentemente por motivos fúteis, como aconteceu com a Primeira Guerra Mundial: o que tenho por evidente, neste globalismo em que vivemos, é que, pela primeira vez na história da Humanidade, o homem tem o poder de destruir a terra. Doutrinas, teorias, ideologias, códigos religiosos e morais, não detêm a loucura que eventualmente afeta os detentores do poder. Por isso, assumindo todo o pessimismo que nos possa ser atribuído, concordemos que é o mais urgente problema que temos de enfrentar.

Contrariar, pela doutrinação dos inspiradores, que "o mundo único" e a "terra casa comum dos homens" são os princípios que uma reorganização deve ter por premissas orientadoras, mas não possuímos as vozes inspiradoras que, em tantas crises do passado, conseguiram encontrar e abrir caminhos. Espero não ferir nenhuma sensibilidade se disser que, neste ano da graça de 2017, a voz que mais requer ouvido e confiança, é a de Francisco, Bispo de Roma, e por isso Papa da Igreja Católica, que a ONU quer escutar.

É em face a este mundo de ruturas que se coloca a questão da inserção dos Países Lusófonos no Mundo Pós-Ocidental. O enunciado do tema dá por concluída a decadência outonal dos ocidentais. Há fundamento para esta inquietação, e completa incapacidade de prognosticar sobre o futuro. Tentarei, no entanto, conseguir seriar alguns pontos críticos:

1) Em primeiro lugar recordar que foram os EUA que, no fim da guerra de 1914-1918, ao ser criada a Sociedade das Nações, que no estatuto desta consagram o modelo do Estado-Nação, que terminou com os Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo, Turco, embora não assinassem o Pacto e continuassem a construir o que analistas chamaram o Império Americano;

2) A guerra de 1939-1945, levou ao fim do Império Euromundista, partilhado pelas soberanias da frente europeia atlântica, isto é, Holanda, Bélgica, Reino Unido, França, Portugal;

3) A ordem da ONU foi limitada pela Ordem dos Pactos Militares – NATO e VARSÓVIA – enquanto, na ONU, pela primeira vez na história da Humanidade, todas as áreas culturais falavam em liberdade, dos seus valores e sonhos de futuro;

4) As parcelas do Império Euromundista foram eliminando os poderes coloniais de que dependiam, em todas com conflitos militares, em que se incluiu a chamada guerra colonial portuguesa. É nesta situação que temos de tentar ajudar a encontrar resposta para o tema que nos é proposto. Também enumerar algumas das circunstâncias que estão a desafiar-nos.

a) Em primeiro lugar tomar boa nota de que, entre as parcelas do Império Euromundista, a situação portuguesa tem caraterísticas específicas: falhou a Iniciativa Francesa de uma articulação Euro-africana, com uma cooperação que desapareceu sem certidão de morte; falhou o projeto da União Francesa, ambição do General De Gaulle, que se assumiu desconsiderado pelo voto negativo da Guiné; falhou o projeto inglês de manter unido o Império da Índia, que originou três países; a guerra da Argélia ainda tem sequelas visíveis. Portugal foi o único Estado que conseguiu, com o apoio decisivo do Brasil, organizar a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

b) A explicação teórica mais invocada foi o *lusotropicalismo*, devido sobretudo a *Gilberto Freyre*, com o seu Instituto do Recife. Todavia, os períodos de organização democrática da Europa Ocidental agudizam críticas baseadas em afirmado comprometimento de Gilberto com a política portuguesa do Chamado Estado Novo, que no Brasil foram acompanhados no sentido de o acusarem de amenizar, sem critério científico, o colonialismo do passado brasileiro. Todavia, o seu grande critico Fernando Cardoso, quando Presidente do Brasil, declarou o ano de 2000 como Ano Gilberto Freyre; o ilustre Darcy Ribeiro, marxista ativo e perseguido, também, portanto crítico de Gilberto, deixou escrito o seguinte: assim como a Itália seria outra sem Dante, a Espanha seria outra sem Cervantes, Portugal seria outro sem Camões, o Brasil seria outro sem Gilberto. A *maneira portuguesa de estar no mundo*, que tem de ser recebida sem benefícios de inventário, está certamente entre as causas deste resultado único no desagregar do Império Euromundista, e precisa de ser averiguado com rigor, mas sem rejeição.

c) Isso não impede que avultem neste problema os embaraços que sobretudo resultam da desordem mundial em progresso na ONU, de facto adormecida durante o meio século da Ordem dos Pactos Militares, mais dificuldades específicas dos países em que se dividiu o Terceiro Mundo libertado.

Entre tais dificuldades, aponto as seguintes:

1. Enquanto que o Ocidente, responsável pela Carta da ONU, aderiu a um conceito geral de Estados-Democráticos, a heranças de antigas colónias foi a de governo Extrativo, com fronteiras desenhadas em geral por acordo ou desacordo dos colonizadores, invocando não o valor Estado-Nação, mas sim o valor que se traduziu no grito – deixem passar o meu povo. Infelizmente o modelo Estado-Extrativo é o que mais se destaca, designadamente no turbilhão do que os especialistas chamaram – *guerra em toda a parte*.

2. O enfraquecimento da solidariedade Atlântica, com a política errática da Presidência Americana, e, no que nos respeita, a inquieta situação do Brasil, fez com que as famosas previsões do Abade Correia da Serra, ao escrever ao seu amigo Jefferson, considerando que os EUA seriam os orientadores do Norte do Continente, e o Brasil a referência do Sul, estejam em suspenso;

3. A União Europeia, sem conceito estratégico está enfraquecida pela relação enfraquecida dos eleitorados com a governança, atingida pela crise económica e financeira, de facto dividida entre uma Europa Pobre (Chipre, Grécia, Itália, Espanha, Portugal), que é praticamente o antigo Império Romano, e a Europa rica do Norte em relação a esse sul pobre; acresce o Brexit do Reino Unido e o facto de, pela primeira vez na história da Humanidade, estar nas mãos de governantes inquietantes, o poder de destruir a própria terra, bastando pensar na organização da Coreia do Norte, e na fragilização da solidariedade atlântica.

Por tudo, a questão do lusotropicalismo, é sobretudo a de aceitar que cada membro dessa União tem de responder às suas exigências específicas, mas sem perder a voz portuguesa de todos, acreditando que o *poder da voz* é capaz de vencer a *voz dos poderes*.
Repetirei: ouvindo, com a ONU atenta, a voz do Bispo de Roma, que foram buscar ao fim do mundo.

Belmonte 30/03/2018

2. AFONSO TEIXEIRA FILHO, USP, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL, AICL

TEMA 4.2. CRITÉRIOS PARA A TRADUÇÃO DO INTRADUZÍVEL

O último romance de James Joyce, *Finnegans Wake*, foi escrito em uma linguagem quase indecifrável calcada no inglês. Nele, misturam-se 63 línguas, criando termos híbridos, trocadilhos e outros jogos verbais entre línguas de subgrupos diferentes. O autor fez uso de processos naturais de formação de palavras em inglês, como a aglutinação.

A maioria das traduções para as línguas românicas buscou traduzir os termos joyceanos seguindo os mesmos processos de criação verbal utilizados pelo autor. No entanto, a aglutinação não é um processo comum às línguas românicas. E é ele que ocorre em abundância nas traduções para as línguas românicas. Joyce utilizou esse mesmo processo ao traduzir para o francês o capítulo VIII do romance. Percebeu, porém, que isso não funcionava. Posteriormente, ao traduzir a mesma passagem para o italiano, optou por uma técnica diferente, atenta aos sons do italiano e seus processos de formação de palavras. O resultado foi um texto que preservava a musicalidade do original e a fluência do italiano. Em nossa tradução do primeiro capítulo da obra, utilizamos um critério semelhante ao da tradução feita por Joyce para o italiano. Mas se tratava de um texto em português. Onde, no original, houvesse hibridismos de línguas germânicas, na tradução haveria hibridismos de línguas latinas. Para isso, valemo-nos das línguas itálicas, do catalão, do occitano, do mirandês, do romeno, de regionalismos galegos, etc. Quando utilizamos línguas de subfamílias distantes, buscamos sempre termos que tivessem certa proximidade fonética com o português.

1. A OBRA E SEU AUTOR

James Joyce (1882-1941) foi um escritor irlandês vinculado aos movimentos de vanguarda. Autor de um livro de contos, *Dubliners*, crônicas de jornal, crítica literária, alguns livros de poesia, uma peça de teatro, *Exiles*, e dois romances: *Ulysses* e *Finnegans Wake*. *Ulysses* é um romance que apresenta diversas novidades: inova na forma, na maneira de narrar, na linguagem e na forma de tratar o tempo. Demandou muito esforço do autor e tomou-lhe anos de trabalho. A obra baseia-se na *Odisseia* de Homero, mas concentra toda a ação num único dia e numa única cidade, a Dublim de 1904.

Finnegans Wake, por sua vez é uma obra ainda mais densa e penso que já não possa ser considerada um romance. A ação é também concentrada em algumas poucas horas e passa-se num único, uma taverna localizada em Chapelizod, num arrabalde de Dublim. Nessa narrativa, espaço e tempo perdem o sentido. São diversos planos narrativos, que fazem com que a ação se passe no plano da vigília, no plano do sonho e em sonhos dentro de sonhos. A obra é tão enigmática e tão difícil de acompanhar que o melhor é desligar-se da narrativa e concentrar-se nos episódios. Mas a dificuldade da obra não se resume a isso. Temos o problema da linguagem. É quase um idioleto. O inglês é apenas a língua estrutural, sobre a qual são tecidos os trocadilhos e outros jogos verbais envolvendo palavras ou pedaços de palavras de mais de 60 línguas. Basta olhar para umas poucas linhas para entendermos a complexidade linguística da obra:

> ***Sir Tristram, violer d'amores, fr'over the short sea, had passen-***
> ***core rearrived from North Armorica on this side the scraggy***
> ***isthmus of Europe Minor to wielderfight his penisolate war: nor***
> ***had topsawyer's rocks by the stream Oconee exaggerated themselse***
> ***to Laurens County's gorgios while they went doublin their mumper***
> ***all the time... (JOYCE, p. 3)***

Em vermelho, encontram-se palavras que não pertencem ao léxico inglês. “Violes d’amores”, por exemplo, não se trata apenas de um tocador de viola d’amore, mas de um violador; passencore é a deformação de uma expressão francesa, “pas encore”; “wielderfight” é um trocadilho do termo alemão “wiederfechten” (tornar a lutar) com duas formas do verbo lutar em inglês: “yield” e “fight”; “mumper”, além do sentido próprio (mendigo), é também um trocadilho com o termo “number” (número). Além disso, encontramos acidentes geográficos que não existem, como “North Armorica” e “Europe Minor”, o primeiro deles denotando o norte da França e o segundo a Irlanda.

Em suma, *Finnegans Wake* não é uma obra para ser lida, mas traduzida. Cada pedaço precisa ser decifrado, provado e interpretado. É comum que uma obra literária se baseie em outra obra literária, como é o caso de *Ulysses*. No entanto, *Finnegas Wake* baseia-se em uma obra de filosofia, *La Scienza Nuova* de Giambattista Vico, filósofo barroco italiano. Vico considerava-se o anti-Cartesio, ou seja, um adversário de Descartes. Não acreditava que a nova ciência fosse a Física e sim a História. Para ele, o homem não podia conhecer a natureza, a *physis*, por ser ela uma criação de Deus. Ao homem, só era dado conhecer o que ele próprio criava, a História.

A história humana, segundo Vico, era um ciclo contínuo de três fases e um intervalo: a era divina, a era heroica e a era humana, seguida de uma grande catástrofe que ele denominou “ricorso”, termo que pode ser traduzido por recorrência, visto que dá origem a um novo ciclo; ou por recurso, visto que o termo tem um sentido jurídico. O “ricorso” marca o fim da era humana e desaparecimento da civilização, e coloca o homem em um novo ciclo que recomeça pela era divina, terminando em uma nova era humana, seguida por outra catástrofe e, assim, seguidamente. Cada novo ciclo, no entanto, difere do anterior, assumindo, graficamente, a forma de uma espiral.

Esses ciclos sucessivos não podem terminar, pois o homem vai sempre procrastinando seu encontro com o dia do juízo, dia em que todos nós temos de responder por nossos pecados. Cada “ricorso” seria como uma apelação, um “recurso” jurídico, para o adiamento de uma sentença definitiva.

Joyce apegou-se à estrutura das eras de Vico e divide o *Finnegans Wake* em quatro partes, correspondentes aos três ciclos completos das eras da História, seguidos de um "ricorso" que tem início no último capítulo da obra e fim no primeiro capítulo dela, dando ao livro uma estrutura cíclica, fazendo com que o leitor reinicie uma leitura que nunca terá fim.

O que dissemos até agora sobre essa obra é muito pouco. Há nela diversas citações literárias e musicais. Há nela muitas obras que serviram de base para a estruturação do livro, ainda que a principal seja a *Cienza Nuova*. E há nela tantos símbolos, tantos significados ocultos, tantas alusões que não caberia aqui tratar de cada um deles. E diante de uma escritura tão complexa como essa, como se comportaria um tradutor?

2. AS TRADUÇÕES DE *FINNEGANS WAKE*

Uma obra da complexidade de *Finnegans Wake* demandaria mais tempo em traduzir do que em compor. Cada linha da obra apresenta dificuldades e muitas delas não podem ser traduzidas com precisão para algumas línguas. Nesta sequência, por exemplo – "but I parse him Persse O'Reilly" (JOYCE, p. 44) –, Joyce transforma um inseto, *Forficula auricularia* (tesourinha ou bicha-tesoura), cujo nome em francês é "perce-oreille", em um nome próprio com características irlandesas, Persse O'Reilly. Além disso, há, nesse pequeno trecho, um trocadilho entre "parse" e Persse; uma menção a dois revolucionários irlandeses que participaram do levante da Páscoa, em 1916: John O'Reilly e Patrick Pearse. Se o tradutor precisar modificar o nome dessa personagem, terá de tomar o cuidado de preservar aqui a alusão ao inseto, visto que a personagem principal do livro é um sujeito chamado Earwicker, nome próprio que lembra o termo "earwick", que é como chamam o inseto em inglês.

No entanto, antes de buscar uma solução para as metáforas e jogos de palavras e suas alusões, será preciso entender o sentido correto da passagem. E isso ninguém sabe. Há muitas interpretações. Onde alguns enxergam algo, outros nada veem, ou enxergam muito mais ou veem o que não existe. Com as palavras ocorre o mesmo.

O nome de Sir Tristram, por exemplo, pode ser interpretado de três maneiras: como Sire Amory Tristram, primeiro conde de Howth, topônimo mencionado na linha anterior; como Tristão, da lenda de *Tristão e Isolda*; e como a personagem da obra de Sterne, Tristram Shandy. No entanto, em uma carta à Harriet Weaver (15.11.1926), Joyce diz tratar-se dos dois primeiros e não menciona o terceiro. Portanto, interpretar Sir Tristram como Tristram Shandy seria enxergar além do que enxergou o autor. O problema é que é impossível saber até onde foi seu pensamento. Tudo que ele deixou explicado se refere à primeira página do livro.

O psicólogo Jacques Lacan afirmava que *Finnegans Wake* não podia ser traduzido pois era uma obra que não fazia sentido algum. Segundo ele, *Finnegans Wake* era obra de um esquizofrênico e, aquilo que um esquizofrênico diz não produz sentido.

Seja como for, *Finnegans Wake*, fizesse sentido ou não, foi traduzido, e as traduções procuraram dar sentido à obra. A única delas a concordar com Lacan, a tradução polonesa, procurou fazer uma tradução sem se ocupar muito com o sentido.[2]

A primeira tradução completa da obra foi feita para o francês por Philipe Lavergne, em 1982. Em 1993, foram publicadas as traduções completas para o alemão (Dieter Stündel) e para o japonês (Naoki Yanase). Em 2002, Bindervoet e Henkes traduziram a obra para o neerlandês e Kim, para o coreano; no ano seguinte, Donaldo Schüler completou a tradução do livro.

Mais recentemente, surgiram duas traduções: uma para o chinês e outra para o polonês. Luigi Schenoni está terminando sua tradução para o italiano e um grupo de tradutores brasileiros está preparando mais uma tradução para o português. Além dessas, há uma tradução completa para francês feita por Halphé Michel, talvez a melhor tradução da obra feita até hoje, mas que não se publicou em livro. Existe apenas na internet.

Fragmentos da obra existem em diversos tamanhos e em diversas línguas. Neste ensaio, trataremos de alguns fragmentos publicados no Brasil na década de 1960 por Augusto e Haroldo de Campos, da tradução francesa de Philipe Lavergne e da tradução brasileira de Donaldo Schüler. trataremos, também, de nossa própria tradução, apresentada em nossa tese de Doutoramento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Nela, dissemos:

> ***O filósofo Giambattista Vico, explica a evolução da linguagem humana de maneira filogenética, ou evolutiva, e ontogênese produto da história individual. Na primeira idade do mundo, Divina, predominava a linguagem mimética, gestual, própria também da criança; na segunda, Heróica, a linguagem analógica, expressa por meio da poesia, própria do jovem. A última, Humana, é a idade da expressão racional, representada pela prosa e estrita ao indivíduo maduro. A linguagem prosaica, por ser racional, é a mais fácil de ser traduzida; a linguagem poética é a mais difícil, porque não se detém no âmbito da razão; e a linguagem mimética não precisa ser traduzida: é a primeira expressão do homem, do que viveu antes da torre de Babel, do homem da língua pura de Benjamin, a*** **Ursprache.** ***(TEIXEIRA FILHO, 2008, p. 83)***

[2] *Finneganów Tren* (2012). Tradução polonesa de Krzysztof Bartnicki.

Seguindo essa orientação, elaboramos uma tradução poética, aplicando ao texto um português arcaico, permeado por palavras estrangeiras cuja sonoridade não destoasse da sonoridade própria do português e da poesia do texto.

O que faltou à tradução brasileira de Donaldo Schüler foi justamente a musicalidade e a sonoridade. Preocupou-se o tradutor, acima de tudo, com a semântica, recorrendo aos glossários exegéticos elaborados pelos comentadores da obra. Contudo, ao interpretar a obra, fê-lo de maneira pessoal, substituindo, por vezes, as referências que o autor fazia a determinadas obras literárias por preferências do próprio tradutor.

Quando Joyce escreve, no início do livro, "past Eve and Adam's", referindo-se à capela de Adão e Eva, localizada na ribeira do rio Liffey, o tradutor francês, Philippe Lavergne, lançará mão de uma paráfrase: "pass'Evant notre Adame". Ocorre, ali, uma transposição do rio Liffey para o rio Senna e da capela de Adão e Eva para a catedral de Nossa Senhora de Paris. Schüler, nessa passagem, não traduziu Joyce, traduziu Lavergne: "Nossenhora d'Ohmem's". Dessa forma, referindo-se à igreja de Nossa Senhora do Ó, próxima ao rio Tietê, em São Paulo. O trabalho de tradução mais comentado e elogiado no Brasil foi um livro intitulado *Panaroma do Finnegans Wake*, no qual os fundadores da escola poética do Concretismo Brasileiro, os irmãos Augusto e Haroldo de Campos, traduzem alguns fragmentos do livro de James Joyce.

O início do texto

riverrun, past Eve and Adam's, from swerve of shore to bend of bay, brings us by a commodious vicus of recirculation back to Howth Castle and Environs. Sir Tristram, violer d'amores, fr'over the short sea, had passen- core rearrived from North Armorica on this side the scraggy isthmus of Europe Minor to wielderfight his penisolate war: nor had topsawyer's rocks by the stream Oconee exaggerated themselse to Laurens County's gorgios while they went doublin their mumper all the time: nor avoice from afire bellowsed mishe mishe to tauftauf thuartpeatrick: not yet, though venissoon after, had a kidscad buttended a bland old isaac: not yet, though all's fair in vanessy, were sosie sesthers wroth with twone nathandjoe. Rot a peck of pa's malt had Jhem or Shen brewed by arclight and rory end to the regginbrow was to be seen ringsome on the aqua face. (JOYCE, p. 3)

foi traduzido desta forma:

riocorrente, depois de Eva e Adão, do desvio da praia à dobra da baía, devolve-nos por um commodius vicus de recirculação devolta a Howth Castle Ecercanias.

Sir Tristão, violista d'amores, através o mar breve, não tinha ainda revoltado de Norte Armórica a este lado do áspero istmo da Europa Menor para loucomover sua guerra penisolada: nem tinham os calhões do altom sawyerrador pelo rio Oconee sexagerado aos gorgetos de Laurens County enquanto eles iam dublando os bebêbados todo o tempo: nem avoz de umachama bramurgira mishe mishe a um tautauf tuèspatruístico: nem ainda, embora logo mais veniesse, tinha um novelho esaùrido um velho e alquebrando isaac: nem ainda, embora com o uníduo nathanjoe. Nem um galão de papamalte haviam Jhem ou Shen recevado à arcaluz e auroras antes o barcoíris fôra visto circularco sobre a aquaface. (CAMPOS, 1971, p. 35)

O grande mérito dessa tradução foi despertar o interesse do leitor brasileiro pela obra de James Joyce. Foi uma das traduções pioneiras no mundo[3] e, juntamente com a tradução de *Ulysses*, por Antonio Houaiss, dá início a um período em que a tradução se firma como obra de autoria no Brasil. O termo que abre o fragmento é "riocorrente", quase um decalque de *riverrun*. Mas vai além disso: "riocorrente" contém o termo da filosofia de Vico *ricorso*, quase sempre traduzido como "recorrência". Não entendemos, porém, o sentido de se juntar palavras para formar "devolta", "avoz" e "umachama", visto que não faria diferença alguma se essas palavras estivessem separadas. Por outro lado, a exegese do texto baseou-se no trabalho pioneiro de Campbell e Robinson, *A Skeleton Key to Finnegans Wake*,[4] mas inúmeros outros trabalhos de análise, interpretação e elucidação da obra de Joyce vieram à luz posteriormente, revelando outros sentidos que aqueles pioneiros não viram nem tinham como ver.

Embora Joyce, a pedido de Harriet Weaver, tenha explicado algumas palavras do texto, o trabalho dos exegetas procurou elucidar palavra por palavra do texto, dando a elas sentidos que muitas vezes não tinham. Por exemplo, a própria palavra que abre o texto, *riverrun*, poderia ter diversos sentidos:

Erinnerung: *(alemão) lembrança;* ***river Rhone****;* ***river Rhine****;* ***riverain****;* ***reverie****;* ***reverend****;* ***riverranno*** *ou* ***riveran:*** *(italiano) tornar a vir;* ***riverain:*** *(francês) habitante;* ***reverons:*** *(francês) sonhemos;* ***rief heran:*** *(alemão) chamou alguém;* ***Ragnarok:*** *(norueguês antigo) crepúsculo dos deuses;* ***liv amhran:*** *(irlandês) rio Liffey + "cantar";* ***Rivalin****: pai de Tristão;* ***ribhéar a rúin****: (irlandês), "meu querido rio".*

No entanto, não se pode admitir todos esses sentidos de uma só vez. O que sabemos é que o *riverrun* é o rio Liffey, representando, nesse trecho do livro, o ciclo da vida, a sucessão das eras. Mas, afinal, de que trata esse texto misterioso?

3. O SENTIDO DAS PRIMEIRAS LINHAS DE *FINNEGANS WAKE*

O texto apresentado acima, extraído da p. 3 de *Finnegans Wake*, começa com letra minúscula. Ele está ligado à última sentença do livro, a qual termina sem um ponto final. É preciso ler o começo do livro como uma continuação do final.

The keys to. Given! A way a lone a last a loved a long the riverrun, past Eve and Adam's, from swerve of shore to bend of bay, brings us by a commodius vicus of recirculation back to Howth Castle and Environs. (Joyce, pp. 628, 3)

[3] Publicada pela primeira vez em 1962.
[4] Publicada pela primeira vez em 1944.

Essa ligação, que torna a obra circular, representando os ciclos das eras, representa a transformação da chuva em um caudal que forma o rio que entra na cidade de Dublim. Ao entrar, o rio passa perto da capela franciscana de Adão e Eva (cuja inversão, *Eve and Adam's* representa o início da vida, proporcionado pelo parto) e vai desaguar na baía de Dublim, dando forma a ela ao fazer um movimento circular. Bordeia a baía um promontório, em cujo alto localiza-se a fortaleza de Howth. Depois, a água do rio, misturada ao mar, se transformará novamente em chuva, para cair na cabeceira do rio.

O trecho seguinte,

> ***Sir Tristram, violer d'amores, fr'over the short sea, had passencore rearrived from North Armorica on this side the scraggy isthmus of Europe Minor to wielderfight his penisolate war: nor had topsawyer's rocks by the stream Oconee exaggerated themselse to Laurens County's gorgios while they went doublin their mumper all the time: nor avoice from afire bellowsed mishe mishe to tauftauf thuartpeatrick: not yet, though venissoon after, had a kidscad buttended a bland old isaac: not yet, though all's fair in vanessy, were sosie sesthers wroth with twone nathandjoe. Rot a peck of pa's malt had Jhem or Shen brewed by arclight and rory end to the regginbrow was to be seen ringsome on the aqua face, (JOYCE, p. 3)***

se refere a Sir Amory Tristram, primeiro conde de Howth, que, mais tarde, mudou-se para a Bretanha (North Armorica) e passou a ser conhecido como São Lourenço (Laurens County).

Há, aqui, também, uma referência à lenda de Tristão e Isolda. Tristão tocava a viola damore, e violou o leito do tio, ao deitar-se com a esposa dele, Isolda. Mas é Sir Amory Tristram quem atravessa o pequeno istmo da Irlanda (Europe Minor) para travar uma guerra na península (por Isolda = penisolate; só por amor + *penis isolated*). O que se lê, na sequência é a emigração dos irlandeses para a América do Norte (North Armorica), terra de Tom Sawyer e dos lenhadores, estabelecendo-se no condado de Laurens, atravessado pelo rio Oconee. Ali, eles se revelam pelo sotaque característico que têm (doublin; referência também a Dublim), lembrando da conversão de Santa Brígida, uma mulher pagã, que, ao ser convertida ao cristianismo por São Patrício (como São Pedro: thuartpeatrick, "tu és Pedro") teria dito, ao ver a verdadeira luz da religião católica: "eu sou, eu sou" (em irlandês, *mishe, mishe*).

Mas os irlandeses são, também, conhecidos pelas suas bebedeiras, pelo amor à cerveja e ao uísque, palavra que, em gaélico, significa, simplesmente, água. É a água da vida, que dá origem ao mundo. Por isso, encontramos nessa passagem, várias menções a bebida: old isaac (Old Parr), bland (blend), brewed (fermentação da cerveja). Há, também, algumas menções à Bíblia: isaac, venisson (a caça que Esaú trazia para o pei, Isaque), sosie sesthers (Susana, Ester), roth (Rute), etc. E, por fim, o "ringsome on the squaface", uma alusão ao rio Reno, da ópera de Wagner, *O anel do Nibelungo*. O ópera de Wagner serviu para estruturar o romance, pois também é uma obra dividida em quatro partes e que trata do ciclo da vida.

Wagner utiliza, em suas óperas, a partir de *Tristão e Isolda*, de uma técnica que ficou conhecida como *leitmotif*, motivo recorrente (*ricorso*). Em *Finnegans Wake*, o principal *leitmotiv* é a personagem Humphrey Chimpden Earwick, cujas iniciais, H.C.E., aparecem ao longo de todo o livro, em diversas formas, como, por exemplo, em Howth Castle and Environs (p. 3, linha 3). Para traduzir a obra, o tradutor não pode negligenciar esses acrônimos, pois seria deixar de lado um símbolo que serve, também, de marcas de passagem na obra.

4. CRITÉRIOS DE TRADUÇÃO

James Joyce, juntamente com outros escritores, propôs-se a traduzir uma passagem do *Finnegans Wake* (até então sem título, conhecido apenas como *Work in Progress*). Várias mãos trabalharam na tradução: Samuel Becket, Eugène Jolas, Paul Léon, Alfred Perron, Ivan Goll, Adrienne Mournier e Philippe Soupault. O resultado não entusiasmou muito Joyce, pois as palavras estrangeiras presentes no original e que, portanto, não precisavam ser traduzidas (quando muito, pouco modificadas), deixavam o texto um pouco duro, sem a fluência do original.

Posteriormente, numa tentativa de traduzir a mesma passagem para o italiano, com a colaboração de Ettore Settani e Nino Franck, o resultado foi diferente. Reproduzimos, a seguir, para ilustrar o método de Joyce, parte de um estudo que desenvolvemos algures.[5]

> ***Ask Lictor Hackett or Lector Reade of Garda Growley or the Boy with the Billyclub. How elster is he a called at all? Qu'appelle? Huges Caput Earlyfouler.***
> ***Chiedi a Manganelli, o al Randelloni, o al Mazzaferrata, o al Fracco la Frombola. Che saarebbe il suo superanome? Hugo Capeto l'Eccellatore.***
> ***Demande à Lictor Huckett ou à Lector Noiret ou à Gardar de Norval ou au Boy dit Browning. Comment le préenomme-t-on encore? Hughes Caput Earlyfowler.***

Percebemos nessa passagem que a tradução francesa se mantém mais atrelada ao sistema do original, diferentemente da italiana que procura até mesmo modificar os nomes próprios para que tenham sonoridade italiana. Alguns topônimos são eliminados dos trocadilhos: *"elster"* que faz trocadilho com Ulster (a região nordeste da ilha); e outros acrescentados: como Saara em *saarebbe*. As palavras que, no original, estavam

[5] TEIXEIRA FILHO, 2008, pp. 100-102.

em francês (*qu' appelle*)[6] viraram trocadilho em italiano (*superanome*), mostrando que um recurso criativo (a utilização de termos e expressões estrangeiros) podia ser substituído por outro (trocadilho). Há também uma série de alusões sexuais deformadas em nomes de personagens de comédia popular.

-

And letting on hoon var daft about the warbly sangs from over holmen: High hellskirt saw ladies hensmoker lilyhung pigger: and soay and soan and so firth and so forth in a tone sonora and Oom Bothar below like Bheri-Bheri in his sandy cloak, so umvolosy, as deaf as a yawn, the stult!

—Et de faire comme si Hon adourait follement les chansons gozillantes d'au delà de l'armor: —Ya elle square sot ladys insmoking lill et un piqué" et soaytera et soantera et Yangtsé de sweet, dans un —tone sonora‖, pendant que Oom Bothar reste en bas dans son manteau de sable tout embirassé et sourd comme un pô, le stupe!

—Facendo finta di sposimare pei cantilanti d'oltramore: Io l'Oscar solletico, smoccogli lì un picchetto; e così e colà più ne hai più ne metti con toce sonora, e zio Zibeppe in cappa di sabbia, sì umvoloso e sodomurto, el belb'!

Nesse caso, a tradução francesa faz uso, como acontece com o original, de expressões e palavras estrangeiras (no exemplo, inglesas). Na tradução italiana, o rio Iang-Tsé vira *"zio Zibeppe"*, comprovando que o autor dava maior atenção ao aspecto fônico no caso dessa tradução.

Os pormenores da tradução de —Anna Livia Plurabelle‖ para o italiano aparecem no ensaio de Jacqueline Risset, —Joyce pour Joyce‖, publicado na revista *Tel Quel* v. 55 (1973). É ela quem demonstra os recursos utilizados nessa tradução. Na conclusão de seu estudo, ela explica de onde Joyce tirou essas idéias: Ao tratar a língua como um grande dialeto, ele não distinguia mais uma da outra. Foi o mesmo processo empregado por Dante na *Commedia.* O próprio Joyce o disse:

Que pai Dante me perdoe, mas eu parti desta técnica de deformação para atingir uma harmonia que vence nossa inteligência, como a música. Você já parou junto a um rio que corre? Seria capaz de dar valores musicais e notas exatas a esse fluxo que lhe enche os ouvidos e o adormece de felicidade? (NESTROVSKI (Org.), 1992, p. 420)[7]

Da mesma forma que Dante usou os dialetos para criar uma língua maior, Joyce usou as línguas para criar uma linguagem maior, ou, uma língua verdadeira, como disse Walter Benjamin: —o que dá conteúdo a seu trabalho [do tradutor] é o grande motivo da integração de várias línguas para formar uma língua verdadeira‖ (NESTROVSKI (Org.), 1992, p. 420). A língua verdadeira é aquela que se situa entre a da obra e a do tradutor.

É a língua de um autor intermediário, o qual, no caso de Joyce, era Dante. A tradução italiana de que Joyce participou é a única que conhecemos que se preocupa com a invenção de uma linguagem própria, e acabou sendo o método escolhido por nós para a tradução do primeiro capítulo do livro, como se verá.[8] Não será possível seguir à risca o método empregado por Joyce na versão italiana, pois o critério adotado para se traduzir um fragmento pode não ser suficiente para se traduzir a obra por inteiro.

Para manter as modificações feitas ao texto pela tradução italiana seria preciso reformular o livro todo: renomear as personagens, modificar cenários, situações, enfim reestruturar toda a obra, deslocando a ação de Dublim para algum lugar na Itália.[9] O método de Joyce foi o que utilizamos para elaborar a nossa tradução, como já dissemos. Em seguida, reproduzimos um trecho da primeira página do livro, já mostrado anteriormente, e como o traduzimos.[10]

riverrun, past Eve and Adam's, from swerve of shore to bend
of bay, brings us by a commodius vicus of recirculation back to
Howth Castle and Environs.
Sir Tristram, violer d'amores, fr'over the short sea, had passen-
core rearrived from North Armorica on this side the scraggy
isthmus of Europe Minor to wielderfight his penisolate war: nor
had topsawyer's rocks by the stream Oconee exaggerated themselves
to Laurens County's gorgios while they went doublin their mumper
all the time: nor avoice from afire bellowsed mishe mishe to
tauftauf thuartpeatrick: not yet, though venissoon after, had a
kidscad buttended a bland old isaac: not yet, though all's fair in

[6] Pode ser também o plural italiano de capela: *cappelle*; e um nome de rio —Qu'Appelle‖ (Saskatchewan, Canadá).

[7] A citação é de uma conversa de Joyce com Ettore Settani publicada num opúsculo dele chamado *James Joyce* (Veneza, 1955).

[8] Há uma tradução inédita (*intraduction*) para o francês, por Halphé Michel, que se utiliza de uma linguagem própria, inventada para ela (linguagem —qu' ouac‖). Ver http://arvemchelp.ifrance.com/.

[9] Foi o que fez Donaldo Schüler ao deslocar muitos topônimos e referenciais para o Brasil. Por exemplo, ao fazer com que o rio Liffey atravessasse a Freguesia do Ó e passasse pela Bahia antes de suas águas atingirem o promontório de Howth em Dublim; ou substituindo, por exemplo, Sterne e Swift por Machado de Assis e Eça de Queirós, respectivamente (ver JOYCE, 2004, p. 92). Joyce, por sua vez, dizia que o rio Liffey desaguava no Grande Canale de Trieste.

[10] No Apêndice, encontra-se um glossário das palavras utilizadas por Joyce no original, e por nós em nossa tradução.

vanessy, were sosie sesthers wroth with twone nathandjoe. Rot a
peck of pa's malt had Jhem or Shen brewed by arclight and rory
end to the regginbrow was to be seen ringsome on the aquaface, (JOYCE, p. 3)[11]

fluminente, eventando o riocurso adante, do desrumo da fraga
até à orla da angra, reavida por um vicomodado recirculoso, devoluta
se para a colina de Howth, o Castelo e o Entorno.
Seo Tristão, violamor, de marilanda alenavara, inda se não
havia arrevultado a passo ancora da Armórica do Norte, no magristmo
da Eiropa Menor, aonde isolou-se forâneo ao quersoneso afuleimar-se
em penoso prélio: nem tão sóia as fragas d'alta serra despenhar pelo regato Oconina
amealhando-se ao gargalho do concelho laurenciano ao passo que dublicavam a
gorjeta abeternamente: nem a chamejada voz a taufolegar mexe mexe a
crendospadre espetrufara inda não, embora evanesceu assim que o embuste não
baldou discordeirar um velho isaque, suave cego: inda não, embora esteleja sinfeira
a vanidade, as rútilas sestrelas lirigavam com o janota doizum. Depois de levedar
um barril do velho malte do pai, Joanim ou Jocem fermentaram-no no arquilume e
no cabo rórido para que o regialto aparecesse anelhures no renho d'áqua.

Procuramos seguir a ideia de Vico, dando às passagens que indicavam a primeira das eras, a Era Divina, um caráter poético e primitivo. Para isso, usamos um português arcaizante e demos ao texto uma certa melodia com o uso de assonâncias, aliterações e ritmo. E o ritmo é o próprio ritmo da língua portuguesa.

Substituímos as palavras híbridas de Joyce que foram cunhadas em línguas germânicas, por palavras forjadas em línguas latinas. Enfim, seguimos um critério bastante semelhante, como já dissemos, ao da tradução feita por Joyce para o italiano, mostrada acima.

Mas o uso de termos antigos e a ideia de dar ao texto um aspecto arcaizante teve também relação com a babelização do discurso. A linguagem de *Finnegans Wake* procura remontar à Babel da queda, época em que as línguas começaram a separar-se, mas ainda tinham laços de união. É o início da separação das línguas. É como se Joyce as procurasse juntar de novo.

O estudo filogenético das línguas revela que quanto mais recuamos ao passado das línguas mais as encontramos parecidas. Nesse sentido, Vico tinha razão. E, parece, que foi correta nossa decisão de escrever em um português um tanto antiquado.

5. GLOSSÁRIO

riverrun: irl. *amhran* [pron. /avran/], canto [subst.]: palavra que aparece na introdução às epopéias; fluminente: quatro elementos (lat. *flumen*, rio [água]; al. *luft*, ar; -ente, terminação de continente [terra]; lume, [fogo]), com função subst., particípio presente; rio Liffey, Dublim; corredeira; *river*: rivus, rius, rhéo, *rei (lat., lat. vlg., gr., indo-eur.); ing., do lat. vlg. *riparia*, *ripa*, margem; *overrun*, transbordar; alemão *Erinnerung*, lembrança; *LM* Carta: a palavra *Reverend* inicia algumas cartas; em 628.15-16, há o termo **thousendsthee**, interpretado como *"thou sendest thee"*, representando o fim de uma carta;

Eve and Adam's (*Gênesis*, gênese humana com a mulher precedendo o homem): igreja franciscana localizada à margem do rio Liffey; eventando-se: Eva + passando; Eva: do heb. vida (*hava*), véspera; Adão (poeticamente transformado em nome próprio pela tradição): do heb. homem; *adamah*, terra; *man* – do gótico, *mannan*, corresp. sânscrito *manu*; riocurso: it. *ricorso*, recurso, curso do rio; adante: adiante + Adão; desrumo: alusão à sinuosidade do rio e ao efeito da bebida forte;

Dante; *bay*: do lat. tardio, *baía* (também significa louro); do vb. *badare*, estar atento;

Reavida: heb. *hava*, vida, reaver, vida (eco do termo em duas línguas); Commodus: Imperador romano; *commode*, urinol (sin. *jordan*, ref. a Giordano [Bruno]); círculo vicioso, [Giambattista] Vico (circularidade da História); Vico Road, via que sai de Howth para o centro de Dublim; devoluta-se: voluta, ornamento em formato espiral; devolve; vb. luta; HCE (iniciais do nome de Humphrey Chimpden Earwicker, um dos protagonistas do livro): **Howth Castle and Environs**; Howth (pron. /hoit/), din. *hoved*, cabeça: promontório situado na entrada da baía de Dublim, ao norte; entorno: entornar, esvaziar o copo;

Castelo: do latim *castelum*, dim. de *castrum*; há também o subst. castro (castelo);

[11] Todas as edições do *Finnegans Wake* têm a mesma quebra de linha.

Sir Amory Tristram, Primeiro Duque de Howth, nascido na Armórica: São Lourenço; Tristão da lenda medieval do ciclo arturiano: foi à Irlanda, a pedido de seu tio, o Rei Marcos da Cornualha, para buscar Isolda, princesa da Irlanda, com quem o rei iria se casar;

fr. *violer*, estuprar; viola d'amore: port. d'amores;

short Sea: mar da Irlanda, mar encapelado; *short C* (mús. dó diminuto); aonde fora: forâneo, estrangeiro; fr. *pas encore*, ainda não; ancorou; arrevultara: réu + volta + revolta + vulto; it. *ricorso* (ref. à *Scienza nuova* de Vico);

América (Armórica) do Norte; gír. *scrag*, enforcar-se (ficar sem dinheiro): gr. *isthmos*, pescoço; istmo de Sutton (que liga Howth ao continente); Ásia Menor; neer. *wiel*, roda; al. *wiederfechten*, tornar a lutar; *pen* + *penis*; *Peninsular War* (primeiro recontro entre Napoleão e Wellington); *isolate* + Isolda; magristmo: magro + istmo;

Top sawyer: serrador (de topo de árvore), Tom Sawyer; Topsawyer's Rock: rochedo situado às margens do rio Oconee, na Georgia (EUA); tão sóia (Tom Sawyer): soía (vb. soer, repetir); oconina: substância encontrada na cicuta, Oconee; gír. *rocks*, dinheiro; lat. *exaggerare*, empilhar; *themselves*;

Dublin, Laurens County, Georgia, Estados Unidos (concelho fundado no séc. XIX por Jonathan Sawyer, o qual Joyce pensava chamar-se Peter; a localidade teve início no local em que a esposa de Sawyer dera à luz; *"Doubling all the time"* pode ser uma ref. ao fato de que a população da cidade dobrava constantemente); Lawrence O'Toole: Bispo de Dublim na época da conquista anglo-normanda;

Gorgios: gentios, aqueles que não são ciganos; desfiladeiro, garganta: ref. na trad. por passo e gorjeta (gratificação para que alguém compre uma bebida, ou molhe a garganta); fr. *gorge*, garganta;

mumper: *number*, gír. mendigo; *mom* (mamãe) + fr. *père*; abeternamente: heb. *ab*, pai + *em'* mãe;

Chamejada: chama (subst. + vb.), chama do cristianismo, acesa por São Patrício desafiando as ordens reais [elemento: FOGO]; *bellow*, subst. fole [AR], vb. falar alto; folegar: fôlego (afogar, batizar: gr. *baptimós*, imersão [ÁGUA]) + chamar; **mishe mishe**: irl. —eu sou, eu sou (Santa Brígida teria dito isso quando foi convertida do paganismo para o cristianismo); Êxodo III, 4: —Mas o Senhor vendo-o vir a examinar o que via, chamou-o do meio da sarça [FOGO], e lhe disse: Moisés, Moisés. Ele lhe respondeu: Aqui estou.

Al. *taufen*, imergir [ÁGUA], batizar; **thuartpeatrick**: Mateus XVI, 18: thou art Peter... (tu és Pedro, e sobre esta pedra [TERRA] edificarei a minha igreja): o trocadilho existe no texto remanescente em grego; Joyce usava essa passagem bíblica como justificativa para o excesso de trocadilhos de FW; *peat rick*, pilha de turfa (Irlanda) [TERRA]; *prick*, pênis; São Patrício; venissoon: *venison*, subst. caça (ref. ao estratagema de Jacó para receber a bênção do pai cego, Isaque); *very soon*; Vanessa (Jonathan Swift: Cadenus and Vanessa; Vanessa e Stella eram as jovens amantes de Swift; Swift foi reitor da catedral de São Patrício.); evanesceu: evanescer + Eva + Vanessa;

Kid, cabrito (ref. cordeiro); *kidskin* (ref. Jacó); *scad*, estratagema; **buttended... isaac**: Isaac Butt (fundador da Home Rule Association; Parnell se juntará a ela e futuramente tomará o lugar de Butt); *cadet*, primogênito (ref. Isaac Butt); **bland** (ref. bebida): *blind* (ref. Isaac Butt e Isaque); Shakespeare, *Macbeth* I.1.11: Fair is foul, and foul is fair; Thackery, *Vanity Fair* (referida no livro de John Bunyan, *Pilgrim Progress*);

Vanessy e **sosie sesthers**: Swift: Stella e Vanessa: ambas se chamavam Esther (Johnson e Vanhomrigh, respectivamente); fr. *sosie*, sósia (ref. *Amphitryon* de Molière; Plauto);

sosie sesthers: Susan, Ester e Rute (mulheres bíblicas que se envolveram com homens mais velhos, como Stella e Vanessa); *two-in-one*; **nathandjoe**: Jonathan invertido: Vanessa fazia um jogo de palavras, no qual fazia o nome de Jonathan Swift derivar de Joseph (José: Gênesis) e Nathan (Natã: 2 Samuel); lirigavam: litigavam (Susana significa, etimologicamente, lírio);

Canção "O, Willie brew'd a peck o' malt‖; Jameson whiskey"; Jafé, Sem e Cam: Shem e Shaun (filhos de HCE, personagem central de FW); cervejaria Guinness; fr. *arc-enciel*; arca de Noé; lat. *roridus*, orvalhado; anglo-irl. bloody end to the lie: sem mentiras; Rory O'Connor: último rei da Irlanda na época da conquista de Henrique II;

Al. *Regenbogen*, arco-íris (ref. Noé: a primeira aliança de Deus com seu povo é simbolizada pelo arco-íris, significando o fim do dilúvio; ponte do Valala da mitol. nórdica); **regginbrow**: *brew*. fermentar; **seen**: *seven* (sete cores do arco-íris); anelhures: anel + alhures; ringsome: ref. *Der Ring des Nibelungen* (tetralogia de Wagner); acróstico: ROTA (lat. roda; formado pela primeira letra das quatro últimas palavras); RODA (acróstico formado pela primeira e última letra das duas últimas palavras); Gênesis I, 2: And the Spirit of God moved upon the face of the waters [E o Espírito de Deus era elevado por cima das águas‖]; **ringsome**: *Das Rheingold*: lat. *aqua*;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPBELL, J.; ROBINSON, H. N. *A Skeleton Key to Finnegans Wake*. Unlocking James Joyce's Masterwork. Novato: New World Library, 2005.

CAMPOS, A.; CAMPOS, H. *Panaroma do Finnegans Wake*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

JOYCE, J. *Finnegans Wake*. New York: Viking Penguin, 1976.

_____. *Finnegans Wake*. Traduit de l'anglais, présenté et adapté par Philippe Lavergne. Paris: Gallimard, 1982.

_____. *Finnegans Wake / Finnicius Revém*. Livro I, Capítulo I. Introdução, versão, notas: Donaldo Schüler. 2ª edição. Cotia: Ateliê, 2004.

_____. *Finneganów tren*. Przekład Krzysztof Bartnicki. Kraków: Korporacja Halard, 2012.

O'NEILL, P. *Impossible Joyce*. Finnegans Wake. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

RISSET, J. Joyce por Joyce. In NESTROVSKI, A. (Org.) *riverrun – Ensaios sobre James Joyce*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TEIXEIRA FILHO, A. *A noite e as vidas de Renatos Avelar*. Considerações sobre a tradução do primeiro capítulo de *Finnegans* Wake de James Joyce. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

3. ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO E AICL

TEMA 2.9. AFONSO HENRIQUES, DE JOSÉ MATOSO[12]. UM ESPELHO DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA MEDIEVAL E UMA AMOSTRA DO ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO HISTORIOGRÁFICO DO AUTOR.

José Mattoso está conceituado como um dos mais grandes historiadores medievalistas portugueses; os seus trabalhos, sobre todo aqueles que se centram em pesquisa muito determinada e bem estabelecida no espaço e no tempo, som de incomparável qualidade, porém quando os seus trabalhos são gerados no quadro do historicismo, no sentido que lhe atribui Raymon Aron a esse conceito, a história, a construção historiográfica de José Matosso, é dependente do modelo historiográfico castelhano, e mais que achegar dados, insere os dados no seu construto ideológico de Portugal. A sua obra Afonso Henriques é a última da sua produção e viu a luz no quadro dos 900 anos do primeiro rei do reino, não sendo a única sobre a matéria, o que nos permite fazer algumas comparanças.

- *Afonso Henriques como motor gerador da nacionalidade portuguesa. Quais os alicerces da nacionalidade na obra.*
- *Esses alicerces a luz de outros textos de José Mattoso, ou desvendando a construção ideológica que se faz.*
- *O seu Afonso Henriques e alguns outros Afonsos Henriques*

José Mattoso é historiador de grande rigor científico, no manuseamento dos dados, e no jeito de levá-los à tona. É provavelmente o mais competente e rigoroso dos historiadores medievalistas portugueses, e os seus trabalhos e analises quando entram no pormenor dos feitos, são de qualidade mais que sobranceira, uma referência. Portugal é um estado, um povo, pode-se dizer inexistente antes que cingira sua coroa D. Afonso Henriques, o beato Afonso Henriques, já que como tal foi proclamado pela Igreja de Roma, dir-se-á ainda mais, Portugal para não poucos dos seus historiadores nasce na pequena batalha de São Mamede de 24 de julho de 1128, numa espécie de facto milagroso, que "*libertou o país".* -José Mattoso disse; todavia logo apresenta o nascimento do reino como um processo acumulativo de factos e acasos, mas não é imune ao fascínio de São Mamede.

-UM PROBLEMA QUE TEM A HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA?

Tem, há um problema muito particular. Pode-se dizer que até o nascimento *milagroso* de Portugal **reino**, a partir do ato seminal gerador da batalha de São Mamede, até daquela eram os seus habitantes galegos, só galegos, a definição de português não era incompatível com a pertença geral a condição de galegos, como galegos conquistam Lisboa – Como exprime Saramago no seu romance *O Cerco de Lisboa*, como se exprime em muita documentação antiga do reino de Portugal até à entrada do século XV. E que era a nossa língua, pois o galego. E que gerou o nascimento o ato seminal do reino de Portugal? Um conflito entre galegos, um conflito por quem era a cabeça da Galiza, quem o fora sempre, Braga[13], ou a recém-chegada Compostela e a sua praga do Compostelanismo[14] e as suas conceções.

Mas os galegos da Galiza (sob Castela/espanha), os que continuaram a usufruírem o nome, não são Portugal[15], nem nunca o foram, salvo a sua faixa mais inferior, que sim formou parte do Condado Portucalense durante toda a sua existência[16], e isso sim que é um problema para a historiografia portuguesa...a que se tenta responder com um construto ideológico, e esse construto rebota contra os dados e resulta um verdadeiro espanto, quando o historiador achega os dados bem honradamente, como no presente caso. José Mattoso na obra *D. Afonso Henriques*, examina toda a documentação existente com rigor e de jeito bem honrado, o que vai fazer ressaltar as contradições que se querem descobrir, e que leva a dizer mais duma vez que ele não entende, não tem os dados explicativos, de que se produzirem certas coisas..., pois os dados não se vão corresponder nunca a um conflito entre os portugueses e a sua identidade com a dos galegos diferentes[17], preconceito ideológico, que forma parte da conceção do que é a identidade nacional portuguesa desde a sua raiz e origem.

---

[12] https://www.wook.pt/livro/d-afonso-henriques-jose-mattoso/196811.
Sinopse do livro, que figura na sua contracapa:
Personagem oculta por inúmeras e sucessivas camadas de interpretações ideológicas, quer eruditas quer populares, a figura verídica do nosso primeiro Rei só muito hipoteticamente se pode reconstituir nas suas dimensões históricas. O mito sobrepõe-se, teimosamente, à história. Mas pode-se tentar descobrir como nasceram as narrativas tecidas em torno da sua personalidade, examinar o sentido que tinham quando apareceram e reconstituir os sucessos de que Afonso Henriques foi protagonista. Se não é possível traçar-lhe o retrato preciso, pode-se, ao menos, estudar as suas orientações políticas e administrativas, conhecer os seus principais auxiliares e justificar o êxito da sua obra. Apesar de assim desaparecer o herói sobrenatural, toma inegável relevo o seu talento político e militar e, por conseguinte, o seu direito a ser de facto considerado ***o rei fundador de Portugal.***

[13] E por isso segue sendo a Sé primaz de Portugal

[14] Vontade política (e além) de desde a Galiza marcar a ação política na Hespanha, e conceber a Galiza como ator político principal no palco españa, A Igreja de Compostela funcionou sempre nessa linha, a começar pela sua figura marcante Diogo Gelmirez. (Tiago ser padroeiro da espanha - Castela/espanha -). O Sant que deveríamos ter como padroeiro portugueses e galegos é São Martinho de Dume, cuja festa é o 17 de março). Para o Compostelanismo Portugal não é espanha. E por tanto pouco ou nada lhe diz. Não pouco nacionalismo galego, é neocompostelanista, é ex. disso a historiografia nacionalista dum Anselmo López Carrera. O invento do sártego de São Tiago foi determinante para devir no arredamento da Galiza da Faixa Atlântica, e para que o reino de Portugal viera a nascer. Itália não se unificou no renascimento por terem ROMA lá, e nós arredamo-nos do resto do espaço da faixa ocidental por termos Compostela cá. Eu acho que a capital da Comunidade Autónoma da Galiza tinha que estar em Lugo, para alonga-la de essa mala influência telúrica compostelã, equilibrar o território, e por ser Lugo a cabeça histórica da Galiza ártabra, o seu convento norte.

[15] E hoje em realidade -a Galiza sob Castela/espanha-, é/somos periferia de Castela, com tudo o que isso significa, e é bem mau para Portugal. (Acho que a Galiza sob Castela pode ser mais uma alavanca para Castela acabar deglutindo Portugal...por isso não me parecem mal as prevenções portuguesas frente aos galegos que continuaram usufruindo o nome, mas que não agem no certo como tais). Isso é o nosso comportamento coletivo, que corresponde de facto a essa condição de periferia de Castela, o chamado nacionalismo galego, e na sua maior parte um jeito heterodoxo (Salvador Mourelo) de se ser espanhol (da Castela/espanha), que parece grande cousa, porque Castela nem heterodoxias suporta.

[16] Mattoso isso esquece, pois para ele a fronteira no Minho e como um mandato do céu.

[17] Os avanços na genética, os mapas genómicos, a analise de modificações genéticas produzidas em populações a respeito de outras, por exemplo a variante do cancro de mama comum etc., todo isto vem-nos descobrir que a faixa ocidental peninsular até o Tejo, geneticamente é uma unidade contrastiva com o resto da península e do mundo.,

-1. - A HISTORIOGRAFIA CASTELHANISTA, OU ESPA(Ñ)OLISTA, PAIRA SOBRE A OBRA DE MATOSO.

A poderosa historiografia castelhana e castelhanista, mais que de Castela, determinou a centralidade de Castela, transmutada em *España* (Castela/espanha), e essa realidade perde para os historiadores a sua condição de categoria histórica, pois projeta-se Castela como realidade que cai mais alá do tempo histórico, já que como *españa* converte-se, em realidade permanente e a-histórica nessa ideologia historiográfica. E logicamente essa historiografia marca os outros reinos ibéricos, em função de qual é o projeto historiográfico nacional Castelhano.

José Mattoso, constrói um Portugal, reino nascente, que na sua interação, no quadro peninsular, se insere no quadro ideológico da historiografia Castelanista. E insere-se porque Castela[18] que em realidade não existia como tal reino, já que até 1157[19] não aparece esse reino com continuidade histórica, e isso é, após nascer o reino de Portugal; mas no texto de Matoso, Castela, está sempre presente como realidade determinante peninsular, e está porque a sua Castela é a que é projetada pela historiografia castelhanista.

Só a título de exemplo, ainda que a referência é constante, e paira por cima do que ele redige.

"Nasce Afonso Henriques 1109, num momento muito agitado dos poderes em presença Leão e Castela". Sempre isso vai ser assim, os poderes são Leão e Castela. Imos ter muitas referências à Galiza. Porém a sua Galiza não são poderes, e um contraste de ruindades.

Mattoso, chega a designar Toledo, o reino de Toledo que como tal foi incorporado por Afonso VI[20] seu conquistador - como *a estremadura de Castela* - o qual é **toda uma declaração de princípios. Para ele Afonso VI, de ser algo, é castelhano.**

Quando Gelmirez vai coroar rei da Galiza a Afonso VII (Reimundes) em 1111 com seis anos, esquece Mattoso que também foi coroado no mesmo momento rei de Toledo, o qual amossa bem às claras, qual era a visão peninsular do Compostelanismo[21] no seu projeto de ser o primaz, e o ridículo de essa estremadura, projetando no centro peninsular um arremedo da realidade galaico-leonesa[22].

Pode que haja portugueses, e lusófonos em geral, que percebam em mim galego, como um tentar vingar-me de algo que nalguma medida pode ter-me ofendido, ante isso e mais uma vez reitero:
Como galego sustenho que a cousa mais maravilhosa, que nos podia ter passado aos galegos e galegas, foi o nascimento de Portugal, é quem na Galiza não for orgulhoso de Portugal e a sua história não é merecente de consideração, e quem não sente Portugal como a pátria livre que não temos, poder-se-á afirmar todo o galego que se quiser, mas não chegará além dum *español* (castelhano/espanhol) bocado heterodoxo[23].

O primeiro problema que os galegos achamos com Portugal e os portugueses, é o facto dos portugueses, muito parecerem-se connosco.
E nós galegos, afeitos a sermos submetidos pelos castelhanos, nesse grande povo que é Portugal, aguardávamos, que viríamos achar uma outra variante do castelhano modo, e vão dar no bom e no mau com uns bem semelhantes e apurados, dos seus melhores, e nalgum raro caso, piores extremos[24].

---

[18] Uma pequena olhada na origem do termo Castela na península. A primeira vez que em documentos peninsulares aparece o termo Castela, ele vai-se referir a realidades do ocidente peninsular, pois vai aparecer na Chronica de Idácio o bispo de Chaves (Aqua Flaviae) (388-470), e figura chave para sabermos do nascimento do *Regnum da Gallaecia* ou dos Suevos, com cabeça em Braga. Na Chronica ao falar da resistência a invasão germana se aponta*: "Spani per civitates e Castella residui a plagis barbarorum per provincias dominatium se subiciunt servituti"* (os hispanos das cidades e Castela que sobreviveram aos desastres se submeteram a servudume dos bárbaros que dominavam as províncias). Há que entender Castela, não tanto como castelos, que não havia tais, se não como lugares fortificados ou de jeito natural a castelados, e dizer antigos castros. A resistência aos muçulmanos e sua dominação na parte leste do reino da Galiza-Leão, nas atuais províncias de Biscaia, Alava, Rioja, fazia-se igual que na crónica Idaciana desde as Castelas, nesse território abundante. Posteriormente essa abundância de Castelas mais naturais que verdadeiros Castelos, deu lugar ao nome do território, que curiosamente esse território originário do termo Castela hoje não o possui nem o usa. O dialeto Castelhano, supõe uma rutura nas falas peninsulares, pois rompe o continuum que iva do galaico ao aragonês. O Dialeto castelhano foi o resultado do romance passado pelos falares dos vascos e o limitado do seu repertório vocálico. Nas primeiras referências a termos castelhanos aparecidos em textos de mosteiros, não é raro aparecerem lá ao lado as traduções ao euscara o que nos fala do bilinguismo dos seus autores, só sob o domínio do vasco é de Castella passou aí.
http://www.cervantes.es/imagenes/file/biblioteca/situacion_espanol/lengua_%20vasca_vs_espanola.pdf

[19]No ano 867 (sob Afonso III), nasce o Condado de Castela, no espaço Biscainho, Alavés. Esse condado frente ao modelo do condado de Portugal durante a sua existência, não mantém a continuidade histórica. No ano de 1065 aparece pela primeira vez o reino de Castela. Primeiro rei Sancho I (1065-1072) a historiografia castelhanista designa-o como Sancho II, Pois Fernando I o Magno da Galiza-Leão, a sua morte reparte o reino entre os seus filhos, Garcia (Galiza) Afonso (Leão (VI), Sancho (Castela). Em menos de dous anos Afonso, acabou com a vida de Sancho, de aí a limitação temporal da existência de essa primeira vez como reino. No ano 1057 a morte de Afonso VII, volve se repartir o reino, e Sancho II recebe Castela (1057-1058) A historiografia castelhanista chama-lhe Sancho III. No ano 1058, temos Afonso I (1158-1214), a historiografia castelhanista designa-o como Afonso VIII. No ano 1217 Fernando I, a historiografia castelhanista designa-o como Fernando III. Em 1232 (a intervenção de Compostela perante o papado faz que não serva o testamento de Afonso VIII da Galiza/Leão (IX na historiografia castelhanista); e os seus reinos passem a estar sob Castela.

[20]Afonso VI nascera em Caldas de Reis, (perto de Ponte Vedra, onde fora criado, a sua língua foi sempre foi a nossa, que era a da corte na altura. Em crónica do bispo de Toledo, pouco depois, fala-se da dor pela morte do seu único filho (nascido da sua relação com a muçulmana que fora mulher do rei de Córdova): *Ay meu filho! Alegria do meu coração et lumedos meus olhos, solaz da minha velheçe! Ay espelho em que me soya veer, et comque tomava muy grand prazer! Ay meu herdeyro mor! Cavaleyros, hu me loleixastes? Dade-me meu filho Condes!*

[21]Rex e Regina, Urraca, Afonso Reimundez e a Monarquia Galega. Xosé António López Teixeira. Editorial Toxos-Soutos

[22]Uma vez que tiremos os óculos que a historiografia castelhana dominante colocou no olhar sobre a península, e em cujo quadro se insere a historiografia portuguesa, ela autónoma e suficiente, mas sem questionar o quadro peninsular, percebermos imos, bem desseguida, o construto artificial criado para explicar o nascimento de Portugal, que nesse contexto acaba por ser percebido como milagre. (Milagre é algo que não poder ser explicado por sim próprio)

[23]Sei que isso é um bocado esquisito para um português qualquer, como não se farta de nós dizer Fernando Venâncio nos fóruns internéticos da Galiza, pois sente como o seu Portugal a nação europeia mais velha e mais estavelmente formada, fosse questionada e se andasse a lhe tirar a terra de sob os pés, mas a cousa não é assim, se não tudo o contrário.

[24]Nas classes altas e abastadas portuguesas, há vigorante um fascínio por españa, por castela/espanha, que agacha, neste momento a falta de um **projeto nacional de futuro para o país**, e que infelizmente não me faz feliz. Como diz a minha nora, catalã de

Também os galegos somos um problema para os portugueses. Não respondemos ao modelo que dos espanhóis se tem em Portugal, parecemo-nos demais a eles, mas sendo muito menos polidos.... Brutos galegos, burros galegos; como poderia se exprimir um Zé português qualquer, e além disso falamos bem mal a nossa língua portuguesa, atrapalhada pela miscigenação de estarmos submetidos à imposição castelhana, que nos erode e nos mata num banimento implacável como povo.

Como poderia dizer o Abade de Jazente, Paulino António Cabral, no seu soneto intitulado Felicidade Geral:

Portugal, que era rústico algum dia (galego)
Incivil trapalhão, mal-amanhado.
Está (graças a França) tão mudado,
que o mesmo já não é que ser soía[25]

Mas os galegos seguimos a ser os trapalhões mal-amanhados, e não por acaso, galego segue a ser alcume que se jogam sobre sim os portugueses - uns sobre os outros - quando não apresentam a polidez estendida desde a Corte por todo lado.

-2. - JOSÉ MATTOSO: O QUADRO DE PARTIDA DO NASCIMENTO DE PORTUGAL DE AFONSO HENRIQUES

A Construção da nação:

"Afonso Henriques, personagem carregada tão de sentido" ... "Afonso Henriques...Miticamente apresentado como o fundador da nação. O facto de ter sido o criador do estado (não no sentido moderno, mas no sentido de organismo político que permite, a partir de 1143 falar de Portugal como um país independente) imprime-lhe um sentido que transcende a sua personalidade individual"

"Como se sabe mesmo nas formulações mais simples, a ideia de nação surge de alguma maneira investida de valor eterno, por tanto sagrado"[26]*.*

"De facto a memoria coletiva da nação foi-se constituindo muito mais através desses processos (mitos) que através de conhecimento de verdadeiros factos históricos"[27]*.*

Temos um facto na sua apresentação, **Portugal (nação) é por cima de qualquer cousa, a construção dum homem Afonso Henriques.** O quadro do nascimento do reino de Portugal, é a sociedade Feudal, que Mattoso descreve muito bem, mas que logo na sua paixão de continuo vai esquecer, ao inçar com perspetiva nacional moderna o que naquela altura não o era. Na Sociedade feudal da altura, o reino, não representa nunca uma nação nem nada parecido, é uma propriedade do rei onde este exerce o seu domínio, e como tal é reconhecido, que pode dividir, partir, emprestar, dar, transmitir, como qualquer outra propriedade. O tipo de laços que unem os súbditos com o rei, são dos mais diversos, assim como o rei pode estar submetido também a outros poderes que ache por cima. Afonso Henriques já reconhecido como tal na sua plena autonomia pela cúria imperial – a corte de Afonso VII -, ainda que sem usar o nome de rei, mas exercendo como tal, presta vassalagem a Afonso VII imperador em Tui em 1137, é dizer aceita feudalmente a Afonso VII como imperador, sem que isso suponha nenhum desmérito ou minoração da condição de reino de Portugal, e do que ele está construindo.

O reino de Afonso Henriques não tem repartição das finanças (como diz Mattoso) nem cobra impostos, nem impõe normas, em muito baixo grau, como fazem os reinos medievais que na altura há por todo lado na Europa. Ser **rei** é muita cousa e a vez e muito pouca cousa, pois muitos senhores podem ter tanto poder como o rei e dispor da sua plena autonomia. De facto, a ideia duma cabeça lugar da corte permanente do reino ainda não existe, pois realmente o lugar central do reino, ele está lá onde o rei andar, seja, nos seus paços e nas suas herdades e com súbditos que lhe dão serviços por serem seus servos. Ou nos paços e herdades de aqueles senhores que feudalmente são seus vassalos. É a liderança guerreira, e o negócio[28] da guerra, o elemento chave para a liderança real. E Afonso Henriques nisso teve sucesso, sucesso que foi acompanhado e abençoado sempre por quem fornecia os reconhecimentos e a aparelhagem ideológica da época, e igreja e no caso de Portugal a sua cabeça, Braga.

O primeiro e mais longo dos capítulos da obra, chama-se "A juventude dum predestinado". Logo de se passar nos bicos dos pés, sobre a polémica levantada na derradeira década do século XX sobre o verdadeiro lugar

nação, a morar no Porto. É incrível o felizes que se sentem os portugueses de se exprimirem em castelhano, até quando tu afirmas que queres falar português, parece cousa de doidos, e diz-me ela, eu passo-me ao inglês.

[25]http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6341.pdf

[26]Introdução página 19, primeiro parágrafo

[27]Introdução página 20, primeiro parágrafo

[28]A guerra foi desde os inícios o principal dos negócios económicos, o jeito mais rápido de acumular capital. E frente a isso, a esse negócio, nasceu a legitimidade da defesa. Os espartanos treinavam aos futuros soldados no roubo, como um jeito de fazer deles bons e habilidosos soldados. Quem vai convencer aos vencedores de que a guerra não compensa, exprimiu Albert Einstein, -esse é o cerne do problema da paz

berço de Afonso Henriques, que Mattoso não encerra categoricamente, como sim faz Barroso da Fonte na sua bem documentada e muito apaixonada obra, *D. Afonso Henriques 900 anos*[29], na que afirma a inquestionável realidade de Guimarães como localidade berço do Pai fundador da Pátria. Afonso Henriques nasce, em 1109, ainda que das fontes se poderia inferir que isso houvesse tido lugar no 1110 ou 1111, Porém isso a Mattoso supõe, e assim o afirma, que Afonso Henriques na batalha chave de São Mamede andasse na casa dos 15 ou 16 anos, demasiado novo para ter liderança de tanta transcendência nessa batalha, que vai estar na origem do reino.

Afonso Henriques era filho de Henrique de Borgonha e de Teresa, filha bastarda do rei da Galiza[30], Leão, Castela e Toledo, Afonso VI[31], e originária por parte de mãe e pai no Berzo[32]. Henrique de Borgonha estava submetido a Raimundo de Borgonha, que fora casado com a filha **legítima e herdeira de Afonso VI**[33], e a quem estava destinado o reino da Galiza. Henrique de Borgonha tinha as responsabilidades da Galiza na sua estrema sul, no que era o antigo condado portucalense, constituído no Porto no 868, e suprimido pelo rei Garcia[34] após a batalha do Pedroso em 1070. **E nunca mais restabelecido como tal.**

Mattoso aceita no seu livro que o Condado não existia em polo menos três citações[35]. Isso era óbvio, mas como isso põe uma questão historiográfica de altura, pois para a história se diria que Portugal e a consolidação de uma realidade preexistente, a do condado portucalense transformado por maduração social em reino. O resultado é que para o próprio Mattoso a realidade do Condado está sempre presente em todo o que vai escrevendo. Se Afonso Henriques nem uma só vez na vida usou o título de Conde de Portucale, mão foi por não sê-lo e sim por estimar em muito a sua dignidade e não querer com o título de Conde rebaixá-la. Tampouco foi conde de Portucale, Henrique de Borgonha o pai do nosso primeiro rei. Morto Raimundo de Borgonha (1107) - da sua mesma nationis - e a quem estava submetido, Henrique de Borgonha não fica *tranquilo nos seus (presumidos) domínios*, e no seu paço de Guimarães com a sua esposa dona Teresa, se não que se traslada a corte de Afonso VI em Toledo. No ano de 1108 é expulsado da corte pelo rei irado contra ele. Segundo Mattoso é provável que uma vez expulso, se traslade a Borgonha[36]

Em 1109 morre Afonso VI, e pouco depois aparece por Guimarães e na altura parece que vai enfrentar revoltas na estrema sul do reino. Em Coimbra a volta faz uma doação ao mosteiro de Lorvão[37]. Ele desloca-se a corte de Urraca a quem o seu pai no último momento impõe um matrimónio com o doido rei de Aragão, Afonso o Batalhador. Em 1110 está com a rainha em Aragão. Henrique vai estar quase que permanentemente com Afonso de Aragão ou ao lado da rainha Urraca, e nos enfrentamentos que vão descolar entre esta e o doido rei da Aragão, seu marido, (não reconhecido pelo Papa), Henrique vai lutar primeiro ao lado do rei de Aragão e depois pela rainha em diversos lugares, incluído o cerco e batalha ao rei de Aragão em Carrion. Isso vai ser pagado pela rainha Urraca fazendo-lhe entrega das vilas de Astorga e Samora. Que sentido teria essa entrega de essas vilas de importância não muito grande, além de ter sido Astorga cabeça de convento na Galiza romana, a quem se supõe, por Mattoso (e muitos outros) que era cabeça/conde do poderoso Condado de Portugal. Estando em Astorga em maio de 1112 Henrique de Borgonha falece. Deixa viúva a Teresa que ainda não chegou aos trinta anos e um filho que na melhor das hipóteses tinha 3 anos.

O nosso futuro primeiro rei, vai ser educado por um aio (Egas Moniz) e sob o cuidado e supervisão de **Paio Mendes, bispo de Braga, com quem vai estar sempre, até durante o desterro do bispo.** O papel do bispo, José Mattoso, reconhece-o, mas não o eleva, pois isso vai contra a "construção social da nação - pelos poderosos homens de Portugál", pondo por cima o Aio. Mas aí tem um problema a historiografia e o historiador, Egas Moniz tem poses em muitos lados, mas parece do apuramento dos dados ser ele do norte do Rio Minho, de Toronho. Como isso faz problemas ao seu construto, como veremos passa nos bicos dos pés, e a cousa fica em que não está clara a origem do aio.

-3. - A LUTA PORTUGAL - GALIZA

[29]http://saladevisitasdominho.blogspot.com.es/2011/09/barroso-da-fonte-edita-monumental-obra.html

[30]Para ele ficara o reino de Leão, ao seu irmão Sancho Castela (foi o primeiro rei que houve em Castela), a Garcia Galiza e as suas duas irmãs as praças de Samora e Toro. Mediante assassinatos e a trapaçarias apoderou-se dos reinos dos irmãos.

[31]Afonso VI foi um rei que não só passou a história por ser o conquistador de Toledo, senão pola sua complicada vida familiar. Afonso tem cinco matrimónios, vários concubinatos estáveis e relações com várias mulheres, do que ao final só vão resultar filhas sobreviventes. Um dos matrimónios de Afonso VI, o segundo e de mais duração (até o seu falecimento em 1093, foi com Constança de Borgonha (do que sobreviveu a filha Urraca); este matrimónio levara-o a ter certa estabilidade de relações com Borgonha, e que para a corte viessem desde Borgonha vários cavalheiros, tais como os nobres borguinhões Raimundo e Henrique. No ano 1090, o Rei Afonso casou a sua filha e herdeira Urraca, com Raimundo de Borgonha, matrimónio ao que se garante o reino da Galiza à sua morte. Raimundo muito faz por agradar ao Rei, fortalece a cidade estratégica, por estar na fronteira sul, de Ávila, e dirige contínuas guerras contra o domínio muçulmano, especialmente no sul da Galiza. Outro nobre borguinhão que veu à corte, vai ser Henrique, e a quem o rei casa no ano 1095 com uma outra filha sua, Teresa, uma mocinha duns 9 ou 10 anos, resultado dumas suas relações com uma moça de nome Ximena Nunes, e de quem não se conhece título nenhum. Do matrimónio-concubinato com a viúva do rei de Córdova (a muçulmana Zaida –ainda que a historiografia a cristianizou como Isabel) teve com ela duas filhas e o seu único filho. A relação nasceu sendo ela a esposa do rei de Córdova, viúva que passou a ser a sua concubina mais estável, e logo viúvo, acabaram casando. O filho que com ela foi, Sancho a quem muito amava. Este filho era o seu olho e a quem queria de herdeiro de Castela, e de Toledo, porém morreu na batalha de Uclês (o ano 1108, tinha o filho 17 ou 18 anos) e isso dá-nos para conhecermos na crónica De Rerum Hispaniae do bispo de Toledo (cidade que Afonso conquistara), o pranto do rei pelo seu *filho (Ay meu filho! Ay meu filho, alegria do meu coraçom e lume de meus olhos, solaz de mia velhece! Ay meu espelho en que me soía veer e com que tomava grande prazer! Ay meu herdeiro mor. Cavaleiros u me lo leixaste? Dade-me o meu fillo, Condes*! – o qual aparece inserido no texto latino na nossa língua portuguesa (ainda que aquela se chamasse galego), o que nos vem a falar de qual era a língua palaciana, a língua dos reis, do poder e da corte.

[32]Ao Berzo zona da Galiza, Mattoso situa-o em Leão/Castela. O nome na nossa língua é Berzo, chamado hoje em castelhano de Bierzo, procede dum Bergidum latino, e no baixo latim aparecia como Berzio. Mattoso na toponímia da Galiza sob Castela, segue as diretrizes madrilenas vigorantes do franquismo.

[33]Como explica Mattoso, na península e nessa altura era comum chamar a todos os filhos do rei independentemente das suas responsabilidades, **de reis**, e coloca vários exemplos.

[34]Garcia esse rei que por querer como centro do reino a Braga, foi vendido por Compostela a Afonso VI de Leão, para realizar com o irmão um crime)

[35]Barroso da Fonte sobre o seu livro *Afonso Henriques 900 anos*, falando comigo sobre a sua obra, comentava-me: O que mais me espantou foi descobrir ao pesquisar a documentação da altura que o Condado de Portugal não vai mais existir uma vez foi suprimido, e em realidade o reino não se vai ajustar aos limites históricos do Condado ainda que si houve bem de intentos de recuperar territórios que foram no seu dia do Condado, e que acabaram ficando na atual Galiza e Samora. (Montalegre novembro de 2011)

[36]Isso faz difícil que o nascimento de Afonso Henriques seja no 1109 e não no 1110 ou 1111 como se discute por outros historiadores, ainda que Mattoso afirma que em outubro de 1109, já está em Coimbra. Mas como vai coincidir a sua volta e o nascimento.

[37]Fora fundado no ano 924 e na altura a ata fundacional diz, *In finibus Gallaecia* (por lá andava a estrema do reino)

Eis o que diz Mattoso, e que vai ser fonte constante de problemas e contradições com seu esforço sistemático por apurar bem os dados, que partem da seguinte **declaração que é para ele tautológica:**

Há um enfrentamento entre duas realidades distintas que são Portugal e Galiza: *"Parece claro que se verifica um processo de evolução rápida a partir dum estadio caraterizado por uma certa indefinição inicial, mas que de presa se transforma como consequência da evidente oposição de interesses entre portugueses e galegos[38]"*

O conflito Compostela Braga, pela condição de primaz da Galiza, pelo controle das dioceses Lusitanas, conflito bem duro de Gelmirez – Paio Mendes, para Mattoso representa um conflito entre portugueses e galegos.

E aí aparece um problema não menor e que em várias ocasiões põe Mattoso de relevo, que é que na documentação da altura o termo galego é conflituoso pois tanto o usam os do norte do Minho como os de Portugal. Mattoso para resolver o problema recorre a um artifício, "Os galegos vinham do além-Minho[39] da Galiza" e aos outros quando necessário de acordo a documentação chama de galaicos, e ao território de Gallaecia, para afirmar assim um contraste, **mas nunca de galegos**, indivíduos diferentes e com os que era impossível o entendimento.

Mattoso no seu trabalho honrado fornece múltiplos dados do enfrentamento de Braga com Compostela, mas sempre tirando isso do centro do problema, pois Mattoso, assume duas cousas: Portugal constitui-se numas fronteiras que são as que separam galegos e portugueses, o Minho, e essas fronteiras para ele têm um caráter mágico que determinam de forma inapelável a condição dos que estão ao um lado e ao outro desse limes. Quando Afonso Henriques tinha atividade ao norte do Minho, que teve bastante, e Mattoso fornece os dados, como líder e como Rei, tanto fazendo doações a mosteiros como reclamando o submetimento a ele dos senhores de Toronho e a Límia (e não só) territórios que foram do condado portucalense desde a primeira hora; -porém esse dado não aparece nem se cita, pois supõe discutir fronteiras que para Mattoso estão inscritas em pedra por Deus mesmo -, e todo se volve num conflito feudal, e não no que realmente aparece, e vai ser *leit motiv* do reino constituído[40], para que as suas fronteiras pelo norte sejam as do velho condado de Portucale. Ele nesse tema fala como um Sánchez Albornoz[41].

Tampouco aparece nunca[42], que Braga, pouco a pouco e além da diocese de Compostela e alguma outra cousa, acabou não sendo só primaz de Portugal, por ser a cabeça da Galiza, se não que continuou sendo a cabeça religiosa da maioria das instituições religiosas da Galiza, do território da Galiza romana incluído Leão, e que isso se manteve assim até que após a batalha de Toro (1476) de Castela frente as tropas portuguesas de Afonso V, a Galiza é submetidas pelos reis chamados católicos a sangue e lume em longa guerra terrorista, ela bem longa desde 1476 ate 1489, e é daquela quando a Braga se lhe retira todo domínio sobre assuntos religiosos na Galiza que não constituiu Portugal, e passa a depender a Galiza de Castela, de onde vão vir os cargos religiosos que exerceram nela os seguintes 450 anos.

-4. - A BATALHA DE SÃO MAMEDE, A ISCA DA NACIONALIDADE

Na Batalha de São Mamede, se enfrentam os interesses **galegos e portugueses.** segundo Mattoso, Ele apresenta-nos os contendentes, por um lado, o galego, e o lado dos interesses galegos dirigido por Fernão Peres de Trava e dona Teresa, sua mulher, e mãe da Afonso Henriques e por outro o nosso infante com o bispo de Braga e homens que o apoiam. Logo faz um relatório mais em pormenor dos contendentes: ***"As tropas de Fernão Pérez e dona Teresa, vindos sem dúvida nenhuma de Coimbra e Viseu)[43]"*** Mais adiante acrescenta Porto. Em realidade quem se enfrentam são os interesses de Gelmirez – Compostela e Paio Mendes – Braga. Porque os contendentes que vão representar, segundo Mattoso, o partido galego vem do Douro e da Beira? Por Gelmirez controlar essas dioceses, e Fernão Pérez de Trava, homem de Gelmirez ser o senhor de Coimbra. Compostela não aceitando a Braga acima dela, tal como lhe correspondia na sua condição de primaz, coloca a isca para Portucale se libertar do Compostelanismo, é dizer do projeto peninsular de Compostela. De aí que no estudo em pormenor dos contendentes, figurem galegos do norte do Minho entre os que lutam ao lado de Afonso Henriques e são os contendentes de Gelmirez de dona Teresa do sul, e dizer, no quadro geográfico de Mattoso, bem portugueses.

Os Anais, escritos na distância temporal em Santa Cruz de Coimbra, apresentam São Mamede como o nascimento do reino, Mattoso cita-os. Também cita Herculano para quem aquilo foi uma revolução de rejeitamento de estrangeiros no reino etc. etc. Mattoso, traz todo isso à tona para ressaltar ainda mais o que ali se produziu, ainda que os dados que honradamente vai fornecendo, mostrem o que isso de verdade é, a construção do mito originário sempre ele tão útil ao projeto nacional português posterior.

Quem vão ser os beneficiários do sucesso de Afonso Henriques, e a quem o nosso príncipe vai honrar e acrescentar poder e riquezas, na medida em que a sua liderança se consolida. Esperar-se-ia que os homens que o ajudaram -de essa formação social diferente que tinha de ser o Portugal do Minho -, porém o resultado e que não há muitos dados nesse sentido, como aponta Mattoso.

---

[38]No último parágrafo do apartado *"alterações do cenário político"*

[39]Afonso Henriques um predestinado pág. 47

[40]Gostaria de escutar a Mattoso as razões de porque a monarquia Portuguesa vai reclamar como parte legítima do reino à Galiza toda at+e 1476. Afonso V, foi o derradeiro rei de Portugal a ser proclamado rei da Galiza norte do Minho tão bem.

[41]*http://www.abc.es/cultura/abci-sanchez-albornoz-y-espana-como-enigma-201609180148_noticia.html, https://es.wikipedia.org/wiki/Nicol%C3%A1s_S%C3%A1nchez-Albornoz*

[42] Nele e noutros historiadores portugueses, e como é óbvio também nãi, nos historiados galegos e de Castela/espanha. Porém o bem honrado Mattoso no manuseamento dos dados, lembra-nos como o arcebispo de Braga João Peculiar começa a dar os passos para recuperar o controle religioso no território da Galiza a norte do Minho, e isso com sucesso.

[43]Isto é o que chamo honradez histórica de Mattoso, explica que os galegos são os do norte do Minho, fala-nos de enfrentamento galego português e resulta que sem dúvida as tropas "galegas" vieram do sul do Douro ou do Douro, e nas tropas portuguesas de D. Afonso Henriques e do Bispo estão alguns que Mattoso acabará identificando como galegos do norte do Minho. Primeiro parágrafo do apartado São Mamede

O que sim temos no apartado *Os primeiros Passos de Um Jovem Príncipe e seguintes*, e cartas, e forais, e reconhecimentos a Sé de Braga, e o apoio constante a Braga para que posa tomar sob seu controlo as dioceses galegas de Portugal, como Porto e as dioceses lusitanas que dependiam de Mérida (ainda sob domínio muçulmano), mas de Mérida a sua cabeça fora transferida a Compostela, as Viseu, Lamego, Coimbra etc. Afonso Henriques vai lutar decisivamente para que essas dioceses passem de Compostela a Braga, e nesse sentido, o facto de antes terem sido transferidas a Compostela, vai ser um fator dinamizador de unificação do território do reino.

E que vai passar com os derrotados em São Mamede? Ao princípio aparece o dito costumeiro do Fernão Peres de Trava, fugindo para a Galiza (norte do Minho) com dona Teresa...é dizer os galegos estrangeiros fugiam-se para a sua terra. Mas Mattoso é um pesquisador excelente e rebusca nos dados, e pronto nos vamos achar com que Fernão Pérez de Trava aparece nas suas posses em Portugal, que as administra e até que vai participar de atividades na corte de Afonso Henriques em Coimbra...como ele diz produziu-se a reconciliação com ele e com a mãe, ainda que não se falou muito disso, os dados falam. E segue com essas achegas de dados, que vão pondo em questão o construto historiográfico, da libertação duns portugueses dos barulhentos galegos.

Afonso Henriques após São Mamede tem ao seu serviço e no cargo mais importante de mordomo-mor, um galego de além-Minho. E quando rei já proclamado dos sete mordomos mores que teve, quatro foram galegos de além-Minho, e além deles um quinto breve Álvaro Peres irmão do galego ruim da historiografia, Fernão Peres, esse que fora derrotado em São Mamede.

Eis o que diz Mattoso no apartado Fidalgos Galegos do capítulo de Relações com Leão (pág. 96-97). Começa dizendo: *A julgar pelos – Anais - (redigidos em Santa Cruz de Coimbra sessenta anos depois). Alguns indignos e estrangeiros pretendiam apossar-se do reino de Portugal com o consentimento da sua mãe*[44]*, Porém ele, como Herculano afirma que isso não era mais que um libelo político... Com efeito se o redator pretendesse, qualificação negativa designar todos os galegos, teria de envolver nisso uma grande quantidade de nobres do além-Minho, que se fixavam em Portugal e ocupavam postos de grande poder no reino.... Além disso como os documentos em muitos casos chama também de galegos aos de aquém-Minho...*
Exemplifiquemos no reino o cargo mais importante era o de Mordomo-mor. Dos sete que teve Afonso Henriques durante o seu reinado, quatro eram galegos do além-Minho, Fernão Peres Cativo (1146-1155), Pedro Fernandez (1169-1175), Vasco Fernandes (1176-1185), Vasco Sanches de Barbosa (1169-1172) E outro mais, Rodrigo Peres (1140 e 1141)" (que seria o 5 de 7) este por pouco tempo, e que era o irmão de Fernão Peres.

"Se passarmos a outros nobres, governadores de terras e demais, voltamos a achar entre eles galegos de além Minho".

Do texto de Mattoso, dos ricos dados que vá fornecendo, cresce a insegurança do construto ideológico do nascimento de Portugal, como um processo social de libertação frente aos galegos. É o que eu chamo honradez dos dados e dos fatos que coloca Mattoso, e que ultrapassa o seu marco ideológico do construto *nação portuguesa.* Chega a afirmar, que a mistura entre a classe nobre do norte do Minho e do sul, era tão grande que as vezes resulta difícil determinar a exata procedência de uns ou de outros, de aí que quando fornece dados, sejam o resultado da sua confirmação e não de pura hipótese, e além disso o facto de que na documentação e (*infelizmente isso é incompreensível para Mattoso, como ele próprio afirma)*, os moradores de Portugal, se chamam a sim próprios em muitos dos documentos como galegos.

Analisa no livro, o role de Afonso Henriques, como guerreiro de sucesso; porque se estabelece em Coimbra, o seu papel de apoio à Igreja, o impulsionamento e criação do Mosteiro da Santa Cruz em Coimbra etc. etc. Na vida de São Teotónio, o primeiro santo português, figura *Afonso...com o andar do tempo e por disposição da munificência divina, veio a tornar-se rei ilustre da Lusitânia e de parte da Galiza*[45] A Galiza não era uma realidade, já que logo alheia e estrangeira a Portugal, não só isso a cabeça histórica da Galiza, fora crucial para o reino vir nascer.

Quando o Bispo de Braga, Paio Mendes, a pessoa mais poderosa e influente ante o Rei, e quem o guiou desde criança, e a quem ele deu mais reconhecimentos que a nenhum outro cargo ou ordem, falece, passa a ocupar a Sé arcebispal de Braga, João Peculiar, do mosteiro da Santa Cruz de Coimbra, ele, o principal conselheiro do Rei, e sob a sua égide, desaparecido já havia tempo Gelmirez, consolida o controle das dioceses da Lusitânia que já passaram de Compostela a Braga, e consolida-se o controle de grande parte da vida religiosa da Galiza que não formou o reino de Portugal, numa unidade, que volvo a lembrar a historiografia tanto portuguesa como espanhola esquecem, incluída a galega, e do que Mattoso, além de citar esse sucesso de João Peculiar, não vai aprofundar no assunto, além de que esse assunto, como outros, fazem debilitar tanto a tese do nascimento de Portugal como resultado do enfrentamento de portugueses e galegos, que ao fim só fica como explicação o nascimento como um fato milagroso; e claro, se é milagroso, qualquer explicação sobra.

Ao longo da obra, muito bem documentada com todo o que se pode saber sobre o nosso primeiro rei, do reino de Portugal, ecoam todo o tempo conflitos entre Compostela e Braga, pois Compostela não deixa de ter também seus simpatizantes entre portugueses.

Eu recomendo vivamente a todos e todas a leitura de tão interessante livro, e se o fazerem com os óculos que eu tento aqui brevemente fornecer, na minha crítica ao construto historiográfico nacional português, que José Mattoso tão bem representa, descobrirão porque eu como galego posso afirmar que Portugal foi a cousa melhor que a Galiza e aos galegos nos podia ter passado.

[44]Isto e o pão de cada dia da formação nacional da escola portuguesa
[45]Citado na página 171, antepenúltimo paragrafo

5 -UMA NOTA FINAL, OU COMO AS ÁGUAS SEMPRE TORNAM AO REGO CERTO

A Editorial Gradiva e a Fundação Mário Soares, publicaram uns Cadernos democráticos de Formação da cidadania.

O primeiro deles foi encarregado a José Mattoso e chama-se *A Identidade Nacional.* Nele de jeito breve e partindo das raízes medievais nacionais que nasceram no ato seminal de São Mamede trata de caraterizar uma nação determinada pela sua história, pela sua geografia etc. etc., e encerra o livro com o que chama identidade sociológica.

E qual é o resultado do livro divulgador?

Na página 14 temos uma anedota do século XIX do rei de Portugal no seu iate perguntando a uns pescadores da Póvoa de Varzim. Se eles eram portugueses, e a resposta foi bem clara:

Nós meus senhores, não somos, somos da Póvoa de Varzim.

Na página 18 temos que as adesões a se definir como espanhóis, são muito frequentes e dominantes em muitos textos históricos.

Que a restauração do XIX só afetou a uma ínfima minoria. Na página 30 faz a Garcia rei de Portugal e a Galiza... e isso que podemos ter ainda portugueses que se definam como galegos, ou mais bem que os definam desde Lisboa como galegos. Liga Portucale as Astúrias e Leão, ocultando a Galiza e esquecendo que os reis que ele chama de tais se chamavam assim próprios de galegos, e como tais os designavam muçulmanos e Carolíngios.

Na página 82-83, tem uma afirmação rotunda que demole muito do declarado:

"O que cria e sustenta a nacionalidade portuguesa é de facto o estado, por isso o processo de eclosão da consciência nacional e tão lento e a sua expressão popular tão tardia...Não desce a todos os níveis e setores da população portuguesa, se não após o estado se fortalecer centralizar e unificar o território nos séculos XIX e XX"... "Pois ser português começou por ser vassalo do rei de Portugal e não por pertencer a um determinado povo"

Logo apresenta a fraqueza da formação social portuguesa, e vai convertendo em águas de bacalhau todo o seu construto do nascimento -que vimos de olhar no livro comentado - resultado da contradição de portugueses com galegos, se não duma realidade, onde as elites são escassas e pouco formadas e a massa muito distante e alheia ao seu discurso, e como resultado vai-se cair em messianismos e sebastianismos, que falam de fraqueza e decadência.

No capítulo final, coloca o broche e diz na página 98, fazendo suas as palavras de Boaventura de Sousa Santos 1992;

"O excesso mítico da interpretação do fenómeno da identidade nacional, seria um mecanismo de compensação do défice de realidade, resultado da distancia que separa os produtores dessa interpretação de um efetivo contacto com a realidade social"

O excesso mítico de interpretação que ele quer consolidar e abençoar com seu **Afonso Henriques,** recebe de ele próprio um duro corretivo.

Não sei se a fundação Mário Soares com a publicação desse livro considera que esclareceu o assunto aos leitores, ou se os introduziu numa nova nebulosa, onde a falta de saber apresentar a construção social certa, duma realidade nacional, por este excelente medievalista -o que para mim é inquestionável - faz que ao final fiquem só mitos e milagres...

Mas outra cousa também tem o seu perigo...podemos aparecer os galegos...e hoje os que continuamos usufruindo o nome, **somos a periferia de Castela** com tudo o que isso significa para o bom e para o mau, e se a isso somamos o fascínio doido que hoje Castela/espanha tem nas elites abastadas da república portuguesa[46].

[46]O da Catalunha, o que se vive lá, e o como se posicionam os portugueses, é a melhor das balanças para medir de jeito preciso estas cousas.

4. CHRYS CHRYSTELLO. AICL, AGLP, AJA/MEEA E UTS SYDNEY, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA

TEMA 2.1. DA ALFE 1996-1998 AOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

Sabia que, entre 1996 e 1998, Timor Leste ainda não era independente quando através de Ramos Horta aderiu ao nosso projeto de Lusofalantes no Mundo?

E a Galiza também.

Uma viagem no tempo à ALFE, cujo primeiro congresso mundial adiado em 1998-1999 se converteu no 1º colóquio internacional da lusofonia em 2001-2002.

Documentos inéditos que aqui se revisitam pela primeira vez.

Em 1996 estava eu a prescindir da minha residência australiana para me fixar em Portugal, quando fui abordado por esse mentor e amigo que foi o Embaixador José Augusto Seabra para dinamizar a ALFE (Associação de Lusofalantes na Europa), e torná-la numa associação global.

Com a parca experiência obtida em trinta anos de jornalismo meti mãos à obra, iniciei contactos com entidades nos cinco continentes enquanto era nomeado Representante em Portugal e Vice-Presidente da organização.

Em 1997 tentava-se organizar um primeiro Congresso Mundial e buscavam-se apoios significativos para a causa.

Dentre os muitos apoios que recebemos salientemos o de José Ramos-Horta em novembro 1997, quando Xanana Gusmão estava ainda na prisão de Cipinang na Indonésia e Mons. Ximenes Belo se mantinha no território de Timor ocupado pela Indonésia.

Igualmente em dezembro de 1997 juntava-se a nós a AGAL (Associaçom Galega da Língua) então liderada por Maria do Carmo Henriquez, que nomeara para a representar Oscar Diaz Fouces professor catedrático em Vigo.

São esses documentos e o nosso manifesto de então que aqui revistaremos hoje, começamos pelo convite ao prémio Nobel em julho 1997:

A.L.F.E. Fundada em Outubro 1995

"Associação dos Lusofalantes na Europa"

NOSSA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA

A.L.F.E. Fundada em Outubro 1995
"Associação dos Lusofalantes na Europa"
"NOSSA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA"

Sede: Casa de Portugal, Rue Mansart,78370, Plaisir, France
Delegação em Portugal:
Apartado 2196, 4203 PORTO CODEX PORTUGAL
Tel./Fax: +351 (0)2 814786
Telemóvel: +351 (0) 936 397450
E-mail: chryschrystello@mail.telepac.pt

23 julho 97

Caro Dr. Ramos Horta

Na sequência do nosso encontro de 20 de Julho nas VIIPs Jornadas de Timor em que tive a oportunidade de formalmente lhe endossar o convite de adesão à ALFE, vinha solicitar-lhe a gentileza, caso já tenha tido oportunidade de ler a documentação que lhe entreguei, de preparar um pequeno texto de aceitação para podermos divulgar que a CNRM e os timorenses são sócios fundadores da ALFE, de pleno direito. A cidadania da língua, que propugnamos, não aceita *observadores* mas sim membros de pleno direito, cujo único quesito é o de terem a língua portuguesa por pátria independentemente do país, etnia ou sistema político em que se inserem.

Embora não haja ainda data nem local confirmado para o I° Congresso Mundial de Lusofalantes, que contamos levar a efeito em 1998, queria deixar aqui já expressa a intenção de poder garantir a presença de V.Ex.a e de outros timorenses nesse encontro mundial. Oportunamente lhe darei mais detalhes sobre local, data e tema.

Com os melhores cumprimentos, subscrevo-me att.,

DR. J. CHRYS CHRYSTELLO

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Exmº Senhor
J. Chrys Chrystello
A.L.F.E. - Associação dos Lusofalantes da Europa
Fax: + 351 2 814 786 / 951 1960

Caro Chrys,

Só hoje é que me é possível responder ao pedido formulado na carta do passado dia 27 de Novembro.

Devo confessar que sempre que sou solicitado a manifestar-me perante organizações ou eventos que reúnem luminários da língua portuguesa, me sinto complexado pois não sou um digno intérprete da língua de Camões. Quem deveria hoje pronunciar-se é Xanana Gusmão, o poeta, jornalista e escritor, um dos poucos grandes intérpretes timorenses de língua portuguesa.

Xanana estaria à vontade entre numa associação como a A.L.F.E., entre homens e mulheres eruditos da língua de Rosalina de Castro, José Saramago, Jorge Amado, Agostinho Neto, Pepetela, Mia Couto, Craveirinha. Xanana poderia também, com pincel, guache e tela, explicar-vos, através das imagens que ele compõe na prisão distante, o que Timor Leste foi e poderia ser, o que Timor Leste é hoje no seu martírio.

Xanana deveria estar aqui também porque com mais autoridade, legitimidade, paixão e eloquência saberia despir o corpo timorense de tudo o que lhe oculta a alma com os seus anseios, gritos, sofrimento e esperança.

Nem ele nem o meu colega co-laureado, o Bispo de Díli, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo podem hoje prestar as declarações que me pedem. Um está numa prisão a milhares de quilómetros da sua terra natal. Dom Carlos está numa outra prisão, maior, a ilha prisão de Timor Leste, ocupado há 22 anos por um exército de ocupação.

1/ ...

Rua São Lázaro nº 16, 1º
1150 Lisboa
PORTUGAL
Tel: +351 1 886 3727
Fax: +351 1 886 3791
e-mail: np98g@mail.telepac.pt

JRH
NOBEL da PAZ
TIMOR

Só por isso aceitei o convite para dirigir algumas palavras à vossa Associação que, numa manifestação de solidariedade e cooperação convidou Timor Leste a aderir. Tenho a consciência que o faço mais indignamente do que o fariam esses dois grandes filhos da terra sagrada de Timor Loro Sa'e. Mas sei também que sou perdoado porque eles os dois sabem que mais não poderei fazer. O Deus bondoso me deu uma inteligência modesta e é com ela que tenho que laborar para retratar a complexa alma maubere.

A nossa adesão à A.L.F.E. é sequência natural de um trabalho conjunto que, até há pouco, era desenvolvido a nível essencialmente político. A inquebrantável solidariedade e a cooperação manifestadas desde a primeira hora pelos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe - são exemplo da acção conjunta entre povos e Estados que partilham uma Língua e uma História comuns. A institucionalização da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o seu funcionamento alargado a um número cada vez maior de sectores da vida política, social e cultural dos seus países membros, permitiu não apenas reiterar o apoio a Timor Leste, concretizado na forma da atribuição do estatuto de observador nesta organização, como ainda a concertação da acção conjunta. Só a partilha de uma Língua comum facilitaria o estabelecimento de laços tão sólidos de respeito e amizade.

Para o pequeno povo de Timor Leste, que foi sempre objecto de amizade, carinho e solidariedade de todos os que falam o português, o primeiro Nobel da Paz para duas pessoas de língua portuguesa, foi a nossa forma de honrar a vossa solidariedade.

José Ramos-Horta
Prémio Nobel da Paz

... /2

Chrys Chrystello

From: Oscar Diaz Fouces[SMTP:odiaz@uvigo.es]
Sent: Terça-feira, 25 Novembro 1997 12:24
To: chryschrystello@mail.telepac.pt
Subject: ALFE

hnb Dr. J. Chrys Chrystello
ALFE

Caro Dr. Chrystello,

Lamento a demora na resposta ao seu escrito de 7.10.97, dirigido à Presidenta da Associaçom Galega da Língua. A Dra. Maria do Carmo Henríquez delegou em mim a representaçom da nossa Associaçom para todos os assuntos relativos à ALFE.

É com grande prazer que lhe comunico a adesom da AGAL à Associaçom dos Lusofalantes da Europa, e que fico ao seu dispor desde já para todos os temas de interesse comum.

Cumprimentos amigos,

Prof. Dr. Oscar Diaz Fouces
Departamento de Traduçom
Universidade de Vigo
36200 Vigo. Ponte-Vedra (Galiza)

Tf. +34 +86812327
Fax +34 +86812371
c.e. odiaz@uvigo.es

PRESS RELEASE
NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

A.L.F.E. - Associação dos Lusofalantes na Europa □ Apartado 2196, 4203 Porto Codex □ Porto □ Portugal □
□ +351 (0) 2 814786 Fax: +351 (0) 2 814786/+351 (0) 2 9511960 Telemóvel: 0936397460/09319287816
E-mail: chryschrystello@mail.telepac.pt

PARA DIVULGAÇÃO/PUBLICAÇÃO/TRANSMISSÃO IMEDIATA
For Immediate Release

Data: 02 JANEIRO 1998
Contacto: Dr. J. CHRYS CHRYSTELLO
Telefones: (02) 814786: **Telemóvel:** (0) 936397460 / (0) 9319287826
Fax: (02) 814786/+351 (0) 2 9511960

A GALIZA ADERE À ALFE

PORTO—

"É COM GRANDE PRAZER QUE COMUNICO A ADESOM DA AGAL À ASSOCIAÇÃO DOS LUSOFALANTES NA EUROPA," assim declarava há dias em Vigo, o Prof. Dr. Oscar Diaz Fouces, catedrático da Universidade daquela cidade.

"A Dra. Maria do Carmo henriquez delegou em mim a representaçom da nossa Aoosociaçom junto da ALFE", acrescentava aquele ilustre hom,em das letras da vizinha Galiza, referindo-se à Presidente da AGAL, Associaçom Galega da Língua, que desde há duas décadas vem lutando pelos direitos linguísticos dos galegos.

A AGAL (ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA) agrega a maioria dos defensores do reintegracionismo, dentre os quais inúmeras persaonagens da literatura e artes portuguesas. Esta política (actuualmente contrariada pelo governo de Madrid) visa a aproximação da Língua Galega às suas origens da matriz galaico-portuguesa, e está bastante implantada em meios académicos da Galiza onde se remete a uma defesa acérrima dos seus princípios. A AGAL e os seus membros têm participado em vários debates e seminários sobre a Língua Portuguesa durante esta década e meia da sua existência.

E foi com estas palavras singelas do prof. Oscar Diaz, que se estabelecia, pela primeira vez, uma ligação linguística da Galiza à ALFE, uma entidade que luta pela defesa da Língua Portuguesa, independentemente de credos, partidos ou estados.

A ALFE alcança assim um dos seus grandes objectivos que era o de congregar todos os falantes de Português que o entendam como sua língua.

A.L.F.E. Fundada em Outubro 1985

"Associação dos Lusofalantes na Europa"

NOSSA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA

Sede: Casa de Portugal, 680 Rue Mansart, 75370, Paris, France
Delegação em Portugal:
Apartado 2196, 4203 PORTO CODEX PORTUGAL

Telefone:	+351 (0) 2 814786
Telecópia:	+351 (0) 2 814786/951 1960
Telemóvel:	+351 (0) 936 397460
E-mail:	chryschrystello@mail.telepac.pt
E-mail:	chryschrystello@journalist.com

Exmo/a Senhor/a

Planos Imediatos da ALFE:

Organização do 1º Congresso Mundial já previsto para 1998.
Divulgação da ALMAci (Associação Mundial dos Lusofalantes-Associação de Cidadãos da Língua), a legalizar e sediar em Portugal brevemente.

A ALFE disponibiliza-se para dar o seu patrocínio intelectual e mediático para que o 1º Congresso Mundial dos Lusofalantes se possa realizar em Guimarães, na sequência das Iªs Jornadas da Língua Portuguesa, em Guimarães, organizadas pela Escola Secundária Martins Sarmento e Universidade do Minho.

Para esse fim, adiantava as seguintes propostas de trabalho:

1. Solicitar a apresentação de projectos concretos de trabalho em prol da difusão, preservação e enriquecimento da língua, e medidas exequíveis, a nível local e individual, a realizar a curto, e médio prazo, e que possam servir de contributo para uma futura (e actualmente inexistente política de defesa da língua, como existe noutros países).
2. Solicitar:
   a)
   A presença dos mesmos participantes das Iªs Jornadas (com as vantagens óbvias de se estabelecerem comparações de percursos práticos entre as Iªs Jornadas e o 1º Congresso Mundial).
   b)
   A participação das comunidades da diáspora.
3. Dividir o Congresso em sessões de trabalho (workshops) destinadas a analisar, debater e viabilizar propostas que devem ser antecipadamente sugeridas pelos participantes. Criar elos de ligação e comunicação entre a organização do Congresso e oradores, para uma pré aprovação de propostas a debater em tais workshops, antes de serem submetidas a Plenário para potencial enriquecimento (Poderia inclusivé divulgar-se o conteúdo de tais propostas e solicitar contribuições do público em geral, escolas, etc.)
4. A ALFE encarregar-se-ia de coordenar a divulgação mediética do Congresso, e a sua cobertura pelos Meios de comunicação social nacionais e estrangeiros.
5. Preparar convites para todos os professores de Português (1º, 2º, 3º grupos do Preparatório -- 2º Ciclo, 8º grupo B secundário, etc), Universidades (independentemente de suas áreas específicas contemplarem ou não a língua portuguesa per se).
6. Proposta conjunta com a ALFE, para a criação de centros permanentes de Português para estrangeiros, adstritos a Escolas Secundárias, Universidades, etc, por método 'fee for service' em que o utilizador paga o custo total do serviço, e as entidades custeiam apenas a administração e manutenção do mesmo.

As propostas supra, para vingarem terão de se basear no autodidactismo dos proponentes e das sociedades profissionais e sociais em que se inserem, sem estarem dependentes de autorizações governamentais ou de outras burocracias emperrantes para poderem concretizar-se.

GENÉRICO DA A.L.F.E.

ASSOCIAÇÃO DOS LUSOFALANTES NA EUROPA

"minha pátria é a língua portuguesa"

F. Pessoa

Uma língua é a pátria comum de todos quantos a falam, exprimindo-se e comunicando através dela sem fronteiras. A língua portuguesa, de matriz galaico-lusa, foi-se disseminando universalmente, até ser praticada por povos de todos os continentes, numa diáspora linguística que faz dela a sétima[1] língua mais falada no mundo sendo entre as europeias a terceira em irradiação internacional. Sete países independentes e irmãos, com as respectivas comunidades migratórias, a têm hoje como idioma nacional e oficial, tecendo por meio delas, relações íntimas, que os ligam a tal ponto que se instituiu uma *Comunidade de Países de Língua Portuguesa.*

Se as línguas são de quem as fala ou escreve, e não deste ou daquele Estado, os lusofalantes constituem no mundo actual um impressionante conjunto de cerca de 200 milhões de seres humanos, de diferentes civilizações, culturas, etnias, convicções, crenças e nacionalidades, unidos por um elo pacífico entre todos, como é o da língua, que lhes permite dialogar e compreender-se mutuamente.

Entre os demais sujeitos falantes do Português, **os emigrantes são sem dúvida os que mais sentem a necessidade profunda de preservar a sua língua, quaisquer que sejam os factores de integração ou inserção cultural no país em que vivem.** Isso explica porque é que as comunidades lusofalantes -- sejam elas de portugueses, brasileiros ou nacionais de qualquer país africano lusófono – têm lutado pelo direito das suas várias gerações, a continuar a falar, a escrever, a estudar a língua materna em todos os graus de ensino, utilizando-a tanto nas suas relações familiares como sociais. E muitos amigos do Português, de várias outras nacionalidades, se têm associado à defesa de uma língua que também consideram sua e é agora uma língua oficial da União Europeia, tendo jus a um tratamento conveniente e equitativo no espaço das Comunidades, não como uma "língua rara" mas como uma das principais línguas de comunicação internacional.

Infelizmente, há a lamentar que, por inconsciência, incúria e descaso das entidades responsáveis, que deviam defendê-la e promovê-la, a língua portuguesa tenha vindo a conhecer em vários países uma erosão preocupante, estando ameaçada de um declínio que pode vir a tornar-se grave, se se acentuar, sem que haja um sobressalto de todos os lusofalantes no sentido de lhe voltar a dar uma vitalidade nova, que só pode provir de uma forte mobilização das comunidades através das suas associações próprias.

[1] Benedito Silva, "*A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*", Ed. da Fundação Eng. António de Almeida e da Fundação Getúlio Vargas, Porto, 1992.

Foi assim que a apreensão generalizada que começou a manifestar-se entre os que se deram conta desta situação levou a que várias associações e personalidades de língua portuguesa se começassem a organizar para lhe fazer face, lançando um largo movimento de alerta e tomando a iniciativa de uma acção concreta e eficaz. Eis a razão de ser da Associação dos Lusofalantes da Europa, que agora damos a conhecer à opinião pública, uma vez devidamente constituída e legalizada, com sede em França mas aberta à participação de membros individuais e colectivos de todos os países, nomeadamente da União Europeia, qualquer que seja a sua nacionalidade, desde que falem efectivamente Português.

Propondo-se organizar iniciativas culturais múltiplas (linguísticas, literárias, artísticas, científicas, técnicas e profissionais) através de conferências, encontros, colóquios e simpósios, a A.L.F.E. empenhar-se-à sobremodo na cooperação com as comunidades lusófonas e nos países de língua portuguesa, estando disponível para a cooperação com outras associações que tenham os mesmos fins e objectivos.

Independente de quaisquer Estados, partidos políticos ou confissões religiosas, a A.L.F.E. é um traço de união entre todos os lusofalantes e amigos da língua portuguesa e das culturas lusófonas, pois a língua é o elemento de ligação fundamental entre as comunidades e os povos. Os valores essenciais das civilizações que ela põe em contacto são, enfim, os da "civilização do universal", de que fala Léopold Senghor, um grande amigo da lusofonia.

Ao mesmo tempo que, com espírito vigilante, a A.L.F.E. procurará estar atenta, como interlocutor qualificado, a todas as iniciativas oficiais, ou à ausência delas, batendo-se por que haja uma *política internacional da língua portuguesa* delineada em comum pelos países lusófonos, ela actuará, com espírito construtivo, no terreno da vida vivida das comunidades que quotidianamente praticam o seu idioma, como um direito inalienável.

No âmbito da educação, da cultura, da comunicação social, da edição e da difusão do livro e dos bens culturais, do uso científico, técnico e profissional do idioma, a A.L.F.E. estudará e apresentará propostas precisas, que submeterá a quem de direito e porá se necessário ela mesma em prática, congregando todos os esforços e boas-vontades dos sujeitos falantes e criadores da língua, desde o cidadão comum ao escritor, ao jornalista, ao professor, ao homem público de todas as convicções e quadrantes.

Se a língua é uma pátria, ela é antes de mais uma pátria de cidadãos livres e solidários, de cada país e do mundo. É por essa cidadania da língua, como elo cívico entre os homens e os povos, que a A.L.F.E. se baterá sempre.

Fazendo um apelo a todos os lusofalantes, qualquer que seja o país onde vivem, para que individualmente ou através da associação a que pertencem adiram a este projecto de dignificação, valorização e irradiação da nossa língua comum, a A.L.F.E. está certa de interpretar assim uma das aspirações mais fundamentais dos cidadãos que fazem da língua portuguesa a sua pátria.

A DECLARAÇÃO DE UMA A.L.F.E. MUNDIAL

Os participantes e organizadores das Jornadas Nacionais sobre a Língua Portuguesa, que teve lugar em Guimarães de 22 a 24 de Abril de 1996, em defesa do nosso idioma como pátria comum reivindicam e afirmam a sua qualidade de *cidadãos da língua*, enquanto expressão de pertença a uma comunidade plural de civilizações e culturas em diálogo, num horizonte universalista.

Para prosseguir a luta pela irradiação nacional e internacional da língua portuguesa, através de um movimento cívico que mobilize activamente os falantes do idioma, quaisquer que sejam a sua nacionalidade e o país, a região ou o continente onde vivam e trabalham, os participantes e organizadores destas jornadas decidem criar uma *Associação dos Cidadãos de Língua Portuguesa no Mundo*, aberta a todos os cidadãos da língua e a todas as associações em que estes estejam ou venham a estar organizados.

A pertença a essa Associação será identificada emblematicamente por um documento simbólico de *cidadão da língua portuguesa,* que facilitará o contacto entre os seus membros e estimulará a sua solidariedade mútua, independentemente da respectiva nacionalidade.

A *Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo* organizará um Congresso em defesa da Língua Portuguesa, a realizar se possível em 1988, em que poderão participar todos os seus membros e todas as associações que lutam pela causa do Português e dos povos e culturas de língua portuguesa.

MITOS DA LUSOFONIA

Uma das questões que mais interessa a certos meios mais ligados à preservação da língua e cultura portuguesas é o de provar que elas estão vivas. Contudo, há algo mais importante a fazer: mantê-las vivas.

Se bem que seja importante, o contributo dado por entidades oficiais e para governamentais, à realização de colóquios e seminários, mais importante será criar um elo motriz, capaz de as catapultar da sua semi-obscuridade em meios internacionais para uma situação de ribalta: de Timor a Tânger, ou de Ceuta a Calecute.

Surgiu recentemente uma proposta do Prof. Dr. José Augusto Seabra, para a criação de uma *Cidadania da Língua (Portuguesa no Mundo)* que importa analisar, pois ela contém os germes do sucesso, inerentes a todas as propostas radicais e inovadoras, num país como Portugal, marcado pelo tradicionalismo avesso a mudanças. Para quê, esta cidadania? Para que todos os lusofalantes, independentes de outros idiomas, que com a língua de Camões comunguem, possam identificar-se como uma entidade única e universal, importante, capaz de sobreviver a guerras, diásporas e outras tragédias que têm assolado os lusófonos.

Quem são, o que fazem, pensam e sentem, qualquer que seja o local a que chamam terra-mãe ? Será que as línguas crioulas, Pidgin ou Banto se sobrepõem às outras ? Porque o ensino do Português é oficial, quererá isso implicar que essa língua suplanta as outras ? **Ou teremos, finalmente, de admitir como falantes de Português, que a nossa língua comum só pode sobreviver se enriquecida por outras ?** Duma lição esta para aqueles, que como diz o escriba *"deram novos mundos ao mundo"*. **Se não aceitarem esta realidade multilíngue das comunidades lusófonas, criar-se-á o conceito de que temos uma língua viva, quando a mesma tem marcado o destino do Esperanto.**

Estas algumas das perguntas que aqui se põem a que alguém - que não eu - terá de responder. Estas as questões fundamentais para a sobrevivência da língua portuguesa , qualquer que seja o sotaque ou a origem do país que chamamos nosso, mesmo que o não seja.

Esta mitificação, de que somos cerca de 182 milhões, no Brasil e mais uns milhões em África e no resto do mundo a falar Português, desde Goa a Malaca, Macau e Timor, tem de ser desmistificada. **Somos uma colónia de nós mesmos!**

Quando queremos um livro português temos de aceitar uma versão que até nem é má, seja ela do Brasil ou de outro país, mas podia ser melhor se tivesse sido elaborada a pensar em todos os lusofalantes e não só naqueles com que o tradutor se identifica. Queremos vídeos em português, qualquer que seja o lugar em que vivemos - e desde quando o podemos encontrar ?

Vivi, convivi e aprendo ainda a coabitar com lusofalantes, dos Orientes exóticos aos papuásios, aos africanos e ameríndios, esquecidos que estamos todos pelos países donde a língua a que chamamos nossa se irradiou. Continuo a ter filhos que falam português - não obstante o país em que nasceram ou viveram. Encontrei muitos estrangeiros (de países de línguas outras que não a portuguesa e dos PALOP's) mais interessados em apoiar iniciativas de preservação da língua portuguesa do que os autóctones de Portugal.

Precisamos de organismos como a **ALFE** ou a **Associação de Lusofalantes no Mundo,** capazes de defender aquilo porque pugnamos, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, seja qual for o hemisfério em que estamos. Necessitamos de iniciativas arrojadas! Temos de organizar simpósios, conferências, seminários, capazes de captar leitores com boletins informativos, captar ouvintes com noticiários com as línguas de origem lusófona que adoptamos ou queremos como nossas, mas é preciso apoio: alguém que se nos comprometa a divulgar e a manter viva esta língua a que ainda chamamos nossa, dos Algarves de Aquém e Além Mar, de el-reis que já esquecemos, aos vice-reis de Índias que nunca nossas foram, aos Timores que olvidados andaram durante séculos, às Malacas e Macaus de que alguns se lembram quando que se querem sentir portugueses.

O essencial é mantermos a língua e cultura portuguesas vivas, não interessa onde mas como. Para isso, só os lusofalantes estão preparados, de África ao Brasil, das Américas à Ásia e Australásia, e dentro de todas as comunidades onde se encontram os lusofalantes, seja no Iémene onde só há um, seja no Brasil dos milhões ou na Galiza, e a única coisa que os une a todos é a língua, essa cidadania universal que transcende nacionalidades, credos, convicções políticas, culturas, etnias, civilizações.

TIMOR LOROSSAE

A língua não é só uma forma de comunicação inicial e iniciática vital para os povos, mas pode tornar-se, como no caso de Timor nestes últimos anos numa forma revolucionária. Quando se pensa que as gerações hoje opostas à neo colonização indonésia, não eram , na sua maioria, nascidas quando os Indonésios proibiram o uso do Português, teremos de analisar que elas se vão aproveitar dessa mesma língua proibida para comunicar entre si, fazer oposição ao regime político e para serem ouvidas no mundo exterior. Poderiam, mais facilmente ter-se servido do Inglês, mas escolheram o Português, por este não ser dominado pelos Indonésios, mas ser compreendido pela maioria da geração mais velha, aquela que ainda se lembra da diferença de vida. É assim como língua da revolução e da resistência que o Português se mantém hoje em Timor ou na prisão de Cipinang de onde Xanana escreve.

De formas contrárias, o Português em África serviu para aglutinar populações divididas por etnias e dialectos diferentes, sendo hoje a língua oficial que absorvendo neologismos e ataques de línguas estrangeiras (Francês na Guiné Bissau, Inglês em Moçambique, etc) vai enriquecendo as línguas crioulas ou Pidgin, desta forma se perpetuando e vitalizando, tal como acontecera há uns séculos no Brasil.

Em Goa, Malaca e Macau, persistem hoje pequenos redutos de formas de português, que estão em vias de extinção, pois que com o fim da presença portuguesa não se vislumbraram vantagens – nem culturais nem políticas – para ser mantido de direito próprio, ao contrário do que aconteceu no Sri Lanka (Ceilão) onde a mudança para apelidos portugueses era uma promoção de casta social.

A AUSTRÁLIA DOS ABORÍGENAS QUE FALAM UMA MESCLA DE PORTUGUÊS ARCAICO

Desconhecido para a maior parte de australianos e quase totalidade de portugueses é o facto de a língua e cultura portuguesas terem chegado aquele vasto continente entre 1521 e 1525. Um número considerável de historiadores e estudiosos australianos aceita já, sem grandes reservas, essa chegada como um facto. A mapagem cartográfica de ¾ da costa australiana pelos Portugueses, mais de 250 anos antes da chegada dos franceses e do capitão Cook é já hoje ensinada nos livros escolares. Esta descoberta histórica da Austrália pelos portugueses ficou a dever-se a um australiano Kenneth Gordon McIntyre, Comendador da Ordem do Infante, interessado em desvendar segredos velhos que só o silêncio dos mares podia revelar.

Nas últimas quatro décadas foi descoberta a existência de dialectos aborígenas com uma origem portuguesa e a descoberta de gramática em dialectos aborígenas australianos, pelo Prof. Dr. Carl von Brandenstein, o qual justifica a existência de uma colónia portuguesa nos montes Kimberley, a norte da Austrália Ocidental. Até então, nunca nenhum dos cerca de 600 dialectos locais havia demonstrado a existência de normas gramaticais, e muito menos que esta fosse lusófona e não anglófona como, quiçã, seria de esperar.

Nenhuma tribo aborígena australiana tem normas gramaticais tão formais como as dos YAWUJIBARRA (nome que tem por origem linguística **"Os Avós de Barra,** os que passaram a Barra"**)** ou os YAWUJIBAYA (**"Antepassados da Baía"**), cujo último descendente faleceu em 1987. Isto torna-se ainda mais interessante se verificarmos que eles utilizam a voz passiva inexistente em qualquer outra tribo. A maior peculiariedade no triângulo tribal dos Ngarluma, Karriera e Yawujibarra é a existência no seu vocabulário de palavras de origem portuguesa que não são consideradas estrangeiras pelos seus contemporâneos.

A colónia terá durado 60 anos, entre 1520 e 1580, podendo inclusivé, ter sobrevivido mais tempo. A preocupação principal aqui é relativa ao impacto da ocupação durante sessenta anos, em relação à população aborígena. "Embora aquela tribo tenha deixado de existir em 1987, pode não ser demasiado tarde para que peritos com conhecimentos relevantes possam estudar o assunto, falar com descendentes da tribo, estudar fotografias e relatórios tais como o do prof. J. Birdsell em meados da década de 50[2].

LISTAGEM DOS NOMES PORTUGUESES DE ILHAS E DE PONTOS GEOGRÁFICOS

A fim de ilustrar os nomes dados pelos Portugueses às novas terras pátrias dos grupos tribais afro australianos em **Avós de Barra** e **Avós de Baía**, no arquipélago Buccaneer, elaborei por ordem alfabética a seguinte lista de trinta nomes de ilhas e de pontos geográficos, dados em Português (Port.), Crioulo (Creo), tradução para Inglês (Et.) e nomenclatura inglesa (Em):

(Port.) Ambí(guo e) streito >(Creo) Yambi
(Et.) Ambiguous Strait = Yampi Sound (vários acessos e saídas)

(Port.) Baía (ver Baía Colher e Ilhas de Baía)
(Et.) Bay (Vd. Collier Bay Is. e Collier Bay)

(Port.) Baía segura >(Creo) ?
(Et.) Secure Bay (Em) Secure Bay

(Port.) Baía Maior ideei >(Creo) Baia Myridi
(Et.) (The) Bay I thought (to be) larger (Em.) Myridi Bay

(Port.) Barra (vd. Ilhas da Barra) >(Creo) Bara
(Et.) Bar, Breakwater, Reef (Em.) Montgomery Is., Breakwater

(Port.) Bi lancha >(Creo) Bila:nya ver Bilha unha (Port.)
(Et.) Twin Launch (Em.) Cockatoo Is.

(Port.) Bilha Foliam >(Creo) Bilya Wuliam
(Et.) Twin island (where) they fool around =(Em.) The Sisters, with an intertidal flat between 3 km. east of Koolan Is.

(Port.) Ilha Colham >(Creo) Ilya Ko:lan
(Et.) Island where they strike sails (Em.) Koolan Is.

---

[2] Coate, H. H. J. e Würm, 1965 Novas descobertas Linguísticas Australianas, in Lingua, 14; 378.
Oates, W. J. e Lynette F. 1970 'A Revised Survey of Australia' (Um Novo Levantamento Australiano'), Instituto Australiano de Estudos Aborígenas, Australian Aboriginal Studies, Canberra, #33, p.47.
Tindale, Norman B., 1974, Aboriginal Tribes of Australia, University of California Press; Berkeley, pp 77, 84, 112, 147, 151, 242.
McGregor, William, 1984, "A Survey of the languages of the Kimberley region" (Um estudo das línguas aborígenas da região dos montes Kimberley), p. 17 "Handbook of Kimberley Languages", vol. I, 1988, informação genérica, Pacific Linguistics Camberra, pp 96-97, 1989 mapas computorizados.
Birdsell, Joseph B. 1954, M. S. Field Notes (na posse de J. B. B.)
Tindale, Norman B. 1974 'Tribos Aborígenas da Austrália', University of California Press, p.153.

(Port.) Ilha de Ciciar >(Creo) Cissiarr ?
(Et.) Island of Whispering = (Em.) Cæsar Is. (18 km. a noroeste das ilhas Koolan).

(Port.) Bilha unha >(Creo) Bila:nya (ver Bi lancha)
(Et.) Twin Is. holding fast = (Em.) Cockatoo Is.

(Port.) Ilha costeiam >(Creo) Ilya Kutjun
(Et.) (The) island they can coast along by = (Em.) Rankin Is. até às ilhas da Baía, a 400 metros da costa.

(Port.) Galés irá >(Creo) Galij irra
(Et.) (Island where) slaves will go =(Em.) MacLeay Is.

(Port.) Ilha Meloa mais >(Creo) Melomys
(Et.) (Island where) mostly round melons (are)
=(Em.) Melomys Is. para as ilhas da Baía
>(Em.) Wood Is.

(Port.) Ilha Mel o Mais >(Creo) Melomys
(Et.) (Island) most (of which) is honey =(Em.) Melomys Is., Woods Is.

(Port.) Nu Monstro >(Creo) Numuntju
(Et.) Naked Monster - uma rocha no farol da ilha Cafarelli. É possível que o nome 'Naked Monster' seja moderno e dado pelos **Yawuji Bara** antes de 1931, mas dada a falta de comprovativo uma pedra de aspecto e formato peculiar poderá ter levado os portugueses a denominar de Ilha do Nu Monstro.

(Port.) Ilha do Pó Doido >(Creo) Pudu:du
(Et.) Island of the Painful Dust = (Em.) Bathurst Is.

(Port.) Ilha Sítio Lancha >(Creo) Tjitulanj
(Et.) Island site of a launch (Em.) Gibbings Is. no canal Goose.

(Port.) Ilha Travessa >(Creo) I'lya trrawetja ?
(Et.) Contrary Winds Is. (Em.) Traverse Is. as ilhas da Baía.

(Port.) Ilha Vão Ganir >(Creo) Wanga' ni:
(Et.) (Island) where you shall howl in vain =(Em.) Irvine Is. a mais próxima a oeste de Cockatoo Is.

(Port.) Ilha Vinhei (imperativo dialéctico obsoleto)
Ilha Venhi! (imperativo plural) >(Creo) ?
(Et.) Come Back (to this island) (Em.) Viney Is. às ilhas de Baía.

(Port.) Ilhas de Baía >(Creo) I'lyaji Baia
(Et.) Islands of (Collier) Bay (Em.) Collier Bay Is.

(Port.) Ilhas de Barra >(Creo) I'lyaji Bara
(Et.) Islands of the Bar / Breakwater / Reef(Em.) Montgomery Is.

(Port.) Ilhas de Carnagem >(Creo) Gar'rrena:t
(Et.) Islands of Bloodshed / Meat provisions =(Em.) Bedford Is.

(Port.) O Canal >(Creo) Canal ?
(Et.) The Canal = (Em.) The Canal, no lado sul da ilha Koolan.

(Port.) Onda Maranha >(Creo) Unda Marra
(Et.) Wave (flood) turbulence = (Em.) Foam Passage, a noroeste da Baía de Collier.

(Port.) Ponta Nariz >(Creo) Punta Nares
(Et.) Point Nose = (Em.) Nares Point, a sudoeste da ilha Koolan, na Angra de Yampi.

(Port.) Varar >(Creo) Wa'rar, também utilizado em Wunambal[3]
(Et.) To run her aground (ship) = (Em.) a noroeste e norte de Kimberley

(Port.) Vago ------>(Creo) Wa:ko [N. B. Tindale 1974:146 mapa]
(Et.) Empty, unoccupied = (Em.) um vasto espaço vazio a cerca de 6 km. da Angra de Yampi no continente, assinalado por N. B. Tindale com um ponto. Sugiro que ele não tenha compreendido a mensagem do seu informador de fala crioula **Yawuji Bara**, que apenas queria informá-lo que nada havia para buscar. A má interpretação de Tindale de Wa:ko como nome de lugar, marcado com um ponto no mapa, demonstra a existência de um povo com nome português utilizado pelos Yawuji na época contemporânea.

(Port.) Vista Encare >(Creo) Widzh inka'ni
(Et.) "I/He should keep the view (from here) under strict observation!" Quererá isto significar, de Freshwater Cove, no continente, até sudoeste em High Cliff (Altas Escarpas) e para o mar, ou ao contrário de High Cliff Is. para noroeste em Freshwater Cove? De qualquer forma, o nome demonstra o papel desempenhado pelos **Yawuji** para os Portugueses. Sue O'Connor dá o nome crioulo de **Widgingarri**, mas o nome em português **Vista Encare** [pronunciado Vishtaencarre] é bem significativo. Ela localiza-o em Freshwater Cove, a 13 km. das ilhas High Cliff (Altas Escarpas).

De uma lista de 60 palavras idênticas às suas versões portuguesas, selecionarei aqui apenas 15:

1 (P) tartaruga --> (N,K) thatharuga.
O termo português deriva do grego tartarouxos (do diabo), do latim tartarukus, do italiano tartaruga, do espanhol tartuga. Esta palavra foi criada dentro do simbolismo cristão. Curiosamente quer o Português, quer os dialectos Ngarluma e Karriera distinguem dois sons de 'r', um rolado e outro dobrado, o que acontece em poucos idiomas no mundo. Para os Ngarluma e Karriera thatharuga, o th é o fonema correspondente ao t/d, sendo naquele nome o primeiro 'r' eliminado por desnecessário

Uma das razões da aceitação de uma palavra estrangeira, pode resultar da importância ecológica da tartaruga ao longo de toda a costa do noroeste. Os portugueses e os aborígenes dependiam dela como meio de obterem comida, e elas encontram-se em inúmeras ilustrações aborígenes em rochas, desde a foz do rio De Grey até à península Burrup. A maior parte das praias na zona são férteis em tartarugas. Dado não haver qualquer influência italiana (origem do termo) na Austrália de antanho a única origem possível para o termo tem de ser portuguesa.

Possíveis alterações na pronúncia do Português do século XVI, de dialectos ou não, não foram tidas em consideração, ficando para um linguista português que queira estudar a sua própria língua. Seria curioso verificar se o T português no início de uma palavra alguma vez terá tido a forma tz ou th, desta forma explicando o th dos Karriera e Ngarluma distinto do t de Pilbara.

2 (P) chama, --> (N,K) thama, (pronunciado tchama),
(P) fogo, fogueira --> pugara (pron. fugara) (Y, Yindjiparndi) --> puua / pughara,
3 (P) cinza, ---> (N,K,Y) tynda (pron. cindza),
4 (P) monte, --> (N,K,Y,Pnj) monta / manta, relativamente ao excessivo uso de a como terminação aborígene, em vez do o ou e Português, ver os exemplos 5, 10,12, e 14.
5 (P) fundo, ---> (N,Y) punda pron. funda,
6 (P) paludismo ->(N) paludi, significando águas paradas, pântano, poça,
7 (P) mal -->(N) malu, significando mal, diabo, cobra má que morde, raia,
8 (P) pintura -->(K) pintyura significando pintura, desenho, linha,
9 (P) tardar -->(N,Y) thardari, significando tornar-se lento, hesitar, demorar,
10 (P) manjouro-->(N,K) mandyara, manyara, manya (pron. manjiara, manja), significando caminho ou calha para beber ou comer,

[3] Tindale, Norman B.
1974 "Tribos Aborígenes da Austrália", University of California Press, página 153 " Os marinhos Wunambal" ... visitando os corais e dunas desde Long Reef chamavam a estes ' Warar '.

11 (P) caço, caçoila, caçoula, caçarola -> (N) Kadyuri pron. caçiula
12 (P) perdição -->(N,K,M - Manduthurnira) perdidya, perdalya, perdadya significando vingança, morte secreta, combate mortal, perda mortal,
13 (P) bola (esfera para jogar)-->(N,K,Y) p/bula significando redonda, bola,
14 (P) tecto -->(N,K) thatta, significando o mesmo que o original em Português,
15 (P) por -->(N,K) puru, significando através, atrás, por trás ou sob como aposição (oposto a preposição, ou seja utilizado após e não antes). Em Português ' por tecto ' e em Ngarluma Karriera ' thatta puru ' ambas com o mesmo significado.

Para harmonizar a ortografia das línguas aqui mencionadas, os sons aborígenes foram ajustados aos Portugueses no tocante ao r.

A ALFE DESENVOLVERÁ PROPOSTAS RADICAIS

Em vez de nos concentramos em esquemas de cooperação (envio de professores, por exº) devemos criar lugares e disciplinas próprias nos currículos portugueses para que os professores de África e de outros locais lusófonos possam preparar-se e equipar-se para melhor irradiarem a língua portuguesa aos seus conterrâneos. Não é só de livros que as populações carecem, mas sobretudo de gente que domine suficientemente o Português essencial ou básico, numa forma lata para que essas populações possam ver as suas necessidades de comunicação e aprendizagem satisfeitas em Português.

Em vez de se subsidiarem Cursos e professores de Português nos países onde a língua dos lusofalantes é representativa, deveremos lutar para que ela seja integrada nos currículos normais de ensino desses países, para que não só portugueses, mas todos possam aprender e utilizar a língua de todos nós. Este método foi já introduzido na Austrália, e Canadá, havendo tentativas idênticas em França, numa das formas mais correctas de acorrer à necessidade de preservação e difusão da língua para Lusófonos, seus descendentes e estrangeiros. Muitas vezes ouvimos dizer que Portugal não tem meios financeiros para satisfazer tanta necessidade no sector da língua em tantos países da diáspora, mas seriam melhor aproveitados os parcos recursos se estes fossem utilizados em formas práticas de divulgar, disseminar e preservar a língua.
Lembro-me de tentativas do passado, com professores destacados para esta ou aquela ex-colónia, onde cumprindo cabalmente a sua missão regressavam deixando atrás de si o vácuo da sua ausência e falta de continuidade. Tal como dar rebuçados a crianças, esperar que elas se habituem e depois retirá-los de circulação...

O PORTUGUÊS:

A TERCEIRA LÍNGUA EUROPEIA MAIS FALADA NO MUNDO[4]:

LÍNGUAS EUROPEIAS FALADAS NO MUNDO:

1º	Inglês:	665 798 000 h.
2º	Espanhol:	328 190 000 h.
3º	Português:	183 155 000 h.
4º	Francês:	120 000 000 h.
5º	Alemão:	91 470 000 h.
6º	Italiano:	59 800 000 h.

[4] ATLASECO Atlas économique mondial 1994

Depois fizemos dois números da revista da ALFE, VOZ DA LÍNGUA, em junho 1996 e maio 1997, que aqui se reproduzem

Junho de 1996 Número 1

VOZ DA LÍNGUA

Jornal dos lusofalantes na Europa

EDITORIAL

A CIDADANIA DA LÍNGUA

"Nossa pátria é a língua portuguesa" — eis, parafraseando e pluralizando a célebre frase de Pessoa, a divisa emblemática do cartaz que a A.L.F.E. acaba de lançar, mobilizando as opiniões públicas dos países europeus para a defesa de uma língua que é entre as europeias a terceira mais falada no mundo.

O apelo feito no manifesto da A.L.F.E., de Outubro de 1995, teve já um largo eco, face à preocupação suscitada pela ameaça de uma marginalização do Português na União Europeia, apesar de ser uma língua oficial da Comunidade, além de uma língua comum a sete países de três continentes, falada também noutros por onde se espalhou a sua diáspora.

Perante a inconsciência de uns, a incúria de tantos e o descaso de muitos, só um sobressalto dos *cidadãos da língua*, que são todos quantos a falam, a escrevem e a lêem, qualquer que seja a sua nacionalidade ou o país onde vivem, poderá inverter essa tendência, evitando o que seria um grande desastre cultural para os povos lusófonos.

Num momento em que está na ordem do dia a constituição da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, é impensável que na Europa esta não seja devidamente defendida, através do ensino, da imprensa, da difusão do livro, de todas as formas — e são multímodas — que permitam a irradiação de uma grande língua de comunicação internacional.

Para lá das entidades nacionais e comunitárias competentes, que têm a obrigação estrita de definir e aplicar uma política internacional da língua, temos de ser nós todos, lusofalantes, a tomar nas nossas mãos esse objectivo vital para o nosso futuro. Para isso haveremos de unir-nos, começando por contactar e dialogar uns com os outros, através da *Voz da língua*, servindo-nos dela mesma para a defender, preservar e difundir.

A A.L.F.E. irá, entretanto, promover outras iniciativas: colóquios, encontros, edições de textos vários. A língua fala-se, pois a falar é que a gente se entende. Escreve-se e lê-se, pois o que é escrito e lido fica melhor impresso na memória. E ela é sobretudo a força maior da luta pelos nossos direitos, a manifestação mais viva da nossa cidadania. Saberemos usá-la com a liberdade e a solidariedade que são as nossas, em democracia.

J. A. S.

EUGÉNIO DE ANDRADE

Desenho de Álvaro Siza

TRÊS OU QUATRO SÍLABAS

Neste país
onde se morre de coração inacabado

deixarei apenas três ou quatro sílabas
de cal viva junto à água

É só o que me resta
e o bosque inocente do teu peito
meu tresloucado e doce e frágil
pássaro das areias apagadas

Que estranho ofício o meu
procurar rente ao chão
uma folha entre a poeira e o sono
húmida ainda do primeiro sol

Sophia de Mello Breyner

Sumário:

"O direito às línguas", um colóquio da A.L.F.E. ..... pág. 2
Mensagem da A.L.F.E. ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas ..... pág. 3
Colóquio sobre "O Ensino do Português em França" ..... pág. 3
Proclamação da Associação dos Lusofalantes na Europa (A.L.F.E.) ..... pág. 4
O Português: a terceira língua europeia mais falada no Mundo ..... pág. 5
História e cidadania ..... pág. 6
Centenário da morte de João de Deus ..... pág. 6
Por amor da nossa fala (Aforismos de João de Araújo Correia) ..... pág. 7
Os Livros e a Língua ..... pág. 7
As "Jornadas Nacionais sobre a Língua Portuguesa" em Guimarães ..... pág. 8

"O DIREITO ÀS LÍNGUAS": UM COLÓQUIO DA A.L.F.E.

Por iniciativa da A.L.F.E., em colaboração com a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, realizou-se em 27 de Janeiro último, na Residência André de Gouveia (Casa de Portugal) da Cidade Universitária de Paris, um colóquio sobre "o direito às línguas", tema de uma grande actualidade e de importância fundamental para a afirmação da cidadania europeia e das cidadanias nacionais dos povos que integram a União saída do Tratado de Maastricht.

Todo o cidadão europeu, que é ao mesmo tempo o cidadão de um determinado país de origem, qualquer que seja o país onde resida no espaço comunitário, tem na verdade o direito a falar, a escrever, a estudar e a difundir a sua língua nacional, a qual é reconhecida como uma língua oficial da União Europeia. É o caso dos cidadãos portugueses. Mas a nossa língua é também falada na Europa por cidadãos brasileiros e os países africanos lusófonos, que se integram na grande diáspora das comunidades de lusofalantes dispersos pelo mundo inteiro. É nessa perspectiva que a A.L.F.E. entende lutar pelo direito às línguas, um dos direitos humanos universais.

Nesse colóquio, moderado pelo Professor e Embaixador José Augusto Seabra, presidente da A.L.F.E., participaram por isso representantes do Brasil, como o Prof. José Edil Lima Alves, em nome do Secretário da Cultura do Governo do Rio Grande do Sul, Prof. Carlos Appel; de Angola, como o Embaixador Domingos Van Dúnem, delegado permanente do seu país junto da UNESCO; de Portugal, como a Prof.ª Norma Tasca, da Universidade do Porto, ao lado de intervenientes franceses, como o Prof. Pierre Rivas, da Universidade de Paris X e ainda o Dr. Olivier Lemaire, secretário-geral da União dos Europeus de França, que representava também o Prof. Raymond Daudel, presidente da Academia Europeia das Ciências, das Artes e das Letras. Fizeram ainda intervenções o Dr. António Coimbra Martins, antigo ministro da Cultura, e o Deputado Carlos Luís, eleito pelo Círculo da Europa. De assinalar a presença do Presidente da Liga dos Direitos do Homem da Guiné-Bissau, Domingos Mendes, que participou no debate.

A discussão que se seguiu às comunicações dos participantes, todas de alto nível intelectual e convergentes na defesa do direito à diversidade das línguas, foi muito viva e empenhada, tendo um grande número de membros da A.L.F.E., alguns deles representantes de várias associações dela aderentes, mostrado uma grande motivação para a luta pelos objectivos que nos mobilizam, ao lançar e reforçar um movimento cívico europeu, nacional e internacional, em defesa do direito à nossa língua, a terceira entre as europeias mais falada no mundo e espalhada por todos os continentes.

A MESA DO COLÓQUIO

MENSAGEM DA A.L.F.E.
AO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Paris, 3 de Maio de 1996

Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Eng.º José Lello

Excelência,

Em nome da Associação dos Lusofalantes na Europa, constituída em Outubro de 1995 e com sede legal em França, saudamos a visita de Vossa Excelência à comunidade portuguesa deste país, felicitando-nos por este encontro de informação e trabalho com as suas associações representativas.

Reunindo cidadãos e associações de todas as nacionalidades dos países lusófonos, bem como de vários países europeus, a A.L.F.E. é um movimento cívico que visa promover a defesa e a difusão da língua portuguesa — a terceira língua europeia mais falada no mundo — sensibilizando as opiniões públicas e as instituições oficiais e privadas para uma causa que é vital para o futuro das nossas comunidades.

Na União Europeia são sem dúvida as comunidades migratórias que mais sentem a necessidade de preservar a sua língua como elemento decisivo de salvaguarda da identidade cultural, quaisquer que sejam as condições e os modos de inserção no país onde vivem e trabalham, mantendo relações por vezes difíceis com um contexto envolvente. Isso explica porque é que as sucessivas gerações da nossa emigração têm lutado pelo direito de continuar a falar, a escrever e a estudar a língua materna em todos os graus de ensino, utilizando-a quotidianamente tanto nas suas relações familiares como sociais, ao mesmo tempo que assim mantêm um elo de ligação — o mais precioso — com a pátria distante.

Infelizmente, há a lamentar que, por inconsciência, incúria e descaso das entidades responsáveis, que deviam defendê-la e promovê-la, a língua portuguesa tenha vindo a conhecer em vários países europeus uma erosão preocupante, estando ameaçada de um declínio que poderá tornar-se grave, se se acentuar, sem que haja um sobressalto de todos os lusofalantes no sentido de lhe dar uma vitalidade nova, que só pode provir de uma forte mobilização das comunidades através das suas associações próprias, em diálogo e cooperação com as entidades oficiais.

Para só citar o exemplo da França, ainda no início do presente ano lectivo a Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses, Brasileiros, da África e da Ásia Lusófonas (A.D.E.P.B.A.) afirmava na sua "Lettre de Rentrée", a propósito da situação do Português, que "o ensino desta língua no primeiro e no segundo grau se encontra ameaçado", o que infelizmente os dados mais recentes vêm confirmando.

Pela sua parte, a A.L.F.E. tem alertado para que esta grave tendência mereça uma atenção das entidades portuguesas e europeias. Assim, num colóquio sobre "O Direito às Línguas", em colaboração com a Academia Europeia das Ciências, das Artes e das Letras e com a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, foi defendido esse direito como um *direito de cidadania* dos povos europeus. E um cartaz difundido pela A.L.F.E. em toda a Europa, com o lema "Nossa Pátria é a Língua Portuguesa", proclama tal direito como uma exigência fundamental dos povos lusófonos.

Congratulando-se com os esforços do Governo português actual no sentido da constituição de uma *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, a A.L.F.E. tudo fará para que esse objectivo seja concretizado em breve, mobilizando a opinião pública e os sujeitos culturais e educativos. Por isso ela esteve presente nas recentes "Jornadas Nacionais sobre a Língua Portuguesa", realizadas em Guimarães, com mais de meio milhar de participantes, onde foi proposta a criação de uma "Associação dos Cidadãos da Língua Portugesa no Mundo".

Solicitando a Vossa Excelência que transmita ao Governo português a vontade de cooperação da A.L.F.E., como interlocutor qualificado, em todas as inciativas em favor da defesa e irradiação da língua portuguesa, subscrevemo-nos com a mais alta consideração.

Presidente, José Augusto Seabra; *Vice-presidente*, Vitor Rodrigues; *Secretário*, José Machado; *Secretário adjunto*, Manuel de Almeida; *Tesoureiro*, João Heitor.

COLÓQUIO SOBRE "O ENSINO DO PORTUGUÊS EM FRANÇA"

JOSÉ MACHADO

A Casa ANDRÉ DE GOUVEIA — já vai sendo tempo de lhe prestarmos uma homenagem e ao homem que a dirige, Dr. Rogado Dias — acolheu, para esta iniciativa da Federação das Associações Portuguesas em França, um público interessado e participativo.

O Prof. José A. Seabra, como sempre um indefectível defensor da nossa língua, esteve de novo presente, na sua qualidade de Presidente da Associação dos Lusofalantes na Europa (ALFE). É e será sempre uma opinião inovadora a deste cidadão, que, aquando da sua passagem pela UNESCO, como Embaixador de Portugal, tão bem deu "conta do recado".

Esteve também presente — e prestou úteis informações — o Dr. Egídio Varanda, em representação da coordenação do Ensino, instituição que teve um papel interveniente e activo nas questões do Ensino, hoje relegada a um plano secundário e quase inexistente.

João Heitor falou-nos de livros, de autores, editores e da flagrante inexistência de traduções para as escolas e para o público francês daquilo que no campo da literatura se faz em Portugal. A Livraria Lusófona tem ido bem mais longe do que o seu estatuto comercial indica. É um lugar de cultura e de diálogo, de informação e de formação de muitos jovens, estudantes ou trabalhadores, franceses e portugueses.

Falou em representação da FAPF o seu Presidente sobre o papel do Movimento Associativo na defesa e divulgação da língua e cultura portuguesas. Foram apresentadas neste colóquio duas moções: uma sobre a língua portuguesa e o seu ensino em França e outra sobre o Instituto Camões e a sua actuação em terras gaulesas.

A FAPF fez uma proposta às autoridades portuguesas para a organização dos "Estados Gerais de Ensino" em colaboração com a sociedade civil e as suas estruturas representativas.

O colóquio foi dirigido por João Machado, responsável da FAPF pelo concurso literário que culminou no dia 24 de Março em Achères com a já habitual "Festa das Escolas".

Venham mais iniciativas destas, para ver se as coisas mudam... para melhor, claro!

PROCLAMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS LUSOFALANTES NA EUROPA (A.L.F.E.)

"Minha pátria é a língua portuguesa"

F. Pessoa

Uma língua é a pátria comum de todos quantos a falam, exprimindo-se e comunicando através dela sem fronteiras. A língua portuguesa, de matriz galaico-lusa, foi-se disseminando universalmente, até ser praticada por povos de todos os continentes, numa diáspora linguística que faz dela a sétima língua mais falada no mundo (1), sendo entre as europeias a terceira em irradiação internacional. Sete países independentes e irmãos, com as respectivas comunidades migratórias, a têm hoje como idioma nacional e oficial, tecendo por meio dela relações íntimas, que os ligam a tal ponto que está em vias de instituir-se uma *Comunidade de Países de Língua Portuguesa*.

Se as línguas são de quem as fala ou escreve, e não deste ou daquele Estado, os lusofalantes constituem no mundo actual um impressionante conjunto de perto de 200 milhões de seres humanos, de diferentes civilizações, culturas, etnias, convicções, crenças e nacionalidades, unidos por um elo pacífico entre todos, como o é o da língua, que lhes permite dialogar e compreender-se mutuamente.

Entre os demais sujeitos falantes do Português, os emigrantes são sem dúvida os que mais sentem a necessidade profunda de preservar a sua língua, quaisquer que sejam os factores de integração ou inserção cultural no país em que vivem. Isso explica porque é que as comunidades lusofalantes na Europa — sejam elas de portugueses, brasileiros ou nacionais de qualquer país africano lusófono — têm lutado pelo direito das suas várias gerações a continuar a falar, a escrever e a estudar a língua materna em todos os graus de ensino, utilizando-a tanto nas suas relações familiares como sociais. E muitos amigos do Português, de várias outras nacionalidades, se têm associado à defesa de uma língua que também consideram sua e é agora uma língua oficial da União Europeia, tendo jus a um tratamento conveniente e equitativo no espaço das Comunidades, não como uma "língua rara" mas como uma das principais línguas de comunicação internacional.

CARTAZ DA A.L.F.E. DIFUNDIDO EM TODA A EUROPA

(Autoria de: Dimas Macedo)

Infelizmente, há a lamentar que, por inconsciência, incúria e descaso das entidades responsáveis, que deviam defendê-la e promovê-la, a língua portuguesa tenha vindo a conhecer em vários países europeus uma erosão preocupante, estando ameaçada de um declínio que pode vir a tornar-se grave, se se acentuar, sem que haja um sobressalto de todos os lusofalantes no sentido de lhe voltar a dar uma vitalidade nova, que só pode provir de uma forte mobilização das comunidades através das suas associações próprias.

Foi assim que a apreensão generalizada que começou a manifestar-se entre os que se deram conta desta situação levou a que várias associações e personalidades de língua portuguesa se começassem a organizar para lhe fazer face, lançando um largo movimento de alerta e tomando a iniciativa de uma acção concreta e eficaz. Eis a razão de ser da Associação dos Lusofalantes na Europa, que agora damos a conhecer à opinião pública, uma vez devidamente constituída e legalizada, com sede em França mas aberta à participação de membros individuais e colectivos de todos os países europeus, nomeadamente da União Europeia, qualquer que seja a sua nacionalidade, desde que falem efectivamente Português.

Propondo-se organizar iniciativas culturais múltiplas (linguísticas, literárias, artísticas, científicas, técnicas e profissionais) através de conferências, encontros, colóquios e simpósios, a A.L.F.E. empenhar-se-á sobremodo na cooperação com as comunidades lusófonas residentes na Europa e nos países de língua portuguesa, estando disponível para a cooperação com outras associações que tenham os mesmos fins e objectivos.

Independente de quaisquer Estados, partidos políticos ou confissões religiosas, a A.L.F.E. é um traço de união entre todos os lusofalantes e amigos da língua portuguesa e das culturas lusófonas, pois a língua é o elemento de ligação fundamental entre as comunidades e os povos. Os valores essenciais das civilizações que ela põe em contacto são, enfim, os da "civilização do universal", de que fala

(Continua na pág. seguinte)

(Continuado da pág. anterior)

Léopold Senghor, um grande amigo da lusofonia.

Ao mesmo tempo que, com espírito vigilante, a A.L.F.E. procurará estar atenta, como interlocutor qualificado, a todas as iniciativas oficiais, ou à ausência delas, batendo-se por que haja uma *política internacional da língua portuguesa* delineada em comum pelos países lusófonos, ela actuará, com espírito construtivo, no terreno da vida vivida das comunidades que quotidianamente praticam o seu idioma, como um direito inalienável.

No âmbito da educação, da cultura, da comunicação social, da edição e da difusão do livro e dos bens culturais, do uso científico, técnico e profissional do idioma, a A.L.F.E. estudará e apresentará propostas precisas, que submeterá a quem de direito e porá se necessário ela mesma em prática, congregando todos os esforços e boas-vontades dos sujeitos falantes e criadores da língua, desde o cidadão comum ao escritor, ao jornalista, ao professor, ao homem público de todas as convicções e quadrantes.

Se a língua é uma pátria, ela é antes de mais uma pátria de cidadãos livres e solidários, de cada país e do mundo. É por essa cidadania da língua, como elo cívico entre os homens e os povos, que a A.L.F.E. se baterá sempre.

Fazendo um apelo a todos os lusofalantes, qualquer que seja o país europeu onde vivem, para que individualmente ou através da associação a que pertencem adiram a este projecto de dignificação, valorização e irradiação da nossa língua comum, a A.L.F.E. está certa de interpretar assim uma das aspirações mais fundas dos cidadãos que fazem da língua portuguesa a sua pátria.

Paris, 21 de outubro de 1995

Associação dos Lusofalantes na Europa

---

(1) Benedito Silva, *A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*, Ed. da Fundação Eng. António de Almeida e da Fundação Getúlio Vargas, Porto, 1992.

O PORTUGUÊS: A TERCEIRA LÍNGUA EUROPEIA MAIS FALADA NO MUNDO

(ATLASECO 1994 — Atlas économique mondial)

PAÍSES	POPULAÇÃO (h)	SUPERFÍCIE (km²)	h/km²
ANGOLA capital: Luanda	10 500 000	1 246 700	8
BRASIL capital: Brasília	153 000 000	8 511 965	17
CABO VERDE capital: Praia	380 000	4 033	94
GUINÉ-BISSAU capital: Bissau	1 000 000	36 125	28
MACAU	520 000	16	32 500
MOÇAMBIQUE capital: Maputo	16 400 000	783 030	21
PORTUGAL capital: Lisboa	11 200 000	92 082	121
S. TOMÉ E PRÍNCIPE capital: São Tomé	125 000	964	130

LÍNGUAS EUROPEIAS FALADAS NO MUNDO

Inglês:	665 798 000 h	Francês:	120 000 000 h
Espanhol:	328 190 000 h	Alemão:	91 470 000 h
Português:	183 155 000 h	Italiano:	59 800 000 h

HISTÓRIA E CIDADANIA

JOSÉ CARLOS JANELA

"Aquele que não se interessa pela vida da sua cidade (pólis) não é um cidadão tranquilo mas um homem inútil" (PÉRICLES — Elogio da Constituição Ateniense).

Um facto real: uma criança, filha de portugueses, regressa a casa depois de um dia numa Escola Primária de Paris e, visivelmente impressionada, conta ao pai como nesse dia a Sra. Professora tinha trazido para a sala um livro muito importante ("Guardado no gabinete da Directora, pai"). Aberto o livro, um Livro de Registos dos anos 20, a Professora tinha começado a ler os nomes dos pequenitos da altura e os dos seus pais. Aquilo que tinha impressionado essa luso-descendente é que ao ler os nomes dos pequenos estudantes franceses dos anos 20, a Professora acrescentava, frequentemente, "órfão de guerra" e a seguir ao nome do pai a menção: "Morto pela França". E à tarde, no regresso a casa, a criança manifestava a sua emoção. Mais tarde, o pai confessaria aos amigos: "Estão a ver? Assim se torna francesa de coração uma filha de cidadãos portugueses".

Este episódio saltou-nos na memória quando, há dias, em conversa entre amigos, veio à baila o "Ultimatum Inglês" (finais do séc. XIX) e um dos presentes, estudante universitário de origem lusa, perguntava: "Na altura do "Ultimatum", o rei de Portugal era D. João II, não era?".

Se o primeiro episódio é revelador da estratégia de uma Escola que se quer cadinho e veículo de integração de todos os alunos, pelo conhecimento e adesão à experiência colectiva que é a História do País, já o segundo deriva sobretudo da presença mais que frágil da História de Portugal, não apenas no sistema de ensino (universitários veiculando de Portugal conhecimentos adquiridos em obras respeitantes à História de Espanha: dos Descobrimentos referidos apenas via Cristóvão Colombo... A Restauração? Um apêndice nas vidas do Grande Filipe IV de Espanha e do seu Ministro Olivares...), mas também na T.V., na rádio, nas bibliotecas e mesmo nas livrarias. Numa FNAC, numa Gilbert Jeune, a presença da História de Portugal resume-se a menos de quarenta centímetros de estante....

Nada nos move contra a inserção de luso-descendentes na sociedade francesa ou noutras. Parece-nos é importante que um tal passo seja assumido e nunca sofrido. Para o assumir consciente e convicto de uma cidadania (neste caso uma cidadania europeia, de natureza e origem plurais), é condição necessária o conhecimento e a consciência da própria História. Saber de onde se vem e, lucidamente situados no momento actual, traçar em solidariedade o caminho a percorrer para o futuro em construção. Um futuro que podemos pressentir muito rico na sua fecunda diversidade (não é verdade que a diversidade genética é fundamental para a continuidade da vida?) se para além dos perigos do nacionalismo, da xenofobia, dos integrismos religiosos, soubermos desde já criar pontes e espaços de diálogo.

Tendo surgido como um verdadeiro sobressalto de cidadania, a A.L.F.E. afirma-se como um *"espaço de lusofonia de dimensão humanista e universalista"* (expressão cara, entre outros, ao Presidente Jorge Sampaio). A problemática do Direito à Língua esteve na origem deste sobressalto cívico, mas uma língua (para além de intrinsecamente apontar uma dimensão de identidade) é o veículo de transmissão de uma mensagem, uma Cultura, uma História.

Ouve-se dizer, por vezes, que a Comunidade Portuguesa "se escondeu" no interior da sociedade francesa. Pergunta-se: estará essa atitude relacionada com uma visão decadentista do seu próprio País que, apresentado outrora como o construtor de um imenso Império, nunca enriqueceu materialmente, nunca criou riqueza para todos (e daí a absoluta necessidade da emigração) e viu o sonho imperial ruir na queda de um pretenso "Estado Novo", tributário de um passadismo nostálgico, impotente perante a História?

CENTENÁRIO DA MORTE DE JOÃO DE DEUS

ÂNGELA MARQUES

Cumpriu-se em Janeiro de 1996 o centenário da morte de João de Deus. Trata-se de uma personalidade das nossas letras, cujo conhecimento é, por vezes, superficial ou até erróneo e que merece novas reflexões, permitindo o devido reajuste de leituras, quer enquanto poeta, quer enquanto pedagogo da língua portuguesa.

Aproveitamos este novo espaço para noticiar a comemoração do evento no Jardim Escola João de Deus, no Porto, que teve um carácter essencialmente familiar, em acordo com os princípios do seu patrono. Pensamos ser de extrema importância este tipo de realizações, que paralelamente a outras de âmbito nacional, como aconteceu em Coimbra, se destinem a um público não especializado, mas directamente interessado, como é o caso dos pais e alunos desta escola. Tratou-se assim de uma actividade despretensiosa que congregou pais, alunos (antigos e actuais) e professores em torno do poeta e autor da *Cartilha Maternal*, utilizada naquele estabelecimento de ensino como a base de iniciação à leitura para os seus alunos.

Verificámos com emoção que os pequenos estudantes sentiam o acontecimento como pertença deles, tendo os mais velhos declamado poemas e lido trabalhos de pesquisa sobre a vida e obra do autor com o entusiasmo e a entrega que lhes são próprios.

Na sequência deste evento, e de uma intenção já declarada da revista *Nova Renascença* de aproveitar a comemoração do centenário da morte deste importante pedagogo para realizar um número dedicado ao ensino inicial da língua materna, tivemos uma proveitosa conversa com a Directora do Jardim Escola João de Deus (Porto) que nos permitiu avançar e partir para a concretização do projecto em fase de concepção.

Também com a ajuda da Associação dos Jardins-Escolas João de Deus, prosseguimos na realização do número temático da revista portuense, pretendendo que ela seja um espaço sério de reflexão sobre uma questão essencial ao sucesso de qualquer política educativa.

Quanto ao seu conteúdo, gostaríamos de adiantar, para aguçar o interesse, que com a dedicação e manifesto interesse por parte da Directora do Jardim Escola obtivemos a possibilidade de motivar os pequenos aprendizes da leitura para realizarem as suas representações do momento mágico de acesso ao livro, por forma a podermos conhecer um pouco do que lhes vai na alma, quando se tornam autónomos na decifração dos signos que desde cedo ouviram na voz da mãe. Esta é, pensamos nós, a grande qualidade a ressaltar do método implantado por João de Deus: aliar o processo de aprendizagem de leitura a uma experiência de primeira infância, a uma experiência de colo, que a criança traz consigo.

Permitindo-nos desde já uma inconfidência: uma criança de seis anos comentou espontaneamente, depois de ter conseguido ler o seu primeiro livro: "Ler é como falar!" — Que estas palavras nos mereçam a maior atenção.

POR AMOR DA NOSSA FALA

(AFORISMOS DE JOÃO DE ARAÚJO CORREIA)

Há escritores que se deram por inteiro à causa da defesa da língua, como um património comum do povo que a fala e do criador literário que a escreve. Alguns deles não ocuparam a cena pública nem buscaram a fama fácil, mas votaram-se ao seu trabalho discreto de missionários do idioma, apagando-se para melhor o servirem.

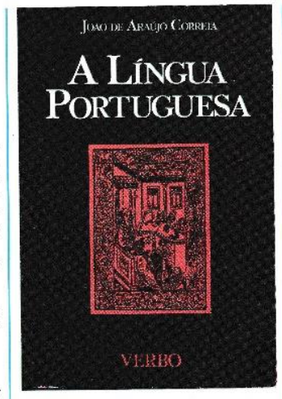
Um desses obreiros da língua portuguesa foi João de Araújo Correia, contista, romancista, cronista retirado no seu rincão de Trás-os Montes, que dedicou alguns livros de combate tenaz à sua defesa apaixonada: *Por Amor da Nossa Fala, Enfermaria do Idioma, Sem Método...*

Alguns dos seus aforismos tornaram-se célebres. Aqui os respigamos:

"Capital da língua portuguesa é onde melhor se fale e escreva a língua portuguesa"

*

"Mestre da língua é o grande escritor morto e esquecido ou o grande escritor vivo e ignorado"



"Antes filólogo-poeta do que filólogo-pateta"

"A nossa língua perdeu a voz activa. Nada faz, que tudo é feito"

*

"O teu pior inimigo, língua, é o que se diz teu amigo para te estonar, picar e refogar impunemente"

*

"Antes analfabeto que semianalfabeto"

*

"Defeitos que nos assaquem ao idioma são as suas virtudes"

*

"Pronúncia é poesia. Cada palavra pronunciada é uma rosa... singela. Perderia a graça, perderia a inocência, se trouxesse presa, numa etiqueta de zinco, a história da família"

*

"Em caso de dúvida, emudece a vogal. Ainda que peques, sorrir-te-á comovido o anjo da tua língua"

OS LIVROS E A LÍNGUA

1 — No dia 10 de Abril, na "Librairie Lusophone" do Quartier Latin, foi lançado o livro do Professor José Augusto Seabra *O Coração do texto/Le Coeur du texte — novos ensaios pessoanos*, Edições Cosmos. A apresentação foi feita por Pierre Rivas, professor de literatura comparada na Universidade de Nanterre. Além do numeroso público estiveram presentes o professor José Silva Terra, responsável dos estudos de Português na Sorbonne (Paris IV), a professora Anne-Marie Quint, responsável dos estudos de Português na Sorbonne Nouvelle (Paris III). Os Cônsules de Portugal em Versailles e de Nogent-Sur-Marne honraram a presença da comunidade portuguesa. Estiveram igualmente presentes o Dr. Coimbra Martins, actualmente a trabalhar na Fundação Calouste Gulbenkian, e o Dr. Rogado Dias, director da Casa de Portugal na Cidade Universitária de Paris. Assinalámos também a presença de altas individualidades da UNESCO.

2 — A prestigiosa editora francesa *Robert Laffont* acaba de editar em edição bilingue a obra do nosso maior poeta: *Os Lusíadas*. A tradução é de Roger Bismut e o livro foi publicado numa das mais prestigiosas colecções do mundo editorial francês: a *Collection Bouquin*. Seríamos injustos se não salientássemos o trabalho feito pelo Dr. Coimbra Martins e pela Dr.ª Luiza Braz de Oliveira, que souberam explicar aos responsáveis desta editora a importância primordial da obra de Camões na cultura europeia.

3 — Acaba de ser posto à venda nas livrarias o volume *Dialogues sur la Tyrannie* (Textos de Pensamento Político) *de Fernando Pessoa*, Editions Anatolia, Paris.

Os textos reunidos neste volume: "A Opinião Pública", "Defesa da Maçonaria" e "Cinco Diálogos sobre a Tirania", são respostas dum espírito eminentemente livre às hipocrisias e às beatices da ordem social.

O prefácio do Professor José Augusto Seabra ajuda-nos a compreender melhor esta faceta de Fernando Pessoa.

4 — Jean Saublin encontra D. Pedro II no Parque Termal de Vichy e sugere-lhe que escreva as memórias da sua vida de Imperador. Alguns meses mais tarde, este morrerá no 17, rue de l'Arcade, em Paris. Livro que os historiadores brasileiros terão que traduzir obrigatoriamente para Português. *Je suis l'empereur du Brésil*. Editiond du Seuil.

5 — Mia Couto, escritor moçambicano, que segundo José Saramago está a criar um português "subtilmente diferente, capaz de comunicar coisas novas", vê publicado os seus contos *Vozes Anoitecidas — Les Baleines de Quissico*, na editora francesa Albin Michel.

Desejamos que este título tenha o mesmo êxito de *Terre somnambule*, publicado na mesma editora.

6 — A Livraria Orfeu, grande divulgadora da literatura de língua portuguesa na Bélgica, começou a editar uma série de livros:

—*Léah et une autre histoire*, de José Rodrigues Miguéis.

—*Office de la patience* (bilingue), de Eugénio de Andrade.

—*Feuille de Vent Amour* — selection de poèmes de Helder Moura Pereira

—*Le Pays des Autres*, de Rui Knopfli

Orfeu Livraria Portuguesa
35 rue Franklin 1040 Bruxelles

7 — As Editions Chandeigne de Paris, com o apoio da Fundação do Oriente, acabam de publicar um belíssimo livro *Les Palais de Goa — Modéles typologies de l'architecture civile indo-portugaise*.

Todos estes livros anunciados poderão ser encomendados à:

Librairie Lusophone
22 rue Sommerard
75005 Paris
Tel.: 46.33.59.39
Fax:43.54.66.15

AS "JORNADAS NACIONAIS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA" EM GUIMARÃES

Com a participação entusiástica de mais de meio milhar de difusores da língua portuguesa, na sua maior parte professores do ensino básico, secundário e superior, mas também intelectuais, jornalistas e simples cidadãos provenientes de todo o país, dos países lusófonos e das comunidades migratórias, além da Galiza, tiveram lugar de 22 a 24 de Abril, na cidade de Guimarães, as "Jornadas" em defesa da nossa língua, organizadas pela Escola Martins Sarmento, com o apoio da Universidade do Minho, do Círculo de Arte e Recreio e da Câmara Municipal, a que a A.L.F.E. se juntou, estando representada pela sua Direcção. Os organizadores não puderam acolher mais de 300 outros pedidos de inscrição, por não caberem no largo auditório do pólo de Guimarães da Universidade do Minho.

Na sessão de encerramento, onde foi aprovada uma Resolução apresentada por José Augusto Seabra, em nome da A.L.F.E. e dos organizadores, no sentido de criar uma *"Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo"*, que orgizará um congresso internacional da Língua em 1998 (ver caixa ao lado), estiveram presentes representantes do Governo Civil de Braga e da edilidade vimaranense, bem como do Ministério da Educação, cuja Secretária de Estado da Educação e da Inovação, Ana Benavente, se fez representar pelo seu Adjunto Jorge Lemos.

Os temas dos debates — "A Emigração e a Língua Portuguesa", "A Língua portuguesa — Uso e Ensino", "A Língua e a Lusofofonia", "Para uma Política da Língua Portuguesa" — foram abordados por várias mesas-redondas, sendo de salientar a presença nelas de intervenientes dos vários países lusófonos, bem como da diáspora, incluindo elementos provindos do Oriente, (desde Macau à Austrália) sem faltarem representantes de Timor-Leste, que mereceram uma grande ovação de solidariedade.

Nas diversas intervenções fez-se sentir uma grande preocupação quanto às insuficiências das políticas nacionais e à ausência de uma autêntica política internacional da língua, que deveria ter sido levada a cabo pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criado na reunião dos Chefes de Estado lusófonos no Maranhão, em 1989, sendo manifestada a esperança de que a instituição da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, actualmente impulsionada pelo Governo português e pelos dirigentes dos países lusófonos, venha a dar a essa política a prioridade das prioridades.

Os representantes da A.L.F.E. presentes, José Augusto Seabra, José Machado e João Heitor, puseram nas suas intervenções, muito bem acolhidas e aplaudidas, o acento tónico no sentido de as comunidades portuguesas emigradas serem apoiadas na sua luta pelo direito à língua. A criação de associações homólogas em outros espaços geoculturais foi considerada importante, na perspectiva de uma universalização efectiva da *Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo*. Houve mesmo quem propusesse — o que mereceu efusivo acolhimento — a atribuição a todos os lusofalantes de um "bilhete de identidade de cidadão da língua portuguesa", a título simbólico.

Estas Jornadas foram pois a prova de que está em marcha um vasto movimento cívico de defesa da língua portuguesa nos países lusófonos e no mundo.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Não podendo estar presente, é com muito gosto que me associo à realização das *Jornadas Nacionais sobre a Língua Portuguesa*, felicitando os seus organizadores, participantes e convidados.

É muito meritório que sejam analisados e debatidos os temas que estas Jornadas vão abordar. A língua que falamos — e que é comum a 200 milhões de seres humanos que vivem em todas as partes do Mundo — é uma riqueza de valor inultrapassável que temos de saber afirmar. *É na escola que as gerações mais novas começam a tomar consciência desse património e da nossa responsabilidade perante ele.*

Desejo que estas Jornadas tenham êxito e renovo as minhas saudações a todos os que as tornaram possíveis.

Jorge Sampaio

VOZ DA LÍNGUA
ÓRGÃO DA "ASSOCIAÇÃO DOS LUSOFALANTES NA EUROPA" (A.L.F.E.) — Trimestral

Número avulso: 10 FF
Assinatura anual (4 números): 30 FF

Responsável pela publicação:
Direcção da A.L.F.E.

Sede:
Casa de Portugal
820, rue Mansart 78370 Plaisir
France
Tel. (1)30552206
Fax (1)30552206

Composição e impressão:
Imprensa Portuguesa — Porto

Tiragem: 2000 exs.

Depósito legal: 101068/96

RESOLUÇÃO *

Os participantes e organizadores das Jornadas Nacionais sobre a Língua Portuguesa, que teve lugar em Guimarães de 22 a 24 de Abril de 1996, em defesa do nosso idioma como pátria comum reivindicam e afirmam a sua qualidade de *cidadãos da língua*, enquanto expressão de pertença a uma comunidade plural de civilizações e culturas em diálogo, num horizonte universalista.

Para prosseguir a luta pela irradiação nacional e internacional da língua portuguesa, através de um movimento cívico que mobilize activamente os falantes do idioma, quaisquer que sejam a sua nacionalidade e o país, a região ou o continente onde vivam e trabalham, os participantes e organizadores destas jornadas decidem criar uma *Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo*, aberta a todos os cidadãos da língua e a todas as associações em que estes estejam ou venham a estar organizados.

A pertença a essa Associação será identificada emblematicamente por um documento simbólico de *cidadão da língua portuguesa*, que facilitará o contacto entre os seus membros e estimulará a sua solidariedade mútua, independentemente da respectiva nacionalidade.

A *Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo* organizará um Congresso em defesa da Língua Portuguesa, a realizar se possível em 1998, em que poderão participar todos os seus membros e todas as associações que lutam pela causa do Português e dos povos e culturas de língua portuguesa.

Guimarães, 24 de Abril de 1996

* Apresentada por José Augusto Seabra e aprovada por aclamação na sessão de encerramento das Jornadas.

Maio de 1997 Número 2

VOZ DA LÍNGUA

JORNAL DOS LUSOFALANTES

EDITORIAL

APELO À DIÁSPORA DA LÍNGUA

O universo da população de língua portuguesa atingirá nesta viragem de século cerca de 200 milhões de falantes, espalhados não apenas por sete países de três continentes mas por uma diáspora dispersa pelo mundo inteiro, através de múltiplas comunidades emigradas.

A criação de uma *Comunidade de Países de Língua Portuguesa* foi sem dúvida um passo importante para reforçar os seus laços de cooperação mútua, a começar pela defesa e expansão do idioma comum. Mas ela não deve ignorar ou minimizar essa diáspora, que prolonga no presente e no futuro a presença do Português lá onde historicamente chegou, do ocidente ao oriente e do norte ao sul, como o testemunha por exemplo a comunidade timorense, agora em luta pelo seu direito à auto-determinação e à identidade cultural.

Na própria Europa, o peso das nossas comunidades tem sido grande, em termos económicos e sociais, mas sem que lhes tenha sido reconhecido devidamente o *direito à língua*, apesar de o Português ser uma língua oficial da União Europeia. Neste momento, a nossa língua, devido a erros cometidos nos últimos anos, que só agora estão em parte a ser corrigidos, vem sendo tratada como uma "língua rara", apesar de ser entre as europeias a terceira mais falada no mundo, depois do Inglês e do Espanhol e à frente do Francês.

A preocupação generalizada com essa situação levou muitas associações e personalidades da nossa diáspora europeia, englobando portugueses, brasileiros e africanos lusófonos, a constituir a *Associação dos Lusofalantes na Europa* (A.L.F.E.) que lançou um cartaz difundido por todos os países europeus, com a palavra de ordem "Nossa Pátria é a Língua Portuguesa", editando também este jornal — *Voz da Língua* — que serve de elo de ligação dessa diáspora, em contacto com a dos outros continentes.

As adesões à A.L.F.E., bem como a difusão do seu órgão em múltiplos países da Europa, em Portugal, no Brasil e na África lusófona, animam-nos a prosseguir na nossa acção com redobrado estusiasmo. Mas é preciso que, em cada comunidade da diáspora, se organizem núcleos dinâmicos de luta pelo *direito à língua*.

Contactem com a direcção e os responsáveis da A.L.F.E.! Escrevam para o nosso jornal! Ele é a vossa própria voz de lusofalantes na Europa.

LUIZ DE MIRANDA

PEQUENA ELEGIA PARA MAIS UMA ESPERANÇA

Chegarás sempre na última palavra
na tarde noturna do desejo
onde a paixão se recolhe
e deposita até os fantasmas
febris do desespero
Chegarás na bruma
das sílabas sonoras do amor
o ar sonando no sonho
como uma nuvem que se perdeu
e fica boiando no horizonte
Chegarás como a sombra
quente do sol
esquecida no adeus
Chegarás para dizer
que o amor revela-se
à luz noturna das palavras

Luiz de Miranda

Sumário:

Editorial: Apelo à diáspora da Língua ..... pág. 1
Pequena Elegia para mais uma esperança ..... pág. 1
As bases profundas da construção do Brasil ..... pág. 2
Mitos da Lusofonia ..... pág. 3
A Língua portuguesa no Canadá ..... pág. 4
O movimento associativo Português em França e o combate pela Língua portuguesa ..... pág. 5
É na minha Língua que penso... ..... pág. 6
A "Nova Grammatica Portugueza" de Abraham Meldola ..... pág. 6
A Música e a Língua ..... pág. 7
Sem título ..... pág. 7
Lusofonia e Democracia Local ..... pág. 8
Corre por aqui uma voz ..... pág. 8

AS BASES PROFUNDAS DA CONSTRUÇÃO DO BRASIL

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES *

Diz Jorge Couto em sua obra *A Construção do Brasil*, publicada este ano em Lisboa, que a sociedade brasileira é o resultado de um profundo processo de miscigenação biológica e cultural que remonta ao início mesmo do contacto dos portugueses com o elemento amerindio da terra brasileira, tendo-se revestido, na primeira fase, de um carácter exclusivamente euro-americano para depois abranger, a partir da segunda metade dos anos Quinhentos, a componente africana.

A miscigenação entre portugueses e mulheres indígenas passou a ocorrer antes mesmo do início da colonização do Brasil, que só adveio pouco mais de 30 anos após a descoberta, ou melhor, do "achamento" da terra de Vera Cruz — o primeiro nome do Brasil, pois a carta do escrivão da frota, Pêro Vaz de Caminha, é datada da "ilha de Vera Cruz", em primeiro dia de Maio de 1500. Os precursores da miscigenação — que ia trazer profundas repercussões na formação dos contornos étnicos, demográficos e culturais do Brasil — foram os "lançados", os náufragos, os desertores ou os degredados, primitivos habitantes daquele Brasil *alvorecente*. A extensão do processo inter-racial para depois abranger também o elemento negro deu as bases da composição étnica do país, a que tão significativamente alude o excelente estudo de Jorge Couto e o próprio título do livro, *A Construção do Brasil*. Foi assim que o país começou a ser construído socialmente.

Exemplos primitivos dessa forma de início de "povoamento" da terra brasileira constam na própria carta do achamento do Brasil quando o escrivão diz a Sua Alteza, em duas ocasiões em sua parte final, "que ficam na terra dois degredados e com eles mais dois grumetes" que saíram da nau, num barco, fugidos para terra. São vários os relatos das primeiras décadas do século sobre a presença de degredados lusos que tiveram descendentes de uma e mais mulheres silvícolas. Foi o caso do conhecido pelo nome de *Bacharel*, e que viveu muitos anos no litoral paulista. Filhas dele e de várias mulheres vieram a casar com náufragos europeus. João Ramalho e António Rodrigues foram pioneiros da miscigenação no planalto de Piratininga (São Paulo). O primeiro, que em 1532 ajudou Martim Afonso de Sousa a fundar S. Vicente, a primeira vila do Brasil, casou com Bartira, filha do morubixaba (cacique) Tibiriçá. Uma outra descendente de Tibiriçá casou com o português de nome Pêro Dias, antigo irmão jesuíta que obteve dispensa dos votos de celibato. Essas ligações entre portugueses e mulheres indígenas — afirma Jorge Couto — estão na origem de alguns dos mais importantes troncos paulistas. Na São Paulo de nossos dias, em homenagem ao par luso-tupi, as ruas João Ramalho e Bartira são vizinhas e paralelas, num bairro residencial na região oeste da cidade.

Diogo Alvares, o Caramuru, náufrago português (nascido em Viana do Castelo?) aparecido nas costas da Bahia, em 1510, foi recolhido pelos silvícolas aos quais maravilhou com um tiro de espingarda, devendo-se sua alcunha ao nome de um grande peixe do mar. Teve larga prole de sua relação com a índia Paraguaçu, que pelo baptismo veio a chamar-se Catarina Alvares. Suas filhas casaram com europeus de posição, designadamente Paulo Dias Adorno, Custódio Rodrigues Correia, João Figueiredo. Três dos seus filhos (Gaspar, Gabriel e Jorge Alvares) foram armados cavaleiros por Tomé de Sousa, o primeiro Governador Geral do Brasil (1549-1553). As primeiras famílias baianas também resultam — assinala-o Jorge Couto — da miscigenação entre lusitanos e indígenas.

Em Pernambuco um exemplo conspícuo foi dado por Jerónimo de Albuquerque, cunhado do donatário da capitania, Duarte Coelho, que se relacionou com a filha do chefe indígena Arcoverde, depois do baptismo Maria do Espírito Santo Arcoverde, bem como com outras silvícolas com as quais teve larga descendência, o que lhe valeu o epíteto de "Adão pernambucano". Uma de suas filhas, Catarina de Albuquerque, casou com o florentino Filipe Cavalcanti, tronco da família pernambucana homónima. Os descendentes de portugueses e índias eram designados por *mameluco* (pelo tom cobreado da pele se pareciam com os mamelucos do Egipto), sendo os filhos de índios com mamelucas (mestiços de segunda geração) conhecidos por *curiboca*. Com a vinda de africanos, surgiram quatro categorias étnicas: o *mulato*, mestiço de branco com negra; o *pardo*, filho de pai branco e mãe mulata; o *cafuso*, filho de negro e índia; o *cabra*, filho de negro e mulata. Os descendentes de pai e mãe europeus eram cognominados de *mazombos* e os nascidos no Brasil de pai e mãe negros eram os *crioulos*.

O livro de Jorge Couto cobre o espectro amplo do conjunto dos factos que marcaram a construção do Brasil no primeiro século de seu existir português. Tudo lá está nessa obra, que já chegou à Espanha em tradução castelhana: a proto-história étnica, o achamento, o Tratado de Tordesilhas e o significado do alargamento do meridiano luso-castelhano de partilha do Atlântico, a viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Continente americano antes de Alvares Cabral, como descrita em 1505-7 na obra *Esmeraldo de Situ Orbis*, a integração da nova terra no contexto do Império, o início em 1549 do Governo Geral do Brasil, a França Antárctica, a disputa estrangeira pela terra brasileira, a fundação do primeiro núcleo colonizador no litoral paulista, a Bahia, o Rio de Janeiro, a economia e a cultura canavieira, a escravidão, a missionação religiosa, os cronistas que à época escreveram sobre o Brasil, e tantos e tantos mais temas sobre a construção do que vem a ser a maior realização dos portugueses fora de suas fronteiras: o Brasil. Obra de leitura indispensável para interessados em história e leitores em geral.

---

* Embaixador brasileiro reformado, residente em Lisboa, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

MITOS DA LUSOFONIA

CHRYS CHRYSTELLO *

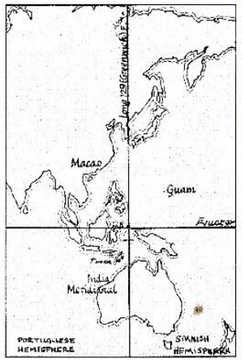
Uma das questões que mais interessa a certos meios ligados à preservação da língua e cultura portuguesas é o de provar que elas estão vivas. Contudo, há algo mais importante a fazer: mantê-las vivas.

Se bem que seja importante, o contributo dado por entidades oficiais e para governamentais, com a realização de colóquios e seminários, mais importante será criar um elo motriz, capaz de as catapultar da sua semi-obscuridade em meios internacionais, para uma situação de ribalta: de Timor a Tânger, ou de Ceuta a Calecute.

Surgiu recentemente, uma proposta do Prof. Dr. José Augusto Seabra, para a criação de uma Cidadania da Língua. Esta proposta importa analisar, pois ela contém os germes do sucesso, inerentes a todas as propostas radicais e inovadoras; num país marcado pelo tradicionalismo avesso a mudanças. Para quê, esta cidadania? Para que todos os lusofalantes, independentemente de outros idiomas, que com a língua de Camões comunguem, possam identificar-se como uma entidade única e importante, capaz de sobreviver a guerras, diásporas e outras tragédias que têm assolado os lusófonos.

Quem são, o que fazem, pensam e sentem, qualquer que seja o local a que chamam terra mãe? Será que as línguas crioulas, Pidgin ou Bantu se sobrepõem às outras? Porque o ensino do Português é oficial, quererá isso implicar que esta língua suplanta as outras? Ou teremos finalmente de admitir, como falantes de Português, que a nossa língua só pode sobreviver se enriquecida por outras? Dura lição esta para aqueles — que segundo diz o escriba — "deram novos mundos ao mundo". Se não aceitarmos esta realidade multilingue das comunidades lusófonas, criamos o conceito de que temos uma língua viva, quando a mesma terá o futuro do Esperanto.

Estas algumas das perguntas que aqui se põem e que alguém — que não eu — terá de responder. Estas as questões fundamentais para a sobrevivência da língua portuguesa, qualquer que seja o sotaque ou a origem do país que chamamos nosso, mesmo que o não seja.



Esta mitificação, de que somos cerca de 182 milhões no Brasil e mais uns milhões em África e no resto do mundo a falar Português, desde Goa a Malaca, Macau, Timor, tem de ser desmistificada. Somos uma colónia de nós mesmos!

Quando queremos um livro português temos de aceitar uma versão brasileira, que até nem é má, mas podia ser melhor. Queremos um vídeo em português — qualquer que seja o lugar em que vivemos — e desde quando o podemos encontrar? e queremos livros técnicos, dicionários, manuais de informática, o melhor é aprendermos Inglês, pois que esta foi uma das línguas renegadas de que alguns estrangeiros e portugueses estrangeirados se serviram, mas nisto esta terra foi sempre fértil.

Vivi, convivi e aprendo ainda a coabitar com lusofalantes, dos Orientes exóticos que os mitos salazaristas criaram, aos que a revolução se esqueceu. Continuo a pugnar por ter filhos que falem português — não obstante o país em que nasceram ou viveram. Encontrei muitos estrangeiros mais interessados em apoiar iniciativas de preservação da língua portuguesa do que os autóctones do dito país Metrópole.

Criamos urbes, metrópoles, jamais conseguimos identificar a mesquinhez desta nossa maneira de ser que nos faz grandes — talvez maior do que somos, quem sabe? — e agora quando o grande desafio do século XXI se nos impõe, importa afirmar aquilo que imodestamente nunca fizemos: Estamos porque somos, estamos porque o sentimos e estamos porque sem isso não o seríamos.

De quem precisamos, de facto, numa "Sociedade de Línguas Portuguesas"? Será de mestres, de alunos ou meros instruendos? A quem vamos dedicar os anos de laboração difícil em terras da estranja?

Precisamos de organismos ou entidades que defendam aquilo por que pugnamo, de Norte a Sul, seja qual for o hemisfério em que estamos. Precisamos de iniciativas arrojadas! Necessitamos de organizar simpósios, conferências, seminários, captar os leitores com boletins informativos, captar os ouvintes com as línguas de origem lusófona que adoptamos ou queremos como nossa, mas é preciso ajuda: alguém que se nos comprometa a divulgar e manter viva esta língua a que ainda chamamos nossa, dos Algarves de El-Réis que já esquecemos, aos Vice-Réis de Índias que nossas nunca foram, aos Timores de quem por tempos nos esquecemos, às Malacas e Macaus de que nos lembramos quando nos queremos sentir Portugueses.

O essencial é mantermos a língua e cultura portuguesa vivas, não interessa onde mas como.

---

* Jornalista português residente na Austrália.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO CANADÁ

ANTÓNIO CRAVO

1 — O Ensino Básico Associativo

Parece que estamos todos de acordo que o fenómeno da emigração tem sido também, um factor importante na difusão da língua portuguesa pelos diversos Continentes. Mas por esta via, ainda não lhe foi reconhecido. nalguns países, o verdadeiro estatuto de uma das línguas mais faladas no Globo, até aos dias de hoje.

Contudo, no Canadá dizia, num colóquio em 1993, Manuela Marujo. Professora de Português do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto, «a língua que ensino na universidade tem o estatuto atribuído a qualquer língua internacional.»

Neste país de acolhimento, os filhos dos emigrantes têm tido facilidades de ingresso na escolaridade canadiana, integrando-se bem em todo o sistema do ensino.

Porém, estas crianças assimilando uma nova cultura e exprimindo-se melhor em língua ou línguas (francês e inglês) tenderam a esquecer a língua materna criando-se situações de incompreensão familiar e de preocupação paternal. Por isso, alguns pais, associações e pessoas atentas a este fenómeno, sentiram a necessidade de criar cursos particulares de português, a fim de estabelecerem o equilíbrio entre as crianças e as famílias e viverem num melhor entendimento.

Nasceu então, desde 1958, em Montreal e depois noutras cidades Canadianas, um tipo de ensino básico que vulgarmente se conhece entre os portugueses, por ensino das «Escolas do Samedi». Em França dir-se-ia ensino associativo. Todas estas escolas têm seguido mais ou menos os programas oficiais de Portugal, com exames preparados pelos Consulados, nas suas áreas respectivas.

Embora o Governo português reconheça aqueles cursos, apenas lhes fornece alguns livros e dá alguns subsídios, mas não a todas as escolas.

2 — O Secundário nas «Escolas do Samedi».

Desde aquela data de 1958, que vários cursos do ensino básico, apareceram no meio dos grupos de portugueses no Canadá. Todavia, faltavam cursos do nível secundário que assegurassem aos alunos a continuidade escolar, em língua portuguesa.

Dentro desta carência, o Dr. José Barros apoiado por outros colaboradores, fundou em 1975, a primeira escola secundária na cidade de Montreal, designada «Escola Secundária Lusitana». Em 1979, foi também reconhecido pelo Governo português. Começando com 11 alunos, tinha em 1993, 300 inscrições. Os seus programas vão até ao 11.º ano da escolaridade portuguesa. Pensa-se que seja ainda a única deste género, especialmente com um currículo tão completo.

As tardes culturais da Escola Lusitana têm atraído muitos jovens e mesmo adultos, com as suas actividades circum-escolares, para os mais novos e oportunidades de colaboração para os mais velhos, mantendo vivo o exercício da sua língua materna.

O ensino das escolas associativas ou comunitárias veio ser completado, mais tarde, com a alternativa dos programas do Ensino das «Línguas de Origem».

3 — O Português «Língua de Origem» nas Escolas Canadianas

Desde os anos setenta que nasceu um sistema escolar canadiano chamado Programa do Ensino das Línguas de Origem (P.E.L.O.), incluído no contexto do Programa da Educação Permanente daquele país.

Pela força de muitos pedidos dos grupos étnicos, pais e encarregados de educação, numa sociedade multilinguísta, em crescimento e numa nova realidade demográfica, as autoridades canadianas acabaram por compreender que as crianças que não esquecem as suas origens através do ensino da língua e cultura dos seus pais, ficam melhor protegidas para uma autoconfiança, uma harmonia familiar e um maior entendimento entre as pessoas de todas as raças. Por isso, acabaram por aceitar a inclusão, no Programa da Educação Permanente, do ensinamento da língua materna de cada etnia que habita no seu país. O critério dos programas fica à responsabilidade de cada Província.

Todavia, para que a língua de origem possa ser ensinada numa escola pública ou privada, é necessário que haja pelo menos 25 pedidos, para esse fim.

Na Província de Ontário, este ensino foi posto em prática no ano lectivo de 1977/78, mas impedindo que as crianças imigrantes falem entre si, a língua materna, fora das horas de cada curso que ocupam normalmente três horas por semana.

A Federação dos Pais Portugueses desta província também teve um papel preponderante na reivindicação deste tipo de ensino da nossa língua que entrava no número das 63 ensinadas já naquele programa, no ano de 1992.

Apesar dos benefícios que estes cursos possam trazer às crianças imigrantes, nem todas as Províncias canadianas têm aceite este programa das línguas de origem. Em 1991, apenas 34 direções-gerais de 50% daquelas províncias permitiram o funcionamento deste tipo de Ensino.

Apesar de tudo, no ano de 1992 já estavam 9000 crianças inscritas no ensino da língua portuguesa, permitido pelo programa P.E.L.O., embora não seja visto com bons olhos, por certos docentes canadianos.

Este tipo de ensino paralelo tem a vantagem para os portugueses de poderem optar entre ele e o que se ministra nas «Escolas do Samedi» e ainda a facilidade de horários para as crianças.

4 — Conclusão

O que acabamos de expor, mostra-nos essencialmente, a necessidade que as crianças lusodescendentes, têm de aprender a língua materna para o equilíbrio pessoal familiar e mesmo inter-étnico. Em todos os países de recepção imigrante deveria haver sempre esta preocupação tanto, nas famílias, como nas autoridades quer do país fornecedor quer do país receptor das migrações.

No caso concreto do Canadá, há ainda muita coisa que deveria ser melhorada. Entre outras, deveria existir uma instituição oficial portuguesa junto da Embaixada de Portugal que coordenasse todos aqueles mosaicos do Ensino Português.

Quanto aos professores deveria restituir-se-lhes o verdadeiro estatuto da função docente pública ou privada e dignificando-lhes a sua profissão, também com uma formação contínua.

Finalmente, deveria haver nas Universidades canadianas preparação de docentes que pudessem garantir a continuidade das aulas da português às novas gerações, que as primeiras tão meritoriamente souberam criar.

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO PORTUGUÊS EM FRANÇA E O COMBATE PELA LÍNGUA PORTUGUESA

JOSÉ MACHADO *

Um sábado no Consulado de Portugal em Versalhes. Muitas associações representadas. Homens simples, do povo, para quem a língua portuguesa, em vez de motivo para mais um «Simpósio», é motivo de luta tenaz pela própria sobrevivência cultural.

Se alguém disso duvidava, nesse encontro bem depressa as dúvidas se esfumaram. Esses homens e mulheres, dirigentes associativos, alguns com pouco mais que a instrução primária (ou nem sequer...), demonstraram, pelas suas intervenções e opiniões, o que significava para eles o ter de lutar, quotidianamente, para que a língua portuguesa ainda exista, em terras de França, como língua de ensino, primário ou secundário.

É sempre difícil exigir, a esses homens e mulheres, que compreendam o contexto internacional, ou a capitulação flagrante do anterior governo, face ao lugar que ocupa (se lugar ainda há...) a língua portuguesa no contexto linguístico internacional. Para eles, a culpa é desde logo atribuída ao professor que falta às aulas, aos brasileiros que ensinam o português no ensino francês, ao Consulado «que não se mexe» ou aos franceses que «são racistas».

É que, por trás de tal «árvore», se esconde a «floresta» da falta evidente duma política da língua e duma vontade política, claramente expressa, de lutar na cena internacional pelo lugar que o Português tem de direito.

Já não basta dizer-nos, até cansar, que o português é a 3.ª língua europeia mais falada no mundo. Já não chega, repetir até cansar, que somos quase 200 milhões a falar português no mundo.

O que reclamam, os homens e mulheres que nesse sábado se reuniram em Versalhes, são coisas simples.

É haver professoes onde não os há.

É haver suportes pedagógicos e programas adequados ao ensino nas Comunidades.

É que a diplomacia e a administração pública ame a língua de Camões como eles a amam.

É que haja firmeza na defesa do português nos Acordos Bilaterais e na cena internacional.

É que os professores se sintam motivados e valorizados no seu trabalho quotidiano.

É que se promova uma imagem cultural do país no estrangeiro que despedace, de uma vez por todas, o carimbo de «coitadinhos», e de «mala de cartão» que nos colaram...

É que não vendam a língua portuguesa pelos «30 dinheiros de Judas», colando-lhe o selo de «língua rara» que agora encontrámos por todo o lado.

São coisas simples que, para um cidadão «civicamente normalmente constituído», seriam lógicas e até escusadamente citadas. Só que a realidade de todos os dias, se abate sobre todos aqueles que se deram por missão de defender a língua portuguesa, reforçando-as naquela certeza de que estão sós e que tal combate se torna ciclópico.

Que razões motivam as Associações, de gente tão simples, para se lançarem em tão gigantesca batalha? Que empurra essa gente a «arregaçar as mangas», ora que a maioria dos intelectuais que por aí abundam, se compraz com tal situação, desde que daí tirem alguns dividendos?

É uma cultura, são os filhos, é o país, é uma história...

É tudo isso, mais a revolta diante uma situação humilhante como aquela que atravessa hoje, a nossa imagem cultural e — consequência lógica — a língua portuguesa.

As Associações portuguesas, atravessam hoje um período que se está assemelhando dramaticamente ao dos anos 60, quando, nos «bidonvilles», nas caves e corredores, nos sítios mais obscuros, se ensinava o português.

Tal como então, as associações são empurradas hoje, a substituir o Estado, a recorrer aos meios mais elementares... a tornar a transformar-se em escolas, ora que a sua vocação primeira não é tal.

Muitas associações, podem não compreender, desde logo, que a sua principal tarefa é a de lutar por integrar a língua de Camões no sistema oficial de ensino, ao lado de todas as outras que aí são leccionadas.

Podem até não compreender que o serem obrigadas a substituir a Escola, acentua ainda mais o tal «carimbo» de língua rara que o governo de «Cavaco y sus muchachos» lhe colaram. E, até, que tal ensino paralelo aumenta ainda mais a imagem de língua de *ghetto* e de «coitadinhos» que o português arrasta, para «mal dos nossos pecados».

Mas uma coisa o Movimento Associativo, e a gente simples que o dirige, compreende, defende e afirma:

Se estámos cá, a substituir as Escolas e o Ensino Oficial, tal não se deve a qualquer erro nosso ou, tão pouco, a uma vontade expressa nossa de representar um papel para o qual não estámos, nem preparados nem vocacionados.

Tal se deve, isso sim, aos erros, ao diletantismo, à atitude de «Vende pátrias», à capitulação dos governantes e do Estado, perante o simples dever de defender a língua do povo que os elegeu.

---

* Presidente da Federação das Associações Portuguesas em França.

É NA MINHA LÍNGUA QUE PENSO...

ALFREDO OLIVEIRA DE SOUSA

A linguagem mais corrente comporta um número importante de enunciados metalinguísticos, o qual atesta a necessidade do homem de pensar a sua linguagem no próprio momento em que fala.

ROLAND BARTHES («Um Belíssimo Presente», in *O Rumor da Língua*)

Sabendo-se que a língua é o instrumento mais importante para a apreensão do mundo que nos rodeia, seja lá onde for que nos encontremos, só poderemos, no entanto, fazer uma apreensão completa na nossa língua materna. E mesmo que seja reduzido o campo lexical e se veja empobrecido e até degradado, como ultimamente vem acontecendo (cedências e estrangeirismos e seu uso indiscriminado, designadamente) será sempre na língua-mãe que se pensará, estejamos nós em França, em Inglaterra, na América ou na Índia. Não bastará, porém, que nos fiquemos apenas pelo pensar: é necessário que a nossa língua, a língua portuguesa, seja por nós privilegiada, sempre que o possa ser por reconhecimento e direito próprios, quanto mais não seja, pela autoridade que lhe é conferida pelos 200 milhões de indivíduos que, em todas as latitudes a utilizam como instrumento de comunicação, ou somente como estrutura do pensamento.

Sei que a língua portuguesa é a minha língua, a minha *voz*, e que a qualquer outro indivíduo que não seja português ela muito pouco ou nada dirá; mas foi na minha língua que fui concebido e gerado, que nasci e cresci, que vivi e vivo a maior parte do tempo (mesmo que me encontre do seu solo ausente) e é nesta minha língua que pretendo morrer, algures na sua eternidade de percurso infindável.

Nestes anos, entre o meu nascimento e a minha morte a vir, a língua portuguesa me percorreu e eu a percorri (e a percorrerei) nos seus mais intricados meandros; me inquietei com ela e com ela me apaziguei; com ela sofri e com ela amei; fui em português, geracionalmente, descendente e ascendente e sempre nos meus modos de ser, de agir e de pensar o fiz em português. Se me encontrava ausente do solo pátrio, por outras *pátrias* deambulando, foi sempre na minha língua, no mais recôndito ou no mais exuberante dela e de mim, que *fui*, agi e pensei, que *estive*, quer me sentisse acompanhado pelas mais angustiantes solidões, quer pelas mais gárrulas companhias.

É este o sortilégio da minha língua: permitir que viva e morra nela; que nela me deleite no fervor das palavras que lhe dão corpo e alma e a transmitem, e não apenas pela sua funcionalidade de instrumento comunicativo quotidiano, ou pela *raiz* (sirente) *do pensamento*, que, como encareceu António Gedeão, num poema musicalmente celebrizado, *não há machado que corte*.

É neste peculiar encantamento das palavras, proferidas ou pensadas, nesta mística tornada praxis, que me tenho envolvido e insistido nesta parcela territorial portuguesa, o Vale do Sousa, modestamente, muito embora, e com parcos meios à disposição, não obstante pletórico de desejos de que a língua portuguesa, a minha língua, a nossa língua, não deixe de florescer, de cantar o do viver, como já o desejava o poeta quinhentista da «Castro», António Ferreira: *Floresça, fale, cante, ouça-se e viva! a portuguesa língua...*

A "NOVA GRAMMATICA PORTUGUEZA" DE ABRAHAM MELDOLA

PIEDADE GRALHA

Abraham Meldola, «ao que parece judeu portuguez, residente em Hamburgo», segundo o Diccionario Bibliographico Portuguez, publicou, na «officina de M. C. Bock, a custas do Author», em Hamburgo, no ano de 1785, a «Nova Grammatica Portugueza», «livro muito raro em Portugal», segundo informação do referido Diccionario, do qual a Biblioteca Carl-von-Ossietzky em Hamburgo e a Biblioteca Herzog-August em Wolfenbüttel possuem um exemplar.

Abraham de Meldola nasceu em 1754, na cidade de Amesterdão, filho de um juiz em assuntos de Direito Judaico, tendo estudado na Universidade de Leiden e na Escola Talmudista de Amesterdão. Cerca de 1772 emigrou para Altona (Hamburgo), onde desempenhou funções de *Hazan* na comunidade portuguesa Neve Salom.

A partir de 1784 passou a residir em Hamburgo, onde trabalhou como tradutor e notário. Aparece registado pela primeira vez em 1791 no livro de registos da cidade hanseática, como «Notário Imperial», curiosamente numa época em que, em Hamburgo, esta profissão ainda estava interdita a judeus. Pelo menos desde 1786 exerceu funções de tradutor de Português, Hebraico e Holandês. Dificuldades pessoais e profissionais levaram-no a abandonar Hamburgo, por volta de 1822, tendo morrido em Amesterdão a 25 de Novembro de 1826.

A Enciclopédia Judaica de Berlim refere, no capítulo dedicado à vida intelectual de Hamburgo, dezoito nomes portugueses, começando pelo famoso médico Rodrigo de Castro e terminando com Abraham de Meldola, último representante de uma longa e frutuosa tradição.

A «Nova Grammatica», encontra-se dividida em seis partes. *Ortographia, Etymologia, Syntax, Prosodia com Supplemento, Lavores da Lingoa e Miscellanea*, contendo esta última essencialmente textos históricos e geográficos do século XVII, textos literários (sobretudo Camões), uma carta do Padre António Vieira e alguns textos linguísticos, sendo de salientar o Prolegomeno de João Madureira Feijó à sua *Ortographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingoa portugueza*, de 1734.

A Gramática de Meldola possui a particularidade de ter um carácter universalista, imbuída do espírito da «Aufklärung», procurando servir outros ideais que não somente a aprendizagem de uma língua estrangeira. As questões morais são uma preocupação central do autor, em «Nam cuidei somente instruir a mercancia, mas também pensei a divertir ao estudioso» e «No quanto merece esta arte ser anteposta ou proposta a outras escritas, mesmo no Reyno de Portugal, deixo a decisam dos intelligentes».

Infelizmente, no «Reyno de Portugal», não mereceu a atenção que merecia, esta obra do século XVIII, inovadora quer do ponto de vista científico, quer pedagógico. Para esta situação deverá ter contribuído a origem judaica do seu autor, cuidadosamente formulada no já referido *Diccionário*. Contudo, apesar de alguns exemplos lexicais apontarem para essa proveniência, como a utilização de «pão levedo» e «pão asmo» para designar pão cozido com e sem fermento, são relativamente esporádicos no seu conjunto, aparecendo, igualmente, vocabulário marcadamente católico como «dia dos finados», «purgatório» e, até, «Jesus Christo» [1]

Em todo o caso, Meldola também não «morria de amores» pelo país que cerca de três séculos antes tinha expulso os seus irmão de fé. No capítulo *Syntaxe figurada* explica a elipse com este exemplo:

> *Nam duvido passar a Portugal, mas ficar la isso nam*
> *Nam duvido passar a Portugal, mas ficar la, isso nam quero*

Os judeus expulsos de Portugal, os *cristãos-novos* ou marranos eram conhecidos em Hamburgo, desde o princípio do século XVII, por *nação portuguesa*. Com a sua ajuda a cidade de Hamburgo conquistou, no século XVII, a sua importante posição em construção naval, operações bancárias e transacções comerciais. De realçar igualmente, a sua contribuição para o enriquecimento da vida cultural hamburguesa.

Em 1633 o Português fora uma língua tão usada na cidade hanseática que nela se imprimiu uma gramática de Hebraico – *Gramatica Hebraica. Parte Primeyra* de Gidhon Abudiente.

Século e meio mais tarde tornara-se para os judeus cultos uma «língua de cultura» e não de «uso», que urgia salvar com uma gramática. Para estes deverá Meldola ter escrito a sua *Nova Grammatica*. Ela aí está a merecer «ser anteposta ou posposta a outras escritas», já que até hoje raros foram os que se ocuparam em pesquisas sobre esta obra, sem dúvida, importante no panorama da Linguística portuguesa, cuja actualidade e interesse é inegável.

---

[1] Cf. Körner, Karl-Hermann, «Sobre Abraham Meldola e a sua Nova Grammatica Portugueza de 1785», in *Die Sefarden in Hamburg, Zur Geschichte einer Minderheit*, I Vol., Studemund-Halévy, Michael, Ed. Buske, Hamburgo, 1995.

A MÚSICA E A LÍNGUA

CARLOS OTERO *

A minha forma de comunicar tem ligação com outra língua: A MÚSICA.

A ideia à partida era de permitir a certas crianças da "banlieue", (com tudo o que isso quer dizer de classes sociais, raças e culturas diferentes), de participar à elaboração dum espectáculo, por essência, diferente de tudo o que já conheciam: Uma ÓPERA!

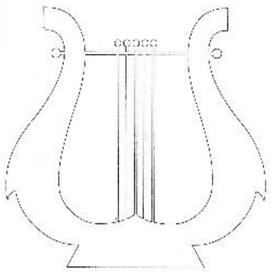
Aceita-se facilmente que alguns discursos que nos são completamente estrangeiros (os folhetins de televisão americanos ou japoneses, por exemplo) possam impôr-se como modelo para as crianças. Nenhuma dessas "ideias recebidas" resiste às acções levadas a cabo no terreno mesmo da escola.

A Ópera na escola. E porque não?

A princípio essa acção parecia louca nas suas intenções e nas suas modalidades.

O problema era difícil. Como abordar um género de espectáculo tão complexo a um número tão elevado de alunos (800)?

Animações escolares foram feitas para falar sem grandes "rodeios" do compositor e da obra dele. Os escolares fizeram perguntas sobre um e sobre outro. Nesse trabalho importante participaram alguns cantores de ópera convencidos da nacessidade de trabalharem para o futuro e de criarem o público de amanhã. Um público composto de adultos avertidos e a quem se deram as indispensáveis chaves para acederem a todas as riquesas da cultura. Sem qualquer complexo, os cantores, explicaram e demonstraram a arte deles através d'alguns exemplos.



Para algumas crianças isso foi uma grande revelação pois nunca tinham ouvido um cantor de ópera "tão perto". Para mais, um cantor, que nem sequer tinha necessidade dum microfone para que o público o podesse ouvir.

O resultado ultrapassou tudo o que se podia esperar de melhor. As crianças receberam essa forma de música e de canto com grande entusiasmo. Eles provaram que não era necessário possuir uma grande cultura musical para gostar, simplesmente gostar, com alegria, inocência e instinto o que é apresentado muitas vezes como um espectáculo destinado às elites.

Mais tarde os alunos vêm ao teatro assistir aos ensaios, tomando contacto directo com a realisação duma ópera, inclusivé, a construção dos cenários, dos fatos, etc. E quando alguns dias depois assistem à representação por inteiro, podem apreciar a evolução do trabalho de todos e, deixarem-se "levar" pela bela música da "Fláuta Mágica". Que grande vitória para todos nós ao sentirmos o grande entusiasmo dessas salas cheias de crianças que riem e aplaudem sem parar uma música mágica, escrita por outro mágico: MOZART.

As centenas de cartas que nos escrevem (muitas das quais assinadas com nomes portugueses) são a prova que eles gostam de ópera. Desde o grande prazer da descoberta dum espectáculo lírico até às críticas... E nós que pensávamos que as crianças já não tinham (assim como os adultos) sentido crítico!...

Eles têm sede de aprender e de penetrar os mistérios da música e da ópera. E quem melhor que: ROSSINI, DONIZETTI, BIZET, GOUNOD, ou MOZART poderá fazê-lo? Sobretudo MOZART. Na idade deles já escrevia óperas.

* Cantor e encenador de ópera português em Paris.

SEM TÍTULO *

JOSÉ ALBERTO MAR

1

Por vezes, alguém põe um dedo na ferida. Quero dizer — alguém acorda na sombra geral dos seus nomes e os nomes mergulham nos ritmos do sangue e logo as mãos crescem para os lugares e os lugares crescem com elas e depois fica tudo mais alto. Há quem passe, olhe de lado e continue a sua vida. Outros há que passam e se detêm por um pormenor mais chamativo.

2

Claro que todos os lados, todos os nomes são pretextos. E os lugares também. Nascemos e morremos por uma graça indomável perdida no tempo. Andamos às voltas disto tudo enquanto por dentro acordam e adormecem as sementes povoadas pelos estranhos frutos de uma sede sem fim.

3

Vozes vozes que cantam as distâncias
e o exemplo dos milhares de sóis
mesmo sabendo-se que para outros [olhares
há um abismo memorial nas cabeças
uma outra idade outra
boca menos cercada
pelas cores dos dias
na trasnformação dos corpos.

* Poemas enviados por um leitor.

LUSOFONIA E DEMOCRACIA LOCAL

JOSÉ JORGE LETRIA

A Lusofonia não é um espaço utópico, é uma realidade cultural, linguística política, que nos deve estimular e simultaneamente responsabilizar.

O património representado pelas obras literárias de Jorge Amado, José Saramago, Luandino Vieira, José Craveirinha ou Baltazar Lopes, pela música de José Afonso, Chico Buarque ou Cesária Évora, pela pintura de Malangatana ou de Graça Morais, pela escultura popular africana ou pela cerâmica tradicional de Estremoz ou de Viana do Castelo tem que ser conhecido, preservado e permutado nesta grande comunidade que tem como cimento unificador uma língua com mais de oito séculos e as culturas que ela tem ajudado a consolidar, a engrandecer e a universalizar.

Seja qual for a evolução do mundo nos próximos séculos, será sempre muito mais importante aquilo que nos une do que aquilo que nos separa.

A democracia local terá que ser, neste quadro, cada vez mais uma democracia cultural, ou seja uma democracia que aposte na diferença, na tolerância, na preservação da herança humanista e na capacidade de, pela via da sensibilidade, aumentar a compreensão do mundo e o gosto de se ser solidário.

A lusofonia também é um espaço de solidariedade que se dilata e se fortalece sobretudo através da democracia local, tendo como base de diálogo e entendimento este tesouro comum e perene que é a língua portuguesa.

Façamos nosso o apelo do filósofo norte-americano do Direito John Rawls, que diz: *"Saibamos conviver com as nossas diferenças"*. É neste convívio que a nossa comunidade se engrandece e vivifica com a força revitalizadora de tudo o que é garantia e certeza de futuro.

Se podemos ser actores neste processo de mudança e de afirmação da cidadania, então não nos limitemos a ser somente espectadores. As comunidades que servimos tudo terão a ganhar com isso.

VOZ DA LÍNGUA
ÓRGÃO DA "ASSOCIAÇÃO DOS LUSOFALANTES NA EUROPA" (A.L.F.E.) — Trimestral

Número avulso: 10 FF
Assinatura anual (4 números): 30 FF

Responsável pela publicação:
Direcção da A.L.F.E.

Sede:
Casa de Portugal
620, rue Mansuirt 78370 Plaisir
France
Tel. (1)30552206
Fax (1)30552206

Delegação em Portugal:
Apartado 2156
4203 Porto Codex
Tel./Fax (02)814786

Composição e impressão:
Imprensa Portuguesa — Porto

Tiragem: 1000 exs.

Depósito legal: 101058/96

CORRE POR AQUI UMA VOZ

Corre por aqui uma voz (perdoa a pilhagem do verso,
ó Gregório de Matos) e eu não sei qual seja,
nem qual a fonte do som de que provém.
Estremece-me o seu eco metálico, a sua vibração
de abóbada, o seu extremo rigor na apropriação
das sílabas. É uma voz que parece querer usar
a minha voz para dizer ao que vem, para dar sentido
ao presságio e ao grito, para se alcandorar
às varandas nocturnas onde a luz expira devagar
como um corpo exausto e doente. Dou por mim
a não ser outra coisa senão a soma imperfeita
das vozes que nesta taça se acolhem,
que nesta escrita se desejam ancoradas.
A minha voz é tantas vozes, a minha fala
tantas falas, que nesta mediação esgoto
o último lume que fere o nervo em que todo
o dizer assenta. Corre, já o disse, por aqui
um voz que não é minha, mas que me pertence
porque a matéria sôfrega da fala
é este turbilhão, este caudal de sílabas
a derramar-se no bojo oculto do poema
como se tudo que há ainda para ser dito
só agora se pudesse dizer com pressa e fúria.

José Jorge Letria
(Inédito)

Afinal não houve 1º congresso mundial da língua portuguesa nem segundas jornadas sobre a língua portuguesa (em Guimarães) onde iríamos incluir o nosso congresso. Os apoios financeiros falharam, o jornal foi suspenso, gente a trabalhar havia pouca, além de mim e do Embaixador José Augusto Seabra e os apoios externos limitavam-se a artigos para publicação.
Quando em dezembro de 1999 lancei (no Porto e em Lisboa) o primeiro volume da trilogia da História de Timor em livro, constatei haver gente interessada em reativar o sonho do projeto ALFE.
E o projeto estava pronto para outubro 2001, mas faltava uma entidade patrocinadora oficial do evento pelo que foi adiado doze meses para 18 a 19 de outubro 2002 na Fundação Eng.º António de Almeida com apoio da já extinta SLP Sociedade de Língua Portuguesa. Apesar de termos uma centena de presenças, o prejuízo de 50 contos (2500€) não nos demoveu e começamos a trabalhar no segundo evento que se realizou em Bragança no auditório Paulo Quintela de 7 a 8 de novembro com o nosso apoio através da delegação da SLP no norte que então criámos e patrocínio da Câmara Municipal. Mantivemo-nos em Bragança até 2010, e partir de 2005 nos Açores começamos a organizar dois eventos ao ano, um nas ilhas e outro em Portugal ou no estrangeiro.
Em 2010 criámos a associação para evitar que a Câmara de Bragança se apoderasse totalmente do projeto como fez em relação ao projeto do Museu da Lusofonia que iremos desenvolver aqui em Belmonte no Museu dos Descobrimentos graças à visão do nosso anfitrião, Presidente da Câmara de Belmonte Dr António Pinto Dias Rocha e Eng.º Joaquim Costa da Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte.
Do 1º colóquio além de mim e da Helena Chrystello, continuam neste projeto o Ângelo Cristóvão da Academia Galega, o Luciano Pereira da ESE de Setúbal e o Tiago Anacleto-Matias e a Helena.
Muita água correu sobre as pontes, a crise de 2008 trouxe sugestões de fazermos apenas um evento ao ano, mas temos o calendário preparado e confirmado para dois colóquios ao ano até 2022.
146 pessoas foram nossas associadas e hoje temos 87. O projeto original de José Augusto Seabra a que dei corpo nestes Colóquios da Lusofonia mantém as mesmas traves mestras e irá prosseguir enquanto a saúde e forças dos seus mentores o permitirem. Bem-haja a todos os que ao longo dos anos souberam dar o seu apoio e presença a estes colóquios.

POESIA DE TIMOR NA ABERTURA DA EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS DE LOTUS JADE TCHUM FALCÃO (NHU LIEN TCHUM 鍾玉蓮

547. ELEIÇÕES SEM LIÇÕES EM TIMOR, 8 JULHO 2012

díli 23 setembro 1973
cheguei hoje a timor português
a vinda marcará a minha vida para sempre
sem o saber nunca mais nada será igual
o futuro começa hoje e aqui
entrei no tempo da ditadura
sairei na democracia adiada

na bagagem guardo sabores,
imagens e odores
sonhos de pátria e amores
divórcios e outras dores

cheguei sem bandeiras nem causas
parti rebelde revolucionário
tinha uma voz e usei-a
tinha pena e escrevi sem parar
pari mais livros que filhos
para bi-beres e mauberes

48 anos de longo inverno da ditadura
24 de luta independentista
agora que a lois vai cheia
e não se passa na seissal
já maromác se apaziguou
crescem os lafaek nos areais
perdida a riqueza do ai-tassi

gorada a saga do café
resta o ouro negro
para encher bolsos corruptos
sem matar a fome ao timor

perdido nas montanhas
sem luz, água ou telefone
repetindo gestos seculares
mascando sempre mascando
o placebo de cal e harecan
mas com direito a voto
para escolher quem o vai explorar
sob a capa diáfana da lei e ordem
do cristianismo animista

oprimido sim
mas enfim livre.

433.II BUCÓLICA BOBONARIANA, BOBONARO, TIMOR, NOVEMBRO, 23, 1973

(permaneci calado
traído por pensamentos galopantes
onde as mulheres
cadê as crianças?
que gente esta
donde vem?
que peso arrastam
penosa
mecanicamente?)

ao longe divisei um ancião
vergado como uma aduela
corri para ele
inspirou-me medo
fez um gesto vago
um arremedo
a suster-me
estaquei a distância
nem um pássaro riscava a muda quietude do céu

tremi
como se de súbito
me penetrassem
as respostas todas
virei costas
e corri
corri
corri

e aqui estou
hoje
a dar-vos conta
do que vi.

---

433 I BUCÓLICA BOBONARIANA - I BOBONARO, TIMOR, NOVEMBRO, 23, 1973

a colina à esquerda ergue-se mansamente
sem pressas
caminha do mar
reproduz-se altiva
pico agreste me vigia
não há vegetação
nem sinais de gente
(terá emigrado daqui a seiva?)
as rochas puras ainda
primitivas
nascituras
erguidas por ciclópicas mãos
do fundo dos mares
quedaram-se ostensivas
desafio de nuvens eternas
arbustos pequenos
insignificantes como as gentes
misturados na paisagem
espraia-se na vastidão o olhar
(começa em mim)
e só montes
pedras
horizonte

e eu aqui fechado
cercado
ilha de mim próprio

---

449. EROS NOS JARDINS DE LESTE DÍLI, TIMOR, NOVEMBRO, 25, 1974

os corpos se venderam por dez réis de nada
assim me serviam do que criam inútil
e se davam
fáceis e apáticas
faziam amor como quem respira
isto é
o ritmo cósmico da órbita do poema
descrevia uma sinusoide irregular
e de tanto engravidarem
sentiam na carne

o vício de todas as necessidades
e de tantas fomes acalentarem
o instinto as aguilhoava
nascituras
logo então vitimadas

-EROS senhor e amo nos jardins de leste

pequenas
saracoteantes
delicado delinear de dietas forças
figuras de cabaia e lipa[47]
dos agrestes picos montesinos
às planuras
frágeis ninfas
"que o sol em nascendo vê primeiro"
diac ca lai? la diac malai[48]
e a gente compra
Escudo ihra - Né
la cói! ata! lima
cabeça búlac! menina lá diac... ossam báric
loro mai massimida

os lábios de carmim de viva cal e da harecan
haneçam maliri.[49]

---

450. O TETO DO MUNDO - LUTA DE GALOS DÍLI, TIMOR, DEZEMBRO, 3, 1974

como romper as palavras?
o som e o lamento do ai-tassi
sagrado lenho
em ti se moldaram
faces e rugas milenárias
caminhos de teto do mundo
nas mãos vazias viaja o passaporte
para que não sucumbas hoje
há muitas mortes nos amanhãs
teus pés ligeiros voam vinte quilómetros
o cacho solitário que colheste
bananas com que não matas as fomes
enganas malai com parco lucro
escudo lima[50]
e teu rosto infantil e puro

[47] saia de tecido colorido, típica de Timor, de origem malaia, e que é usada enrolada à cintura, descendo até aos tornozelos
[48] Em Tétum no original
[49] Em Tétum no original
[50] o equivalente a cinco escudos em moeda de Timor

sorria
vendeste a sobrevivência duma semana
caminhas curvado e galgas montanhas
teus os reinos de Railaco e TataMaiLau[51]
por isso retornas e teu sorriso é jovem
na cal e harecan misturas o prazer e o engano
também teu estômago sorri confiante
também tua a linguagem do corpo
no regresso de braços dolentes
firme em teu braço direito
o teu combate de penas
pobre mercador de ilusões em galos de luta
acaricias teu ganha-pão
teu desporto
e apostas
mais
sempre mais
são tuas as lágrimas
a revolta e a derrota
é teu o sangue e o alimentaste
guardas o estilete acerado
não decepou medos
são tuas as planícies e as ribeiras
as torrentes inundaram o arrozal
levaram pontes e caminhos
e tu ris do grande engenheiro malai
como do búfalo do china luís
navegando rumo à liberdade
nem pensas na tua
das árvores pendem camarões doces do rio
e o pequeno jacaré
faz o cruzeiro oceânico Ribeira de Seiçal-Dili
maromác[52] *sabe*
maubere é diac [53]*e vai passar*
esse o lado outro do abismo.

---

434. A LEPRA DÍLI, TIMOR, DEZEMBRO, 3, 1974

eu vi-os
de olhar gasto e gestos caídos
vinham com neves eternas nos cabelos
enxada às costas
vergados ao peso de séculos
maltrapilhos

[51] picos mais altos de Timor, rondando os 3 mil metros de altitude
[52] maromác o equivalente a deus em língua tétum
[53] maubere é diac, o timorense é bom, coisa boa

descalços
rotos
bronzeados por sóis perdidos
na memória dos tempos
uma grande fome para contar
e o silêncio sem fim
de todas as solidões
falei-lhes
acenaram sem se deterem
cadência de autómatos
sem vontade
explicaram por gestos
o que presumi sorriso
onde só havia gengivas descarnadas
informes
perguntei
donde vinham
de que estranha guerra
sobreviviam
sem abrandarem a insólita marcha
puxaram da bia sem idade
acenderam-na na concha dos dedos recurvos
suspiraram
fundo
como jamais ouvira
era um sopro indefinido
murmurado
amargo
entretanto havíamos chegado
povoado estranho
sem gente
nem cães
ladrando em redor
casas estranhas
elevações de colmo
suspensas de estacas
mudas sem janelas nem portas
um silêncio velho de morte
deixar a alma
deste ritmo
parar
deixar o instante deste tempo
renascer
eterno
esta a proposta
inicial
iniciática
até lá, como?

451. PORQUE JOVENS IAM Á GUERRA BALI, DEZEMBRO, 3, 1974

eram jovens
por isso partiam
nas mãos os cravos
nos lábios mil sangues
por florescer
os corpos amadureciam quando matavam
pilhavam
violavam
era o fogo das balas
as granadas
o napalm
a carne para canhões

porque jovens
cantavam impolutos
e as mãos decepavam
a saudade desilusionada
irmãos todos
fratricidas
o papão fantoche do governo
lhes ensinara o decálogo de guerra
indesejada

porque jovens
partiam obrigados
nos sonhos
armada a verdade
vulcões por semear
sangrando campos
estiolavam
eram os braços emigrados
era a fome
eram soldados
era o povo
porque soldados e povo
partiam
levavam ódios insentidos
cumpriam destinos alheados
nos lábios as palavras
e eram amor
o alfabeto dos oprimidos
para uso interior
lá onde os regulamentos não mandam
pelo caminho

eram a voz e a bandeira
o povo sorria às armas
libertado caminhava
no braço armado do povo.

---

443. POST-SCRIPTUM **(A ANDRÉ BRETON)**

como num mundo
outro
em mim
aguda memória
inenarrável
caminho no fogo das mãos
é nossa a estrada
alheios
os calendários o negam
no vento da derradeira galáxia
nascitura terra
fálica linguagem
precipitamos cegueiras
violento abismo
- momento zero na viagem do corpo -
fomos a lava e o magma
ébrios
exaustos
incendiário batismo bíblico
construímos a casa e as areias
nove
para ti
eram os meses infenecidos
hoje
palavras intimidadas
seminolentes
cerne de alquimias
para quê crer
utopias suicidas
o país o decepam
apáticos
direi mesmo
apátridas
resignados
assistimos
gerámos a hidra
agnósticos
incréus
expectamos
das cinzas

das ruínas
obnubiladas memórias
aqui começa
a medieval noite
silêncio de vivos com morte nos olhos.

---

549. alucinação na areia branca (timor) 11 julho 2012

era maio em 1975
havia luar na areia branca
sem ondas na ressaca
caranguejos azuis na fina areia
baratas voadoras à frente dos faróis
eram pequenos os lafaek e raros
quase se ouviam os corais a falar

ao longe sem luzes em díli
o escuro dos montes

entre nós e o ataúro
deslizavam barcos espiões
antecipavam a komodo
ensaiavam invasões

corri a alertar
ninguém quis ouvir
escrevi e denunciei
chamaram-me alucinado

nunca imaginei o genocídio

---

548. QUERIA SER TOKÉ 11 JULHO 2012

eu queria ser toké e contar o que vi
desde que partiste em 1975

queria saber falar
dar os nomes os locais e os atos
de todas as atrocidades, violência e mortes
que testemunhei mudo na minha parede

eu queria ser toké e escrever tudo

queria contar o que não querem que se saiba
queria contar o que não queriam que se visse
queria contar os gritos que ninguém ouviu

queria ser água e apagar os fogos
que extinguiram a nossa história
como se não fora possível reconstruí-la

queria ser pássaro e levar nas asas
todos os que foram chacinados
violados, torturados e obnubilados
voar com as crianças que morreram de fome
as mulheres tornadas estéreis

tanta coisa que queria dar-te timor
e não posso senão escrever palavras
lembrar teu passado heroico
sonhar futuros ao teu lado

---

550. TIMOR NAS ALTURAS 15 JULHO 2012

queria subir ao tatamailau
pairar sobre as nuvens
das guerras, do ódio, das tribos
falar a língua franca
para todos os timores

queria subir ao matebian
ouvir o choro dos mortos
carpir os heróis esquecidos

queria subir ao cailaco e ao railaco
consolar as vítimas de liquiçá
beber o café de ermera
reconstruir o picadeiro em bobonaro
tomar banho no marobo
ir à missa no suai
buscar as joias da rainha de covalima
passar a fronteira e voltar
chorar todos os conhecidos e os outros
e quando as lágrimas secassem
regressaria à minha palapa imaginária
à mulher mais que inventada
oferecer-lhe um pente de moedas de prata
percorrer as suas ribeiras e vales
sussurrar por entre as folhas do arvoredo
navegar nos seus beiros
rumar ao ataúro e ao jaco
desfrutar a paz e as belezas ancestrais
ouvir os tokés enquanto as baratas aladas voam
os insetos projetados contra as janelas
atraídos pela luz do petromax

a infância e a juventude são como uma bebedeira
todos se lembram menos tu

---

685 DILI INUNDADO, 6, FEVº 2016

maromác zangou-se
as ribeiras transbordantes
em dili nada mudou
tudo alagado como dantes

décadas depois
nem os milhões do petróleo
dominam as águas
passados quarenta anos
sem dinheiro para voltar
dominam-me as mágoas

a minha saudade
rima com verdade

---

608. ELEIÇÕES 29 JUL 2013

era tempo de eleições
políticos vinham e prometiam
a populaça aplaudia
acenava e acreditava
…
depois de contados votos
os políticos desapareciam
junto com as suas promessas
e o povo esquecido esperava
assim crendo na democracia
uma pessoa, um voto, uma promessa
repetiam a antiga escravatura
acreditando serem livres

431……
esta "a terra que o sol em nascendo vê primeiro"
aqui as imagens
e são já história
não se repetirão

aqui não demos testemunho
como transfigurar
colónias pacíficas
em palcos de guerra.

5. FRANCISCO CATUNDA MARTINS, UNIVERSIDADE E ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA

TEMA 4.2. ANTIBABEL E BABEL NO FALAR PORTUGUÊS[54]

Como é difícil traduzir o que sentimos, traduzirmo-nos para outra língua e traduzirmo-nos para nós mesmos. O mito de Babel nos adverte acerca da cupidez dos seres humanos. A fala na nossa língua pode ser um enorme problema para os literatos, mas também chamariz para a criatividade. Entendemos que o paradigma da tradução domina o universo da experiência humana. O ser de linguagem não para de se traduzir.

Grosseiramente indicamos três tipos de tradução:
1. traduzir percepções em palavras, i.e., nomear;
2. traduzir interlínguas, e
3. traduzir intralíngua.

O traduzir implica que a Babel está sempre potencialmente presente. Daí existir uma dialética entre Babel – Antibabel. A fantasia megalômana da humanidade de criar uma só língua parece ultrapassada. Criar a língua antibabélica que liquidaria o narcisismo de cada pessoa e cada grupamento linguístico foi abandonado.

Diferentemente pensamos que o funcionamento das línguas continua a ser dominado pelo paradigma da Torre de Babel: as línguas vão se diferenciando e tendem a se multiplicar e até formar novas formas, gramáticas e línguas completas. Procuraremos mostrar isso na nossa língua viva. Pensamos que o pensar infantil, o pensar psicótico, o narcisismo nosso de cada dia, é uma garantia que a Babel continuará avançando. É próprio do homem se adaptar e, então, recriar suas falas resultando na transformação da sua própria língua. É essencial o movimento Antibabel para tornar possível o comunicar humano consigo mesmo, em outras línguas e traduzirmo-nos. Veremos isso presente no português que necessita ser cuidado para não desbaratar nossa cultura. Reconhecer que a Babel é imperiosa faz com que apoiemos a ideia fundamental de termos uma instituição a nível internacional que cuide da língua portuguesa não somente qualificando as regionalizações e nacionalizações.

INTRODUÇÃO

O paradigma que Babel continua em progressão é verdadeiro. Daí a necessidade de termos como “Aquele que fala em línguas não fala aos homens, mas a Deus. Ninguém o compreende: seu espírito enuncia coisas misteriosas. São Paulo em 1, Coríntios, XII, 28. Paulo Rónai[55] escreveu um livreto precioso acerca da invenção de línguas, tais como o Esperanto, o Ligualúmina, o Bolak, o Novial, o Spokil para evidenciar a luta humana em prol da criação de uma língua que liquide a Babel. Propomos aqui justamente o contrário de encontrar uma língua universal: a língua Antibabel é insuficiente. A discórdia e o narcisismo humano se impõem não somente nas Academias de Línguas, regionais e nacionais, mas também no falar diário das pessoas. Senão vejamos a língua viva em franca ação e necessitando que sua performance semântica seja reconhecida na sua novidade como cada um a traduz.

A questão chave do clínico é o “Como vai você?[56] Ela é tema central acerca da existência Evidente é que o ir, assim como o vir, bem como o subir e o descer, de imediato, joga o sujeito na metáfora da estrada da vida. Mas, de um caminhar que faz o próprio caminho sem que o caminhante tenha um controle.

- Como vai você? Mais ou menos, diz o neurótico denegador.
- Como vai você? Muito mal, veja o mal que fiz, diz o melancólico.
- Como vai você? Mal, tudo e todos estão errados, a despeito de eu ter tudo feito direito, diz o neurótico deprimido.
- Como vai você? Excelente, tudo é divino e maravilhoso, vamos logo que a vida é curtíssima, diz o hipomaníaco.
- Como vai você? Vou bem, não estás vendo que minha perna não está mais fraturada, diz o psicótico literalizando o significante.
- Como vai você? Você vai? responde o autista.
- Como vai você? Comover quem? sublinha um interpretador compulsivo de significantes.
- E você, como vai? De ônibus, diz alguém oligofrênico, ou, no mínimo, distraído.
- Como vai? Porque tanto interesse? responde alguém histérico, inquieto, em atitude transferencial, numa predisposição algo beligerante.
- E então, como vai? Como ousa tratar-me assim? Eu, o seu Senhor Allmighty Santuário de todas as Religiões deste e de outros Planetas, diz um outro em posição paranoica, autointitulando-se.
- Como vai, Seu João? Os negócios estão péssimos, mas a vida continua, responde o quitandeiro com preocupações obsessivas depois que comprou um carro novo.
- E o Senhor, como está indo? Estou indo para qualquer lado, responde o doente de Alzheimer ficando apragmático, mas dominado por impulsos de sobrevivência.

---

54 Francisco Catunda Martins; Prof. Emérito Universidade de Brasília e na Universidade Católica de Brasília. Doutor pela Université Catholique de Louvain – Bélgica. Psiquiatra, Psicólogo, Psicanalista. Endereço: SHLN 717 Bloco P Casa 30 CEP 70770-746 Brasília DF Brasil.

55 Paulo Rónai; *Babel e Antibabel*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1970.

56 Os exemplos de fala são de Francisco Martins; *Psicopathologia*, Belo Horizonte, EDIPUC, 2006.

- Como vai? Não interessa, não pedi nem para nascer, retruca negativamente um antropofóbico.
- E o Senhor, como vai XM? Depois que fiquei pior que o Werther de Goethe, só vou se for com Ela, diz o enamorado apaixonado.
- E você? Vou bem, diz o homem comum apaziguado.

A pergunta exige que aquele que responde se coloque na posição de examinar-se no seu passado, no seu possível futuro e principalmente no presente. Ela exige que traduzamos o "você" da frase que estudamos para o "eu". 'Como vai você?' coloca todos nós face ao destino que se aproxima e se realiza no caminhar da vida. Os normais formam um setor grave, principalmente os que se julgam totalmente normais. Entendo os que se tomam como normais, como pessoas radicais, perigosas, orgulhosas, ainda que ordeiras, metódicas e limpas. Os anormais existem para colocar em questão os normais, para encher-nos de angústias, mas somos ainda assim potencialmente como eles. Somos às vezes até normais, mas desejando ser exóticos, excêntricos e fazendo das tripas coração para sermos amados e respeitados.

Examinemos alguns dos nossos ídolos nas suas variedades como escritores, poetas, historiadores, linguistas, catedráticos, recitadores, cantores, artistas, até homens comuns de todos os dias. Perguntamos a Aristóteles como vão os enamorados, a paixão, esta experiência tão violenta de passividade que enchem os consultórios dos psicanalistas. O filósofo peripatético responde com uma metáfora: eles são monstros bissexuais, junções de macho e fêmea formando um monstro hermafrodita de duas cabeças, quatro braços, dois genitais e que juntos são mais fortes do que quando separados. E quando se tenta separá-los acaba-se por matá-los rasgando-os um do outro e então eles morrem de uma hemorragia energética que só tem igual nas grandes melancolias.

Perguntamos a Dostoiewsky acerca de como vão os irmãos depois do parricídio. Responde algo como "Sem Deus, estamos perdidos moralmente". Foi-nos retirado o selo de garantia da paternidade simbólica. E não vemos Cervantes com Dom Quixote e os enganos delirantes que nós construímos e Sancho Pança que nos coloca com os pés no chão? Vejam como vão indo os homens na sua sempre possível tragédia e que volta e meia torna-se uma comédia.

- Como vão os marinheiros, Camões? Ele nos adverte acerca da empreitada idealista através do Velho do restelho dizendo: - "A que novos desastres determinas / De levar estes reinos e esta gente? Que perigos, que mortes lhe destinas / Debaixo dalgum nome preminente? /Que promessas de reinos, e de minas / D'ouro, que lhe farás tão facilmente? Que famas lhe prometerás? Que histórias? Que triunfos, que palmas, que vitórias?"

E pensar que o Brasil não seria descoberto se os seus navegadores não tivessem vencido os medos terríveis do Velho!

E Fernando Pessoa, "Como vai você e os seus heterônimos?", lembrando que não somos só aquilo que pensamos ser, mas temos muitos outros eus possíveis de serem vividos. - Estou indo péssimo, com ideias suicidas, mas meus livros continuam vendendo...

- Como vai você, Vinícius? Por aí, perambulando em mentes sonhadoras, cheio do melhor solvente de moral que existe, o álcool. Vinícius apresenta-nos a falta absoluta e recidivada. Talvez seja o mais sofrido poeta do mundo na busca de um amor impossível, mas que a falta não cessa de se renovar.

Como vai Machado de Assis? Simão Bacamarte está melhor, eu ando incomodado com os vermes que comeram minhas entranhas.

E você José Cândido de Carvalho, Coronel e amestrador de Lobisomens, como vai seu criatório de galos de rinha? - Depois da proibição de brigas, meus dois galinhos, Machadinho e Vermelinho Pé de Pilão, estão se dedicando somente ao canto coral.

- Como vai você? - Muito mal, veja o mal que fiz, diz Hamlet melancólico, sou covarde por não fazer a justiça. O deprimido grave é o cara que perdeu a esportiva consigo mesmo, complementamos Shakespeare acerca de Hamlet.
- Como vai você? - Mal, tudo e todos estão errados, a despeito de eu ter tudo feito direito, diz Gerard de Nerval, acusando e vomitando sobre os outros delírios para se livrar de algo venenoso em si mesmo.
- Como vai você? - "Você vai?" responde o autista, querendo fazer parte da Academia.
- Como vai você? - Comover quem? sublinha um interpretador compulsivo desejando fazer parte também da Academia.
- Como vai o futebol, Nelson Rodrigues? - O time do Brasil vai ótimo. Ganha jogando mal. É a predestinação.

Retornemos a atividade de transposição sígnica ou decriptação. Preferimos, com Jakobson[57], simplesmente, chamá-los de tradução. Com propriedade, o linguista descreve "três maneiras de interpretar um signo verbal: ele pode ser traduzido em outros signos da mesma língua, em outra língua, ou em outro sistema de símbolos não verbais. Essas três espécies de tradução devem ser diferentemente classificadas:

1) A tradução intralingual ou reformulação (*rewording*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. A transcrição é a mais referida. Ademais, temos também a perífrase, a paráfrase e toda a retórica.
2) A tradução interlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
3) A tradução intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais.

[57] Ramon Jakobson; "Aspectos Linguísticos da Tradução" (1959), in *Linguística e Comunicação*, tradução de Izidoro Blikstein e José Paes, São Paulo, Cultrix, 1980, pp. 64-65.

TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA, PERCEPÇÕES EM PALAVRAS.

Podemos evidenciar através da observação que as três variedades de tradução se fazem presentes na história seguinte. O caso clínico evidencia bem como experiências perceptivas corporais se fazem nomear, ou em outros termos como se faz a tradução de percepções para signos linguísticos.

Jovem psiquiatra, perguntou a uma Senhora internada em um hospital psiquiátrico.

- Como vai?
- Vou bem. Não vê que minha perna já está curada há muitos anos? Só posso ir bem... Tento retrucar, achando que não entendeu bem:
- Desculpe-me, estou perguntando como vai a sua vida, se tudo está bem. Responde-me, algo zombeteira:
- A vida está bem. Agora vou bem pois minhas pernas me fazem ir bem. Já lhe disse fazer mais de vinte anos que não tenho problemas de ir bem.
Meses depois, nem sempre com tempo para escutar com atenção, sou forçado a dar importância a fala seguinte que me foi contada em clima de segredo por um paciente bastante megalômano (era somente o Rei das Telecomunicações Mundiais):
- Veja meu braço. Todas as comunicações do mundo passam por aqui... elas se fazem através do meu braço.
Interrompo aturdido:
- Como?
Complacente com a minha ignorância, ensina com paciência:
- O Senhor é médico... sabe que no braço temos dois ossos. Um deles é o rádio. Está claro agora que as telecomunicações mundiais passam pelo meu rádio?

Hoje, passados tantos anos, descubro que fui interpelado inúmeras vezes por interlocuções similares a essas ou até mais complexas. Simplesmente percebo que para ter acesso ao mundo do outro não bastava conhecer a língua em que supunha estar falando. Retirei uma espécie de verdade pessoal desses contatos. Espécie de constatação quase óbvia, mas que me foi fornecida somente através de inúmeros fracassos no comunicar: para ter acesso verdadeiro ao mundo e as experiências particulares dos nossos pacientes, e por extensão (não demorei muito para fazer a generalização) a todos os seres humanos, era-me exigida uma necessária e imperiosa posição de humildade. Necessária humildade para poder exercer o trabalho de clínico. Justifico-me pensando, monologando:

- [se esse outro, suposto louco, não quiser, não gostar de você, nada feito. Você nada saberá além das aparências mais superficiais. Você corre o risco de não entender nada que seja enunciado. Ele, por mais desarrumado que esteja o seu cérebro detém a chave do abrir e fechar da nossa comunicação.]

Humildade imperiosa, pois, por maior que seja o conhecimento, sou dependente como clínico do abrir e fechar desse outro, da aceitação em ato do entrar em contato e compartilhar algo que lhe é de foro particular, mesmo que ele não pense assim. Humildade, pois, dependemos da disposição do outro e não da nossa. Aprendi que a humildade nesse caso era mais do que uma exigência idealista. Não se trata de um dever ser humilde. Trata-se de algo mais simples e prático: a clínica das psicoses exige de forma dura e radical que o profissional, médico, psicólogo, antropólogo, sociólogo, pesquisador ou um mero transeunte que queira entrar em contato e fazer bem o seu trabalho de clínico, que sejamos humildes. Muitas vezes descobrimos que a inteligência e o saber impedem o acesso ao milagre de dois seres humanos se entenderem, compartilharem algo.

É inesquecível a sugestão de um velho clínico a um jovem:
- Sua suposição de saber lhe atrapalha. Não compreenda demais. Só assim você aprenderá alguma coisa de clínica!

A ironia do ensinamento acima é justa de ser aqui apresentada como justificativo posto que a nossa exigência de humildade é metodológica e não um ensinamento moral. Sem ela não existem as ciências clínicas. Mesmo que essa exigência seja perturbadora, já que exige uma qualidade nem sempre ensinada ou passível de aprendizagem nos bancos escolares, ela é verdadeira face ao brutal narcisismo que encontramos no contato com psicóticos. Quando dois narcisos se encontram como será possível a comunicação? Aprendemos logo ao estudar um pouco mais o tema da linguagem psicótica, que essa nos ensina o máximo que pode alcançar o radicalismo narcísico da linguagem de cada um.

Pensamos que esse tipo de fala de nossa paciente é um idioleto, mas de ordem especial, por dois motivos. O primeiro motivo relaciona-se ao fato serem produções que não têm a pretensão de serem comunicadas aos outros. Este é o caso mais frequente. Os outros que se virem para compreender a produção. No máximo são feitas algumas concessões quando a ligação com o seu interlocutor possibilita o acesso. É assim que as distinções sistemáticas entre os diversos tipos de glossias mostram que os psicóticos promovem muito mais modificações na linguagem habitual em todos os níveis e possibilidades linguísticas. A marca pessoal do sujeito pode ser verificada às custas da língua usual. O segundo motivo relaciona-se ao fato de que quando é construída uma nova língua completa, ela é bem diferente de casos mais bem-sucedidos, tal como o

Esperanto. Oportunamente poderemos fazer a distinção entre as línguas onde a pretensão narcísica acaba vencendo toda e qualquer pretensão de ser uma língua mundial tal como Zamenhof procurou fazer de forma exemplar e sublime. Existem diversas outras línguas que são evidentemente casos de promoção narcísica do sujeito. Para esse segundo tipo de caso guardemos o termo paranoia inventória.

TRADUÇÃO INTERLÍNGUAS.

A tradução interlingual, ou tradução propriamente dita, consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua. A tradução consiste em expressar os sentidos de palavras ou textos em uma outra língua. Já o termo conversão ou versão é interessante, pois contempla a crença do tradutor. Por conseguinte, apregoado o sentido do tradutor, e, não exatamente, o do autor do texto pleno original. Caso seja levado a sério o ponto de vista daquele que escreveu o original, diríamos tratar-se de uma tradução efetiva. Nesta a fidedignidade é buscada. No caso de ser qualificado o ponto de vista do tradutor, o mundo, o aspecto criativo e de entendimento do tradutor afloram. Chamamos este trabalho de versão: mais que nunca o provérbio tradutor, traidor está declarado sem maior escrúpulo. Na versão, centra-se o esforço na comunicação de forma compreensível. Qualquer tradução em Freud exigiria de imediato a presença de associações do produtor original do texto sob risco de tornar-se pejorativamente a chamada Psicanálise aplicada. Freud teme ser um tradutor traidor. Teme as interpretações tipo 'chave de sonhos'. Recua face à universalização *a priori* de símbolos, alegorias e símiles, quiçá de metáforas. Freud pede que o posto de tradutor seja, inclusive a versão, do produtor do sonho. Centrado o trabalho no sentido daquele que traduz, teremos um conteúdo latente, então uma versão ampliada relacionada ao conteúdo onírico.

Vejamos o que ocorre na tradução da famosa placa sonhada por Freud referente ao sonho de Irma. Aqui o plano de escrita da conversão é o sema. Na versão da brasileira[58], eis a placa:

‘Nesta Casa, em 24 de julho de 1895,
o Segredo dos Sonhos foi Revelado ao
Dr. Sigm. Freud

No original alemão (GW):

‘Hier enthüllte sich am 24. Juli 1895 dem
Dr. Sigm. Freud
das Geheimnis des Traumes’

Propomos;

Aqui, em 24 de julho 1895
ao
Dr. Sigm. Freud
o Segredo dos Sonhos foi Revelado

Por evidência, a disposição intersemiótica, a configuração do conjunto e do desejo de Freud de ter uma placa, deve ser contemplada um mínimo. Se a tradução foi benfeita é evidente que a disposição do código visual está mudada e empobrecida.

TRADUÇÃO INTRALÍNGUA.

A tradução intralingual ou reformulação (*rewording*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. A transcrição é a mais referida. Ademais, temos também a perífrase, a paráfrase e toda a retórica. Estudamos anteriormente bastante estas modalidades. Lembremos a pressuposição, a arte de dizer algo, sem dizer explicitamente[59]. Para nós, Rui Barbosa[60] é o maioral no ensinamento de como insultar instituições corruptas. Fazia isso com circunlóquios estranguladores da matéria sexual principal, aplicando um tratamento retórico acerca da sexualidade maldita, de forma a fazer prevalecer a moral civilizada. O Bom Baiano, dizendo no não dizer, exprimindo na conotação o que diretamente não é dito, usando inclusive palavras pouco conhecidas, ou provocando o leitor a informar-se do que significa ou a consultar um dicionário acerca do moralmente indizível:

[58] **Sigmund Freud;** *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.* Segunda edição. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987

[59] Oswald Ducrot; *Dizer - Não Dizer*, São Paulo, Cultrix, 1990.

[60] Rui Barbosa; “Pornéia” in *Obras Seletas Vol. 8*, Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Livro, Ministério da Cultura -Versão em e book de domínio público, 2000, publicado originalmente no jornal *A Imprensa,* em 12 de dezembro de 1899. O sinal de (...) foi inserido quando retiramos, a bem de reduzir a extensão da citação. Acreditamos não ter prejudicado o exemplo.

"Porneia. Como certos pontos de colorido característico à periferia como um organismo em putrefação (...) vemos assomar (...) excentricidades de cinismo (...). Dessas insolências de monturo em fermentação (...). A Vênus vaga habita (...) as orgias noturnas. (...) e a Afrodite mercenária ressurge das espumas de champagne. Daquela vez (...) a crápula se punha em trajos frasqueiros (...), gelosias abertas de par em par, (...) oferecendo ao conselho de justiça nacional, o espetáculo do congresso entre as rascoas em camisas e os rufiões em cuecas. (...) Não é de agora que a soberania da mais alta instituição federal tem por cotidiano panorama as desenvolturas de um lupanar. Por artes não se sabe de que destino obsceno, a colônia das traviatas, no Rio de Janeiro, tende a se apinhar à sombra da autoridade. As michelas aqui não se arreceiam à brandura da nossa índole, a regeneração das nossas Madalenas começa à mesa das confeitarias e dos alcázares (...). Não admira que (...) nossa estação central da ordem pública (...) tenha a sua sede entre os quarteirões de pecadoras. Pelos Sansões de tantas proezas assinaladas se deve sentir muito atraída a vocação das Dalilas baratas. (...) Numa cidade onde o lupanar desafia os tribunais e as Frinéias de sarjeta retoiçam despidas à fímbria da toga, não sabemos quanto faltará, para que a moral dos homens inveje a dos cães. Se essa não é, e decerto está longe de ser, a da sociedade brasileira, enjoada da praça e recolhida ao lar, tempo afinal virá, em que já não se lave da confusão com os que a enxovalham. (...). Essa polícia, que deixa a ralé venérea afrontar com a devassidão nua a mais alta magistratura do país, é a mesma cujos delegados rompem à baioneta mandados judiciais. Sangue e fezes de bacanal. Evoé!"

Por conseguinte, é necessário lembrar que transcrever não pode ser confundido com observar fenômenos nem os descrever. Transcrever envolve a fala em geral para um texto escrito. Restringir o Inconsciente ao domínio da escrita não seria um exagero? Transcrição é literalmente um termo do século XVI e consiste em fazer uma cópia através da escrita. É uma noção mais linguística do que semiótica. A tradução intralingual estende para outras formas de atividades mediadas tais como o pensamento, o devaneio, a fala, a interlocução, a escrita ou impressa o discurso (entendido aqui em um sentido mais estrito, qual seja, discorrer acerca de um objeto). A escrita se faz fundada não no sentido, mas no som. Aqui o plano de escrita da conversão é o fonema. Via de regra, a escrita vê-se face aos fenômenos extralinguísticos. Ainda que fundada na intencionalidade do fonema é impossível traduzir sem considerar o signo e, por conseguinte, a relação entre o significante, o significado e o referente. As metáforas e expressões da língua, bem como o mundo do tradutor, com seus referentes, se farão presentes. O termo 'trans' (através) continua presente na ideia geral de transposição, deslocamento. Transladar de um lado ao outro. Do sonho para a Revelação, por exemplo para lembrar o contexto psicanalítico.

CONCLUSÃO

A necessidade de qualificarmos o universal leva-nos de imediato buscar qualificar dialeticamente o particular. Assim, a grandeza da língua portuguesa poderá ser apreciada na sua *poiesis* através da "Saudação de Natal" [domínio público] de Gerardim, poeta paupérrimo goiano, mas riquíssimo em palavras que são da nossa fala em português ainda que em franca transformação para um português caipira. Deixemos o mesmo se fazer compreender por cada falante de nossa língua.

"Uai, Sô, tomara qu'essi ano que invém rompeno aí na cabiceira, chega mais manso aqui prá nóis. Ele num podi trazê muita trovoada pra nóis não disbarrancar esse mundaréu de nuvem, e nem o soli muito regalado, prá nóis num isturricar os vivente das nossas banda. Tomara qu'esses homi graúdo tamém imenda e larga dessas istripolia de guerra, uai. Uns cobrin mais farturento, tamém é bão n'é Sô, rá, rá, e prá gente num ficá esbarrancanu na precisão e no mais é como si Deus fosse vivo pois só ele é que podi dá vorta na brabeza do mundo."

O caipirês existe. Ele pede passagem como idioleto criativo e não como uma execração. Em nome de Gerardim solicitamos que seja contemplada a constituição de uma instituição que se qualifique internacionalmente a língua portuguesa e que todas as falas sejam contempladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ducrot, Oswald; *Dizer - Não Dizer*, São Paulo, Cultrix, 1990.
Freud, Sigmund; *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.* Segunda edição. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
Jakobson, Ramon; "Aspectos Linguísticos da Tradução" (1959), in *Linguística e Comunicação*, tradução de Izidoro Blikstein e José Paes, São Paulo, Cultrix, 1980, pp. 64-65.
Martins, Francisco; *Psicopathologia*, Belo Horizonte, EDIPUC, 2006.
Rónai, Paulo; *Babel e Antibabel*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1970.

6. JOSÉ CARLOS GENTILI, ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, AICL, PATRONO DESDE 2016

O CRIPTOJUDEU[61] PEDRO ÁLVARES CABRAL NASCEU EM BELMONTE?

"A família dos Cabraes, é mui antiga em Portugal; já em tempo d'El-Rei D. Diniz, existia um Ayres Cabral, que teve sob sua guarda, as fortalezas de Porto Alegre, Arronches e Castelo de Vide, que lhe haviam sido confiadas pelo infante D. Affonso, irmão d´aquelle rei." (cfe. Resenha Genealógica, Visconde de Sanches de Baena. Torre do Tombo.Typographia de Mattos Moreira & Cardosos. Lisboa. 1883). Esta é uma fonte de ancestralidade conhecida e confirmada.

Vivenciava-se o trespassar do século XV para o século XVI em Portugal e a linhagem da família Cabral, já despontava com o ancestral Álvaro Gil Cabral, governador do Castelo da Guarda, honrado pelo Rei D. Fernando I. O rei de Castela, quando entrou em Portugal o governador repeliu-o, não lhe entregando o castelo que lhe estava confiado, razão pela qual, tempos depois, como reconhecimento foi agraciado com as alcaiadarias da Guarda e de Belmonte, além do senhorio de Azurara, Manteigas e Tavares. Seu filho, Luiz Álvares Cabral, vedor[62] da casa do infante D. Henrique (escudeiro do rei D. João I), gerou Fernão Álvares Cabral, que casou com D. Izabel de Gouvêa (filha de João de Gouvêa, senhor de Almendra, Valhelhas e outras tantas). Desta união, nasceram: João Fernandes Cabral, primogênito, que herdou a Casa e as honras do Castelo de Belmonte; além, de Pedro Álvares Cabral, segundo filho, nato em data e local desconhecidos (1468/1469), que aos dez anos de vida foi enviado para Lisboa como fidalgo da Corte de D. Affonso V. Na igreja da Graça, em Santarém, foi enterrado, em 1520, constituindo-se a ossada tumular, em motivo de incógnitas e elucubrações históricas inverosímeis, até hoje.

Ninguém sabe e comprova o nascimento de Pedro Álvares Cabral em Belmonte, que teria nascido na sua casa solarenga do povoado de São Cosmado, do Concelho de Mangualde, antiga Azurara. Esta é uma fonte de ancestralidade conhecida e confirmada. Trata-se de um "*tributo ao mérito ao honrado João Pedro da Costa Basto, ilustrado professor de diplomatica e Official maior (reformado) do real archivo da Torre do Tombo ao seu devotado amigo Visconde de Sanches de Baena."* Este registro, encontradiço na Torre do Tombo, descreve de forma pormenorizada os trabalhos encetados pela comissão composta pelos ilustres lusitanos, Joaquim Maria da Silva, Joaquim José Tavares Serrano, Silvério Alves da Cunha, Antônio Mendes Pedroso, Visconde d´Athouguia, Zepheryno Norberto Gonçalves Brandão, João Fagundo da Silva, João Rodrigues Ribeiro, Paulino da Cunha e Silva, que vindicaram, em Santarém, aos dezessete dias de setembro de 1882, a criação de um monumento em honra ao bravo almirante Pedro Alvares Cabral, descobridor do Brasil, gerando uma subscripção nacional. Os restos mortais de Pedro Alvares Cabral e de sua mulher – D. Izabel de Castro, estavam sepultados na igreja Nossa Senhora da Graça, em Santarém, exumados cerca de três séculos após, meio às ossadas de clérigos, fato que ensejou questionamentos de toda ordem, examinados pela dita comissão. Nesta igreja, em Santarém, foi enterrado, em 1520, constituindo-se a ossada tumular, em motivo de incógnitas e elucubrações históricas inverosímeis, até hoje.

A partir de 1230 vieram os Cabrais para Belmonte em função do Arcebispado de D. Vicente Hispano. A presúria, reconquista das terras ocupadas pelos muçulmanos na região de Belmonte, verifica-se pelo século XIII. Vivenciava-se o trespassar do século XV para o século XVI em Portugal e a linhagem da família Cabral, já despontava com o ancestral Álvaro Gil Cabral, governador do Castelo da Guarda, honrado pelo Rei D. Fernando I. O rei de Castela, quando entrou em Portugal o governador repeliu-o, não lhe entregando o castelo que lhe estava confiado, razão pela qual, tempos depois, como reconhecimento foi agraciado com as alcaidarias da Guarda e de Belmonte, além do senhorio de Azurara, Manteigas e Tavares.

Seu filho, Luiz Álvares Cabral, vedorda casa do infante D. Henrique (escudeiro do rei D. João I), gerou Fernão Álvares Cabral, que casou com D. Izabel de Gouvêa (filha de João de Gouvêa, senhor de Almendra, Valhelhas e outras tantas). Afirmam os linhagistas que desta união nasceram: João Fernandes Cabral, primogênito, que herdou a Casa e as honras do Castelo de Belmonte; além, de Pedro Álvares Cabral, segundo filho, nato em data e local desconhecidos (1468/1469), que aos dez anos de vida foi enviado para Lisboa como fidalgo da Corte de D. Affonso V. Pedro Alvares Cabral, o segundo nesta linhagem, tornou-se o segundo capitão-mor das naus da Índia, para onde partiu de Lisboa, em 9 de março de 1500, com uma armada de 13 navios, quando em 21 de abril descobriu o Brasil.

Há que se notar que inúmeros componentes desta armada eram cristãos-novos!

Impõe-se visualizar a realidade desta quadra da vida de Cabral com a efervescência inquisitorial do Santo Ofício, que tanto ódio gerou em nome da evangelização da fé cristã.

Não se pode esquecer que o Santo Ofício Vaticano, iniciado sob denominação de Congregação da Sacra, Romana e Universal Inquisição do Santo Ofício, somente em 1965, alterou a configuração, passando a chamar-se Congregação para a Doutrina e a Fé (*congregatio pro doctrina fidei*).

A atuação da Santa Inquisição, hispânica (1478-1834) e portuguesa (1536 até 1821), na Península Ibérica (Sefarad), determinou que os judeus, até então harmônicos, passassem a praticar sua crença religiosa e costumes em segredo, evitando serem supliciados e enviados às fogueiras inquisitoriais, ditos autos-de-fé. Relembre-se que em meados de 1492 os monarcas Fernando e Izabel, conhecidos como os Reis Católicos, expulsaram os judeus das terras hispânicas, assinando o Decreto de Alhambra.

A partir daí, então, os sefaraditas atravessam a fronteira raiana e se refugiam em Portugal, permanecendo até 5.12.1496, quando D. Manuel exige a conversão ao cristianismo.

---

[61] I – criptojudeu – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 5ª edição, pág. 229. Academia Brasileira de Letras

[62] I|I – Vedor – Vedor ou veador, pessoa encarregada do controle contábil real.

Nesta permanente diáspora, que se inicia em 70 a.C. com a destruição do Templo de Jerusalém pelos romanos, D. Manuel, em abril de 1497, manda sequestrar os menores sefarditas até 14 anos, entregando-os às famílias católicas. Em outubro do mesmo ano foram arrastados às pias batismais.

Os Gouvêa eram de origem judaica, como a genitora de Pedro Álvares Cabral, Dona Izabel de Gouvêa, esposa de Fernão Cabral. Fato corroborado por Arnaldo Niskier, israelita, membro da Academia Brasileira de Letras e por José Levi Domingo, também judeu, ilustre historiador vivente em Belmonte, partícipe da remanescente sinagoga Bet Eliahu.

Vê-se que Izabel de Castro, esposa de Pedro Alvares Cabral, quando de sua viuvez, tornou-se camareira-mor da infanta D. Maria, filha de el-rei D. João III. Fundamental é o conhecimento dos laços familiares, vínculos indissolúveis das relações parentais, fixadores de pertencimentos que não afloram nos registros históricos, normalmente. E quem era D. Izabel de Castro? Cristã-nova, católica? Seu pai foi judeu, sem dúvida! Ora, D. Izabel de Castro era simplesmente filha legítima de D. Fernando de Noronha, do Conselho de el-rei D. João II e governador da casa da Princesa D. Joanna, que vulgarmente era chamada de “excelente senhora”.

E quem era D. Fernando de Noronha, sogro de Pedro Alvares Cabral? Fernão de Noronha, asturiano, dito Fernando de Noronha (corruptela de Fernão de Loronha, seu verdadeiro nome), foi um judeu convertido ao catolicismo, que se tornou representante em Portugal do maior banqueiro do mundo – o judeu Jakob Fugger, de alcunha O Rico, bávaro, que financiava durante o Renascimento os dois maiores potentados da época, o Papa e o Imperador de Roma, simultaneamente.

Jakob Fugger

O sogro de Cabral, financista, comerciante e sobretudo armador, ligado a tantos outros empreendedores cristãos-novos, tornou-se o primeiro explorador de pau-brasil e, mais tarde, arrendatário da primeira capitania hereditária – a ilha de Fernando de Noronha, antes chamada de São João Batista e, posteriormente, de Ilha da Quaresma.

Para que se tenha a exata dimensão do poder e relacionamento do sogro de Pedro Alvares Cabral, judeu convertido, basta enunciar que as expedições marítimas portuguesas foram financiadas pelo judeu Jakob Fugger, via seu representante Fernão de Loronha, judeu converso, dito Fernando de Noronha.

Registre-se que Fernando de Noronha foi Cavaleiro das Casas de dois monarcas lusitanos: D. Manuel I e D. João III, portanto pessoa da maior expressão social monárquica.

A feitio de um pêndulo procedimental, os judeus sefaraditas, politicamente cristãos-novos por força dos naturais interesses de permanência em Portugal, guardavam a religiosidade hebraica, de forma sincrética.

A ambivalência de religiões era uma questão de sobrevivência.
Daí, afirma-se que Pedro Alvares Cabral era um criptojudeu.

Quanto ao seu nascimento?

Ninguém sabe e comprova o nascimento de Pedro Álvares Cabral em Belmonte, que teria nascido na sua casa solarenga do povoado de São Cosmado, do Concelho de Mangualde, antiga Azurara.

A distância entre Belmonte e o povoado de S. Cosmado é mais ou menos dois quilômetros.

A este respeito, o Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, em 1963, sob comando de Amândio Marques, natural de São Cosmado, reunindo-se com autoridades brasileiras e lusitanas, editou extraordinária obra, intitulada – Onde nasceu Pedro Alvares Cabral? que afirma não ser Cabral belmontense, mas sim natural do povoado, onde tinha a família a casa solarenga.

Em verdade, não há discussão acerca do Castelo de Belmonte e o viver dos ancestrais cabralinos em Belmonte, embora tivessem outras terras e bens, inclusive o solar de São Cosmado, na antiga Azurara.

Afirma Amândio Marques:

> *"Esta fidalga família gozava de privilégio real excepcional, que vem já do reinado de D. Afonso III havendo referência dela no ano de 1245 (1260-1271), com Ayres Pires Cabral, sucedendo-lhe seu filho Gil Alvares Cabral, de que houve um filho, Pedro Eanes Cabral, que foi reposteiro-mor de D. Afonso III (ou de D. Dinis, como nos afirma José Osório da Gama e Castro.) "*

Historicamente, impõe-se registrar que com a morte de D. Fernando, rei de Portugal, a questão sucessória involucrou-se, porquanto a sucessora ao trono seria a filha D. Beatriz, esposa do rei de Castela, D. João I.

D. João I resolve unir os reinos de Castela (Espanha) e Portugal, agora vago, arvorando-se um domínio aparentemente indébito, fato gerador causado pelo Arcebispo de Toledo e por uma parte do clero da Guarda, aos quais se opuseram os Cabrais, fiéis escudeiros do Reino de Portugal. Não se tratavam de judiarias, mourarias, aspectos inquisitoriais, da língua sefardi (ladino), mas exclusivamente o poder pelo poder. D. João I, mancomunado com o clero, invadiu Portugal, tendo Álvaro Gil Cabral, alcaide-mor do Castelo da Beira, enfrentado o invasor, resistindo e não entregando o castelo numa prova inquestionável de fidelidade ao Mestre de Avis, candidato ao trono lusitano. Em resumo, após a ascensão do Mestre de Avis ao trono, por vontade popular, em seguida à Batalha de Aljubarrota (1385), o rei D. João I, prestigia a fidelidade dos Cabraes:

> *"João I galardoou os serviços de Álvaro Gil Cabral com a doação de juro e heredade, da terra da coroa em Azurara da Beira, Valhelas, Manteigas e Tavares, e com a alcaidaria vitalícia do castelo de Belmonte."* (Beira, livro III, fls. 17 e seguintes).

Mais, registra o Grupo de Estudos do Porto:

> *"Assim, D. João I, o Mestre de Avis, presenteia Álvaro Gil Cabral, que, por sua fidelidade e lealdade, recebe terras de juro e herdade, que a Coroa possuía em Azurara da Beira, como a quinta de S. Cosmado e em São Cosmado."*
>
> *"Há um facto que desejo consignar e que vem acrescer à demonstração de Pedro Alvares Cabral ter nascido na povoação de S. Cosmado, concelho de Mangualde, antiga Azurara da Beira. É o das alcaidarias. Na verdade, à exceção de Pedro Alvares Cabral, nenhum de seus antepassados teve o título ou mercê de alcaide-mor de Azurara."*

Além destes registros, deve-se apontar fato inusitado, qual seja ter Fernão Cabral (o Gigante da Beira) recebido a mercê real do padroado da igreja de S. Julião, em Azurara, hoje vila e comarca de Mangualde, onde tinha sua residência solarenga na povoação de S. Cosmado, local apontado pelos historiadores como lugar de nascimento de Pedro Álvares Cabral.

Documentos paroquiais inexistem, mas os indícios levam-nos a esta afirmação, alicerçada nas remanescentes edificações, marcos, brasões, que emolduram uma vivência em S. Cosmado, além da casa solarenga dos cabralinos.

Melhor, o tempo dirá...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baena, Visconde de Sanches de. Resenha Genealógica da família de Pedro Alvares Cabral. Typographia de Mattos Moreira & Cardosos. Lisboa. 1883.

Gentili, José Carlos. A Igreja e os Escravos. RN Econômico. Natal. 2006.

Godoy, José Eduardo Pimentel de; Medeiros, Tarcízio

Dinoá. *Tributos, Obrigações e Penalidades Pecuniárias*

de Portugal Antigo. Brasília: ESAF, 1983.

Gomes, J. Pinharanda. Memória histórica do convento de Nossa Senhora da Esperança de Belmonte. IPA.00002534

Marques, Amândio. Onde nasceu Pedro Alvares Cabral? Biblioteca Nacional de Lisboa. Depósito legal 269084. (10.5.1963).

7. JOSÉ PAZ RODRIGUES, (ACADÉMICO DA AGLP, PRESIDENTE DA ASPGP E PROFESSOR TITULAR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE DE VIGO-GALIZA). AICL

TEMA 2.7. GALIZA, PÁTRIA ESPIRITUAL DE JOSÉ AFONSO,

No mês de abril lembro-me sempre de esse grande cantautor que foi José Afonso. O Zeca Afonso, tal como é conhecido em Portugal. Ao que muito admiramos os galegos bons e generosos e de cujos cantares gostamos imensamente.

Nas minhas extraordinárias bibliotecas e compactotecas privadas disponho de quase todos os discos que chegou a editar, 28 em total. Tanto em formato antigo de vinil como em CD. Conservo-os como ouro em pano, e aínda mais aquele, o "*Cantigas do maio*", que tenho autografado do seu punho e letra, quando a meados dos anos setenta veio atuar por primeira vez a Ourense e, em concreto, ao Liceu Recreio Ourensano.

Eu tive a grande sorte de estar ao lado do Zeca esse dia, escutando as suas canções, num ato quase que clandestino, pois ainda vivia o ditador Franco, e na Espanha não existiam as liberdades.

Logo mais tarde o Zeca Afonso viria também à Casa da Juventude ourensana. Viera acompanhado do cantor galego Benedito Garcia.

Tenho também vários livros com as suas cantigas e uma fotobiografia, ademais de um vídeo com imagens das suas atuações.

Somos bastantes os galegos que amamos Portugal, igual que o cantor de Aveiro amava a Galiza, da que sempre dizia que era a sua pátria espiritual. Na Nossa Terra este cantautor é admirado por muitos galegos e galegas, como se fosse um dos nossos melhores cantores.

Como realmente o é. Ademais de um excelente poeta, pois a maioria das suas canções foram escritas por ele. E cantou também poemas de Camões e cantigas populares. Não sem surpresa, no país irmão conhecem esta admiração galaica pelo cantor.

José Afonso tinha nascido a 2 de agosto de 1929. O dia 23 de fevereiro de 1987, com 57 anos, faleceu tristemente em Setúbal.

Depois de uma terrível enfermidade, lenta e prolongada, do seu sistema nervoso, denominada esclerose lateral amiotrófica.

Era uma pessoa enormemente digna, que sempre apoiou ao povo trabalhador e aos marginados, e estivo em contra de fascismos e ditaduras. Cumprem-se agora os trinta e um anos da sua desaparição física, mas a sua figura, a sua lembrança, a sua voz, a sua música, a sua poesia, estão permanentemente entre nós. Como uma lenda viva.

Quando chega o mês de abril muitos lembramos a famosa revolução dos cravos, acaecida no ano 1974 em Portugal, que vivemos muito em direto. Foi esta a mais lírica, pacífica e modélica revolução de qualquer país acontecida no mundo. Na que não houve derramamento de sangue e o povo chegou a pôr flores vermelhas nas bocas das espingardas dos soldados. Precisamente este movimento iniciou-se com o lançamento pelas ondas radiofónicas de essa maravilhosa cantiga do Zeca Afonso, "*Grândola, vila morena*".

1. ZECA NAS SUAS PALAVRAS:

Nas suas atuações na Nossa Terra, e em algumas entrevistas, o Zeca tinha dito de forma muito clara:

> *"Galiza é para mim também uma espécie de pátria espiritual.."* e *"aproveito esta oportunidade para uma vez mais afirmar a minha grande amizade pela terra e o povo galegos, com os que ao largo dos anos mantive as melhores relações, e para manifestar também a minha inteira solidariedade com a luita pelo reconhecimento efetivo da língua e cultura galegas como uma das mais ricas da península"*.

São estes dois treitos das palavras pronunciadas pelo Zeca Afonso que Benedito García, do grupo da nova canção galega *Voces Ceibes*, recolheu num artigo que se pode ler na página web da Associação José Afonso - http://www.aja.pt/

Zeca Afonso manteve um intenso relacionamento com a Galiza. O 10 de maio de 1972, cantou por primeira vez em público, perante mais de 3.000 pessoas, *Grândola, Vila Morena*, a canção que depois chegaria a ser como já comentamos símbolo da Revolução dos Cravos. E o cenário de aquela atuação foi Compostela: o Burgo das Nações, onde hoje se encontra o Auditório da Galiza, perto do lugar no que no mês de maio de 2009 foi batizado como «Parque José Afonso».

Benedito, Xico de Carinho, João Guitiám, Artur Reguera e Antão Labranha foram alguns dos amigos galegos do Zeca, que o acompanharam nos seus concertos pela Galiza: Ourense, Lugo, Compostela... Anos depois, algumas associações culturais galegas, e entre elas a *«Gentalha do Pichel»*, em novembro de 2009, reuniram aos amigos do cantautor português para organizar uma homenagem de lembrança ao Zeca. No ato, sob o título de *«Festejar a vida e a obra do Zeca»*, com a colaboração também da Associação José Afonso, atuaram com as suas canções João López, Ugia Senlhe, Luís Almeida e o grupo «Na Virada», estando presentes os membros galegos da associação citada, que foi a impulsora da iniciativa conhecida como *«80 anos do Zeca»* http://80anosdezeca.blogspot.com/, na que se envolveram perto dum cento de associações portuguesas e galegas, para lembrar ao músico com diversas atividades, como esta da Galiza.

Por sorte, temos em Ourense um grupo musical denominado «Terra Morena», coordenado por Xico Paradelo, que mantêm viva a música e as cantigas do Zeca, recuperando o seu repertório de forma íntegra.

Eduardo Maragoto, presidente da associação da Gentalha, tinha dito acertadamente que José Afonso deu recitais na Galiza a partires do ano 1972 - um deles em vésperas do 25 de abril -, até o ano 1979, onde ofereceu o seu último concerto na Galiza, no Parque de Castrelos de Vigo.

Em 1985 recebeu uma homenagem neste mesmo cenário, e entre o 25 de abril e o 23 de maio do 1987 celebraram-se diversos atos para homenageá-lo.

Em 1994 o Colégio de Fonseca acolheu uma amostra sobre ele, e em 1997 fez-se a descoberta de uma placa comemorativa dos 25 anos do *Grândola* no Auditório da Galiza.

Do 19 ao 21 de maio de 2017 teve lugar na localidade de Cedeira o «Iº Festival de Música Galego-Portuguesa», e dentro do programa organizou-se uma nova homenagem de lembrança ao Zeca, a última realizada na Galiza.

"Estou farto de explicar por todo o lado que a Galiza não é Espanha", dizia o Zeca. *"O triângulo mágico do Zeca está entre África, Moçambique e Portugal"*, onde luitou contra a ditadura salazarista e o colonialismo, e *"Galiza"*, lembrou o atual presidente do conselho da Associação Galega da Língua (AGAL), Eduardo Maragoto.

OS SEUS DISCOS E CD:

De entre os seus CD gostamos de maneira especial do antes citado "*Cantigas do maio*" do ano 1971.

Mas também muito dos titulados "*Cantares do andarilho*" (1968), "*Contos velhos, rumos novos*" (1969), "*Traz outro amigo também*" (1970), "*Eu vou ser como a toupeira*" (1972), "*Venham mais cinco*" (1973), "*Coro dos tribunais*" (1974) e "*Enquanto há força*" (1978).

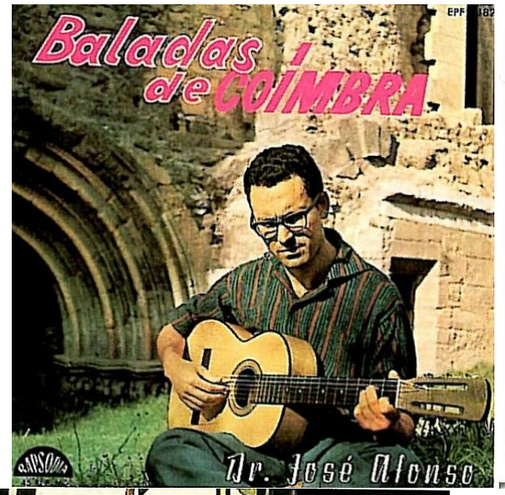
Ademais da canção sinalada "*Grândola*...", são formosas também "*Milho verde*", "*Canto moço*", "*Por trás daquela janela*", "*O que faz falta*", "*Viva o poder popular*" e, muito especialmente, o poema de Camões "*Verdes são os campos da cor de limão*".

Cantado de forma admirável por este cantautor.

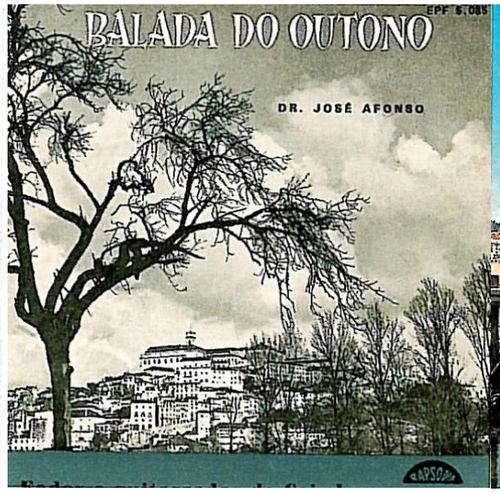
Que muito nos gostaria fosse recuperado de novo e que os jovens de hoje, na Galiza, pudessem desfrutar do engado e conteúdo das suas canções.

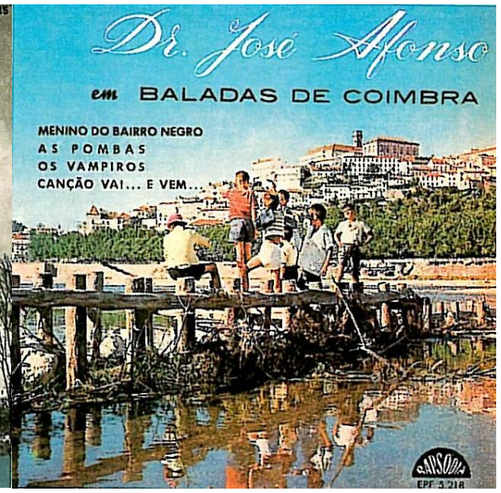
"*Grândola vila morena / Terra da fraternidade / O povo é quem mais ordena / Dentro de ti ó cidade / Em cada esquina um amigo / Em cada rosto igualdade*", tinha cantado o nosso músico-poeta.

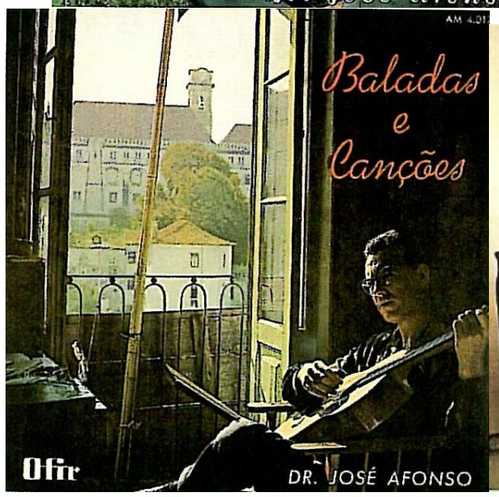
De Santiniketon (Bengala Índia), para Galiza e Portugal, a 6 de janeiro de 2018. Prof. José PAZ < jose.paz.santida@gmail.com>


Baladas de COIMBRA
Dr. José Afonso

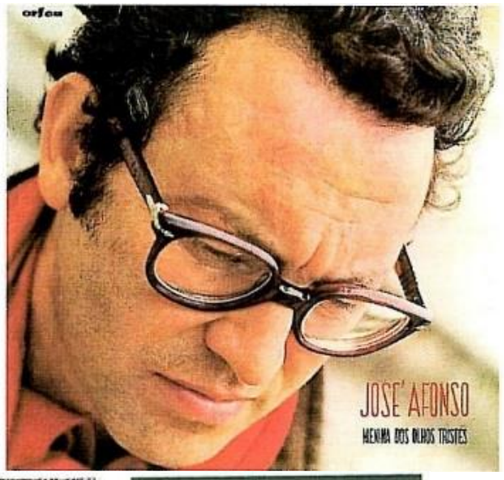
José Afonso
CANTIGAS DO MAIO


BALADA DO OUTONO
DR. JOSÉ AFONSO

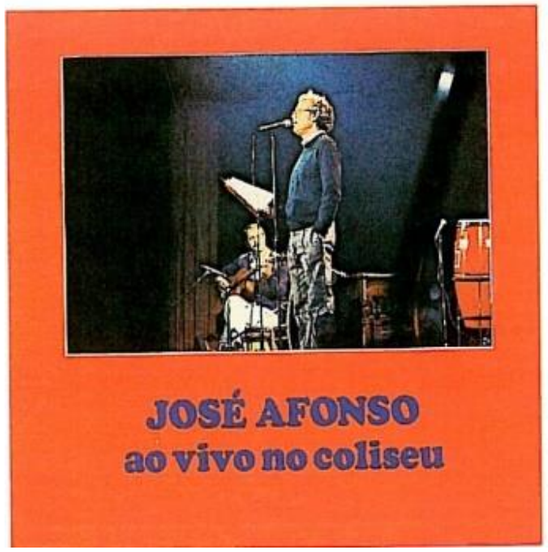

Dr. José Afonso
em BALADAS DE COIMBRA
MENINO DO BAIRRO NEGRO
AS POMBAS
OS VAMPIROS
CANÇÃO VAI... E VEM...


Baladas e Canções
Ofir
DR. JOSÉ AFONSO

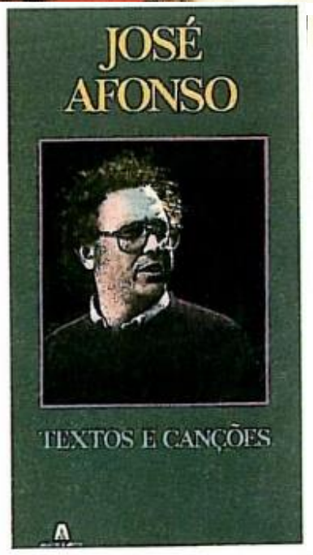
JOSÉ AFONSO
orfeu
STEREO
CONTOS VELHOS RUMOS NOVOS

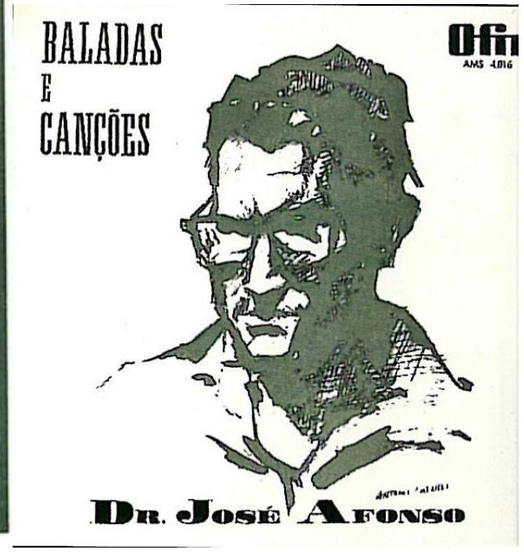

orfeu
JOSÉ AFONSO
MENINA DOS OLHOS TRISTES

orfeu
JOSÉ AFONSO
traz outro amigo também

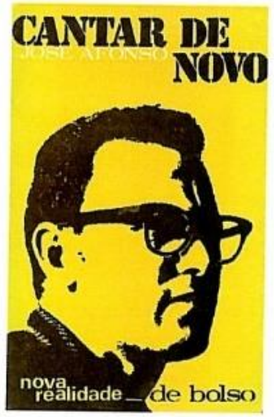

JOSÉ AFONSO
ao vivo no coliseu

JOSÉ AFONSO/COMO SE FORA SEU FILHO


JOSÉ AFONSO
TEXTOS E CANÇÕES

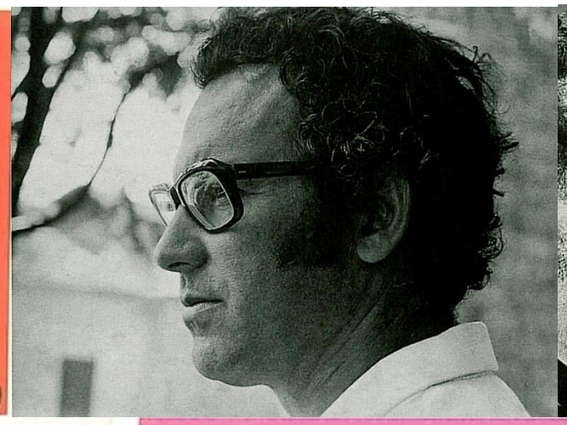

BALADAS E CANÇÕES
Ofir
AMS 4.016
Dr. José Afonso

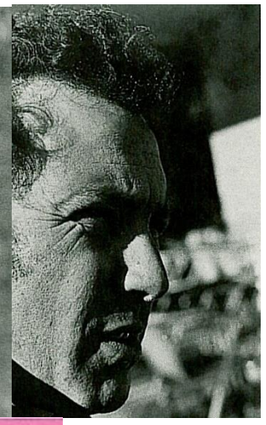
orfeu
STEREO
José Afonso
CANTIGAS
DO
MAIO


CANTAR DE
NOVO
nova realidade de bolso

josé afonso
eu vou ser
como
a toupeira
orfeu

JOSÉ
AFONSO

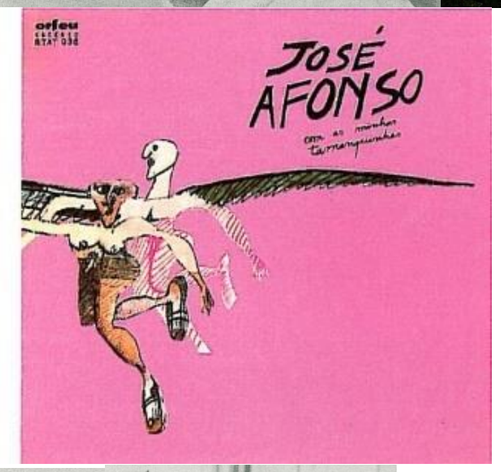


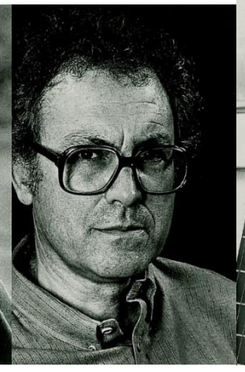


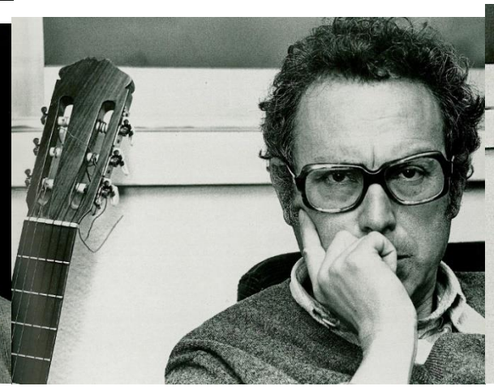
RCP

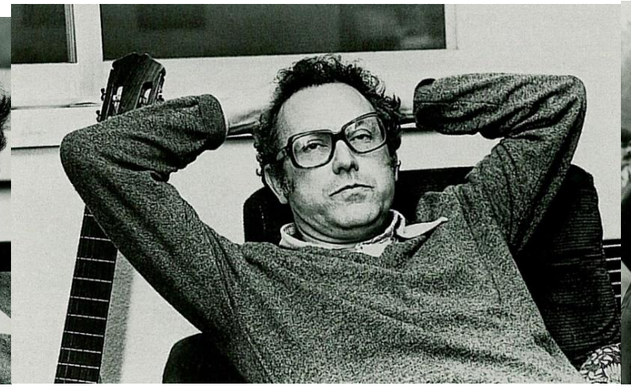
orfeu
José Afonso
Venham
mais cinco

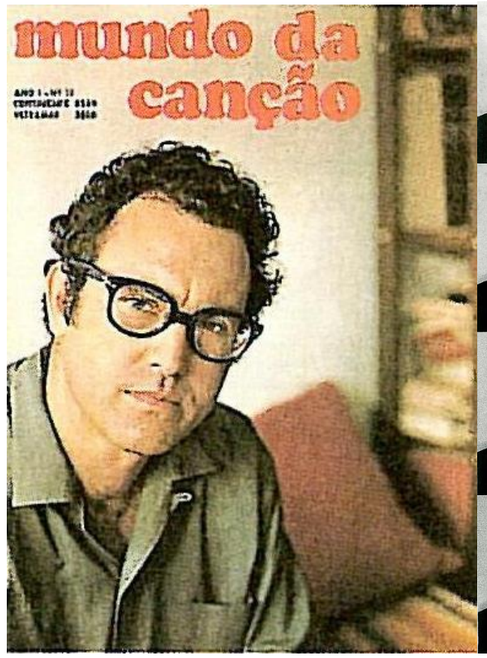
orfeu
STEREO
CORO
DOS TRIBUNAIS
José Afonso

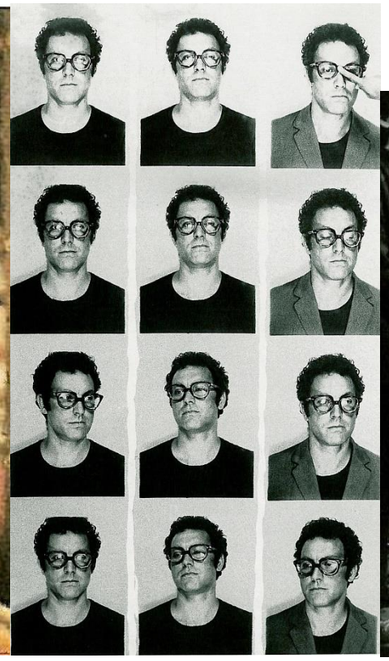

orfeu
JOSÉ
AFONSO

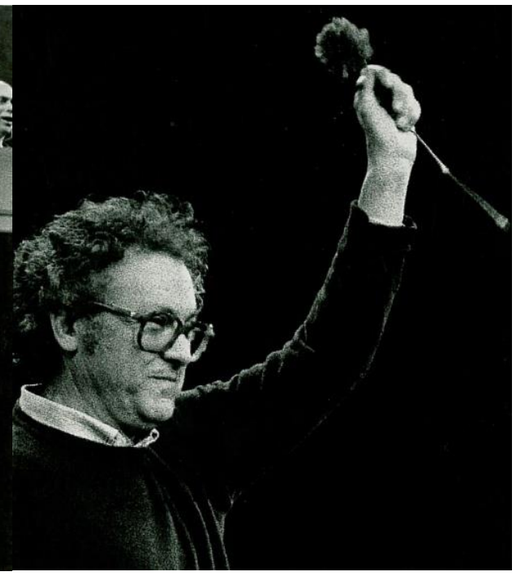












8. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA LINGUAGEM, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL / AICL, LUCIANO.PEREIRA@ESE.IPS.PT,

TEMA 2.2. AS MOURAS ENCANTADAS NO IMAGINÁRIO GALAICO-PORTUGUÊS

As mouras encantadas constituem uma das mais ancestrais alegorias populares da cultura galaico-portuguesa.

Desde Leite de Vasconcelos que sabemos que, para o povo português, os mouros representam todos os povos que habitaram o nosso território antes da sua definitiva cristianização.

De todas as heranças que esses povos nos deixaram, a moura é sem dúvida, uma das que exerceu um especial fascínio no nosso imaginário coletivo. Embora não existam lendas de mouras encantadas na cultura islâmica, já nas culturas cristãs peninsulares, de matriz celta e germânica, podemos afirmar que a sua presença afirma-se como um dos mais sentimentais, maravilhosos e encantadores produtos do nosso imaginário tradicional.

Tecidas a filigrana, são as mensagens amorosas que encerram verdadeiros tesouros que se perdem nos mistérios poéticos e luminosos que irradiam dos arcaicos cultos aquáticos e solares.

É certo que existem relações entre as mouras e as fadas, as sereias, as ondinas, as burgas, as valquírias, Melusina e as Jans, mulheres invisíveis, facilmente integradas nos cultos cosmogónicos de referência elementar: ar, terra, fogo e ar.

1. As mouras enquanto tema

As lendas das moiras encantadas, das suas penas e sofrimentos, dos tesouros que ocultam e guardam, tão ciosamente, costumam ser associadas às lendas dos génios maus e dos génios bondosos *djinns* que, tão sublimemente, retratam o imaginário relativo à presença muçulmana, tanto na nossa literatura popular como na nossa literatura erudita:

> "***Gens ou Jens***
> *XXXIV*
> *O que eram esses seres extraordinários tantas vezes invocados pelos antigos?*
> *Eram duendes, respondiam uns: fadas, afirmavam outros; mouras encantadas, sustentava muita gente.*

Ninguem o sabe ao certo, embora nas povoações e freguesias de barlavento (fraze algarvia que significa a região a poente da mesma provincia) e mui principalmente nos concelhos de Portimão, Lagos, Aljezur e Villa do Bispo, não há muitos anos, e ainda hoje, falem das gens ou jens.

A opinião mais corrente n'aquelles concelhos considera estes seres mouras encantadas. Ninguem as viu nunca, muitas pessoas, porém se utilisaram dos seus serviços, sempre validosos, prontos e muitos.

Eram as gens ou jens eximias fiadeiras pelas pessoas, que lhes deviam grandes serviços e por isso as bem-diziam. […]" (Oliveira 2009: 249-250).

O tema mais do que o motivo é todavia mais denso e problemático. A associação entre as mouras encantadas e os génios, bons e maus parece-me mais que razoável, embora os génios estejam desprovidos de ambiguidade, afirmando-se claramente pela sua bondade ou pela sua maldade (Corão, cap. 72: 1-11):

"Em nome de Allah, o Clemente, o Misericordioso!
1. Diz: «Foi me inspirado que um grupo de génios me escutou e que disseram: "Em verdade ouvimos uma pregação maravilhosa
2 que conduz à retidão. Cremos nela.» […]
5. Cremos que nem os homens nem os génios dirão mentiras contra Allah.
6. Alguns homens, entre os humanos, buscarão refúgio entre os génios varões, mas aumentou-lhes a ruindade.
7. Eles pensavam, como pensáveis, que Allah não ressuscitaria ninguém.
[…]
11. Entre nós estão os justos e entre nós estão os que não o são: constituímos seitas distintas."

As mouras encantadas, contrariamente aos génios, perpetuam uma certa ambiguidade e uma certa tensão entre o seu poder sedutor, a beleza dos seus olhos e do seu rosto e a repulsa que gera a fealdade da sua componente animal serpentiforme. Essa tensão pode ser expressa simplesmente entre o seu poder de atração sexual, e o perigo que constitui para o descanso e conforto das almas piedosas. Elas prolongam arcaicos mitos relativos aos inícios dos tempos e à criação do mundo. Em Hesíodo, na sua Teogonia, refere o nascimento do monstro, arquétipo, pela sua forma, da nossa moura encantada, Equidna, a materialização da alma violenta. O seu corpo é formado por uma parte superior de mulher extremamente desejável e uma parte inferior de uma enorme e temível serpente:

"«Son corps est pour moitié d'une jeune femme aux, belles joues et aux yeux qui pétillent, pour moitié d'un enorme serpent, terrible autant que grand, tacheté, cruel, qui gîte aux profondeurs secrètes de la terre divine»" (Hésiode 1996: 42-43).

Cristóvão (2010: 229-230) relembra a relação existente entre as mouras e as Nereides, filhas de Nereo, filho do mar e de Doris, filha do Oceano, que viviam nas florestas, nos rochedos, em grutas, no fundo dos rios e das fontes. Longos cabelos loiros, relembrando nítidas conotações solares. Serão os seus pés de burro mais uma das marcas solares relacionadas com os mistérios celebrados em honra de Elêusis, ou mais uma sugestão da sua intensa sexualidade, tal como a encontramos no mito de Psique (*O burro de ouro ou As metamorfoses de Apoleio* 1978) tão habilmente sublimada, ou uma fusão destes dois conceitos?

Malaxecheverría (1982: 7), na senda de muitos outros estudiosos do imaginário já havia, claramente relacionado o mundo animal com o inconsciente e consequentemente com a feminilidade e a sexualidade:

"*Si tout animal peut symboliser l'inconscient – et par consequente la féminité -, certaines figures du Bestiaire ont fait l'objet d'études assez approfondies pour qu'il soit permis de porter une attention critique sur d'autres bêtes moins communes. Où trouver un meilleur exemple de l'archétype de la féminité que dans les avatars du dragon ou du serpent ennemis du héros sauroctone? Les aspectsdangereux de lánima incarnes dans des monstres comme la sirène sont suffisamment connus; il ene st de même pour l'anima considérée comme prisonnière (la vierge captive du dragon) ou pour les aspects érotiques du reptile."*

Na sequência desta lógica, torna-se pertinente relembrar as diferentes manifestações populares e misóginas da mulher 'engolidora' e 'fatal'. A conotação negativa e de inferioridade da mulher é uma constante em todos os sistemas dualistas, tanto de tipo platónico como gnóstico ou maniqueu. Durrand (1989: 75) relembra-nos que a feminilidade, entre os Caraíbas e os Iroqueses é rejeitada para a esfera da animalidade. A moura encantada, tal como a sereia, não passa de um dos expoentes de tal imaginário:

"A moira, à semelhança da sereia e com ela se confundido por vezes, é uma representação fragmentária do feminino e como tal incompleta e incorrendo nos perigos de qualquer forma de hibridez.

Na realidade, a imaginação humana deliciou-se multiplicando uma imagem dividida da mulher que primava por uma insistência absoluta na corte entre a parte superior e a inferior, sendo a primeira geralmente humana, enquanto que a segunda podia assumir a forma de diversos animais: serpente, cabra e peixe são os mais comuns. Essa divisão não foi certamente ingénua, visto a parte superior do corpo ser considerada mais espiritual, por se encontrar mais alta, mais «livre» do peso da gravidade, enquanto a outra parte, conotada com a metade sexuada do corpo, se tornava a mais baixa a vários níveis, aquela que se encontra mais próxima do chão e da sua simbólica." (Meireles 2003: 11)

É, todavia, o século XIX que, através da etnografia romântica, as redescobre. Os franceses, através das traduções de Antoine Galland, voltaram a reatar a sua íntima relação com o Oriente das *Mil e uma Noites,* a partir de 1704. Deste modo, também permitem uma valorização mais descomplexada com a nossa herança muçulmana, tão intensa na península ibérica, que prolongou a sua presença e o seu domínio no reino de

Grenada até finais do século XV. A península volta-se para a sua herança medieval e contempla o génio do seu povo, rico de uma herança oriental e muçulmana milenar (Pedro Afonso; D. Juan Manuel; Juan Ruiz, arcipreste de Hita; Ramon Lull; Eiximenis…).

A literatura portuguesa medieval também nos oferece algumas referências a figuras femininas híbridas:

"A velha lenda da Dama do Pé de Cabra constitui uma versão de um conto muito conhecido em toda a Europa e que foi igualmente adaptado à origem de várias famílias, entre as quais à mais célebre, a de Lusignan, que teria nascido de Melusina, a feiticeira aquática. No Livro de Linhagens existe outra versão do mesmo conto, o de D. Marinha, proveniente de outra região da Península, a Galiza.

O elemento comum de todos estes contos é a origem sobrenatural da mulher, que vem da floresta ou das águas, quer dizer dos espaços da natureza onde dominavam as forças que o homem não podia controlar e onde ele julgava que se teriam refugiado as potências extraterrenas, meio demoníacas, depois das conquistas do cristianismo. (Mattoso 1983: 66)

E el lhe disse que, pois, era molher d'alto linhagem que casaria com ela se ela quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda. E ela lhe disse que o faria se lhe prometesse que nunca se santificasse. E ele lho outorgou, e ela foi-se logo com ele. E esta dona era mui fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, salvando que havia ũu pee forcado como pee de cabra. (LL 9A4 in Mattoso 1983: 70)

O primeiro foi ũu cavaleiro boo que houve nome dom Froiam, e era caçador e monteiro. E andando ũu dia em seu cavalo per riba do mar, a seu monte, achou ũa molher marinha jazer dormindo na ribeira. E iam com ele três escudeiros seus, e ela, quando os sentio, quise-se acolher ao mar, e eles foram tanto empos ela, ataa que a filharom, ante que se acolhesse ao mar. E depois que a filhou aaqueles que a tomarom fe-a poer em ũa besta, e levou-a pera sa casa." (LL 73A1 in Mattoso 1983: 72)

São as antepassadas das nossas mouras encantadas a que já se refere Gil Vicente: Cortes de Júpiter:

"Estes romances cantão os Planetas e Signos, quatro vozes, pera com as palavras delle e musica desencantarem a Moura Taes de seu encantamento a qual entra com o terçado e annel e didal de condão, que Mars disse que ella tinha em seu poder, e diz:

Moura
Mi no xaber que exto extar,
Mi no xaber que exto xer,
Alah xaber divinar,
Lo que extar Alah xaber;
Alah xaber y yo no;
Alah xaber max que yo,
Alah, digirme que ex extro.
Jupiter, que á mí mandar?
Dox mil añox extar cantada;
Agora donde llevar?
Agora outro mundo extar,
Agora no xaber nada.
Porque tirarme de caxa,
Porque d'inferno tirarme
De companhia de Axa,
Mi hija nieta de Braxa,
Reina que extar del Algarbe?"
(Vicente Gil 1965:1009)

Em Portugal, só após as pesquisas de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e José Leite de Vasconcelos, podemos saborear o que havia constituído um dos núcleos do thesaurus da nossa tradição popular. Desse modo, *As Mil e Uma Noites* sustentaram o romantismo literário, ao qual deram o tom de mistério e de orientalismo, que tanto se estimou na época.

Garrett, ele próprio, não deixou de ser sensível a toda a 'poeticidade' do motivo das mouras, inscrevendo-o no coração de alguma das suas obras, tal como no poema de D. Branca:

"E vós, formosas moiras encantadas,
Na noite de São João ao pé da fonte
Áureas tranças com pentes de ouro fino
Descuidadas penteando enquanto o orvalho

Nas esparsas madeixas arrocia
E os lúcidos anéis de perlas touca…" (Garrett 1963: 499).

Estas lendas têm uma origem popular e propagam-se oralmente ao longo de inúmeras gerações. Serviam para transmitir os valores essenciais às sucessivas gerações e tornaram-se, desta forma, vestígios de usos, costumes e tradições das épocas mais arcaicas e originais. As suas caraterísticas afirmam-se numa linguagem de grande simplicidade, compreensibilidade e densidade simbólica. Talvez tenha sido essa a razão pela qual durante tantos anos foram menosprezadas, abandonadas e quase esquecidas pelos autores e investigadores que as consideravam um produto inferior, ilógico e sem nexo, desprovido de qualquer importância cultural, filosófica ou literária.

O género só se afirmou a partir do século XIX, em pleno romantismo, quando o orgulho pátrio, o regresso às raízes, as ideologias nacionalistas se tornaram motivos de prestígio, de orgulho e da especificidade de cada povo. Almeida Garrett iniciou então as suas recolhas de caris popular, valorizando produções poéticas, romances, contos e lendas, na senda de outros intelectuais europeus. Gianfracesco Straparola (1550), Giambattista Basile (1634-1636), em Itália; Perrault e La Fontaine, em França, Walter Scott na Inglaterra, os irmãos Grimm e Heinrich Hoffmann na Alemanha, assim como Hans Cristian Andersen na Dinamarca. A partir desse esforço, uma plêiada de outros autores inspira-se nos motivos e nas formas populares para escreverem os mais variados géneros literários incluindo romance até então exclusivamente reservados a temas e motivos clássicos e eruditos.

A caraterística mais saliente da lenda deriva da sua oralidade, a sua dimensão é, geralmente curta, o seu enredo simples, as poucas personagens que retratam de tipo convencional, estereotipadas e emblemáticas. Os temas e os motivos enraízam-se em antigas configurações universais, mitos indo-europeus, nórdicos, germânicos ou mediterrânicos, por vezes com intrusões exóticas e do médio oriente. Reconhecemos configurações narrativas, mitemas (Durand 1982: 74), e histórias em versões múltiplas e em regiões bastante distantes. A maior parte refere espaços e locais míticos, momentos imprecisos, onde o próprio conceito de tempo se dilui na poeira dourada da magia e da poética da fértil imaginação de cada povo. Basta invocar a terra de Avalon, ou o mundo do além referido nos antigos contos celtas:

Connla do Cabelo de Fogo era filho de Conn das Cem Lutas. Um dia, quando se encontrava ao lado do pai no alto do Usna, viu uma jovem donzela com um estranho traje vindo em sua direção.
"De onde você das Planícies dos Sempre Vivos", disse ela, "ali onde não há morte nem pecado. Lá sempre é feriado, e não precisamos da ajuda de ninguém para sermos felizes. E em todo nosso prazer não temos brigas. E como temos nossas casas nas redondas colinas verdes, os homens nos chamam de Povo da Colina." (Jacobs 2002: 15)

2. ORIGEM E TIPOLOGIA

Existem vários tipos de mouras encantadas. José Leite de Vasconcelos distinguia-as tendo em conta os diferentes espaços em que se manifestam: fontes, poços, cisternas, paredes e ruínas (in Amália Marques 2013: 21). Consiglieri Pedroso organiza-as segundo quatro pontos de vista:

"1.º como divindades ou génios femininos das águas (fontes, rios, ribeiros, poços, etc.),
2.º como guardadoras de tesouros encantados,
3.º como fiandeiras e construtoras de monumentos,
4.º como génios maléficos que perseguem o homem ocasionando-lhe diversas doenças." (Pedroso, 1988: 218)

Nesta reflexão fixar-nos-emos nas ocorrências da imagem da jovem e princesa moura, da imagem da mãe, eventualmente fiandeiras ou guardiã de tesouros, assim como do ser hibrido que pode ser, apresentando sobretudo a forma de serpente, eventualmente relacionada com as águas, com as grutas e com as pedras. Cada um destes tipos possui as suas caraterísticas distintas e, eventualmente, espaços de eleição, uns mais agrestes e ermos, outros mais próximos dos comuns dos mortais.

As lendas visitadas revelam-nos vestígios de tradições heterogéneas muito arcaicas, de origem indo-europeia e eventualmente oriental. A sua vetustez é atestada pelo seu enraizamento, pela sua difusão geográfica e pelo número de variantes que apresentam.

As mouras não aparecem nas tradições e nas lendas como seres totalmente imaginários mas sim como seres reais, eventualmente mais mágicos a norte e mais 'históricos' a sul. A sua aparência é mais frequentemente humana a sul e semi-humana a norte, por vezes sob a forma animal ou híbrida (mulher e serpente ou cobra). A norte, prolongam uma saudade infinita, de um tempo perdido e paradisíaco; a sul dominam as saudades da família perdida e dos amores contrariados. São guardiãs de saberes fabulosos e tesouros valiosos. No norte, vivem nos montes, nas florestas, nos rochedos, nos monumentos pré-históricos tais como nos dólmenes e nas antas, nas fragas, nas grutas e nas covas; no sul predominam as cisternas, as fontes, os lagos e os rios, mas também vivem em castros e nas torres abandonadas à inclemência dos elementos.

Podemos afirmar que, tanto a norte como a sul de Portugal e na Galiza, a moura exerce nas populações um grande fascínio, embora o modo como esse deslumbramento se manifesta seja diferente. Estes seres míticos aparecem associados a elementos básicos: terra (montes, subterrâneos, rochas, etc.) e água (rios, riachos, fontes, etc.):

"Lenda da Fonte Mouro

[…] Ao ver chegar o amante encheu-se-lhe o coração de alegria e de gratidão por Alá. Ergueu os olhos ao céu numa muda oração de agradecimento pelo paraíso que antevia abrir-se-lhe e, nesse momento exato, um estranho caso aconteceu: Aldonça transformou-se em fonte, Atanásio transmudou-se em serpente. […]" (Frazão [s. d.]: vol. V: 88)

*"**As Mouras do Rio Seco***

Menos afortunada foram duas irmãs encantadas naquela mesma horta, com o filhinho de uma delas. Uma chama-se Alíria e outra Tomazina, ao que consta. Costumam aparecer sob diversas formas. Há quem afirme tê-las visto, uma sob a figura de serpente e a outra de enguia. Mas quase sempre aparecem sob a sua forma humana, trazendo uma delas, nos cabelos, um lindíssimo brilhante. Dizem as pessoas entendidas que o brilhante é o filhinho encantado." (Frazão [s.d.]: vol. VI: 90)

*"**Lenda da Fonte da Moura***

[…] Em breve se efetuou a tocante cerimónia do batismo da jovem moura. Um ano depois, a nova cristã entrava para um convento tal como havia dito. E a fonte que brotava espontaneamente em plena terra ribatejana continuava ainda correndo através dos séculos, dando ao viandante a frescura das suas águas." (Marques, 1997: 367-368)

*"**O rio seco***

[…]. Ao ver a data tão próxima, a jovem encontrou-se pela última vez com o príncipe cristão, para se despedirem. E sucedeu que ambos choraram tanto neste último encontro, ao ponto de a seus pés se formar um grande lago. Esse lago foi crescendo e dele se formou um rio. Por fim separaram-se e cada um foi à sua vida para nunca mais se encontrarem. […]" (Parafita 2006: 339)

"[…]. Na noite de San Xoán sae no Outeiro de Vimieiros unha moura, que se pon por riba duns penedos que hai na banda Oeste do castro. En canto se pon niles deita no sitio unha fonte, en cuia auga a moura láva a cara e pentea os seus cabelos." (Gonzáles Reboredo 1989: 66)

No norte do país, é mais comum associar-se as mouras a elementos e fenómenos da natureza, tais como rochas e pedras com caraterísticas especiais, formais, estruturais ou funcionais, tais como os monumentos funerários que se assemelham a antas e a dólmenes. Sabe-se que esta zona do país é bastante pródiga e diversificada do ponto de vista geológico e paisagístico, por vezes enigmática pelos caprichos da natureza outras misteriosa, pelas vontades esquecidas de povos que nela se perpetuaram, nos seus ricos monumentos pré-históricos. Na memória coletiva todos os povos que ocuparam o nosso território anteriormente aos muçulmanos confundem-se e cristalizam-se na figura do mouro:

"Pour Martins Sarmento, la désignation "maure" couvre des croyances et des traditions antérieures à l'arrivée des Maures dans la Péninsule Ibérique: Les chrétiens signalèrent comme païens les peuples qu'ils avaient détrônés. Plus tard ils reprirent cette même désignation pour les envahisseurs arabes qu'ils appelaient tantôt mouros (maures), tantôt pagons (païens), comme le montrent les chroniques de l'époque. Maure et païens devinrent ainsi des noms pratiquement synonymes, mais comme le vocable "maure" avait un referent concret, l'envahisseur, il prit le dessus et remplaça peu à peu le mot "païen" dans l'usage." (Sarmento 1933: 68-71 in Cristóvão 2010: 48)

"«O povo – diz o sr. Leite de Vasconcelos–cuidando que antesdos mouros ninguem mais existiu, serve-se da palavra mouro para designar não só os monumentos arruinados, mas os que oferecem uma aparencia extranha.»

É verdadeiro aquelle enunciado. Para o algarvio uma caverna de forma menos regular foi necessariamente habitada pelos mouros; os poços, as fontes, os penedos, as furnas e os algares, foram esconderijos dos mouros; os castelos arruinados, as muralhas, as torres e todos os monumentos, cuja origem lhe é completamente desconhecida, são obra dos mouros, porque os julga o único povo antigo, depois do povo hebreu. É por isso que não podemos dar um passo no Algarve que não encontremos vestígios serracenos. Os poços dos mouros, as cavernas dos mouros, a fonte da moura e outras designações mouriscas encontram-se por ahi em toda a parte. E quasi sempre ligadas áqueles monumentos andam as lendas, embora quasi esquecidas e apenas reduzidas a factos isolados." (Oliveira 2009: XVIII)

É nossa convicção que as lendas de mouras, a sul do nosso território, talvez tenham sido mais contaminadas com o imaginário que os muçulmanos desenvolveram em torno das figuras dos *djinns*, enquanto as do norte apresentam caraterísticas mais arcaicas, fruto de aculturações variadas entre os vários povos da antiguidade, com especial relevo para a mitologia greco-latina e germano-celta.). No sul do país, algumas destas lendas podem ter surgido a partir de acontecimentos históricos reais e traumatizantes, lidos e interpretados à luz da pródiga imaginação popular como é apanágio do género. Sublinhemos, também, nesta região, a íntima relação entre a moura e a água (fontes, ribeiros, cisternas... (Marques 1997: 112, 149, 318, 326, 338, 339, 365).

O estudo da moura, enquanto entidade do nosso imaginário, não se pode esgotar num estudo dedicado às influências mouras na nossa literatura tradicional. Trata-se, de fato de uma entidade muito mais complexa que sofreu diversas influências culturais, tanto greco-latinas como ibero-celtas e germânicas. O imaginário galego conservou bastante bem estas últimas caraterísticas, até na sua aparência física, donde não poderia deixar de sobressair as referências à cor arroxeada ou vermelha do cabelo:

"A moura posúe longos cabelos, polo xeral de corroxiza. Ter um cabelo bonito e a ser posible desta cor é un dos requesitos que debe posuír unha moza para ser tida por fermosa:
«Peina os teus cabelos, rubia,

Non te fagas preguiceira,
que a honra d'unha rapaza
é ter boa cabeleira»" (Llinares García 1990: 55).

Até o imaginário asturiano ainda conserva a confusão entre as velhas memórias celtas e as mais recentes referências mouras:

"Las xanas son ninfas o hadas benéficas, vinculadas generalmente a cuevas, fuentes y cauces de los ríos. Tienen un aspecto totalmente humano, si bien son pequenas de estatura, suelen poseer una larguíssima cabellera, y son de una extraordinária beleza. Ramón Sordo Sotres, por el contrario, recoge en el área oriental de Asturias, historias en las que las inxanas, "eran mujeres chiquitinhas, muy chiquitinhas, morenas, muy morenas". En las historias recogidas por Sordo, se asimilan las inxanas a las mujeres de los moros: "Las inxanas eran las mujeres de los moros que dejaron éstos cuando se fueron y que estaban metidas por las cuevas, en Vegas y Jonfría". En otras versiones (como las de R. Baragaño y C. Cabal) las presentan como rubias. En todo caso, suelen ser pequenitas y de extraordinária beleza." (Arrieta Gallastegui 1995: 13)

"Les Xanes tienen la apariencia de mujeres jóvenes, de gran beleza, com cabellera larga y rubia. Se aparecen preferente de noche o en torno a la mañana de San Xuan en fuentes o cuevas a las cuales suelen estar vinculadas. Visten sayas largas al modo del país o vestiduras blancas, algunas incluso van desnudas, según los relatos. Acostumbran a peinarse com peines de oro y tienen gallinas y polluelos del mismo metal." (Álvarez Peña 2005: 15)

As mouras encantadas são espíritos ou seres fantásticos com poderes sobrenaturais do nosso folclore popular. São obrigados, por uma força sobrenatural, a viverem num estado quase letárgico, enquanto não lhes quebrarem o encanto. De facto, existem distintas teorias relativamente à origem e à formação das lendas das mouras encantadas. Ponderamos, neste trabalho algumas das hipóteses que nos parecem mais congruentes.

A sua remota origem pré-romana não nos perturba sobremaneira. Percebemos a sua densidade simbólica, a sua dimensão metafórica, a sua relação com os mitos e com os ritos. Sabemos que "mouros" era o nome atribuído pelos romanos aos nativos da Mauritânia, também não podemos esquecer as especulações linguísticas que nos alertam para a existência da palavra 'marwo' no proto-celta designando o conceito de 'morto'.

Não desconhecemos a teoria que considera que o termo possa ter derivado da palavra grega "moira", que significa destino e que também assim se apelidavam certas divindades originárias da sua mitologia: as 'Moiras'.

Se nos colocarmos no espaço germano-celta, teremos que ponderar o conjunto de palavras com o mesmo étimo e da mesma área semântica de 'mar' (Bastos 1988: 73-74), tais como 'mori', ou 'mori-morwen' sereia, associando provavelmente as mouras às ninfas, espíritos sub-humanos que habitavam os rios. A teoria celta também remete para as palavras 'mahra' e 'mahr', que significam espírito. As Valquírias germânicas e mais tarde as nossas Tágides inscrevem-se nesse mesmo imaginário. Consiglieri Pedroso afirmou claramente, num trabalho sobre as superstições relativas à noite de São João, que as mouras encantadas eram divindades ou génios femininos das águas:

"**As Mouras Encantadas**
[…] análogas às nixen germânicas, às lac-ladies inglesas, às rusalki rusas, às vilas sérvias, às elfen, escandinavas, às naiadas gregas, etc. Eram também, além disso, os génios que guardavam os tesouros escondidos no centro da Terra, crença que é comum a todos os povos, que conservaram vestígios desta entidade mítica, que parece ser indo-europeia ou pelo menos europeia, por isso que se encontra, quase sem exceção, em todos os grupos áricos da Europa. Apenas da mitologia portuguesa desapareceu a feição maléfica que estas entidades por vezes revestem em outras mitologias, por ex. na russa; a não ser que queiramos ver um derradeiro reflexo desta conceção nalgumas superstições ainda hoje em vigor no nosso país e que se executam junto às fontes. Que novas descobertas venham confirmar ou infirmar esta hipóteses, é certo que de todas as criações do nosso maravilhoso popular, esta é incontestavelmente uma das mais poéticas e talvez a que melhor reproduz a crença geral europeia, […]" (Pedroso 1988: 217-218)

A literatura medieval interessou-se particularmente pela figura da mulher junto à água, para além das mulheres marinhas, representa-as junto de rios, fontes e lagos. Basta referir o conto da Dama da fonte inserido nos Mabinogion de tradição galesa, escrito no decurso do século XIV:

"Owein tomou a corça, esfolou-a e partiu-a em pedaços que enfiou em uns espetos e pôs a assar no fogo. O resto do bicho deu-o ao leão para comer. Estava Owein ocupado com estes trabalhos, quando ouviu um fundo e prolongado gemido, depois um segundo e ainda um terceiro, este último já muito próximo Owein soltou um brado e perguntou se estava ali alguém e se era gente de este mundo.
«Sim, podes estar certo que sou gente de este mundo», respondeu uma criatura.
«Quem és tu, então?», perguntou Owein.
«Pela minha fé te digo», respondeu a criatura, «que eu sou Luned, a donzela da Dama da Fonte.»" (Morais 2000: 262)

A memória de Mélusine continua bem viva junto das fontes em território francês, em particular na Borgonha e no Poitou:

"L´histoire de Mélusine est aussi racontée avec cette variante: Mélusine était femme d'un seigneur qui était très fier de la beauté de sa dame. Une seule chose traversait le bonheur du châtelain, à un certain jour de lánnée, Mélusine se faisait invisible pour tous, même pour lui. Vainement la suppliait-il de lui faire connaître les causes de cette retraite, Mélusine ne répondait que par des larmes. Obsédé par des sentiments de toutes sortes, un jour ce seigneur résolut de découvrir à tout prix le mystère. Il penetre secrètement dans l´habitation de sa femme et au moyen dúne fente pratiquée dans la porte, plonge le regard dans la chamber où était la châtelaine. Morte et enfer ! Qu'aperçoit-il ! Mélusine ayant toujours, de la tête jusqu'à la ceinture, sa beauté divine de femme, presente dans le reste de son être la forme d'un hideux serpent. A cette vu ele seigneur jette un cri. Mélusine qui l'entend, est si courroucée et si honteuse d'avoir été surprise dans cet état, qu'elle pousse à son tour une clameur qui fait trembler le château et la forêt, et se précipite dans un puits où elle trouve la mort." (Delmas 2006: 71)

Em 1858, as ondines ainda continuavam a ser temidas na Provença e em particular na Côte d'Azur:

"Le jeune godelureau, alléché par les attraits qu'il découvrait, s'approcha de la jeune fille pour lui dire quelques mots aimables; il fut répondu aimablement à ses paroles ; s'enhardissant, alors, il voulut passer des paroles aux actes. Mais, la jeune fille se mit à fuir, le galante la poursuivit; ils allaient ainsi à travèrs champs, folâtrant plutôt qu'ils ne couraient, car la fillette s'arrêtait dès qu'elle avait un peu trop d'avance sur son amoureux, se contentant de lui glisser entre les doigts lorsqu'elle était serrée de trop près.

Or, tout à coup, le jeune homme glisse et tombe dans une pouzzaraque, sorte de mare, qu'il n'avait pas vue.

Aussitôt la jeune fille, qui n'était autre chose qu'une masque, poussa un ricanement diabolique et disparut." (Delmas 2006 765)

Em 1811, Friedrich de la Motte-Fouqué publicara, na senda de *O livro das Ninfas* de Paracelso, o Märchen intitulado *Undine* (Ondina), um dos textos mais lidos e celebrados da sua época. Os motivos centrais da obra são precisamente os mesmos do *Livro da Ninfas*:

"[…] os espíritos elementares da água têm, em tudo, uma aparência humana, são «seres de sangue, carne e osso como qualquer de nós», dotados de razão e inteligência; não são, todavia, dotados de alma, podendo, no entanto, adquiri-la através da união sexual com os humanos; e, porque ardentemente a desejam, «esforçam-se por conquistar [os homens] e ganhar a sua intimidade», para que utilizem – por vezes, ardilosa ou insidiosamente – a força da sedução. Essa união é, no entanto, «lícita, pois faz parte dos desígnios de Deus em relação ao universo: «tal como um pagão pede o batismo e anseia por ele para obter a sua alma e se tornar vivo em Cristo, assim também esses seres perseguem o amor dos homens para se ligarem a eles». E «tal é o poder da aliança entre duas coisas que a inferior goza da vantagem da superior e tem a força desta.

Assim, de parte a parte, a união se traduz num ganho, na aquisição de «algo mais»: os seres elementares adquirem alma, mas por outro lado facultam aos humanos vantagens (por vezes materiais, pois são frequentemente guardiães de tesouros) e conhecimento." (Motte-Fouqué 1989: 14)

Fadas encantadas, vivendo junto das águas ou em medonhas grutas continuam a criar sentimentos contraditórios em terras do Languedoque e do Rossilhão:

"C'est la grotte de l'Encantada, hantée par les fèes durant les sombres nuits d'hiver. On sait que les filles des Dieux prennent quelquefois, par permission divine, figure d'animaux terrestres et c'est ainsi, qu'après une longue nuit affreuse, on entendait résonner l'écho de la forêt d'une inexplicable plainte: […]" (Delmas 2006: 718)

A Princesa Moura do imaginário do sul habita, geralmente, num castelo e apaixona-se por um cavaleiro cristão ou torna-se objeto dos seus mais ardentes desejos:

*"**Lenda do Castelo de Alcoutim***

[…]

Chegado à sala principal do castelo, o cavaleiro cristão encontrou-se com o ex-alcaide. Junto dele, estava uma linda moura, que atentamente observava o cavaleiro português através dos seus olhos de um negro invulgar.

O ex-alcaide saúda-o.

– Salaam! Estás em tua casa. Não quis partir sem cumprir até ao fim o meu dever. Esta é a minha sobrinha Zuleima. […]" (Marques 1997: 37-38).

Na lenda da Moura Salúquia, celebra-se as qualidades da lealdade e da fidelidade da amada pelo seu amado, neste caso, partilhando a mesma confissão e civilização:

*"**Lenda da Bela Salúquia***

Pois no velho Alentejo dos tempos da moirama, segundo nos conta a tradição, vivia uma formosíssima moura chamada Salúquia, filha do grande e poderoso Abu-Assan, governador de certa praça-forte que os cristãos ambicionavam conquistar. E nas noites bonitas, em que a terra se prateava de luar, a bela Salúquia cantava antigas romanzas que deixavam os homens enamorados…

Ora aconteceu que, certo dia, um moço cavaleiro das hostes cristãs sentiu bater mais forte o coração ao escutar o canto da bela Salúquia. Embora isso o apavorasse, ele sentiu-se apaixonado, atraído irresistivelmente por essa voz que falava de amor, embora na língua que ele mais odiava […]" (Marques 1997: 115).

Algumas destas lendas confundem-se com as lendas etiológicas que tentam explicar a origem das coisas, de determinados fenómenos da natureza ou dos nomes (onomástica e toponímia), tal como a origem da toponímia Salir que nos relata que segundo a lenda, a povoação de Salir deve o seu nome à filha do alcaide mouro de Castalar, Aben-Fabilla. Ameaçado pelos cristãos (D. Afonso III), e tendo escondido o seu tesouro, abandonou o castelo. Os cristãos apenas encontraram a sua jovem filha rezando com fervor. De um monte vizinho, Aben-Fabilla avistou a filha e com rituais e fórmula mágica encantou a filha que se transformou numa estátua de pedra. Em memória desse estranho acontecimento ficou aquela terra conhecida por Salir (Marques 2006: 255-259; Frazão [s. d.] 63-66; Moutinho 2005: 163). Evocam, por norma, personagens históricas, e podem apresentar caraterísticas religiosas tal como na lenda Oreana:

"A lenda de Oreana como relata Frei Bernardo circula ainda na serra d'Aire consta nos textos etnográficos locais com estes complementos de informação importantes: a moura de Alcácer era uma princesa; após o rapto, a rapariga foi levada «por causa do medo e da vergonha» para um sítio serrano que é hoje a aldeia de Fátima. Este topónimo provém de facto de o raptor aí ter escondido a cativa. Depois da conversão ao cristianismo e da mudança de nome, perdido o medo e a vergonha, foram ambos viver para o castelo de Ourém cujo o nome se diz derivar de Oriana. […]" (Santo 2006: 244-245)

O contexto histórico, as personagens, assim como os acontecimentos costumam contribuir para o reforço da sua verosimilhança, procura-se enquadrar a ficção com o maior número possível de elementos históricos. O fabuloso e o fantástico surgem de forma quase impercetível e com bastante parcimónia. Por vezes, contribuem para a difusão e perpetuação de narrativas lendárias anteriores, sofrendo fenómenos de aculturação e incrustação bastante meticulosos. Todas estas caraterísticas, típicas da lenda, são particularmente sublinhadas no território português, com a sua maior expressão em terras algarvias.

A Moura tecedeira, fiadeira e tendeira não deixa de exibir a sua forte ralação telúrica, transportando frequentemente pedras à cabeça e fiando com a roca atada à cintura:

"Vimos já que em muitos relatos da tradição oral a moura assume a dimensão de uma mulher multidisciplinar num quadro de labores essenciais no universo rural, isto é, a dimensão de uma autêntica supermulher situada no limite da realidade e da utopia. Das atividades que o vasto conjunto de textos que estudámos atribui à moura, destaca-se a de tecedeira e fiandeira, identificada em trinta relatos." (Parafita 2006: 116)

A relação telúrica da moura com a força do mundo mineral afirma-se muito intensamente a norte onde vive mais recatada, em espaços mais ermos e selvagens. Essa pertença ao submundo e aos espíritos indomáveis da natureza talvez seja uma das caraterísticas mais distintivas do nosso imaginário nortenho, assim como do imaginário galego:

"[…]. Conta-se que foi uma moura que trouxe para ali aqueles penedos. O grande e os pequenos o maior trouxe-o à cabeça e os outros dois trouxe-os debaixo de cada um dos braços. E que ainda vinha afiar ao mesmo tempo. O povo diz também que existe nesse lugar um tear de ouro, e que à meia-noite do dia de S. João, se alguém passar perto, pode ouvi-lo a tecer." (Parafita 2006: 349)

Estas mouras vivem sobretudo em grutas e em castros, citânias e outros monumentos megalíticos. As pedras antigas, com caraterísticas naturais que recordam formas ou símbolos, tal como as que apresentam marcas propositadamente produzidas, são chamadas 'medalha das mouras', sobretudo em Trás-os-Montes. São frequentemente encontradas junto de citânias e castros. A superstição popular acredita que no lugar da Chã, concelho de Alijó, os mouros deixaram o seu vestígio numa anta ou dólmen denominado "Fonte Coberta":

"Conta-se que uma jovem moura casou por amor contra a vontade do seu pai, um rei mouro. E por isso, pagou caro a sua desobediência, sendo obrigada a trabalhar para sustento da sua família e a construir, sozinha, a sua casa. Foi ela que carregou as pedras da anta à cabeça e ao colo levava o seu filho ainda bebé. Diz-se que em noites de luar, ainda há quem oiça os ais da jovem moura a carregar enormes pedras." (Parafita 2006: 207)

A Pedra Formosa, encontrada na citânia de Briteiros, também terá sido transportada à cabeça, por uma das mouras fiandeiras, para quem nada é impossível.

Segundo Abílio Brandão (1911, vol. XIV: 79), as Pedras-Mouras encerram riquezas encantadas e quem se sente em cima delas corre o risco de ficar encantado. O transporte de tais pedras é explicitamente proibido e em nenhum caso pode ser levada para casa, os animais de criação e os animais domésticos correm verdadeiro risco de morte.

Francisco Martins Sacramento (1990, n.º 100: 343-353) refere que a moura não se confunde com a pedra, mas vive dentro da pedra, que, por norma, está mergulhada na água e, em particular, num rio. A tradição afirma que, no penedo, 'entra-se para dentro' e 'sai-se para dentro':

"[…]
Uma rapariga ia lavar à ribeira muito cedo, mas mais do que ela cuidava, porque pelo caminho deu-lhe meia-noite, e, por isso com medo, escondeu-se atrás de uma parede, à espera de que viessem as outras companheiras. Isto foi nos arredores de Castelo Branco.
"[…] – Olha: desta pedra saiu daqui uma quantidade de família e disseram quando saíram: «Nunca tu, pedra, te abrerás, senão quando cominhos semearás.»

– Isso tem bom remédio: experimentar. Isso com meio quilo de cominhos, semeia-se assim muito terreno.
Compraram e semearam.
Abriu-se a pedra; eles entraram e viram uma casa cheia de muita riqueza. Eles tornaram-se também ricos e a sua casa ficou sendo das maiores daqueles sítios de Castelo Branco." (Vasconcelos 1969: 758)

Outras destas lendas descrevem viagens de mouras para a 'mourama' sentada numa pedra que flutua no ar ou na água, muitas delas mencionam a existência de opulentos palácios e deslumbrantes tesouros:

"Assim, já vimos que uma lenda repetida à saciedade no nosso concelho é a da moura que vai para a mourama numa pedra flutuante. Este modo de transporte não é desconhecido na Irlanda: S. Molarins, voltando de Roma, atravessa para a Irlanda em cima duma pedra. E é mais para refletir que há grandes dúvidas sobre se os velhos santos irlandeses, alguns, pertencem realmente à galeria cristã se à druídica." (Brandão 1990: 352)

A Moura-Serpente é um ser híbrido ou que tem a faculdade de se metamorfosear, como no caso da lenda da serpente de Noudar (Barrancos):

"***Lenda da Fonte de Vide***
Em Vale de Telhas, concelho de Mirandela, há um lugar a que o povo chama Fonte de Vide. Dizem os mais antigos, e já o ouviram dizer aos avós e bisavós, que naquela fonte há um encanto. Um encanto que é uma menina transformada em serpente." (Parafita 2006: 278)

*"**A fraga da Moura** (Alvações do Corvo)*
Em Alvações do Corvo (…), a pouca distância, na margem do rio, entre umas vinhas, há uma gruta natural, rodeada de muitos penedos. A tradição popular apoderou-se dessa gruta e, segundo ela, aparece lá, na noite de S. João, uma moura, metade mulher e metade bicha, que tem naquela noite sempre muito varrida a entrada da gruta. Por isso se chama Fraga da Moura." (Parafita 2006: 322)

A moura para além de aparecer como uma mãe extremosa como é representada na lenda da fonte coberta (Parafita 2006: 207) também se mostra extremamente generosa para quem a auxilia no seu parto:

*"**Lenda da Serra da Mourela***
[…] Todos os mouros foram embora, mas ela ficou naquela gruta para criar o filho, e o povo diz que durante muito tempo se ouviu a moura a entoar bonitas canções de embalar. A gruta ficou assim conhecida como a "Pedra da Moura" e a serra onde ela está situada é a Serra da Mourela. Fica entre Pitões e Tourém, no concelho de Montalegre." (Parafita 2006: 304)

"A parteira das mouras
[…]
A parteira entrou. E lá dentro da queda de água encontrou um palácio de ouro e pedras preciosas. Nele morava uma bela moura que estava prestes a ter uma criança. Conta-se que a velha cumpriu a sua missão com a prática e o saber de muitos anos, e ao regressar a casa, o rio e a queda de água voltaram a ficar como antes." (Parafita 2006: 338)

Muito raramente a moura surge com a aparência de uma velha. Na realidade, trata-se de mais uma das formas de por à prova as qualidades humanas e filantrópicas dos pobres mortais. Solicita sempre vários tipos de ajuda. Em troca, revela toda a sua generosidade a quem corresponde aos seus pedidos e esse é sempre largamente recompensado:

"***Lenda da Moura do Reboledo***
Perto da aldeia de Santa Comba de Rossas, concelho de Bragança, existe um altinho denominado Reboledo, coroado por um amontoado de rochas. Conta a lenda que havia lá um encanto que costumava aparecer a um rapaz que era pastor. E que esse encanto tinha a forma de uma velha muito feia que lhe comia a merenda. […]" (Parafita 2006: 227)

3 ELEMENTOS SIMBÓLICOS DAS LENDAS

O meio-dia ou a meia-noite, em particular do dia ou da noite de São João, são os momentos mais propício para as manifestações das mouras e dos seus encantamentos:

*"**A Moura de Algoso***
[…] A fonte de S. João, de resto, continuava ali, lembrando a todos a desdita da mourinha encantada pelo bruxo e desafiando a coragem de quem sonhasse desencantá-la.
Uma noite, muito próxima da de S. João, um rapaz de Algoso que se apaixonara pela história sonhou que via a moura na fonte. Mal acordou, decidiu que, desse lá por onde desse, havia de tentar ver na madrugada de S. João se a lenda era verdadeira. Além disso, como corria se alguém visse a moura nas suas horas felizes lhe podia fazer três pedidos, os quais seriam atendidos, o rapaz achou que, apesar do medo, era talvez vantajoso fazer aquela tentativa. (Frazão [s.d.]: vol. II, 42-46)

O dia de São João corresponde ao solstício de verão, dia marcado pelas mais variadas festividades pagãs, muitos anos antes do cristianismo e da devoção a São João Baptista, primo de Jesus. Nesse dia, a essas horas, abrem-se as portas dos 'infernos' que permitem um contacto entre o mundo dos vivos e o mundo do além, o mundo dos seres encantados e imortais, a verdadeira terra da mourama.

As mouras são encantadas pelos seus familiares quando são obrigados a abandonar a península, por vezes são-no pelo facto de se apaixonarem por cristãos:

*"**A Moura do arco do Repouso***

[…] Depois de ouvir tudo isto, o cavaleiro dirigiu-se à porta do castelo. Ao entrar pelo Arco da Senhora do Repouso viu ao lado esquerdo a cabeça de uma criança que assomava por um buraco. Reconhecendo nela o mourinho da sua amada, perguntou: - O que fazes aí, menino?

- Estamos aqui encantados: eu e a minha irmã.

- Porquê? Quem vos encantou?

- O nosso pai soube por uma espia que levavas nos braços a minha irmã acompanhada por mim e, invocando Allah, encantou-nos aqui no momento em que transpunhas a porta. Por atraiçoarmos a santa causa do nosso Allah aqui ficaremos encantados.

- Por muito tempo?

- Enquanto o mundo for mundo – respondeu a criança com um ar misterioso, enquanto se ia diluindo nos ares.

O guerreiro chorou. Ainda quis perguntar pela moça, mas o mourinho tinha desaparecido sem deixar rasto. Diz-se que nunca mais riu. Terminando o cerco, pediu ao rei dispensa do exercício e recolheu-se a um convento, onde professou. (Frazão […] vol. VI: 32-36).

Na maior parte das lendas, elas permaneceram, no nosso território, para guardar os seus tesouros, o seu património material e imaterial. Trata-se do verdadeiro *ouro das mouras*, metaforicamente representado por alimentos, instrumentos de trabalhos, roupas e animais, … Tais tesouros podem ser encontrados, roubados, ou até oferecidos como recompensa por atos de altruísmo, filantropismo, ou até de bravura e coragem. Por vezes, as mouras deixam de poder suportar o sofrimento da sua existência e procuram a sua libertação, compensando generosamente o seu salvador. É a moura que toma a iniciativa, solicita, promete, e confronta os humanos com os seus medos, anseios, angústias, forças e fraquezas. O desafio proposto pode ser apenas o domínio sobre os seus impulsos, a forma como se deve resistir à curiosidade, a coragem de oferecer um beijo, uma oferenda conquistada ou roubada, a capacidade de manter segredo, a sagacidade e a astúcia para sobreviver.

As oferendas e as prendas relacionam-se com os atos de sedução, com os rituais de acasalamento e obviamente com o culto dos mortos. Pão e leite são as oferendas ou libações preferidas, assim se cultuavam os manes, divindades da família, no império romano, assim se cultuavam, os espíritos dos mortos e da natureza. Deusas da fertilidade também exibem símbolos mais eróticos: "Entre esses emblemas, há três espécies cujo simbolismo afrodisíaco não levantaria qualquer dúvida: o cinto que a estátua usava, as sandálias e, finalmente os apetrechos da fiandeira: fuso e roca." (Klossowski 1991: 27)

Nas lendas das mouras serpentiformes, sublinha-se o gosto e o desejo pelo leite, reforçando as suas caraterísticas arcaicas ambiguamente e duplamente sexuais e matriarcais:

"O leite é alimento de nai a fillo, pero este fluxo interrómpese canto aparece a cóbrega. Esta mete o bico do rabo na boca do pucho ou do neno para enganalos e que non choren mentres ela mama da vaca. O feito de zugar convértese para a vaca nunha espécie de plácer sexual, que fai que a vaca-nai rexeite a súa función (Criado, 1986). A idea de que o gusto desmedido polo leite é asociado a un plácer sexual perverso vese apoiada por unha información que fala de que unha nena debe ser destetada antes ca un neno, pois canto mais tempo mame, terá unha meirande apetência sexual, e será mais doado que se entregue ós homes (Prieto, 1947, p. 564). O leite é precisamente un dos alimentos dos que gustan as mouras, e no caso en que é tamén o medio de desencantamento oferecido por un home, non é difícil a identificación leite=sémen:

"…. Foi o rapaz ca cunca [de leite bendecido], e saleulle unha grande cobra que se puxo a beber no leite e o rapaz sem se acañar tiña man da vasixa. Bebeu todo a cobra, e ô rematar convertíuse na señora do outro día e deulle moita riqueza" (López Cuevillas, 1929, p. 170)

A relación do leite coa sexualidade aparece reforzada cando temos en conta novas como a que fala de que os casados sem fillos van a un grabado serpentiforme levando un cuartillo de leite sem ferver (Rodríguez Figueiredo, 1973, p. 255). Neste caso, o leite mantén a relación coa maternidade que se ve negado no caso das cóbregas que maman das vacas, pero á súa vez tamén mantén o aspecto sexual que víamos que tiña no mesmo caso.

O leite, como se pode ver entón, posúe un doble carácter: assexual, en tanto que alimento de nai a fillo, e sexual, en tanto que alimento de home a moura. Cando a consumidora é unha mulher pero a doador non é o axeitado (de vaca a cóbrega) ou o consumo é excessivo (de nai a filla), o componente de tipo sexual perverso vese enormemente reforzado. A consecuencia deste consumo erróneo ou en excesso é unha muller cun apetito sexual desmedido e que ademais é a que toma a iniciativa na seducción sexual, o que vai totalmente en contra da idea dominante de muller passiva frente a home activo. […]" (Mar Llinares 1990: 53-54)

A mesma bicha que proporciona prazer pela sucção e procura o seu prazer na nutrição, engana as indefesas e inocentes criancinhas oferecendo-lhes a sua cauda, levando-as à fome e à inevitável aniquilação:

*"**A mulher, o leite e a cobra***

«A mulher estava deitada e a cobra estava do lado da parede, debaixo do colchão e do enxergão e saía e punha o rabo na boca do menino. Depois, o menino andava muito magro e com a boca ferida, do rabo, das escamas da cobra. Depois, as antigas começaram a dizer que talvez fosse uma cobra e desasrredaram a cama, e entre o colchão e o enxergão encontraram a cobra e mataram-na.»" (Bastos 1988: 19)

*"**A velha e o carvão***

Uma velhota de Vila Verdinho, concelho de Mirandela, andava um dia a guardar umas ovelhas num campo pegado à aldeia, quando lhe apareceram três mouras a pedirem-lhe um pouco de leite para matarem a sede.

A velhota, como era pessoa bondosa, foi logo mugir as ovelhas, deu o leite a beber às mouras e ainda lhes ofereceu parte da merenda que tinha consigo. As mouras agradeceram e uma delas pega então nuns pedaços de carvão e dá-lhos como paga, dizendo que os guardasse até casa e que não se arrependeria." (Parafita 2006: 280)

Desencantada, não raras vezes a moura torna-se humana e casa com o seu salvador ou simplesmente evapora-se, os mouros, ou a consciência, raramente o toleram e tentam encantá-la novamente ou obrigam-na a recolher à terra dos seus iguais:

*"**Lenda do cinto da Moura***

Certa vez, um rapaz observou por acaso um mouro estar a enterrar viva a filha. Como ia partir para a Moirama e não a podia levar, estava a encantá-la debaixo da terra. Assim, D. Mouro dizia certas palavras encantatórias, esquisitas e embaladoras.

O rapaz manteve-se silencioso e muito bem escondido enquanto o mouro fazia o que tinha a fazer. Mal ele partiu, dirigiu-se à cova, disse as mesmas palavras que ouvira ao outro, procurando imitar-lhe a entoação, e desencantou a moura. Tempos depois casou com a rapariga e foram vivendo a sua vida sem problemas de maior.

Um dia, porém, chegaram as saudades à moura e deu-lhe um imenso desejo de ver a família ou, mais que não fosse fazer-lhes saber que estava desencantada e vivia feliz. […]" (Frazão [s. d.]: 45)

Em *A moura Cassima*, surge o motivo do cinto como um elemento simultaneamente precioso e potencialmente perigoso:

"Triste com o fadário de Cassima, o carpinteiro voltou lentamente para casa, com o cinto na mão. Depressa esqueceu a moura, porém, porque conforme ia olhando o cinto, o sentido fugia-lhe para o efeito que faria na mulher. E decidiu ver como brilhariam à luz da lua todas aquelas pedras maravilhosas." (Frazão [s. d.]: 22)

"Na última paragem, resolve prender o cinto bordado a ouro à volta do tronco de um grande carvalho, para poder apreciar melhor a preciosa oferta.

Mas imediatamente o grande carvalho cai por terra, cortado cerce pelo cinto fantástico!

Benzendo-se e rezando, o carpinteiro compreende tudo: Cassima dera-lhe aquele cinto apenas para se vingar! Sua mulher ficaria cortada ao meio, como o carvalho gigantesco!... […]" (Marques 1997: 198)

Mourama era chamada a terra dos mouros muçulmanos no norte de África, assim como a terra atópica e intemporal das mouras encantadas.

O tempo da mouraria representa esse tempo fora do tempo, incerto, sem passado, nem presente, intemporal, equivale às expressões próprias que abrem o universo da fantasia e da imaginação: 'era uma vez', 'no tempo em que os animais falavam', 'há muito, muito tempo'. Assim inicia qualquer ritual narrativo, assim se procede à ressurreição dos antigos mitos adormecidos.

As mouras são associadas a vários fenómenos da natureza. Acredita-se que o eco pode ser a voz das mouras. Em certos lugares, ventosos ouve-se as mouras a lamentar-se. Junto dos ribeiros, ouve-se nitidamente o seu sussurrar. Existem lugares isolados e tão tristonhos que ainda é possível ouvi-las chorar:

*"**A lenda da Moura Cassima***

Nessa noite não conseguem dormir, sempre de ouvido alerta aos mínimos ruídos. Não virá a moura persegui-los até ali?

Mas a moura não vem. Nem nessa noite, nem nas restantes. Tal como dissera, a moura Cassima não mais poderá sair da sua fonte. Apenas por vezes, segundo se diz ainda – principalmente nas vésperas de S. João – ela consegue agarrar-se ao gargalo da fonte, e mostrar a sua beleza, e chorar a sua dor aos que se aventuram até lá…" (Marques, 1997: 198)

4 CONCLUSÃO

Da Galiza, ao sul de Portugal multiplicam-se quase indistintamente lendas de moiras encantadas: em Silves, surge na noite de S. João uma Moura a remar na cisterna do castelo. Em Valongo, ouve-se, em certas alturas do ano, o sino da Moura a tocar debaixo da terra. Em Monsanto da Beira, as Moiras usam campainhas de ouro e aparecem ao cair da tarde «dobrando estrigas de ouro e penteando os cabelos». A imagem da Fada a pentear os seus longos cabelos de oiro, entre a tarde e a noite, é extremamente frequente no folclore galaico-português relembrando outras entidades, típicas da cultura celta:

*"**Mouras** Mulheres belíssimas e encantadas que viven nas fontes, castros, penedos (sobre todo cando parece que son artificiais), mamoas e ruínas de antigos monumentos ou castelos, ou sexa, baixo a auga ou baixo a terra. Reciben moitos nomes, como donas, mozas, mulleres, señoritas, señoras, madamas, encantos, princesas e raíñas. Son iguais ás hadas, xanas, anjanas, fées, korrigans, fairies, fainen, fate, moirai, etc.*

Teñen cabelos rubios, é dicir roxos, mais ca louros; a pel branca e as meixelas con lixeiros tons vermellos. Son seductoras, encantadoras. Lavan, tecen, fían e peitean os seus cabelos á luz do sol, sobre unha pena ou ás beiras da fonte. Gardan tesouros e visten marabillosamente. Ó tempo que fían cunha man, mazan leite coa outra e cargan na cabeza enormes pedras, coas que constrúen os edifícios ou estructuras nos que viven (castros, castelos, penedos)." (Cuba / Reigosa / Miranda 1999: 170)

Do Algarve a Trás-os-Montes, algumas Mouras infelizes aparecem de noite, sobretudo no solstício de verão, para chorar saudades e amores incompreendidos:

*"O **Choro da moura em Santa Comba da Vilariça***
[…]
Acontece que a princesa moura continuou a esperá-lo. E como o noivo nunca mais aparecia, todos os dias ela chorava lágrimas e lágrimas de saudades. E dessas lágrimas – diz o povo nasceu uma fonte, que hoje lá continua. E os murmúrios da água a correr lembram o choro constante da moura inconsolável. "(Parafita 2006: 350)

*"**A menina encantada***
Dizem que no sítio da Costa, termo de Mogo de Malta, do concelho de Carrazeda de Ansiães, é costume ouvir-se à meia-noite uma menina a chorar. É uma menina encantada. E para se lhe tirar o encanto é preciso ir lá, à meia-noite, e ler o livro de S. Cipriano. E quem o ler não se pode enganar, nem ter medo. Caso contrário, a pessoa que se aventure ficará tolhida.
Ainda não houve até à data quem tivesse coragem para lá ir. Mas bem gostariam, porque a pessoa que fizesse como manda a lenda ficaria muito rica." (Parafita 2006: 232)

Esta última lenda faz claramente alusão à familiaridade entre as mouras encantadas e o tema da bruxaria que na realidade apenas prolonga o conflito entre o imaginário pagão e a doutrina cristã. Não nos esqueçamos que uma das partes do livro de S. Cipriano é precisamente dedicado à alquimia ou arte de fazer ouro (S. Cipriano 1993: 127). Na Galiza, o termo com que as bruxas são mais conhecidas não deixa qualquer tipo de dúvidas:

*"**Meiga** Bruxa. A palavra meiga (ou sexa, maga) amosa claramente que se trata dun mito anterior ó cristianismo. Nada diferencia as nosas meigas das que saen na Farsalia, no Asno de Ouro, nas Metamorfoses, no Satiricón, na Odisea ou nas Argonáuticas. Nin a untura nin o voo nin os esconxuros. Só o culto ó Demo, que substitúe o de Hécate e Diana.*
Cremos que orixinariamente as Meigas podían efectuar os seus conxuros nun sentido ambivalente, bo ou malo. Incluirían, polo tanto, as actuais Bruxas (ás que quedaron reducidas) e as Sabias, Vedoiras, Curandeiras, etc." (Cuba / Reigosa / Miranda 2004: 162)

Não deixa também de nos impressionar a relação entre as caraterísticas aquáticas das nossas mouras com as caraterísticas das Burgas, ninfas celebradas junto das fontes das águas termais na cidade de Ourense. Encontramos junto uma lápida votiva com a seguinte inscrição "*Calpurnia Abana Alboso cumpriu com agrado o voto que fixera, baixo a inspiración dum soño, ás ninfas das augas*.»" (Cuba / Reigosa / Miranda 2004: 58)

Esta última referência relaciona estas lápides com o santuário de Panóias que antes de servir o culto de Serápis, terá sido um santuário dos Lapídeas que teriam também ocupado o espaço onde hoje se situa Orense. Ainda hoje podemos contemplar as seguintes inscrições "Aos Deuses infernais irados que aqui moram, (dedicou) Gaius C. Calpurnius Rufinus, varão esclarecido, com este (templo) uma cavidade para se proceder à mistura."

O senador romano, eventualmente oriundo da Ásia Menor, de uma cidade de tradição dórica e guardiã do culto a Serápis, terá aqui chegado com a VII Legião Romana vindo de Panónia da Hungria, "[…] terá encontrado práticas politeístas indígenas à volta das fragas, que trezentos anos depois o bispo S. Martinho de Dume, em plena ocupação Sueva, há de perseguir através dos seus sermões e o braço da justiça eclesiástica." (Lascariz 2009: 80-81). Relembremo-nos das palavras do santo bispo:

"Eis qual o vosso penhor e confissão que se guarda junto de Deus! Como é que alguns de vós, que renunciaram ao demónio e aos seus anjos, e aos seus cultos e às suas obras más, agora voltam ao culto do diabo? Pois acender velinhas a pedras, a árvores e a fontes e pelas encruzilhadas, o que é isso senão culto ao diabo? Observar adivinhações, augúrios e dias dos ídolos, que outra coisa é senão cultuar o diabo? Observar Vulcanálias e Calendas, ornar mesas, pôr louros, fazer observância do pé e derramar grãos e vinho no fogo, sobre um tronco ou atirar com pão para a fonte, que outra coisa é senão culto do diabo? As mulheres invocarem Minerva no tear, e observarem o dia de Vénus para o casamento, e atenderem ao dia em que se sai para viajar, que outra coisa é senão culto do diabo? Fazer encantamentos de ervas para malefícios e invocar os nomes dos demónios com encantamentos, que outra coisa é senão culto ao diabo? E há muito mais que seria demorado enumerar." (Braga Martinho de 1997: 121)

As Lendas das Mouras encantadas constituem uma das mais originais produções do nosso imaginário. Para além dos valores e dos saberes que nos transmitem, relembram que a nossa formação cultural muito deve ao convívio intenso entre os diversos povos que contribuíram para a sua afirmação. Neste caso, percebemos o fascínio, a atração e o enamoramento que a cultura Islâmica terá suscitado numa sociedade heterogénea, mal cristianizada e sob o feroz domínio das estruturas sociopolíticas visigodas. Essa memória tornou-se tão viva quanto forte e contraditórios eram os sentimentos provocados pela atração e sedução da civilização muçulmana que, ao mesmo tempo, colocava em risco frágeis e amedrontadas almas recentemente cristianizadas.

A curiosidade pelo desconhecido, hábitos, usos, costumes, tecnologias, saberes e imaginários alimentaram e estimularam decerto a criação dessas maravilhosas criaturas que souberam sublimar antigas mitologias de períodos matriarcais, em que as figuras femininas tutelares se afirmavam, ora com a violência e a fúria extrema dos elementos primordiais, ora com a generosidade, a bondade, a beleza e o poder de sedução da grande mãe e amante que a natureza sabia ser. Da Galiza ao Algarve, as mouras encantadas permitem-nos melhor entender o processo de metamorfose que sofrem os mitos para se tornarem lendas.

março de 2018

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcorão 2002, Lisboa: Mem Martins. SporPresss.
Álvarez Peña, Alberto (2003) *Mitologia Asturiana*, Xixón: Picu Urriellu.
Alves, Adalberto (1987) *O meu coração é árabe. Poesia Luso-Árabe*, Lisboa: Assírio & Alvim.
Alves, Adalberto (1989) *Portugal e o Islão. Escritos do crescente,* Lisboa: Editorial Teorema.
Alves, Adalberto (2013) *Dicionário Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
Apuleio (1978) *O Burro de Ouro*, Lisboa: Editorial Estampa.
Arrieta Gallastequi, Miguel I. (1997) *Mitología de Asturias*, Gijón: Ediciones Trea.
Bastos, José Gabriel Pereira (1988) *A Mulher O Leite e a Cobra*, Lisboa: Edições Rolim.
Braga, Martinho (1997) *Instrução pastoral sobre superstições populares*, Lisboa: Edições Cosmos.
Braga, Teófilo (1999) *Contos tradicionais do povo português*, vol. II, Lisboa: Publicações D. Quixote.
Brandão, Abílio (1911) *Lendas de Mouras encantadas. Revista Lusitana*, vol. XIV. Lisboa: Livraria Clássica, 79-81.
Cipriano, S. (1993) *Grande Livro de S. Cipriano ou tesouros do feiticeiro*, Lisboa: Veiga.
Coelho, António Borges (1989) *Portugal na Espanha Árabe - I. Geografia e Cultura,* Lisboa: Caminho.
Coelho, António Borges (1989) *Portugal na Espanha Árabe - II. Histórias*, Lisboa: Caminho.
Coelho, António Borges (1999) *Para a História da Civilização e das Ideias no Gharb al-Andalus*, Instituto Camões Coleção Lazúli.
Cristóvão, Adelaide (2010) *La Moira Enchantée au Portugal, Mémoires d'un récit mythique*, Lisboa: Edições Colibri.
Cuba, Xoán R. / Reigosa, Antonio / Miranda Xosé (1999) *Diccionario dos seres Míticos Galegos*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
Delmas, Marie-Charlotte (2006) *Fées et lutins. Les esprits de la nature*, Paris: Omnibus.
Durand, Gilbert (1982) *Mito, Símbolo e Mitologia*, Lisboa: Edições Presença.
Durand, Gilbert (1989) *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa: Edições Presença.
Fonseca, João (2007) *Dicionário do nome das Terras. Origens, curiosidades e lendas das terras de Portugal.* Cruz Quebrada: Casa das letras.
Frazão, Fernanda (invest.) [s.d.] *Lendas Portuguesas*, vols. I-VI, Lisboa: Amigo do Livro Editores.
Garrett, Almeida (1997) *Romanceiro*, Lisboa: Círculo dos Leitores.
Garrett, Almeida [1963] *Obras de Almeida Garrett*, vols. I, II, Porto: Lello e Irmãos.
Gomes, Pinharanda (1991) *História da Filosofia Portuguesa. 3 A Filosofia Arábigo-Portuguesa*, Lisboa: Guimarães.
Gónçalez Reboredo, Xosé Manuel (1989) *A Festa de San Xoán*, Vigo: Ir Indo Edicions.
Haddad, Adnan (1984) *Fables de la Fontaine. D' Origine Orientale,* Paris: Sedes.
Hésiode (1996) Théogonie. Les travaux et les jours. Le bouclier, Paris: Les belles lettres.
Hespanha, António Manuel (Coord.) (1997) *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Porto: Gaiadouro.
Jacobs, Joseph (2002) *Contos de fadas Celtas*, São Paulo: Landy.
Khawam, René R. (trad.) (1985) *Les aventures de Sindbad le Marin*, Paris: Phébus.
Klossowski, Pierre (1991) *Origens cultuais e míticas de um certo comportamento das damas romanas*, Lisboa: Cotovia.
Lascariz, Gilberto de (2009) *Deuses e Rituais Iniciáticos da Antiga Lusitânia*, Lisboa: Zéfiro.
Leal, Filipa (10 abril 2006), *Que mouros são esses*? in PJ, Diário de Trás-os-Montes.
Llinares García, Mar (1990) *Os mouros no imaginário popular galego*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
Luciano (1992) *Eu, Lúcio memórias de um Burro*, Lisboa: Editorial Inquérito.
Machado, José Pedro (1944) *A Língua Arábica do Andaluz, segundo os "Prolegómenos" de Iben Caldune*, Lisboa: Oficinas Fernandes.
Machado, José Pedro (1944) *Ensaios Arábico-Portugueses,* Lisboa: Notícias.

Machado, José Pedro (1977) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa,* Lisboa: Livros Horizonte.
Machado, José Pedro (1984) *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa,* Lisboa: Livros Horizonte.
Macias, Santiago / Torres, Cláudio (Coord.) (s.d.) *O Islão entre o Tejo e Odiana*, Évora: Milideias.
Malaxecheverría, I (1982) Le bestiaire medieval et l'archétype de la féminité, Paris: Editions Lettres Modernes.
Marques Gentil (1997) *Lendas de Portugal,* vol. 3, Lisboa Círculo de Leitores.
Marques, Amália (2013) *Mouras, mouros e mourinhos encantados em lendas do norte e sul de Portugal,* vol. 2. Lisboa.
Masson, Denise (trad.) (1967) *Le Coran*, Paris: Éditions Gallimard.
Mattoso, José (1983) Seleção, introdução e comentários. In *Narrativas dos livros de Linhagens*, Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.
Meireles, Maria Teresa (2003) *B. I. da Serpente*, 2.ª edição, Lisboa: apenas.
Morais, José Domingos (trad.) (2000) *O Mabinogion*, Lisboa: Assírio e Alvim.
Motte- Fouqué, Friedrich de la (1989) *Ondina*, Ponta Delgada: João Azevedo Editore.
Moutinho, José Viale (2005) Portugal Lendário. O livro de ouro das nossas lendas e tradições, Lisboa: Seleções do Reader's Digest.
Oliveira, Francisco Xavier D'Athaide (2009) *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve,* Lisboa: Arquimedes Livros.
Parafita, Alexandre (1999) *A Comunicação e a Literatura Popular*, Lisboa: Plátano.
Pedroso, Consiglieri (1988) Contribuições para uma *Mitologia Popular Portuguesa e outros escritos etnográficos*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
Pereira, Luciano (2007) *A Fábula em Portugal. Contributos para a história e caraterização da fábula literária*, Lisboa: Profedições.
Santo Moisés Espírito (2006) *Os Mouros Fatimidas e as Aparições de Fátima*, Lisboa: Assírio & Alvim.
Santos, Maria Alice Moreira dos (2000) *Dicionário de Provérbios. Adágios, ditados, Máximas, Aforismos e Frases Feitas*, Porto Editora.
Sarmento, Francisco Martins (1933) *Dispersos*, *Coletânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte pré-histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
Sarmento, Francisco Martins (1990) A Mourama, *Revista de Guimarães*, n.º 100, janeiro - dezembro pág. 343-353.
Sarmento, Francisco Martins (1990) Crendices. *Revista de Guimarães,* N.º 100, janeiro - dezembro pág. 29-33.
Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1981) Nótula sobre o conceito de literatura infantil. in Sã, Domingos Guimarães de *A Literatura Infantil em Portugal. Achegas para a sua história, Braga*: Edição da Editorial Franciscana.
Tente, Catarina / Lourenço, Sandra (1998) *Sepulturas Medievais escavadas nas rochas dos Conselhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo*, Revista Portuguesa de Arqueologia, (1.2)
Vasconcelos de Inácio (1981) *Cancioneiro Popular Português, vol. 3*, Coimbra: universidade.
Vasconcelos, José Leite de (1964) *Contos Populares e Lendas*, coordenação de Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho. 2 vol., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.
Vicente, Gil (1965): *Obras de Gil Vicente*, Porto: Lello & Irmão – Editores.
Vítor, Carmen Helena Carepo Matos (2012) *O papel das lendas de mouras na relação com o "outro" nas crianças do primeiro ciclo*. Castelo Branco: IPCB. Escola Superior de Educação. 91 f. Dissertação de Mestrado.

Referências de fontes eletrónicas:

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG100_11.pdf
https://fabulassonhadas.wordpress.com/abc-das-fadas-e-dos-genios/
https://pt.wikipedia.org/wiki/G%C3%AAnio_(mitologia_%C3%A1rabe)
http://pt.fantasia.wikia.com/wiki/Mouras_encantadas
http://www.cm-mirandela.pt/pages/319
http://www.memoriaportuguesa.pt
http://www.memoriaportuguesa.pt/castelo-de-noudar
https://pt-comunidades.com/lenda-da-fonte-da-moura-encantada/
http://www.lendarium.org/narrative/lenda-da-fonte-da-moura/?tag=725
https://pt.wikipedia.org/wiki/Fonte_da_Moura_Encantada
http://portugalparanormal.com/index.php/topic,24082.0.html
http://www.diariodetrasosmontes.com/noticias/complecta.php3?id=8330
https://pt.wikipedia.org/wiki/Fonte_da_Moura_Encantada

9. MARGARETE SILVA, TRADUTORA/INTÉRPRETE *FREELANCE. AICL*

TEMA 2.2. A FEMININILIDADE/FEMININILITUDE LUSÓFONA* MULHER E POESIA DE AUTORIA FEMININA.

Desde os primórdios da história humana até à atualidade, a representação feminina na escrita, na pintura e na arte em geral, fundamenta-se, quase sempre, num estereótipo de submissão ou de iniquidade.

Nesta perspetiva, e baseado nos conceitos de mulher (fêmea, feminismo, feminilidade e feminilitude), pretende-se dar uma visão por via de composições poéticas em que o elemento feminino desperta o masculino, revertendo e desconstruindo valores em torno da sacralização do corpo feminino enquanto expressão de libertação, cumplicidade e contemplação, suscitando-nos a uma reflexão acerca das diferentes possibilidades de figurativização de uma nova feminilidade lusófona (ficcional, social e política) no século XIX.

INTRO

Com a emancipação da mulher e o fortalecimento dos movimentos feministas, começou a pensar-se acerca do modo como as mulheres escrevem e como os homens as descrevem. Contudo, com o aparecimento de mulheres na literatura lusófona começavam a surgir algumas incertezas:

Será que existe uma maneira feminina de ser, pensar e retratar a mulher?

O que verificamos é que em muitos dos textos líricos de autoras lusófonas há uma busca, através do sujeito poético, da figura clássica do Poeta, ou seja, uma busca angustiada por um "poeta maior" no qual se possam reconhecer.

Lembremo-nos que as escritoras surgem no período de florescimento de movimentos feministas, quase simultaneamente no Brasil, Portugal e Angola: final do século XIX e início do século XX, ora retraindo-se, ora ressurgindo-se, durante e depois da ditadura dos três países.

O trato dado pelas autoras à representação autorreferencial do sujeito poético, assim como o sentido que a palavra "Poesia" ganhou no meio académico lusófono, remete-nos para a palavra "Poeta" que surge em muitos dos seus poemas, com o peso da figura masculina.

Seria por falta de um espelho feminino?

Ou os poetas têm sexo?

Diante da negação do valor atribuído aos textos produzidos por mulheres e do patriarcalismo da cultura lusófona, eclodem na poesia das autoras resquícios da herança e do peso da cultura em que estão inseridas: valorizam as suas construções poéticas assumindo-as sob a posição do substantivo masculino, Poeta, como forma de qualificação e de afirmação do "eu" lírico.

Claro que a palavra "Poeta" pode ser entendida como algo suprapessoal, sem distinção de sexos; no entanto, o compromisso com o fazer poético mostra-nos que algo está intrínseco na poesia, ou seja, há uma busca por uma tradição à imagem de um poeta "mais forte", tipicamente masculino.

Outro fator a ser pensado é que a imagem de feminilidade feita através da literatura foi sempre produzida por homens. Foi sempre a figura masculina que construiu a feminina, desde a primeira menção poética a uma mulher na Literatura Portuguesa, feita por Paio Soares de Taveirós, no século XII, com a sua *Cantiga da Ribeirinha*, até aos moldes romântico e realista, que nos apresentam o casamento como mola propulsora da sociedade e a mulher ora casta e anjo, ora pecadora e demónio. Maria Rita Kehl vem esclarecer-nos que a definição de feminilidade e da mulher é algo moderno:

> *Se a fala masculina é que define a mulher, e não dá conta do recado – já que o mistério permanece -, é porque a mulher pouco fala. Não vale pensar as grandes exceções ao longo de milénios, Safo, George Sand, Santa Tereza de Ávila, as de sempre. Falar ao mundo, e mais ainda, falar de si, massivamente, é coisa que as mulheres vêm fazendo há menos de dois séculos: coisa de modernidade, portanto. (1996:58)*

UMA AXIOLOGIA CULTURAL: FEMININILIDADE E "FEMININILITUDE"

Paralelamente à rede anatómica do social, cultural e ideológico, constrói-se uma axiologia cultural binária com base em duas categorias do feminino: a feminilidade e a "feminilitude" (Moi: 1985; Ferreira: 2009)[63]. Esta bifurcação no feminino baseia-se na questão de que unidades, no caso da unidade feminina, se compõem de antagonismos e similaridades. A feminilidade responderia pelo perfil de uma mulher tradicional que encarnaria os protótipos dos valores instaurados no e pelo sistema patriarcal: submissão, beleza, emoção. A "feminilitude" abarcaria os valores de uma mulher moderna, gerenciadora do seu tempo e espaço, uma mulher que, muitas vezes, no exercício do poder abre mão da sua feminilidade, já que poder pressupõe, no parâmetro patriarcal, semelhanças com o masculino.

Assim, os caminhos categoriais fazem-se bilaterais: feminilidade e "feminilitude". A feminilidade, imbuída do seu valor de poder de sedução, estabelece-se no patriarcal, na medida em que a sedução sedimenta o feminino, conhecido pelo seu senso comum como tradicional. Já "feminilitude" perfila o feminino na sua função de poder político, ratificando a sua prática social de poder, não necessariamente fora do sistema falocrático.

O feminino revela a "feminilitude" em ação. Mulheres presidentes, chefes de governo ou primeiras-ministras confirmam a prática do poder no enquadramento social. No entanto, com todas as qualificações indicativas inerentes ao poder (mulheres políticas competentes, firmes, capazes, etc.), a "feminilitude" ainda se ancora no masculino na medida em que o elemento comparativo ainda revela a presença patriarcal.

[63] "Feminilitude" é um neologismo criado por Dina Maria Martins Ferreira a partir da obra de Moi (1985) em inglês, de modo a que se atendesse à bipartição cultural dada ao feminino (Ferreira, 2009).

Os atributos referidos no poder feminino estão em contrapartida aos do homem e em menor número de atuação, já que o avanço do poder feminino revela ser esse caminho o já percorrido e estabelecido pelo masculino.

Se pudéssemos ancorar a representação do feminino pela figura de Helena(s), essa figura mitológica do eterno feminino, duas categorias são sugeridas para a constituição da sua representação social: feminilidade e "feminilitude" (Martins Ferreira: 2009). Na feminilidade, encontramos uma Helena que "alimenta o perfil identitário do senso comum da mulher tradicional, provido por arquétipos do sistema patriarcal" (Martins Ferreira: 2009, p. 126) – não é à toa a construção que é feita pelos poetas-masculinos. E, na "feminilitude", encontramos a Helena de Safo que "escolheu" e agiu – enfim, esta Helena constrói "o sujeito-"feminilitude" [que] precisa afirmar-se no seu meio funcional, adotando elementos que indexem seu posicionamento de força" (Martins Ferreira: 2009, p. 127).

A FIGURA FEMININA, CRIATURA E CRIADORA

Desde sempre a figura feminina, a mulher, foi fonte e razão de inspiração para a poesia.

Se levarmos em conta a nossa civilização ocidental, a poética da mulher abrange a Antiguidade Clássica até à atualidade. Inúmeras pessoas dedicaram-se e dedicam-se à pesquisa e ao estudo desse tema, sob vários prismas, de entre os quais se sobressaem pela intensidade com que são abordados: a poesia inspirada na mulher e a poesia escrita pela mulher.

Enquanto autora de textos poéticos escritos, declamados ou cantados, a presença feminina na literatura fez-se esparsa ou totalmente ausente no espaço cultural ocidental por muitos séculos.

Relembremos que a Literatura dialoga com a História procurando uma aproximação ou uma definição do seu campo real. Ela precisa de estar intimamente ligada à História para que haja uma reformulação do passado para garantir, assim, e cada vez mais, o futuro. Ao longo dos tempos, é comum vermos, em alguns textos, a mulher de uma sociedade patriarcal caraterizada pela submissão, resignação e sofrimento. Confirma-o Zolin (2003: 20), afirmando que "segundo a crítica feminista é, sobretudo a literatura de autoria masculina que tem, ao longo do tempo, representado o emparedamento da mulher nesse silêncio".

Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História. O silêncio que as envolve é impressionante. Pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à função anónima e impessoal da reprodução. O corpo feminino, no entanto, é omnipresente: no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda a natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam as nossas vilas e cidades. Mas esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele cala-se. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre os seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade.

As representações do corpo feminino, tal como as desenvolve a filosofia grega por exemplo, assimilam-no a uma terra fria, seca, a uma zona passiva, que se submete, reproduz, mas não cria; que não produz nem acontecimento nem história e do qual, consequentemente, nada há a dizer. O princípio da vida, da ação, é o corpo masculino, o falo, o esperma que gera. Cavernoso, oculto, matricial, o útero subtrai-se.

As representações religiosas, existentes nas grandes religiões monoteístas ocidentais, adotam essas perspetivas. Segundo o Génesis, foi por causa da mulher – Eva – que a dor e o sofrimento se instalaram no mundo.

Na época contemporânea, as coisas mudam, o foco e o ruído alteram-se. O corpo em geral, o corpo da mulher em particular, por ser estratégico no jogo demográfico, passa a ser um centro de saberes mais apurados, de poderes mais articulados e, consequentemente, lugar de um discurso abundante. Nesse movimento complexo, qual e parte da mulher e para a mulher?

Primeiramente, elaboram-se novos saberes sobre o corpo. Nesse aspeto, a mulher tinha vastos conhecimentos empíricos dos quais era depositária, ela encarregava-se dos cuidados do corpo, da saúde e da doença, desde o nascimento até à morte.

A modernidade também se fez por novas práticas corporais. A higiene, a água, as loções e perfumes desnudaram os corpos, os quais o espelho e a luz elétrica permitiram que fossem mais bem vistos na sua integralidade. Lavar-se, estar limpas, cheirar bem, cuidar dos cabelos mais curtos passam a ser desejos partilhados pela maioria das mulheres. No século XX, as revistas femininas tiveram um papel notável na difusão desses novos modos de comportamento que afetam as sociedades urbanas.

A necessidade de as mulheres se apropriarem de influências libertadoras e alienantes, fez com que lutassem pelo conhecimento e pela autonomia do seu corpo, a grande bandeira do feminismo contemporâneo. Tal luta tomou formas diversas, segundo as etapas pelas quais passou.

Primeiro, veio o tempo das pioneiras, as que, no anonimato ou na notoriedade, ousam desafiar as proibições e quebrar os tabus. São mulheres de letras que, na poesia ou no romance, oferecem novos tipos de mulheres livres nos movimentos e no coração e que reivindicam até mesmo o prazer amoroso: George Sand, no século XIX, Colette, a mais "feminina" das romancistas; Virginia Woolf, a mais "feminista". Tantas outras, incluindo as que reclamam o direito ao erotismo ou ao amor lésbico. A partir do período 1900-1920, as mulheres atrevem-se a outro discurso acerca do corpo feminino.

O EROTISMO NA LITERATURA FEMININA

O que é erótico? Seria o mesmo que pornográfico? Ora, dizer algo com erotismo não é o mesmo que fazê-lo com pornografia. A palavra "erótico" vem do grego *erotikós*, e tem significado de relativo ao amor, inspirado pelo amor, ao passo que o termo pornografia trata de assuntos obscenos ou licenciosos, capazes de motivar ou explorar o lado sexual do indivíduo. Há uma grande diferença entre um termo e outro. Então perguntaríamos: o que é um texto erótico? A resposta, por certo, dependeria da época, dos valores, dos grupos sociais, das particularidades do escrito e ainda das caraterísticas da cultura em que foi elaborado.

Octavio Paz (in: Durigan: 1985) assim se expressa acerca do erotismo:

> *(…) nada mais natural que o desejo sexual; nada menos natural que as formas em que se manifesta e se satisfaz. Na linguagem e na vida erótica de todos os dias os participantes imitam os rugidos e gemidos de todas as espécies de animais. A imitação não pretende simplificar, mas complicar o jogo erótico e assim acentuar seu caráter de representação.*

O erotismo não imita a sexualidade, ele é a sua metáfora. O texto erótico é, pois, a representação textual dessa metáfora.

Para Paes (1990), outro tipo de equívoco é o que confunde poesia erótica com poesia amorosa. Embora ambas tenham um tema obsessivo comum – o amor -, tratam-no de maneira tão diversa que terminam por fundar duas tradições históricas em que as divergências contam mais que as ocasionais convergências.

A METAMORFOSE

Da mulher, quase não se ouve a voz quando se fala em literatura erótica. O grito masculino é constante e, segundo o autor supracitado, há uma hegemonia quase total de um discurso, por assim dizer, falocêntrico, em que o eros feminino só aparece como ausência ou vazio delimitador.

Como os tempos mudam, a palavra "feminina" tem evoluído ao longo das gerações, expressando diferentes sociedades, diferentes costumes. Se a contenção do universo feminino se foi afrouxando, o mesmo se deu com a sua escrita. Às mulheres não era dada a liberdade de escrever, de mostrar o seu íntimo, de exprimir os seus desejos. Aqui e ali, ouvia-se uma pequena voz e uma delas é a de Safo, na Antiga Grécia, de quem há registos dos primeiros textos eróticos da literatura feminina.

Já se percebia o desejo expresso em metáforas, em poesia, no belo. Séculos guardavam escritos das mulheres. Na Idade Média, as mulheres sofreram perseguição, morte, e poucas se aventuravam a escrever, sobretudo textos eróticos. Pouco relato há acerca do ato do escrever feminino. No período medieval e renascentista, autoras, já em línguas modernas, eram rainhas, como Marie de France (1170), Eleanor de Aquitaine (séc. XII), Marguerite de Navarre (1492-1549), Isabel I da Inglaterra e Cristina da Suécia, que fundou academias literárias no seu exílio em Itália (Lerner: 1993). Eram mulheres privilegiadas, que tiveram educação esmerada e que se dedicaram à literatura – o que não ocorria com a maioria das freiras, analfabetas, da Idade Média.

Já no século XIX, muitas escritoras, na Europa, puderam mostrar os seus textos sem que chocassem os costumes. De entre elas, vale a pena mencionar Lou Andréas Salomé, nascida na Rússia, autora de vários livros (romances e ensaios) e uma das colaboradoras de Freud. Lou foi exemplo de feminismo e de vanguarda na Europa.

Ao longo dos anos, muitos escritores masculinos tornaram-se célebres, conhecidos e estudados pelas suas magníficas obras eróticas. Quer na prosa, quer na poesia, podemos apreciar descrições de belas cenas de amor. Quem de nós não se comoveu ao ler *O amante de Lady Chaterley* ou *Mulheres apaixonadas*, de D. H. Lawrence, ou Le lys rouge, de Anatole France? Não menos erótico foi Olavo Bilac no seu poema *A alvorada do amor*. Por que apenas a valorização da palavra masculina, o reconhecimento da sua beleza e não também o da mulher? Por que a sociedade aplaude o homem que canta o corpo da amada e censura a mulher que assim o faz?

Provavelmente, por diversos motivos, tais como:

a) educação: o povo não está preparado para aceitar a sensualidade exposta da mulher. Falamos da sensualidade da mulher culta, escritora;
b) cultura: a sociedade acostumou-se com um padrão comportamental feminino e é preciso tempo e trabalho para que as regras mudem, o que somente no século passado, nos idos 1960, na geração pós-pílula, é que conseguimos. O que evoluiu como sociedade, como cultural, como comportamental já sofreu, ao longo desse período feminista, modificações. A geração que antes era silenciosa, depois da pílula se soltou, e mais recentemente foi preciso estabelecer regras por conta das doenças sexualmente transmissíveis, e toda essa revolução dos costumes é refletida, também, na arte (cinema, literatura, pintura).

O EROTISMO COMO ARTE POÉTICA E RESISTÊNCIA NA POESIA EM LÍNGUA PORTUGUESA DE AUTORIA FEMININA

As representações eróticas do corpo feminino na sociedade ocidental foram, na sua maioria, produzidas por vozes masculinas, que reproduzem padrões binários e refletem as relações hierárquicas de género e poder instituídas pelo patriarcado, em que as mulheres têm os seus corpos colonizados. A mudança do locus enunciativo mo texto erótico veio produzir uma rutura no padrão estereotipado das representações poéticas, fazendo com que o corpo feminino, antes subalternizado, dê espaço para a subversão e desconstrução através da autoria feminina.

Três mulheres. Três autoras. Três continentes. Maria Teresa Horta, portuguesa. Hilda Hilst, brasileira. Paula Tavares, angolana.

Contemporâneas do século XX. Partilham o prazer da poesia e a identidade da língua portuguesa. São marcadas por experiências distintas quanto ao processo colonial, mas os seus versos aproximam-se na não-aceitação da (dupla) colonização do corpo feminino. Escrevem através de fissuras e trazem consigo a rutura do cânone fincado no patriarcado. Apesar de utilizarem uma escrita erótica diferente, todas se assemelham no pormenor de transformarem o corpo poético em corpo político, escrevendo sobre o prazer e transgredindo a escrita erótica através do olhar feminino (e, por vezes, feminista).

- Maria Teresa Horta

> *Corpo a corpo. Constrói-se a poesia, de ardil a ardil e desacato, sedução e posse. Discurso do desejo a despir as palavras, a tirar-lhes lentamente os vestidos, as blusas, as luvas, as saias, os véus, as meias de vidro, com vagares de rumorejo num titilar de pássaro, a deitar o poema no lençol, no joelho, no papel, na pele. (Horta: 2013, p. 19)*

Maria Teresa Horta (1937-), nasceu em Lisboa e destaca-se no meio literário em Portugal desde 1960, cuja escrita nasceu de uma exigência radical de liberdade. A sua luta pelos direitos das mulheres é inseparável de uma carreira literária muitas vezes afetada, positiva ou negativamente, pelo seu posicionamento ético. Vale a pena relembrar a publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972, de que foi coautora, e que a catapultam para o universo de autoras femininas.

De acordo com Maria João Reynaud (2001: 32), "o erotismo que percorre toda a sua obra traduz-se na denúncia da repressão sexual que pesava sobre as mulheres nos anos sessenta, num momento em que é posta a nu a articulação entre a escrita e o poder político". Mas, logo se torna percetível que esse erotismo extremado é muito mais do que a expressão de um inconformismo lúcido ou de um exercício subversivo da liberdade. A escrita erótica de Maria Teresa Horta é sentida como uma forma intolerável de apropriação de um discurso do prazer, ou da fruição, que era pertença exclusiva do território masculino, não só dentro de uma ordem social e política discriminatória, mas também, e sobretudo, no interior de uma ordem simbólica, onde a própria linguagem é um instrumento de opressão.

Neste sentido, *Minha Senhora de Mim* (1971) é, sem dúvida, um dos livros que assinala um importante momento de viragem na escrita feminina contemporânea e, mais subtilmente, na obra da própria autora.

Ainda segundo a autora supracitada, a poesia de Maria Teresa Horta "afasta-se, contudo, dos imperativos definidores e delimitadores das formas mais radicalizadas do feminismo atual." Acrescenta, ainda, que "a sua visão do erotismo funda-se no desejo de uma autêntica complementaridade entre a mulher e o homem e esclarece-se à luz da tese platónica da cisão originária dos seres em duas metades e da trajetória de cada uma delas em busca da outra, através do amor".

- Hilda Hilst

Poeta, dramaturga e romancista brasileira, Hilda Hilst (1930-2004) foi autora de uma vasta obra, que é mais estudada nas universidades brasileiras do que acessível nas livrarias portuguesas. Em Portugal, são poucos aqueles que a conhecem ou já a leram. Mas, por mais estranho que pareça, a escritora é unanimemente reconhecida como uma das mais importantes autoras brasileiras. Distinguida com alguns dos mais significativos prémios literários no Brasil, a sua obra foi traduzida em várias línguas, como o inglês, francês, espanhol, basco, alemão, italiano, norueguês e japonês, e é atualmente considerada uma das vozes mais relevantes da língua portuguesa do século XX.

Nos inícios dos anos 90, Hilda Hilst deixou a literatura dita "séria" para se dedicar à escrita erótica e pornográfica. Destaca-se a tetralogia obscena, composta por *O Caderno Rosa de Lori Lambi*, *Contos D'Escárnio / Textos Grotescos*, *Cartas de um Sedutor* e *Bufólicas*.

Se escrever é uma atividade viciante, escrever poesia é delirante e Hilda alimentava-se das palavras, e com elas amava, brincava, protestava, morria e renascia, dizia tudo e não dizia nada. Hilda falava do amor, do amor físico, carnal, visceral e transcendente, porque não há como dissociar o corpo da alma, a vida da morte, como ela própria escreve em *Do desejo* (1992):

> *E por que haverias de querer minha alma / Na tua cama? / Disse palavras líquidas, deleitosas, ásperas / Obscenas, porque era assim que gostávamos. / Mas não menti gozo prazer lascívia / Nem omiti que a alma está além, buscando / Aquele outro. / E te repito: por que haverias / De querer minha alma na tua cama? / Jubila-te da memória de coitos e acertos. / Ou tenta-me de novo. Obriga-me. (Hilst: 1992)*

- Paula Tavares

Paula Tavares (1952-) nasceu em Lubango, Angola, e o seu nome ganhou reconhecimento sobretudo por ser uma das principais figuras da literatura contemporânea angolana, na qual a cultura e a ancestralidade do seu povo são reflexo das suas palavras. Após a independência de Angola, muitos poetas escreveram sobre a liberdade e a independência do país, e a figura feminina aparecia em diversas obras como uma metáfora da "Mãe-África", num tom quase ufanista, reconhecendo por parte de autoras femininas pressupostos de unidade: maternidade e fertilidade enquanto proposta de reverenciar um corpo que existe e que concebeu o seu povo:

> *Tanto a terra como a mulher são marcadas como símbolos de fertilidade e fecundidade, sendo que a posição social da mulher funciona como um fator fundamental no processo de organização política, económica e religiosa da sociedade angolana. Em decorrência disto, a maternidade passa a ser percebida em muitas sociedades africanas como o elemento que define o significado do signo mulher. (Bezerra: 1999, p. 51)*

Em 1985, Paula Tavares publica *Ritos de passagem*, surpreendendo tudo e todos com o seu teor de eroticidade e subjetividade. A sua escrita apresenta-se como revolucionária, justamente por não ressaltar as virtudes da independência, mas por trazer à tona a turbulência política, social e cultural vivida naquele período, revelando o silenciamento da mulher angolana e dos seus desejos por via das tradições.

Os seus temas incluem o quotidiano do povo angolano, a juventude, o gosto pela descoberta do corpo, os rituais que transformam meninas em mulheres, os ritos de passagem carregados de erotismo. Tudo isto ela consegue transformar numa poética com voz feminina marcando a diferença, delimitando a intimidade do corpo como "corpus" e entregando-se ao prazer como ato de resistência.

O universo angolano é constantemente (re)apresentado e atualizado na sua escrita que, por muitas vezes, volta a si mesma, numa espécie de refluxo na apresentação de imagens recorrentes em movimentos ousados, tantas vezes erotizados em busca da harmonização perfeita entre natureza / mulher / África: chamemos-lhe erotismo telúrico. É através desta perceção que a autora consegue capturar belezas naturais, transformando em poesia a paisagem realista pintadas com palavras e esculpida com imagens que remetem para o universo vegetal, animal, humano, cultural e social do país. E nessa ousadia poética que elementos como a "massambala", a "tacula", as "machambas", o barro, a lua, o lago, os frutos, a catana, a cerveja, o milho, e tantos outros que compões a diversidade e a riqueza cultural da(s) África(s), são constantemente citados. Além disso, a mulher é constantemente representada, seja nas suas funções sociais, como mãe, e/ou principalmente, como ser oscilante em busca da subjetividade e do seu espaço sócio-existencial.

Percebemos, no conjunto da sua obra, a duplicidade da representação feminina, ou seja, por um lado ela traz essa mulher responsável por não deixar morrer a tradição e que busca, ao mesmo tempo, uma (re)avaliação do seu papel social, e por outro lado, talvez até como uma forma de se alcançar essa nova visibilidade, "ela apresenta um corpo feminino amoroso, individual e não coletivizado, um corpo-sujeito e não um corpo-nação." (Pereira: 2005, p. 78). Por tudo o que atrás foi apresentado, e por tudo que faltou abordar, concluímos que mulher e poesia se confundem e se misturam intensa e intencionalmente. A mulher-poesia contém em si a diversidade do mundo, a declaração de liberdade máxima do ser humano. A mulher é mistério, sedução, erotismo e transgressão. A mulher é a eterna geratriz, figura de maternidade enquanto aspeto específico da mulher e da poesia; dar à luz. A mulher, enquanto poesia, simboliza o ponto fixo e iluminado que permite a navegação segura em mares tempestuosos que tantas vezes se encrespam na vida do ser humano. A mulher-poesia é, finalmente, amiga-irmã-companheira-mãe, e cada um destes papéis corresponderá ao tipo de relação que pretendermos ou escolhermos estabelecer com ela.

BIBLIOGRAFIA:

BEZERRA, Kátia da Costa. *Paula Tavares: uma voz em tensão na poesia angolana dos anos oitenta. Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas: UNICAMP, nº 33 e 34, 1999.

DURIGAN, Jesus António. *Erotismo e Literatura*. São Paulo. Ática, 1985.

HILST, Hilda. *Do desejo*. Campinas, Pontes, 1992.

HORTA, Maria Teresa. *Arte Poética*. In: A Mulher na literatura e outras artes – Comunicações apresentadas no I Congresso Internacional de Cultura Lusófona Contemporânea. Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Educação, 2013.

KEHL, Maria Rita. *A mínima diferença: masculino e feminino na Cultura*. Rio de Janeiro. Imago, 1996.

MARTINS FERREIRA, Dina M. *Discurso feminino e identidade social*. 2ª ed. São Paulo: FAPESP / Annablume, 2009.

_____ *O Feminino Helena: múltiplas vozes literárias*. Revista Mulheres e Literatura, vol. 19, 2017.

PAES, José Paulo. *Erotismo e poesia: dos gregos aos surrealistas*. In: Poesia erótica em tradução. Seleção, tradução, introdução e notas de José Paulo Paes. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

PEREIRA, Érica Antunes. *A expressão do erotismo nas poéticas de Adélia Prado e de Paula Tavares*. Dissertação de Mestrado, UEL Londrina, 2005.

REYNARD, Maria João. *Vozes e Olhares no Feminino.* Edições Afrontamento, Porto, 2001.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Desconstruindo a opressão: a imagem feminina.* In: A república dos sonhos, de Nélida Piñon. Maringá: Eduem, 2003.

10. MARIA DE LOURDES CRISPIM, CENTRO DE LINGUÍSTICA, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA E AICL,
11. MARIA FRANCISCA XAVIER, CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA E AICL

TEMA 2.2. DOCUMENTAÇÃO ANTIGA PARA O NÚCLEO DA LUSOFONIA, MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS DE BELMONTE TRABALHO CONJUNTO COM MARIA FRANCISCA XAVIER E JOÃO MALACA CASTELEIRO

As modernas tecnologias permitem uma enorme acessibilidade à documentação que se encontra em suporte informático.

No entanto, é também sempre interessante a observação de objetos, neste caso fac-similes e respetivas transcrições. Assim, propomos proceder a uma seleção e organização de textos medievais, tanto em suporte de papel como digitalizados, que ilustrem a produção escrita em português durante o período medieval desde o séc. XII ao início do séc. XVI, incluídos no Corpus Informatizado do Português Medieval, em /http://cipm.fcsh.unl.pt. Uma possível organização desses textos seria:

I – Período emergente da língua, primeiros documentos até à Notícia de Torto;
II – período de consolidação, através de textos transacionais, e de organização administrativa por um lado e textos literários (poesia) por outro
III – período de afirmação, através de textos pertencentes às categorias anteriores e primeiros textos para-literários e literários, em prosa, e textos moralísticos e didático-moralísticos;
IV – período de expansão, crónicas, relatos (Carta de Pero Vaz de Caminha) e novos géneros literários em verso e em prosa.

Grande parte dos textos portugueses mais antigos encontram-se acessíveis na 'Internet' quer através de *corpora* organizados cronologicamente, como, por exemplo, do CIPM - Corpus Informatizado do Português Medieval e do TMILG - Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega, quer através de bases de dados de diferentes arquivos, particularmente o da Torro do Tombo e o da Biblioteca Nacional.

No entanto, recebemos a proposta de selecionar e organizar um núcleo bibliográfico de textos anteriores aos descobrimentos que passaria a fazer parte do Museu dos Descobrimentos de Belmonte. Procurando dar seguimento a esta solicitação, trazemos para discussão no 29º Colóquio da Lusofonia uma proposta de 1. Seleção de documentos e de 2. Modo de apresentação dos mesmos.

1. SELEÇÃO DE DOCUMENTOS

Tomámos como base da nossa seleção os textos que integram o CIPM e que datam do século XII ao século XVI. Tratando-se de um longo intervalo temporal em que têm lugar significativas diversificações das produções escritas, uma possível organização desses textos contemplaria três períodos[64]:

1.1. PERÍODO EMERGENTE DA LÍNGUA

Neste período, identificam-se elementos da variedade galego-portuguesa em textos ainda maioritariamente latinos. Por exemplo:

- Finto de casales de eligoo [2ª met. séc. XII]

(Assunto: «Finto» dos casais de Eligoo que são propriedade do mosteiro de Pedroso)

Hoc est fĩto de casales de eligoo que tenet alfonsus didaci de monasterio de pedroso. in outeiro. ijos casales. Et dedit didacus tornĩcas ad monasterio petroso a quinta de uilla de eligoo. e sua mulier. altera quinta. Et abbas dominus pelagius comparauit de troitosẽdo tornĩcas quanta hereditate habebat in uilla eligoo. por LXXª Modios e mater de sturnio testou ad monasterio de pedroso alia tanta hereditate Et menẽdo gũsalui testou ad monasterio pedroso o agru da bouza. e uxor sua {o} Juluira teliz o agru da cernada. Et suo filio didacus dedit suo cortinal de ante porta a pedroso.

- Noticia de auer [2ª met. séc. XII]

(Assunto: "Notícia de haver" discriminando bens de que é credor um certo abade Petro, e algumas dívidas que tem, seguido do seu testamento.)

Noticia de auer que deuen a dar a petro abade In palmazianos super uno casal de afonso rodrigiz. vij Morabetinos. O casal de iohane mozo que li meteo fernãdus rodrigiz. por. vi Morabetinos. e gunsalo rodrigiz fiador que lio deuenda. In paredes super o casal de suero petriz. iiij Morabetinos. e medium e meteolio petro petriz filio de samarugo. e alio a defender. De seu pan que uendeu in palmazianos. Martino. petriz. i Moravedil. petro neto do ribeiro. i Moravedil. (…)

- Escrito sobre despesas de Pelagius Suariz [2ª met. séc. XII]

(Assunto: Paio Soares dispõe um "escrito" sobre despesas na aquisição de diversas propriedades.)

Hec est scriptum quod fecit domnus pelagius suariz. de auer que dedit super hereditatem. Jn primo ad sua germana eluira suariz et suo marido pelagio huariz super hereditate de laurdelo per ipsum casal da nugueira que era inde sua a sesta dedit iij morabitinos. et per ipsa octaua do casal d'antoina viiij morabitinos et super hereditate de eluira suariz in ruuianes por tercia de uno casal iij moRabitinos et super a peza do campo da presa que fer in lama d'arca ij moRabitinos. (…)

- Carta de foro da Benfeita de *Xusana Fernandiz* [2ª met. séc. XII]

(Assunto: Susana Fernandes estabelece diminuição no tributo que pagavam os habitantes da Benfeita.)

Jn dei nomine. hec est carta qui ego mandei fazer Xusana Fernandiz. a u||o||bis ||meis|| homine||s|| de benfeita. de foro qui mihi destes senper mando uobis inde toler quinta de pan e de uino propter amorem dei & per bonum seruicium qui me fecistis senper. qui non haberet panem aut uinum de suis laboribus de iugada de bouuis. (…)

- Pacto de paz entre Gomenze Pelaiz e Ramiru Pelaiz [1173?]

[64] Os exemplos apresentados são excertos das edições listadas nas referências bibliográficas.

(Assunto: Os irmãos Gomes Pais e Ramiro Pais pactuam a paz entre eles e ajuda mútua face a outros indivíduos.)

Ego gomenze pelaiz facio a tibi irmano. meo ramiru pelaiz isto plazo ut non intret meo maiordomo inilla uilla super uostros homines deslo mormuiral. et de inde antre as casas d'ousenda grade et d'eluira grade. et inde pora pena longa et de ista parte perilla petra cauada de sueiro ramiriz dou uobis isto que seiades meo amico bono. et irmano bono et que adiuderis me contra toto homine fora el rei et suos filios. (…)

1.2. PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO

Nos começos do século XIII encontramos, já em galego-português, textos em verso e em prosa. Além de um maior número de textos relativamente ao período anterior, observa-se o aumento da dimensão, a diversificação de temas e de funções desses mesmos textos.

Em prosa, surgem em grande número textos notariais - testamentos, doações, compras, vendas e trocas de bens, que podemos considerar de carater transacional. Surge igualmente, neste período, um outro tipo de textos, que emana das chancelarias e que visa a organização social, jurídica e administrativa – foros e costumes.

Destaca-se como texto inicial, por estar datado e de, por isso, se poder considerar o marco do português histórico o:

- Testamento de D. Afonso II [1214]

  En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temẽte o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de meus filios e de meus uassalos e de todo meu reino fiz mia mãda per que depos mia morte mia molier e meus filios e meu reino e meus uassalos e todas aquelas cousas que Deus mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. Primeiramente mãdo que meu filio infante don Sancho que ei da raina dona Orraca agia meu reino entegramente e en paz. E ssi este for morto sen semmel, o maior filio que ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegramente e en paz. (…)
- Noticia de Torto [1214?]

  De noticia de torto que fecerũ a Laurẽcius Fernãdiz por plazo qve fece Go~cauo Ramiriz antre suos filios e Lourẽzo Ferrnãdiz quale podedes saber: e oue auer, de erdade e dauer, tãto quome uno de suos filios, daquãto podesẽ auer de bona de seuo pater; e fiolios seu pater e sua mater. E depois fecerũ plazo nouo e cõuẽ uos a saber quale: in ille seem taes firmamentos quales podedes saber: Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõcaluiz e Eluira Gõcaluiz forũ fiadores de sua irmana que otorgase aquele plazo come illos Super isto plazo ar fecerũ suo plecto. (…)
- Foro Real [1280?]

  Este é o primeyro liuro dos foros que deu don Alffonso rey fillo del rey dõ Fernando rey de Castella e de Tulledo e de Leon e de Galiza e de Siuilla e de Cordoua e de Murça e de Jeem.

  Primeyro titulo eno primeyro liuro: titolo de Sancta Trijdade e da fe catholica. Segundo [titulo] da guarda del rey e de seu sennoryo. Terceyro titulo da guarda dos [filhos] del rey. Qvarto titulo dos que non obedecen ao mandado del rey. Qvinto titulo das guardas e das cousas de Sancta Eygreya. Sesto titulo das leys e dos seus stabellecementos. Septimo titulo do offycio dos alcaydes. Outauo titulo dos escriuaos que son publicos tabelliones. Nono titulo dos uozeyros. Decimo titulo dos pessoeyros cuyo e´ o preyto. Vndecimo titulo dos preytos que deuen a ualer ou non. Duodecimo titulo das cousas que son en contenda. (…)

Em verso, estão atestados os diferentes tipos de Cantigas – Cantigas de Amigo, Cantigas de Amor, Cantigas de Escárnio e Maldizer e Cantigas de Santa Maria. Por exemplo:

- Cantiga de Amigo [séc. XIII, s.d.]

  Perdud' ei, madre, cuid' eu, meu amigo:
  macar m' el viu, sol non quis falar migo;
  e mha sobervha mho tolheu,
  que fiz o que m' el defendeu
  (…)
- Cantiga de Amor [séc. XIII, s.d.]

  A gram dereyto lazerey,
  que nunca home vyu mayor,
  hu me de mha senhor quite
  e perdi por en seu amor;
  e que queria eu melhor
  de seer seu vassalo
  e ela mha senhor?
  (…)
- Cantiga de Escárnio [1230-35] de João Soares Somesso

  Ogan[o], em Muimenta,

disse Dom Martim Gil:
- Viv'em mui gram tormenta
Dona Orrac'Abril
per como a quer casar seu pai;
e a quem lho enmenta,
cedo moira no Sil
e a[r] ela, se se com Chora vai.
(…)

- Cantiga de Maldizer [1201] de Joam Soárez de Pávia a el-Rei Dom Sancho de Navarra

Ora faz host'o senhor de Navarra,
pois em Proenç'est el-Rei d'Aragom;
nom lh'ham medo de pico nem de marra
Tarrazona, pero vezinhos som;
nem ham medo de lhis poer boçom
e riir-s'-am muit'Endurra e Darra;
mais se Deus traj'o senhor de Monçom,
bem mi cuid'eu que a cunca lhis varra.
(…)

- Cantiga de Santa Maria [1264-1284]

(Esta é a primeira cantiga de loor de Santa Maria, ementando os VII goyos que ouve de seu Fillo.)

Des oge mais quer'eu trobar
pola Sennor onrrada,
en que Deus quis carne fillar
bẽeyta e sagrada,
por nos dar gran soldada
no seu reyno e nos erdar
por seus de sa masnada
de vida perlongada,
sen avermos pois a passar
per mort' outra vegada.
(…)

1.3. PERÍODO DE AFIRMAÇÃO E EXPANSÃO

Continuam as tipologias anteriores e surge uma multiplicidade de textos paraliterários em prosa que abrangem textos didáticos – Livro de Montaria, Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela, Leal Conselheiro. Multiplicam-se as traduções de livros didático-moralísticos: Vidas de Santos, Orto do Esposo, Castelo Perigoso, Livro das Tres Vertudes, Sacramental. Ampliam-se os relatos – Demanda do Santo Graal, Crónicas e a Carta de Pero Vaz de Caminha.

2. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Dependendo do conceito museológico, do espaço e do orçamento a atribuir ao projeto da apresentação de documentação antiga, assim este poderá ser realizado com maior ou menor ambição. Para além das modernas tecnologias permitirem o acesso 'online' dos documentos através de diversos 'links', consideramos interessante e estimulante da curiosidade a observação direta de facsimiles, acompanhados das respetivas transcrições em papel e/ou em formato digital, assim como da apresentação de partituras musicais e respetivos registos sonoros atuais, no caso das Cantigas, de fotografias de iluminuras ou particularidades gráficas interessantes. Apresenta-se a seguir um exemplo de facsimile, outro de uma iluminura e ainda outro de uma ficha técnica de uma versão musical:

- Facsimile do Testamento de D. Afonso II que se encontra no Arquivo da Torre Tombo

ILUSTRAÇÃO DAS CANTIGAS DE SANTA MARIA

- Ficha técnica de uma versão musical da cantiga de D. Dinis
-

Pois que vos Deus, amigo, quer guisar
d'irdes a terra d'u é mia senhor,
rogo-vos ora que por qual amor
vos hei lhi queirades tanto rogar:
que se doia já do meu mal.
(…)

- Intervenientes -
Compositor: *D. Dinis*
Direção musical: *Manuel Pedro Ferreira*
Canto (tenor): *Gonçalo Pinto Gonçalves*
Intérprete (conjunto): *Vozes Alfonsinas*
Reconstrução da melodia: *Manuel Pedro Ferreira*
Transcrição da cantiga: *Manuel Pedro Ferreira*
- Gravação
CD 1 Antologia sonora: dos visigodos a D. Sebastião
Vozes Alfonsinas / Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento (CD) (Fonte 10)
Ano: 2008, Lisboa, CESEM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[65]

Brea, Mercedes (coord.) (1996), *Lírica Profana Galego-Portuguesa.* Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro.
Edição digitalizada da Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es .

- Cantigas de Amor [sem data]

Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), "Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto, *Boletim de Filologia*, 31, 21-77. (Texto crítico pp. 37-41). Edição digitalizada para o CIPM:

- Notícia de Torto [1214?]

Cohen, Rip (ed.) (2003), *500 Cantigas de Amigo.* Porto, Campo das Letras.
Edição digitalizada cedida pelo editor para o CIPM:

- Cantigas de Amigo [sem data ou datados entre 1220-1300]

Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), "Os mais Antigos Documentos Escritos em Português", *Revista Portuguesa de História,* 17, 307-321.
Edição digitalizada para o CIPM:

- Testamento de D. Afonso II [1214]

Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987), *Afonso X, Foro Real*. Lisboa, I.N.I.C. 125-309. Edição digitalizada para o CIPM:

- Foro Real [1280?]

Lopes, Graça Videira (2002), *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses.*
Edição digitalizada cedida pela editora.

- Cantigas de Escárnio e Maldizer [sem data]

Lopes, Graça Videira; Ferreira, Manuel Pedro *et al*. (2011-), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. [Consulta em 20 de fev. de 2018 em <http://cantigas.fcsh.unl.pt>].

Martins, Ana Maria (ed.) (2000), *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI.*
Edições digitalizadas cedidas pela editora para o CIPM:

- Finto de casales de eligoo [2ª met. séc. XII]
- Noticia de auer [2ª met. séc. XII]

Souto Cabo, José António (ed.) (2003), *Nas Origens da Expressão Escrita Galego-Portuguesa. Documentos do século XII*, Braga, Universidade do Minho.
Edições digitalizadas cedidas pelo editor para o CIPM:
- Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (ca. 1173)
- Carta de foro da Benfeita de *Xusana Fernandiz* [2ª met. séc. XII]
- Escrito sobre despesas de Pelagius Suariz [2ª met. séc. XII]

Mettman, Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria,* Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA.
Edição digitalizada do Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega.
- Cantigas de Santa Maria [datadas entre 1270 e 1282].

12. RAUL LEAL GAIÃO, AICL

TEMA 2.2. FALAR FRONTEIRIÇO DA SERRA DAS MESAS

No extremo meridional das terras de Riba-Côa, as povoações raianas do concelho de Sabugal encravadas nas proximidades da Serra das Mesas (e da Serra da Malcata), desenvolveram ao longo do século XX contactos frequentes com as populações vizinhas do outro lado da fronteira política, contactos através do contrabando diário e intenso com Espanha. Estas relações originaram fortes interferências linguísticas, do espanhol nos falantes das aldeias vizinhas da Serra das Mesas. Apesar da diminuição da atividade do contrabando a partir dos anos 60 do século XX, com o início da emigração, principalmente para França, as particularidades fonéticas, morfológicas e principalmente lexicais continuam em parte presentes, a que se veio sobrepor uma nova camada linguística, de influência francesa, com a presença e o regresso parcial dos emigrantes. Pretendemos apresentar alguns apontamentos sobre o estado do falar de uma destas comunidades fronteiriças.

[65] As Referências bibliográficas correspondem às fontes dos excertos citados no texto retirados do CIPM.

INTRODUÇÃO

"Para viver ou sobreviver era preciso semear o pão (o centeio), lá pela Santa Eufémia, num ciclo de trabalho ao longo do ano, "decruar", estravessar, semear, ceifar com a jorna dos ceifadores, malhar ao mangual, e depois para fazer o pão, o centeio é claro, as mulheres amassavam, deixando fintar a massa, tendiam, colocando os pães no tabuleiro coberto com um panal. Com os restos da massa faziam uma bica de azeite ou uma bica com ratinhos, levando tudo para o forno do povo para cozer, deixando como paga ao forneiro, a poia.

Era nas escaleiras que no inverno, ao sol, as mulheres murmuravam, enquanto faziam meia ou cosiam uma chambra. Brincava-se na rua, os rapazes à maluta, à raioila, ao pião, ao saltibão as raparigas à corda, à choina, às chinas, à calhandra, enquanto as mães passavam o tempo a aporteirar pelos filhos, com receio que os filhos dessem um tramponaço e fizessem alguma brecha.

Para os filhos por vezes faziam o bô doce de botelha ou d´abóbra ou o calabaçote. Os rapazes faziam as rondas e o balho ao domingo e exigiam o albroque aos que de fora pretendiam uma rapariga da terra. Elas tinham de fazer a bienda para os marranos, partir as coíbes, a botelha e ir colocar tudo no cunco. As mulheres lavam a roupa na rebeira dobradas sobre as banquetas.

Acumulando com os trabalhos do campo, fazia-se o contrabando, os homens durante a noite, com o carrego às costas ou com o odre de azeite, sempre a fugir aos carabineiros iam a caminho de Valverde ou das Elhas. As mulheres, pela manhã, sempre com caraba, levavam o leite pelas picerras até Valverde.

Nas festas, deitavam-se as cacadas no Carnaval e liam-se os ditos às raparigas. Quase no fim do verão as capeias eram a grande festa. Depois do encerro, os bois eram corridos com o forcão, os rapazes à galha e o rabejador a orientar o forcão. As calampeiras e os parames enchiam-se de gente, mas havia sempre mais um campinho para quem chegava tarde ou para um amigo.

A vida comunitária permitia uma mais fácil realização das tarefas, como no caso dos carretos. O carreto destinava-se a acartar as pedras de cantaria das cancheiras da serra. Avisavam-se todos os que da comunidade tinham juntas de vacas, ficando de fora aqueles com quem se estava a mal. Logo de manhã os carros de vacas (não de bois, pois estes apenas entravam de serviço quando as vacas estavam toirandas; era preciso levá-las ao boi, era sempre um prejuízo quando a vaca deitava a barriga). Os carros carregavam a pedra, subiam e desciam a serra, comendo, os homens, pelo caminho, bacalhau dessalado/desfiado e bebendo uns copos de vinho. O dia não dava para mais de duas carradas, rematando o trabalho com um caldo de grabanços e guisado de cabra ou de cheberra, na melhor das hipóteses, por vezes com sobremesa, as mílharas. Não se cumprimentavam com bom dia, mas com "Deus nos dê bôs dias", ou "já almoçou?" ou à tarde "já jantou?", ou numa saudação, ou antes "dando a salvação" com "*venha com Deus"*, caindo do outro lado a resposta "*vá com Deus"*. As pessoas não andavam à zaragata, mas à bulha. Com os homens, cabriados, caíam bordoadas ou levavam muita cachaporrada. As forquilhas e os estadulhos viam-se no ar quando a coisa era mais feia."

"Vindos de França, os emigrantes comem a cassacruta pela manhã, veem a telé, despejam a pobela, agora que já têm caixotes do lixo, alguns, após a retraite, vão a França tratar da santé, chegam rapidamente porque vão sempre pela autorruta, sem arretar."

Neste texto espelha-se a história linguística das terras da Serra das Mesas num falar com influências diversas. Há talvez a ideia de que os falares regionais vão desaparecendo. Apesar de todas mudanças sociais, abertura das vias de comunicação, e a forte presença dos novos meios de comunicação, os falares regionais ainda persistem, sendo cada vez mais estudados, estudos refletidos no aparecimento de inúmeros glossários.

Este texto, mais ou menos opaco, insere a linguagem na cultura das comunidades raianas da Serra das Mesas. Atribuímos a esta comunicação o título "Falar fronteiriço da Serra das Mesas", porque as aldeias (Foios, Aldeia do Bispo, Quadrazais, Vale de Espinho, Aldeia Velha, Lageosa, Soito e até Alfaiates,…), sobranceiras à serra das Mesas, ou pelo menos próximas, têm um passado comum, uma história que originou um falar próprio que ainda se vai mantendo, apesar das fortes mudanças originais que contribuíram para uma forte mudança cultural: pertenceram às terras de Riba-Côa repovoadas por Afonso IX e pelos reis leoneses e onde, na perspetiva de Lindley Cintra, teriam existido falares idênticos, de tipo galego-português. (Cintra, 1959). Sem vias de comunicação, ao longo do século XX até aos anos sessenta intensificou-se o contrabando e o comércio com o outro lado da fronteira, nomeadamente com a região de Xalma (na vertente espanhola, ou nas proximidades da Serra das Mesas); a partir dos anos sessenta a avalanche de emigrantes para França e uma pequena parte (pessoal com formação) para os centros urbanos nacionais, foram-se esvaziando estas comunidades, reduzidas presentemente a uma população envelhecida, mas introduzindo uma nova camada linguística no falar desta zona.

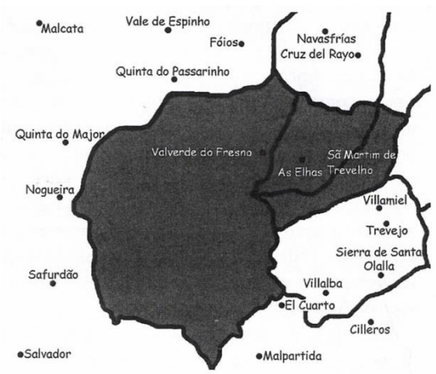
No falar destas aldeias cruzam-se vários tipos lexicais. Qual a situação presente depois destas transformações? Que léxico se mantém e qual vai desaparecendo? Qual o léxico ativo e passivo?

AS TERRAS DE RIBA-CÔA

A região de Riba-Côa e a zona onde estão situadas as aldeias sobranceiras à Serra das Mesas foram repovoadas no primeiro terço do século XIII por Afonso IX, favorecendo "a colonização por galegos das zonas semidesertas para além da serra e da Estremadura leonesa, como demonstra claramente a toponímia." (Cuesta, 1971). Este repovoamento das terras de Riba-Côa, integradas na época no reino leonês, foi feito, não só por galegos, mas também por leoneses. A região de Riba-Côa é definitivamente incorporada em 1297, pelo tratado de Alcanizes, "reconhecendo o soberano de Leão as pretensões de D. Dinis." (Maia, 1977).

Do ponto de vista eclesiástico, Riba-Côa pertencia ao bispado de Ciudad Rodrigo. Embora o tratado de Alcanizes conceda à Monarquia Portuguesa o poder temporal de Riba Côa, preserva o poder espiritual de Ciudad Rodrigo, "pelo que os habitantes de Riba Côa continuavam a ter direito de circulação, tal como o tinha o Arcipreste do Côa, dignidade da Sé Catedral de Ciudad Rodrigo, com jurisdição em Riba Côa". (Gomes, 1981). Aquando da crise de 1380-1385, o bispo de Ciudad Rodrigo, que se negou a obedecer ao Papa de Avinhão, refugiou-se em Lamego, entregando-se à Sé lamecense o governo espiritual das Terras de Riba-Côa. Em 5 de julho de 1403, o papa Bonifácio IX incorporou oficialmente Riba Côa na diocese de Lamego.

SERRA DE XALMA – O "PORTUGUÊS DIALETAL DA REGIÃO DE XALMA", A FALA



Em Valverde del Fresno, Eljas e S. Martin de Trevejo, aldeias situadas no extremo noroeste da província de Cáceres, ao sul da serra de Xalma, e próximas da Serra das Mesas, do outro lado da fronteira, […] "fala-se uma curiosa variedade de galaico-português com alguns traços leoneses" (Cuesta, 1971: 72), havendo aspetos fonéticos do falar destas aldeias característicos do galego e do leonês. "Os artigos, possessivos, demonstrativos, relativos e pronomes pessoais são galaico-portugueses. No sistema verbal, pelo contrário, predominam as formas leonesas." (Cuesta, 1971: 73).

Como referimos anteriormente, a região do Ribacoa e a zona onde estão situadas estas aldeias foram repovoadas no primeiro terço do século XIII por Afonso IX. A ele se deve o caráter galego, mais do que português, embora com ligeiras sobreposições leonesas, do falar de Valverde del Fresno, Eljas e S. Martin de Trevejo, "cujo sistema linguístico se conservou até aos nossos dias bastante puro graças ao isolamento de uma das zonas de piores comunicações de toda a Península. "(Cuesta, 1971: 73). "Em Riba-Côa, embora sob a direção de um rei leonês, a colonização parece dever-se essencialmente a galegos. O grande número de nomes de lugar formados com Galegos, Galego, Galega, revelados pela toponímia menor de Riba-Côa, e a linguagem essencialmente galega dos foros de Castelo Rodrigo e dos falares da região de Xalma teriam a sua origem e explicação nos repovoadores galegos da região nos séculos XII e XIII." (Maia, 1977: 24s). Por outro lado, mantém-se um conjunto de termos que apresentam afinidades com o galego, fieito (feto), migrada (romã), gacho (cacho de uvas), escaleira (escada exterior), meliços (gémeos), embaraçada (grávida), galo (gomo de laranja), piara (manada de gado), marrano (porco, sujo). Há textos antigos que espelham a língua falada na região no século XIII.

"Nos "três lugares", como os seus habitantes os designam, conserva-se ainda um falar que L. de Vasconcellos descreveu como "português dialetal da região de Xalma", no que foi seguido por outros filólogos, inclusivamente espanhóis; na realidade são dialetos de origem galego-portuguesa medieval, com alguns traços leoneses. Isso mesmo começou por ser revelado por L. Cintra no seu estudo sobre linguagem dos foros de Castelo Rodrigo (1959) e por Maia (1977), que os descrevem como galego-portugueses. "Os dialetos dos "três lugares", que no seu conjunto, são denominados "A Fala", têm, de facto, características e designações próprias, diferentes em cada um deles – mañega (San Martin de Trevejo), lagarteiru (Eljas) e valverdeira (Valverde del Fresno) – "e têm despertado renovado interesse e motivado novos estudos, tendentes sobretudo à sua normativização e a estabelecer a sua filiação." (Segura, 2013: 119). Em Xalma poderá ter ocorrido algo de semelhante ao que aconteceu nas terras de Riba-Côa, em face da propagação do leonês e do castelhano. E só não aconteceu devido ao abandono a que foi condenada a região após a morte de Afonso IX, de tal forma que foi a mais isolada até aos nossos dias, conservando assim as características que possuía no séc. XIII." (Maia, 1977).

Esta tese da repovoação galega tem sido também defendida por muitos filólogos galegos. Uma tese contrária vincula a história linguística desta região à de outras regiões fronteiriças com soberania espanhola que conservam falares portugueses: Olivença, grande parte da região de Alcântara, a região de Xalma (na Estremadura), Almedilha (Salamanca) e Calabar (Samora). (Maragoto, 2012a). Esta posição considera que a tese galega é uma mera hipótese especulativa sem fundamento, não se encontrando documentada, e contesta o isolamento posterior à repovoação que preservaria a fala até aos nossos tempos, não se verificando que tenha sido um território pobre e subdesenvolvido. (Maragoto, 2012b). Neste sentido torna-se necessário rever a tese de Cintra, pois o Estado vizinho, Portugal, não pode ser desligado de uma explicação do fenómeno de Xalma (Maragoto, 2012b).

A EMIGRAÇÃO

Iniciando-se nos anos cinquenta, a emigração engrossou nos anos sessenta do século XX, principalmente para França, seguindo-se, depois, a saída para os centros urbanos internos de pessoal já com formação. A posição fronteiriça e o contacto com outras gentes contribuíram para uma saída bastante prematura em relação ao resto do país. Regressando a casa de férias, com a segunda e a terceira geração, este regresso vai-se tornando cada vez mais esporádico. Apesar de tudo, alguns vão regressando após a reforma. Vão frequentemente a França, não só pelos filhos e netos que permanecem no país de acolhimento, como também para tratar dos problemas de saúde.

CONTRIBUTOS PARA O FALAR FRONTEIRIÇO DA SERRA DAS MESAS

Os contactos com a região de Xalma, em Espanha, eram diários, com o contrabando e o comércio. As mulheres iam diariamente vender leite e outros produtos, comprando produtos, como azeite, tecidos. Durante a noite, os homens contrabandeavam café, tabaco, azeite, fazenda. No período da guerra civil espanhola, era feito um mercado na fronteira. Os contactos foram-se alargando, com partilha de espaços e eventos, festas em comum e outras iniciativas de ambas as partes, realizando-se casamentos entre os dois lados.

Há um conjunto de termos das povoações de Xalma e das povoações fronteiriças da Serra das Mesas, comuns que, segundo um inquérito realizado por Clarinda Azevedo Maia nos anos sessenta do séc. XXI (Maia, 1977), ainda se mantêm. "Pude comprovar que, com muita frequência, nas povoações de Xalma vivem os mesmos tipos lexicais da fronteira portuguesa, embora, algumas vezes, os vocábulos apresentem uma configuração distinta, devido a uma diferente evolução fonética (Maia, 1977): abespa (vespa), alboroque / albroqui (pagamento por negócio efetuado), apeias / apêa (instrumento para prender as patas dos animais), barnhão /barranhão / barranha / barranhõ (alguidar de barro), barba (queixo), cacharro (loiça velha e inútil), capeia (tourada), carapetos (pedaços de água gelada), cascarão / cascarõ (casca do ovo), misto / mistro (fósforos), espenilha (esterno), munho (moinho), obo (ovo), pastoria (rebanho).

Como os contactos com Espanha se estenderam a outras povoações e zonas de Espanha onde se fala o castelhano, há um grupo de termos de influência mais recente, existentes no falar fronteiriço da Serra das Mesas: galhetas (bolachas), librilho (livro de papel para fumar ou fazer cigarros), mostrador (balcão de loja comercial), pana (bombazina), quartilho (meio litro), rosquilha (roscas doces), sobre (envelope), combite (prenda, presente), nalgas (nádegas) … (Maia, 1977). Aliás estes contactos fortes com Espanha, levava a que a maior parte das pessoas desta zona, principalmente das aldeias na linha de fronteira, falassem o espanhol, e assimilassem traços culturais e, tomando como exemplo, presentes nas canções de embalar, na freguesia de Foios: "Drume-te, ninho// Que bem el coco// sobre los ninhos// que dromem poco".

SITUAÇÃO ATUAL DO FALAR FRONTEIRIÇO DA SERRA DAS MESAS

Todos estes contributos, estas diferentes camadas linguísticas permitiram uma riqueza lexical no falar das povoações da Serra das Mesas, visíveis na expressão do tempo, da chuva, dos aguaceiros ou da chuva miudinha, ou dos efeitos da chuva: aguaçada, água rézia, águas de treboada ou de tromenta, bática / bátega, dilúbio, garranchada, imbernada, chuviscar, borriscar, borrrismar, morinhar, chubisnar, lapacheiros, carapetos, ou nas designações para fósforos: cerilhas, mistros, palitos, forfos e às vezes até alumetes. O inquérito realizado por Clarinda Azevedo Maia nos anos sessenta do sec. XX, e apresentado em "*Falares fronteiriços do Concelho do Sabugal e da Vizinha Região de Xalma e Alamedilha*" (Maia, 1977) e o inquérito levado a cabo em algumas povoações da Serra das Mesas, e que constam do "Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza" (1996), mostram que o falar destas duas zonas ainda se mantém em grande parte.

Presentemente, com a grande regressão demográfica nos anos cinquenta e sessenta, em média, cerca de 60%, concentram-se "atores com territorialidades mais complexas que oscilam entre a chegada e a partida, entre as permanências e as ausências". (Alves, 2014). A ligação à terra reflete-se em regressos temporários para cumprir as tradições locais e perpetuar o convívio. A maior parte da população é constituída por ex-emigrantes, que trabalharam algum tempo em França, ou se encontram a gozar da reforma. Quando saíram, levaram o falar fronteiriço das suas terras, que mantiveram e que agora revivem. A abertura das fronteiras e a perda do contrabando, as alterações na atividade agrícola, a sua diminuição pela saída da maior parte do pessoal que se dedicava à agricultura bem como a sua tratorização e abandono dos instrumentos tradicionais artesanais, são aspetos relevantes na paisagem social desta comunidade. As atividades comunitárias tradicionais, como os carretos e o forno do pão, foram desaparecendo. Apesar das mudanças provocadas pela emigração, pelas vias de comunicação, pela televisão, há uma certa revitalização das tradições com as capeias, as festas, a representação de algumas atividades ancestrais, como a rota do contrabando, o magusto anual (Eljas/Foios), a forte participação dos espanhóis nas capeias, atividades desportivas conjuntas; as janeiras, o madeiro no Natal, a caça ao ovo, o S. João, a caminhada das maias, jogos e torneios de cartas entre as povoações vizinhas. Podemos dizer que são espaços que se foram esvaziando, mas com alguma revitalização cultural. Era uma região de forte interioridade, que os mantinha fechados em relação ao resto do país, mas de grande abertura às gentes espanholas, com uma abertura a outras gentes e culturas, espaços de passagem, de contacto. Apesar de todas as mudanças, persistem traços culturais e linguísticos.

Nada melhor que os traços culturais de uma comunidade para evidenciar o perfil do falar dessa comunidade. O léxico ligado às refeições e à alimentação continuam a ser usados: "como era uma zona pobre com uma agricultura de sobrevivência, o caldo e não a sopa era a comida de todos os dias, o caldo escoado, as batatas rachadas, o caldinho de batatas, o caldo de couves eram os que mais se apresentavam na mesa. O caldo era alinhado ou adubado com azeite espanhol. Ao chegar o Carnaval, com as cacadas, cestos de filhoses, os ditos às raparigas. No domingo gordo comia-se o bucho e o caldo de beginas secas. Na quarta-feira de cinzas, depois de matar o galo, mandavam-no compor nas tabernas, para fazer o comerete. Nas ceifas dava-se aos ceifadores o gaspacho de salada como merenda e o caldudo de castanhas pisadas como ceia. Nas ceifas e nas malhas, levava-se a fatiga (pão, queijo, azeitonas, chouriça e salada de bacalhau). Almoçava-se logo pela manhã, jantava-se ao meio-dia, ceava-se ao princípio da noite. Principalmente nos dias longos de verão, merendava-se (pão e queijo, pão e gachos no tempo próprio que enfeitavam as salas, pendurados no teto, e nas noites longas dos serões de inverno havia o repasto. Havia muitas vezes de manhã o mata-bicho, comer leve e rápido para estar no campo pela fresquinha. No verão comia-se mais vezes, os dias eram mais longos. Tinha de se comer uma bucha ou uma mastiga. Nas bodas matava-se um cheberro ou uma cheberra. Entre amigos fazia-se um comerete. Na Noite Boa comia-se o bacalhau com couves. Quando um rapaz de fora pretendia uma rapariga da terra tinha que pagar o albroque que a rapaziada aproveitava para assar carne e beber vinho. As migradas e os figos chumbos traziam-se de Valverde, juntamente com as latas de melocotón. Nos carretos comia-se bacalhau dessalado com cebola e azeitonas e bastante azeite espanhol. À noite comia-se o caldo de grabanços e o guisado. Os pastores levavam um codorno de pão (côdea de pão). Nos domingos à hora do balho, comiam-se os chochos. Traziam-se para as crianças uns churros ou umas galhetas de Valverde. No outono cozia-se um pucheiro de castanhas. Comia-se frequentemente pão com peguilho, um carcho de pão ou um codorno de pão, e agora à francesa a cassa-cruta.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Carolina Davide (2014). A Baixa Densidade Rural num Contexto Geográfico de Fluxos e Permanências. Atores Locais. Tempos e Redes. O Exemplo de Foios - Sabugal. Dissertação de Mestrado.
Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (1996). "Inquérito". Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, maio de 1996).
Cintra, Lindley (1959). *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. *Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuições para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos.
Cuesta, Pilar Vázquez e Maria Albertina Mendes da Luz. (1971). *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa: Edições 70.
Gomes, Pinharanda (1981). *História da Diocese da Guarda*. Braga.
Henriques, Bernardino (2007). *Terra Íntima*. Grupo Cultural dos Foios.
Leite de Vasconcelos, José (1902). "Linguagens Fronteiriças de Portugal e Espanha". *In Revista Lusitana*, VII, Lisboa.
Leite de Vasconcelos, José (1927). *Linguagem de San Martin de Trevejo (Cáceres, Espanha)*. Porto.
Maia, Clarinda Azevedo (1977). *Os Falares fronteiriços do Concelho do Sabugal e da Vizinha Região de Xalma e Alamedilha*. Coimbra.
Maragoto, Eduardo Sanches (2012a). "As falas das Elhas, Valverde e S. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (I) (apontamentos críticos à tese histórica da repovoaçom galega)". In *MURGUÍA, Revista Galega de História*, n° 25, xaneiro-xuño 2012.
Maragoto, Eduardo Sanches (2012b). "As falas das Elhas, Valverde e s. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (eII) (apontamentos críticos à tese histórica da repovoaçom galega)". In *MURGUÍA, Revista Galega de História*, n° 26, xullo-decembro 2012.
Marques, Carlos Alberto (1995). *A Bacia Hidrográfica do Côa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
Segura, Luísa (2013). "Variedades Dialetais do Português Europeu". In Raposo et al (org.) *Gramática do Português*. Volume I. pp. 85-142. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

13. ROLF KEMMLER, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, UTAD VILA REAL, ALEMANHA E AICL

TEMA 3.4. LYMAN HORACE WEEKS: AMONG THE AZORES (1882)

1 INTRODUÇÃO

Em 1882, o jornalista americano Lyman Horace Weeks (1851-1942) publicou o seu livro Among the Azores que se baseia nas experiências feitas pelo autor ao longo de duas viagens pelo arquipélago, tendo as suas observações em parte já sido publicadas nos dois jornais bostonianos Boston Traveller e Boston Herald, bem como na revista (então mensal) Appleton's Journal. No seu livro, que vem acompanhado por 25 gravuras sobre vários tópicos, o autor narra as suas experiências e observações em seis das ilhas do arquipélago (Faial, Pico, São Jorge e Graciosa, Terceira e São Miguel). Dado que esta última ocupa a maior parte das observações no livro, iremos concentrar nossa atenção especialmente nos comentários tecidos a São Miguel e os seus habitantes.

2 O AUTOR E A SUA OBRA

Filho do almocreve (expressman) Horace Weeks (1823-1901) e da sua mulher Abigail Post Weeks (nascida Kiff; 1827-1899) Lyman Horace Weeks nasceu no dia 21 de agosto de 1851 em Waltham (Middlesex County), Massachusetts, a menos de 20 km de distância de Boston. Aos 25 de dezembro de 1877, Weeks casou com Rebecca 'Reba' Johanna Weeks (em solteira Kaplinger; 1854-1923), com quem teve uma filha, Zaida Leslie Weeks Nightingale (1880-1969). Não se sabe quando Lyman Weeks começou a sua atividade como jornalista, historiador e genealogista em New York. Sabe-se, sim, que, depois de ter sido editor, desde outubro de 1886, da revista American art illustrated: A Monthly Magazine (1886-1887), ele f*oi desde 1912 a 1915 o editor dos primeiros cinco volumes da revista Genealogy: A journal of American ancestry, publicada na editora do genealogista William Montgomery Clemens (1860-1931), sobrinho do famoso escritor Samuel Clemens (Mark Twain, 1835-1910).*

Weeks faleceu no dia 27 de outubro de 1942, vindo a ser sepultado junto com a sua mulher, a sua filha Zaida e o marido dela, no Village Hill Cemetery em Williamsburg, Hampshire County, Massachusetts. Para além da obra de que falaremos adiante, Weeks foi responsável pela edição de obras de cariz historiográfico como Prominent families of New York (1897-1898, 2 volumes), *The American Turf* (1898), *Automobile Biographies* (1905) e *An Historical Digest of the Provincial Press* (1911; junto com Edwin Monroe Bacon). Como autor, Weeks publicou ainda as duas obras *The Other Side* (1900) e *A History of Paper-Manufacturing in the United States* (1916) que são dedicadas a aspetos da história industrial americana, bem como, com *Book of Bruce* (1907) uma genealogia do rei escocês Robert the Bruce (1274-1329).

3 AMONG THE AZORES (1882)

Como vimos no elenco das suas principais obras, o livro de viagens Among the Azores de Lyman Horace Weeks constitui efetivamente a primeira publicação monográfica do nosso autor, que assim se estreou aos 31 anos de idade.

É da seguinte maneira que Weeks explica a génese do seu contributo para a literatura de viagens anglófona sobre o arquipélago açoriano:

PREFACE.

The present volume is based upon series of former personal contributions to the Boston Traveller, Boston Herald, and Appleton's Journal, during two periods of sojourn among the Azores. Its pages make no pretence to thoroughness, but simply aim to depict in a measure the picturesque and novel phases of Azorean scenery and life. Externals alone are noted, and the treatment of the complexities of thought and civilization that might interest the student is left to other pens. With the hope of recalling pleasant memories to those familiar with the scenes he has attempted to describe, and of enabling untravelled readers to gain some conception of this land and people, the author presents these random sketches.

LYMAN H. WEEKS. BOSTON, 1882 (Weeks 1882: [5]).

O autor descreve a sua obra como fruto das suas observações feitas no âmbito de duas estadias no arquipélago (das quais pelo menos uma viagem foi realizada de agosto a setembro de 1878; cf. Weeks 1878: 347; 354) que inicialmente terão sido divulgadas nos diários bostonianos Boston Evening Traveler (1845-1967) e Boston Herald (desde 1845), bem como na revista mensal nova-iorquina Appleton's Journal (1869-1881).[66] Como ainda não conseguimos ter acesso aos textos jornalísticos e mais do que uma resenha contemporânea,[67] concentrar-nos-emos a seguir às observações de Weeks dentro da sua monografia que compreende 248 páginas em formato 13,5 x 17 cm, com um total de 25 gravuras, tendo sido publicada pelo editor bostoniano James Ripley Osgood (1836-1892).[68] Tal como a autora contemporânea *Charlotte Alice Baker (1833-1909), cuja obra foi publicada no mesmo ano (cf. Kemmler 2017), Weeks faz questão de justificar a publicação da sua apresentação monográfica do arquipélago com a escassez e a natureza deficitária das publicações anglófonas sobre o mesmo:*

Beyond a few antique unsatisfactory English publications, on the most recent of which the dust of more than a quarter century has gathered, there is almost nothing except desultory newspaper letters and an occasional magazine article to which one can turn (Weeks 1882: [11]).

Ao testemunhar conhecimento (embora algo vago) de publicações em jornais e revistas contemporâneos – entre os quais merece destaque o escritor Thomas Wentworth Higginson 1823-1911, cujo artigo de 1860 foi republicado em pelo editor James R. Osgood em 1871 (cf. Higginson 1860; Higginson 1871: 225-268) –, Weeks mostra-se menos preocupado com a promoção do turismo açoriano do que Baker (1882), mas pretende fornecer informações turísticas que julga úteis. A nível geral, observa-se que as observações e informações fornecidas por Weeks são geralmente desprovidos do tom afetivo que encontramos em Baker (1882). Em contrapartida, são muitas as ocasiões em que Weeks deixa transparecer os conhecimentos nas áreas da história e das línguas clássicas, muitas vezes oferecendo um juízo crítico das coisas que observa:

Geographically the Azores are Atlantic islands, two thousand miles from the United States, in the latitude of Philadelphia. As regards civilization they are hundreds of years behind the modern world, in the atmosphere of mediæval Europe. The former gulf is more easily bridged than the latter (Weeks 1882: [11]-12).

Com estas palavras, o nosso autor situa os Açores e os seus habitantes face aos visitantes americanos: do ponto civilizacional, os Açores (ainda em finais dos anos 1870) são descritos como terra irremediavelmente retrógrada, próxima da Europa na Idade Média. Numa das primeiras impressões que partilha sobre o arquipélago, o autor compara as primeiras impressões do mundo natural e humano:

History aside, the traveller visiting the Azores to-day finds a land of volcanic character, with rocky shores, rough, jagged, and precipitous, against which the ocean surges sometimes beat with terrible fury. Its people still cling tenaciously to fossilized customs and are deeply buried in a lifeless past from which they have little power and less inclination to free themselves. Nature's beauty, prodigality, and freedom contrast sharply with the poverty, degradation, and oppressed condition of the masses; yet song and dance, Church processions and festal days, delight the blithe, simple-hearted peasant; life is a round of laziness, of siestas, of interminable gossip (Weeks 1882: 15-16).

Ao falar da natureza açoriana, Weeks realça a beleza da terra vulcânica, com o litoral rochoso e recortado a sofrer a tempestividade do mar. Para ele, esta beleza natural choca violentamente com o que identifica como os 'costumes fossilizados' do povo açoriano que, para além do mais, não mostra a mais pequena inclinação de livrar-se do jugo destes costumes, de modo que a pobreza e a degradação convivem com a opressão das massas por um lado e a música, as procissões eclesiásticas e dias festivos, por outro lado.

3.1 OS AÇORIANOS NO ESPAÇO PÚBLICO E NA SUA PRIVACIDADE

Na chegada a São Miguel, o vestuário dos açorianos merece especial atenção a Lyman Weeks:

[66] Pelo que conseguimos encontrar, Weeks parece somente ter publicado um único artigo semianónimo intitulado «Among the Azores» naquela revista, nomeadamente no quarto caderno de outubro de 1878 (Weeks 1878: 347-354). O nome do autor 'Lyman H. Weeks' só é mencionado no «Index to Vol. V», na página iii daquela revista.

[67] A obra foi o objeto de uma brevíssima resenha *na revista mensal Harper's New Monthly Magazine de setembro de 1882 (*HNMM 1882: 639).

[68] O livro foi impresso pela oficina tipográfica 'University Press, John Wilson and Son, Cambridge' (Weeks 1882: 248; cf. *CT* 1903: 6).

WOMAN IN CAPOTE.

Weeks (1882: 47).

PEASANT WEARING A CARAPUCA.

Weeks (1882: 143).

In matters of dress, there is great variety. The wealthy people follow European customs, but among the middle and poorer classes national peculiarities of costume still exist. No woman's wardrobe is regarded as complete until it includes the Capote, a blue cloth cloak made long enough to reach nearly to the ground, and surmounted by an enormous deep stiff hood of the same material, at the further end of which appears the face of the wearer, as at the end of a tunnel. None but a jealous Oriental could have invented this garment, which is as efficacious in concealing the wearer from public gaze as the Turkish yashmak, In a head wind the wearer is obliged to tack in order to make any progress, and can never sail within ten points of the wind.

The carapuca is the eccentricity of the San Miguel male peasants. This is a high-peaked hat of blue cloth, lined with serge. The visor extends six or eight inches in front in a broad crescent, and a voluminous cape, like a soldier's havelock, reaches down upon the shoulders and fastens beneath the chin. A few years ago the visors of the carapuca were made to turn up at the sides in stiff horns, often reaching above the crown. The modified style prevails now. The extravagance of the adult dress seems to render it necessary to abbreviate the wardrobe of the children. Happy is the child who can lay claim to even a single garment. Sometimes it is a jacket, sometimes a pair of pantaloons or a shirt, occasionally a dress; but many a little one lacks even this single article of clothing, and wanders about the streets and fields in the pristine condition of Adam and Eve (Weeks 1882: 142-144).[69]

Ao passo de reconhecer alguma influência europeia no vestuário açoriano em geral, Weeks observa que sobretudo nas classes média e baixa em São Miguel as mulheres ainda usam o capote (que compara neste contexto ao véu turco designado como '*yashmak*'), ao passo que os homens usam a carapuça. Para garantir a compreensão por parte dos seus leitores, o autor faz acompanhar a descrição com as gravuras correspondentes (vide *supra*). Como vimos em Baker (1882: 47-48, 75-76; cf. Kemmler 2017: 432, 436), uma das cenas típicas da vida diária açoriana da época é a tarefa de buscar água às fontes e de lavar a roupa:

At every corner, you stumble up on street fountains, with water cool from the mountains falling with a sweet musical cadence into stone troughs. Here black-eyed olive-complexioned women gossip while they fill antique earthen water-jars to bear away on their heads. Others perhaps are scrubbing clothes by the wayside on broad flat stones, upon which the water splashes from a bamboo spout set in the solid rock; and the wicker basket beside them is piled with white linen (Weeks 1882: 27-28).

Se bem que ofereça uma descrição menos detalhada do que a sua contemporânea, Weeks evidencia algo menos compreensão pela função social que constituíam essas tarefas caseiras para as mulheres da época (de cujas atividades não passa de mero observador distante). Na realidade, isto não admira, pois parece evidente que Weeks terá privado sobretudo com pessoas das classes sociais privilegiadas, o que lhe permite fornecer a seguinte descrição sobre a educação dos jovens pertencentes a este estrato social:

The better classes of people are composed of intelligent, refined, and educated persons. They are not very literary in their tastes, and books are scarce, but most of them have secured a good education, are conversant with two or three languages besides their own, and well read in general topics. There is a school system supported by the government, and free public schools exist in each municipal district. The teachers, at a salary of only one hundred and twenty dollars a year, are generally incompetent. Instruction is confined to the most ordinary branches, and even then is apt to be scant and inaccurate. Evening schools are also provided for the poor working-people; but the benefits of public education have not generally succeeded in reaching the latter class, the most of whom, adults and children, cannot even read or write. The larger cities have high-schools and academies where the ambitious young men prepare for the colleges at Terceira or the university at Coimbra (Weeks 1882: 144).

[69] Mais adiante, Weeks (1882: 47) aproveita de outra observação para manifestar o seu repúdio do capote quando narra uma cena em que as mulheres param para conversar: «[...] women in long ugly·looking blue capotes, their heads enveloped in hoods of marvellous size, and displaying a proportionate degree of bareness at the other extremity, stop to gossip».

Se Weeks descreve um sistema educativo deficiente em que havia somente um acesso rudimentar ao ensino público com professores cronicamente mal remunerados nas respetivas sedes de concelho, que vinha junto com um grau elevadíssimo de analfabetismo, cremos que não será descabido afirmar que estas afirmações não se aplicam somente aos Açores, mas ao Portugal contemporâneo na sua totalidade.[70] Pouco admira, perante isso, que a imagem da vida das classes inferiores pintada pelo nosso autor seja francamente negativa:

The condition of the lower classes and peasantry, oppressed by both church and state, is wretched in the extreme. They are poor, ignorant, and priest-ridden, and every year hundreds of them seek to escape their burdens by emigration to Brazil and America. Many more would do so were it not for strict anti-emigration laws. Passports will not be granted men wishing to emigrate unless they give bonds in three hundred dollars to return and serve in the army when conscripted. Most of the would-be emigrants are too poor to do this, but large numbers contrive to escape clandestinely on occasional whalers or traders; and "stealing Portuguese", as the traffic is called, was at one time an extensive and profitable business. Even now huge bonfires are not unfrequently seen lighting the tops of high hills at midnight, signals to the waiting vessel that a boatload of refugees is in readiness to come off under cover of darkness. The bags of meat and barrels and boxes of vegetables loaded on departing vessels, under the very eye of the customs officials, often produce a lively freight as soon as the craft is outside the harbor (Weeks 1882: 145).

Weeks identifica os açorianos como pobres e oprimidos tanto pelo estado como pela igreja, sem possuírem qualquer possibilidade de melhorar a vida. Por lhes ser vedada a possibilidade de uma emigração legal aos homens novos desprovidos de meios financeiros, Weeks testemunha a fuga ilegal de prospetivos emigrantes portugueses que, entre outros meios de fuga, se servem de fogueiras à noite para alertar os capitães de embarcações que se aproximam. No entanto, o nosso autor constata com alguma incredulidade a ignorância e a indiferença dos açorianos perante a pobreza e a falta de liberdade de que sofrem:

Yet, in spite of their deplorable condition, the people are withal thrifty even in their destitution, blissful in their ignorance, too stolid and indifferent to resist oppression, and too superstitious to regard the priest-power as aught but good. They live in almost abject poverty. A rude building of one story, constructed of blocks of lava, and with furze-thatched or tiled roof, is frequently their only apology for a dwelling. The floor is the hard bare earth as often as anything better, and the one or, at most, two rooms open directly upon the street. The ground is strewn with rushes, and covered with tools and sacks of wheat and beans; from rafters overhead hang bunches of Indian corn, long canes, and poles; and platted partitions separate the apartments. Articles of furniture are few and of antiquated construction; but in one corner usually stands a clean comfortable bed, stuffed with corn-husks, covered with a snow-white quilt of knotted cotton, and dressed with coarse muslin, or linen valances trimmed with coarse home-made flaxen lace. A collection of saints and saintesses – more or less numerous and more or less adorned with paper flowers, according to the wealth of the owner – is in almost every house (Weeks 1882: 146).

A descrição do interior do que parece ser uma casa rural micaelense coincide largamente com a de Baker (1882: 58-61; cf. Kemmler 2017: 433-434) – acrescenta-se aqui a observação da presença das imagens dos santos e das santas. Semelhantemente, Weeks confirma e especifica as indicações que a autora contemporânea Charlotte Baker fornece sobre os rendimentos dos micaelenses da época:

With a pig in the front yard, and a few hens in the bamboo hut behind the house, they somehow manage to exist. Wages are pitifully small, – ranging for skilled labor from fifteen to forty cents per day. The church of the Conceicão at Flores a year or more ago completed a handsomely carved altar. A wood-carver from Lisbon spent more than two years upon the work, which was finely executed, but the people thought themselves justified in protesting because the artist charged them one dollar per day and his travelling expenses. Women, working on lace, embroidery, and other fine work, earn from five to ten cents per day. A man and a donkey at work all day can perhaps make forty or fifty cents. On such meagre sums they support themselves and families, and contrive – to save something. I knew a common laborer who was working for one dollar and fifty cents per week. Out of this amount every Saturday night he left fifty cents with his employer, and supported himself, wife, and three children on the balance, until he had saved sufficient to purchase a house (Weeks 1882: 146-147).

Sendo a pobreza generalizada na sociedade micaelense, Weeks constata que as crianças até roubam os ossos aos cães – ao passo que testemunha que toda a sociedade fuma, mesmo desde a infância:

In hard times the poor are often on the verge of starvation, and I have seen little emaciated children steal the bones thrown to the dogs. In famine they are driven to eating roots. The universal and almost the only luxury indulged in is the use of tobacco; even little toddling children puff their cigarettes (Weeks 1882: 148).

Junto com o vício popular do cigarro, o vinho açoriano merece uma observação ao nosso autor:

The common wine is a thin acidulous potation, resembling the French vin ordinaire: Three cents buys a good-sized tumblerful, and half a dozen of such drinks will get a man beastly drunk. Yet, although the people are entirely consistent with the teachings of their proverb which says that "Wine is not good for beasts, but for man", the temperate use of liquors is the rule, and during two winters spent among them I never saw a native intoxicated. Drunken brawls are rarities and are always safely attributable to foreign sailors from the ships anchored in the harbor (Weeks 1882: 99).

Parece evidente que a referência à temperança açoriana deve ser entendida como comparação com a manifestação mais visível da embriaguez no país de origem do nosso autor...

[70] Parece evidente que a mesma coisa se aplique á educação feminina, como testemunha Weeks (1882: 144): «The education of woman is a myth. In fact, among the upper classes, Azorean, like Oriental custom, demands the seclusion and, to a great extent, the non-education of females».

3.2 A LÍNGUA PORTUGUESA

No que respeita à língua portuguesa, pouco admira que os apontamentos de Weeks não sejam outra coisa do que ocasionais, como vemos no trecho seguinte:

The common patois is mediæval, and the songs and romances belong to the fifteenth century. The name Aravias, given to the romances, indicates a Mosarabian origin, and many Moorish words are retained entire in the language. In fact the infusion of Moorish blood has tinged the characters and the customs of the people as well as their faces and their architecture. Even the common salutation of every-day life has a traditional significance, little understood. The sturdy brown peasant who greets you with a pleasant Viva Senhor has little philological love, and the usage of generations has quite obscured the origin of his courteous expression. Yet his viva has a history, and a reason for its being. With the people in the Azores it is the universal form of salutation. and literally means "live". In the mainland of Portugal, whence it was transported, its use is more restricted. When a person sneezes, those about him say promptly Viva, which is then equivalent to the "God bless you" of other nationalities, pronounced under similar circumstances. A legend of the Talmud explains this custom. According to the legend, in the beginning of the world men were so loosely put together that when they sneezed they were shaken apart and thus destroyed; but as the years went by they grew more and more substantial, until at last they could sneeze without running the risk of immediate dissolution. When the people discovered that the usual dire results did not follow their sneezing, they exclaimed, in surprise and congratulation, "God bless you", Viva, – or their equivalents (Weeks 1882: 135-136).

Ao basear-se na forma verbal do imperativo 'viva!', o nosso autor vê como justificada a sua opinião de o português ser uma língua 'medieval'. Tal como as frequentes asserções sobre a natureza mourisca de hábitos ou mesmo igrejas açorianas, esta afirmação vem desprovida de qualquer outro elemento abonatório da opinião do nosso autor. Quanto à forma calorosa de os açorianos (e mesmo os portugueses) falarem com trocas rápidas de palavras, em voz alta e com socorro a gestos, Weeks manifesta a apreensão de um visitante de uma cultura em que a comunicação é realizada de outra maneira:

Portuguese conversation consists of a resistless torrent of words, combined with a quantity of violent gesticulation not a little alarming. The merest trifle excites a crowd of Azoreans, and when once their tongues, arms, and heads are thoroughly in motion they seem like a company of Bedlamites. The excitement, however, is always temporary. About the time you begin to think that a riot is inevitable and look around to see if the police have put themselves in a place of safety, the clamor suddenly subsides, and a more peaceful set of people you never saw (Weeks 1882: 138).

3.3 MÚSICA AÇORIANA

Tal como outros autores anteriores, também Lyman Weeks tece observações importantes sobre os hábitos musicais dos açorianos:

The peasants are extremely fond of music, and nothing affords them more satisfaction than the thrumming of a guitar, in the use of which they are quite skilful. The music always consists of a few monotonous though sweet strains. Serenading is a popular pastime, and the tinkling of guitars becomes a familiar evening sound. Another favorite recreation is engaging in a sort of improvisation, where two persons alternately sing rhymed couplets. The musical flow of the language and the similarity of word-endings – mostly in a or o – render this a not difficult accomplishment. The songs abound in local allusions, and many a sharp thrust is given and returned. The accompaniment is unvarying and monotonous, and apt to become wearisome. I listened to it one night at a poetic tournament of the peasants, amid the romantic surroundings of a country husking, and thought nothing could be sweeter. I heard it again a few nights later, when four wandering minstrels stood on the park beneath my hotel window for over an hour chanting praises in honor of the birthday of the King and thought nothing could be more execrable. The verses of the island improvisatores are very metrical and regular in formation, and, considering the close analogy of the Portuguese to the Latin tongue, are probably derived from the latter. Horace speaks of the rude Fescennine verses of the Roman peasantry; these have undoubtedly been handed down to the present day and are heard in Azorean harvestings.

All nature seems to inspire the rustic song. The country lads and lassies, even when laboring in the fields, challenge each other to metrical contests, and often two lovers, fields apart, will sing to each other all day long, as cheerily as the canaries and blackbirds in the hedges around them. The shepherd boy will serenade a companion on a distant hill, using a rude sort of instrument made from a cow's horn and a long stem of bamboo. Upon this he pipes, like the god Pan, in mellow tones, until hill and valley echo the sweet music of his yodel. Often a man for lack of a companion will whistle each second verse of his song in a higher key to represent his mistress, or chant one line in a bass voice and the next in a higher key with the same intent. So, too, even the country dances are performed not alone to the melody of guitars, but to the rhythm of song as well, and the Chamarita, the pretty popular national air, will always set both voices and feet and snapping fingers in motion with its merry voluptuous strains, whether played in the public square, at the rural huskings, or at the Sunday fandango in some garden (Weeks 1882: 149-150).

Mais interessado na vertente cantada do que na música instrumental, Weeks comenta as suas impressões ao presenciar um cantar ao desafio. No entanto, ao passo que no início se mostrou encantado pela novidade desta vertente cantada, acaba por mostrar-se saturado pela monotonia quando a ouve uma segunda vez. Para além disso, Weeks observa as danças populares, entre as quais destaca a Chamarrita.

3.4 SÃO MIGUEL E TERCEIRA

Entre os autores anglófonos por nós estudados, Lyman Weeks parece ser o primeiro a fazer observações não somente sobre as ilhas, mas também sobre o relacionamento entre os habitantes das várias ilhas:

The Portuguese are sadly afflicted with jealousy, dor de cotovelo ("elbow disease"), as it is called. They are individually jealous of each other, and collectively jealous of all foreigners and foreign influence. In outward manifestations of courtesy, they are unexcelled even by the French; but their politeness only goes as far as the elbow. They are continually talking of how they could improve their condition by declaring their independence of Portugal and setting up business on their own account; but they would be fighting among themselves before twenty-four hours had passed, for each island of the group would insist upon being master. Nothing but subservience to a common higher power keeps them within bounds and prevents them from scratching out each other's eyes (Weeks 1882: 150-151).

Não deixa de ser interessante que Weeks observa já em finais do século XIX um vago surgimento de tendências independentistas. Claro que a inveja do bem-estar dos continentais não pode ser encarado como o início de uma manifestação sistemática de um independentismo açoriano como a história o tem visto na atuação da Frente de Libertação dos Açores desde 1975 – mas parece evidente que as pretensões descritas pelo nosso autor levaram ao mesmo resultado. Como se sabe, a antiga Capitania Geral dos Açores com a sua sede na capital terceirense de Angra do Heroísmo foi estabelecida em 1766, sendo esta estrutura substituída pela 'Província dos Açores' no dia 4 de junho de 1832 através do Decreto n.º 28, emanado por D. Pedro IV como regente em nome da sua filha, D. Maria II. Enquanto se mantinha esta estrutura administrativa, Angra continuava como capital do arquipélago. Já o § 1.º do Artigo 10. do Decreto n.º 65, de 28 de junho de 1833 prevê a divisão do arquipélago em 'Província Oriental dos Açores' (com São Miguel e Santa Maria) e com capital em Ponta Delgada, bem como a 'Província Ocidental dos Açores' com as restantes ilhas e com capital em Angra do Heroísmo (*Decreto* 1833: 332-333).

A nova divisão administrativa de 25 de abril de 1835 que introduziria os então 17 Distritos Administrativos no continente (*Lei* 1835), porém, trouxe consigo nova alteração, consagrada no Decreto de 12 de setembro que previa a criação de um distrito na Madeira e de dois Distritos nos Açores, coincidentes com as duas províncias anteriores (cf. o mapa em Decreto 1855: 318). Como anteriormente a 1833 o arquipélago era governado a partir da Ilha Terceira, pouco surpreende que os habitantes de São Miguel – e mais ainda da cidade mais populosa daquela que já no século XIX era a ilha com maior número de habitantes (cf. Rocha / Rodrigues 1983; João 1991: 27-31) não quisessem continuar a fazer-se governar desde o grupo central. Do ponto de vista histórico, entende-se alguma rivalidade (ou melhor algum 'bairrismo ilhéu' como o identifica pertinentemente João 1991: 241) entre as duas ilhas principais (mesmo que Nogueira 1894: 140-141 não queira acreditar nesta rivalidade).

Cremos que não foi possível observar em qualquer outra das obras pertencentes à literatura de viagens anglófona qualquer manifestação próxima da seguinte manifestação de uma rivalidade entre duas ilhas do arquipélago como se segue:

One soon learns never to accept as accurate the statements of any of the people concerning their sister islands. With a few notable exceptions, they are incapable of looking with unprejudiced minds, at the advantages possessed by their neighbors. Particularly is this the case at Fayal and San Miguel. A contest to secure foreign trade, and other circumstances, have conspired to make these two islands great rivals. When at Fayal, you are constantly told that there is not much of interest at San Miguel; that the Valley of the Furnas is somewhat attractive but very damp and uncomfortable, and that you can easily "do" the island in four or five days, so as to return and make Fayal your winter residence. Arriving at San Miguel you learn that Fayal is a dull sort of place, devoid of life or activity, or attraction of any kind, that its weather is apt to be very stormy and disagreeable, that Pico is not much of a mountain, and the Caldeira nothing to brag of. To see a newspaper or magazine article praising one island and not another puts some of them into an agony of mental suffering and calls down a shower of vituperation and abuse upon the stupidity and ignorance of the unfortunate writer (Weeks 1882: 151-152).

Tendo já sido identificada por João (1991: 241), a rivalidade mencionada pelo nosso autor tem, porém, nada a ver com a rivalidade histórica com as duas maiores ilhas do arquipélago (que podem, ou não, ser fruto de eventos históricos).

Aqui, Weeks manifesta conhecimento daquilo que facilmente poderá ser qualificado como 'bairrismo ilhéu', no sentido de habitantes de São Miguel e do Faial fazerem pouco cada um da ilha do outro.

Parece que hoje em dia a perspetiva específica do nosso autor americano (São Miguel vs. Faial) parece carecer de importância, uma vez que as viagens entre estas duas ilhas já não se fazem obrigatoriamente por barco, mas normalmente por avião.

Assim, um viajante americano que pretende viajar até São Miguel hoje pode (sempre dependendo do bom e efetivo funcionamento da SATA) evitar as escalas e viajar mais ou menos diretamente, ao passo que Weeks não podia deixar de começar o seu percurso pelas ilhas açorianas por uma escala no Faial...

4 CONCLUSÕES

No ano de 1882, duas editoras sediadas em Boston, Massachusetts, publicaram obras monográficas sobre viagens aos Açores, nomeadamente *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira* de Charlotte Alice Baker e *Among the Azores do jornalista Lyman Horace Weeks (1851-1942), que mais tarde viria a ser conhecido como genealogista e historiador. Esta última obra aqui apresentada é um livro de bolso encadernado em formato in-8º pequeno, que apresenta um total de 25 gravuras, cuja autoria não é explicada.*

Como Baker, também Weeks parte do pressuposto de não existir no mercado livreiro qualquer publicação recente sobre o arquipélago, pelo que pretende preencher este vazio com observações. Neste contexto parece evidente que a literatura sobre os Açores parece ter vindo ao encontro com alguma procura existente num mercado de livros e de viagens de lazer em que cabia um papel de destaque ao arquipélago açoriano.

Em larga medida, observa-se que Weeks, que apesar das suas origens modestas evidencia uma formação sólida em clássicas e em história, não se limita com Baker a observar, mas na maior parte das vezes chega a formular um juízo sobre as coisas e os comportamentos observados. Nesta medida, a sua avaliação parece algo menos dura do que a de alguns autores anteriores, mas na realidade o nosso autor nunca fica isento da postura de um intelectual protestante oriundo de uma das regiões mais desenvolvidas dos Estados Unidos.

Boa parte das observações de Weeks coincide, de uma forma ou outra, com as de Baker ou de outros autores – o que não surpreende uma vez que a realidade observada em intervalos tão próximos não podia deixar de coincidir de alguma forma.

No entanto, parecem de todo novas e próprias as suas observações sobre os cantares ao desafio, as manifestações de um independentismo açoriano tão precoce como irrealista, como ainda as manifestações de um 'bairrismo ilhéu', para variar não entre São Miguel e a Ilha Terceira, mas sim, entre São Miguel e o Faial, que na época constituíam os principais destinos do turismo açoriano para os Açores em finais do séc. XIX.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anglin, João Hickling (1966): «Livros estrangeiros sobre as ilhas dos Açores», em: *Colóquio: revista de artes e letras* 41 (dezembro de 1966), págs. 42-44.

Anglin, João Hickling (1958-1959): «*Nos Açores*», [tradução da obra «In the Azores» de Lyman H. Weeks], em: Insulana 14/1 (1958) págs. 83-124; 14/2 (1958) págs. 235-324; 15/1 (1959) págs. 49-91.

Baker, C[harlotte] Alice (1882): *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston; New York: Lee and Shepard, Publishers; Charles T. Dillingham.

CT (1903) = «John Wilson dead», em: *The Cambridge Tribune* 26/11 (Saturday, 16 May 1903), pág. 6.

Decreto (1832) = «Decreto n.º 28, de 4 de Junho, elevando o archipelago das Ilhas dos Açores á categoria de Provincia do Reino de Portugal», em: *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, Segunda Serie, Segunda Edição augmentada de muitos Diplomas, Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1836, págs. 174-176.

Decreto (1833) = «Decreto n.º 65, de 28 de Junho, sobre a divisão do territorio», em: *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, Segunda Serie, Segunda Edição augmentada de muitos Diplomas, Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1836, págs. 332-341.

Decreto (1835) = «Decreto de 12 de Setembro, Divisão do Territorio das Ilhas Adjacentes dos Açores e Madeira», em: *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, págs. 317-319.

Gravehunter (2015): «Memorial page for Horace Weeks (6 Sep 1823-28 Dec 1901)», em: *Find A Grave Memorial no. 144074139*, em: https://www.findagrave.com/memorial/144074139/horace-weeks (última consulta: 9 de março de 2018).

Guide (2013) = «Guide to the Lyman H. Weeks papers, ca. 1919-ca. 1934, MssCol 3261», The New York Public Library Manuscripts and Archives Division, in: http://archives.nypl.org/mss/3261 (última consulta: 9 de março de 2018).

[Higginson, Thomas Wentworth] (1860): «Fayal and the Portuguese», em: *The Atlantic Monthly: A magazine of literature, science, art, and politics* (November 1860), págs. 526-544.

Higginson, Thomas Wentworth ([1]1871): *Atlantic Essays,* Boston: James R. Osgood and Company.

HNMM (1882) = «Editor's Literary Record», in *Harper's New Monthly Magazine* 65/388 (September 1882), págs. 635-641.

João, Maria Isabel (1991): *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa: Edições Cosmos.

Kemmler, Rolf (2017): «Charlotte Alice Baker: *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira* (1882)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia / Chrystello, Chrys (eds.) (2017): *Atas 28.º Colóquio da Lusofonia, Ano 2017 Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, Açores,* CD-ROM (ISBN 978-989-8607-10-2), pasta 'CD', ficheiro 'atas.pdf', págs. 420-451.

Lei (1835) = «Carta de Lei, de 25 de Abril, pela qual Vossa Magestade, Tendo Sanccionado o Decreto das Côrtes Geraes de dezoito de Abril de mil oitocentos trinta e cinco, que, Determinando as Authoridades Administrativas que deve haver no Reino, sua Nomeação e Ordenados, authorisa o Governo a fazer provisoriamente a Divisão Administrativa do Reino, e os necessarios regulamentos, devendo ser tudo apresentado ás Côrtes na proxima seguinte Sessão; o Manda cumprir e executar como nella se contém, e na fórma acima expressada», em: *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, págs. 132-133.

Nogueira, J[oão] V[iegas de] Paula (1884): *As ilhas de S. Miguel e Terceira*, Lisboa: Administraçao do Portugal Agricola.

Rocha, Gilberta Pavão Nunes / Rodrigues, Vítor Luís Gaspar (1983): «A população dos Açores no ano de 1849», em: *Arquipélago: Série Ciências Humanas* Número Especial (1983), págs. 333-385.

Weber, Eric (2015): «Memorial page for Lyman Horace Weeks (28 Aug 1851-27 Oct 1942)», em: *Find A Grave Memorial no. 147439121*, em: https://www.findagrave.com/memorial/147439121/lyman-horace-weeks (última consulta: 9 de março de 2018).

Weeks, Lyman H[orace] (1878): «Among the Azores», em: *Appletons' Journal: A Magazine of General Literature* 5/4 (October 1878), págs. 347-354.

Weeks, Lyman H[orace] (1882): *Among the Azores*, Boston: James R. Osgood and Company.

[Weeks, Lyman Horace] (ed.) (1897, I): *Prominent families of New York, being an account in biographical form of individuals and families distinguished as representatives of the social, professional and civic life of New York City, M-DCCC-XC-VII*, New York: The Historical Company.

[Weeks, Lyman Horace] (ed.) (1898, II): *Prominent families of New York: Index*, New York: The Historical Company.

[Weeks, Lyman Horace] (ed.) (1898): *The American Turf: An historical account of racing in the United States, with biographical sketches of turf celebrities M-DCCC-XC-VIII*, New York: The Historical Company.

[Weeks, Lyman Horace] (ed.) (1905): *Automobile Biographies: An account of the lives and the work of those who have been identified with the invention and development of self-propelled vehicles on the common roads*, New York: The Monograph Press.

Weeks, Lyman Horace (1900): *The Other Side: A brief account of the development of industrial organizations in the United States and a study of the advantages that capital, labor and the consuming public derive from them*, New York: National Publishing Company.

Weeks, Lyman Horace (1907): *Book of Bruce: Ancestors and Descendants of King Robert of Scotland, Being an Historical and Genealogical Survey of the Kingly and Noble Scottish House of Bruce and a Full Account of its Principal Collateral Families, With Special Reference to the Bruces of Clackmannan, Cultmalindie, Caithness, and the Shetland Islands, and Their American Descendants*, New York: The Americana Society.

Weeks, Lyman Horace / Bacon, Edwin M[onroe] (comp.) (1911, I): *An Historical Digest of the Provincial Press: Being a Collation of All Items of Personal and Historic Reference Relating to American Affairs Printed in the Newspapers of the Provincial Period Beginning with the Appearance of The Present State of the New-English Affairs, 1689, Publick Occurrences, 1690, and the First Issue of the Boston News-Letter, 1704, and Ending with the Close of the Revolution, 1783, Masssachusetts Series, Volume one,* Boston: The Society for Americana.

Weeks, Lyman Horace (1916): *A History of Paper-Manufacturing in the United States, 1690-1916*, New York: The Lockwood Trade Journal Company.

14. RONALDO PINHEIRO ROCHA, ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, BRASIL

TEMA 1.1. PORTUGAL VENTUROSO

A transposição dos séculos XV para XVI foi tempo de felicidade perfeita na Lusitânia. Lusitânia dos intrépidos homens, nossos antepassados, a enfrentar, com bravura, os perigos e mistérios do mar Tenebroso, possivelmente na busca do que já lhe pertencia por direito consagrado no Tratado de Tordesilhas: a Ilha mítica chamada de "Hy Brazil". E não é por acaso que Portugal foi agraciado com esta Ilha encantada, que povoava o imaginário medieval como plaga abençoada. Abençoada não somente pela etimologia – Brasil tem origem Celta, "bress", derivada do Inglês: "to bless", abençoar. Nem abençoada, consoante se verificou mais tarde, por Nossa Senhora da Esperança. É que se dizia, com muita propriedade, à época: "Ultra equinoxialem non peccatur". Por óbvio, não se pode conceber pecado onde pureza e inocência são marcas indeléveis do espírito de seus habitantes.

Após várias e grandiosas conquistas além-mar, Portugal, do Tejo, presenciou a partida de um dos seus filhos mais ilustres, numa segunda-feira de 9 de março de 1500, em demanda de Calecute.

Para esta única missão, Pedro Álvares Cabral, rebento dileto da singular Belmonte, foi indicado por Vasco da Gama ao Rei Venturoso Dom Manoel. Devoto fervoroso de Nossa Senhora da Esperança, Cabral levou consigo a imagem da sua protetora com o Menino Jesus em seu braço esquerdo como a vaticinar, apontando para a pomba pousada no braço direito de Nossa Senhora, um possível porvir de paz e ventura para a nação de Camões, hoje, a irmanada comunidade lusófona. Mas... eis que, nessa senda e a meio caminho, Cabral contribuiu significativamente para assinalar o início da Idade Moderna ao ancorar em Porto Seguro de "Hy Brazil", julgando estar no espaço em que se situa atualmente Brasília, a Capital da Esperança, onde, para veneração, há réplica da imagem de Nossa Senhora da Esperança.

PORTUGAL VENTUROSO

Aqui estou, sentindo-me um lusitano das eras memoráveis e em estado de graça, na tradicional e encantadora Belmonte, berço de Cabral, acompanhado de minha esposa, Dra. Márcia Barreto Pinheiro Rocha, com quem já percorremos meio século de feliz consórcio. Acompanham-me também, nessa honrosa jornada, os meus amigos e confrades, os Acadêmicos Dr. José Carlos Gentili, Presidente de Honra Perpétuo da Academia de Letras de Brasília, Membro da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, com a sua esposa, a Juíza Federal Dra. Marilene Sampaio Gentili, e ainda com o Acadêmico de Letras de Brasília e Médico, Dr. Francisco de Melo Catunda Martins, Professor de Psicopatologia, autor de obras didáticas pertinentes à sua Cadeira. Sinto-me especialmente enaltecido por estas edificantes e nobres companhias. Agradeço sensibilizado a Chrys Chrystello, pelo convite para participar de tão auspicioso Colóquio da Lusofonia na pessoa de quem estendo as minhas homenagens aos ilustres membros da Mesa Diretora.

Senhoras, Senhores.

Apesar de variadas versões sobre o passado do nosso Planeta, com os temperos tendenciosos de quem o relata, o eixo central historiográfico é apenas um. Verdade única, que exclui narrativas imaginárias e, ainda que plausíveis à primeira vista, não resistem a conclusões silogísticas mais atentas quando comparadas estas narrativas a dados correlatos já pacificados. Deste eixo central historiográfico não se pode fugir porque da tradição se constrói o futuro.

Quando meritório, o passado de um povo reveste-o de pleno orgulho ufanando a pátria.
Dá-lhe o vigor necessário para combater os percalços, que, por vez, cruzam o caminhar.

Cristaliza a fé o suficiente para antever sua vitória.

Os louros pretéritos forjam a cultura de sereno destemor, de justificada satisfação e de inquebrantável esperança no perene progresso da nação que deixaremos aos nossos descendentes. Somos hoje os felizes e orgulhosos premiados com um gigantesco legado cultural e agimos agora, não só por desvelo, mas por obrigação, para acrescentarmos valores a serem transmitidos à vindoura geração. Nada, em nossa briosa história, aconteceu por acaso, por mera providência aleatória.

O milagre é acontecimento de plano contemplativo, que desabrocha na criação pela vontade superior e, por isso mesmo, indissociável da fé e da esperança. Em verdade, o milagre é efeito inexorável da certeza induvidosa de um prodígio futuro, prodígio este que se manifesta, de início, nas consciências como impossibilidade, mas que se estratifica no espírito fervoroso pela esperança de sua concretude invariavelmente conectada ao esforço material. Foi precisamente o que aconteceu em 22 de abril de 1500! Nesta data, Cabral foi protagonista do milagre de Nossa Senhora da Esperança ao ver, de sua gávea, petrificada a miragem, até então mítica, de novas terras, graças à mudança de rumo mais para ocidente, além do Bojador, guiado, por certo, pela inspiração de Nossa Senhora da Esperança, inspiração que nele se projetou como numa fusão eidética em autêntico fenômeno husserlneano.

Nunca é demais a lembrança.
Portugal é paradigma de feitos extraordinariamente admiráveis.
Belmonte, a fonte de luz que se espraiou por mares e terras, sob a liderança destemida de Cabral, para civilizar grande parte do Novo Mundo.

O período compreendido entre os Séculos XV e XVI assinalou eventos épicos, nunca dantes imaginados, em terras da Lusitânia. Lusitânia dos intrépidos homens, nossos antepassados, a enfrentarem com bravura os perigos e mistérios do Mar Tenebroso, inegavelmente para tomarem posse das terras que já pertenciam a Portugal por direito decorrente do Tratado de Tordesilhas de 1494: a Ilha Mítica chamada de “Hy Brazil”, situada aquém das 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

E não é por acaso que Portugal foi contemplado com esta Ilha encantada, que tanto povoava o imaginário medieval como um Éden abençoado. Abençoado não apenas pelo sentido etimológico – a palavra Brasil tem origem Celta, “bress”, derivada do Inglês: “to bless”, abençoar. Nem abençoado, conforme se verificou mais tarde, por Nossa Senhora da Esperança, única Santa, presente por sua imagem, no altar da Primeira Missa celebrada por Henrique Soares, de Coimbra, já naquela Plaga de encantamento.

“Hy Brazil” é território abençoado porque já se dizia, à época e com inteira propriedade, “Ultra equinoxialem non peccatur”. Ou seja, não existe pecado além do Equador, no espaço meridional. Por óbvio, não se pode conceber pecado onde simplicidade e inocência são marcas indeléveis do espírito de seus habitantes.

Assim, a afirmação de que a palavra Brasil decorre da madeira cor de brasa tem fonte popular menos erudita eis que posterior à ideação de terra abençoada. Brasileiros eram, inicialmente, os autóctones que extraiam toras da madeira rubra para os piratas que as traficavam para outras localidades internacionais. Brasilianos ou brasilienses seriam, em sentido estrito, os naturais de “Hy Brazil”. Entretanto, a expressão “brasileiros” consagrou-se, pela aceitação comum, para identificar os nascidos naquele eterno paraíso.

Após várias e grandiosas conquistas além-mar, Portugal, do Tejo, presenciou a partida de um de seus filhos mais ilustres, numa segunda-feira de 9 de março de 1500, em demanda de Calecute – Porto situado no sul da Índia, na costa de Malabar. Para esta única, auspiciosa e histórica missão, Pedro Álvares Cabral, militar de escol e rebento dileto da singular Belmonte, fora indicado por Vasco da Gama, com quem manteve prévia conversação, ao Rei Dom Manoel – o Venturoso. Devoto de Nossa Senhora da Esperança, Cabral levou consigo a imagem da sua protetora, a Madona que revela o Menino Jesus em seu braço esquerdo a apontar para a pomba pousada no outro braço maternal como a vaticinar mais um grandioso episódio épico e um porvir de bem-aventurança para a nação de Camões, hoje a irmanada comunidade lusófona.

Mas... eis que, nessa senda e a meio caminho, Cabral contribuiu significativamente para assinalar o início da Idade Moderna ao ancorar num porto seguro de “Hy Brazil”.

Neste porto natural, o Grande Navegador julgou estar na área geográfica onde se situa atualmente Brasília – conhecida como a Capital da Esperança – na linha limítrofe estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, posteriormente flexibilizado pelo de Madri, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777, que acresceram o espaço geográfico em razão do princípio da captação territorial pelo seu uso prolongado, sob a expressão latina: “Uti possidetis, ita possideatis”. Assim, tal qual a “Utopia”, conforme expressão cunhada por Thomas More, em sua obra de 1516, abriu-se exceção para transformar um lugar imaginário “Hy Brazil”, num topos, todavia, sem retirar-lhe o encantamento.

Que a fé promove prodígios inimagináveis, não restam dúvidas! E não é por mero capricho dogmático que o Brasil é regido sob a bênção e proteção de Nossa Senhora e que a tem por padroeira, expondo a réplica de Nossa Senhora da Esperança, permanentemente visível em lugar de destaque, na Catedral de Brasília para veneração de todos nós.

E, por falar em esperança, vale aqui o que disse Aristóteles há quatrocentos anos antes de Cristo:
“A esperança é o sonho do homem acordado”.

Sobre esperança também se pronunciou o Padre Antônio Vieira:
"A esperança é a mais doce companheira da alma!".

Vivemos atualmente uma também magnífica esperança. A de que podemos realizar, forjada na fé e na graça de Nossa Senhora da Esperança e num trabalho de vigor cabralino, a difusão da Língua Portuguesa pelos rincões mais distantes da Terra como um segundo idioma de cada nação a exemplo da Língua Inglesa. E temos quantidade e qualidade para tal desiderato. Necessitamos apenas de planejamento, organização e apoio da comunidade lusófona para disseminar pelo mundo as Academias de Cultura Portuguesa.

Por certo e para rematar, cito Luís de Camões, onde, do pináculo do seu engenho, canta as proezas dos lusitanos, que, como ele, tendo naufragado no Rio Mekong, conseguiu salvar "OS LUSÍADAS", tesouro épico que o manteve na esperança de com ele nos presentear. Nessa relíquia, relata-nos assim:

"Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta."

Cabral, em sua andança marítima mais a oeste, a subjugar Netuno e, com sua ação bélica na Índia, não teria sufocado Marte?

Neste relato de 1572, na Terceira Estrofe do Canto Primeiro, pensamos que sim!

E, inspirado em Camões, dizemos nós:

ODE A CABRAL DE BELMONTE, Ronaldo Pinheiro Rocha

I

Por basta glória conquistada que se conte,
De heroicos feitos dos filhos de Belmonte,
Viceja sempre os de Cabral, com pujança,
Na fé em Nossa Senhora da Esperança.

II

E ao encantar Brasil, no poente horizonte,
Ainda que flame a saudade de Belmonte,
O Almirante, sobre o mar trevoso, avança,
E, com as bênçãos da Madona, a Índia alcança.

III

Vai, lépido, o luso intrépido, a Calecute.
Vence revolta. Nada há que desaponte!
Finda a missão, preterição é sua herança.

IV

Mais não precisa! Portugal repercute
O feito de Cabral, eterno em Belmonte,
No peito terno da Fada-Mãe da Esperança!

Muito obrigado.

15. SUSANA TELES MARGARIDO, ESCRITORA, S MIGUEL, AÇORES. AUTORA INFANTOJUVENIL HOMENAGEADA NO 3º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE, AICL

TEMA 2 APRESENTA, O MUNDO PERDIDO DE TIMOR-LESTE", LIVRO INFANTOJUVENIL DE RAMOS-HORTA E PAT RICH-VICKERS

Considero-me uma privilegiada por receber o convite do Chrys, para apresentar este conto infantil, escrito a duas mãos, sendo que apenas um dos nomes me é familiar; é familiar a todos nós: **José Ramos Horta**.

No entanto, não posso deixar de vos apresentar a sua companheira de escrita Patrícia Rich, uma paleontóloga australiana e ornitóloga, de origem americana. Nasceu e foi educada nos Estados Unidos. Tem um Bacharelado em paleontologia, na Universidade de Berkeley e um mestrado em geologia e doutoramento na Universidade da Colúmbia. Migrou para a Austrália em 1976, onde enveredou numa sucessão de cargos académicos na Universidade de Monash, em Melbourne. Tem publicado vários livros premiados sobre ciência popular. E inúmeros artigos em revistas científicas.

O ilustrador, deste livro, é o artista Peter Truslerf, que faz ilustrações desde criança. O seu estilo é muito amplo vai desde o científico ao abstrato, do gráfico de computador ao desenho animado. Algumas das suas obras podem ver-se nos murais da *National Geographic Society* em Washington, no Museu de História Natural em Londres, e no muro de *David Attenborough.* Peter têm doutoramento em Ciências da Terra e do Meio Ambiente num trabalho de reconstrução detalhada de uma megafauna antiga da Austrália e um olhar detalhado de como a arte da paleocultura só pode ser realizada por uma compreensão profunda do mundo moderno e uma profunda compreensão do registo de rocha que preservou o material fóssil em que ele estava respirando a vida.

José Ramos Horta, atual Ministro **de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional do governo da RDTL foi***:*
Presidente da República Democrática de Timor-Leste (2007 - 2012)
Primeiro-ministro e Ministro da Defesa (2006-2007)
Vice-Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (2002-2006)
Membro do Gabinete, Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste - UNTAET (2000-2002)
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comunicação no 1º Governo proclamado em dezembro 1975 após a Declaração Unilateral de Independência de Timor Leste, Porta-voz da Resistência (1975-1999).
- Presidente do Painel de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU,
- Copresidente da Comissão Independente Multilateral (Reforma da ONU).
- Representante Especial do Secretário-geral da ONU e Chefe da Missão Integrada da ONU de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau
- Vice-Presidente do Conselho Asiático de Paz e Reconciliação
Está sobejamente documentada a dedicação e o empenhamento de Ramos-Horta na proteção e promoção dos Direitos Humanos que não se limita nem se limitou ao seu próprio país, Timor-Leste.
Tem uma vasta Vida Académica
Com vários diplomas em diferentes áreas, mas com particular incidência nas relações internacionais
É membro honorário, assistente e professor convidado em conhecidas universidades mundiais
Tem mestrado e doutoramento em estudos da Paz
É Membro de vários importantes organismos internacionais
Para além das línguas-mãe Tétum e Português, fala fluentemente Inglês, Francês e Espanhol.
Recebeu vários Prémios, nomeadamente:
Ordem de Timor-Leste (2012)
Ordem de Dom Boaventura (2006)
Prémio Nobel da Paz (1996)
Ordens Honoríficas de Portugal, Brasil, Cuba e Cabo Verde
Tem vários Prémios Internacionais e tem, também, diversos Livros e outras obras publicadas

Agora, um novo desafio vem preencher a curiosidade dos leitores mais pequenos, das crianças, através de um conto infantil de caráter lúdico-pedagógico sobre o surgimento da ilha de Timor. Tal como o título sugere, «*O mundo perdido de Timor-Leste – Um rapaz e um crocodilo viajam através dos tempos*», trata-se de uma viagem no tempo, através de milhares de anos… até aos primórdios da formação da terra, onde o ser humano ainda não existia.

Logo na apresentação da obra, José Ramos Horta, fala-nos de dois companheiros lendários: um menino e um crocodilo e apela à imaginação do pequeno leitor de forma direta: «*Vamos imaginar que eles continuam as suas viagens fantásticas ao passado, à procura dos primórdios da nossa encantadora ilha».* É neste momento que a criança começa a imaginar outros mundos. Terá de sair da realidade e entrar noutra dimensão; na fantasia. Vai ter de deixar o século XXI, com a televisão, o telemóvel, a internet… e viajar através vários milhões de anos.

Não posso deixar de chamar a atenção para algo que noutras ocasiões já fiz referência:

> «*A principal e fundamental finalidade da literatura infantil é a de desenvolver, na criança, o gosto pela leitura, o prazer perante a criação de universos de ficção. Tem também a tarefa de introduzir as palavras no mundo mágico da criança, possibilitando-lhe não só percebê-las e usá-las, como também usufruir delas no contexto da imaginação.*
> *A literatura infantil procura exprimir aspetos da realidade através de um sistema de representações, quase sempre com apelo à fantasia*». (STM)

Embora o caráter pedagógico esteja patente ao longo de toda a obra, a ficção vem dar o tempero lúdico ao conto, começando com uma amizade improvável entre um rapaz e um crocodilo, baseada numa lenda timorense. O rapaz salvou o crocodilo, mas não é explicado o "como" e o "porquê" ficando esta parte à responsabilidade da imaginação do leitor. A ação produtiva do leitor consiste em preencher os espaços vazios criados para que possa perceber a pluralidade de sentidos do texto. O texto literário comporta sempre uma parte "não-escrita", ou seja, campos por descobrir que estimulam a ação do leitor. O texto pode, assim, exercer uma influência considerável na imaginação do leitor.

Umberto Eco, refere na sua obra «*Leitura do Texto Literário*» que um texto está repleto de "espaços em branco" para deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, ainda que habitualmente deva ser interpretado com uma margem suficiente de univocidade: «*um texto quer que alguém o ajude a funcionar*» (ECO, 1993: 55); e acrescenta «*um texto é emitido para que alguém o atualize – mesmo quando não se espera* (ou não se deseja) *que esse alguém exista concreta e empiricamente*» (ECO, 1993: 56).

Este (nosso) crocodilo, que poderia ser uma figura terrífica, revela-se amistosa e sábia, pois é ele que explica ao rapaz a evolução do planeta ao longo da História, em particular a formação de Timor-Leste. Aliás, numa das ilustrações pode observar-se a ternura e a cumplicidade das duas personagens – o menino com o braço por cima do crocodilo, a olharem para o infinito. Esta relação só pode, de facto, ter lugar nos chamados contos maravilhosos, onde tudo é possível, onde todos os sonhos parecem concretizarem-se. É esta a grande vantagem dos contos maravilhosos! O inexplicável, o sobrenatural, a magia e o mistério são componentes imprescindíveis. No mundo do maravilhoso, todos os seres podem ter vida e movimentarem-se por leis de encantamento e de magia. Neste caso, há a metamorfose de um animal, que adquire caraterísticas humanas: a linguagem e os sentimentos.

Este conto começa como a maioria dos contos maravilhosos *«Num tempo longínquo.»* Passa de seguida para um diálogo entre o narrador e o leitor: *«Imagina poder ir de Timor até Lombok sem precisar de um navio».* Mostra ao leitor as dificuldades dos povos inicialmente nómadas e depois sedentários, as adversidades que tinham de enfrentar quando ainda não havia fogo e os seus medos dos trovões e relâmpagos. Isto permite que a criança se familiarize com os problemas da vida e que perceba que todos têm medos. É mais uma entre muitas a vantagem da literatura: criar mecanismos que preparem a criança para refletir sobre a realidade.

Conhecer algumas das adversidades da vida através da leitura de contos não será a solução de todos os problemas. No entanto, como eles atuam também no inconsciente, podem ajudar a criança a perceber ou a resolver melhor determinados conflitos, através da aproximação às personagens.

A criança nasce ávida de descobertas e assimila tudo o que possa estimular a sua criatividade. Compete aos adultos oferecerem-lhe recursos para que essas necessidades possam ser satisfeitas, de uma forma semelhante aos alimentos que as tornarão fortes e saudáveis. Os contos maravilhosos tornam-se, deste modo, essenciais para que a criança consiga, através da imaginação, aproximar-se da realidade. A dicotomia, que divide as personagens em boas ou más, belas ou feias, fortes ou fracas, facilita a compreensão de certos valores básicos da conduta humana ou do convívio social. O "maravilhoso" é constituído por situações que ocorrem fora do nosso entendimento, do espaço e do tempo ou em local vago ou indeterminado. Estes fenómenos não obedecem às leis naturais, mas são aceites no contexto em que se inserem: a ficção.

Este rapaz não tem nome: é "o Menino!" A presença de personagens crianças nas histórias infantis como protagonistas é de extrema importância e essa importância revela-se sobretudo no facto da criança se ver representada ou simbolizada na ficção, permitindo-lhe criar um maior interesse pela leitura. As comparações que as crianças fazem entre os seus problemas e os temas dos contos, têm sido facilitadas pela não-especificidade do tempo e do lugar e a identificação com as personagens, por vezes, é ajudada, precisamente, pela ausência de nome próprio.

Temos nesta obra momentos de magia e um tempo não especificado… cito, «*Envoltos em magia, o menino e o crocodilo viajaram no tempo*».
A conceção espacial, nos contos infantis, assim como a temporal apresentam uma indefinição em virtude do caráter mítico assumido pela narrativa, uma vez que toda a construção mítica não se submete à coerência caraterística do pensamento lógico. A convivência, porém, entre o mundo mágico e o real é possível, já que no universo do mito não há separação entre os dois mundos. No entanto, a indefinição não representa a ausência, pois o desenvolvimento da história depende das ações praticadas pelas personagens, as quais só podem ser realizadas num enquadramento espaciotemporal.

Outro aspeto que destaco neste conto - para além do rapaz não ter nome -, é a ausência de afinidades com outras pessoas, nomeadamente com familiares. O único relacionamento que este rapaz tem é com um animal. Foi, assim, criado um espaço que permite a comunhão com a natureza, ao longo dos tempos, o encontro com a solidão e o isolamento em relação aos adultos comuns. Neste mundo só existe o rapaz e o crocodilo.

A ausência de outras personagens permite que o leitor se concentre nestes dois protagonistas e atinja a mensagem mais facilmente: e a mensagem é…. conhecer a formação de Timor Leste. Ao mergulharem nas «*profundezas daquele imenso mar*» o rapaz adquire uma caraterística sobrenatural: consegue viajar sem respirar. Temos, de novo aqui, um momento de magia. Como se um ser maravilhoso (tipo uma fada) lhe desse um poder que lhe permite suster a respiração por tempo indeterminado. Encontramos, também, momentos poéticos… «*Os lírios do mar têm braços que ondulam ao sabor das correntes*» …, MAS este momento é interrompido por um momentâneo regresso ao presente em que o rapaz diz: «*Eu vi coisas como estas rochas junto à torre da Telecom».*

Nesta obra destaca-se a importância de diversas ciências: a geografia, a geologia, a biologia – no que respeita à fauna e á flora marítimas - a astronomia e a História (da formação do planeta). Tudo isto a par com a magia de se viajar no tempo, de não respirar, de se ser amigo de um animal feroz. Mas o final é um dos momentos mais mágicos, na minha opinião, obviamente, de toda a história:

O crocodilo deitou-se, feliz, para descansar, após a grande incursão no tempo, o menino também estava muito feliz pelo que aprendera, pois passara a compreender a sua Ilha Natal e o seu povo, então…. Cumprida a missão… o crocodilo transforma-se em ilha. A amizade permanecerá, já não pelo animal – que desaparece -, mas por aquilo em que ele se transformou… Um PAÍS.

Parabéns, Dr. Ramos Horta e obrigada por nos dar a possibilidade de conhecer melhor a formação de Timor-Leste.

ÍNDICE GERAL 30º

REVISTA COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

#30 ANO 2018
REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA
ISSN 2183-9239 EM LINHA ISSN 2183-9115 DVD
EDIÇÃO CHRYS CHRYSTELLO ©2001-2018

PROJETO DO ANUÁRIO / ANTOLOGIA DOS COLÓQUIOS

Dentre as conclusões do 13º colóquio da lusofonia (Florianópolis 5-9 abril 2010) salienta-se a 22ª:

Malaca Casteleiro sugeriu que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se um/a Anuário/Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato de papel, selecionadas por um júri científico a nomear. Analisada esta proposta e dadas as muitas centenas de trabalhos apresentados ao longo destes anos e constantes das Atas/Anais, sugeriu-se o seguinte:

1º. Nomear Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro e Ângelo Cristóvão representando as três Academias, para o júri científico que irá analisar as obras a publicar em Anuário/Antologia.
2º. A fim de evitar trabalho excessivo por parte dos membros do júri, o Presidente da Comissão Executiva, com o apoio dos escritores Cristóvão de Aguiar e Vasco Pereira da Costa fez uma seleção prévia das mais de 600 apresentações de trabalhos para enviar ao júri, que deliberou quais as obras merecedoras de constarem, pelo seu valor científico e outros, na referida Antologia/Anuário.
3º. Designa-se como editor da obra a Calendário das Letras (Francisco Madruga) que preparará a edição em escrita unificada de acordo com o 2º protocolo modificativo do Acordo ortográfico.
4º. O custo da edição será suportado pelas entidades que assinaram protocolos com os colóquios mais a Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega da Língua Portuguesa, sendo uma edição conjunta dos Colóquios da Lusofonia com a chancela daquelas duas Academias.
5º. A edição e distribuição no Brasil poderiam ser efetuadas pela própria Academia Brasileira a fim de evitar custos de transporte.
6º. A distribuição em Portugal e Galiza da obra editada ficaria a cargo da editora e das entidades com as quais os Colóquios têm convénio de cooperação, as quais teriam o respetivo crédito na capa/contracapa da obra.
7º. A obra seria publicamente divulgada num dos próximos colóquios
8º. Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia capaz de selecionar entre mais de seiscentas obras apresentadas desde o 1º ao 13º colóquio para constarem da publicação do Anuário/Antologia representativo da variada gama de temas e subtemas em discussão ao longo dos anos decidiu-se:
    a. Excluir da pré-seleção de 132 trabalhos todas as obras que foram objeto de publicação em Atas/Anais na forma de livro.
    b. Incluir apenas as que ainda não haviam sido publicadas em Atas/Anais na forma de livro
    c. Foram critérios primários de seleção a escolha de obras que pudessem refletir a variedade de temas em debate e a orientação geral dos colóquios da lusofonia relativamente a TRADUÇÃO, LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA, ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA, AÇORIANIDADES E INSULARIDADES, AUTORES AÇORIANOS, LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E SEU RELACIONAMENTO COM CRIOULOS E OUTROS IDIOMAS
    d. Nenhum autor poderia ter mais do que um trabalho na seleção final
    e. Os temas apresentados teriam de ser inovadores ou revelar facetas menos conhecidas e divulgadas dos temas que debatiam nos anos em que não se publicaram Atas em livro.
    f. Cada colóquio teria de ter, pelo menos, uma obra selecionada entre as que foram apresentadas
    g. Os temas apresentados deveriam poder servir para divulgar o caráter abrangente das nossas temáticas e das nossas preocupações com a preservação e fortalecimento da língua portuguesa falada e trabalhada em todos os pontos do mundo, independentemente de ser língua oficial desses países ou comunidades
    h. Findo este processo escolheram-se 25 autores e obras para publicar numa versão em papel do Anuário/Antologia, que propusemos às 3 Academias da Língua Portuguesa.
9º. Posteriormente e dados os custos elevados da edição a direção da AICL decidiu não publicar e colocar duas versões em linha no portal www.lusofonias.net, uma completa e outra, uma edição reduzida com as obras selecionadas que era a versão que se queria editar em papel. Em 2016 decidimos colocar ANUÁRIOS organizados por ano. Esta é a versão completa do ano de 2018.

O Presidente da Direção - AICL, Colóquios da Lusofonia,
J. CHRYS CHRYSTELLO

ÍNDICE GERAL 30º

30º COLÓQUIO DA LUSOFONIA

1. ADRIANA MENEZES
2. ÁLAMO OLIVEIRA
3. ALEXANDRE BANHOS
4. CAROLINA CORDEIRO
5. CHRYS CHRYSTELLO
6. DOM CARLOS F XIMENES BELO
7. EDUARDO BETTENCOURT PINTO
8. FREDERICO CARDIGOS
9. GERALDO MENEZES
10. HELENA ANACLETO-MATIAS
11. JOSÉ ANDRADE
12. KATHARINE F. BAKER
13. LUCIANO J DOS SANTOS PEREIRA
14. MANOEL TOMAZ (GASPAR DA COSTA)
15. MARIA DE LOURDES CRISPIM
16. MARIA FRANCISCA XAVIER
17. MARIA JOÃO RUIVO
18. PEDRO PAULO CÂMARA
19. ROLF KEMMLER
20. SÉRGIO REZENDES
21. VICTOR RUI DORES
22. VILCA MARLENE MERÍZIO

ÍNDICE GERAL 30º

2. 30º COLÓQUIO DA LUSOFONIA

1. ADRIANA MENEZES
2. ÁLAMO OLIVEIRA
3. ALEXANDRE BANHOS
4. CAROLINA CORDEIRO
5. CHRYS CHRYSTELLO
6. DOM CARLOS F XIMENES BELO
7. EDUARDO BETTENCOURT PINTO
8. FREDERICO CARDIGOS
9. GERALDO MENEZES
10. HELENA ANACLETO-MATIAS
11. JOSÉ ANDRADE
12. KATHARINE F. BAKER
13. LUCIANO J DOS SANTOS PEREIRA
14. MANOEL TOMAZ (GASPAR DA COSTA)
15. MARIA DE LOURDES CRISPIM
16. MARIA FRANCISCA XAVIER
17. MARIA JOÃO RUIVO
18. PEDRO PAULO CÂMARA
19. ROLF KEMMLER
20. SÉRGIO REZENDES
21. VICTOR RUI DORES
22. VILCA MARLENE MERÍZIO

1. ADRIANA MENEZES, COLÉGIO DA LAGOA FLORIANÓPOLIS STA CATARINA BRASIL, AICL

TEMA 2.3. DESENVOLVENDO VALORES POR MEIO DAS FÁBULAS AÇORIANAS

1. Introdução

O presente estudo sobre a fábula e seus valores, com suas implicações em Portugal e no Brasil, a partir de revisão bibliográfica, pretende se constituir em elemento de reflexão e de formação, enquanto norteador do processo de ensino aprendizagem nas escolas de educação básica da rede privada do município de Florianópolis, mais especificamente no Colégio da Lagoa. A Fábula é aqui entendida como espelho da sociedade com suas desumanidades e opressões.

A pesquisa foi referenciada em material bibliográfico produzido em Portugal e no Brasil, com inserção no universo fabulístico e estabelecimento de conexão com as nossas raízes portuguesas. Para promover o estudo, foram referenciadas a acolhida das fábulas em Portugal e destacada a importância de se conhecer o gênero naquele país. Da análise do referencial bibliográfico, se verificou a importância dos autores clássicos e o estabelecimento de suas marcas na composição do gênero.

No desenvolvimento do trabalho de pesquisa, utilizou-se como recurso pedagógico, em sala de aula, o ensino da literatura com auxílio do gênero fábula, onde a oralidade e o imaginário foram elementos que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da leitura, escrita e dos preceitos morais e éticos que se consolidam nas narrativas. Aos grupos de alunos que se integraram ao trabalho, foram apresentadas as fábulas como pequenas narrativas literárias, que são transmitidas através de linguagem simples, mensagens moralizantes relacionadas e atribuídas ao nosso cotidiano.

Todas as atividades didáticas se deram através da ludicidade, recriando a realidade com ilustrações diversas, incluindo peças teatrais, e demais composições como prosa ou verso, contribuindo para a formação e o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos envolvidos. O estudo procurou desenvolver habilidades cognitivas nos estudantes que se integraram à pesquisa, com o estudo das fábulas, estimulando valores como ponderação, esforço, resiliência, autonomia e perspicácia.

2. A fábula em Portugal

Ao estudarmos as fábulas em Portugal, levamos em consideração os estudos desenvolvidos por Luciano Pereira, e seu contributo para a caracterização da fábula literária. Na lição de Pereira (2007:29):

"Basicamente a fábula é constituída por uma narrativa elementar, extremamente breve e econômica, não raras vezes reduzida ao mínimo essencial: duas personagens e uma acção, tal como os títulos sempre evidenciam (A cigarra e a formiga, leia-se: A cigarra versus a formiga, onde a preposição e ou versus deve ser entendida como o predicado de acção mais apropriado à relação de oposição entre estes dois elementos, por exemplo: a formiga critica a cigarra."

O trabalho do pesquisador teve seu fundamento em textos dos bestiários franceses do Século XII e da literatura medieval, com a catalogação de um extenso universo de fábulas e a distinção de uma grande multiplicidade de olhares acerca do fenômeno literário.

A obra de Pereira nos permite revisitar as fábulas ainda existentes no nosso imaginário. Com o estudo das fábulas de La Fontaine, o autor constata a imperiosa necessidade de um conhecimento mais amplo do gênero em Portugal, mormente por intermédio dos manuscritos e das obras antigas de Esopo e Fedro.

Pereira (2007:151) assinala ainda que *a fábula é apenas um dos gêneros literários em que as influências estrangeiras, sobretudo a francesa, se fazem sentir. As inúmeras traduções e adaptações contribuem deveras para revitalizar a nossa criação literária".*

La Fontaine, que viveu no século XVII, influenciou de forma destacada a produção portuguesa das fábulas. Segundo Tulchinski (2005:48), o autor era francês, filho de pais burgueses. Com o apoio da nobreza, dedicou-se à literatura, "e*screvendo poesias e fazendo adaptações de comédias. Porém, foram as Fábulas, escritas em verso e reunidas em doze livros, publicados entre 1668 e 1694, que o tornaram conhecido no mundo inteiro."* Os portugueses Curvo Semedo e Filinto Elísio são os maiores responsáveis pela recepção dos escritos do autor.

Nos séculos seguintes, obras de excelência surgem no contexto da criação literária. Pereira organiza didaticamente a história da evolução do gênero em Portugal, inserindo o gênero na produção do continente europeu. Para o autor, as literaturas de países como França, Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha constituem-se em interlocutoras diretas da literatura portuguesa.

Ao se debruçar sobre o tema, o professor destaca a importância dos autores clássicos medievais e renascentistas, que deixaram suas marcas na composição do gênero. No desenvolvimento da sua pesquisa, Pereira analisa detidamente as fábulas literárias de maior relevância e sucesso junto ao povo português a partir do Século XVIII. Utiliza para as suas análises, as versões portuguesas publicadas em livros e manuais escolares.

As fábulas de maior relevância, dentre os livros de La Fontaine, são a Raposa, o Lobo e o Leão, sendo que o autor elege a raposa e o lobo como as mais portuguesas das fábulas conhecidas. Fala ainda da compreensão do processo fabulístico em geral e em especial do português, com a sua grafia, musicalidade e colorido, dentro de um vastíssimo contexto cultural.

O autor preocupa-se ainda em abordar as fábulas nas literaturas modernas, o processo de renovação do gênero e a sua importância universal. No contexto da obra, Pereira contribui para o esforço da caracterização do imaginário português, e em particular, paras os estudos das conotações culturais dos atores fabulísticos principais: a raposa, o lobo e o leão.

Já no contexto brasileiro, ao abordar as lendas, Ruth Guimarães (s.d.: 07) assevera que *"a maioria das estórias são variantes dos contos recolhidos também na tradição oral e belamente recontadas por Grimm, Andersen, Perrout, que, há um século atrás, já sabiam o que convinha à criança".*

Ao tratar das estórias contadas no Brasil, a autora esclarece que *"a maioria* [...] *dos contos tradicionais do Brasil é de procedência europeia, veio através de racontos orais do português descobridor e colonizador. Temos, porém, ainda as lendas ameríndias e as africanas."*

Na fábula A raposa e o Corvo, transcrita na obra *365 Fábulas da Vovozinha*, os textos são traduzidos e adaptados por Salerno e Nuno, (2014:49)*: "Um corvo descansava num galho de árvore com um queijo no bico quando uma raposa o viu e, muito esperta, pediu que ele cantasse. Vaidoso, o corvo abriu o bico para cantar...e deixou cair o queijo no chão, que logo foi abocanhado pela raposa."* A moral da história é que não se deve envaidecer do que se sabe e reparar sempre no que se faz.

Ainda no Brasil, Antunes (2003:11) explica

"[...] *especialistas em teoria da comunicação compararam o efeito sobre a memória humana de um texto proposto de forma séria, carrancuda, 'antisséptica' e sem concessões ao humor para um grupo, e de um texto de igual profundidade e conteúdo proposto para grupo análogo, mas apresentado de forma leve, irônica, carregada de humor e sarcasmo. O resultado surpreendeu: após algum tempo, a memória guardava com bem mais expressiva intensidade tudo quanto chegara de forma emocional e humorada do que aquilo que chegara envolvido pela rigidez seca do texto direto".*

Ainda para o mesmo autor,

"Comunicadores de massa preferem sempre enviar suas mensagens pelos caminhos da emoção, pelos ganchos da anedota, pela lembrança de um caso. Estes profissionais evitam abordagens extremamente explícitas, maquiando ou camuflando suas mensagens mediante o fascínio da emoção, o encanto do riso, a surpresa de um final inesperado".

Não poderíamos falar da produção fabulística brasileira sem citar Monteiro Lobato. O escritor teve a sensibilidade de perceber que faltavam histórias para os meninos e meninas do Brasil, que fossem ambientadas em nossos cenários. O que havia eram histórias universais, cujos textos eram traduzidos. Lobato cria, em 1920, o Sítio do Pica-Pau Amarelo, com seus criativos personagens, e recorta as fábulas de La Fontaine e Esopo, as aventuras de Peter Pan, Dom Quixote e muitos outros.

Esses textos fabulísticos são recontados por Dona Benta aos personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo. As narrativas são breves e sempre transmitem uma lição, abordando aspectos da natureza humana, como a inveja, as injustiças, a astúcia e o orgulho. Os bichos personagens são possuidores de voz e de emoção, interagindo e conversando com gente de verdade.

Lobato (2008:84), na famosa fábula "O lobo e o cordeiro", cuja lição diz que contra a força não há argumentos, nos conta que o cordeiro bebia num córrego, quando aparece o lobo esfomeado. O lobo, desejando devorá-lo, pergunta porque turvou a água, sendo que o cordeiro responde que não poderia ter feito isso, pois ela corria do Sr. Lobo para ele. O lobo então argumenta que o cordeiro teria falado mal dele, no ano anterior. O cordeiro responde que não poderia ser verdade, pois nasceu naquele ano. O lobo, confuso, afirma, finalmente, que se não foi ele, foi seu irmão. Mas o cordeiro contesta, informando que era filho único. Para que sua força prevalecesse, o lobo atribui o ato de falar mal dele ao pai ou avô do cordeiro, e o ataca.

Com toda a sua força criativa, Lobato (2008:85) estabelece um diálogo bem-humorado entre seus personagens, acerca da fábula referida:

"- Estamos diante da fábula mais famosa de todas – declarou Dona Benta. – Revela a essência do mundo. O forte tem sempre razão. Contra a força não há argumentos.
- Mais há esperança! - berrou Emília. – Eu não sou forte, mas ninguém me vence. Por que? Por que aplico a esperteza. Se eu fosse esse cordeirinho, em vez de estar bobamente a discutir com o lobo, dizia: "Senhor lobo, é verdade, sim, que sujei a água deste riozinho, mas foi para envenenar três perus recheados que estão bebendo ali embaixo'. E o lobo, já com água na boca: 'Onde?'. Eu eu, piscando o olho: 'Lá atrás daquela moita!'. E o lobo ia ver e eu sumia...
-Acredito – murmurou Dona Benta. – E depois fazia de conta que estava com uma espingarda e pum! na orelha dele, não é? Pois fique sabendo que estragaria a mais bela e profunda das fábulas. La Fontaine a escreveu de um modo incomparável. Quem quiser saber o que é obra-prima, leia e analise a sua fábula do lobo e do cordeiro..."

Dentro do estudo da Fábula Literária, nos detivemos na reflexão sobre a sua importância para a formação dos alunos, ao nortear o processo de ensino aprendizagem nas escolas de educação básica da rede privada do município de Florianópolis, mais especificamente no Colégio da Lagoa.

Abordaremos agora a aplicação da pesquisa, realizada em sala de aula.

3. Como se deu o desenvolvimento das Fábulas no ambiente escolar

Dentro do processo de realização da pesquisa, se buscou envolver todos os alunos do quarto ano "C" do Ensino Fundamental, possibilitando a construção de uma abordagem criativa ao se trabalhar com as fábulas mais conhecidas na literatura ocidental.

Inicialmente se destacou a importância de se prestigiar a literatura infantil e se estabeleceu um roteiro de trabalho para as leituras das fábulas, buscando explorar a capacidade de diálogo e de interação entre os estudantes. Os alunos foram instados a perceber a sala de aula como lugar do texto fabulístico, onde acontece o encontro dos pequenos leitores com as narrativas que encantam o imaginário infantil.

Nas leituras, foram evidenciadas a riqueza de detalhes dos textos, discutidas e estimuladas a interpretação e a compreensão das mensagens emanadas. Na contextualização do trabalho realizado, os alunos foram informados sobre o trabalho de pesquisa acerca das fábulas em Portugal e no Brasil, e da influência europeia na formulação dos textos, sendo-lhes estimulado o exercício da imaginação e a necessidade de comporem cenários dentro de suas percepções infantis.

Como Coordenadora Pedagógica, busquei mediar os recursos do texto, escritos e imagéticos, perseguindo, ao final, um sentido, depois do debate entre os alunos e a exposição de suas percepções sobre o tema.

Os trabalhos desenvolvidos em sala de aula, com horas-aula de 50 minutos, se deram da seguinte forma:

1ª Aula - Contextualização da Pesquisa, apresentação, leitura e discussão das fábulas.
2ª Aula - Desenvolvimento, por parte dos alunos do seu próprio texto fabulístico, de imagens relacionadas e/ou de relatos acerca do que aprenderam com a atividade desenvolvida na 1ª aula.
3ª Aula – Continuidade e conclusão dos trabalhos de construção dos textos.
4º Aula – Orientações para elaboração de um varal literário em sala de aula.
5º Aula – Disposição final dos textos em varal literário disposto em sala de aula. (No dia 15 de setembro de 2018, essa atividade integrará a 13ª MICLA – Mostra Interdisciplinar do Colégio da Lagoa).

Com o desenvolvimento do trabalho proposto, os alunos puderam conhecer um pouco mais das fábulas, formular hipóteses sobre os temas apresentados, conhecer o significado de novas palavras da Língua Portuguesa e perceber a leitura como instrumento que lhes pode auxiliar na resolução de problemas. A metodologia empregada estimulou ainda o desenvolvimento de atitudes interacionais e a troca de experiências entre os alunos. A atividade desenvolvida em sala de aula possibilitou a utilização das fábulas como recurso pedagógico para o aprendizado das crianças e permitiu trabalhar a atividade motora e artística dos alunos.

Foram apresentadas para os alunos, as Fábulas originais ou adaptadas de Esopo: "A Cigarra e a Formiga", "A Lebre e a Tartaruga", "A Raposa e as Uvas", "A Assembleia dos Ratos". E ainda as Fábulas originais ou adaptadas de La Fontaine: "A Raposa e o Galo", "O Corvo que Quis Imitar a Águia", "A Galinha dos Ovos de Ouro", "O Leão e o Camundongo". A originalidade do trabalho se evidenciou na intenção didática, com o uso da criatividade nas situações apresentadas, uma vez que possui intenção reguladora, moral, que possibilita ações e intervenções de forma intencional.

Uma das fábulas apresentadas, "A Cigarra e a Formiga", de Jean de La Fontaine (2009:45), trouxe o significado do trabalho, da economia, do esforço, da humildade, da gentileza, entre outros, que são elementos necessários para a construção e a formação do caráter humano, prezando pela produção de riqueza e solidariedade social.

As demais fábulas discutidas proporcionaram aos alunos ocasião para refletirem sobre o comportamento de forças antagônicas, o prazer e o real, a inocência e a força, a astúcia, o ardil e a dimensão imitativa da natureza.

4. Conclusão

Este trabalho procurou contribuir para a preservação da cultura portuguesa no Estado de Santa Catarina, com o estudo das fábulas a partir da obra de Luciano Pereira, principalmente daquelas mais representativas em Portugal e no Brasil, como elemento de reflexão e de formação, enquanto norteadora do processo de ensino aprendizagem nas escolas de educação básica da rede privada do município de Florianópolis, mais especificamente no Colégio da Lagoa.

Vimos que as fábulas se inserem no conjunto dos gêneros alegóricos e ilustram verdades universais, através de uma narrativa muito particular, que apresenta a justaposição entre a narração e comentário, com seus jogos de oposições e morais proverbiais.

O gênero permite sua adaptação, a analogia com o mundo dos seres humanos e comparações com as atividades que o mesmo desenvolve.

No decorrer das atividades propostas em sala de aula, pudemos concluir que o estudo das fábulas universais, estudadas por sua relevância em Portugal, revestidas com a força da sabedoria popular, contribuíra para enriquecer e solidificar os aspectos ainda vigentes da açorianidade na Ilha de Santa Catarina.

Na abordagem pedagógica, foram evidenciados os sentidos histórico e alegórico, incitando o pensamento dos alunos sobre as situações cotidianas da vida em sociedade. A metodologia utilizada para apresentação das Fábulas possibilitou instruir as crianças de forma divertida e reflexiva, contribuindo para a formação de conceitos relacionados à moral e à ética.

O entendimento é de que a utilização da fábula como subsídio pedagógico é um grande facilitador da assimilação da linguagem e da produção de novas ideias e conhecimentos com teor reflexivo, estimulando o desenvolvimento nos alunos das habilidades necessárias para gerenciar conflitos sóciocognitivos, domínio das estruturas narrativas, da escrita criativa, da leitura, do raciocínio lógico, das competências de síntese e de expansão textual.

As fábulas são um importante instrumento para que os pequenos alunos aprendam a narrar, contar histórias, refletir sobre os seus ensinamentos e resolver dilemas e contradições.

Conclui-se que educar, por intermédio das fábulas, reveste-se de grande importância para a atividade pedagógica. Através delas, podemos apresentar aos pequenos todo um mundo imagético universal e ensinar-lhes o valor de virtudes como a ponderação, o esforço, a resiliência, a autonomia e a perspicácia.

Referências Bibliográficas

Antunes, Celso. (2003) Casos, fábulas, anedotas ou inteligências, capacidades, competências. Petrópolis: Vozes.
Guimarães, Ruth. (s.d) Lendas e Fábulas do Brasil. São Paulo: Cultrix.
Lobato, Monteiro. (2008) Fábulas. São Paulo: Globo.
Pereira, Luciano. (2007) A Fábula em Portugal – Contributos para a História e Caracterização da Fábula Literária. Porto: Profedições.
Salerno, Silvana; Nuno, Fernando. (2014) 365 Fábulas da Vovozinha. Barueri: Girassol.
Tulchinski, Lúcia. (2005) Fábulas de Jean de La Fontaine. São Paulo: Scipione.

2. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA, AÇORES, AICL

TEMA 1.1. MANUEL FERREIRA DUARTE, ESCRITOR DO PICO. – MARINHEIRO AO CONTRÁRIO

Apetece dizer que Manuel Ferreira Duarte foi, sobretudo, um andarilho vocacionado para o diário de viagem, se bem que tenha sido também um emigrante que emergiu do vulcão dos Capelinhos. De temperamento irrequieto, Manuel Ferreira Duarte domou uma escrita que mostra a existência de um contista de mérito e de um extraordinário marinheiro de todas as águas da palavra

Faz parte da memória de poucos e, no entanto, não podemos ignorá-lo. Não publicou muito, mas escreveu o bastante para o termos como escritor, para mais, escritor nosso, pois a sua escrita é toda ela açórica-regionalista e isto no dizer da nossa conterrânea Natália Correia que, como sabem, até dizia que era dos Açores pelo que tinha «de basalto e flores». Estamos a evocar, de forma modesta, o escritor Manuel Ferreira Duarte, nascido na ilha do Pico em 1936. Faleceu em Santa Clara, na Califórnia em 2002, depois de ter cumprido o seu destino de andarilho (ou de embarcadiço, como refere Victor Rui Dores), do Pico para o Faial para estudar, São Miguel e Queluz (serviço militar), outra vez Faial para o primeiro emprego numa companhia de cabos telegráficos sedeada na Horta, sendo transferido, em 1963, para as Caraíbas, República Dominicana. Radicou-se na Califórnia em 1971. Fez tudo isto em 66 anos apenas. Não teve pressa. A morte é que, parece, arranjou maneira de lhe abreviar a vida.

É a história da emigração açoriana que provoca os seus primeiros escritos, em forma de ensaio. Em 1996, «Vento Norte», suplemento de Artes e Letras publicado no «Diário Insular», no seu número 85, de 6 de junho, inseriu um texto de Manuel Duarte com o título *O mar, a baleia e o baleeiro na prosa e na poesia de Vitorino Nemésio (uma perspetiva da diáspora).* Este texto revela, em primeiro lugar, que Manuel Duarte era um leitor atento da obra (no seu todo) de Vitorino Nemésio. Para este texto, ele quase escalpeliza toda a obra nemesiana, relevando a temática expressa no título do seu texto; em segundo lugar, releva a assertividade do pensamento do autor de *Mau Tempo no Canal*, chamando a atenção para o conceito de se ser ilhéu e para a abrangência do que já estava definido por açorianidade.

Neste texto, Manuel Ferreira Duarte reflete, com Nemésio, o desejo de conhecer o mar onde as ilhas emergem e o querer saber o que está para além da linha do horizonte, que se sabe não ser limitativa de nada, porque se afasta do olhar com a delicada preocupação de revelar, em perspetiva, essa espécie de terceira dimensão de mundos atrás de mundos. Esta perspetiva é dada mediante a descrição da vida heroica do baleeiro, com baleias que, ao serem mortas, davam pão e que, nos tempos em que a miséria alimentava coragem e espírito de aventura, se procurava o destino das Américas com as «califórnias perdidas de abundância», como disse outro grande poeta açoriano Pedro da Silveira.

A obra de Nemésio, neste texto de Manuel Duarte, aparece como símbolo épico do povo açoriano e com um desfecho previsível: a emigração. Este tema fez com que ele dedicasse muito do seu tempo a estudá-lo e a analisá-lo, escrevendo ensaios que foi publicando nos órgãos de comunicação social ou apresentando-os em congressos e simpósios.

A jeito de parêntesis: valia a pena juntar esses textos não só pelo interesse sociocultural que eles despertam no âmbito da emigração açoriana como pela forma original com que liga a baleação com a miséria, a viagem obrigada com a aventura, o outro país com a saudade daquele que ficou atrás. Esses textos são um vasto contributo para conhecermos as singularidades da emigração açoriana, na pluralidade de entendimentos que se juntam com a exatidão precisa duma ciência concreta.

É neste contexto que Manuel Ferreira Duarte imita a viagem emigratória posta em rumo contrário, percorrendo a distância entre a Califórnia e os Açores durante três longos meses. Ele registou essa viagem dia pós dia, semana após semana, no veleiro «Gaivota» e, autocitando, tudo foi escrito de forma sistemática e exaustiva: «como vão os ventos e as calmarias, as cidades e os portos, as ementas de bordo e as de terra, os amigos e os companheiros daquela aventura, os sonos e as insónias, os humores e as ironias. E deixa expresso esse respeitável temor pela imensidão – escura e iluminada, pontilhada de angústias e de silêncios apaziguadores, tocada pelo mistério surpreendente do que está para além do horizonte.» É neste diário de bordo que o leitor melhor se apercebe da personalidade de Manuel Ferreira Duarte. São muitas as indicações que nos deixa: paixão pelo mar com o respeito absoluto pela generosidade dessas águas que se apresentam com humores diversos e dispersos; paixão pela vida (pela sua e pela dos outros), decorrente dessa personalidade forte e vertical; paixão pelo entendimento que desenvolveu do mundo fantástico das baleias e da baleação, com o cais acostável na ilha do Pico e que universalizou à medida que foi conhecendo outros mares, outras baleias, outros baleeiros, ou melhor, à medida que se foi apoderando do encantamento provocado pela vida marítima.

Em *Viagem ao Contrário*, o autor declara que o seu livro é dedicado «A quantos que pela vida fora se fizeram ao mar e que por lá ficaram...» E é dedicado «Aos navegadores portugueses..., do caravelista mais destemido, justo e sábio, ao grumete mais humilde e inexperiente...» É extremamente reveladora do seu caráter esta parte da dedicatória, como o é, e de forma muito especial, a que segue: «Aos baleeiros, meus mais diretos antepassados, que escreveram as passagens mais dramáticas e coloridas da «História Trágico-Marítima» do povo açoriano, e que, cavando trilhas profundas, levaram a ilha para além do horizonte...» E termina a sua dedicatória poética assim: «Ao marinheiro picaroto, aos mestres e marinheiros do Canal....»

Antes da publicação de *Viagem ao Contrário*, Manuel Ferreira Duarte deu à estampa a coletânea de contos *A Banda Nova e outras Histórias* (1991). O livro mereceu um prefácio assinado por Natália Correia, que, conto a conto, analisou e opinou. Quem conheceu a Poeta de *A Mosca Iluminada* sabe que ela, para dizer o que quer que fosse de positivo em relação à escrita dos outros, dizia-o com franqueza, entusiasmo e com argumentação muito assertiva.

Sobre os contos de Manuel Duarte, Natália escreveu: «Com esta obra, que valiosamente se recorta na novelística açoriana, vem juntar-se mais um nome aos que já muito a ilustram. (...) Manuel Ferreira Duarte é uma das vozes mais criadoramente tematizantes num espaço singular da escrita inquietada pelo poético.»

Em *A Banda Nova e Outras Histórias*, Natália Correia refere também a existência de um universo que, «na sua policromia descritiva, nos dá conta dos sentimentos comoventes, ingenuidades e sonhos de gentes que, lá na Califórnia...» procuram concretizar esses sonhos, esquecendo as agruras do exílio.

Acrescente-se que a escrita de Manuel Duarte oferece um estilo límpido, vivo e colorido. Num e noutro livro encontra-se o prazer da escrita, alegre e contagiante. O seu temperamento irrequieto mostra a existência de um contista de méritos literários reconhecidos, sendo poeta com os versos aninhados no regaço – um regaço repleto de emoções em movimento e que o transformam num extraordinário marinheiro de todas as águas do coração. Com o que sabemos publicado por Manuel Ferreira Duarte, fica comprovado que as ilhas continuam a gerar esses peregrinos de estradas líquidas dos mundos do Mundo, poetas perseguidores e caçadores de utopias, como ele – marinheiro que, por sinal, preferiu viajar ao contrário. Até ao fim.

Publicações consultadas:

A Banda Nova e outras Histórias, com prefácio de Natália Correia, Edições Salamandra (col. Garajau), 1991
Viagem ao Contrário, Edição da Câmara do Comércio de S. José, com o patrocínio do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1995
«Ficha biobliográfica», da autoria de Victor Rui Dores
Ensaio sob o título «O Mar, a Baleia e o Baleeiro na prosa e na poesia de Nemésio (Uma perspetiva da diáspora», por Manuel Ferreira Duarte, em Vento Norte (suplemento de Artes e Letras, jornal «Diário Insular», nº 85, de junho de 1996.

3. ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO. AICL

TEMA 2.1: É a Espanha - o estado espanhol -, um estado de direito?

Esclarecendo dúvidas. Que é um estado de direito.

A maioria das pessoas pensa que "estado de direito" é um estado que tem leis e no que os juízes fazem os seus *Acordos*[71] conforme com as leis, na sua aplicação diária. Porém, informo-o já, que isso assim não é um estado de direito, ainda que lho repetirem todos os dias os meios sistémicos do estado; pois se não pareceria que todo estado no que há leis e juízes é um estado de direito, mas a cousa não é assim. De facto, pode-se dizer, que todo o tipo de estado que haja ou tenha existido nalgum momento da história teve leis e juízes, mas isso não o convertia num estado de direito. **O estado de direito** é um construto absolutamente moderno, que não nasceu nem da revolução francesa, nem da russa, nem na Europa continental, foi mais uma criação do liberalismo[72] britânico.

Na França, em 1748 publicou Montesquieu: O *espírito das Leis,* na que se fazem propostas para um bom governo, **e reclama que no governo devem existir poderes independentes entre sim e que mutuamente se controlem, frente ao modelo tradicional em que todos os poderes partiam do rei.** Os seus três poderes são o Executivo (governo), Legislativo (Parlamento) e Judiciário (Tribunais de justiça). A sua obra teve uma grande influência e as suas propostas foram incorporadas na revolução francesa e inspiraram a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.* Porém a revolução concebeu o estado (a nação, -**fez uma igualdade de estado e nação** - (isto nunca antes se tinha dado)), com o poder inquestionável para "*nacionalizar a França*", e aquele no que todo o que proceder do estado, pela sua própria natureza -de encarnar a nação -, é justo).

Na Inglaterra como contraste com o continente[73], sempre se percebeu o estado mais como uma ameaça, que como um produto acelerador de revoluções e câmbios; o que levou no continente aos totalitarismos de toda gradação -sempre para ter um estado - ex machina[74] -, e sob essa mensagem, da defesa do estado[75], *ele bem superior*, cometeram-se toda classe de tropelias e crimes execráveis, sob a pretensa defesa do futuro da nação ou da humanidade. O direito britânico sempre fez mais ênfase na pessoa e as suas circunstâncias, que numa leitura da lei muito formal e com a rigidez do betão, dominante no continente europeu, e de jeito paradigmático na Alemanha.

Eis o que é um Estado democrático de direito[76].

É aquele que age é atua de conformidade às leis -fazendo dos direitos humanos um eixo da sua ação. – O estado (entendendo por estado, todo oficial, todo pessoal com responsabilidade no gerimento de qualquer parte das suas atividades), é garante da legalidade em todas as suas ações, não dispondo de privilégio algum no seu agir frente ao cidadão, individual e/ou coletivo. Os objetivos e as propostas do estado, não gozam de qualquer privilégio por partirem dele e deverão ser validadas, como se fossem as propostas de qualquer cidadão, e do mesmo jeito que o faria qualquer cidadão. O estado - executivo/administração -, será independente do poder judiciário.

O modelo inglês botou umas fortes raízes na América do norte britânica. E essa conceção limitativa do estado forma parte de esse documento fundamental que é a *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.* Sob a presidência de esse grande presidente dos USA que foi Franklin D. Roosevelt, e impulsionado em grande medida pela sua mulher Eleanor, os direitos civis formaram parte da agenda política. Eleanor Roosevelt foi, desde muito cedo, uma incansável e arguta lutadora dos direitos civis. Ao nascer a ONU em dezembro de 1945 ela é escolhida para ser a primeira presidente da Comissão dos Direitos Humanos, e sob o seu impulsionamento em 1948 teve lugar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos** é um documento que marcou um ponto de aperfeiçoamento democrático por todo o lado, e na medida que mais e mais estados vão assumindo o seu conteúdo -indubitavelmente limitativo na ação dos estados -, as conceções sobre o estado de origem britânica, vão determinando o que é

---

[71] Castelhano; Auto e/ou Falho (Acórdão)

[72] Do liberalismo nasceram a mais grande parte das ideologias modernas, inclusos o socialismo e o comunismo. O que não nasceu do liberalismo foi o fascismo e os movimentos reacionários de toda espécie, incluído o mal chamado neoliberalismo, que após salpimentar o discurso com slogans liberais, encaminham-nos com as suas conceções, para u desenho social, que se de algo se aproxima, é dum neofeudalismo, que é para onde o mundo parece caminhar, e isso, poria vermelhos de nojo aos teóricos clássicos do liberalismo.

[73] Nas Ilhas Britânicas temos uma linha filosófica desde cedo preocupada com os direitos individuais, com as pessoas, enquanto no continente toda a filosofia com a exceção Espinosa, está mais preocupada com o estado como motor da evolução social e o seu controlo. Thomas Hobbes, escreveu o Leviatã. No que nos achamos com o homem frente ao estado, o leviatã. http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf. https://www.ttu.ee/public/m/mart-murdvee/EconPsy/6/Hobbes_Thomas_1660_The_Leviathan.pdf

[74] Ex machina (jeito de se referir a Deus). E como diz Pierre Bourdieu na sua excelente obra *Sobre* o *Estado*, "O estado é o único deus verdadeiro das sociedades modernas" https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13360.pdf

[75] Além do estado moderno se identificar com a nação. Na mais grande parte dos estados do mundo, o estado-nação é sempre a posse de uma etnia cultural dominante num território. Nacionalizar hoje como nas resoluções da Convenção revolucionária francesa, é assimilar e confundir a todos na etnia dominante. Os estados tipo Portugal são a exceção no mundo. E que não se faz pela nação? até matar e morrer...

[76] Na sua origem: Rule *of Law*, modernamente *Democratic rule of law.* *https://en.wikipedia.org/wiki/Rule_of_law*

um **estado de direito**, é dizer, **um estado submetido a Lei e *Limitado* por esta.** E além disso, na medida em que de forma crescente essas limitações são alheias à produção legislativa interna dos estados[77], - demasiadas vezes elas *ad hoc,* das "necessidades" mais levianas e menos democráticas -, a cousa corre bem, ainda que não é infrequente, que muitos estados não façam honra aos tratados que assinam e aos princípios que se declaram defender. È bom lembrar que os europeus, temos muito que agradecer, a essa a Declaração Universal, de 1948. Em 1949 nasceu o Conselho da Europa[78], e o novo organismo[79] assumiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em 1950 temos a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que vai dar lugar à criação do primeiro tribunal de justiça permanente supra estatal, o **Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**, do que infelizmente não existem mais modelos funcionando nas distintas regiões do globo[80], por falta da força de impulsionamento para a sua constituição. No caso da América, no ano 1986 foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, porém o seu alcance é muito limitado, não é um tribunal, e limita-se a fazer recomendações e orientações. Na sua criação os estados construíram um modelo, para parecerem, mas o leviano suficiente para que não se possa dar o que acontece na Europa com o TEDH, esse tribunal que aos europeus impus a Eleanor Roosevelt e o poder americano na altura[81].

Por todo lado se afirma que o estado espanhol é um estado de direito. Porquê?

No estado espanhol, no processo de realização de suas leis políticas (constituições e assimiladas), desde a Constituição de 1812, aparecem divisões pouco aprimoradas dos poderes, e não há o que se pode definir como estado de direito, pois o cidadão sempre está numa posição de submetimento ao estado, que dispõe de capacidades ("*fuero"*) superprivilegiado. É a Constituição de 1931, a primeira que tenta conferir um estado de direito, ainda que bem afastada da conceção anglo-saxónica, pois a Constituição de 1931, está alicerçada nos modelos continentais, modulados pelas peculiaridades dos setores que foram atores da chegada da república. Na ditadura de Franco, esse criminal, quem em palavras do seu biografo inglês, Paul Preston[82], foi um **mestre no manuseio e uso do terror**. Não há **estado de direito,** e além disso, ele, o ditador, concentra na sua pessoa a cabeça de cada um dos poderes. Não vai ser até fins do ano 1977, que o estado espanhol vai ser admitido no Conselho da Europa, significando isso, que tem que acatar imperiosamente as resoluções do *Tribunal Europeu dos direitos humanos.* A Constituição espanhola vigorante, nos seus artigos, 9, 10, 96 e 117, configura o que é um estado de direito.

Artículo 9

1. *Los ciudadanos y los poderes públicos están sujetos a la Constitución y al resto del ordenamiento jurídico.*
2. *Corresponde a los poderes públicos promover las condiciones para que la libertad y la igualdad del individuo y de los grupos en que se integra sean reales y efectivas; remover los obstáculos que impidan o dificulten su plenitud y facilitar la participación de todos los ciudadanos en la vida política, económica, cultural y social.*
3. *La Constitución garantiza el principio de legalidad, la jerarquía normativa, la publicidad de las normas, la irretroactividad de las disposiciones sancionadoras no favorables o restrictivas de derechos individuales, la seguridad jurídica, la responsabilidad y l**a interdicción de la arbitrariedad** de los poderes públicos.*

Artículo 10

1. La dignidad de la persona, los derechos inviolables que le son inherentes, el libre desarrollo de la personalidad, el respeto a la ley y a los derechos de los demás son fundamento del orden político y de la paz social.

---

[77] Na Europa temos o Tribunal Europeu dos direitos humanos, o Tribunal de Justiça da União Europeia, que também tem entrado nestes assuntos, e logo está o Comité/Conselho de Direitos Humanos da ONU, que ainda que não se chama tribunal, da legislação que vai dele jorrando e da interpretação que faz o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e outros, faz que haja que o considerar, um verdadeiro tribunal superior.
[78] O estado espanhol não formou parte dele até 1977. Foi após a morte do ditador e antes de se aprovar a sua Constituição, cujo artigo 10 por exemplo, foi redigido no novo contexto da aceitação imperiosa das Resoluções as que se está obrigado nos tratados internacionais. E também importante apontar que a *Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias*, depende na sua supervisão e controle do Conselho da Europa, que cada dous anos faz um informe sobre a sua aplicação. O estado espanhol não conseguiu ainda cumprir os compromissos da Carta, (segundo valoração do Conselho), que forma parte do ordenamento interno da espanha nos termos do artigo 96 da Constituição https://www.boe.es/boe/dias/2001/09/15/pdfs/A34733-34749.pdf. Tampouco em matéria de direitos humanos, e a luz da doutrina e as sentenças do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, o estado espanhol faz um papel, que não é, nem brilhante, nem exemplar.
[79] E na sua constituição, além duma nova geração de europeístas, espantados com a guerra, e que pensam em enveredar por novos caminhos de entendimento e segurança, contaram também com o facto dos Estados Unidos favorecerem esses projetos, até impondo as propostas.
[80] Na América latina houve um momento que parecia possível a constituição de órgãos supranacionais similares, mas o golpismo nas suas muitas formas e seus epígonos não o vão querer, e os democratas não vão entender a sua verdadeira importância, **nem saber que não era preciso estarem sempre todos** desde o princípio. Foi no ano 1986 e após do fim das mais nojentas ditaduras, que foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, porém o seu alcance é muito limitado, não é um tribunal, e limita-se a fazer recomendações e orientações.
[81] Infelizmente penso, que se o Tribunal houvesse sido constituído mais tarde e pelos estados europeus, ele seria muito parecido ao Comité Interamericano de Direitos Humanos. Nem tudo o que veio dos USA foi ruim, que lho digam aos alemães por exemplo e a sua excelente constituição democrática que lhe impuseram.
[82] https://www.amazon.es/Franco-Biography-Paul-Preston/dp/0006862101

2. ***Las normas relativas a los derechos fundamentales y a las libertades que la Constitución reconoce se interpretarán de conformidad con la Declaración Universal de Derechos Humanos y los tratados y acuerdos internacionales sobre las mismas materias ratificados por España.***

Artículo 96

1. Los tratados internacionales válidamente celebrados, una vez publicados oficialmente en España, ***formarán parte del ordenamiento interno.*** *Sus disposiciones sólo podrán ser derogadas, modificadas o suspendidas en la forma prevista en los propios tratados o de acuerdo con las normas generales del Derecho internacional.*

2. Para la denuncia de los tratados y convenios internacionales se utilizará el mismo procedimiento previsto para su aprobación en el artículo 94.

Artículo 117

1. La justicia emana del pueblo y se administra en nombre del Rey por Jueces y Magistrados integrantes del poder judicial, independientes, inamovibles, responsables y sometidos únicamente al imperio de la ley.

2. Los Jueces y Magistrados no podrán ser separados, suspendidos, trasladados ni jubilados, sino por alguna de las causas y con las garantías previstas en la ley.

Se o estado espanhol, tem constitucionalmente um modelo de estado de direito com um sistema de separação de poderes; a questão será determinar, se isso é algo que informa todas as atuações ou é simples papel escrito *para o inglês ver*[83].

-Separação de poderes: O peculiar e esquisito sistema do estado espanhol de separação de poderes. -

O estado espanhol chegou ao seu modelo constitucional desde uma ditadura que se alicerçou num brutal banho de sangue de uma guerra civil, e numa repressão monstruosa. Esse estado fora construído segundo o modelo fascista mussoliniano. A ditadura, tomado o poder, fez limpeza bem profunda de todos os empregados ao serviço do estado, forem servidores civis, juízes ou professores, quem for suspeitoso de simpatias democráticas e republicanas foi banido da função pública - manu militari -, as vezes assassinado e outras obrigado a comungar com rodas de moinho. Esse modelo carecia de separação de poderes, e todos os poderes tinham a mesma cabeça, o ditador. À morte na cama e no poder do ditador, o sistema negocia uma transformação num regime democrático, porém a vez blinda inúmeras garantias para que nada do feito, e estabelecido for tocado, que ninguém responda de factos, ou que alguém possa vir a ser removido ou punido pelas suas responsabilidades em todo tipo de crimes[84]. É o que em palavras do ditador se chamou: **Deixo tudo atado e bem atado.**

Uma ditadura, até as mais brutais, não está nos ouvidos dos juízes a ditarem o sentido das suas sentenças. Por todo lado os juízes, na imensa maioria dos casos que julgam, decidem de conformidade aos seus critérios, com grande liberdade, agás quando o assunto não for do tipo sensível ao estado **do que esse juiz é um servidor**.

Sim, nos sistemas totalitários, os juízes a hora de aplicarem as leis, não deixaram de utilizar os seus critérios (no quadro legal correspondente), e tentarão terem um mínimo de imparcialidade que deve ser exigível à sua função, se não forem uns condicionados pela sua parcial visão do mundo. O regime vai fazer confiança neles, e além disso eles sabem bem, que qualquer ação que direta ou indiretamente vaia pôr em questão/risco os alicerces do regime, vão pagá-lo de jeito perentório com a perda do seu posto de trabalho e com tudo o que acompanha isso.

Num estado de direito um juiz é um representante do povo, e a sua ação tem que ser a primeira das garantias constitucionais. Num estado que não é de direito um juiz é um servidor do estado (da nação), e o estado é sempre encarnado no poder.

As peculiaridades gerais da judicatura por todo lado. Uns apontamentos, sobre o poder judiciário

Ao rematar a segunda guerra mundial, nos estados derrotados do eixo nazi/fascista, houve um processo de limpeza dos seus quadros de servidores, em todos os poderes; para se garantir o sucesso do estabelecimento de estados de direito. Na Itália por exemplo, o seu primeiro governo foi formado por representantes de todas as linhas partidárias que estiveram comprometidos, -nalguma medida -, no antifascismo. Vai ser eleito ministro da justiça, nesse primeiro governo, quem era na altura o secretário geral do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti. Ele começou com entusiasmo e força por estudar os expedientes dos juízes mais comprometidos com o fascismo, e contava simpáticas anedotas de como juízes se apresentavam a ele, faziam declarações do mais simpáticas renunciando ao que afirmavam até havia não muito, e solicitando que os deixara continuar a fazer o seu trabalho, que eles também se iam a comprometer a usar o braço de ferro da justiça para garantir o estado de direito...E tudo isso unido com uma forte resistência sob

[83] https://www.significados.com.br/para-ingles-ver/

[84] A famosa Lei de amnistia que se deram a sim próprios os franquistas, aproveitando o berro do povo que pedia amnistia para todos os condenados por causas políticas.

forma de compromisso de solidariedade entre os membros da judicatura, que nasce do seu sentido de casta corporativa.. Palmiro Togliatti dizia, e ele sabia bem, que não haverá nunca nenhum regime, for ele o que for, que não vaia a contar com juízes que o sirvam com compromisso[85]. E apontava, é impossível achar na história referências a juízes, mártires por defenderem a justiça.

Um poder independente judiciário é em realidade a garantia da independência de cada juiz individual. Justiça independente é aquela na que os juízes individualmente têm garantia da sua independência[86].

O poder judicial é muito peculiar, os juízes são bem humanos, muito individuais ainda que conformem um poder coletivo, e com forte inclinação conservadora[87]. Têm enorme tendência a cooptação dos seus membros (outro assunto que reclama a sua boa regulação pelos outros poderes como em todo caso em que isso não tem nada a ver com a sua independência), e se os outros poderes não exercem o controle sobre eles em assuntos que vão além da independência judicial, e **não são regimentados e regulados pelos outros poderes,** tendem a funcionar como um lobi, concentrando-se, como todos os lóbis, em tirarem a fatia mais grande que poderem do orçamento do estado, o que eles chamaram sempre **dignificar a justiça**: Regalias, compensações e ordenados, e incluso constituírem outro problema grave ao estado de direito, que é o **governo dos juízes**, eles são um poder de controle, porém nunca podem ser governo.

Para ilustrar esse problema da falta de controlo dos outros poderes sobre os juízes, temos no âmbito da lusofonia o particular caso da justiça no Brasil, que é muito autónoma, em campos onde não deviam ter autonomia nenhuma, como é no estabelecimento dos seus ordenados (este ano de crise, acrescentaram as suas receitas por cima do 16%). Onde regulações que teriam de fazer os outros poderes sobre os juízes, são autónomas e do próprio judiciário, e isso sem que no quadro da república brasileira exista um órgão de arbitragem entre poderes e territórios, do tipo Tribunal Constitucional. Como resultado o Brasil, tem o sistema de justiça mais cara do mundo[88], **alcançando a monstruosa cifra de uma despesa do 6% do PIB** brasileiro.

Na maioria dos estados da OCDE anda na casa do 1% do PIB, e os salários dos juízes e suas regalias são bem menores. Na Europa o seu máximo tribunal, o da União Europeia, tem de ordenado para os juízes 4,5 vezes o salário meio na UE dos trabalhadores. O normal bem sendo uma proporção de entre 3 e 4 vezes o ordenado médio de trabalhador. No Brasil é de 22 vezes o ordenado meio. Para entenderem a monstruosidade que é a despesa brasileira com a justiça, olhem esta comparança. Esse 6 por cento do PIB, é a despesa que fazem o estado espanhol e Portugal na sua sanidade pública universal, ela de muito alta qualidade. Na realidade nem chegam a ultrapassar o 6%. Enquanto a ciência económica aponta que os serviços de saúde, -a sanidade pública -, são caros. No Brasil, num caso único no mundo, essa proporção é devorada pela justiça, contra as recomendações da OCDE e do Banco Mundial e sem que os próprios membros de essa corporação se escandalizarem ou percebam aí alguma injustiça.

Não há correlação entre o acrescimento da despesa na justiça de jeito irracional e a qualidade do serviço e a proteção dos direitos da população e das suas liberdades, e mais bem justo ao contrário, mais se afastam como elite privilegiada, do povo do que são poder garante. Nem a redução dos ordenados dos juízes, afeta a independência judicial, como se determina numa sentença do Tribunal da União Europeia [89].

Na ditadura franquista[90], o controlo do judiciário era absoluto pelo poder político, e esse controlo se manifestava nos seguintes campos: Controle na seleção, e no seguimento dos selecionados para garantirem estarem nos trilhos dos Princípios do Movimento Nacional[91], e que qualquer desvio pagava-se com a perda do emprego, pois o sistema disciplinar era muito rápido na sua ação. Controlo nos processos de ascenso, promoção e ocupação de vagas, onde se combinava por um lado a carreira por antiguidade no corpo e por outra, processos discricionários do poder político para designar postos sensíveis, tribunais sensíveis, e ação em questões que o regime achara sensíveis, pelo que for[92].

O poder executivo e o seu controle do poder judiciário no estado espanhol.

A chegada da democracia no estado espanhol, o seu sistema judicial e especialmente a cúpula do mesmo, estavam como se diz em Castela -A morte com o regime[93]- além disso foram devidamente selecionados por terem precisamente essa caraterística.

---

[85] Parmiro Togliatti era dirigente da terceira internacional, e estalinista obediente, ele teve ocasião de comprovar como membros da judicatura czarista, que perseguiram e condenaram a comunistas e revolucionários, serviam agora ao ditador Estaline com absoluta fidelidade...como Andrei Vyshinsky e inúmeros mais.
[86] E isso não é tirar a importância fulcral que tem que ter uma justiça independente, nem tirar nenhum valor a esse construto tão necessário ao funcionamento do estado de direito, que é a justiça independente.
[87] O conservadorismo vai muito colado à toga.
[88] Há outros sistemas de justiça caros no planeta, porém em nenhum caso se achegam ao 3% do PIB
[89] O tribunal Europeu sentença que minguar o salário de juízes não é impedimento da independência judicial. http://noticias.juridicas.com/actualidad/jurisprudencia/12743-la-reduccion-de-salario-de-los-jueces-del-tribunal-de-contas-en-portugal-no-viola-el-principio-de-independencia-judicial-/
[90] Que nunca ultrapassou o 0,76% do PIB com a despesa na justiça.
[91] Nessa ditadura sem partidos, o Movimento Nacional era o partido único do regime
[92] Isso não significa que todo juiz a hora de efetuar o ato de julgar não deixe de ter uma certa independência. Em nenhum lugar, nem no pior dos infernos totalitários vai ter em todos os casos indicações do que tem que fazer e aplicar em cada caso; o mundo do direito e bem largo e com muitas especialidades, e o facto de que em muitas delas a ação do juiz não possa ser conectada com o regime, vai a prol da estabilidade do regime político, for ele o que for.
[93] Eram unha e carne

A Democracia e a Constituição na que se alicerça, desenharam um estado de direito, e pouco a pouco foram se fazendo reformas após reformas para se adaptar as recomendações do Tribunal Europeu de direitos humanos, e a Comissão/Conselho na matéria da ONU, especialmente no quadro da integração no Mercado Comum Europeu. De aí nasceram: A separação entre juízes instrutores e julgadores; não pode o instrutor julgar, parte-se de que o processo de instrução é em grande medida uma contaminação; e incorporou-se o facto de ter que julgar colegiadamente em grande parte da atividade judicial, reservando-se a capacidade de um juiz julgar -ele próprio e sozinho -, reservado a casos legalmente taxados.

Porém se no quadro legal constitucional dos artigos citados foi assim, no quadro das leis que vão regulamentar todo isso e desenvolver os artigos 122 e 124 da Constituição, a cousa não correu certa, como bem vezes o Conselho Europeu tem reclamado, numa ação constante, sem paragem[94], **para que haja uma verdadeira separação de poderes** pois ela tal e como está desenhada é fraca ou pior uma verdadeira miragem; pois o poder político do estado controla o poder judiciário, promove juízes, coloca nos postos chave e nas altas instâncias a quem precisa etc. etc.

Eis um exemplo dessas reclamações do Órgão que na Europa vela pelos direitos humanos e o estado de Direito, o Conselho da Europa, por exemplo na questão da reformas para combaterem a corrupção dizia a imprensa: ***España recibió una durísima reprimenda del Consejo de Europa, a través del Grupo de Estados contra la Corrupción (Greco), por no haber implementado ninguna de las medidas que le recomendó en enero de 2014 para fortalecer «tanto en apariencia como en realidad» la independencia del Poder Judicial.***

A "*fiscalia*" (procurador, ministério público) é órgão que depende totalmente do governo[95], e a regulação do poder judicial, em matéria de organização interna e carreira profissional e disciplinar, e regulada na Lei Orgânica do Poder Judiciário.

O órgão de controlo e de regime interna dos juízes e o Conselho Geral do Poder Judicial, cuja maioria e determinada pelos dous partidos principais do regime constitucional PSOE e PP ou PP e PSOE. Por exemplo se querem saber como são colocados os juízes em postos, nada como escutar esta conferência da juíza Alaia[96], pertencente ao setor conservador. Num momento da sua longa palestra, explica como funciona a justiça no estado: Os cidadãos olham o resultado mas igual aos processos que se realizam pelos mágicos num cenário, parece que esse resultado foi o resultado natural de forças que estão além da compreensão, e não percebe nem entendem o jogo de mãos e as cambadelas que se produzem por trás do pano que ocultou o caixote o*nde agora apareceu a pessoa que antes vimos a caminhar por fora*[97].

No estado espanhol na regulação do Poder judicial, entende-se que leis como a Carta Europeia de Línguas minoradas, direito interno do estado -artigo 96-, nada tem a ver com eles e o declaram sem se envergonharem na regulação do judiciário, e fazem-no como instrumento do estado e não dos direitos e liberdades dos cidadãos. Não procurem na formação de juízes, não me refiro ao programa da oposição, se não às perguntas dos exames de ano após ano, ou na formação da escola judicial nenhuma referencia ao artigo 10 da Constituição ou ao 96. E todos os dias se ditam Acordos judiciais completamente alheios a normas legais em vigor, por se terem assinado protocolos nos termos doa artigo 96 da Constituição[98]

Há pessoas ligadas ao PSOE que te explicam que isso do controle político foi e é bom, pois por exemplo, vias de acesso como a inventada por Filipe González (a chamada terceira via) permitiu incorporar muitas pessoas de ideias progressistas à judicatura via méritos, incluindo pessoas de esquerda -PSOE ou ex-PCE - (reconvertidos), que ao entrarem na carreira judicial, reduziam assim o forte pouso franquista da magistratura. Porém nestes assuntos, há que entender: A questão não é o progressismo ou reacionarismo de um juiz, se não a sua independência, o saber que ele vai te julgar com independência e com os princípios de neutralidade

---

[94] Há já mais de 60 acordos e recomendações do Conselho de Europa sobre este assunto da separação de poderes, referidos à Espanha. A título de exemplo uma das últimas vezes http://www.elmundo.es/espana/2016/10/11/57fbed8c46163ff55a8b45db.html .
Um representante designado pelo estado no Conselho de Europa foi expulso por corrupto. Sem que essa expulsão tenha o mais mínimo efeito para ele na Espanha. A Espanha foi definida como o estado europeu que menos segue as recomendações do Conselho de Europa **(A peculiar forma espanhola de cumprir com o artigo 10 da Constituição, que também se aplica ao Comité/Conselho de Direitos humanos da ONU, que conforme aos tratados é um verdadeiro Tribunal Superior)**
https://elpais.com/politica/2017/06/07/actualidad/1496827709_980747.html. Também há sentenças sobre a não retroatividade das normas legais, violada em algumas ocasiões vg, doutrina Parot e muito mais https://www.jn.pt/mundo/interior/centenas-de-manifestantes-em-madrid-contra-fim-da-doutrina-parot-3500133.html. A imagem do sistema judicial espanhol na Europa quando o pessoal toma conhecimento, é de pena.
[95] https://www.infolibre.es/noticias/opinion/plaza_publica/2017/12/15/un_poder_judicial_no_enteramente_independiente_nota_para_una_reforma_constitucional_73070_2003.html
[96] https://www.vilaweb.cat/noticies/video-denuncia-extraordinaria-de-la-jutgessa-mercedes-alaya-de-la-manca-dindependencia-judicial-a-espanya/.
[97] A título de simples exemplo, a Juíza Lamela estava interina na Audiência Nacional (peculiar julgado anticonstitucional -contrário ao artigo 24 da Constituição, que foi resultado da reconversão do Tribunal de Ordem Público franquista). Ela realiza uma instrução ad pedem letra do governo Rajoy, no caso catalão, pois o governo prefere usar a **sua** justiça, a fazer política. Aparece uma vaga no Tribunal Supremo e é imediatamente promovida por os méritos, de servir ao poder político. É para observadores atentos, de *livro,* como o governo PP foi preparando o Tribunal do Supremo que vai ter que revisar as suas corrupções... No estado espanhol o avanço na carreira profissional dos juízes depende em grande medida do seu acomodo e submetimento ao poder político.
[98] Só a simples mostra, numa recente sentença conhecida por La Manada, a tribunal declarou que se ajustou a lei espanhola, esquecendo que está assinado pelo estado um tratado explicando o que é estupro, ele bem preciso.

que lhe são exigíveis. Esse pensamento "PSOE" em realidade é a benção do funcionamento malandro da justiça na Espanha. Há muito que se pode regulamentar desde o Parlamento e o governo (os outros dous poderes) de melhora da justiça sem que tenham que afetar a independência.

Além disso, há uma questão muito difícil de entender, eu diria impossível para pessoal que não for espanhol.

Quando um espanhol (castelhano/espanhol ou assimilado) designa a alguém para um cargo, além dos méritos que possa ter, realiza isso aguardando a sua fidelidade (de cão). Para um espanhol não é nem inteligível nem admissível que uma pessoa que designou para um posto, o que for, não resolva nesse posto como ele resolveria, for membro do Supremo Tribunal ou do Tribunal Constitucional. etc., etc.

Esta última caraterística ainda faz mais perverso o peculiar sistema de separação de poderes do estado espanhol.

Está outra questão não menor no peculiar sistema judicial espanhol no tema da não-amobilidade, pois é o facto **de que é um dos sistemas mais rápidos da Europa separando a um juiz da carreira judiciária,** o qual comparado com o processo aplicado a qualquer outro servidor público, chama muitíssimo a atenção.

A título de exemplo já pode ser um juiz estrela Garzon, que decide investigar crimes do franquismo; ou um qualquer Elpídeo que meteu na cadeia provisoriamente a quem não devia (e isso que se demonstrou que estava no certo), ou Vidal se define catalanista...vão *ipso facto* para a rua. E como eles há muitos, a separação de juízes realiza-se com velocidade vertiginosa...[99] Separar por ter paralisado um julgado e ditar uma sentença ao ano, ou verdadeiras asneiras judiciais...Isso é *pecata minuta*... A Espanha segue estuprando a sua Constituição.

Estado de direito, é aquele que age e atua de conformidade às leis -fazendo dos direitos humanos um eixo da sua ação. Pois nisso também a Espanha é diferente.

Numa época em que eu tinha muitos relacionamentos com membros da judicatura, e passei muitos dias tomando cafés e compartindo bons momentos com membros do Tribunal Superior de Justiça da Galiza. Os temas recorrentes das nossas conversas eram questões judiciais, de filosofia do direito, da revisão dos atos (*a casación*[100] no sentido castelhano ela nada a ver com cassação[101] lusitana), e do Estado de direito.

Um juiz bem competente me explicava o limitadíssimo que é o estado de direito no estado espanhol, o estado ainda segue gozando em muitos casos de *fuero*[102], e isso dá lugar a cousas como as que ele apontava por ex. Na legislação as declarações dos policiais têm a presunção de veracidade, (resto do franquismo vigorante contra o estado de direito, dizia ele), e o juiz deve aceitá-las por certas, salvo que for demonstrado pela parte contrária de jeito irrebatível, que a cousa foi de outro jeito.

Ele dizia-me, -ante os tribunais os policiais praticamente mentem sempre, e nota-se, eles teriam que trabalhar as provas e o que fazem muitas vezes, é construir uma história, pode que tenham razão, mas no estado de direito há que demonstrar o que se afirma. Não quero dizer com isso, que os policiais não sejam honrados e bem honrados, mas é tão simples tirar pelo caminho direito...

E seguia, -muitas vezes de jeito particular, digo-lhe ao apanhado por mim na mentira, quero que me apresente provas -. -E o policial reconhecia a mentira, e continuava dizendo-lhe, se não for assim, este culpável iria ficar livre... O juiz respondia, -isso é cousa minha...- e o policial respondia entre dentes e dizendo-lhe aos companheiros a sua velha cantiga, de que na Espanha a quem se protege é a o delinquente.

- Por mais que tentasse dizer-lhes, que a segurança jurídica é a primeira das proteções das pessoas todas, a começar pelas chamadas normais, *e que essa filosofia do policial* é a bola de neve que leva aos piores pesadelos jurídicos,...Ele dizia-me, -não conseguiam entendê-lo, pois isso nunca formara parte do seu processo de formação, nem está na cultura espanhola na matéria com o seu forte pouso de *fuero* particular. Nem também não existe na Espanha uma polícia ao serviço da justiça, uma polícia judicial verdadeira[103].

---

[99] https://radiorecuperandomemoria.com/2017/02/24/listado-de-jueces-apartados-la-justicia-en-manos-del-poder-politico/

[100] https://es.wikipedia.org/wiki/Recurso_de_casaci%C3%B3n

[101] https://www.significados.com.br/cassacao/

[102] ***Fuero***, um peculiar privilégio que nasce da própria conceção franquista do estado.

[103] *La Ley Orgánica de 13 de marzo de 1986, 2/86 de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado, en el Capítulo V del Título II «de las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado» se dedica a la organización de las unidades de Policía Judicial. El artículo 31 señala que los funcionarios adscritos a unidades de Policía Judicial dependen orgánicamente delMinisterio del Interior y funcionalmente de los Jueces, Tribunales y Ministerio Fiscal. El artículo 35 reitera la inamovilidad de los funcionarios adscritos a dichas unidades en los términos reflejados en el artículo 446 de la LOPJ, y el artículo 33 textualmente dice: «los funcionarios adscritos a las unidades de Policía Judicial desempeñarán esa función con carácter exclusivo, sin perjuicio de que puedan desarrollar también misiones de prevención de la delincuencia y demás que se le encomienden, cuando las circunstancias lo requieran de entre las correspondientes a las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado». Es decir, que dicho artículo contradice lo sentado en el número 2 del artículo 45 de la LOPJ, ya que este último, como se ha comentado, a la hora de determinar que en ningún caso los miembros de las reiteradas unidades efectuarán misiones que no sean las propias de Policía Judicial. Más adelante se resaltará la importancia práctica de esta contradicción. El Real Decreto 769/87 sobre regulación de Policía Judicial pretendía «hacer efectivo el*

Se a isso juntamos o feito de que o procurador público (fiscal), que deve ser verdadeiro representante dos interesses "do povo[104]", é absolutamente dependente e submetido ao poder político, entende-se que a cultura do estado de direito e o que isso significa, tenha permeabilizado escassamente a cultura dos policiais.

São também, como no caso da separação de poderes, inúmeras as vezes em que os organismos que tem a ver com os direitos humanos, de conformidade ao artigo 96 da Constituição, é dizer; a Comissão de direitos humanos da ONU[105], e o Tribunal de Direitos Humanos do Conselho da Europa[106], os que pedem correções legais de normas por não se ajustarem ao que se entende por estado democrático de direito, e inúmeras as vezes em que a Espanha, nem faz caso, nem segue o disposto no artigo dez da Constituição, que aponta, que em matéria de direitos humanos etc. etc. Se segue a interpretação que aplicam os organismos internacionais.

A simples título de exemplo**,** quando se realiza a Lei Mordaça, Lei que o Conselho dos Direitos Humanos da ONU informa, que vai contra o Estado de direito, pois ela está redigida "*pelo espírito do policial que mente porque o importante e deter os delinquentes, e reforça o fuero privilegiado policial fazendo-o ainda mais alheio ao controle do judiciário*[107]".

O estado espanhol não fez caso do organismo da ONU, mais uma vez o artigo 10 da Constituição é letra morta *para o inglês ver,* convertendo mais uma vez o estado de direito desenhado na Constituição em água de bacalhau[108].

O Tribunal Constitucional e a sua arbitragem.

Joguemos agora uma olhada sobre o funcionamento do Tribunal Constitucional, cujo principal role jurídico é o de arbitragem entre os poderes do estado e as suas estruturas territoriais no quadro constitucional, fazendo que funcione a arquitetura constitucional e fazendo possível um melhor funcionamento ao ir fixando umas regras de entendimento aceitáveis para todos. O secreto do sucesso da arbitragem é o de estabelecer o entendimento dentro das diferencias, mentres que no modelo espanhol o TC é o sistema que garante que só a visão madrilena faz verdadeiro sentido,

-Do T.C. o primeiro que apontar, é a designação partidária dos seus membros, e até o frequente caso do bloqueio partidário[109] da sua renovação, que se deu em não poucas vezes. Isso já nos fala de qual é o seu modelo. E se unimos isso ao facto antes comentado **e que pela sua importância repito**.

Quando um espanhol (castelhano/espanhol ou assimilado) designa a alguém para um cargo, além dos méritos que possa ter, realiza isso aguardando a sua fidelidade (de cão). Para um espanhol não é nem inteligível nem admissível que uma pessoa que designou num posto, não resolva nesse posto como ele resolveria, for membro do Supremo Tribunal ou do Tribunal Constitucional, ou onde quer que for[110].

No Tribunal Constitucional espanhol foram designados membros dele, pessoas que no seu momento se declararam contra a Constituição, e não foi um único caso, por serem franquistas reconhecidos. Os partidos *–do estado* - esforçam-se por converter o T.C. numa terceira câmara não eleita e onde possam ajustar uns a outros batalhas que politicamente tinham perdidas. Sabendo que ante o Tribunal Constitucional e de acordo com a Lei não tem todos os mesmos privilégios[111], como a da suspensão com a simples apresentação de recurso por parte do governo do estado.

De facto, o estado espanhol se proclama um estado descentralizado e quase federalizante e funciona uma concentração madrilena na toma de decisões e mais do que isso, com uma espantosa recentralização[112].

---

[104] Incluso eletivo, como no âmbito anglosaxão

[105] "Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos" (Adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966.). E Castela/espanha o incorporou, de acordo à Constituição, ao seu ordenamento jurídico INTERNO. https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1977-10733. E assinados os protocolos anexos, que convertem em, de obrigado cumprimento, as resoluções do Comité/conselho de direitos civis da ONU com sede em Genebra.

[106] http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/ConsejoDeEuropa/Documents/Acta%20de%20Adhesi%C3%B3n%20de%20Espa%C3%B1a%20al%20Consejo%20de%20Europa.pdf

[107] É pura legislação franquista, sem dissimulo.

[108] https://www.huffingtonpost.es/2015/02/23/onu-ley-mordaza-codigo-penal_n_6736032.html

[109] http://www.legaltoday.com/opinion/articulos-de-opinion/renovacion-del-tribunal-constitucional-y-sentido-del-estado

[110] Um conhecido jurista galego de prestígio, ele bom amigo, comentara-me uma vez quando o Governo de Passos Coelho teve vários reveses seguidos no Tribunal Constitucional Português: Isso na Espanha seria impensável, que juízes, muitos deles da linha conservadora e próximos a Passos Coelho lhe botem abaixo projetos chave por não se ajustarem a Constituição... Na Espanha fariam da Constituição um farrapo, mas o amigo/designador é sempre primeiro.

[111] No tema do Tribunal Constitucional são inúmeras as recomendações e mais do que isso, europeias, sobre o funcionamento -de quem tem que ser árbitro https://www.eldiario.es/catalunya/politica/Comision-Venecia-Ley-Tribunal-Constitucional_0_621188044.html

[112] https://www.ara.cat/es/opinion/Jordi-Angusto-Madrid-imperial-costa-periferia_0_2040396169.html https://www.ara.cat/es/opinion/Jordi-Angusto-falacia-redistribucion-ricos-pobres_0_2040396171.html

No 2015 reformaram a Lei do Tribunal Constitucional, fazendo de facto uma reforma da Constituição com noturnidade e[113] sem anunciar-se previamente nem debater-se; e isso quando o Partido Popular aproveitou uma emenda **a lei dos orçamentos,** e reformou o Tribunal Constitucional, tirando-lhe de fato a condição de *ente arbitro* para passar a ter condição de um elemento mais do sistema judiciário[114], quando constitucionalmente não é sistema judicial. E tudo porque ante uma questão política em vez de enfrentá-la politicamente, decidiu-se que for ao velho modo da justiça madrilena, fazendo assim um fraco favor ao futuro do estado espanhol como democracia consolidada[115]. Ou como diz o Catedrático Perez Royo, em vez de fazermos a necessária reforma da Constituição, realiza-se uma reforma pelos factos, sem dizer que se faz, e fazendo isso procede-se a voladura de todo o pacto e arquitetura constitucional.

Ler votos particulares de magistrados do TC, quando se produzem, amossam vez após vez, a pesar da linguagem jurídica, -o cansaço e a sensação -, de beco sem saída no que se vai inserindo o estado. Além de todo isso, no estado espanhol vive-se neste momento, um processo de autodeterminação no Principat.

E o jeito em que o estado age ante esse desafio político, com o uso tão peculiar que faz do judiciário, convertendo assim esse processo, num verdadeiro espelho onde se pode olhar o sistema judiciário completamente despido e voltando aos mesmos delitos que a ditadura franquista utilizou para assassinar miles de pessoas -*rebelión y sedición*-, especialmente quando têm que entrar no assunto. (Bélgica, Alemanha, Suíça, Reino Unido...).

Como diz Palacin[116], este processo liquida o estado de direito, ao agir num assunto político, o judiciário, de jeito tão pouco independente e partidariamente determinado[117].

Como com Franco, agora de novo a única alínea da Constituição que é intocável, é um princípio sagrado que vai além do direito[118], é o

Artigo 2

La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles,

Mas ninguém reparou que este artigo, que com umas redações ou com outras está desde a constituição de 1876, passando pelas leis "constitucionais" franquistas, -as chamadas leis fundamentais -; pois o que está afirmando em realidade, é a condição de plurinacional do estado espanhol, pois essas redações são inexistentes nos estados unitários, porém a redação que figura na Constituição espanhola vigorante, e que forma **a trave mestra jurídica da instrução do juiz Llarena**, é praticamente idêntica à forma de como isso figurava na Constituição do império austro-húngaro[119].

Resumo Final:

O estado espanhol tem constitucionalmente desenhado um sistema democrático de direito, na realidade do dia a dia isso do estado de direito são águas de bacalhau.

---

[113] https://www.eldiario.es/politica/PP-cambios-TC-Senado-oposicion_0_436757331.html

[114] Esse tribunal era presidido por De Los Cobos, militante do PP, porém a lei orgânica do PJ, proíbe a pertença a partidos dos magistrados. O TC resolveu que isso a eles não afetava por não serem um órgão judicial. Essa mesmo Tribunal e presidido pelo Sr. De Los Cobos, converteu aceitando a constitucionalidade do TC, em parte do sistema judicial como pão de relevo dous votos particulares, e fazendo desse jeito uma verdadeira reforma da Constituição, como manifestaram a maioria dos catedráticos na matéria do estado. Saído o Sr. De los Cobos do TC o governo tenta introduzi-lo no TEDH, porém não foi admitido e foi excluído de forma que se deixou claro que o candidato, além de não reunir méritos, -pontuou-se nos méritos com zero, mentira no seu currículo.

[115] Declaração de Martín Palacin, juiz aposentado do Tribunal Supremo.

[116] https://www.youtube.com/watch?v=tPm1JT9uuCM

[117] Quando se quer designar um magistrado xis para um cargo ou não se quer alguém determinado, no estado saltam-se as próprias normas legais de que se dotaram para o assunto, e saltam por cima delas como o faria qualquer delinquente (estado de direito?). A designação de Barrientos de Pte. do Tribunal de Justiça da Catalunha está impugnado pela magistrada a quem lhe correspondia de acordo aos méritos estabelecidos, mas o critério político era os catalães nenhum é de fiar, e ela reclamou no Tribunal Supremo essa designação e lá segue dormindo. Foram promovidos por surpresa outros magistrados catalães a cargos fora da Catalunha, para se assegurar uma composição esquisitamente castelhana dos órgãos superiores na Catalunha. (castela/espanha nunca falha)

[118] E tão sagrado, pois como diz P. Bourdieu n'O Estado: "O estado é o único deus verdadeiro das sociedades modernas", e que justifica qualquer suborno, corrupção, prevaricação, assassinato ou que for.

[119] Preparo uma análise pelo miúdo da questão da unidade sagrada do estado. Unidade que só se concebe desde o submetimento e nunca como um entendimento fraterno entre povos entre povos. O amor do poder é muito semelhante ao amor do maltratador, nas relações de parelha. E desde 1876 o estado não deixou de se reduzir. Vai ser em plena guerra de independência de Cuba em que praticamente por unanimidade Congresso e Senado afirmam a condição de indivisível da nação espanhola, e essa condição de indivisível se afirma incompatível com a autonomia aos territórios sublevados, era o único que pediam, até o carniceiro de Cuba, o general Weyler pensou que se agia como verdadeiros doidos.

4. CAROLINA CORDEIRO, ESCRITORA, UNIV DOS AÇORES. AICL

TEMA 3.1. FERNANDO AIRES E O TEMPO

De acordo com o físico Carlo Rovelli nem o tempo passado nem o tempo futuro existem, em absoluto.

Sendo assim, como interpretar o Diário I da obra *Era Uma Vez o Tempo* do escritor açoriano Fernando Aires?

Ao deambular pela sua descrição de um mundo e de uma vivência particulares, encontramos um tempo vivido, logo passado, uma experiência e um saber d'outros tempos. Não havendo, para a física moderna, a noção de tempo como conceito absoluto, como podemos classificar e aferir, então, os conhecimentos datados dos escritos do diarista açoriano?

Numa tentativa de esboçar, sinteticamente a noção de tempo para campos como a física, seguindo as teorias não só de Rovelli, mas também as de Stephen Hawking, tentaremos interligá-las às noções de tempo que a gramática e a literatura empregam e a partir dos quais, todos nós nos temos regido. Será que andámos a ler e a falar em tempos desconexos do tempo da realidade?

Comecemos por tentar explicitar e clarificar, dentro das nossas capacidades o que, afinal de contas, é o Tempo e qual a sua natureza? Como o vemos, como o sentimos, como o vivemos? É uma realidade, uma teoria, um conceito absoluto ou relativo? Será que *ele* fica mais curto à passagem das horas ou permanece no mesmo sítio antes e depois da passagem dos ponteiros do mecanismo a que chamamos relógio e nós é que mudamos?

Segundo Stephen Hawking

> "*Pode dizer-se que o tempo começou com o Big bang, no sentido de que os primeiros momentos não podiam ser definidos. Deve sublinhar-se que este começo no tempo é muito diferente do que tinha sido considerado previamente. Num universo imutável, um como no tempo é uma coisas que tem de ser imposta por algum ser exterior ao universo; não há necessidade física de um começo. Pode imaginar-se que Deus criou o universo em qualquer momento do passado. Por outro lado, se o universo está em expansão, pode haver razões de natureza física para um começo*." (Hawking :1996, 18-19)

Não havendo medição inicial para o tempo, como é que chegámos à questão do tempo não só no nosso dia-a-dia, mas também na nossa língua?

Se *"[q]ualquer teoria física é sempre provisória, porquanto não passa de uma hipótese; nunca consegue provar-se*." (Hawking: 1996, 19) e sabendo que o tempo é uma convenção, na aceção dos homens, como e porquê medi-lo, cientificamente?

Medimo-lo por necessidade de enquadrar e disciplinar todo o nosso viver; medimo-lo, pois, aquando da deposição da teoria de que o tempo era absoluto foi e evidenciou-se a teoria da relatividade, percebemos que o tempo gasto, é *"apenas a distância percorrida pela luz (…) dividida pela velocidade."*

Assim, *"[q]ualquer observador pode calcular com precisão o tempo e a posição que outro observador atribuirá a um acontecimento, desde que conheça a velocidade relativa desse outro observador*." (Hawking: 1996, 33). Ou por outra, o tempo não é indissociável do espaço. Combina-se "*com ele para formar um objeto chamado espaço-tempo" (Hawking: 1996, 35) É como se o tempo fosse uma onda mensurável, a partir "do Sol e de Alfa do Centauro através do espaço-tempo*." (Hawking: 1996, 36) e este *"espaço e tempo não só se afetam, como são afetados por tudo o que acontece no universo*." (Hawking: 1996, 47)

> "*Uma vez que nada pode ser deslocado com velocidade superior à da luz, só um acontecimento futuro poderá ser afetado pelo que acontece agora e o que agora acontece é um presente condicional, pois são acontecimentos que não se encontram nem no futuro nem no passado*. (Hawking: 1996, 39).

> *"[É] impossível prever acontecimentos futuros com exatidão, pois nem sequer é possível medir com precisão o estado do universo*!" (Hawking: 1996, 71). E se cada acontecimento do presente condicional só é conhecido após 8 minutos, uma vez que é esse o tempo que a luz do sol leva a alcançar-nos. (Hawking: 1996, 40), assim mede-se o tempo, mas é um tempo sempre relativo e nunca absoluto: *"cada indivíduo tem a sua medida pessoal de tempo, que depende do local onde está e da maneira como está a mover-se".* (Hawking: 1996, 47) e *"à medida que o tempo passa, o universo expande-se; se andasse para trás, o universo ter-se-ia contraído*." (Hawking: 1996, 97)

Antes de prosseguirmos, é preciso não esquecer que "*o chamado tempo imaginário é realmente o tempo verdadeiro e que aquilo a que chamamos tempo é produto da nossa imaginação. No tempo real, o universo tem um princípio e um fim em singularidades que formam uma fronteira para o espaço-tempo e perante as quais as leis da ciência deixam de ser válidas. Mas no tempo imaginário não há singularidades nem fronteiras. Assim, talvez aquilo que chamamos tempo imaginário seja realmente mais básico e aquilo a que chamamos tempo real seja apenas uma ideia que inventámos para nos ajudar a descrever como pensamos que o universo é. (…) (*Hawking: 1996, 164)

"*Portanto, não tem significado perguntar, o que é real, o tempo "real" ou "imaginário"? Trata-se apenas de saber qual é a descrição mais útil."* (Hawking: 1996, 165). Se, digamos, no tempo absoluto "*cada acontecimento podia ser rotulado por um número chamado "tempo" de uma maneira única e todos os relógios mediriam o mesmo intervalo de tempo entre dois acontecimentos*." (Hawking: 1996, 167) não se poderia ter chegado à conclusão que de *"cada observador tem a sua própria medida de tempo, registada pelo seu relógio; relógios diferentes não coincidem necessariamente uns com os outros."* (Hawking: 1996, 167) e a medida de Aires pode ser assim:

P. Delgada | 7 maio 86/ Tempo do relógio que aprisiona os meus dias em horas e minutos. Tempo em que muito pouco de mim decide e escolhe. O ponteiro do Sol avança no mostrador esmaltada de azul em direção a mais um dia que passou. (…) Tempo das horas certas na incerteza do dia que virá. (Franco: 2015, 118)

Para que cheguemos a uma possível conclusão sobre este tema, não poderemos deixar de entender que

"O aumento de desordem ou entropia com o tempo é um exemplo daquilo a que se chama uma seta do tempo, qualquer coisa que distingue o passado do futuro, dando um sentido ao tempo. Há, pelo menos, três setas diferentes para o tempo. Primeiro há a seta termodinâmica, o sentido do tempo em que a desordem ou estropia aumenta. Depois há a seta psicológica, ou seja, a direção em que sentimos que o tempo passa, em que nos lembramos do passado, mas não do futuro. Finalmente, há a seta cosmologia, que é o sentido do tempo em que o universo está a expandir-se, e não a contrair-se." (Hawking: 1996, 169), logo, *"a seta psicológica é determinada pela seta termodinâmica e que estas duas setas apontam necessariamente no mesmo sentido*." (Hawking: 1996, 169) e a

"nossa noção subjetiva do sentido do tempo, a seta psicológica do tempo, é, portanto, determinada dentro do nosso cérebro pela seta termodinâmica. Tal como um computador, devemos lembrar-nos das coisas pela ordem em que a entropia aumenta. Isto torna a segunda lei da termodinâmica quase trivial. A desordem aumenta com o tempo porque medidos o tempo no sentido em que a desordem aumenta. Não pode haver uma aposta mais segura!" (Hawking: 1996, 172)

E, como começamos este nosso texto, tanto Carlo Rovelli como Hawking, constatam que "*as leis da física não distinguem tempo para trás de tempo para diante*" (Hawking: 1996, 177) havendo sim, as já referidas setas do tempo

"que distinguem realmente o passado do futuro: a seta termodinâmica, o sentido do tempo em que a desordem aumenta a seta psicológica, o sentido do tempo em que nos lembramos do passado, e não do futuro, e a seta cosmologia, o sentido do tempo em que o universo se expande, em vez de se contrair." (Idem)

Ao ter em mente estes conceitos, como poderemos ler o tempo descrito nas páginas do diário de Fernando Aires? Em jeito de curiosidade, o próprio diarista afirma a 2 de junho de 1985:

"(…) Mas o grande mistério, no meio de tudo isto, sou eu próprio, microcosmo organizado com a matéria de que se gerou terra, plantas, animais e astros. Mas marcado da cabeça aos pés pela irreverência de decidir sozinho as rotações e as translações, os eclipses e as mutações duma órbita imprevisível aos astrónomos de todos os quadrantes. E tudo isto tocado da transitoriedade dos cometas, fosforências de meteoro riscando o azul ferrete de setembro e explodindo no espaço para nunca mais…/ Por isso, sinto, por vezes, o desejo inadiável de aproveitar o momento único, e viver a inconsciência do Instinto, na espanta de que, por esta via, poderei entrar em íntima harmonia com a música das esferas, sincronizadas, a milhões de anos-luz. Disciplina eterna duma Nona Sinfonia cantada pelo coro formidável das galáxias." (Franco: 2015, 71)

Para isso, abordaremos, sucintamente a questão de literatura açoriana e seguidamente à questão de autobiografia, associada à noção de escrita diarística.

Quando nos referirmos aqui à literatura açoriana, estamos a fazer referência a um olhar específico das coisas, sobre as coisas*. "A Ilha é o mundo e o homem, é a substância mesma da sua criatividade, é como a medida de todas as coisas*…" (Pires: 2013, 13). E, sabemos que, como afirma Mónica Serpa Cabral, a literatura açoriana insere-se na literatura nacional, "*porque geminou de sementes trazidas do continente ao longo dos tempos, mas é diferente porque cresceu e frutificou em solo igualmente diferente*" (2015: 26) e o que encontramos em Fernando Aires é, em grande parte aquilo que Anatole France, diz: *"[u]n homme n'est rien, quand il n'est pas le produit de sa terre."* (Cook: 2001/04, 105).

Já dizia Martins Garcia que se julgar que "*a literatura açoriana se resume num espaço geográfico seria condená-la a fronteiras que ela jamais reconheceu*" (Garcia: 1987,113) pois "*deixou de acatar as normas da estreiteza regionalista para abordar os mais variados problemas da condição humana*". (Idem. 114).

Também, no nosso entender, *"[o] escritor açoriano não existe para substituir-se ao escritor nacional ou internacional. Ele aspira também a ser lido no país e no mundo — é para isso que escreve e publica. Mas sem deixar de ser açoriano."* (Idem).

Uma vez que, na perspetiva de Carlos Fuentes, a "*literatura é um evento contínuo em que o passado e o futuro se inter-relacionam e se se transformam mutuamente."* (Almeida *apud* Freitas: 2013, 250).

Já tendo uma referência sobre a noção de tempo e sobre o nosso conceito de literatura açoriana, passemos agora à questão da autobiografia, mais em concreto à composição literária do diário.

Como já anteriormente, perante vós, afirmamos as marcas do género da autobiografia, nos escritos de um autor, poderão ser algo tão díspares e imensuráveis como a inspiração/emoção vinda do que o rodeia ou, simplesmente, poderão ser algo tão individual como a presença do seu visível "eu" real que oscilará, por ventura, entre a forma e a função desse mesmo "eu" (Rocha: 1992), até porque em qualquer um dos textos, tratar-se-á de um assunto já resolvido e fechado, por assim dizer.

Não será, portanto, estranho conceber a recorrência amiúde à memória, e consequentemente, haver um pressuposto de que o que foi dito pode ser ficcional ("*Vou mais longe — além, onde as datas já são baças" (Franco: 2015, 36). De tal forma pode haver a presença da ficção no registo do quotidiano que, por vezes, o autor desse género literário é apelidado de "autopseustos*"[120] (Lacouel-Labarthe e Nancy: 1978, 125 apud Catelli: 1991, 10).

Acreditamos que em toda a obra de ficção está patente um olhar sobre as coisas, essas que já passaram por diversas interpretações, e, portanto, na escrita, há um certo traço de "intimidade".

Recorrendo a esse termo, sabendo que o registo mais íntimo que pode haver, em termos escritos é de um "eu" de um diário, sabemos que haverá também um "tu" leitor e que, segundo Todorov (1999), no final, *"cada um dos outros [do "tu"] é um eu também, sujeito como eu (*Idem). Sabemos que o diário é "*em muitos casos, um ato de contrição de pecados vários, desde os da carne até aos do espírito*" (Rocha: 1992, 31), e que qualquer autor imagina, ou seja, forja metáforas para o mundo que descreve (Olney: 1972, 47) e que cada metáfora acarreta em si todas as ondas de compreensão que o autor tem do que escreve e que cada leitor terá outra(s) onda(s) de interpretação, todas estas a partir de um centro convexo.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, um diário é, entre outras definições "[4]. Obra ou género literário cuja narrativa é feita através de um conjunto de registos mais ou menos diários, geralmente de caráter íntimo."(**https://www.priberam.pt/dlpo/di%C3%A1rio**) e, de acordo com o Dicionário de Termos Literários, de Carlos Ceia, uma obra ficcional é uma obra onde "o termo 'ficção' é geralmente contraposto à verdade histórica e historiográfica; mas análogo sentido negativo se insinua na esfera literária, ainda quando a ficção adopta técnicas de imitação verista da natureza ou de formas documentais.

Na linguagem comum, 'ficção' significa quase sempre invenção, obra da fantasia ou da imaginação, fabricação fabular, lenda ou mito. É, pois, uma palavra geralmente oposta a 'facto/s'e a 'realidade'. Genericamente, o termo significa, em conformidade, afirmação sem fundamento, narrativa forjada, falsificação, dissimulação, fingimento; ou, mais especificamente, histórias, contos, novelas, romances da invenção de um escritor, de uma época de uma literatura.

Os adjetivos 'fictivo' ou ficcional', aplicados a textos literários, sobretudo narrativos, não têm, contudo, a mesma carga pejorativa ainda hoje associada, por exemplo, ao termo 'fictício', na medida em que convenham na valoração estética desses textos." (http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6340/ficcao/)

Logo, podemos inferir que o diário de Fernando Aires é, até certo ponto, um relato autobiográfico que poderá, ou não, conter elementos ficcionais e é, de igual modo, uma grande obra onde, como em todas as grandes obras, o leitor se revê a si próprio e ao seu mundo, da mesma forma que trata de aspetos universais e de sentimentos idênticos a toda a humanidade e que reúne todas as vivências e memórias, pois é nela, na grande obra, que "*las cosas se convierten en rostos que hablan, se humanizan [que o sujeito] relatándose a sí mismo, se aísla del mundo en un narcisismo ilimitado*" (Demetrio: 1999, 153)

Numa visão mais moderna, a "*crítica deixou de procurar nesta a representação mais ou menos fiel da história pessoal, e prefere entendê-la como uma recriação em que se fundem memória e imaginação, uma combinação entre a experiência vivida e efabulação. Nesta perspetiva, a formação do eu através da palavra, corresponde a um segundo nascimento, e o sujeito que (se) narra é um outro, um duplo da pessoa real. Esse eu, é uma personagem, que apenas difere da personagem de ficção por ser protagonista duma vida da qual o próprio eu, não é autor, é somente o coautor"* (Ricouer apud Rocha: 1992, 46)

No fundo, a dualidade do eu é sempre "*razão de ser de uma busca afinal impossível*." (Rocha: 1992, 47) como se fosse o autor uma espécie de Narciso que contempla sua imagem refletida quando essa mesma imagem é o próprio autor e uma reprodução.

Ainda segundo Rocha, "*na escrita intimista como modelo desse diálogo/monólogo, em que se cruzam as vozes dum eu dividido por força do seu isolamento, da sua inquietação, ou então do seu excesso*." (Rocha: 1992, 56), como se fossem "*um jogo de fuga e cristalização. (…) [um] [d]esdobramento do sujeito, condição ilusória da imagem, mobilidade do reflexo, desejo de fixação e eternizarão da figura refletida*" (Idem, 51), ou ainda, onde *"o impulso que conduz a um ato de escrita em que o sujeito se reflete e reflete sobre si mesmo.(…) mas [onde] a imagem permanece, como um símbolo do modo como o eu se reflete no espelho das palavras*." (Ibidem, 51-52). New York: Crown Publishers, 1962, 225 apud Olney: 1972, 8).

Ora, se *"[a] escrita íntima [é] uma recriação individual do mundo: por ela, o sujeito situa-se no universo, ordena a sua vida na escrita, como quem arruma a casa, e sacraliza o seu universo*." (Rocha: 1992, 53-54). Se para muitos autores, o escrever é sinónimo de recordar será o escritor quem terá a possibilidade de reconstruir e rememorar pela sua criação estética aquilo que pretende, refletindo-se e ao seu mundo, então,

[120] Aqui fazemos referência à indicação do termo, de origem grega, afirmado primeiramente por Lacouel-Labarthe e NANCY, J. L. (1978) *L'absolu litteraire Théorie de la literature du romantisme allemand.* Paris: Ed. du Seuil, 125 e que significa "aquele que mente sobre si mesmo". Tradução nossa.

no nosso entender, o Diário I de Fernando Aires, é uma tentativa de mostrar-se a si a ao seu mundo, dentro daquilo que ele deseja mostrar e sempre tendo em mente que, por passar pelo crivo do tempo, a memória poderá atraiçoar-lhe o correr da escrita.

Ele próprio afirma:

P. Delgada | 27 dezº 84/ Um Diário, no fim de contas, escamoteia, forçosamente, o essencial Não é possível nesta dimensão, um convívio leal, a céu aberto, com os outros. Há o pedro e as conveniências, e todo o enredo de uma linguagem e de atitude que o mercado social fiscaliza, espia, seleciona e penaliza quando não convém. (…) / O resultado de tudo isto, é quer queiramos quer não, esta ilha perdida, sem remédio, que nós somos, e cujo cume solitário e remoto antigos com a morte — momento supremo do tempo pessoal em que no isolamento e no silêncio absolutos, carregamos sozinhos com a esperança (ou o desespero?) de ouvirmos (ou não?) chamar pelo nosso nome." (Franco: 2015, 49)

Este diário abarca os anos decorridos entre 1982 e 1986. Durante este período é notória a utilização de expressões temporais, ou não fosse esta obra um diário. Não é um registo totalmente fidedigno à passagem dos dias, mas conseguimos ter um panorama geral do que lhe aconteceu nesses quatro anos, especialmente à velha questão do cansaço:

"P. Delgada | 2 de março 83/ Remeto-me ao casulo como um bicho. Não encontro, nos meus arredores, voz viva que compreende a minha voz. Não é que me julgue grande coisa: não tive (nem tenho) projetos de ser centro de nenhuma circunferência. Mas acho que não é demais pedir à minha única vida, o possível acerto que me ajude a cicatrizar raiva e deceção. Por isso não quero mais o puro som gratuito das confissões de benquerer. Não mais a insinceridade dos sorrisos e das mãos abertas, mas cheias de vento. Não mais o ruído da voz só porque se teme o silêncio. Já basta o passar dos dias a esvaziar-me de mim. / Quando quase tudo nos mente à volta, só fica o que resta de nós. É talvez por isso esse monólogo contínuo comigo mesmo." (Franco: 2015, 22)

Nesta pequena entrada, temos toda a prova do que dissemos quanto à categorizarão desta obra como diário, como registo autobiográfico e sem dúvida, quanto à questão do tempo: o texto refere-se ao passado e esse passado, é mensurável, de acordo com a perspetiva do nosso autor, mesmo que para nós, leitores, tal data poderá não ter correspondido, de todo, à mesma visão. Como tempo mensurável, é possível entender que há mecanismos que temos de nos munir para melhor traduzir as nossas emoções. É dessa forma que aquilo que pensamos, associamos a uma palavra e essa palavra tem uma correspondência de sentido e significado. Daí que um tempo verbal passado nos reporte para um evento imperfeito, perfeito ou mais que perfeito, logo exequível de ver na onda do espaço-tempo. As gramáticas das línguas têm essas disciplinas, áreas que nos indicam como se expressa determinado pensar. Na obra de Aires é o passado que é presença constante, ou não fosse um diário um relato de um acontecimento, como já referimos, passado, logo fácil de entender e situar num contexto espaçotemporal.

Noutra entrada, vê-se a crítica pelo presente, já passado:

P. Delgada | 17 setº 83/ Conflito entre preservar e mudar. Hesitação entre prudência e risco. Entre estar aqui e embarcar para o desconhecido. (…) O quotidiano é o espaço da ambiguidade, porque mudar é fonte de angústias — embora se morra de tédio no universo do mesmo. Olho à minha volta e vejo. Vejo que se critica com enormes gestos o despotismo, mas que se recebem pensões chorudas dos déspotas com a curvatura de espinha de qualquer cortesão. E tão depressa dizem morrer pela igualdade e pela justiça, como mostram o imenso desprezo pela canalha. (…) Dialética que leva o filósofo a gerar o antifilósofo." (Franco: 2015, 26)

Outra entrada, desta feita, no nosso entender, com cariz mais poético:

P. Delgada | 5 maio 84/ Depois de um dia de egoísmo, eis-me em casa no meio das vozes de todo os dias. No meio das coisas de todos os dias — das que vejo e das que oiço há tanto tempo que deixei de as ver e de as ouvir. / Pergunto-me com força: Mas o que é preciso para que amanhã não escureça e seja um dia inteiro madrugada? Sem o fastio das coisas inúteis? (…) / Quando tomamos consciência do que somos, já é tarde para nos refazermos outros. E que outros refaríamos? Como se fizesse sentido…" (Franco: 2015, 28)

Numa outra entrada, parece que Fernando Aires sabia que, mais cedo ou mais tarde, a questão que aqui debatemos seria encetada, pois ele diz "que o tempo seca tudo até à raiz", diz também que a "*cronometria é a ciência e a arte que lhe dirigem a vida. Um atraso de cinco minutos, e aí temos a maquineta aos sopros, aos bufos, de cenho franzido e em vias de se desarranjar. O passeio dominical, de automóvel, é tão pontual como o beijo na face de manhã e à tarde. Pontualmente, às vinte e duas e trinta, maquineta vai para a cama, mesmo que a noite esteja perfumada do luar e das estrelas*." (Franco: 2015, 29)

Continuando a sua senda de referência ao tempo, temos inúmeras expressões, tais como "Há anos", "Há três dias", "Naquele tempo", "O tempo passado", "Há que tempos", "Ontem", "Lembro o tempo" ou outras, similares a estas.

Temos, de igual modo, expressões que nos evidenciam uma metáfora para as teorias científicas exposta por nós e defendidas por Rovelli ou Hawking: "*O passado é uma perda e o futuro uma privação. Perda e privação, dois vazios que geram angústias. Só resta o presente — contingente, fugidio, dependente da trama que me transporta e que não foi inteiramente tecida por mim*." (Franco: 2015, 34) ou ainda "*O passado é um mito, mas, por mais que se diga, não poder deixar de ser uma afeição*." (Franco: 2015, 40).

De uma forma geral, o nosso intuito neste imberbe estudo da obra de Aires é mostrar que, apesar das teorias científicas exemplificarem que o tempo é relativo, que é sempre, de um modo muito generalista, passado e que o nosso entendimento sobre ele é, em certa medida, erróneo conseguimos afirmar que mesmo nesse contexto, um diário é sempre um relato pretérito e condicionado pela relatividade da nossa memória.

A escolha por Aires recaiu pelo simples facto da sua escrita descortinar o mesmo deambular pelos dias como nós o entendemos.

É a confirmação última do diálogo entre um "eu" do diário e o "tu" do leitor.

Bibliografia consultada, referida ou citada

ALMEIDA, Onésimo Teotónio. (1983) *A questão da literatura açoriana: recolha de intervenções e revisitação.* Angra de Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura. Gaivota, 32.

————————————————. (2011). *Açores, Açorianos, Açorianidade*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2ª ed. ISBN: 978-989-8225-23-8

AMOSSY, Ruth. (org.) (2005) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz. Contexto.

BATISTA, José. (2012) *Contributos para uma noção de açorianidade literária*. Lisboa: Universidade Aberta. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares.

BETTENCOURT, Urbano. (2013) *Inquietação insular e figuração satírica em José Martins Garcia*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

CABALLÉ, Anna. (1995) *Narcisos de tinta: ensayos sobre la literatura autobiográfica en lengua castellana (siglos XIX y XX).* Madrid: Megazul. ISBN: 84-88803-10-9

CABRAL, Mónica Serpa. (2015) *O Conto Literário de Temática Açoriana.* Pico: Companhia das Ilhas e Autores. Coleção Transeatlântico nº 15. Série especial 003. ISBN 978-989-8592-93-4.

DEMETRIO, Duccio. (1999) *Escribirse: la autobiografía como curación de uno mismo.* Barcelona: Paidós. ISBN: 84-493-0788-0

Diário. Disponível em https://www.priberam.pt/dlpo/di%C3%A1rio. Acedido a 4 de setembro 2018

Ficção. Disponível em http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/ficcao/ . Acedido a 4 de setembro 2018.

FRANCO, Maria João R. S. (org) (2015). *Fernando Aires, Era uma vez o Tempo - Diário*. Guimarães: Opera Omnia. col. Rio Atlântico. ISBN: 978-989-8309-85-3

FREITAS, VAMBERTO. (2013) "Onésimo Teotónio Almeida & João Maurício Brás, Utopias em Dói Menor. Conversas Transatlânticas com Onésimo" Lisboa, Gradiva Publicações. i*n Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta. - Nº 22: 273-276

GARCIA, José Martins. (1993) "Lirismo e "ficção nos poemas de Roberto de Mesquita" *in Atas da III Semana de estudos da Cultura Açoriana e Catarinense.* Ponta Delgada: Universidade dos Açores. ISBN: 972-9340-80-3. pp. 97-108

————————————. (1995) *Exercícios da Crítica*. Coleção Garajau. Lisboa: Edições Salamandra. ISBN: 972-689-104-3

GIRARD, Alain. (1976) "Évolution sociale et naissance de l'intime" *in Intime, intimité et intimisme.* Lille: Colloque de l'Université de Lille, Éditions Universitaires.

JACOB, François. (1998) *A estátua interior: autobiografia*. trad. de Regina Louro. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Biblioteca Dom Quixote, 2

KAUFMANN, Jean-Claude. (2004) *L'invention de soi. Une théorie de l'identité.* Paris, Armand Colin. trad. CHAVES, Joana (2005) *A invenção de si: uma teoria da identidade*. Lisboa: Instituto Piaget, D. L. Epistemologia e sociedade; 233. ISBN: 972-771-816-7

LEJEUNE, Philippe. (1989) *On Autobiography.* trad. LEARY, Katherine. *Theory and History of Literature*, vol. 52. Mineápolis: University of Minnesota Press, VIII

OLNEY, JAMES. (1981) *Metaphors of self: the meaning of autobiography*. Princeton: Princeton University Press, XI. ISBN: 0-691-06221-8

————————. (ed.) (1980) *Autobiography: essays theorical and critical*. Princeton; New York: Princeton University Press. VIII. ISBN: 0691-10080-2

PIRES, António Machado. (2013) *Páginas sobre açorianidade*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições. 2ª ed. ISBN: 978-989-735-015-3

ROCHA, CLARA. (1992) *Máscaras de Narciso: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal.* Coimbra: Almedina. ISBN: 972-40-0708-1

VANIN, Maria Júlia Santa Rosa. (2003) *Ente o eu e o Outro - Identidade, nação e alteridade na análise da personagem João em Ilha grande fechada, de Daniel de Sá*. Porto Alegre.

YVANCOS, José María Pozuelao. (2006) *De la autobiografía: teoría y estilos*. Barcelona: Crítica, Letras de humanidad. ISBN: 84-8432-707-8

5. CHRYS CHRYSTELLO. AGLP, AJA/MEEA, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA. AICL

TEMA 3.1 SESSÃO DE POESIA DO CHRYS

502. açores 1 (2010)

no início era o fogo
e se fez verbo
depois, vieram os tremores
e se ergueram ilhas
vieram pássaros e árvores
arribaram gentes, gado e corsários
e brotaram açores
a terra insolente
insilente vomitava
humilhava vilas e aldeias

em debandada as gentes
alvoravam votando com os pés

depois, veio a fé
construíram capelas, igrejas, santuários
romarias, procissões e devoções
acartando nacos de terra no bornal
desbravando mares oceanos
colonizando havais, américas e brasis
miscigenando nações

sempre leais
fiéis
saudosos
do verde
das vacas
dos picos
regressam libertos de feudais grilhetas
perpetuam mitos
impérvios ao progresso.

504. volitando 4 maio 2011

vieram os deuses
plantaram ilhas
onde dantes havia água
nasceu a ilha-mãe,
havia a mãe-ilha,
outra era marilha,
uma a ilha menina
outra ilha-filha
nove irmãs

filhas de poseidon e de afrodite
nascidas da espuma do mar
nos montes verdes
rugiam dragões
cuspiam chamas
tremiam os chãos
secavam ribeiras
vomitavam magma
choviam trovões
de thor filho de odin
esquecido das gentes e animais
pobres escravos e colonos
amanhadores de rochas e fomes
desbravadores de mínguas
crentes e temerosos
orando promessas seculares
criam no destino sentindo-se culpados
ainda hoje penam
liberdades que não pagam dízimos
votam com os pés da emigração
a libertação de todas as cangas
mas voltam sempre
romeiros em promessas várias
açorianos até ao tutano
sem alforrias nem autonomias
perenes escravos destas ilhas
escrevem a história que poucos leem.

507 tanto mar (ao Vasco Pereira da Costa) [pico, 9 agosto 2011]

entre nuvens escrevo
tanto mar
e nele flutua
        a tua prosa
tanto mar
e não cabem nele
                os teus fogos ocultos
pairando sobre as ilhas
te deram vida
            sustento
            inspiração

tanto mar,
no teu pequeno bote
prenúncio de liberdades
        cravos e rosas
        espinhos e espigas
tanto mar

tanta montanha
vulcões por trepar
maroiços por construir
baleias por arpoar
pescador de palavras ilhíadas
lavrador de poemas
da prainha do pico
à heroica angra
ao choupal das letras
tanto mar
e não cabem nele
teus livros por acabar.

510. lancha do pico a José Dias de Melo (pico, 9 agosto 2011)

lá vem a lancha
lá vem
traz imigrantes, viajantes
memórias vãs por limar
da terra, do fogo
do tempo sem prazo
da fome e do medo
das socas de milho
das pedras por maroiçar
votaram com os pés
fizeram-se ao mar
sem botes nem baleias
para a lonjura das amercas
novas vinhas por esmoutar
voltam abonados
impantes de dólas
sem sueras nem albarcas
ao rossio do mar
lampeiros, apatacados
emigrantes mendigos
de memórias por aparar
perderam as terras
ganharam o mar
lá vem a lancha
lá vem
a bordo não traz ninguém
picarotos perdidos
como só esta ilha tem
comem e bebem
reveem parentes
e gente de bem
perdidos em tempos idos

repetem saudades dos entes
sabe-se lá de quem
apadrinham festas e procissões
pagam dízimos e promessas
missas por alma de quem partiu
emigrados em amarcanas missões
lágrimas da ilha que os repeliu
do sangue fizeram vinho
do magma medraram uvas
em terra de rola pipas
debouçam bocainas, traveses e jarões
plantam casas e novos luxos
nas ilhas vazias de gente
com leiva de memórias idas
musgo de antepassados
à espera de filhos e netos
sem regressos nem partidas
lá vem a lancha
                lá vem
vazia
    já não traz ninguém

539. destino ilhéu, lomba da maia 11 fev 2012

olhei para o espelho dos dias
e vi-te partir
silente como chegaras
sem sorrisos nem lágrimas
vestias um luar sombrio
deixavas vazio o leito
num luto antecipado
agarrei as nuvens que passavam
levado na poeira cósmica
carpindo dores antigas
acordei sobressaltado
o livro da vida nas mãos
o livor nas faces
o fim há muito antecipado
ficar era o destino
sem levar as ilhas a reboque
será esta a sina ilhoa?

559. alabote 2, 16 agosto 2012 (ao Vasco Pereira da Costa e Eduardo Bettencourt Pinto)

o mar de novo
            e sempre
as ondas e a espuma
                sem sabor a maresia

esperma salgado do atlântico
não se vive sem mar
                numa ilha

574. soletras autonomia, 14 abr 2013

ilhas de névoas e gaze
de novelões e conteiras
do verde e do azul
ó gente de basalto
quem canta a tua gesta?
terras de maroiços
cais de rola-pipas
mar imenso abraseado
lacerado por vulcões
ilhas de bardos e músicos
    republicanos presidentes
    poetas, pintores e artistas
  anteros, nemésios e natálias
quem te liberta das grilhetas
            do passado feudal
            da escravatura da fé
            do atavismo ancestral?
soletras autonomia
gaguejas liberdade
titubeias emancipação
com laivos de insubmissão

624. permanências (à Judite Jorge), moinhos, 16/8/2013

esta gente daqui e dali
até do loural onde já fui
tem todo o tempo do mundo
nas permanências da judite jorge
esta gente daqui e dali
tem o respeito e o medo
o isolamento e a distância
esta gente daqui e dali
só tem futuro fora da ilha
mesmo sem sair dela
esta gente daqui e dali
viaja um harmonioso roteiro
no difícil equilíbrio das agruras
nas permanências da judite jorge
esta gente daqui e dali
entre ter e ser
ficar e partir
tece a bela açorianidade

632. ser açoriano, moinhos, 19/8/2013

não se é ilhéu
por nascer numa ilha
é preciso sentir-lhe a alma
partilhar raízes e dores
acartá-la nos partos difíceis
tratá-la nas enfermidades
acariciá-la nas alegrias
plantar, semear e colher seus frutos
alimentar as suas tradições
preservar a sua identidade
não se é açoriano
sem amar as suas ilhas
levá-las ao fim do mundo
morrer por elas
com elas
para elas

641. aos açores, moinhos, 24/8/13

aos açores só se chega uma vez
depois são saídas e regressos
transumâncias
trânsitos e errâncias
…
dos açores não se parte nunca
levamo-los na bagagem
sem os declararmos na aduana
acessório de viagem
como camisa que nunca se despe
…
nos açores nunca se está
a alma permanece
o corpo divaga
mas a escrita perdurará.

644. ao Cristóvão (de Aguiar), pico, 9 ago 2011/13 out 2013

descobriram no pico
maroiços milenares
piramidais construções
galerias ocultas
sem múmias nem tesouros
sem origem nem fim conhecido
falaram de fenícios, cartagineses
gente da pré-história

mas a verdadeira pirâmide
reside mais a norte
em s miguel arcanjo
numa atulhada falsa
com vista para s. roque
é a universal biblioteca
da nova alexandria
é lá que todas as noites
os livros se põem a dançar
debatem e trocam impressões
dão conselhos e admoestações
referem prodigiosas citações
partilham bailhos e saber
da universidade da açorianidade

702. PICO 24/11/17 moinhos

no rossio do mar
plantei as vinhas da vida
nos poços de maré
bebi água insalubre
nas bocainas, jarões e traveses
colhi o néctar dos czares
esta é a magia da ilha montanha
nela me sento e me sinto
órfão da atlântida perdida

703. mar de palavras, lomba da maia 6.1.2018

parti as palavras
como quem parte pedra
com elas calcetei avenidas
de sonhos incumpridos
plantei catos e cardos
como quem planta rosas
colhi espinhos
como quem colhe pétalas

e do ramo que te ofertei
brotaram palavras felizes
neste mar de letras que habitamos

TEMA 3.1. APRESENTA BIBLIOGRAFIA GERAL DA AÇORIANIDADE EM DOIS VOLUMES

Não nasci bibliógrafo, pois toda vida fui poeta, jornalista e tradutor, tarefas bem diversas da de compilar listas. De facto a pouca fama que acarreto devo-a a 24 anos de jornalismo na Austrália, empenhado na luta do povo de Timor com quem vivi de 1973 a 1975, seguida de uma prolífica atividade em Tradutologia (também na Austrália) onde durante décadas fui responsável pelo ensino e testes de candidatos a tradutores

e intérpretes oficiais, e - mais recentemente – alguma notoriedade surgiu após a criação dos colóquios da lusofonia em 2001 e que desde 2005 realizam anualmente dois eventos, um nos Açores e outro fora. Das obras que publiquei saliento poesia, crónicas, monografias, e ensaios, mas nada infimamente relacionado com Bibliografias.

Por que iria eu meter-me a compilar a Bibliografia Geral da Açorianidade? Por um mero acaso e necessidade.

Em 2009 criamos um Curso Breve de Açorianidades e Insularidades, na Universidade do Minho, seguido em 2010 pela criação dos Cadernos e Suplementos de Estudos Açorianos gratuitamente disponíveis para todos no nosso portal www.lusofonias.net. São de especial interesse para escolas, universidades e para os amadores da literatura em geral e destinam-se a quem anseia descobrir a Açorianidade literária[121]. A sua conceção assenta na premência de a dar a conhecer, servindo de complemento aos currículos regionais e às várias Antologias de Autores Açorianos que a AICL- COLÓQUIOS DA LUSOFONIA já publicou[122]. E foi então que constatamos a parca edição de bibliografias sobre a Açorianidade. Comecei por pedir ao Urbano Bettencourt o material do seu curso de açorianidades e despretensiosamente começamos a compilar dados sobre o Dicionário Bibliográfico de Inocêncio da Silva (1859-1923), a Biblioteca Açoriana de Ernesto Canto (1890), João Dias Afonso (1985-1997), entre tantas obras consultadas [123]

Aos iniciados e todos os interessados em autores e temas açorianos, sugerimos que consultem esta EXTENSÍSSIMA bibliografia, aqui compilada ao longo de sete anos (2010-2017). Incluímos nela todos os autores (açorianos residentes, expatriados e emigrados), estrangeiros ou nacionais, ilhanizados, açorianizados ou não, que escreveram sobre autores e temáticas açorianas, incluindo (por exemplo) Santa Catarina (Brasil), Canadá, EUA, Bermudas, Havai, etc. Incluíram-se referências bibliográficas a histórias da diáspora, da caça à baleia e tantos outros temas relacionados com a saga açoriana no mundo. Não se privilegiou a literatura, mas sim todos os ramos do saber sobre os quais se publicaram trabalhos, desde a biologia à botânica, à história, ciências sociais, etc. A listagem abarca autores mais recentes da diáspora, de origem ou descendência açoriana e que dela se servem para a sua escrita.

Adicionaram-se, em muitos casos, outros trabalhos destes autores bibliografados (que podem nada ter a ver diretamente com os Açores, mas que dão a sua dimensão como autores). De uma forma geral estão aqui incluídos todos os trabalhos que já logramos identificar, direta ou indiretamente, sobre os Açores, seus temas e seus autores. Exaustiva é sem dúvida esta Bibliografia iniciada por mim em 2010, mas ainda muito

[121] Adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do poeta Almeida Firmino (autor de ***Narcose***, e que no meu caso pessoal tão bem me carateriza

[122] Antologia Bilingue de (15) Autores Açorianos Contemporâneos, Antologia (monolingue) de (17) Autores Açorianos Contemporâneos, Coletânea de textos dramáticos de (5) autores açorianos, Antologia no feminino "9 ilhas, 9 escritoras"

[123] como por exemplo
Arquivo Açoriano
Arquipélago UAç
Bibliografia Analítica Das Bibliografias Portuguesas: (--/1974)
Bibliografia Analítica De Etnografia
Bibliografia Geológica Dos Açores, OVGA
Bibliografia Geral Dos Açores, SREC
Bibliografia Henriquina
Bibliografia para A História Da Igreja Em Portugal (1961-2000).
Bibliografia Sobre Arruda Furtado
Biblioteca Do Doutor Botelho Moniz
Biblioteca Pública E Arquivo De Angra (João Afonso)
Boletim Do Núcleo Cultural Da Horta
Catálogo de Publicações do Dept.º de Biologia da UAç 1976-2006
Dicionário Bibliográfico Portuguez (Inocêncio)
Enciclopédia Açoriana
Enciclopédia de Autores Açorianos Literatura Açoriana Lusofonia, Plataforma de apoio ao estudo da Língua Portuguesa no Mundo, José Carreiro, 2007-2013 Http://Lusofonia.Com.Sapo.Pt/Acores/Acorianos_Cronologia
Ferreira Bibliography of Portuguese Emigration To The Americas, Emphasis On The Caribbean
IAC, Atlântida E Insula
ICPD. Insulana
Instituto Histórico Da Ilha Terceira
Instituto Histórico E Geográfico De Santa Catarina
Leo-Pap Portuguese American Bibliography
Livraria Gil Autores Açoreanos
Luso American Literature Ed. Robert Henry Moser, Antônio Luciano De Andrade Toste
O Traje Nos Açores
Observatório Da Emigração Referências Bibliográficas Sobre Emigração Portuguesa
Portuguese Heritage Publications
Romanceiro Português Dos EUA De Manuel Costa Fontes

incompleta, embora seja já indicadora do que se tem produzido e muito do qual merece ser lido, analisado, criticado, trabalhado e traduzido sobre os Açores e seus temas, a autores, tradições, etc. Nem todos os trabalhos serão obras-primas ou relevantes, mas por entre o trigo e o joio há excelentes obras à espera de serem descobertas, lidas e ensinadas.

No natal de 2016, João Paulo Constância do ICPD (Instituto Cultural de Ponta Delgada), com o académico Rolf Kemmler da Academia de Ciências de Lisboa e Investigador da UTAD, fizeram uma revisão metodológica aos dados desta Bibliografia antes de poder ser publicada em livro de 2 volumes, cujo primeiro saiu a público no 28º *Colóquio da Lusofonia* em outubro 2017 e o segundo volume ora se apresenta também. Note-se ainda que logo a abrir este trabalho se encontra uma volumosa listagem de pseudónimos dos autores constantes da presente Bibliografia, bem como algumas das abreviaturas mais importantes usadas ao longo de mais de 1600 páginas e quase 19500 verbetes.

Devo referir que sem o apoio à publicação da Direção Regional da Cultura a que se juntou o apoio da Publiçor, Letras Lavadas, jamais seria possível à AICL - Colóquios da Lusofonia - lançar tão extensa obra, e – por isso – aqui manifestamos o nosso apreço por tal apoio. Continuaremos a atualizar a obra, corrigindo erros e lapsos, acrescentando obras, entretanto já publicadas e outras que escaparam à pesquisa inicial. Estudamos com a editora possíveis meios de acesso em linha à obra ora apresentada, mas só após se esgotar esta primeira edição em papel.

Com os aborígenes australianos compreendi que é possível preservar a nossa língua e cultura mesmo sem ter uma escrita por mais de 50 mil anos, com os chineses descobri o valor do futuro com base nos ensinamentos do passado, com os timorenses, macaenses e tantos outros aprendi outras partilhas de saber que ainda hoje fazem parte do meu quotidiano.

Como se pode optar por ficar aqui nestas ilhas e descurar todos os mundos que existem para lá deste arquipélago? É simples, uma pessoa fica ilhanizada como Almeida Firmino em ***A Narcose***, como se os outros mundos não tivessem importância a não ser para divulgar o segredo da existência de uma importante literatura de cariz açoriano. Foi preciso eu descer à Praia da Viola na Lomba da Maia onde vivo, subir ao Monte Escuro e aos sempiternos verdes montes micaelenses, ver as vacas alpinistas e o mar que nos rodeia para entender a açorianidade que nos leva a escrever.

Depois, é preciso viajar entre estas nove filhas de Zeus e entender os maroiços do Pico ao sabor do seu Verdelho, calcorrear o Barreiro da Faneca, pisar as areias esbranquiçadas de Porto Pim e meditar em frente ao ilhéu do Topo. É essencial partir à descoberta de cada ilha, sonhando com Dias de Melo nas agruras e na fome dos baleeiros, reler o Mau Tempo no Canal, parar num qualquer aeroporto e entender o Passageiro em Trânsito do Cristóvão de Aguiar, ler em voz alta a poesia do Fogo Oculto de Vasco Pereira da Costa, Viajar com as Sombras ou com o Tango nos Pátios do Sul de Eduardo Bettencourt Pinto, depois de revisitar as pedras arruinadas do Pastor das Casas Mortas ou a Grande Ilha Fechada de Daniel de Sá. Escolhi estes que melhor conheço, mas há muitos autores que não só merecem ser lidos, como deveriam constar obrigatoriamente de qualquer currículo de ensino.

Aqui no Pico há nomes incontornáveis neste arquipélago da escrita, (cito por ordem alfabética os mais destacados): Almeida Firmino, Dias Melo, Ermelindo Ávila, Fernando Melo, José Enes, Judite Jorge, Lacerda Machado, Manuel Ferreira Duarte, Martins Garcia, Pe. Nunes da Rosa, Rodrigo Guerra, Urbano Bettencourt. Tivesse eu fôlego e iria ao mítico Pico da Atlântida submersa, cujo magnetismo me fascina ao ponto de desejar, vezes sem conta, mudar de armas e bagagens para este Triângulo Sagrado onde prometo fazer imolações e outros sacrifícios nas aras do destino.

Aqui, na Gruta das Torres senti-me um salteador da Arca perdida à sombra do Pico que, ora se esconde, ora se revela num jogo constante do gato e do rato, que entusiasma e arrebata. Sinto o sortilégio. O mágico cume tem um íman que atrai a visão e nos desconcentra, sempre insistindo para o contemplarmos nas suas mil e uma facetas alteradas a cada segundo. *Não sendo das Bermudas este triângulo isósceles, que nunca escaleno obsceno, seria ótimo pousio final para as minhas cinzas quando chegar a estação de fazer como as cobras e trocar de pele. Despir a bela capa colorida terrena, de seis decénios, e vestir o cinzento das cinzas que seriam lançadas nesta lendária Atlântida de continentes submersos cujos picos vocês habitam.*

Quero salientar que é uma honra estar aqui nesta vila que foi a primeira da ilha, feita de gente que ao longo dos séculos sempre soube arcar com todas as dificuldades e domar a lava com ferros e marrões, e amontoarem a pedra em "***maroiços***", monumentos num rendilhado de jarões, traveses e bocainas. tarefa hercúlea como tantas outras que as gentes do Pico empreenderam ao longo de cinco séculos de colonização da agreste ilha, sem esquecer a luta titânica que nos seus pequenos botes travaram durante um século contra a baleia e ora descobrem novas formas de vida. Duma das vezes que aqui estive, em pleno centro de São Miguel Arcanjo, ao andar rumo à casa do escritor Cristóvão de Aguiar deparei com uma camioneta de passageiros, estacionada, aguardando o início de nova semana de trabalho. Ali me ocorreu a ideia peregrina de como seria culturalmente interessante a aventura de "pedir emprestada" a carripana, começar a percorrer as aldeias (ditas freguesias nas ilhas) e gravar as histórias que os passageiros fossem contando. A viagem não teria destino. Duraria tanto quanto as histórias dos seus passageiros. Não se cobrariam bilhetes. Pararia em todos os locais, para que contassem histórias e lendas do local onde paravam. Que livro maravilhoso não daria esse compêndio de histórias apanhadas ao acaso daqueles que tomassem o autocarro dos sonhos. Assim me despedi da ilha prometendo voltar com mais tempo.

Termino dizendo que esta é a magia da vossa ilha que se insinua como uma amante insaciada, mulher fatal capaz de marcar os destinos de todos os homens que têm a sorte de a encontrar. Bem hajam pela vossa paciência para me ouvirem.

6. DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO, BISPO RESIGNATÁRIO DE DILI E PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1996, SÓCIO HONORÁRIO Nº 1 E PATRONO AICL DESDE 2015

TEMA 3.3. MISSIONÁRIOS AÇORIANOS EM TIMOR ED. AICL MECENATO CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA,

Nesta minha breve intervenção no 30.º Colóquio Lusófono, de entre os Missionários açorianos que trabalham em Timor-Leste, quero sublinhar o papel de dois: Dom Jaime Garcia Goulart e o Padre Ezequiel Enes Pascoal.

1. Dom Jaime Garcia Goulart, natural de Candelária, ilha do Pico, foi o primeiro bispo da Diocese de Díli, em Timor-Leste, de 1945 a 1967.

Sem menosprezar o seu envolvimento no campo da missionação e da implantação da igreja local, o Bispo Dom Jaime dedicou especial atenção à educação e promoção da juventude timorenses, quer juventude masculina que feminina.

Uma das primeiras tarefas que exerceu quando chegou à Missão central de Soibada, no Reino de Samoro, em 1934, foi o de professor, na Escola de Professores-Catequistas, instituição destinada a prepara professores e catequistas timorenses para as Missões católicas de Timor; ele próprio fundou naquela missão o Pré-Seminário destinado aos candidatos ao sacerdócio; esse Pré-Seminário viria a ser canonicamente ereto em 1954, e transformar-se-ia no Seminário Menor de Nossa Senhora De Fátima (em Dare).

Por aquela instituição formaram-se vários dos atuais líderes timorenses.

Além do Seminário e da escola de São Francisco Xavier, para a preparação de Professores-Catequistas, Dom Jaime incentivou a abertura de muitas escolas na Diocese de Dili.

Quando deixou Timor em 1967, a Diocese de Dili tinha 30 escolas masculinas, 14 escolas femininas, 4 internatos masculinos e 4 internatos femininos.

O número de alunos era de 8 mil. A Dom Jaime se deveu a fundação do jornal a SEARA.

Como Bispo, a preocupação principal de Dom Jaime era governar, ensinar cuidar da grei. Elaborava relatório interessantes que eram apresentados à Santa Sé, e ao Governo Português (Ministério do Ultramar). Contudo, enquanto jovem sacerdote ele foi um bom escritor e um atento cronista.

Neste domínio, o então Padre Jaime Garcia Goulart revelava does de escritor nas crónicas que escrevia de Macau, as quais eram enviadas para o jornal Dever, que se publicava no jornal o DEVER, que numa primeira fase era publicada na ilha de São Jorge, e que mais tarde, na vila de Lages do Pico.

2. Padre Ezequiel Enes Pascoal - De pais açorianos, Ezequiel Enes Pascoal nasceu no Brasil. Ainda adolescente veio para Açores, e daqui seguiu para Oriente, onde frequentou o Seminário de São José, em Macau.

Ali frequentou os cursos preparatórios, e os cursos de Filosofia e de Teologia.

Ainda estudante, Ezequiel já vinha patenteando o gosto e o jeito para escrita. Tendo sido nomeado missionário em Timor no ano de 1932, foi, desde o início um diligente cronista, enviando regulamente, noticias para o Boletim Eclesiástico de Macau.

Em 1949, foi encarregado por Dom Jaime de dirigir o Boletim da Diocese de Díli, a Seara.

Se folhearmos os diversos números daquela revista, pela sua pena o Padre Ezequiel oferecia aos seus leitores muitos artigos interessantes. Artigos de índole religiosa, etnográfica, história e literária.

Em 1967, publicou o livro a “Alma de Timor vista na sua fantasia”, livro que os escritos do Padre Ezequiel Pascoal, constituem um património riquíssimo que deveriam constituir temas para teses e de pesquisas.

Porto, 23 de agosto de 2018

Dom Carlos Filipe X. Belo

7. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR, CANADÁ, VANCOUVER. E AICL

TEMA 4.1. A TRADUÇÃO COMO ELEMENTO CRIATIVO

Traduções, nomeadamente de poesia, requerem um redobrado esforço no que concerne à fidelidade relativamente ao texto original. No entanto, esse meticuloso trabalho enfrenta por vezes dificuldades cujas soluções forçam o tradutor a necessários malabarismos linguísticos. Uma delas, e que poderíamos designar por «adaptação», observa com cuidado o significado e a tensão da frase original, ou seja, o espírito do texto, mas não o segue literalmente. Que implicações resultam de tal método de trabalho? O autor beneficia ou é prejudicado por esse processo? Não é uma questão pacífica. As opiniões divergem, a favor e contra. Mas o que se impõe, sob o ponto de vista linguístico, tem a ver essencialmente com a observância das suas regras, por um lado, e não a sua alienação; pelo outro, quem traduz deverá também respeitar o seu contexto cultural e, nesse âmbito, atuar com toda a liberdade. Seja qual for o método, a verdade é que nunca deverá comprometer a integridade do original.

O poeta Eugénio de Andrade, que olhava o trabalho do tradutor como um ato também criativo, via a tradução como uma «transfusão de sangue». Aqui está outro aspeto que nos interessa desenvolver: a tradução como elemento criativo.

O meu primeiro contacto com a poesia de Pablo Neruda foi através de uma edição dos anos 70. Vivia nessa altura em Ponta Delgada. Tratava-se do livro *Vinte poemas de amor e uma canção desesperada,* traduzido pelo poeta e jornalista Fernando Assis Pacheco[124]. Foi um encontro extraordinário, tanto ao nível da qualidade poética de Neruda quanto à da tradução. Mais tarde, no remanso de uma bela e tranquila livraria em Madrid, dei com um título essencial na obra do autor chileno, em dois volumes: *Canto general*. Passei horas entregue ao fascínio e ao irresistível apelo daquela poesia torrencial que evocava, com o poder de uma tempestade lírica os vícios, as virtudes e a beleza inaudita de um continente cujo destino político e social estava, quantas vezes, sob o domínio persecutório de abomináveis líderes.

Foi nessa altura que comecei, com a indecisa mão de um estreante, a traduzir para o português aqueles poemas fluviais. A inexperiência e a insegurança não justificavam que o meu arrojo juvenil desse algum fruto visível fora do contexto da minha secretária. Fui, ao longo de meses, juntando papéis soltos e envergonhados com os meus intrépidos rabiscos. Num momento de clarividência, porém, decidi atirá-los sem remorsos para o cesto das coisas inúteis.

Esse entusiasmo juvenil, de caráter experimental e inconsequente, não foi de modo algum a plataforma para uma nova atividade literária. Nunca mais me ocorreu voltar a traduzir poesia. Interessava-me escrever. A tradução surgiu anos mais tarde como consequência da escrita.

As circunstâncias da vida levaram a fixar-me num país de língua inglesa em 1983. Para trás ficavam sete anos de residência nos Açores. O Canadá permitiu-me alargar a minha visão do mundo, estabelecer uma permuta cultural com vozes locais, fruir de novas realidades sociais, e experimentar novos espaços literários. Entretanto fui descobrindo outras vozes, mormente da América do Norte e do Sul, bem como de Inglaterra, entre outras. Esse apetite voraz para a leitura funcionou ao mesmo tempo como catarse e incentivo. Colaborei em publicações canadianas, e em leituras públicas de poesia em vários locais. Mas foi em 2004 que me convidaram para publicar um livro de poesia no Canadá. Pareceu-me oportuno organizar uma edição bilingue, português e inglês. O editor concordou, não obstante elevar para o dobro os custos da produção do livro, intitulado *Travelling with Shadows / Viajar com Sombras*.

Cedo verifiquei, porém, que seria um enorme desafio traduzir os meus poemas. Primeiro porque a sua carga metafórica contrastava com o estilo descritivo, intrínseco da poesia anglófona. O segundo aspeto prendia-se à questão temática — África e os Açores. Melhor diria, o modo como desmontava esses espaços. Terceiro: se estava perante um arquétipo menos imagético e mais factual, teria que procurar um método intermediário que não desvirtuasse a ideia original, no que concerne à sua plasticidade estrutural, mas que permitisse, por sua vez, uma permutabilidade coerente, salutar e funcional entre as duas línguas. Quarto: O que é importante (para não dizer paradigmático) na nossa cultura, não é necessariamente na dos outros. Por exemplo, certa vez um poeta americano perguntou-me, com ar blasé, porque é que os poetas portugueses, e os latinos em geral, evocavam com frequência o coração. Os seus argumentos sustentavam-se na ideia de que a poesia, como expressão de arte, prescindia da sofreguidão sentimental tão comum nos latinos. O coração parecia-lhe assumir uma relevância demasiado central, absoluta, incompreensivelmente obsessiva. Uma espécie de vórtice canónico.

Aquele ponto de vista pareceu-me austero, de contornos heréticos, ofuscados por uma visão dos outros senão desdenhosa pelo menos apática. Perante esta visão delirante de uma realidade cultural que ele não compreendia, e por oposição, senti que era importante fomentar o diálogo cultural e literário no espaço que comecei a aceitar também como meu.

Quando iniciei a tradução dos meus poemas, senti revigorar-se-me a ideia de partilha. Tinha apenas que estar alerta para aquilo que seria um mergulho na poesia de olhos abertos, consciente de que os mecanismos criativos tinham de obedecer às regras e aos sentidos de outra língua. Ao contrário do que inicialmente julgara, de ser um desafio, pareceu-me agora uma oportunidade. Como autor, dispunha de total liberdade para desfrutar da volúpia das palavras e encontrar soluções criativas a meu bel-prazer, não descurando, no entanto, a estética da linguagem e o alcance metafórico do conteúdo.

Cada poema foi o descobrir de um novo poema, naquilo que propunha em termos de colagem expressiva e adaptação linguística. Reviver o ato criativo, o momento em que as palavras iluminam o universo dos sentidos e transfiguram a realidade, foi a conquista, entre os vocábulos, de um novo espaço de encantamento, um pulsar de virgens lucubrações. Essa experiência, essa oportunidade de recriar o imponderável, levou-

[124] Neruda, Pablo (maio 1997) Vinte Poemas de Amor e Uma Canção Desesperada, Lisboa. Tradução: Fernando Assis Pacheco, Publicações Dom Quixote, 7ª edição.

me a querer também conhecer outros mundos através da literatura. Aprendi que as traduções estimulam, além da criatividade, uma sede elementar em torno de outras vozes, e com elas o desenhar de novas aprendizagens daquilo que é esta travessia efémera, que tanto predestina a beleza, a paixão, a solidariedade e a empatia, quanto também nos deixa caídos de espanto e horror por aquilo que vamos descobrindo através das palavras dos outros. Nesse âmbito, gostaria de aproveitar a oportunidade de vos ler dois notáveis poetas de uma região cuja História tem sido traçada a ferro e fogo — Israel e a Palestina. De cada um dos poetas farei uma curta introdução, e a seguir a leitura de um poema que traduzi do inglês.

Mahmoud Darwish[125] nasceu na Galileia em 1942. A sua vida, devido às circunstâncias políticas, não foi pacífica. Acabou por fixar residência, ao longo dos anos, em vários países, nomeadamente no Líbano, França, Rússia (onde estudou por ano numa universidade), Tunísia, Egito. Esteve no exílio durante 26 anos, tendo regressado a Israel em 1996.

Recetor de vários e prestigiosos prémios literários, entre eles, por exemplo, Knight of Arts et Belles Lettres Medal de França. A sua poesia passou a ter visibilidade em inglês quando o poeta e académico americano-palestiano Fady Joudah organizou uma antologia de Mahmoud Darwish, cujo título é *The Butterfly Burden*. Fady Joudah vivia com a família na Líbia quando, aos 7 anos de idade, incentivado pelo pai e pelo tio, a troco de dinheiro, começou a memorizar os poemas de Mahmoud Darwish. Muitos anos mais tarde, e já a viver nos Estados Unidos, verificou que não havia nenhum poema de Darwish em inglês. Foi essa incompreensível lacuna que o motivou a dedicar-se a traduzir o grande poeta palestiniano, seu conterrâneo.

Estamos perto, Mahmoud Darwish

Estamos perto, trinta portas até à tarde.

Estamos aqui entre seixos e sombras,
lugar para o som, lugar para a liberdade,
qualquer lugar que rolou duma égua
ou se espalhou dum apelo ou dum sino.

Estamos aqui, brevemente romperemos este cerco,
brevemente libertaremos uma nuvem e partiremos
para dentro de nós. Estamos aqui perto de lá,
trinta portas até ao vento, trinta.

Ensinamos-te a ver-nos, a conhecer-nos, ouvir-nos,
tocar no nosso sangue em paz. ensinamos-te o nosso
salaam. Amaremos ou não a estrada
para Damasco, Meca ou Kairouan.

estamos aqui em nós. Um céu para agosto, um mar
para maio, liberdade para um cavalo, e pedimos
ao mar que tire do azul círculos
à volta do fumo.

Estamos aqui perto de lá, trinta formas
e trinta sombras para uma estrela.

Yehuda Amichai [126]nasceu em Würzburg, Alemanha, em 1924. Mudou-se com a família para a Palestina (hoje Israel) aos 11 anos de idade. Pelo facto de saber ler e falar hebraico, a sua integração foi facilitada na pequena vila perto de Telavive, cujo nome é Petah Tiqwa. Alistou-se no exército britânico em 1942, aquando da II Grande Guerra Mundial. Foi no Egito. no decurso desse conturbado período da História que descobriu a poesia, e de modo insólito. Nessa altura, os ingleses dispunham de bibliotecas itinerantes. Uma delas captou e os livros espalharam-se pela areia do deserto. Entre os volumes recuperados, constava uma antologia da moderna poesia inglesa. Yehuda Amichai mergulhou nos poemas de Eliot e Auden, poetas que viriam a influenciá-lo de tal modo que decidiu começar a escrever poesia. Ganhou vários prémios literários ao longo da sua carreira literária, tendo até sido candidato ao Prémio Nobel. Os seus livros encontram-se traduzidos em várias línguas.

[125] Joudah, Fady Remembering Mahmoud Darwish, p.p. 42,43. Saudi Aramco World (November/December 2008) Vo. 59, No. 6
[126] Kaminsky, Ilya/Harris, Susan (eds). The Ecco Anthology of International Poetry, Harper Collins Publishers, Nova Iorque.

Um Homem na sua Vida, Yehuda Amichai

Um homem não dispõe de tempo na sua vida
para ter tempo para tudo.
Não tem estações suficientes para ter
uma estação para todos os propósitos. Eclesiastes
enganou-se a esse respeito.

Um homem precisa de amar e odiar ao mesmo tempo,
rir e chorar com os mesmos olhos,
com as mesmas mãos atirar pedras e recolhê-las,
fazer amor em guerra e guerra no amor.
Odiar e perdoar, recordar e esquecer,
organizar e confundir, comer e digerir
o que a história
leva anos e anos a fazer.

Um homem não tem tempo.
Quando perde procura, quando encontra
esquece, quando esquece ama,
quando ama começa a esquecer.

A sua alma muito vivida, a sua alma
muito experiente.
Apenas o corpo mantém-se
principiante para sempre. Arrisca e erra,
fica confuso, não aprende nada
ébrio e cego nos seus prazeres
e dores.

Morrerá como um figo no outono,
murcho, cheio de si e doce,
as folhas a tornarem-se secas no chão,
os ramos nus apontando para o lugar
onde há tempo para tudo.

No que toca à tradução deste poema, publicado na Antologia *The Ecco Anthology of International Poetry*, fui encontrar outras versões na Internet que se diferenciam desta. Certamente que se passará o mesmo com os poemas traduzidos de Yehuda Amichai. As metodologias usadas, suponho, serão distintas umas das outras. Comparativamente, achei eficazes aquelas que são mais económicas e criativas em termos dos vocábulos usados, e no cuidado posto na extrapolação das imagens. Não posso adiantar mais detalhes sobre o aspeto técnico das traduções a que me refiro atendendo a que desconheço as línguas dos originais – o árabe e o hebraico.

Mahmoud Darwish e Yehuda Amichai são dois exemplos de quanto beneficiamos das traduções ao trazerem ao nosso convívio poetas desta envergadura. Com sensibilidades diferentes, toca-nos, no entanto, o poder da sua arte. Se ambos contextualizaram as suas vidas dentro dos contornos político-sociais do seu tempo, e o que escreveram é o reflexo das suas experiências, a fidelidade a si próprios demarcam-nos daqueles que, em situações idênticas, facilmente cairiam no panfletário. Os grandes espíritos são assim mesmo: não recusando a realidade do pó e as vicissitudes do seu tempo, não deixam, no entanto, de abraçar a causa humana com os olhos postos no Outro.

3. FREDERICO CARDIGOS, BIÓLOGO, COORDENADOR DA ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO GABINETE DE REPRESENTAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM BRUXELAS

TEMA 3.5. A MISSÃO DO GABINETE DE REPRESENTAÇÃO DOS AÇORES JUNTO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS, POR: FREDERICO CARDIGOS,

Resumo:

Nesta intervenção ir-se-á dissertar sobre a oportunidade e o modo de operação do Gabinete dos Açores em Bruxelas. Enraizado no espírito de participação fomentado pelo princípio de abertura inscrito no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nas necessidades de influenciar os processos legislativos europeus e de melhor aproveitar os financiamentos europeus, e na oportunidade de construir e reforçar redes de cooperação inter-regional foi plasmado no Programa do XII Governo Regional dos Açores a criação de um "Gabinete de Representação das Regiões Autónomas em Bruxelas".

Foi desta forma que nasceu a "Estrutura para Implementação do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas".

Os objetivos primários desta estrutura de missão estão definidos por Resolução do Conselho de Governo e são (1) proceder ao levantamento das necessidades para a operacionalização e funcionamento corrente do Gabinete e (2) propor um organograma, a organização, a estrutura e o objeto da mesma. O mesmo diploma, desde logo, estabeleceu um conjunto de objetivos operacionais que, na realidade, permitem que já exista, desde então, um verdadeiro Gabinete dos Açores em Bruxelas.

Até ao momento, a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas inclui a divulgação das nove ilhas, a participação e dinamização de dezenas de reuniões, o reporte de centenas de atividades e o envio de mais de um milhar de notícias para todos os interessados.

Em Bruxelas, o Gabinete mantém instalações que são utilizáveis pelos açorianos que o requeiram para fins profissionais justificáveis. Em simultâneo, o Gabinete mantém uma componente de formação e acolhe bolseiros. Estão assim instaladas as fundações que permitirão responder às necessidades primeiras que determinaram a criação desta estrutura, nomeadamente, apoiar as autoridades e eleitos portugueses, influenciando os processos de construção e implementação legislativa que estão relacionados com as regiões ultraperiféricas, Macaronésia, regiões autónomas de Portugal e, por último, mas sempre em primeiro, os Açores.

Introdução:

No artigo 15º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia é referido que "A fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a atuação das instituições, órgãos e organismos da União pauta-se pelo maior respeito possível do princípio da abertura.". Apesar do princípio da abertura não estar definido, a doutrina aponta-o como um sinónimo de transparência (Rebelo de Sousa, 2012). Ora, para que se assegure a participação e se exerça essa transparência é necessário que a informação esteja disponível e que as partes interessadas[127] possam interagir com as estruturas da União Europeia.

Portanto, apesar de o artigo 15º não o deixar explícito[128], há necessidade de manter comunicação nos dois sentidos, das instituições para as partes interessadas e, em sentido contrário, das partes interessadas para as instituições. É precisamente para fazer esta ponte que as organizações de representação ou de lóbi se tornam imprescindíveis. Das 276 regiões NUTS[129] 2 da União Europeia[130], quase duas centenas têm organizações de representação em Bruxelas[131]. Esta mobilização teve início em 1984[132] e, de acordo com Joos (2016), "as representações regionais são a prova viva do sistema multinível da União Europeia".

No caso dos Açores, em particular, cedo se sentiu a necessidade de estar tão perto quanto possível das instituições Europeias. Nesse sentido, desde o período de preparação para a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia[133] que a Região Autónoma já participava e se fazia notar nos diferentes fóruns. Por exemplo, o então Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, propôs, durante uma reunião da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM)[134], a expressão "Região Ultraperiférica" para mencionar as regiões autónomas de Portugal, a Comunidade Autónoma das Canárias e os Departamentos Ultramarinos Franceses[135].

---

[127] "Partes interessadas", aqui usado como sinônimo da expressão inglesa "*stakeholders*" senso Joos (2016).
[128] Havendo, portanto, oportunidade para uma melhoria na redação.
[129] NUTS é um acrónimo da expressão inglesa *Nomenclature of Territorial Units for Statistics* e foi definido pelo Eurostat e regulamentado em 2003 pelo Conselho.
[130] Eurostat (2015).
[131] Joos (2016).
[132] Commissionare Brussels (s/d).
[133] Que veio a acontecer em 1986.
[134] Mais informação sobre a CRPM em https://cpmr.org/fr/.
[135] Guillaumin (2000).

Essa expressão sedimentou, ainda hoje é amplamente utilizada e está mesmo consubstanciada no artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

O próprio Governo de Portugal considerou importante constituir pontes diretas entre Bruxelas e as suas regiões autónomas. É desta forma que na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER-PT)[136] tem existido sempre um elemento que acompanha de perto as temáticas relacionadas com estes territórios[137].

Apesar de não haver essa obrigação, os elementos designados para acompanhar a Região Autónoma dos Açores no seio da REPER-PT têm respeitado a proposta feita pelo Governo Regional e tem havido uma relação próxima e construtiva com as autoridades regionais.

Porque os governos dos Estados-Membros têm uma representação direta no Conselho, os elementos da REPER-PT têm uma relação próxima com esta instituição europeia, mas não tanto com as restantes. Também por isso, a existência de um elemento próximo das regiões autónomas na REPER-PT não torna redundante a presença de uma representação direta dos Açores e Madeira em Bruxelas.

Por decisão dos partidos mais votados de Portugal nas eleições para o Parlamento Europeu[138], nas últimas legislaturas, têm sido colocados em posição elegível candidatos oriundos das regiões autónomas. Apesar de formalmente representarem Portugal, pelo facto de serem indicados pelas regiões autónomas, estes eurodeputados dão uma atenção particular a estes territórios. Desta forma, no último sufrágio europeu, em 2014, foram eleitos quatro deputados indicados pelas estruturas partidárias dos Açores e da Madeira. Em particular, foram indicados pelas estruturas partidárias dos Açores e eleitos os eurodeputados Ricardo Serrão Santos (PS) e Sofia Ribeiro (PSD).

Altos responsáveis da Região Autónoma dos Açores, respondendo à permanente necessidade de estar perto do núcleo com capacidade de decisão das instituições europeias, ocuparam cargos com elevada relevância em estruturas de trabalho cooperativo a nível da União Europeia. Entre estes, aponta-se a vice-presidência da Assembleia das Regiões da Europa (ARE)[139] e, desde 2014[140], a presidência da Conferência das Regiões Periféricas da Europa, ambas desempenhadas por Vasco Cordeiro[141], e, mais recentemente, a presidência da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da União Europeia (CALRE)[142], por Ana Luísa Luís[143].

Desde a constituição do Comité das Regiões Europeu[144] que a Região Autónoma dos Açores mantém interesse neste órgão consultivo do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia. Neste momento, Vasco Cordeiro é o membro efetivo em representação da Região Autónoma dos Açores e Rui Bettencourt o membro substituto.

Há outros açorianos em posições de destaque no contexto europeu, mas sem relação com as estruturas regionais. O caso mais proeminente é o de João Aguiar Machado, oriundo da ilha de São Miguel e diretor-geral na Comissão Europeia[145].

É neste contexto de procurar aproveitar as oportunidades proporcionadas pelas instituições Europeias, de afirmação construtiva da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas e de potencializar a ação coordenada das diferentes presenças açorianas ao mais alto nível que é criada a Estrutura de Missão para Implementação do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores por Resolução do Governo Regional dos Açores[146] e em consonância com o plasmado no Programa do XII Governo Regional dos Açores (Programa 2016)[147].

Esta Estrutura de Missão está sobre a tutela do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, Rui Bettencourt, e tem como incumbências especiais *proceder ao levantamento das necessidades para a operacionalização e funcionamento corrente do Gabinete e propor um organograma, a organização, a estrutura e o objeto da mesma* (…).

Adicionalmente, *a "Estrutura para Implementação do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores" fica também encarregada de operacionalizar as ações dos parceiros sociais, departamentos governamentais, bem como das instituições, organismos públicos e privados, associações e demais entidades da Região Autónoma dos Açores, que assim o solicitem, nas suas diligências junto das instituições, órgãos e organismos da União Europeia.* Esta Estrutura *fica, igualmente, incumbida de (…) acompanhar as políticas, legislação e ações europeias, desde a fase de proposta, assim como os programas e demais iniciativas da União Europeia com particular efeito sob a Região Autónoma dos Açores nos diversos domínios, bem como:*

---

[136] Mais informação sobre a REPER-PT em https://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/a-reper/missao.
[137] Eduarda Ávila, Jorge Menezes e João Lança foram os elementos da REPER-PT nomeados para acompanhar as temáticas relacionadas com as regiões autónomas.
[138] Até 2014, nas eleições europeias, o Partido Socialista e o Partido Social Democrático, em diversas coligações, foram os partidos mais votados (In: Gonçalves 2015).
[139] Mais informação sobre ARE em https://aer.eu/.
[140] LUSA (2014).
[141] O Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, foi eleito Presidente da Conferência das Regiões Marítimas Periféricas em setembro de 2014, cargo que mantém.
[142] Mais informação sobre a CALRE em https://www.calrenet.eu/.
[143] PALRAA/+central (2017).
[144] Mais informação sobre o Comité das Regiões em https://cor.europa.eu/pt.
[145] Diretor-geral da MARE desde setembro de 2015. Ver em https://pescazores.com/o-acoriano-joao-aguiar-machado-e-o-novo-director-geral-do-mar-da-uniao-europeia/.
[146] Resolução do Governo Regional dos Açores n.º 45/2017, de 26 de maio.
[147] Programa do XII Governo Regional dos Açores pp. 22-23.

a) Promover projetos e iniciativas da Região Autónoma dos Açores junto das instituições, órgãos e organismos da União Europeia, bem como dos organismos de cooperação inter-regionais, instituições públicas e privadas e das demais representações de Estados e Regiões sedeadas em Bruxelas;
b) Identificar Programas, Fundos e projetos de cooperação que sejam de interesse para instituições da Região., bem como projetos de cooperação com outras regiões europeias de que estas possam beneficiar;
c) Organizar, apoiar, colaborar e/ou assistir seminários, conferências, reuniões informativas, iniciativas e apresentações de programas europeus e demais iniciativas das Instituições Europeias, em articulação com os setores ou organizações interessadas nos Açores;
d) Disponibilizar apoio logístico aos representantes de instituições organizadas da sociedade civil açoriana, no âmbito e nas ações previstas na alínea d);
e) Prestar apoio logístico aos representantes dos departamentos governamentais nas suas deslocações a Bruxelas;
f) Colaborar com as instituições, órgãos e organismos da União Europeia, em especial com os eurodeputados dos Açores, e ainda com representações dos Estados, em especial com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia - REPER, e de outras regiões, nomeadamente as ultraperiféricas, para a defesa e promoção dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Ou seja, apesar de ainda não o ser, caso consiga completar na totalidade da incumbência que lhe foi atribuída, a Estrutura para Implementação do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores será já um gabinete de representação regional funcional.

Implementação:

Por decisão da tutela em conjunto com a coordenação do Gabinete dos Açores em Bruxelas, a ação do Gabinete foi dividida em três componentes operacionais: (1) manutenção e disponibilização das instalações em Bruxelas, (2) circulação de informação para os Açores e (3) representação a pedido e em defesa dos interesses dos Açores em Bruxelas.

As instalações do Gabinete dos Açores em Bruxelas são geridas pelo Governo Regional dos Açores e localizam-se no quarto piso do edifício localizado no número 14 da Rotunda de Schuman. Esta á uma localização privilegiada já que se encontra a uma curta distância das sedes do Conselho e da Comissão Europeia e do principal edifício do Parlamento Europeu em Bruxelas[148]. Para além destes factos, das atuais instalações do Gabinete há transportes públicos para todas as instalações da Comissão Europeia em Bruxelas, para o aeroporto e para todas as gares ferroviárias.

As instalações em Bruxelas são constituídas por dois gabinetes e uma sala de reuniões. Um dos gabinetes é utilizado preferencialmente pelos visitantes. Este gabinete possui diversos elementos relacionados com a cultura dos Açores, incluindo quadros, artefactos do artesanato açoriano, uma pequena seleção de livros e discos açorianos. Este espólio, ainda reduzido e simbólico, mas em permanente atualização, tem como objetivos divulgar os Açores para os visitantes do exterior e proporcionar um espaço familiar aos visitantes do arquipélago. Esta sala permite realizar reuniões com até quatro elementos. Com uma ligeira adaptação, o espaço permite a realização de palestras para cerca de uma dezena de pessoas. Para além disso, este espaço tem um computador que pode ser utilizado pelos visitantes ou onde os visitantes podem ligar os seus computadores portáteis e obter uma extensão de teclado, rato e ecrã, podendo assim a trabalhar com maior conforto.

O segundo gabinete está informalmente reservado para a administração do Gabinete, embora possa também ser utilizado para reuniões com três elementos. É aqui, nesta segunda sala, que estão instalados o coordenador e outros colaboradores do Gabinete.

A sala de reuniões é um espaço versátil que é partilhado com a representação do Pays de la Loire em Bruxelas (que administra o espaço) e a Região Autónoma da Madeira. Esta sala pode ser dividida em dois e, desta forma, manter duas reuniões em simultâneo. A sala está equipada com projetor de vídeo e equipamento de videoconferência e, na sua configuração mais extensa, pode receber 20 pessoas em volta de uma mesa em formato de “U”.

A totalidade das instalações do Gabinete dos Açores em Bruxelas está equipada com rede internet aberta e gratuita para todos os visitantes e colaboradores. Há também uma impressora de média tiragem e um digitalizador disponíveis. Adicionalmente, para facilitar a sua localização a partir do exterior utilizando os mais vulgares instrumentos tecnológicos, o Gabinete foi também registado no Google Maps[149].

Para fomentar a circulação da informação de Bruxelas para os Açores são utilizadas preferencialmente duas formas de comunicação. Uma mais reservada dedicadas à transmissão de informação para o Governo Regional e outra, acessível a qualquer interessado, que sumariza semanalmente as informações relevantes num boletim denominado Az@Brx que é distribuído através de correio eletrónico. Também através deste órgão é dada visibilidade à atividade dos eurodeputados indicados pelos Açores da sua ação fora da Região Autónoma.

Em respeito pelo Regulamento Geral para a Proteção de Dados, para receber este boletim semanal é necessário demonstrar esse interesse por escrito[150].

[148] A sede oficial do Parlamento Europeu localiza-se em França, na cidade de Estrasburgo.
[149] Em https://www.google.be/maps/place/Azores+EU+Office+%2F+Gabinete+dos+A%C3%A7ores+em+Bruxelas/@50.8428531,4.3820101,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x47c3c5ff13879fd7:0xe2955c61e611e4da!8m2!3d50.8428531!4d4.3841988.
[150] É suficiente uma mensagem de correio eletrónico a demonstrar esse interesse dirigida a gabinetebruxelas@azores.gov.pt.

No entanto, todos os 34 números publicados estão disponíveis numa página internet dedicada[151] o que permite a sua consulta por qualquer pessoa, mesmo que não subscritor. Neste momento, o boletim conta com 243 subscritores.

Complementarmente, para divulgar a existência e os serviços prestados pelo Gabinete dos Açores em Bruxelas a todos os açorianos foi criada uma página internet dedicada no Portal do Governo Regional[152]. Com o intuito de registar e divulgar a presença do Gabinete dos Açores em Bruxelas nas diferentes reuniões e atividades foi criada uma conta Twitter com o nome AzoresEUoffice[153]. Através da conta do Twitter foram emitidos 338 tweets que resultaram em cerca de 150 mil impressões.

Em simultâneo, por iniciativa do coordenador, são publicados artigos quinzenais em dois jornais regionais que alertam para as oportunidades existentes na União Europeia ou para as idiossincrasias do quotidiano de Bruxelas[154]. Até este momento, já foram publicadas 27 crónicas.

Por decisão da tutela[155] já foram selecionados e colocados dois bolseiros no Gabinete dos Açores em Bruxelas. Neste momento, decorre o processo de seleção de um terceiro elemento. Para além do interesse em contribuir para a sua formação técnica e profissional e o fomentar das redes interpessoais europeias que incluam açorianos, estes bolseiros são particularmente importantes para aumentar a capacidade da presença do Gabinete dos Açores em Bruxelas nas diferentes reuniões e eventos e contribuem ativamente para a composição do boletim semanal Az@Brx.

Por forma a facilitar a circulação dos elementos do Gabinete dos Açores em Bruxelas, para institucionalizar a sua presença e para aumentar a sua visibilidade foi tomada a iniciativa de registar esta estrutura no Registo de Transparência da União Europeia[156] e no Comité das Regiões Europeu[157]. Estes processos foram concluídos no primeiro semestre de 2018.

O Gabinete segue as bases de dados de informação das instituições e organizações com presença em Bruxelas e participa, sempre que oportuno, nos eventos públicos da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité das Regiões que possam ter pertinência para a Região Autónoma dos Açores. Adicionalmente, o Gabinete participa também em reuniões ou eventos de outras organizações como a CRPM e a CALRE, entre outras.

Até ao momento em que é redigido este documento, o Gabinete dos Açores em Bruxelas já participou em 176 reuniões ou eventos desde que foi nomeado o atual coordenador[158]. Entre estas reuniões, relacionaram-se com fundos e financiamentos, assuntos do mar e pescas, agricultura, ambiente e energia entre outros. Da maioria destas reuniões foram compostos resumos e transmitidos aos interessados nos Açores.

Uma das principais missões dos gabinetes de representação em Bruxelas é encontrar organizações com interesse comum, sejam também representações regionais ou não, e, conforme os momentos, fomentar ou integrar redes que defendam esses interesses. No caso do Gabinete dos Açores em Bruxelas, mantém-se um contacto próximo com as restantes representações de regiões ultraperiféricas, com organizações de regiões como a CRPM e mesmo com empresas de representação de interesses como a EuroDOM.

Estes são exemplos não exclusivos. Sempre que requisitado, o Gabinete dos Açores em Bruxelas representa entidades regionais, acompanha cidadãos dos Açores em reuniões em Bruxelas (dando apoio técnico ou efetuando simples interpretação) e colabora no agendamento de encontros entre os interessados açorianos e os diferentes interlocutores europeus. Neste sentido, o Gabinete já prestou assistência a diversas direções regionais e organizações não-governamentais em áreas variadas como a agricultura, ambiente, proteção civil e saúde, entre outras temáticas.

Complementarmente, e tal como definido na Resolução do Conselho do Governo que institui a Estrutura de Missão, o Gabinete dos Açores em Bruxelas tem participado em atos públicos de sensibilização o interesse das instituições europeias, Portugal e os Açores. Foi neste sentido que participou ativamente no dia das instituições de portas abertas, mantendo um expositor com artigos dos Açores, e no dia de Portugal, este ano com as celebrações de Bruxelas dedicadas aos Açores por iniciativa da Embaixada de Portugal junto do Reino da Bélgica. Neste evento, houve um concerto de música açoriana[159], uma exposição de pintura, a projeção de diversos vídeos e exibição de objetos e artesanato regional.

---

[151] Os boletins do Gabinete dos Açores em Bruxelas estão disponíveis em http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-srapre-grraab/textoImagem/Newsletter.htm.
[152] Em http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-srapre-grraab/?lang=pt.
[153] Em https://twitter.com/AzoresEUoffice.
[154] "Crónicas de Bruxelas" publicadas quinzenalmente no jornal Correio dos Açores e Tribuna das Ilhas, consultáveis em http://cardigoso.blogspot.com/search?q=cr%C3%B3nicas+de+bruxelas.
[155] Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2017 de 13 de outubro, Despacho n.º 2991/2017 de 26 de dezembro e Despacho n.º 2992/2017 de 26 de dezembro.
[156] Em http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/consultation/displaylobbyist.do?id=193193731533-21.
[157] Em https://cor.europa.eu/en/members/Documents/regional-offices-organisations.pdf.
[158] Despacho n.º 2199/2017 de 4 de outubro de 2017.
[159] Bruno Bettencourt tocando viola-da-terra.

A atividade exposta neste capítulo não é compatível com apenas um elemento fixo, o coordenador, e estagiários ocasionais no Gabinete dos Açores em Bruxelas. Acresce que, para além de não ser compatível, não seria exequível, dada a não autonomia administrativa e financeira do Gabinete. Isso significa que este relato resulta do empenho local em Bruxelas em atuação sinergética com o Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas do Governo dos Açores e departamentos dependentes. Há um contacto permanente e um apoio quotidiano em todas as atividades realizadas em Bruxelas.

Conclusões:

Neste momento, o Gabinete dos Açores em Bruxelas, sempre que solicitado, operacionaliza junto das instituições europeias as ações dos parceiros sociais, departamentos governamentais, bem como das instituições, organismos públicos e privados, associações e demais entidades da Região Autónoma dos Açores e acompanha as políticas, legislação, ações europeias, programas e demais iniciativas da União Europeia com particular efeito sob os Açores. Promovem-se iniciativas da Região Autónoma junto das instituições sedeadas em Bruxelas. Em permanência, tentam-se identificar programas, fundos e projetos de cooperação que sejam de interesse para instituições da Região, bem como projetos de cooperação com outras regiões europeias. O Gabinete participa e apoia conferências, reuniões e apresentações de programas europeus e demais iniciativas das Instituições Europeias, em articulação com os setores ou organizações interessadas nos Açores. O Gabinete disponibiliza apoio logístico aos representantes de instituições organizadas da sociedade civil açoriana e prestar apoio logístico aos representantes dos departamentos governamentais nas suas deslocações a Bruxelas e colabora com as instituições, órgãos e organismos da União Europeia, em especial com os eurodeputados dos Açores, e ainda com representações dos Estados, em especial com a REPER-PT, e de outras regiões, nomeadamente as ultraperiféricas, para a defesa e promoção dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

A atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas está ainda formalmente numa fase de instalação. No entanto, dadas as obrigações instituídas pela Resolução do Conselho do Governo que cria a estrutura de missão para a instalação do Gabinete e da própria atividade já desenvolvida há uma aproximação efetiva ao que será a sua atividade em pleno. Para poder atuar com maior eficiência junto das diferentes instituições, o Gabinete dos Açores em Bruxelas ainda terá de crescer, ampliando a sua dinâmica nas diferentes redes, e de aumentar o nível de conhecimentos especializados. Neste momento, o Gabinete está ao corrente e participa nas audições públicas tendentes a elaborar pareceres, opiniões e mesmo processos legislativos. No entanto, para garantir a consequência da ação, é determinante participar e atuar de forma ainda mais coordenada com os interessados nos Açores.

Agradecimentos:

Ao Dr. Tiago Cabral por apontar referência jurídicas pertinentes para este artigo.

Referências escritas:

Commissionnaire Brussels (s/d) Regional Representations. Consultado em linha em : http://www.commissioner.brussels/i-am-an-organisation/regional-representations.
Eurostat (2015). Regions in the European Union, Nomenclature of territorial units for statistics NUTS 2013/EU-28. Eurostat, Manuals and guidelines. Consultado em linha em: https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/6948381/KS-GQ-14-006-EN-N.pdf/b9ba3339-b121-4775-9991-d88e807628e3.
Gonçalves, Lisa Matias (2015) As Eleições Europeias em Portugal e a influência dos Media 1987 – 2014. Universidade de Coimbra pp.: 45. Consultado online em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29876/1/As%20Elei%C3%A7%C3%B5es%20Europeias%20em%20Portugal%20e%20a%20influ%C3%AAncia%20dos%20media.%201987-2014.pdf.
Guillaumin, Patrick (2000) La dimension ultrapériphérique de l'Union Européenne. In: Quel statut pour les îles d'Europe? Coord. Jean-Didier Hache, L'Harmattan. Pp: 108.
Joos, Klemens (2016) Convincing Political Stakeholders. Willey. 495 p.
Lusa (2014) Vasco Cordeiro presidente das Regiões Periféricas. Diário de Notícias. Consultado em linha em https://www.dn.pt/politica/interior/vasco-cordeiro-presidente-das-regioes-perifericas-4145092.html?id=4145092.
PALRAA/+central (2017) 20 anos depois o parlamento dos Açores assume presidência da CALRE. +central. Consultado em linha em http://maiscentral.com.pt/20-anos-depois-parlamento-dos-acores-assume-presidencia-da-calre/.
Programa (2016) Programa do XII Governo Regional dos Açores. Pp 22-23. Consultado em linha em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/A2E9B641-2DB6-4FC7-9E81-F2B88833F46E/0/programaGovernodosA%C3%A7oresvf.pdf.
Rebelo de Sousa, Pedro (2012) Anotação ao artigo 15º do TFUE. Tratado de Lisboa Anotado e Comentado. Coord. Manuel Lopes Porto e Gonçalo Anastácio. Almedina, Coimbra. Pp: 245-251.
Diplomas Mencionados:
Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Versão consolidada publicada no Jornal Oficial da União Europeia. a 7 de junho de 2016: C202/47-C202/199.
Resolução do Governo Regional dos Açores n.º 45/2017, de 26 de maio. Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, I Série, 49: 2 pp. Consultado em linha em https://jo.azores.gov.pt/#/ato/b2dcf551-68cf-4bf3-b863-d3452bb2ca2b.
Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2017 de 13 de outubro. Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, I Série, 99: 6 pp. Consultado em linha em https://jo.azores.gov.pt/#/ato/1f06c824-f3f0-4606-9a34-05b6d9370975.
Despacho n.º 2199/2017 da Presidência do Governo de 4 de outubro de 2017. Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série, 187: 1 pp. Consultado em linha em https://jo.azores.gov.pt/#/ato/bc52aa9d-57a2-4b5f-ad97-09b967796655.
Despacho n.º 2991/2017 do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas de 26 de dezembro. Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série, 241: 1 pp. Consultado em linha em https://jo.azores.gov.pt/#/ato/c40d6c77-25f3-43b8-93fb-41af65925421.
Despacho n.º 2992/2017 do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externa de 26 de dezembro. Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série, 241: 5 pp. Consultado em linha em https://jo.azores.gov.pt/#/ato/aeaa7f85-d3aa-470b-b4c8-95886546be1c.

4. (JOSÉ) GERALDO RODRIGUES DE MENEZES, ACADEMIA DE LETRAS DOS MILITARES ESTADUAIS DE SANTA CATARINA – ALMESC, BRASIL E AICL

TEMA 3.1. A IMPORTÂNCIA DAS LENDAS NA CULTURA AÇORIANA -.

Introdução

No ano em que se comemoram os 270 anos da imigração açoriana e madeirense em Santa Catarina, buscando valorizar a preservação da sua cultura, no que se refere ao seu legado linguístico, literário, histórico e cultural, e estreitar os laços que nos unem à Região Autônoma dos Açores, procura-se evidenciar, através deste artigo, o antigo e vigoroso relacionamento açoriano-catarinense, através do estudo de lendas que se perpetuaram no imaginário popular açoriano, fazendo um paralelo com as lendas que ainda se mantêm no imaginário dos habitantes das regiões litorâneas do Estado, cuja formação se fundamenta na cultura açoriana.

As lendas são aqui entendidas como narrativas fabulosas tradicionais, conservadas pela linguagem oral, onde os aspectos de prodígio que envolvem personagens e acontecimentos são também registrados pela literatura. Assentadas na cultura popular, no Arquipélago dos Açores, as lendas de Almas Penadas, de Feiticeiras, de Amor, de Ilhas Encantadas, de Lugares e Seres Fantásticos e as Religiosas, dentre outras, fundamentam os temas correntes.

Em Santa Catarina, as narrativas fantasiosas dos nativos da Ilha, foram registradas mediante contributo de Franklin Cascaes, e assemelham-se aos temas deixados por açorianos e madeirenses do Século XVIII, que evidenciam a diáspora e as suas trágicas histórias marítimas.

Por meio do estudo das lendas açorianas, registradas nos dois lados do Atlântico, buscar-se-á sedimentar e enriquecer os aspectos característicos da açorianidade que ainda vigoram no Estado de Santa Catarina.

2. As fabulosas lendas das Ilhas dos Açores

No desenvolvimento do estudo acerca das lendas nos Açores, pudemos vislumbrar por meio do referencial bibliográfico, os traços da identidade cultural da Região Autônoma, com suas condições climatéricas adversas, com a sua insularidade característica e o fenômeno da diáspora sempre vinculada à emigração. As lendas, ainda propagadas nas nove ilhas, revestem-se de valor histórico e simbólico para a sua gente, que, através dos tempos, compartilhou verdadeiros tesouros familiares, perpetuando conhecimento e cultura popular. As narrativas fabulosas tradicionais se efetivaram em função do trabalho de recolha do patrimônio oral e tradicional em todas as Ilhas.

Para José Rossato (1986:27), *"A lenda é um episódio heroico ou sentimental com a presença de elemento sobrenatural. É conservada e transmitida através da tradição oral. Está localizada no tempo e no espaço".*

Na lição lapidar de Avelino Santos e Lúcia Santos (2011:14), "*os textos religiosos eram lidos nos mosteiros versando sobre milagres ou a vida dos santos, estabelecendo laços ideais entre as forças sobrenaturais e os homens".*

Essas narrativas fabulosas, pertencentes à tradição oral, tinham como característica o exagero dos prodígios dos personagens ou dos fatos registrados, que poderiam ser baseados em fato histórico ocorrido. No imaginário popular, as almas penadas são representadas por espíritos que, deixando o mundo dos vivos, continuam, por variadas razões, assombrando lugares ou pessoas com quem conviveram em vida. Essas chamadas almas do outro mundo, encostos, sombras, espíritos, teriam que necessariamente expiar as suas penas e sofrer antes da possibilidade de conquistarem o paraíso.

Dessa forma, os espíritos de pessoas que morreram, mas não puderam partir, por inconformismo ou sentimento de injustiça, continuam a peregrinar pelo mundo na busca de concluírem o propósito da jornada terrena. A comunicação entre as almas se estabelece através de ruídos estranhíssimos, sinais que acontecem, na maioria das vezes, em noites soturnas. São gavetas a abrir, torneiras a pingar e objetos a se mover. Os espíritos recorrem aos parentes para que intercedam nos pedidos de perdão que tragam as suas salvações. As almas não atendidas podem se tornar vingativas, podendo causar males aos animais para os quais pediram ajuda.

Uma lenda existente na Ilha de Santa Maria, denominada Procissão das Almas, conta a história de um ermitão que se encarregava de guardar e conservar a ermida de Nossa Senhora dos Anjos. Certa noite, já deitado em sua casa, situada ao lado da ermida, ouviu um barulho que se aproximava e que se assemelhava a um cortejo. Admirado, viu de sua janela a enorme procissão que se dirigia à ermida, com pessoas que trajavam vestes brancas e traziam círios nas mãos. Mesmo não sabendo da procissão, dirigiu-se à igreja, abrindo as portas para as pessoas entrarem. Depois de algum tempo, ouviu ao longe uma música suave e notou que as pessoas desapareceram, tal como tinham aparecido, compreendendo, então, que a procissão era composta por almas que continuavam a expiar os seus pecados (Santos, 2011: 39).

Em Santa Catarina, há uma versão em que os que integram a procissão dão uma vela às pessoas que, curiosas, assistem à passagem do cortejo, debruçadas em suas janelas. No dia seguinte, as velas transformam-se em ossos humanos, que devem ser guardados até o próximo ano, quando o doador virá buscá-los durante nova procissão, ocorrida sempre na noite de finados (crença popular catarinense).

Outras histórias fantásticas se referem ao amor, que, para Avelino Santos e Lúcia Santos (2011:53), é *"uma força unificadora e harmonizadora dos homens"* Desde muito tempo, as cantigas de amor idealizavam a mulher, considerada uma deusa, a quem se rendia homenagens. O tema do amor, através dos tempos, também inspirou lendas açorianas e catarinenses. Casais separados por barreiras intransponíveis, eram contagiados por um amor platônico, que superava todos os obstáculos e os unia até a eternidade. Outras vezes, as relações eram marcadas por trágicos desfechos, sendo que a morte unia aqueles que, em vida, não tiveram a oportunidade de realizar o enlace desejado. O que se pode depreender das lendas de amor é que: *"com um fim mais ou menos trágico, os açorianos não permaneceram indiferentes ao seu poder e lutaram, com mais ou menos sucesso, para viverem e descobrirem o amor"* (Santos, 2011: 56*).*

Exemplo de história fabulosa que fala de um amor implacável é o que encontramos na Ilha de São Miguel, em "As Lagoas do Amor". Num tempo muito longínquo, nas Sete Cidades, Ilha de São Miguel, havia um reino próspero, cujo rei tinha uma única filha. Ao passear admirando as belezas do reino, a princesa encontrou um simpático pastor de olhos verdes que vigiava o seu rebanho. No mesmo instante, nasceu entre eles um grande amor, fazendo-os entender que estavam ligados para sempre, e que apenas a morte os poderia separar. Passaram a se encontrar às escondidas e trocaram juras de amor eterno. Ao descobrir o romance o Rei ficou furioso, pois queria um príncipe vizinho como genro e não um pobre pastor. Após derramar muitas lágrimas, pois não podiam se encontrar, a princesa pediu ao pai que apenas a deixasse despedir-se do seu amado. Seu pedido foi atendido, com a condição de nunca mais se encontrarem. Entre juras de amor eterno, os enamorados separaram-se definitivamente. Das lágrimas da princesa e do pastor, surgiram duas lagoas: uma de cor azul, perpetuando a cor dos olhos dela, e outra de cor verde perpetuando a cor dos olhos do jovem. Desde esse dia, permaneceram unidos eternamente, pelas duas lagoas que passaram a ser conhecidas por Lagoa das Sete Cidades.

Ainda se referindo ao tema do amor, outra história romanceada, registrada agora na Ilha do Faial, intitulada "O Poço das Asas", conta a história do Morgado Silveira que, ao se deslocar à Praia do Almoxarife, pelo lugar Chão Frio, encontrou uma rapariga, de olhos claros e alma bondosa. Eles de imediato se apaixonaram e a diferença social entre eles não interferiu no seu amor. Os encontros se davam às escondidas, para evitar comentários desairosos, num lugar de tranquilidade, junto de um poço de águas cristalinas. A jovem também atraiu a atenção de outros rapazes do lugar, e todos queriam desposá-la. Porém, com simpáticas manifestações, se afastava dos pretendentes. Três rapazes desconfiados de que a moça já entregara seu coração, seguem-na e descobrem a relação que mantinha com o jovem morgado. Numa noite, ao sair de casa para o local de encontro, não achou o amado, que se atrasou, mas sim os três rapazes, que, tomados por ciúme, atiraram-na dentro do poço rodeado de penas brancas. Para não serem capturados, dois assassinos fugiram, enquanto o terceiro enlouqueceu tomado pelo remorso, pois não assassinara só a jovem, mas o filho que estava em seu ventre. Na fatídica hora da morte, o anjinho se despojara das suas penas, para punir os algozes da mãe (Santos, 2011:73).

São registradas ainda, no imaginário açoriano, as lendas de ilhas encantadas.

As ilhas vulcânicas dos Açores lhes despertavam os sentidos por suas belezas. O mar sempre exerceu sobre os homens forte influência, suscitando mistérios e o surgimento de mitos e de lendas fantásticas. Nas nove ilhas, sempre estiveram presentes as histórias encantadas, as cantigas, as bruxas, o sentimento do mar, a memória dos náufragos, a pesca das baleias e a consciência inexorável dos exílios. O portentoso arquipélago vem assinalar a cumplicidade dos portugueses com o mítico mar tormentoso. As ilhas, de certa forma, moldaram-se à fantasia.

Falaremos de uma lenda registrada na Ilha do Pico, essa Ilha maravilhosa que nos acolhe com seu ar fulguroso, com seus históricos abalos da terra, com seu fogo lendário, seus negros penhascos, magistralmente descritos por Dias de Melo em seu romance *Pedras Negras*. A lenda intitulada "A Ilha das Mil Flores" conta a história de uma mulher que vivia em São João. Certo dia, levantou-se cedo e foi à janela espreitar o tempo. Abriu-as e viu o amanhecer de um luminoso dia de verão. Ao olhar fixamente para o mar, observou que havia ao longe uma ilha repleta de flores. Achando que era uma visão, esfregou os olhos, afastou as mãos da face e voltou a olhar o horizonte na esperança de ver apenas o mar. Espantada, percebeu que a ilha permanecia lá. Deixou a janela e gritou para que o marido também visse o que ocorrera. Esse avistou apenas o mar azul. A mulher dirigiu-se então à igreja, para contar ao padre o fenômeno do aparecimento e sumiço da misteriosa ilha no horizonte. O padre lhe confidenciou que a ilha das mil flores era uma ilha encantada, que eventualmente aparecia à espera de ser desencantada. Para que isso ocorresse, a mulher deveria abençoar a ilha quando a visse, invocando o nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Todas as manhãs cedo, ao levantar-se, a mulher ia até a janela, esperançosa de voltar a ver a ilha e suas flores, porém o fenômeno nunca mais voltou a ocorrer. (Santos, 2011:171).

Bruxas e feiticeiras, que têm acompanhado a história do homem, também são temas de lendas nos Açores.

Segundo Avelino e Lúcia Santos:

"Em Portugal, a partir de 1547 começa a perseguição da Inquisição às 'bruxas', além das pessoas que praticavam profissões liberais. Os crimes abrangiam práticas mágicas e supersticiosas como invocação de espíritos e lançamento de olhados, benzeduras, etc." (Santos, 2011:73). Já naquela época, muitas vezes, as pessoas recorriam às feiticeiras para verem seus desejos concretizados. A feitiçaria era praticada sobretudo por velhas ou viúvas, que recebiam como paga de seu feitiço uma moeda, ou pedaço de pão.

Mesmo considerando que, durante a Inquisição, feiticeiras, bruxas e curandeiras estavam ligadas à prática da magia, estudiosos asseveram que a feitiçaria exercia uma prática individual por meio de sortilégios e encantos, enquanto a bruxaria, com caráter coletivo, associava-se a um culto. As feiticeiras curavam os males praticados pelas bruxas, lidando com maestria com as ervas medicinais, fossem elas de poderes curativos ou mortíferos. Podiam tirar o quebranto e curar mazelas. (Santos, 2011: 119).

Uma lenda curiosa é registrada na Ilha das Flores, denominada “A cabrinha Feiticeira”.

Conta a história que um jovem lavrador vivia na Fajã Grande, Ilha das Flores. Namorava uma rapariga da mesma freguesia, cujo pai havia falecido e que morava apenas com a sua mãe. Nos fins de tarde, o rapaz ia à casa da donzela para namorarem. A moça tinha um especial fascínio por feiticeiras, sempre abordando o tema com o namorado. Ele, por sua vez, reiterava não existirem feiticeiras. A moça além de acreditar na existência das feiticeiras, afirmava que essas viviam no entorno deles. Ao retornar à noitinha para casa, o rapaz reparou que suas duas cabrinhas andavam soltas pelo caminho. Ficou intrigado, pois estarem soltas não era habitual, e tentou apanhá-las sem êxito. Aflito por não conseguir deter os animais, com uma tranca desferiu uma pancada numa das cabras. Com o impacto, que lhe rasgou a pele, a cabra desapareceu, sendo que a namorada surgiu em seu lugar. O rapaz, boquiaberto com o ocorrido, pode compreender que de fato existiam feiticeiras e que a moça era uma delas. Depois disso, voltou depressa para casa e não mais falou com a rapariga. A partir de então, quando regressava à sua casa, uma cabrinha acompanhava-o de longe, zelando por sua segurança (Santos, 2011: 143).

Classificadas como lendas de lugares, histórias relacionadas aos topônimos fazem parte do patrimônio, refletindo suas origens, seus usos e costumes. Os nomes próprios dos lugares estão ligados aos valores culturais de um povo, imortalizando a importância de fatos, costumes, pessoas e eventos que perdurarão na memória cotidiana da população. As comunidades e freguesias nomeiam os lugares baseados na tradição, que se perpetuam através da memória. Pode ser um fato que ficou registrado, fora do comum, ou a existência de um personagem relevante (Santos, 2011: 179).

Dentro desse contexto, evidencia-se uma lenda nominada “O Cavaleiro da Ilha do Corvo”, registrada na Ilha de mesmo nome.

Ao navegarem para o ocidente no século XV, marinheiros portugueses descobriram uma ilha diminuta e desabitada, batizando-a de Ilha do Corvo. Ao executarem atenta aproximação, observaram de um penhasco uma estátua equestre. Era formada por cavalo e cavaleiro, que se fundiam esculpidos em um negro bloco de basalto. O cavalo magnífico apontava para a frente e para o poente, tendo como apoio as patas traseiras. Indicava a todos que o contemplavam o caminho do Novo Mundo, então desconhecido dos homens. Em seu braço erguido, o cavaleiro empunhava sua espada, impelindo os portugueses a seguirem no caminho dos descobrimentos. No reino, D. Manoel I soube da descoberta, decidindo que a estátua deveria ser trazida à Corte. Ao transportá-la ao barco, atendendo às ordens do Rei, os homens deixaram-na cair, sendo que a mesma se partiu em muitos pedaços. Para provar o acontecido, pequenos fragmentos foram levados à presença de D. Manoel I, e grande parte permaneceu na Ilha, no local que atualmente assinala o marco de onde estava a estátua (Gaspar Frutuoso, 1998:153).

Necessário se faz mencionar ainda a existência das lendas religiosas nos Açores. O aspecto religioso está fortemente ligado ao povo açoriano, evidenciando-se o registro dessas lendas através dos tempos. Os intrépidos portugueses que povoaram o Arquipélago, traziam em suas bagagens seus costumes, usos e a crença no Espírito Santo.

Esse aspecto religioso permaneceria vivo nas nove ilhas, e a fé no Divino era repassada por gerações. Nossa Senhora inspirou inúmeras lendas nas Ilhas, e do culto à Virgem surgiram significativo número de igrejas e capelas. Acredita-se que a Ilha de Santa Maria, primeira a ser descoberta, foi avistada pela intervenção de Maria.

Em Santa Catarina, segundo Lélia Pereira Nunes (2010:127), as Festas do Divino Espírito Santo *“caracterizavam-se pelos solenes rituais religiosos e grandes folguedos populares que movimentavam toda a Vila de Desterro e vizinhança”.*

Esclarece ainda que: *“A Bandeira do Divino começam [sic] uma semana antes com grande afluência de público que lotava desde o Império, barraca, adro, até os recantos da Praça XV de novembro, situada em Frente a Igreja Matriz.”*

Dentre as lendas religiosas, uma, em especial, registrada na Ilha de São Jorge é intitulada “As varas do Espírito Santo”.

Conta a lenda que há muitos anos, a população residente na Ilha se desentendia e praticava abusos. Os padres, em suas missas, pediam que as pessoas fossem humildes e falava de castigos divinos. No dia 01 de maio de 1808, sentiram uma grande erupção, sendo que lavas incandescentes desciam do cume da serra, aterrorizando a todos. Um Padre, de nome Francisco, organiza então uma procissão, pedindo a Deus que parasse a erupção. Transportavam uma coroa do Espírito Santo, dentro de um quadro formado por varas, quando num lugar chamado Santo Antônio, no Pico da Esperança, jogaram as varas ao chão, formando um traçado para que as lavas se desviassem para o mar. A fé no Espírito Santo havia possibilitado a mudança de trajetória da lava, de acordo com o caminho definido pelas varas (Santos, 2011: 312).

Outra lenda religiosa, agora registrada na Ilha Terceira, no Século XVI, é intitulada de “O Senhor Santo Cristo da Praia”, e assinala que, depois de uma grande tempestade, foi encontrado na areia da praia um grande caixote que chamou a atenção de todos. Tomados por curiosidade, com cautela e coragem, alguns homens o abriram. Ficaram pasmados ao constatarem que, em seu interior, encontrava-se uma imagem do Senhor Santo Cristo. Resolveram chamar o padre, que organizou uma procissão, transportando a imagem para a Igreja da Misericórdia.

Pessoas de várias localidades da Ilha vinham ver a imagem e orar, junto à capela-mor. Porém, alguém exclamou que tão digna imagem deveria ser levada a um templo de maior relevância, como a Igreja da Sé. Acatada e sugestão, ao se tentar proceder a transferência da imagem, disposta em um carro de bois ornamentado, a mesma restou impossibilitada, pois os bois sequer se moviam. Os comandos do dono e o uso da

força não bastaram para mover os animais. Adotaram uma outra opção, tentando trasladar a imagem com uma embarcação. Porém, a cada tentativa, ventos tempestuosos faziam a ondas se erguerem e atingirem grande tamanho. Então concluíram que o Senhor Santo Cristo não desejava deixar a sua igreja na praia, restando a eles recolocarem a imagem no mesmo local onde desejava permanecer (Santos, 2011: 303).

Através dos tempos, as Lendas de Seres Fantásticos, como sereias e lobisomens, povoaram o imaginário dos açorianos**.** Seres lendários e misteriosos passaram a integrar as histórias contadas no dia a dia, transmitidas através das gerações. As histórias tradicionais atribuíam aos deuses o poder de se apropriarem da natureza de alguns animais, surgindo as lendas de lobisomens, que descreviam a transmutação de seres humanos em lobos, sob influência direta da lua cheia, e suas investidas noturnas nas matas para atacar animais e pessoas, com posterior retorno à forma humana.

Segundo depoimento de Franklin Cascaes (1981:89), concedido a Raimundo Caruso, e publicado na obra *Vida e Arte e a colonização açoriana*: "Os *lobisomens apareciam com muitas formas, mas geralmente falavam que era um porco. E em alguns livros que consultei, sobre as histórias de lobisomem lá na Europa, vi que eram quase iguais aos nossos."*

Voltando aos Açores, na Ilha Graciosa, tem-se o registro de uma lenda intitulada "O porco misterioso". Na praia da Freguesia do Conselho de Santa Cruz da Graciosa, uma mãe, ao sair de casa, manteve o seu bebê no berço, porém, deixou a porta "das traseiras" abertas. Vagueando pelo quintal, ao perceber a entrada aberta, um porco adentra à cozinha na busca de comida. Comendo sofregamente encontra o berço do bebê, ingerindo inclusive parte das cobertas da criança. Após regressar, a mãe flagra o porco próximo do berço e assustada espanta o animal. Algum tempo após, ao regressar do trabalho, o pai se aproxima da esposa que percebe que em seus dentes haviam fios idênticos aos cobertores do seu bebê. Tomada de preocupação, percebeu, então, que o porco na verdade era o seu marido, um lobisomem que se transformava no primeiro animal que se deparasse (Santos, 2011: 386).

Esboçados os componentes imaginários de algumas lendas existentes nas nove ilhas dos Açores, é necessário realçar o confronto cultural existente neste mesmo contexto, na obra de Franklin Cascaes e de outros autores brasileiros.

3. O contributo de Franklin Cascaes no imaginário açoriano-catarinense

Franklin Cascaes nasceu no ano de 1908, em Itaguaçu, localidade então pertencente ao Município de São José, hoje Florianópolis. Estudou na Escola de Aprendizes Artífices e, como artista, foi um autodidata, utilizando seu talento para realizar trabalhos no campo da escrita, desenhos, esculturas e artesanato, com intuito de resgatar o legado deixado pelos açorianos que imigraram para o litoral catarinense. Seus escritos dão a dimensão do seu grande amor pela Ilha de Santa Catarina, sendo que dedicou a sua vida aos estudos da linguagem popular açoriano-catarinense.

Escritor de expressão, coletou seus dados na Ilha e em sua faixa litorânea fronteiriça, estudando principalmente os falantes pouco escolarizados. Sua fonte de pesquisa eram as próprias comunidades existentes no interior da Ilha. O amor por sua terra e suas raízes o impeliu a imortalizar as danças, os rituais e as lendas, manifestações culturais do seu povo, através de sua obra.

Walter Piazza (1992:453), ao tratar do isolamento sócio cultural das comunidades do litoral catarinense, se tornando desta forma receptáculos da cultura popular açoriana, assinala que: *"os tópicos da "cultura popular" são de mil e uma nuanças".* O historiador menciona as manifestações religiosas, como as Festas do Divino Espírito Santo e a devoção ao Senhor dos Passos. Aborda os aspectos lúdicos da cultura catarinense, como o boi na vara, que *"de certa forma eram aparentados com a 'tourada' à corda da Ilha Terceira"* (1992:454). Aponta a pesca artesanal como fundamental na subsistência do ilhéu, além da farinha de mandioca, com fabrico manual, herdado dos indígenas do Brasil.

Para realizarem a pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, os açorianos utilizavam-se das baleeiras.

Segundo Pacheco (2009:39),

> *"A baleeira da Ilha de Santa Catarina é uma embarcação que possui influência dos botes açorianos e americanos, sendo que o conhecimento de fabricá-la e usá-la na caça à baleia, provavelmente, chegou com os açorianos em meados do século XVIII".*

Se nos Açores, as baleeiras buscavam capturar cetáceos da espécie Cachalote, no sul do Brasil as baleias Franca é que eram capturadas e abatidas. Ao mencionar o fabrico das baleeiras, Pacheco (2009:40) assinala que:

"*A baleeira era muito típica na orla catarinense, especialmente a construída no Ribeirão da Ilha, bastante requisitada e encomendada por pescadores artesanais. Essas embarcações são encontradas nas comunidades onde os açorianos se assentaram ao longo do litoral do Estado, entre Laguna (Sul) e São Francisco do Sul (Norte)".*

Além da pesca artesanal, segundo Nereu do Valle Pereira (1992:189), os açorianos:

"Chegados aqui, e encontrando aquela saborosa e versátil farinha de mandioca, dedicaram-se tenazmente à prática agroindustrial de sua produção revolucionando a tecnologia encontrada com a introdução de métodos mais avançados; que a época europeia detinha".

Dedicando-se durante décadas ao estudo da influência açoriana em Santa Catarina, Franklin Cascaes (1981:57), assevera:

"Os açorianos não conheciam a mandioca antes de vir para a Ilha, foram conhecer aqui. Lá eles não tinham mandioca, como não tem ainda, não se preocupam com o plantio da mandioca. A mandioca foi um alimento novo: mas quando eles chegaram, a partir de 1748, eles já encontraram engenhocas funcionando.".

Expoente no estudo da História de nosso Estado, Walter Piazza (1992:445), ao mencionar as razões para a preservação da cultura açoriana em Santa Catarina assinala:

"A mesma língua, com pequenas diferenças de sotaque, a manutenção do "status" de súdito da Coroa Portuguesa, fazendo com que o açoriano não se sentisse estrangeiro em terras brasileiras, e, evidentemente, a semelhança de hábitos com os outros moradores. Acrescente-se, para o caso específico, das comunidades implantadas em Santa Catarina, a fundação delas, isoladas, em alguns casos, umas das outras, com difíceis meios de intercomunicação."

Os povoadores do litoral de Santa Catarina, isolados socioculturalmente, foram preponderantes para a preservação dos traços culturais açorianos. Na verdade, era pequeno o contingente de habitantes da província de Santa Catarina. Com a imigração, se somaram a este contingente, aproximadamente seis mil Açórico-Madeirense, entre os anos de 1748-1756.

Abordando a estruturação das novas comunidades, Piazza (1992:453), afirma: *"essas comunidades, vivendo no isolamento sociocultural que, então, havia no litoral catarinense se tornaram, evidentemente, os receptáculos em que se guardaram as mais vibrantes e profundas manifestações da cultura popular de gente açoriana".*

Franklin Cascaes faleceu em 1983, sendo que por sete décadas observou e registrou os traços culturais, linguísticos, religiosos, fantasmagóricos e míticos da sua gente. A Universidade Federal de Santa Catarina publicou no ano do seu falecimento o primeiro volume de contos de sua autoria, intitulado "*O fantástico na Ilha de Santa Catarina*".

Em 1992 viria a lume o segundo volume, com vinte e quatro narrativas. Nessas narrativas, reproduz fragmentos do inconsciente popular na seara da fantasmagoria, com relatos dramáticos de crenças em personagens como lobisomens e boitatás, mas principalmente sobre bruxas, a cujos malefícios os habitantes mais simples da ilha atribuíam as anomalias existentes e a violência dos fenômenos naturais.

Em Balanço Bruxólico, Cascaes (2014:43), reafirma essa ideia ao mencionar: *"Já ouvi contar, ao pé do fogo, nas cozinhas de chão batido, em noites estreladas dos rigorosos invernos de outrora, lindas estórias com relação às proezas fadóricas das famosas bruxas da Ilha de Nossa Senhora do Desterro. Assim começa a imaginação fértil do caboclo açorita a dar vazão à sua filosofia natural, sem enfeites e arranjos teológicos".*

No contexto da narrativa "Reumatismo Bruxólico", ao mencionar as histórias transmitidas pelos antepassados açorianos, na Ilha de Santa Catarina, Cascaes (2014:205), assevera que no sítio: *"... nos domingos à tarde, costumam sentar-se nos bancos e nos portais da casa da venda, em cuja reunião se fala de roça, pescaria, moças fugidias, festas e até se contam muitas histórias da tradição das coisas da vida do povo do passado."* Entusiasta da palavra, Cascaes manifesta em toda a sua obra o respeito ao sacro, através das crenças espirituais fantásticas e a predileção pela simplicidade do seu povo sofrido, que vivia da pequena cultura de mandioca e da pesca artesanal.

Suas narrativas contemplavam e tinham como personagens os moradores das freguesias da Ilha de Santa Catarina, sendo que reproduzia seus falares Açoriano-Catarinenses. Ao enaltecer sua terra e referenciar o legado dos açorianos (Cascaes, 2014:29), exclamava: *"Eh! Minha Ilha de Nossa Senhora do Desterro! São grandes legados da cultura popular humana essas crenças espirituais fantásticas que dão vida simbólicas fictícias a seres invisíveis".* Os nascidos na Ilha de Santa Catarina escutavam estórias onde mulheres bruxas roubavam as embarcações para viajarem até a Índia, em apenas quatro horas. Que chupavam o sangue de criancinhas, "inticavam" com os adultos e praticavam mil malas-artes. E de que todas essas estórias teriam vindo dos Açores.

Cascaes (2014:32), assinala: *"[Os imigrados,] sentados a soleira da porta, sobre pedras ou pelo chão do terreiro, recolhidos sob frondosas sombras de garapuvu e outras árvores nativas, saudados pelo cantar dos gaturamos, sabiás, bem-te-vis e outros muitos pássaros ilhéus, abriram o livro do pensamento açorita, em cujas páginas liam as estórias populares que trouxeram nas malas de suas bagagens culturais, para doarem aos seus herdeiros."* As feiticeiras, diferentemente das bruxas, fazem o bem para todos, rezando e praticando a benzedura com forte poder espiritual, em oposição ao empresamento daquelas, equivalendo-se, na época, aos doutores que procuram curar as pessoas.

Alceu Maynard Araújo e Vasco José Taborda (s.d: 164), ao organizarem lendas e estórias de Santa Catarina, que integram a *Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro,* afirmam que colonos açorianos trouxeram a graça de seu falar para a nova terra. A rica compilação inclui lendas de assombração, milagres, como o de Santo Amaro, onde o intendente de uma freguesia pretendia remover uma pequena imagem da igreja e substituí-la por uma maior, e, como nos Açores, o mar tempestuoso não permitiu. Uma outra lenda compilada pelos autores acima mencionados, intitulada "Bruxas", de Lucas Alexandre Boiteux, nos dá conta:

"Quando de um casal nascem sete filhas, sem nenhum menino de permeio, a primeira ou a última será, fatalmente, uma bruxa. Para que isso não venha a acontecer, faz-se mister que a mana mais velha seja a madrinha de batismo da mais moça. São apontadas, como tal, certas mulheres magras, feias, antipáticas. Dizem que tem pacto com o demônio, lançam maus-olhados, acarretam enfermidades com os seus bruxedos, etc. Costumam transformar-se em mariposas e penetram nas casas pelo buraco da fechadura. Têm por hábito chupar o sangue das crianças ou mesmo de pessoas adultas, fazendo-as adormecer profundamente".

O amor que Franklin Cascaes nutria por sua Ilha é indescritível. Era um apaixonado por suas raízes e declamava esse amor imortalizando em seu texto: *"Linda Ilha de Santa Catarina, és tão linda, bela e tão admirada que até os cavalos que habitam o teu solo galopam pelos espaços siderais dos teus céus, pilotados por encantos bruxólicos, enlevados por músicas deslumbrantes e divinatórias". (2014: 65)*.

Não podemos nos debruçar sobre o estudo da terra catarinense, sem necessariamente conhecer os vestígios deixados pelos açorianos que lá chegaram no Século XVIII.

Irmanados, e felizes por vivenciarmos este Colóquio na Ilha do Pico, estamos convictos de que nossos esforços não permitirão que interesses e influências externas ameacem a identidade insular dos dois lados do Atlântico, devendo esta ser preservada com todo o nosso empenho e inspiração.

Conclusão

Após estabelecidas e efetivadas as ações no âmbito desta pesquisa, pode-se concluir que o estudo das narrativas fabulosas e ancestrais, feitiçarias e histórias produzidas nas Ilhas do Arquipélago do Açores e na Ilha de Santa Catarina, procurou contribuir para a dinamização Intercultural e como estímulo para que as pessoas conheçam um pouco mais os Açores, estimulando, no Brasil, a valorização dos aspectos característicos da açorianidade que ainda vigoram no Estado de Santa Catarina.

O trabalho buscou contribuir com o resgate da preservação e identidade açoriana, no contexto de uma cooperação mútua, existente nas Comunidades Lusófonas espalhadas pelo mundo, dentro de um sonho acalentado, de criar novas formas de preservação da memória produzida pela diáspora.

No desenvolvimento da pesquisa, procurou-se captar e transfigurar a memória açoriana através de seu imaginário, projetando-a na escrita literária, com tenaz preocupação em preservar a memória dos imigrantes açorianos e a presença insular na formação brasileira e especialmente catarinense.

À guisa de conclusão, restou ainda evidenciado que, em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições, evidencia-se o enriquecimento da lusofonia, como instrumento riquíssimo da aproximação de povos e culturas e da tão almejada sedimentação da Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

Araújo, Alceu Maynard; Taborda, Vasco José. (s.d), Estórias e Lendas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina – Tomo II. São Paulo: Literart.
Cascaes, Franklin Joaquim. (1981) Franklin Cascaes – Vida e Arte e a colonização açoriana. Entrevistas concedidas e textos organizados por Raimundo C. Caruso. Florianópolis: UFSC.
Cascaes, Franklin. (2014) O fantástico na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.
Frutuoso, Gaspar. (1998) Livro Sexto. Fonte: http://www.azoreangenealogy.com/biblioteca_acoreana_livros.htm
Disponível em <https://sites.google.com/site/saudadesterra/ > Consultado em 10 de junho de 2018.
Nunes, Leila Pereira da Silva. (2010) Caminhos do Divino – Um olhar sobre a Festa do Espírito Santo em Santa Catarina. Florianópolis: Insular.
Pacheco, Joel. (2009) A Canoa baleeira dos Açores e da Ilha Santa Catarina. Florianópolis: Ed. do Autor.
Pereira, Nereu do Vale. (1992) Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Fundação Cultural Açorianista.
Piazza, Walter Fernando. (1992) A epopeia açórico-madeirense (1747-1756). Florianópolis: Lunardelli.
Rossato, José Carlos. (1986) Nosso folclore. São Paulo: Soma.
Santos, Avelino; Santos, Lúcia. (2011) As lendas no imaginário açoriano. Ilha Terceira, Açores: Blu.

5. HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO. AICL

TEMA 4.1. TRADUZINDO HUMOR: UMA REFLEXÃO COM EXEMPLOS PRÁTICOS

François Rabelais afirmou que o riso constitui um fenómeno humano[160]. Propondo uma abordagem pautada pelos Estudos Descritivos da Tradução, gostaríamos de abordar uma problemática prática na tarefa da tradutora, nomeadamente a tradução de passos humorísticos.

Através da aceitação dos pressupostos teóricos de Attardo, que defendem um enquadramento linguístico-sonoro na análise de textos humorísticos[161], propomos que o nos faz rir na língua de partida pode não ser engraçado na língua de chegada; o mesmo é dizer que o que nos faz rir numa cultura, por vezes não tem qualquer efeito humorístico e/ou não faz sentido numa outra cultura. Por exemplo, se considerarmos o fenómeno da Diglossia, com a existência de duas variantes linguísticas dentro de uma só língua, podemos ver o efeito humorístico em alguns casos sob certas condições[162].

Por outro lado, concordamos com a definição de Dirk Delabastita de "jogo de palavras" quando afirma:

"*O jogo de palavras é denso, mas abrangente; Jogo de palavras é o nome genérico para vários fenómenos textuais nos quais características estruturais da(s) língua(s) são exploradas para fazer vir à tona um confronto comunicativamente significativo de duas (ou mais) estruturas linguísticas com formas mais ou menos idênticas"*[163] (n/ tradução).

Por conseguinte, ilustrando com casos práticos da tradução de "Unholy Ghosts" de Richard Zimler, pretendemos levar a cabo uma breve reflexão sobre a tradução do humor como um dos casos especiais na tradução literária.

Rir é humano. É talvez a característica que nos distingue de todos os outros animais. Achar graça a um determinado evento constitui uma particularidade dos seres humanos. Mesmo os símios, quando esboçam um (sor)riso, não é com a mesma propriedade.

Por outro lado, nem tudo o que nos faz rir numa língua e numa cultura é engraçado numa outra língua ou cultura. Existem determinados contextos culturais que determinam se uma situação é engraçada numa determinada cultura e que num ato de tradução se pode perder.

Por outro lado, ainda, talvez uma situação traduzida para uma outra língua passe a ser ainda mais divertida do que no texto original.

Devemos ter em conta que o ato de tradução comporta em si problemáticas tais que ou se perde ou se ganha quando se fala de humor. Passemos então a concretizar com exemplos da tradução de "Unholy Ghosts" (designado a partir deste momento por UG) de Richard Zimler.

Um dos elementos mais engraçados em UG é o registo da personagem principal. Na realidade, António, o Aluno de guitarra clássica, é jovem que usa calão e regionalismos portuenses utilizando a linguagem com jogos que são difíceis de traduzir para português, pois a obra está escrita originalmente em inglês. Tanto que esse é um dos maiores desafios para a tradutora: criar um texto em língua portuguesa que traduza o mesmo espírito irónico ou contundente, divertido ou com humor triste, que faz o leitor rir ou sorrir ou rir-se a bandeiras despregadas, mesmo que muitas expressões humorísticas tivessem como base a cultura desse jovem português.

Quando António e o seu Professor conversam, há sempre uma nota de humor presente e esse desafio de tradução deve ser enfrentado de forma construtiva. O calão e a linguagem mesmo por vezes marginal implica encontrar no texto de chegada um registo semelhante, que produza no leitor um efeito paralelo àquele que o autor Richard Zimler conseguiu criar no seu público leitor de língua inglesa.

Tal como François Rabelais afirmou: *"À primeira vista, é fácil definir humor. O Humor causa divertimento, um sorriso espontâneo e riso. Tanto quanto parece, o humor é um fenómeno próprio dos humanos (…) No entanto, a pesquisa moderna não confirma esta simplicidade prima facie*"[164] (n/ tradução).

Consequentemente, os Estudos Descritivos da Tradução, tal como o próprio nome indica, descrevem como uma tradução foi feita, as razões segundo as quais se optou por aquela determinada estratégia tradutiva, ao porquê de algo ser traduzido assim e não de outra forma.

---

[160] (in https://benjamins.com/online/hts/articles/hum1)
[161] (Attardo 1994, 2001 in https://www.researchgate.net/publication/261653424_A_Cognitive_Approach_to_Literary_Humour_Devices_Translating_Raymond_Chandler)
[162](in https://www.researchgate.net/publication/236810363_Diglossia_as_an_Agent_of_Humor_in_the_Writings_of_Elena_Akrita)
[163] (In https://www.semanticscholar.org/paper/Wordplay-in-translation-Vandaele/269699f2a46e72fa5b2ec5d2235293f33d26dd23).
[164] (in https://benjamins.com/online/hts/articles/hum1

Gostaríamos de abordar e refletir sobre o fenómeno do humor numa problemática prática na tarefa da tradutora, nomeadamente a tradução de passos humorísticos. Os idiomatismos também representam um desafio para a tradutora, especialmente se forem humorísticos. Reafirmamos assim que há piadas que resultam muito bem na língua de partida e às vezes até são suplantadas na língua de chegada. Há construções de sentido que resultam culturalmente muito bem numa língua de chegada.

A Linguística Cognitiva analisa estes fenómenos como objeto do seu estudo. Gideon Toury, um dos mais conceituados descritores de tradução, confrontou textos de partida com textos de chegada de tal forma que conseguiu problematizar a questão da tradução relacionada com a construção de sentidos convencionados (Attardo 1994, 2001).

No que toca à Gramática Construtivista, particularmente de Fillmore e Kay, esta sugere que se pode entender melhor a investigação de uma tradução se nos concentrarmos na [A] codificação e descodificação de idiomatismos e sentidos de construção convencionados e [B] diferentes tradições e repertórios humorísticos (Toury 1997) em duas línguas. "*Uma possível hipótese é apresentada tendo em conta um relacionamento sugestivo e motivado observado em diferentes fases num esforço humorístico incutido, o qual terá um impacto e apreciado [ou não, por quem o escuta]"* (n/ tradução: Attardo et al. 1994)[165].

Concretamente, conforme já afirmado anteriormente, o que nos faz rir numa língua pode não ser engraçado na língua de chegada; o mesmo é dizer que o que nos faz rir numa cultura, por vezes não tem qualquer efeito humorístico numa outra. A Diglossia, a existência de duas variedades linguísticas dentro da mesma comunidade linguística, podem ser usadas para criar um sentido de efeito humorístico. A incongruência, a surpresa dentro de uma língua, podem ser usadas como elementos humorísticos que, embora não sendo formalizados ou estando à disposição, criam efeitos humorísticos sob determinadas condições numa comunidade linguística específica.

O trabalho *de Elena Akrita, um elemento da nova geração de humoristas gregos, mostra muitos casos de instâncias textuais onde impera a diglossia e o humor relacionado com aquela: "Se desejarmos ligar divertimento a uma variedade linguística dantes reverenciada, essa variedade teve de ser 'vilanizada' e, portanto, perdeu o estatuto. Este é o caso de 'katharévusa', como o humor de Akrita mostra*"[166] (n/ tradução).

Na comunicação transcultural, o humor e o desacordo entrelaçam-se para enriquecer o conhecimento pragmático e cultural e apresentam a identidade pessoal entre falantes quase nativos de uma determinada língua[167]:

O humor interativo tem dois fenómenos sob escrutínio: a hiper-compreensão por um lado, e a falta de compreensão por outro. (Veale et al., 2006) que são categorizadas como reviravoltas de conversa reativa enquanto ligam uma fala previamente enunciada[168].

Por seu lado, a definição de Dirk Delabastita's de jogo textual é densa, mas abrangente, como vimos acima[169].

As anedotas fonéticas ou anedotas que usam uma língua para parodiar os sons de outra língua são selecionadas de uma grande variedade de textos possíveis como ferramentas heurísticas para analisar a relação entre som e sentido dentro de um contexto humorístico[170].

Na obra UG há, portanto, exemplos de notas humorísticas de referência masoquista homossexual, típica da linguagem *Camp* que o Professor, uma das personagens principais, usa nas suas constantes referências irónicas sobre si próprio e sobre a sua relação com os outros homens.

Numa entrevista nossa a Richard Zimler, este afirmou que a linguagem do Narrador da obra UG é direta e crua, sendo mesmo cáustica:

> *Sim, o narrador é espirituoso e cáustico. Essa é uma parte da minha personalidade. Por vezes penso que se a minha vida tivesse corrido mal – se eu não tivesse encontrado um parceiro amoroso e não tivesse sucesso como escritor – a minha vida seria parecida com a vida do narrador. Em parte, o seu sentido de humor é uma forma de lidar com a amargura e todos os seus traumas de uma forma mais positiva; e de lidar com as suas dificuldades com o António. É a sua maneira de lidar com as situações, de manter a sanidade mental* (n/ tradução).

---

[165] in https://www.researchgate.net/publication/261653424_A_Cognitive_Approach_to_Literary_Humour_Devices_Translating_Raymond_Chandler
[166] (in https://www.researchgate.net/publication/236810363_Diglossia_as_an_Agent_of_Humor_in_the_Writings_of_Elena_Akrita)
[167] (in https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378216608000350)
[168] (in https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378216608000878).
[169] (In https://www.semanticscholar.org/paper/Wordplay-in-translation-Vandaele/269699f2a46e72fa5b2ec5d2235293f33d26dd23)
[170] (in The Sound of Humor: Translation, Culture and Phonological Jokes
Javier Francisco Muñoz Basols read in https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/80041/tjmb.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

Sugerimos que a sensibilidade *Camp* serve a agenda propagandística da causa homossexual no que toca à sua identidade. Segundo Harvey, as características de *Camp Talk* estão ligadas a quatro estratégias concertadas – ironia, estética, teatralismo e humor (1998: 304): "*Camp deveria ocupar um lugar central enquanto o corpo total de práticas e estratégias usadas para afirmar a identidade queer"* (n/ tradução: Harvey, 1998: 305) e a linguagem *Camp* pode e deve ser vista como um recurso para condenar a sociedade heterossexual homofóbica: "*Camp (…) pode ser visto como um recurso semiótico típico (e mesmo talvez um recurso chave) de homens Gay na sua crítica da sociedade hetero na sua tentativa de criar um espaço para a diferença deles*." (n/ tradução: Harvey, 1998: 311).

Na realidade e passando para uma componente marcadamente existente no texto UG, vemos que o humor é particularmente difícil de traduzir. Quando se pretende traduzir uma anedota, essa tradução tem um acréscimo de dificuldade, porque culturalmente, o que faz rir pessoas de um país, não é por vezes nada engraçado para outras de países diferentes. Segundo Eleni Antonopolou, a produção de correspondências translatórias para um efeito jocoso revela-se mais fácil quando duas anedotas têm na sua base os mesmos âmbitos de referência: "*Duas anedotas são mais parecidas entre elas, consoante haver mais quantidade de Recursos de Conhecimento [Knowledge Resources]"* (n/ tradução: Antonopolou, 2002: 198).

No caso da anedota que o Narrador de *Unholy Ghosts* conta ao Diretor do Conservatório, o Ramalho, quando lhe quer pedir alguns dias de ausência ao serviço letivo no fim do ano académico, para empreender a viagem através da Europa com António, e quando aquele lhe diz que foi um cliente muito potente na véspera com uma prostituta em Lisboa, os âmbitos de referência que os leitores partilham com o Narrador (isto é, a mitologia nórdica), também são as mesmas. Relembrando a anedota, quando o deus nórdico Thor persegue uma moça nos campos de Copenhaga, levanta o seu martelo sagrado acima da cabeça e exclama:

– Eu sou Thor, o deus da trovoada.

Ao que a pobre da mulher responde:
– Tu és Thor, e eu estou tão "thorida" que não vou conseguir andar durante quinze dias!" (*Espíritos Ímpios*: **Error! Bookmark not defined.**

Na anedota que o Narrador conta a Ramalho, há um trocadilho fonético entre o nome do deus Thor e a palavra "sore" ("dorida"). Na realidade, quem não percebe a anedota é Ramalho, que não sabe que o som "Th" é por vezes mal pronunciado pelos falantes portugueses que empregam erradamente a sibilante "S" tanto no início, como no meio de palavras em inglês. No entanto, um público que conheça as pronúncias inglesa e portuguesa quando fala inglês, achará graça ao trocadilho fonético porque tem os mesmos "âmbitos de referência", no dizer de Antonopolou, que a personagem que conta a anedota. Apesar de, tal como o narrador a conta, a piada funcionar com referência à língua inglesa, também funciona em língua portuguesa, já que o nome de Thor é associado ao sufixo "-ida", sugerindo "dorida".

Um outro exemplo que descrevemos e que está relacionado com a transcriação do humor é o som de "Do you need money?" ("– Precisa de dinheiro?"), que pareceu ao Professor "Jew meet mowney?" ou seja "Judeu encontra dinheiro?" e que é uma nota de humor no contexto da obra – por isso o Narrador se ri, por ele próprio ser judeu. Assim, não só há o cómico de personagem – o leitor é levado a rir-se da falta de perícia fonética no uso do inglês por parte do cavalheiro espanhol que fala com ele na esplanada de Madrid –, mas também há o trocadilho de linguagem. Na realidade, o autor Richard Zimler é judeu, "meet" podia ser trocado com "neat" ("bestial") e "mowney" lembra "moaning" ("lamentar-se"), que é um lugar-comum nas falas das personagens de *Unholy Ghosts*. Assim, ao leitor português é evocada a ideia de "O Judeu é bestial a lamentar-se?", o que causa o riso, porque quando o senhor espanhol disse "Jew meet mowney", o Professor responde, "– Não, este Judeu está muito bem".

Quanto aos trocadilhos, as teorias cognitivas linguísticas, a Gramática Construtivista e a teoria geral do Humor Verbal de Salvatore Attardo indicam que há emparelhamentos de forma e sentido ("form-meaning pairings"), ou seja, existem recursos formais e semânticos que se complementam e confirmam mutuamente em determinados enunciados (Antonopolou, 2002: 199). Além disso, "*o sentido das construções frásicas pode ser arbitrário (i.e. idiomático) da mesma forma que o sentido de uma só palavra é arbitrário*" (n/ tradução: Antonopolou, 2002: 199. Portanto, a arbitrariedade deve ser tida em conta quando se está a transcriar um texto humorístico que poderá não atingir os mesmos efeitos cómicos que o original, se o texto tiver de recorrer à paráfrase:

> *Como certos aspetos do sentido estão convencionalmente ligados a uma construção multiconstituída, é possível explicar parcialmente o motivo das paráfrases não terem o mesmo efeito humorístico de outras construções formalmente parecidas e que pertencem a diferentes línguas que podem causar efeito humorístico numa língua, mas talvez não na outra* (n/ tradução: Antonopolou, 2002: 200).

John T. Shawcross afirmou também: "*Há duas coisas essenciais à sátira: espírito e humor baseado na fantasia ou no sentido do grotesco ou do absurdo; e um objeto de ataque (…) O ridículo apresentado e a paródia trazem outra característica muitas vezes comum ao modo da sátira*" (Shawcross, 2000/2001: 22-23, nossa tradução). Por seu lado, Jeroen Vandæle observou, relativamente à sátira, que se trata de um humor crítico causado por uma imitação exagerada das regras sociais e que se aplica cabalmente a UG no que toca à transgressão sexual e imitação do princípio da discriminação.

Veja-se, por exemplo, o modo como o Narrador, a propósito do episódio em que um homem dá boleia ao António e ao Professor na estrada de Ezcaray para Santo Domingo de la Calzada (era "vampiro", "jogava na nossa equipa"), autointitula o seu grupo (os gays) como "vampiros", tal como vistos da perspetiva dominante – o que não deixa, ironicamente, de convocar a noção de imortalidade; ou, mais tarde, o delírio

do Professor de madrugada quando reflete sobre o paralelismo dos vampiros com os gays, por serem aqueles que são temidos pelas maiorias e, por não serem aqueles que contam a sua História, convocam a noção de (in)visibilidade[171]. Como fica claro em tais passos, a metaforização dos "vampiros" em UG é um dos exemplos mais salientes do uso que Zimler faz do humor e da sátira, nos termos em que Vandæle os caracteriza:

> *A Sátira, por exemplo, pode ser definida como humor com um efeito crítico acrescido e causado, por exemplo, por uma imitação exagerada das normas sociais. Da mesma forma, a paródia pode ser vista como o humor com um gume aguçado, mas é provocada, por exemplo, por uma imitação exagerada de normas estéticas (*n/ tradução: Vandæle, 2002a: 155).

Este autor declarou ainda num outro artigo:

> *O Humor é uma questão de interpretação, claramente não só de características provindas do texto. Mais concretamente, a interpretação do humor como inocentemente incongruente ou tendencialmente subversiva depende de fatores culturais e históricos* (n/ tradução: Vandæle, 2002b: 267).

A subversão em UG baseia-se na ironia. Quanto à ironia, afirmaram também Katja Pelsmaekers e Fred van Besien: *"Quando aquele que faz a ironia consegue a boa vontade do público, i. e. quando o público acha engraçado aquilo que ele diz, temos humor irónico"* (n/ tradução: Pelsmaekers & van Besien, 2002: 245); e também *"… ironia é: uma alusão eco de uma afirmação anterior, uma opinião ou mesmo sabedoria popular sem necessariamente conseguirmos ver as suas origens, e das quais o/a falante se dissocia*" (n/ tradução: Pelsmaekers & van Besien, 2002: 260).

A ironia é assim uma característica bem visível em UG, sobretudo nos diálogos de António com o Professor de guitarra clássica e também nas reflexões do Narrador.

Ao concretizar a tradução, tentámos uma versão no texto de chegada das características do texto de partida também no que respeita à funcionalidade do humor e do jogo de palavras. A esse respeito, Maria Tymoczko relacionou estes dois aspetos do humor e do jogo de palavras com o conceito de "transculturação": "Quanto à transculturação, algumas traduções mostram as características das suas fontes, importando géneros, reproduzindo funções do material da fonte (digamos, humor ou jogo de palavras) de uma forma dinâmica" (n/ tradução: Tymoczko, 2006: 16,).

Queremos com isto dizer que o texto de chegada sofreu um processo de transtextualidade cultural, desde o texto de partida, ou uma "transculturação", se assim preferirmos. Nesse processo, não só o humor e os jogos de palavras são respeitados, como também se reproduzem funções e fontes de referência.

Concretizando com um exemplo de *Espíritos Ímpios (EP)* – na sua tradução em português de UG –, gostaríamos de salientar o jogo de palavras humorístico que existe na referência ao primeiro colega de quarto do Professor, enquanto era estudante da Universidade de Nova Iorque. Chamava-se este "Bob Birkoff, também conhecido como 'Bate ao Bichoff'". Neste caso de humor, faz-se a associação do nome de família dele, Birkoff, com a tendência de se masturbar frequentemente, pela qual era conhecido entre os colegas de Faculdade.

Outro aspeto dos desafios que a produção do riso coloca ao tradutor, e que nos interessou na tradução de *EP*, é o da reação dos falantes de uma língua à má pronúncia de algumas das suas formas por parte de estrangeiros. Numa análise da peça de Shakespeare, *Henrique V*, em que há um grande multilinguismo nas personagens, Dirk Delabastita afirmou que a má pronúncia de uma língua, ao ser lida por um falante de outra língua, sugere outras palavras as quais evocam outros conceitos e, por conseguinte, essa má pronúncia é causadora de riso: *"A má pronúncia à la française de foot e gown é necessária para reduzir e racionalizar a distância fonética considerável que separa estas palavras do Francês foutre e con respetivamente*" (n/ tradução: Delabastita, 2002: 311).

Os termos a que Delabastita recorre, embora aplicados a um objeto marcadamente distinto, remetem-nos para os nexos entre linguagem, poder e cultura. Para as finalidades do presente trabalho, a noção de margens e de centro está diretamente relacionada com a questão das minorias sexuais de lésbicas e de gays, bissexuais, transexuais, *queers*, e de, ainda minorias menos expressivas talvez, como intersexuais, assexuais/arromânticos da contracorrente, da alternativa e do seu relacionamento com as maiorias de orientação sexual hetero.

É nítido que nos preocupamos mais com a marginalidade alternativa do que com o centro, a maioria. Na estética gay que temos vindo a considerar as relações de poder respeitam dominantemente a uma maioria com uma determinada orientação sexual *versus* minorias com orientações sexuais distintas – e é nesses termos que a relação do Eu com o Outro se configura em *Unholy Ghosts*.

O nosso foco de atenção é o quadro de relações, os nexos entre dominantes e dominados, tal como se manifestam nos textos e intervêm no processo translatório.

---

[171] Relativamente à sátira e à ironia, Rui Carvalho Homem publicou "Retórica do Riso: Comédia, Sátira e um Dia na Feira com Ben Jonson" e, em 1995, " 'A Voyage to the Country of the Houyhnhnms', Ironia e Arte Satírica", oferecendo-nos reflexões quanto aos dois assuntos em Carvalho Homem, Rui (1985). "Retórica do Riso: Comédia, Sátira e um Dia na feira com Ben Jonson" in *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*, Porto, Série II, vol. II, pp. 301-347 e Carvalho Homem, Rui (1995) " 'A Voyage to the Country of the Houyhnhnms', Ironia e Arte Satírica" in *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*, Porto, Série II, vol. XII, pp. 295-319. Por sua vez, afirmou Raymond Chakhachiro, citando terceiros, em "Analysing Irony for Translation" in *Meta: Translator's Journal*, vol. 54, n.º 1, 2009, consultável em http://id.erudit.org/iderudit/029792ar.

É por isso que reiteramos a relevância do modelo polissistémico na apropriação e aplicação do modelo centro *versus* periferias:

> *Assim, enquanto parte da reviravolta linguística e retórica no debate na etnologia e na descrição da cultura, a tradução já não é considerada sob meramente a categoria de 'fidelidade' a um 'original' (…) 'tradução como compreensão cultural deve ser radicalmente questionada tendo em conta a repressão das culturas minoritárias e das línguas marginais, das simetrias que a etnologia que só vê um dos lados advoga que a tradução deve ser culturalmente compreensível (*Bachmann-Medick, 2006: 36, nossa tradução).

Por conseguinte, em UG interessa-nos mais a relação de repressão da maioria heterossexual em relação às minorias LGBTQIA e as articulações textuais polissistémicas que se estabelecem dentro do discurso nesse sentido. Se a literatura se pode considerar como construtora da realidade, e partilhamos dessa visão, então, também a tradução literária se pode constituir como interventiva social no seu papel de divulgadora de textos que têm ideologias consonantes, não só com aquelas que estão ligadas aos discursos de poder, mas também, e sobretudo, com as que estão ligadas aos discursos alternativos, ou, pelo menos, aos discursos subalternos minoritários.

Concluindo esta ideia, gostaríamos de adiantar que a preocupação seguinte será mostrar como os comportamentos das personagens de UG, as suas orientações sexuais e os seus comportamentos de minoria se articulam no contexto do translato e também como os discursos minoritários influenciaram a Tradução.

Relativamente à presença de elementos de farsa, gostaríamos de citar que, por vezes, o diálogo "contem erros desajeitados e, portanto, envolve um elemento de estigma e da troça" (n/ tradução: Delabastita, 2002: 315). Neste contexto, vemos mais uma tentativa de trazer o humor à cena do que propriamente estigmatizar e troçar da fala do António. No caso concreto da citação, Delabastita referia-se à tradução que teve de fazer da língua inglesa para neerlandês: "*Ter de inventar um Holandês artificial e desajeitado (…) como língua alvo. Ele já existia enquanto formato linguístico e sobretudo, presta-se perfeitamente a explorações cómicas*" (n/ tradução: Delabastita, 2002: 318). A exploração cómica em EI pautou-se por um recurso a um discurso minoritário: o registo juvenil e o registo dialetal dos falares do Porto na sua produção mais marcadamente fonética e desviante da norma.

Por vezes, em UG repetem-se frases nas duas línguas (Inglês e Espanhol), com a intenção explicativa; Dirk Delabastita afirmou que essas repetições de frases nas duas línguas com intenções explicativas não são *"unmotivated code-switching"* (Delabastita, 2002: 332). O mesmo defendeu que teve de "inventar" um discurso, tal como nós, também ele desviante da norma do código da língua portuguesa, com os "Num" e os «'Tô». Quando havia espanhol em UG, por vezes deixou-se o original, não se traduzindo para português, devido à proximidade entre os códigos, para além de querermos, sobretudo, respeitar as intenções autorais de Richard Zimler.

Relativamente à manutenção da língua de partida no texto da língua de chegada, e por não haver problema de compreensão, como é o caso do Castelhano, Delabastita ainda afirmou que *"[l]eft untranslated, these English [terms dificultly] pose a comprehension problem"* (Delabastita, 2002: 318).

O conhecimento da língua espanhola disseminado quase entre todos os portugueses permitiu que se mantivesse a língua espanhola em algumas referências a falas no episódio da narrativa em Madrid, como por exemplo,

> Estava quase a ir-me embora quando [um dos rapazes] me gritou:
> – *Quier jugar*?
> Eu respondi:
> – *No hablo español*.
> – *No importa.* – Respondeu ele.
> – *Soy viejo.* – Disse eu.
> Ele riu-se bem-disposto.
> – *No importa.* – Chamou-me com a mão [para jogar basquetebol com os amigos espanhóis]

No estudo que vimos citando, Delabastita propõe a mesma estratégia que no caso de UG se seguiu, pois não existe o perigo de se perder informação alguma: "em alguns dos passos em Francês de *Henry V*, o texto é tão generosamente caracterizado por redundância informacional, que quase nenhuns dados semânticos se perdem se o leitor ou o espetador estrangeiro não perceber o Francês" (n/ tradução: Delabastita, 2002: 319).

Em EI não se perdeu nenhuma informação ao manter a versão em espanhol, pois é um código muito próximo do português, conforme já focado anteriormente.

Existe humor sarcástico no passo "I would traumatize the poor bus driver for life" (UG: 32) não sobreviveria em tradução se o segmento final fosse traduzido literalmente como "pela vida fora", mas afigura-se-nos que terá encontrado lugar mais satisfatória na gama de possibilidades idiomáticas do português com a versão: "ia traumatizar o pobre do condutor de autocarro até ao fim dos seus dias".

O discurso autoirónico e sarcástico do Professor e de António, um humor cáustico e ao mesmo tempo espirituoso, sensível e triste, assombrado pela obsessão com a morte.

Este estudo tentou abordar apenas uma ínfima parte da rica carga humorística que a obra UG (EI) tem, mas pensamos que foi por ora suficiente para dar a conhecer a capacidade que o autor Richard Zimler tem em fazer rir o leitor nas suas obras de renome.

Quanto à tradução do humor, haveria muito mais a dizer, já que a tradução é deveras um caso especial dentro da Literatura, mas deixaremos para uma outra ocasião.

Bibliografia

Antonopolou, Eleni. (2002). A Cognitive Approach to Literary Humour Devices Translating Raymond Chandler. In Jeroen Vandæle (Ed. convidado), *The Translator: Studies in Intercultural Communication. Translating Humour* (vol. 8, no. 2, pp. 195-220). Manchester: St. Jerome Publishing.

Arrojo, Rosemary. (2005). The Gendering of Translation in Fiction. In José Santaemilia (Ed.), *Gender, Sex and Translation – The Manipulation of Identities* (p. 78-85). Manchester: St. Jerome Publishing.

Atas/Anais do VIII Colóquio da Lusofonia em Bragança – CD-Rom e ISBN 978-989-95891-3-1.

Bachmann-Medick, Doris. (2006). Meanings of Translation in Cultural Anthropology. In Theo Hermans (Ed.), *Translating Others* (vol. 1, pp. 33-43). Manchester, UK and Kinderhook, USA: St. Jerome Publishing.

Bassnett, Susan. (2005). *Translation Studies*, Taylor & Francis e-Library (consultável em http://x11.ir/wp-content/uploads/2012/11/Translation-Studies.pdf).

Booth, W. C. (1974). *A Rhetoric of Irony*. Chicago: University Press.

Carvalho Homem, Rui. (1985). Retórica do Riso: Comédia, Sátira e um Dia na Feira com Ben Jonson. In *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*, (Série II, vol. II, pp. 301-347), Porto: FLUP.

___ (1995) 'A Voyage to the Country of the Houyhnhnms', Ironia e Arte Satírica. In *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas* (Série II, vol. XII, pp. 295-319). Porto: FLUP.

Chakhachiro, Raymond. (2009). Analysing Irony for Translation. In *Meta: Translator's Journal* (vol. 54, nº1, pp. 32-48), consultável em http://id.erudit.org/iderudit/029792ar.

Chaudhuri, Sukanta. (2006). Translation, Transcreation, Travesty – Two Models of Translation in Bengali Literature. In Theo Hermans (Ed.), *Translating Others* (vol.

Cronin, Michael. (2006). *Translation and Identity.* Londres e Nova Iorque: Routledge.

Godayol, Pilar. (2005). Frontera Spaces – Translating as/like a Woman. In José Santaemilia (Ed.), *Gender, Sex and Translation – The Manipulation of Identities* (pp. 9-15). Manchester: St. Jerome Publishing.

Gopinathan, G. (2006). Translation, Transcreation and Culture. Theories of Translation in Indian Languages. In Theo Hermans (Ed.), *Translating Others* (vol. 1, p. 236-256). Manchester, UK and Kinderhook, USA: St. Jerome Publishing.

Harvey, Keith. (2005). Translating Camp Talk – Gay Identities and Cultural Transfer. In Lawrence Venuti (Ed.), *The Translation Studies Reader* (pp. 402-422). London and NewYork: Routledge.

Harvey, Keith & Shalom, Celia. (Eds.). (1998). *Language and Desire: Encoding Sex, Romance and Intimacy*. London and New York: Routledge.

Hermans, Theo. (Ed.). (1995). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. London and New York: Routledge.

___ (Ed.). (2006). *Translating Others*. Manchester, UK and Kinderhook, USA: St. Jerome Publishing.

Keenaaghan, Eric. (1998). Jack Spicer's Pricks and Cocksuckers – Translating Homosexuality into Visibility. In Lawrence Venuti (Ed.), *Translation and Minority. The Translator Studies in Intercultural Communication* (vol. 4, no. 2, pp. 273-295). Filadélfia: Temple University.

Lambert, Charles. (1997). Speaking Its Name: The Poetic Expression of Gay Male Desire. In Keith Harvey & Celia Shalom (Eds.), *Language and Desire: Encoding Sex, Romance and Intimacy* (pp. 204-221). London and New York: Routledge.

Muecke, D. C. (1969). *The Compass of Irony*. London: Methuen.

___ (1982). *Irony and the Ironist*. London: Methuen.

Parker, Alice. (1993). Under the Covers: a Synaesthesia of Desire (Lesbian Translations). In Susan J. Wolfe & Julia Penelope (Eds.), *Sexual Practice, Textual Theory: Lesbian Cultural Criticism* (pp. 322-339). Cambridge and Oxford: Blackwell.

Pelsmækers, Katja & Van Besien, Fred. (2002). Subtitling Irony: 'Blackadder' in Dutch. In Jeroen Vandæle (Ed. convidado), *The Translator: Studies in Intercultural Communication. Translating Humour* (vol. 8, no. 2, pp. 241-266). Manchester: St. Jerome Publishing.

Pupavac, Vanessa, (2006). Language Rights in Conflict and the Denial of Language as Communication. In *The International Journal of Human Rights* (10-1, 61-78). New York: Routledge.

Ríos, Carmen & Palacios, Manuela. (2005). Translation, Nationalism & Gender Bias. In José Santaemilia (Ed.), *Gender, Sex and Translation – The Manipulation of Identities* (pp. 71-80). Manchester: St. Jerome Publishing.

Robinson, Douglas. (1997). *Translation and Empire, Postcolonial Theories Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Ruffier-Meray, Melle. (2007). Lire la partition juridique. In Jean-Jacques Sueur (Ed.), *Interpréter & traduire* (pp. 233-273). Bruxelles: Bruylant.

Santaemilia, José. (2005). *Gender, Sex and Translation – the Manipulation of Identities*. (pp. 117-136). Manchester: St. Jerome Publishing.

Sebnem, Susam-Sarajeva. (2005). A Course on 'Gender and Translation' as an Indicator of Certain Gaps in the Research on the Topic. In José Santaemilia (Ed.), *Gender, Sex and Translation – the Manipulation of Identities* (pp. 161-176). Manchester: St. Jerome Publishing.

Sedgwick, Eve Kosofsky. (2008). *Epistemology of the Closet*. Oakland: University of California Press.

Shawcross, John T. (2000/2001). Verse Satire: Its Form, Genre and Mode. In Inge Leimberg & Matthias Bauer (Ed.), *Connotations: A Journal for Critical Debate* (vol. 10. no.1, pp. 18-30). New York: Waxmann Münster.

Sontag, Susan. (2002). Notes on 'Camp'. In Jonathan Freedman (Ed.), *Oscar Wilde. A Collection of Critical Essays* (pp. 10-21). New Jersey: Prentice Hall.

Sueur, Jean-Jacques. (Ed.). (2007). *Interpréter & traduire*, Bruxelles: Bruylant.
Toury, Gideon. (1980). *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, Tel Aviv University.
___ (1995). The Nature and role of Norms in Translation. In *Descriptive Translation Studies and Beyond* (pp. 53-69). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
___ (no prelo). "Culture Planning and Translation", in Alvarez, A. et al (Ed.), *Proceedings of the Vigo Conference "Anovadores de nós - Anosadores de vós*, consultável em http://www.tau.ac.il/~toury/works/gt-plan.htm.
Tymoczko, Maria. (2006). Reconceptualizing Western Translation Theory. Integrating Non-Western Thought about Translation. In Theo Hermans (Ed.), *Translating Others* (vol. 1, pp. 13-32). Manchester: St. Jerome.
Vandæle, Jeroen. (2002a). Translating Humour. In Jeroen Vandæle (Ed. Convidado) *The Translator: Studies in Intercultural Communication. Translating Humour* (vol. 8, no. 2, pp. 150-172). Manchester: St. Jerome Publishing.
___ (2002b). 'Funny Fictions': Francoist Translation Censorship of Two Billy Wilder Films. In Jeroen Vandæle (Ed. Convidado), *The Translator: Studies in Intercultural Communication. Translating Humour* (vol. 8, no. 2, pp. 267-302). Manchester: St. Jerome Publishing.
___ (Ed. convidado). (2002c). *The Translator: Studies in Intercultural Communication. Translating Humour*. Manchester: St. Jerome Publishing.
Venuti, Lawrence. (1995). *The Translator's Invisibility. A History of Translation.* London and New York: Routledge.
___ (Ed.). (1998). Translation and Minority. *The Translator Studies in Intercultural Communication* (vol. 4, no. 2). Philadelphia: Temple University.
___ (1999). *The Translator's Invisibility*. London and New York: Routledge.
___ (Ed.) (2004 & 2012). *The Translation Studies Reader.* USA and Canada: Routledge.
Von Flotow, Luise. (1997). *Translation and Gender.* Manchester: St. Jerome Publishing.
Wolfe, Susan J. & Penelope, Julia. (Eds.) (1993). *Sexual Practice, Textual Theory: Lesbian Cultural Criticism*. Cambridge and Oxford: Blackwell.
Wolfgang, Iser, (1978). *The Act of Reading: a Theory of Aesthetic Response*.Baltimore: John Hopkins University Press,
Wu, Huiping. (2004). Das Sprachenregime der Institutionen der Europaïschen Union zwischen Grundsatz und Effizienz. In Rudolf Hoberg (Ed.). *Angewandte Sprachwissenschaft*, Band 15. Frankfurt am Main: Peter Lang.
Wuilmart, Françoise. (2000). Traduire, c'est lire. In Christian Libens (Ed.), *Écrire et traduire* (pp. 15-22). Bruxelles: Ed Luc Pire.

Webgrafia

Attardo 1994, 2001
https://www.researchgate.net/publication/261653424_A_Cognitive_Approach_to_Literary_Humour_Devices_Translating_Raymond_Chandler
Forbes, Eric. (2010, September 25). THE WRITING LIFE ... Richard ZIMLER. *Eric Forbes's book addict's guide to good books*. Consulta a 11/jul/2011 em http://goodbooksguide.blogspot.com/2009/05/writing-life-richard-zimler.html.
França: Governo avança com projeto de lei sobre casamento homossexual. (07/11/12). *Euronews, mundo*. Consulta a 29/set/2013 em http://pt.euronews.com/2012/11/07/franca-governo-avanca-com-projeto-de-lei-sobre-casamento-homossexual.
Gertrude Stein. (2015). The Biography.com website. Consulta a 20/mar/2015 em http://www.biography.com/people/gertrude-stein-9493261.
Homophobia. *LGBTQIA Resource Center Glossary*. Consulta a 09/jul/2015 em http://lgbtqia.ucdavis.edu/lgbt-education/lgbtqia-glossary.
LGBTQI Studies & Sexuality Studies Programs in North America. *Sexuality Studies at Duke University*. Consulta a 15/fev/2013 em http://sxl.aas.duke.edu/wp-content/uploads/A-List-of-LGBTQI-Studies-and-Sexuality-Studies-Programs.pdf.
Lourenço, Ricardo. (2012). Obama Apoia Casamento Gay. *Expresso*. Consulta a 13/fev/2013 em http://expresso.sapo.pt/actualidade/obama-apoia-casamento-gay=f724843.
Map: Same-sex marriage in the United States. (26 de junho de 2015). *CNN*. Consulta a 9/jul/2015 em http://edition.cnn.com/interactive/us/map-same-sex-marriage/.
One Archives Foundation. Consulta a 26/nov/2014 em http://www.onearchives.org/.
Richard Zimler.*Página Oficial*.Consulta emvárias datas em www.zimler.com.
Robert Bly Web Site. Consulta a 20/mar/2015 em http://www.robertbly.com.
Schulman, Michael. (9 de janeiro de 2013). Generation LGBTQIA. *The New York Times*. Consulta a 9/jul/2015 em http://www.nytimes.com/2013/01/10/fashion/generation-lgbtqia.html.
Septimus, Daniel. Sholem Aleichem. *My Jewish Learning.* Consulta a 22/mar/2015 em http://www.myjewishlearning.com/culture/2/Literature/Yiddish_and_Ladino/European_Writing/Sholem_Aleichem.shtml.
SIDA – Estatísticas e Números em Portugal. *Roche*. Consulta a 16/ago/2011 em http://www.roche.pt/sida/estatisticas/portugal.cfm.
Siegel-Itzkovich, Judy. (28 de setembro de 2014). When the Jews congregated at Mount Sinai. *The Jerusalem Post*. Consulta a 20/mar/2015 em http://www.jpost.com/Israel-News/Health/When-the-Jews-congregated-at-Mount-Sinai-376452.
Vilas-Boas, G. & Outeirinho, M. F. (2014). Da literatura de viagens no feminino – notas de leitura. *Cadernos de Literatura Comparada, Universidade do Porto, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa*. Consulta a 17/mai/2015 em http://www.ilcml.com/Var/Uploads/Publicacoes/Artigos/54ae9f2c8bbd2.pdf.
Vincent Price Film Stage Actor Writer | Father of Horror Movies. *The Vincent Price website.* Consulta a 22/mar/2015 em http://www.vincentprice.com.

6. JOSÉ ANDRADE, CHEFE DE GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA, ESCRITOR, JORNALISTA RDP

TEMA 3.3. *MISSIONÁRIOS AÇORIANOS EM TIMOR-LESTE*, DE DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO -

Madalena do Pico, 5 de outubro de 2018

O livro ***Missionários Açorianos em Timor-Leste***, da autoria do Senhor Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, foi lançado em julho na ilha de São Miguel, por ocasião das XV Grandes Festas do Divino Espírito Santo do Concelho de Ponta Delgada, e é agora apresentado na ilha do Pico, integrando a 30ª edição dos Colóquios da Lusofonia.

Tem plena pertinência esta sua apresentação aqui e agora, porque é também de lusofonia que trata esta obra e porque boa parte dos seus protagonistas é de naturalidade picoense:

O único cardeal (D. José da Costa Nunes), dois dos três bispos (D. João Paulino de Azevedo e Castro e D. Jaime Garcia Goulart) e quatro dos 14 sacerdotes (João Homem Machado, José Pereira da Silva Brum, Isidoro da Silva Alves e José Carlos Vieira Simplício) nasceram os sete nesta ilha do Pico – quatro nas Lajes, dois na Madalena, um em São Roque.

Cabe-me novamente o privilégio imerecido de apresentar esta obra, na qualidade de Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e por amável convite do Presidente da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

É sempre um gosto apresentar um livro novo. E, neste caso, é também uma honra acrescida, pelo interesse do seu tema e, sobretudo, pela importância do seu autor.

Missionários Açorianos em Timor-Leste é uma obra que reconhece e valoriza a influência decisiva do Clero dos Açores na missionação timorense e que, ela própria, muito honra a nossa terra, por ser editada pela Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, executada pela empresa açoriana Nova Gráfica e patrocinada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Este é um livro de solidariedade cristã, não apenas pelo objeto do seu conteúdo, mas também pelo destino da sua venda, que reverte integralmente a favor da reconstrução da Escola Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, na sua freguesia natal de Quelicai, município de Baucau, em Timor Leste.

Torna-se assim ainda mais pertinente a aquisição deste livro que reconstitui os 119 anos de protagonismo açoriano na missionação timorense. Ele começa em 1875, com a nomeação do jorgense Dom Manuel de Sousa Enes para Bispo de Macau e Colónia de Timor. E termina em 1994, com o falecimento do último padre açoriano em Timor-Leste, o terceirense Carlos da Rocha Pereira.

O seu primeiro capítulo sublinha "A Influência dos Missionários Açorianos em Timor-Leste", sobretudo no âmbito da missionação e da educação da juventude timorense.

Nas palavras do autor, "*os missionários açorianos não só ensinaram doutrina ao indígena, mas fundaram missões, levantaram templos, abriram colégios e escolas, animaram associações culturais e desportivas, enfim, evangelizaram, educaram, promoveram e formaram a alma timorense na cultura lusa e cristã*".

Por exemplo, o Colégio de Santa Teresinha do Menino Jesus, na sede do posto administrativo de Ossú, foi fundado pelo faialense Padre Manuel Silveira Luís. Aqui estudaram Xanana Gusmão, o primeiro Presidente da República de Timor-Leste, e o próprio D. Ximenes Belo, Bispo Emérito de Díli.

O segundo capítulo enaltece "O Papel dos Senhores Bispos Açorianos", destacando as biografias do cardeal picoense Dom José da Costa Nunes, dos bispos picoenses Dom João Paulino de Azevedo e Castro e Dom Jaime Garcia Goulart e do bispo jorgense Dom Manuel Bernardo de Sousa Enes.

Dom Manuel Bernardo, natural da vila do Topo na ilha de São Jorge, foi o primeiro açoriano a ser nomeado Bispo de Macau, por bula papal de 1874 que lhe acrescentava "a parte da ilha chamada Timor que se acha compreendida sob o domínio do Rei de Portugal". Ali permaneceu até 1883.

Dezoito anos depois, em 1901, Dom João Paulino, natural das Lajes do Pico, assume a governação da Diocese de Macau, durante quase duas décadas, até 1918, reorganizando as missões católicas no Timor Português.

Por esta altura já missionava no oriente português, como Vigário-Geral da Diocese de Macau e Timor, o padre José da Costa Nunes, natural da freguesia da Candelária deste concelho da Madalena do Pico. Foi nomeado bispo em 1920 e governou a Diocese de Macau e as Missões Católicas de Timor até 1940. Fundou a Escola de Preparação de Professores e Catequistas de Timor, abriu a Escola de Artes e Ofícios de Díli, inaugurou a Matriz de Díli e a Igreja de Ainaro, defendeu e conseguiu que as Missões de Timor se tornassem numa Diocese.

Na opinião do autor, "*Dom José da Costa Nunes foi o Prelado do Padroado Português do Oriente que, pela primeira vez, compreendeu a situação de discriminação das populações e levantou a voz defendendo os direitos civis dos povos. Timor-Leste está grato ao Senhor Cardeal. A sua ação foi decisiva para o desenvolvimento social e religioso do povo timorense*."

Graças à sua ação, foi primeiro Bispo residencial da nova Diocese de Díli, Dom Jaime Garcia Goulart, curiosamente, também ele natural da Candelária do Pico. Depois do armistício de 1945, dispôs-se a edificar a Diocese num Timor destruído por três anos de ocupação japonesa. Durante os 22 anos em que governou a nova diocese, os católicos timorenses aumentaram de 30 mil para 150 mil e o número de padres cresceu de 20 para 50. Dom Jaime Goulart acabaria por fixar residência na cidade de Ponta Delgada e o seu funeral decorreu, em 1997, na Igreja Matriz de São Sebastião.

O terceiro capítulo é dedicado aos 14 Sacerdotes Açorianos que foram Missionários em Timor-Leste - cinco da Terceira, quatro do Pico, três de São Miguel, um do Faial.

O primeiro a chegar "ao outro lado do mundo" foi o padre terceirense João Machado de Lima, em 1924. Foi Vigário-Geral das Missões de Timor e Reitor do Seminário de São José.
Em 1931, embarcou para a Colónia de Timor o padre terceirense Norberto de Oliveira Barros. Foi ele que dinamizou a construção da Igreja de Ainaro, mas acabaria fuzilado pelas tropas japonesas.
Três sacerdotes açorianos seguem para Timor em 1932: o picoense João Homem Machado; o terceirense Januário Coelho da Silva, que foi Superior da Missão de Baucau e Diretor do Colégio Nuno Álvares Pereira em 30 anos de missionação timorense; e o brasileiro, filho de emigrantes terceirenses, Ezequiel Enes Pascoal, que criou a Missão de Ossú, fundou a Revista Seara, dirigiu o Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli e publicou o livro *A alma timorense vista na sua fantasia*.

Em 1935, chegou a Timor o padre faialense Manuel Silveira Luís. Foi diretor da Escola de Artes e Ofícios de Díli, fundador do Colégio (masculino) de Santa Teresinha do Menino Jesus e do Colégio (feminino) Óscar Ruas e ainda diretor do Colégio Infante de Sagres.

Dois sacerdotes picoenses chegaram a Timor em 1949 e em 1953. O primeiro, José Pereira da Silva Brum, dirigiu a Missão de Suai e foi perseguido pelas tropas indonésias. O segundo, Isidoro da Silva Alves, dirigiu o Colégio de Soibada e foi Superior da Missão de Ossú.

O primeiro micaelense a chegar a Timor, em 1956, foi o Padre Leoneto Vieira do Rego, dos Fenais da Luz. Foi diretor da revista Seara, Superior da Missão de Soibada, diretor do Colégio Nuno Álvares Pereira e governador do Bispado de Díli. Com a invasão das tropas indonésias, refugiou-se no mato com o seu povo, mas conseguiu regressar a Portugal, falecendo em 2002 na cidade de Ponta Delgada.

Outro sacerdote micaelense, Reinaldo de Medeiros Cardoso, nasceu no Faial da Terra e missionou em Timor a partir de 1960, curiosamente, chegando a ser professor de Matemática do futuro Senhor Bispo Dom Carlos Ximenes Belo.

Da Terceira e do Pico seguiram para Timor, ainda nos anos sessenta, os padres Ivo Diniz da Rocha, João de Brito Martins Lourenço e José Carlos Vieira Simplício, este escrevendo um livro significativamente intitulado *Daqui Houve Missionários até aos Confins do Mundo*.

Finalmente, o futuro Monsenhor Victor Manuel Rodrigues Vieira, natural da freguesia dos Arrifes, parte para Timor em 1967, ali missionando até à guerra civil de 1975.

O quarto capítulo deste livro não esquece o contributo de dois "Irmãos Leigos ou Coadjutores", também eles de naturalidade açoriana, no âmbito do esforço coletivo de missionação timorense.

Daniel Ornelas, da ilha Terceira, chegou a Díli em 1962, ao serviço da Companhia de Jesus. Como enfermeiro, ajudou os mais pobres especialmente durante a ocupação indonésia. Permaneceu em Timor durante quase meio século e foi condecorado pelo Presidente da República Portuguesa.

José Pereira Lobato, da Ribeira Grande, rumou a Timor em 1961, para servir como mestre de construções, no âmbito da sua Congregação Salesiana. Também ele resistiu à invasão indonésia de 1975.

O quinto e último capítulo recupera e arquiva para memória futura duas cartas manuscritas pelo Padre Norberto Barros, a partir da Missão de Ainaro, durante a Segunda Guerra Mundial, bem como um testemunho memorial da atual Embaixadora de Timor-Leste em Lisboa, Maria Paixão Costa.

Todo este relato da vida dos nossos ao serviço dos outros faz de ***Missionários Açorianos em Timor-Leste*** uma obra que nos orgulha, inspira, sensibiliza e emociona.

Ao Senhor Dom Carlos Ximenes Belo estamos muito gratos por partilhar com o mundo um livro marcante de exaltação açoriana e ficamos muito honrados com a sua presença, para a sua apresentação, nesta nossa ilha do Pico.

KATHARINE F. BAKER TRADUTORA, UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA; & EMANUEL MELO, UNIVERSIDADE DE TORONTO (REFORMADO), ONTÁRIO, CANADÁ

TEMA 3.1. TRADUZIR O CONTO "CRÓNICA DA VIAGEM" DE URBANO BETTENCOURT ("TRAVELOG") DE URBANO BETTENCOURT

No conto satírico "Crónica da viagem" do seu livro *Que paisagem apagarás* [2010], Urbano Bettencourt descreve uma visita surreal pelo seu alter ego ao Corvo, a ilha menor dos Açores, com o propósito de preparar uma reportagem sobre o grande Restaurante Internacional – destino de *gourmands* mundiais – para uma revista fictícia com a missão pretensiosa de "proteger as flores da retórica e as flores da batata".

A caminho ao Corvo, Urbano encontra na ilha vizinha das Flores um bom amigo, o autor e dramaturgo terceirense Álamo Oliveira, que por coincidência também está a dirigir-se de barco à mesma ilha para supervisionar a estreia, pela única companhia de teatro da ilha, duma improvável peça baseada no seu conto "O velho Joaquim" do livro *Com perfume e com veneno*. A apresentação dos tradutores discute os desafios de traduzir o "Crónica da viagem" para inglês.

"Crónica da viagem" de Urbano Bettencourt [1]

A primeira vez que desembarquei no Corvo foi na companhia de Álamo Oliveira. Em verdade se diga essa chegada em simultâneo não era mais do que o resultado de uns inesperados dias de mau tempo que o retiveram nas Flores enquanto aguardava ligação marítima para a ilha vizinha. Qualquer um de nós preferia fazer de barco a ponta final do percurso, num dispêndio de tempo que provocava alguma perplexidade à rececionista matreira da pensão a que arribáramos. Não percebia como é que se trocava o avião por um barquinho daqueles, sujeitando-se a atrasos como este, aos balanços e ao enjoo, e tudo por causa, como os senhores dizem, de sentir a viagem, de descobrir a ilha, de ver o Corvo crescer a pouco e pouco sobre as nossas cabeças. Como se aquilo tivesse alguma coisa para descobrir ou ver erguer-se salvo seja!

E por aí se ficavam as coincidências do nosso encontro. Eu viajava com o propósito de preparar uma reportagem para a *Revista de Turismo & Literatura*, que tinha muito a ver com aquela "Sociedade humanitária de literatura e agricultura" cujo plano de acção consistia, segundo Manuel Zerbone, em "proteger as flores da retórica e as flores da batata". Era por isso frequente encontrar na Revista trabalhos no género de "O passeio pedestre na obra de..." ou "A questão do género e a fermentação vínica" ou ainda "As personagens de... e a pesca submarina". E outras especialidades afins, como as que se materializariam em "A importância do sustenido na Harmonia universal", sobretudo a partir do momento em que a Revista decidiu abrir-se à chamada grande música. Mas a mais famosa e justamente aplaudida rubrica intitulava-se "A Cozinha dos Grandes Escritores Universais": mês após mês, o redator principal fora soletrando obras não regionais e acabara por fazer o público levantamento de uma variedade de receitas que passaram a ser confecionadas e servidas no "Restaurante Internacional", que D. Balduína abrira com os lucros provenientes da Revista. Para requintar ainda mais as refeições, conferindo-lhes um inconfundível charme intelectual, cada prato era acompanhado pela leitura, em voz alta e na língua original, de excertos da obra de onde fora retirada a respetiva receita. Desse modo, era possível ouvir Pushkin enquanto se comia uma maçã *flambée au vodka* ou saborear Hemingway ao mesmo tempo que um peixe assado *à la habanera*.

Nos dias de maior afluência e variedade de gostos, o "Internacional" tornava-se uma imensa metrópole em que ao rumor civilizado dos talheres se sobrepunha o murmúrio das mais desvairadas línguas, numa expressão de cosmopolitismo que só encontra paralelo nas conferências de imprensa do futebol português. É certo que se tornou sempre muito mais fácil avaliar o sucesso do Restaurante pelos resultados gastronómicos do que pelos literários propriamente ditos, até porque nunca chegaram a concretizar-se as anunciadas excursões culturistas de Barbados e das Virgens Britânicas. Apesar disso, os apoios concedidos a fundo perdido para importação de obras estrangeiras não deixaram de ser considerados um bom investimento: não incentivaram o aumento de leitores locais (embora o "Internacional" chegasse por vezes a concentrar oitenta por cento da massa crítica da Ilha & Arredores), mas contribuíram de forma inequívoca para o fortalecimento e coesão do tecido empresarial.

Eu viajava, pois, com o objetivo de realizar um desses trabalhos que D. Balduína me encomendava de tempos a tempos. Com eles contrabalançava a prosa esconsa dos seus jornalistas e colaboradores regulares que se limitavam a fazer redações, nem sempre gramaticalmente corretas, sobre o conforto e o desconforto das instalações hotelarias, sobre os preços dos vinhos ou ainda sobre pratos mais ou menos atípico: ficou célebre a denúncia de um restaurante onde a morcela era servida com batatas fritas e que levou à pronta e profícua intervenção da Brigada de Higiene e Fiscalização dos Costumes. Apesar da perturbação que me provocavam em termos pessoais e até profissionais, esses trabalhos eram sempre uma boa achega para o meu orçamento. Mesmo quando me não pagava em géneros (uma viagem de férias, por exemplo, faturada como de serviço), a Contabilidade lá ia arranjando maneira de esquecer o recibo verde, o que me permitia escapar alegremente aos zelosos fiscais do fisco.

Álamo Oliveira, por seu turno, e tanto quanto me confessou por entre alguns uísques avulsos, ia até ao Corvo ultimar a encenação do seu conto "O Velho Joaquim", que despertara a atenção e o interesse da única companhia de teatro da ilha. Tratava-se de uma história em que o Governo, após uma viagem de muito incómodo e mor enjoo, aportava ao Corvo para a visita anual; à sua chegada, a comitiva governamental é devorada por milhões de ratos que, vítimas da gula e do veneno, se atiram ao mar, onde acabam por morrer. E o velho Joaquim pôde, por isso, continuar na sua quietação de habitante único da ilha. A adaptação teatral era modesta, dizia o autor, mas o convite lisonjeara-o e a sua ida, além de representar um estímulo para os atores locais, permitia-lhe ainda fugir por uns tempos à mesmice de Angra. Desembarcados no Porta da Casa, tomámos por isso rumos diferentes. Álamo Oliveira foi levado pelos seus anfitriões do teatro e eu meti-me a caminho da casa de D. Crisântema, "numa das esquinas contíguas ao Largo do Outeiro", como tivera o cuidado de acentuar a eficiente funcionária da Revista que se ocupava de contactos e logística. "Um nome destes deve pesar mais do que a alma nacional" – pensei eu, enquanto a meu pedido ela mo repetia, salivando as sílabas demoradamente. "Quem assim batiza uma criança deveria ser obrigado a dar todos os anos uma volta à ilha a pé". Todavia, e não obstante a incógnita que para mim representava essa anfitriã, não era a primeira vez que a ilha se via contemplada com os projetos da Revista.

[1] Bettencourt, Urbano. "Crónica de viagem." In *Que paisagem apagarás*. Ponta Delgada: Publiçor, 2010, pp. 35-41.

Alguns anos antes, e por ocasião das nove conferências que assinalaram o seu nono aniversário de publicação, fora concedido ao Corvo o privilégio de ouvir falar sobre o Papel e o Destino das Culturas Locais num Contexto de GêGê, ou seja, Globalização Galopante. Durante duas horas, e por trás de uma mesa coberta de fatias de Queijo da Ilha e Massa Sovada, o Conferencista dissertara, e mui brabamente desacertara, num tom otimista a que não faltaram, no entanto, breves nuvens sombrias que, de pronto teve o cuidado de varrer do horizonte. Havia, com efeito, um exemplo ou outro, capazes de causar alguma inquietação, mas tratava-se, felizmente, de situações pontuais, muito pontuais mesmo. Era o caso do vinho de cheiro, cuja produção nas Ilhas fora proibida pelas intrometedices de Bruxelas que, desse modo, manifestara a sua capitulação perante os lóbis da Coca-Cola. Em contrapartida, pensassem todos no que acontecera com a Massa Sovada – e agitava no ar uma fatia – que vencera a hostil gastronomia norte-americana e se tornara um objeto de luxo fora do chamado mercado da saudade. Não era verdade que esse genuíno produto das Ilhas conseguira até entrar na ementa de uma estrela com a grandeza de Kate Dunne? Portanto, – concluía sem rematar – este argumento que nos pode tranquilizar a todos e que de forma segura augura para as pequenas culturas locais o futuro radioso dos amanhãs que cantam. Muito embora... - ressalvava e teria prosseguido ainda se, do fundo da sala, um dos ouvintes mais atentos e interessados não se tivesse erguido e bradado "Passa a massa e cala a boca!", o que acabou por repor a ordem natural das coisas, ou seja, o Conferencista na casa onde se hospedava e os corvinos em amena confraternização à volta da mesa que fora dele.

À minha espera estava, afinal, uma mulher aparentando pouco mais de cinquenta anos e a que um camiseiro largo e solto sobre as calças de ganga dava um ar desembaraçado, desportivo mesmo. Trazia o cabelo puxado para a nuca e rematado por dois travessões, deixando à plena luz um rosto sereno e um sorriso imenso que acentuava a expressão de quem resolveu todos os problemas consigo e com o mundo. E, quando ela se aproximou e declinou o seu nome, quatro suaves e inesperadas notas vibraram por momentos antes de se diluírem no brilho macio da tarde. Subitamente, qualquer coisa naquela mulher tornava-se-me familiar, reconhecível, e não eram apenas os olhos, de um azul profundo como o que o pintor Seixas Peixoto captou nos seus Rostos Açorianos. Qualquer coisa indefinível e difusa que eu levaria vários dias para, finalmente, conseguir desvendar.

"Travelog", de Urbano Bettencourt. Traduzida por Katharine F. Baker e Emanuel Melo

The first time I set foot on Corvo, it was in the company of Álamo Oliveira.

Truth be told, our simultaneous arrival was nothing more than the result of some unexpected days of foul weather that had detained Álamo on Flores while he waited for his water-borne connection to the neighboring island. Each of us preferred to make the last leg of our trip by ferry, in an expenditure of time that slightly perplexed the guesthouse's savvy receptionist upon our arrival. She didn't understand why anyone would trade a plane for one of these little boats – subjecting themselves to delays like this, to the pitching and yawing, and the seasickness – all, as gentlemen say, for the experience of feeling the trip, of discovering the island, seeing Corvo grow gradually larger before our eyes as though it possessed something new to discover, or to be seen looming as a destination.

And there ended the coincidences of our encounter. I was traveling on assignment for the *Revista de Turismo & Literatura*, a magazine associated with the Literature, Agriculture and Human Values Society – whose mission, according to Manuel Zerbone, was to "protect the flowering of both rhetoric and potatoes." Thus, pieces like "Travels by Foot in the Works of [author]" or "The Issue of Gender and Wine Fermentation" or "Characters in [title] and Underwater Fishing" were frequently found in the *Revista*. And other related specialties – like those that cropped up in "The Importance of the Sharp Sign in Universal Harmony," especially once the magazine decided to expand its coverage to so-called "great music." But its most famous and justly-applauded series was titled "Kitchens of the World's Great Writers": month after month the editor-in-chief had turned out non-local features and completed a public survey of a variety of recipes that would be prepared and served at the Restaurante Internacional, which Dona Balduína had opened with *Revista* profits. To refine her meals further, lending them an indisputable intellectual charm, each dish was paired with the live reading in the original language of excerpts of the work from which its respective recipe was drawn. Thus, it was possible to listen to Pushkin while eating an apple *flambée à la vodka* or to savor Hemingway at the same time as a Cuban-style roasted fish *à la habañera*.

In those days of greater affluence and range of tastes, the Restaurante Internacional grew into an immense operation where the civilized sound of place settings added to the murmur of a most bewildering array of languages in a show of cosmopolitanism paralleled only by Portuguese soccer press conferences. Certainly, it was always far easier to evaluate the restaurant's success by gastronomic rather than strictly literary results, since its announced cultural tours of Barbados and the British Virgin Islands never materialized. Despite this, the support provided for the importation of foreign works was still deemed a sound investment: even though it did not foster an increase in local *Revista* readership – although the "Internacional" at times reached as much as eighty percent of the population around the island and its environs – it unequivocally contributed to the strength and cohesion of the business network.

I was, in fact, traveling with the aim of producing one of those works that from time to time Dona Balduína commissioned from me. I counterbalanced them with the opaque prose of the *Revista*'s journalists and regular contributors, who were limited to writing articles (not always grammatically correct) about the convenience and inconvenience of hotel kitchen installations, wine prices, and more or less inauthentic dishes: its denunciation of one restaurant where *morcela* [blood sausage] was served with French fries became a cause célèbre, leading to a prompt and effective intervention by the Hygiene and Customs Inspection Brigade. Despite the disruption that these jobs caused me on personal and even professional terms, they were always a good supplement to my income. Even when I was not paid in kind (a vacation, for example, billed as a business expense), Accounting would find a way to ignore my green slip, which happily enabled me to escape zealous tax auditors.

Álamo Oliveira in turn – and he as much as admitted this to me over a few single-malt whiskies – was going to Corvo to finalize the staging of his short story "O Velho Joaquim," which had caught the attention and interest of the island's only theatrical troupe. It was a tale of the Azores government which, after a voyage of great inconvenience and much seasickness, reached Corvo for its annual visit; upon arrival, the delegation is devoured by millions of rats, the victims of greed and poison, that thereupon hurl themselves into the sea, where they wind up dying. And so Old Joaquim was able to live on in peace and quiet as the

island's sole inhabitant. The theatrical adaptation was modest, the author said, but the invitation had flattered him, and his journey, besides stimulating the local players, allowed him a respite from Angra do Heroísmo's humdrum for a while.

Upon disembarking at the Porta da Casa, we took off in different directions. Álamo Oliveira was whisked off by his theatrical hosts, while I found my way to Dona Crisantema's house, "on one of the corners at Largo do Outeiro plaza," as she'd carefully stressed to the *Revista*'s efficient clerk in charge of contacts and logistics.

"Names like these should weigh more than the national soul," I thought, while at my request she repeated it to me, salivating slowly over each syllable. "Anyone who baptizes a child with a name like that should be compelled to hike the island's perimeter every year." Still, and despite this woman I didn't know, it wasn't the first time the island was considered for *Revista* projects.

Some years earlier, on the occasion of conferences held on all nine islands marking the ninth anniversary of the *Revista*'s debut, Corvo had been bestowed the privilege of hosting a talk on the Role and future of Local Cultures in the Context of GG (i.e., Galloping Globalization). For two hours, from behind a table covered with slices of island cheese and sweet *massa sovada* bread, the keynote speaker had pontificated, committing flagrant errors in an optimistic tone – despite some brief dark clouds which, however, he promptly took care to dispel from the horizon. There was indeed one or another example capable of causing some concern, but fortunately, it was in specific situations, very specific, in fact. There was a matter of light red Azorean *vinho de cheiro* wine, the production of which in the islands had been banned by EU meddlers in Brussels, who had accordingly displayed their capitulation to the Coca-Cola lobby. Instead, think of what had happened with *massa sovada* – and he waved a slice in the air – that had won over North America's hostile gastronomy and become a gourmet item outside the so-called *saudade* emigré market. Wasn't it true that this authentic island product had even succeeded in breaching the menu of a star of the magnitude of Kate Dunne? And so, without further ado, he concluded the latter argument that could reassure us all, and augur with certainty for small local cultures the bright future of tomorrows full of promise. Although...

He was still reinforcing his point and would have proceeded further if, from the back of the room, one of the most attentive and interested listeners hadn't stood up and bellowed "Shut up and pass the *massa*," which succeeded in restoring the natural order of things – that is, at the house where the Speaker was staying, he and the Corvinos were sitting in perfect harmony around the table where he'd just presided.

Waiting for me afterwards was a woman who appeared no more than fifty years of age, but whose wide, loose shirt over jeans conveyed a casual, even sporty, air. She wore her hair pulled back at the neck and pinned with two barrettes, allowing full light to shine on her serene face, and she had a wide smile that conveyed the expression of someone who'd solved all of her own problems as well as the world's. And when she came over and spoke her name, four soft and unexpected notes fluttered briefly before they diluted the afternoon's soft glow.

Suddenly, something about that woman grew familiar, recognizable to me, and it wasn't just her eyes, which were deep blue like those that painter Seixas Peixoto captured in his *Rostos Açorianos* [Azorean Faces] – an indefinable and obscure something that would ultimately take me several days to figure out.

***

"O velho Joaquim" ("Old Joaquim") de Álamo Oliveira [2] Ao Vasco Pereira da Costa, que escreveu o "Coro dos Velhos do Corvo"

As mãos repousavam sobre os joelhos e ninguém sabia se aquele estremecer sísmico provinha de pequenas deficiências sanguíneas ou de alguma inquietude da alma. Que os anos se acumularam sobre as costas, isso era verdade. E, de qualquer forma, não era esse estremecer que chamava a atenção. Bem mais apelativo era o seu olhar quase impestanejante. Aliás, à sombra da casa, os seus olhos eram tocados pela cor do mar como se possuíssem um desses exóticos aparelhos de contaminação que os cientistas usam para afirmar a sua ciência. Quem o olhava, não lhe ficava indiferente. Havia uma sedução não assumida – por isso, patética – que resvalava pela ilha e desaguava infalivelmente no mar, rio condenado a afogar-se na imensidão do vazio.

Andavam todos por ali, num quotidiano feito de coisa nenhuma, penélopes comprometidas com a invisível teia do destino. E ele, sentado à porta, não era mais do que o espelho do tempo, delapidado por incontroláveis estragos, posto como uma necessidade ou reflexo da própria eternidade. As rugas tinham surgido com os anos e isso era normal, mesmo quando se habitava uma ilha que pouco mais significava do que um pedação de solidão no meio do deserto... de água.

O velho Joaquim não sabia há quantos anos nascera e ninguém ousava arriscar um número. Clementina jura que ele já era velho nos seus tempos de menina e agora também lhe custa a contar os seus oitenta e três anos. Por isso, ele não servia de referência a nenhum acontecimento: partida, epidemia, temporal, morte. Através dele, não podiam reconstituir o passado. Ninguém lhe perguntava: «O tio Joaquim lembra-se de...?!», ou «Como era a ilha no seu tempo?!» Eram curiosidades perdidas. A memória única e possível era a de sabê-lo sentado à porta com os olhos fixos no mar. E aí residia a sua importância. Para lavrar e semear

[2] Oliveira, Álamo: "O velho Joaquim". In *Com perfume e com veneno*. Lisboa: Coleção Garajau. Edições Salamandra, 1997, pp. 139-48.

a terra, para fazer colheitas ou ir à pesca, consultavam-lhe a cor dos olhos marcavam as datas para casar, emprenhar e morrer. Ninguém morria em azul-marinho, por exemplo. Era um desperdício. Nesses dias, os homens ficavam na cama com as mulheres ou iam até à costa para se cansarem do silêncio.

Porém, todos foram envelhecendo. Perderam qualidades e deixaram de ter filhos. Pouco a pouco, abandonaram as terras, deixando-as à mercê das silvas, dos fetos, das faias. Mas nem os canários ficaram mais felizes. Sentiam que aquele sossego estava mais perto do fim do mundo do que da chegada de qualquer barco desrumado pela tempestade. Só o velho Joaquim mantinha inalterável o ritmo cardíaco do seu estar sentado, feito graça da terra ou garrafa de SOS que se esquece de acostar em tempo útil.

Na ilha, ia-se morrendo. Os que sobejavam foram-se prendendo à batina do padre, não por causa dos pecados e do medo do inferno, mas para poupar trabalho na hora da morte. Abandonaram as casas, deixando portas e janelas escancaradas. E esgotaram o que era possível comer. Não havia uma vaca, um leitão, uma galinha, um coelho. Hortaliças, só as ervas. Tinham-se deixado cair no pecado da desolação e sentaram-se nos bancos da igreja à espera do derradeiro suspiro. Nem se importaram com o destino do único cão e dos dois gatos que, entretanto, estavam em vias de morrer também, mas de fartura. É que a ilha começou a ser invadida por uma multidão de ratos – ratos que surgiram de todos os buracos das paredes, de todas as portas, dos telhados, dos currais, das atafonas, dos esgotos e até das árvores e do mar. E se é verdade que o cão e os gatos se foram alimentando deles, também é verdade que, um dia, os ratos os devoraram. Os últimos sobreviventes não tiveram melhor sorte. Está por provar se morreram de inação (o que seria uma morte natural), ou se os ratos, depois de se banquetearam com as hóstias do sacrário e o azeite da lamparina, os foram roendo ainda enquanto vivos. Não ficou ponta de osso.

Há muito que se tinham esquecido do velho Joaquim, sentado à porta da sua casa, as mãos sobre os joelhos e o corpo tocado por sísmico tremor. A cor dos seus olhos já não servia para nada.

Os membros do gabinete do senhor Presidente estavam em pânico. Há dois dias que procuravam contactar, por telefone, a pequena ilha para anunciarem a data do programa da visita constitucional. Mas o telefone apenas devolvia ruídos intermitentes que não forneciam qualquer interpretação técnica. Era como se estivessem a ligar para o ponto zero do quintal mais próximo. E, no entanto, era urgente cumprir a lei que prescrevia: «Ao menos uma vez por mandato, o governo visitará cada uma das suas ilhas.» Faltava a mais pequena e mais distante. É que, passado quase um século, o mandato terminava na semana seguinte e, em vésperas de eleições, nenhuma ilegalidade podia transformar-se em trunfo nas mãos da oposição. Só que o telefone não atinava com aquela ilha pequena e distante. O eco nem tinha forças para lhes devolver o apelo.

Houve que reunir de emergência. As calvícies aumentaram, branquearam cabelos, fizeram-se esforços suplementares e aconteceu o habitual: suores frios e derramamentos cerebrais. Mas não conseguiram qualquer contacto com a ilha, mesmo com funcionários destacados, para discar o número durante vinte e quatro horas.

Sobre a mesa de reuniões, puseram todas as hipóteses: avaria do único telefone da ilha (a Companhia não o podia comprovar e, muito menos, reparar); que os habitantes andavam a festejar o Espírito Santo (era época disso); que estavam a ensaiar folclore (em tempos, tinham-lhes prometido um passeio); que os membros da filarmónica estavam a aprender a tocar o hino para eventual visita do senhor Presidente; que se mantinham ocupados em qualquer acontecimento social. Mas em circunstância alguma, ficariam impedidos de passar, mesmo que fugazmente, pelo telefone.

Puseram, então hipóteses mais convencionais: descontentamento com a governação (nem sequer conheciam o senhor Presidente); mudança de pátria (a América ali tão perto e muito mais rica); alguém com a conivência do padre, dera o grito de independência e pronto; desligação pura e simples do telefone para salvaguardarem a sua saúde mental ou para se deixarem vaguear, com a ilha, no meio do mar sem preocupações de futuro, já que o passado se fora sem deixar rastos de saudade e o presente não era para discutir. A cada uma destas hipóteses, o senhor Presidente comentava: «Será possível?! Aí, os filhos da puta!» E de quarto em quarto de hora, abria-se a porta da sala de reuniões para deixar ver a cabeça do telefonista abanando pendularmente para a direita e para a esquerda, o que queria dizer: «Ainda não se conseguiu ligação...»

De repente, o contínuo – farto de carregar as garrafas de água que refrescavam os membros do gabinete – alvitrou: «E se telefonassem para a ilha mais próxima?! Talvez de lá se avistasse alguém e lhe fosse transmitido o programa da visita através do alfabeto escotista...» / «Bem pensado!», disse o senhor Presidente. Telefonaram. Uma voz cheia de referências de sono, disse: «Tô»

Mas, não resultou. À noite, informaram que tinham convocado toda a população e passado o dia a olhar para a outra ilha. E só uma vez lhes pareceu terem avistado alguém, provavelmente um fantasma porque logo levou sumiço. Segundo a mesma fonte, o céu estava limpo, o mar manso e o ar sem humidade. Até tinham levado farnéis para confraternizar. Enquanto o senhor Presidente agradecia o empenho, a voz interrompeu para acrescentar que não estivessem em cuidados porque, na outra ilha, tudo devia estar bem. É que, embora não se avistasse vivalma, o vento trazia de lá um cheiro que, não se parecendo com água de rosas, também não era o de carne chamuscada. Foi um alívio.

E com tudo isto, apenas faltavam seis dias para o fim do mandato. Se partissem imediatamente, voltariam a tempo de votar no senhor Presidente.

Partiram como calhou. Pouca bagagem. Nada de coisas supérfluas. O Chefe de gabinete meteu, na pasta, o mais importante: o discurso que o senhor Presidente iria proferir – o mesmo que já lera nas outras ilhas. Enfiaram também três jornalistas e um operador de câmara de televisão para o registo óbvio. Era o q.b.

O senhor Presidente enjoava a bordo e, por simpatia, os membros do gabinete enjoavam também. Era bonito ver toda aquela solidariedade governativa. Conseguiam mesmo imitar os roncos presidenciais que, com a continuidade, desfaleciam até se transformarem em gemidos agónicos. Mas só numa viagem como aquela se conseguia avaliar o sacrifício de governar ilhas. A solidão do velho Joaquim e a premonição da cor dos seus olhos era poesia barata perante a generosidade épica do gabinete do senhor Presidente. A verdade, é que o velho Joaquim era um simples desconhecido e ninguém o mandara quedar-se sentado, à sombra da sua velha casa, naquela ilha pequena e distante. Não fosse o predisposto na lei, e todos estariam livres de vomitar a alma numa viagem de barco.

Mas era assim que o enjoou também evitava que o senhor Presidente e o seu gabinete conhecessem, de facto, a verdadeira extensão do seu território. Sem saírem dos camarotes e alimentados por doses sucessivas de caldos de galinha, deixaram-se andar sobre a imensidão do mar, alheios às brincadeiras amorosas dos enormes bandos de golfinhos e aos repuxos insolentes dos cachalotes. E fizeram questão de passar pelas outras ilhas, disfarçados com chapéu de palha, que é como quem diz sob o signo da clandestinidade. Ignoraram a mensagem dos astros, o movimento do sol, os rumos traçados pelo comandante do barco. Iam ali como réstea [sic] de cebolas dependurada na mais vulgar despensa da paciência. E cheiravam mal.

Na manhã do terceiro dia, o comandante mandou avisar que já se avistava a ilha. E deu as informações meteorológicas que sabia: «céu muito nublado, possibilidade de aguaceiros, humidade relativa». Ninguém reagiu. «Dentro de uma hora vamos atracar!» informou, de novo, o comandante.

Começaram a levantar-se com tímidas ameaças. Ressuscitavam envergonhadamente. Como todos cheiravam à mesma suja fraqueza, foram-se suportando, entre esgares e sorrisos, até chegarem à luz do dia. E viram, pela primeira vez, a pequena ilha que governavam. «Tão pouca terra, não vale o meu estômago!» disse o senhor Presidente. A ilha lá estava, embrulhada em seu manto de verdes, túmulo calado, um girassol lindo.

O barco foi-se aproximando. Reduziu a velocidade e deslizou como tapete rolante ou mosca sobre taça de gelatina. E quando o cais ficou à mão de atracar, já todos tinham caído no oceano do desânimo. É que nem as autoridades autárquicas, nem a filarmónica, nem o grupo de folclore, nem o padre, ne qualquer pessoa, se postara sobre o cais para esperar tão ilustre comitiva. Os jornalistas sentiram-se, enfim, analfabetos e o operador de câmara o escravo de todas as máquinas inúteis. Pela primeira vez, era possível provar que se pode reduzir qualquer governo à sua insignificância.

Saltaram para o cais. Olharam-se entre o espanto e o ridículo e, silenciosos, dispuseram-se a subir até à povoação. Se tanto lhes fosse possível, veriam que os olhos do velho Joaquim estavam cinzentos.

Depois, foi a estupefação: milhões de ratos surgiram de sob as pedras, das casas, da igreja, das árvores e banquetearam-se sordidamente, por entre gritos e espasmos, devorando, sem protocolo nem hierarquia, toda a comitiva do governo. Escapou a câmara de televisão e uma gravata de má qualidade, que não era a do senhor Presidente. O festim terminou, porém, de forma imprevisível: cheios de cólicas indigestas, os ratos atiraram-se ao mar e.... morreram. A gula sempre foi um pecado muito feio.

* * * * *

O velho Joaquim, à porta da sua casa, é agora dono e senhor da sua ilha. Mantém-se com as mãos sobre os joelhos e o mesmo tremor sísmico no corpo. Os seus olhos continuam a anunciar a cor do mar. Como se fosse a própria eternidade, não se vai aperceber que, assim como o governo, também o mundo, um dia, acabará. Porém, sempre que pode, sorri. Levemente.

“Old Joaquim” by Álamo Oliveira, translated by Katharine F. Baker and Emanuel Melo
To Vasco Pereira da Costa, who wrote "Chorus of the Elders of Corvo"

His hands rested on his knees, and no one knew whether that seismic shuddering of his derived from a minor blood deficiency or some disquiet in his soul. That the years had accrued on his back was true. And in any case, it wasn’t his shudder that drew attention. Far more riveting was his almost unblinking gaze. Besides, in the shade of his house, the color of the sea reflected in his eyes as though they possessed one of those exotic contamination detectors that scientists use to confirm their findings. No one who looked at him could remain indifferent. There was an unsuspected – and therefore pathetic – seduction that flowed on the island and emptied unerringly into the ocean, a river doomed to drown in the vast emptiness.

Everyone milled around there, living a daily routine of nothing in particular, like faithful Penelopes committed to weaving an invisible web of destiny – and he, sitting at the door, was nothing more than the mirror of time, dissipated by uncontrollable deterioration, on watch as a necessity or a reflection of eternity itself. His wrinkles had developed over the years, but this was normal, even when inhabiting an island that signified little more than a piece of solitude in the middle of a desert... made of water.

Old Joaquim didn't know how many years ago he'd been born, and no one dared hazard a number. Clementina swears he was already elderly during her girlhood, and now she has a hard time counting her own eighty-three years. So he served as no point of reference for any event: departure, epidemic, storms, death. They were unable to reconstitute the past through him. No one asked, "Uncle Joaquim, do you remember that?" or "What was the island like back in your day?" Those curiosities were lost. The only memory possible was to find him sitting by the door with his eyes fixed on the sea. And therein lay his importance. In order to know when to till and sow the land, reap harvests or go fishing, they consulted the color of his eyes, scheduling dates to marry, labor, and die. No one died when his eyes were navy blue, for example. That would be a waste. On those days, men would stay in bed with their wives or go to the coast until they wearied of its silence.

However, everyone got older. They lost their vigor and stopped having children. Little by little they abandoned their land, leaving it to the mercy of blackberry brambles, ferns and beech trees. However, not even the canaries were happier. Maybe they sensed that this quietness was closer to the end of the world than to the arrival of any storm-tossed boat. Only old Joaquim kept his heart rhythm steady by always sitting, thanks to the land or the SOS message in a bottle that neglects to come ashore in time of need.

On the island, they were dying. Survivors clutched the priest's cassock, not because of their sins and fear of hell, but to save themselves at the hour of death. They abandoned their homes, leaving the doors and windows wide open. And they depleted all their food sources. Not a single cow, suckling pig, hen or rabbit was left. Among the vegetables, only herbs. They had fallen into the sin of desolation and sat on the river banks waiting to draw their last breath. They didn't care, either, about the fate of the sole remaining dog and two cats, which were also in the process of dying, but of gluttony. The island began to be invaded by a horde of rats – rats that emerged from all the holes in the walls, from all the doors, roofs, corrals, mills, sewers, and even the trees and the sea. And if it's true that the dog and cats had been feeding on them, it's also true that one day the rats devoured them. The last survivors had no better luck. It remains to be proven whether they died of inaction (which would be a natural death), or if the rats, after feasting on the churches' hosts and lamp oil, were gnawing the still-living. Not one bit of bone was left.

They had long forgotten old Joaquim, seated at the door of his house, hands on his knees, and body trembling with seismic tremor. His eye color was of no use.

The President's staff was in a panic. Two days earlier they tried contacting the tiny island by telephone to announce the date for their constitutionally-mandated visit. But the line returned only meaningless noises at irregular intervals. It was like calling a dead spot in the next-door backyard. And yet it was urgent to comply with the law that prescribed that "at least once each term, the government shall visit every one of its islands."

They still hadn't gotten to the smallest, remotest one. The problem was that this mandate, passed almost a century earlier, would be expiring the next week, but on the eve of elections, no violation of the law could be allowed to be turned into an advantage in opposition hands. But phone service to that tiny, distant island was not working. The echo didn't even have the strength to call back.

An emergency meeting was called. Baldness increased, hair whitened, extra efforts were made and the customary occurred: cold sweat and apoplexy. But they were unable to contact the island, even with dedicated functionaries dialing the number for twenty-four hours.

They placed all the scenarios on the meeting table: breakdown of the island's only telephone (the company couldn't check, much less repair it); the inhabitants were off at the Holy Spirit *festa* (it was the season); the folk musicians and dancers were rehearsing (they had once been promised a tour); members of the *filarmónica* marching band were learning to play the hymn for the President's eventual visit; they were busy with some social event. But under no circumstance would they be prevented from answering the telephone, even fleetingly.

Next, they posited more conventional theories: discontent with governance (they'd never even met the President); change of country (America being so near and much wealthier); someone who, with priestly connivance, had promptly raised the cry of independence; or pure and simple disconnection of the telephone, in order to safeguard their mental health or allow themselves to meander, like the island, in the middle of the ocean, unconcerned for the future, since the past had left no trace of longing and the present was not up for debate. In each case, the President asked, "Is that possible? Those sons-of-bitches!"

And every quarter hour the boardroom door would open to show the operator's head shaking from left to right, meaning, "No connection yet."

Suddenly the aide – tired of fetching water bottles to refresh cabinet members – proposed, "What if you telephone the nearest island? Maybe, someone, there could spot a person across the channel to whom the agenda for our visit can be flashed in Morse code, Boy Scout-style."

"Good idea," the President said. They phoned.

A sleepy voice answered, "Hello?"

But it didn't work out. That night they reported that they'd convened all of the populace, and spent the day gazing at the other island. And only once did they seem to catch sight of anyone, probably a ghost because it soon vanished. According to the same source, the sky was clear, the sea smooth and the air not humid. They had even brought along picnic baskets for socializing. While the President was thanking them

for their effort, the voice interrupted to add that they were not under a caution, because on the other island everything ought to be fine. The fact is that although they couldn't spot a living soul, the wind carried a smell resembling neither rose water nor scorched flesh. That was a relief.

And after all this, there were only six days left until the end of the term. If they departed immediately, they could get back in time to vote for the President.

They left as they were. Little baggage. Nothing superfluous. The head of the cabinet put the most important item in his briefcase: the speech the President was going to deliver – the same one he'd already given on the other islands. Three journalists and a television camera operator also trailed along to record the event. This was how he liked things.

The President threw up on board, so out of sympathy, the cabinet members did too. It was lovely to see all that government solidarity. They were even able to imitate the presidential snores which, as they continued, turned into agonized moans. But it was only on such a trip that one could gauge the sacrifice of governing islands. Old Joaquim's loneliness and the prediction based on the color of his eyes was cheap poetry in the face of the epic generosity of the President's office. The truth is that old Joaquim was a mere nobody, and no one had ordered him to sit in the shade of his old house on that small distant island. Were the visit not required by law, they'd all have been spared throwing up during a boat ride.

Thus, it was that seasickness also kept the President and his cabinet from becoming acquainted with the full extent of their territory. By not leaving their cabins, and being served bowl after bowl of chicken broth, they were left to travel the sea's immensity oblivious to the amorous play of enormous pods of dolphins and the insolent leaps of sperm whales. And they made a point of passing through the other islands hidden under straw hats, which is to say incognito. They ignored the guidance of the stars, the movement of the sun, the course mapped out by the ship's captain. They were going there like a braid of onions hanging in the most ordinary pantry of patience. And like onions, they smelled bad.

The morning of the third day, the captain sent word that the island was now in sight. And he relayed what little meteorological information he had: "Very cloudy sky, the possibility of showers, high relative humidity." No one reacted. "In less than an hour, we'll be docking," the captain further announced.

Under mild threat, they began getting up and revived themselves ashamedly. Like everyone, they smelled of the same dirty weakness and braced themselves between grimaces and smiles until daylight arrived. And for the first time, they caught sight of the tiny island they governed.

"So little land, it's not worth it to my stomach," the President said. The island lay there wrapped in its multi-green cloak – a silent tomb, a beautiful sunflower.

The boat approached. It slowed down and glided in like a flying carpet, or a fly atop a bowl of jelly. And once the wharf was close enough to dock, they all fell into a sea of discouragement. Neither the local authorities nor the *filarmónica*, folkloric musicians and dancers, priest nor anyone else was standing on the wharf waiting to greet such an illustrious party. It made the journalists feel illiterate and the cameraman a slave to all his unnecessary equipment. For the first time, it was possible to prove that any government can be reduced to insignificance.

They jumped across the gap to the dock, looked at one another in amazement and ridicule, and silently set out on their hike up to the village. If it were possible, they would have seen that old Joaquim's eyes were gray.

After that, astonishment: millions of rats popped out from under the stones, houses, church and trees – and sordidly feasted amid cries and spasms, devouring without attention to protocol or hierarchy the whole government entourage. The television camera escaped, as did a shabby necktie (not the President's). The feasting ended unpredictably, however: bloated with indigestion, the rats flung themselves into the sea... and died. Gluttony has always been a very ugly sin.

* * * * *

Old Joaquim, by the door of his house, is now lord and master of his island. His hands rest on his knees and the same seismic tremor shakes his body. His eyes still announce the color of the sea. As if it were eternity itself, he will not realize that, just like the government, so too will the world end one day. But whenever he can, he smiles. Slightly.

***

"Dario Cecchini and Mario Batali To Open Meat Palace Restaurant on Island in Middle of Atlantic Ocean," by Michael Krikorian[3]

[3] 16 abril 2015. www.krikorianwrites.com/blog/2015/4/13/dario-cecchini-and-mario-batali-to-open-carne-palace-restaurant-in-middle-of-atlantic

New York City's most famous chef, Mario Batali, and Italy's most famous butcher, Dario Cecchini, are joining forces to open a meat-themed restaurant in an unlikely location; an island almost smack daube in the middle of the Atlantic Ocean.

After considering both Manhattan and Tuscany as sites, the two foodie superstars have finally agreed to meet roughly halfway from each other's home turf and that turns out to be Flores Island, the westernmost island of the Azores Archipelago.

Tentatively entitled il Gran Palazzo di Carne, the joint venture came about after Batali and Cecchini had lunch last year at Katz's Famous Delicatessen in New York and began toying with the idea of uniting to form what one food professional called "A Temple to the Cow."

"This could be the greatest thing to happened [sic] to beef since Moses put two cows on that ark of his," said Sir Charles Dillingsworth, the United Kingdom's foremost food critic, but also a man woefully inept when it comes to ark ownership. Neither Batali nor Cecchini would comment on the project. However, Cecchini's wife, the American-born Kimberly Wicks, was caught off guard when asked about the apparently tight-lipped collaboration. "I can't believe you found out about it!", she said in an E-mail reply from Tuscany.

A leading travel agent in the Mid-East said when she heard of the partnership of Cecchini and Batali "it was one of those It's about time" moments. "Mario and Dario together makes total sense," said Julianne Nebuchadnezzar from "Let's Get Away Now and I Mean Right Now!!" a popular travel agency based in Fallujah, Iraq. "If one is traveling from America to Europe, or from the Middle East to America, a stopover in Flores Island not only breaks up the flight, it provides a special destination dining adventure that will rank high on anybody's bucket list."

Flores Island, with a population of about 3,900 - mostly-Portuguese -inhabitants, gets it name from the profusion of wild flowers, (especially hydrangeas) that grow, ugh, um, wild on the island.
The main municipality is Santa Cruz, where il Gran Palazzo di Carne will be located.

***

“Dário Cecchini e Mário Batali abrirão um palácio para carne numa ilha no meio do Oceano Atlântico” de Michael Krikorian, trad. por Katharine F. Baker e Chrys Chrystello

O chefe mais famoso de Nova Iorque, Mário Batali, e o carniceiro mais famoso da Itália, Dário Cecchini, estão a unir forças para abrirem um restaurante com ênfase nas carnes numa localização improvável: numa ilha quase bem no meio do Oceano Atlântico. Depois de considerarem locais como Manhattan e a Toscânia, os dois superastros de gastronomia finalmente decidiram chegaram a acordo quase a meio caminho das respetivas terras natais, o que acaba por ser nas Flores, a ilha mais ocidental do arquipélago dos Açores. Intitulado provisoriamente *Gran Palazzo di Carne*, o empreendimento conjunto surgiu depois de Batali e Cecchini almoçarem no *Katz's Famous Delicatessen* em Nova Iorque e começarem a brincar com a ideia de se unirem para formarem o que um profissional de alimentos chamou de “Um templo à vaca”.

“Isto pode ser a coisa mais importante a acontecer ao bife desde que Moisés meteu duas vacas na sua arca dele”, disse Sir Charles Dillingsworth, o crítico de alimentos mais proeminente do Reino Unido, mas também um homem lamentavelmente inepto em relação à propriedade de arcas. Nem Batali nem Cecchini comentaram sobre o projeto.

No entanto, a mulher de Cecchini, a americana Kimberly Wicks, foi apanhada desprevenida pela pergunta sobre a sua muito discreta colaboração. “Eu não posso acreditar que descobriste isso!”, disse em resposta por correio eletrónico da Toscânia.

Um reputado agente de viagens do Médio Oriente disse que quando ela ouviu falar da parceria de Cecchini e Batali, “foi um daqueles momentos de ‘Está na hora’”. “Mário e Dário juntos fazem total sentido”, disse Julianne Nebuchadnezzar de “Let’s Get Away Now and I Mean Right Now!!”, uma agência de viagens popular, com sede em Fallujah no Iraque.

“Se alguém está a viajar da América para a Europa, ou do Médio Oriente para a América, uma escala na Ilha das Flores não apenas interrompe o voo, mas também fornece uma aventura de jantar num destino especial que ficará no topo da lista *bucket* [coisas a fazer antes de morrer] de qualquer um.”

A Ilha das Flores, com uma população de quase 3.900 pessoas – principalmente portuguesas – tem tal nome graças à profusão de flores silvestres (especialmente hortênsias) que crescem, ugh, ui, selvagens na ilha. O principal município é Santa Cruz, onde ficará o *Gran Palazzo di Carne*.

7. LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL, PORTUGAL E AICL. LUCIANO.PEREIRA@ESE.IPS.PT,

TEMA 3.1. A REPRESENTAÇÃO DOS AÇORES NA POESIA PUBLICADA NO ALMANAQUE DE LEMBRANÇA LUSO-BRASILEIRO,

O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro foi publicado durante 81 anos, de 1851 a 1932.
Foi fundado pela família Castilho e irradiou em todo o mundo lusófono, atingindo tiragens bastante expressivas, 24.000 por ano.
Além da tradicional agenda, publicava textos enviados de todo o mundo lusófono.
Para além dos contributos do continente, destacam-se os textos dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e, em especial, de Cabo Verde.
Para além dos contributos asiáticos e africanos, são os contributos brasileiros que mais se destacam.

Neste trabalho, fixar-nos-emos sobre a escrita poética de temática açoriana.
Os textos selecionados são bastante ilustrativos do caráter bipolar do imaginário ilhéu açoriano. O simbolismo da ilha alterna entre a atração original dos espaços paradisíacos e utópicos e o sentimento opressor dos espaços que subjugam e aprisionam.
Este sentimento contraditório de atração e de repulsa, de amor e de ódio ritmam o coração do ilhéu à imagem das ondas do mar.

A maior parte dos poemas apresentados extasia-nos com a perfeição da natureza e de uma sociedade ideal. Alguns, todavia, mergulham-nos numa profunda depressão claustrofóbica, sofrendo do mal da insularidade.
Qualquer criação literária atualiza arquétipos e mitos coletivos em textos e estilísticas individuais.
O símbolo é sempre um espaço de fusão do mundo, ponto-cruz do imaginário.
É o seu fechamento que sacraliza o espaço ilhéu. O seu fechamento também corresponde à forma redonda que representa a “cosmicização” do arquétipo da intimidade feminina.
A polivalência semântica da ilha corresponde à ambivalência imagética que afirma a complexidade das tonalidades elementares da perceção humana.
Esta ambiguidade fundamental corresponde à dialética entre a introversão e a extroversão. As ilhas têm povoado o imaginário universal como espaço de origem e de retorno desde os textos mitológicos mais arcaicos.

1. A ilha como objeto de atração e de repulsa

O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro172 foi publicado durante 81 anos, de 1851 a 1932. Foi fundado pela família Castilho e irradiou em todo o mundo lusófono, atingindo tiragens bastante expressivas, 24.000 por ano. Além da tradicional agenda, publicava textos enviados de todo o mundo lusófono. Para além dos contributos do continente, destacam-se os textos dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e, em especial, de Cabo Verde. Para além dos contributos asiáticos e africanos, são os contributos brasileiros que mais se destacam. Tal como já constatámos no estudo anterior, os poemas que me foram fornecidos, previamente selecionados pela Professora Doutora Laura Areias, são bastante ilustrativos do caráter bipolar do imaginário ilhéu açoriano. Todos eles, reforçam um simbolismo original da ilha que alterna entre a atração original dos espaços paradisíacos e utópicos e o sentimento opressor dos espaços que subjugam e aprisionam. Este sentimento contraditório de atração e de repulsa, de amor e de ódio ritma o coração do ilhéu à imagem das sístoles e das diástoles que caracterizam os movimentos das marés e das ondas do mar:

PARTINDO

Acaba de partir a embarcação,
A noite é linda, o mar é sossegado;
Só não sossega o pobre coração,
Neste meu peito, de chorar cansado.

A minha terra ao longe vai ficando,
E, dentro em pouco, não a hei de ver.
Dos passageiros vão alguns cantando,
Mas esses mesmos levarão prazer?!...

Andam estrelas a brilhar, formosas,
E o marinheiro fita-as, satisfeito.

[172] Para economia e simplificação textual, referir-nos-emos ao Almanaque com as iniciais: ALLB seguido do ano de publicação respetivo.

Vou navegando, e, sobre um mar de rosas,
Que tempestades que me vão no peito!

Espínola de Mendonça (Ponta Delgada) em ALLB (1914: 21)

A maior parte dos poemas apresentados extasia-nos com a perfeição da natureza e de uma sociedade ideal. Alguns, todavia, mergulham-nos numa profunda depressão claustrofóbica, sofrendo do mal da insularidade. Qualquer criação literária atualiza arquétipos e mitos coletivos em textos e estilísticas individuais. O símbolo é sempre um espaço de fusão do mundo, ponto-cruz do imaginário. Champeux et Sterckx (1981: 31). O que torna um espaço sagrado é o seu fechamento: ilhas de simbolismo amniótico ou então floresta cujo horizonte se fecha por si mesmo" Durand (1989: 170). O fechamento corresponde à forma redonda que representa a 'cosmicização' do arquétipo da intimidade feminina. A polivalência semântica da ilha corresponde à ambivalência imagética que afirma a complexidade das tonalidades elementares da perceção humana. Esta ambiguidade fundamental corresponde à dialética entre a introversão e a extroversão:

Finalement toutes les images se développent entre les deux pôles, elles vivent dialectiquement des séductions de l'univers et des certitudes de l'intimité (…). Chaque image (…) devra donc recevoir toutes ses valeurs. Les images les plus belles sont souvent des foyers d'ambivalence. (Bachelard 1984: 10).

As ilhas têm povoado o imaginário universal como espaço de origem e de retorno, vejam-se os mitos greco-latinos, celtas e germânicos relativos à criação. Com a Atlântida de Platão (1985: 525-547), acrescenta-se-lhes uma áurea muito específica, associando-lhes uma organização social e política 'a-típica' e 'u-tópica':

SONETO GEOGRÁFICO

Em busca do ideal sonhado eternamente
Como único remédio à minha nostalgia,
Numa galera azul subi alegremente
Com o fim de sulcar os mares da Utopia.

Durante muito tempo o astro que irradia
Só vinha esclarecer inexoravelmente
As ondas do Oceano; alfim num claro dia
A galera deitou os ferros de repente.

Corri de popa à proa e vi ao longe uma ilha
Prismática, ideal, soberba maravilha,
Padrão que alevantará a mão do Criador.

Procurei-a no mapa e o capitão pondera:
«Buscá-la é sempre em vão, o seu nome é Quimera,
E a capital é Sonho onde reina o Amor.»

Alice Moderno: *Aspirações* (Ponta Delgada) em ALLB, Suplemento (1889: 122)

O Homem afirma-se no espaço e no tempo. Crescer é assumir uma temporalidade, criar e destruir limites, criar-se e recriar-se num movimento de constante aprofundamento e distanciamento de si. O poema é uma das expressões desse movimento, é uma recriação do seu criador. A ilha tanto convida para o descanso, para as delícias e para as intimidades do centro como incentiva para a linha do horizonte, para o sonho, para uma espécie de exílio e de emigração que procura outras gentes, outras almas e outros corpos. No plano da expressão literária, os espaços tão simbolicamente intensos como os das ilhas permitem o regresso às formas social e intelectualmente consagradas como uterinas e originais. As representações da ilha com que nos defrontamos estão longe de ser ingénuas ou insignificantes. Cada poema apresenta uma trágica nostalgia pelo paraíso perdido. A criação literária permite a recuperação da dignidade perdida e da própria condição humana. A imagem que emana das "ilhas" contribui para a construção do espaço ilhéu enquanto arquétipo. A «Ilha» que emana do conjunto dos textos apresentados adquire uma dimensão onírica. Filha do inconsciente coletivo apresenta contradições e ilogismos. A ilha enquanto centro cósmico, espaço sagrado, afirma-se como um espaço onde o indivíduo se dilui, saturado de tanto silêncio, de tanta solidão, e de tanto aperto.

"a sua «plurissignificação» tem um «peso quase insuportável…" Pimentel (1988: 238):

EGOÍSMO

Há nos dias pesados e brumosos
Mesmo no triste coração do inverno,
Quando um cortante frio sempiterno
Nos arrepia os membros langorosos;

Há nessa névoa, às vezes, uns lampejos,
Um rasgar-se das plúmbeas redondezas,
Como curto sorriso entre tristezas
De quem recorta as mágoas de gracejos.

A minha alma também anda assim triste
Como os dias sem sol. Dormente, apenas,
− Sonâmbula de amor – vela nas cenas
A que por quadro o peito meu subsiste

Filomena Serpa: *Velas* (S. Jorge) em ALLB (fevereiro, 1880)

Na ilha, o poeta imagina-se, sofre e recria-se. Nem a vida nem a morte, nem a natureza nem a cultura que o criaram lhe bastam. No horizonte vislumbra-se a liberdade, o espaço do amor, o "El Dourado". Abundantes são os poemas açorianos que nos contam a história da emigração e da busca da terra prometida; assim como da fuga à servidão e à submissão, tal como "Ilha" de Pedro da Silveira que, segundo Pimentel, pertence ao conjunto de textos que Starobinsky classifica «como a expressão microscópica do universo no qual nasceram». São emblemas reduzidos, resumos simbólicos. "*Texto e contexto são vasos comunicantes. A um tempo, há reprodução e produção."* Pimentel (1988: 237):

FUJAMOS

Como a brisa que no prado,
Leva um perfume de flor,
Quero levar-te, enleado
Nos raios do meu amor!

Vem, vem comigo! Fujamos
Desta apertada cadeia!
Tão grande é o mundo! sejamos
Tão livres como uma ideia!
(…)
Há lugares mais suaves
Onde vivamos e amemos,
Fujamos pois, como as aves,
Para eles! Emigremos!

Vem comigo. Estou cansada
Desta pálida existência
Sem horizontes, sem nada
Que d'alma dilate a essência!
……
Como a brisa que no prado
Leva um perfume de flor,

Quero levar-te, enleado
Nos raios do meu amor!

Filomena Serpa: *Velas* (S. Jorge) em ALLB, Suplemento (1886: 32)

O regresso à ilha representa o regresso ao íntimo do tempo e do espaço originais, tempo e espaço que permitem ao Eu poético a sua fusão com a ilha sonhada, com a terra amada. Deste modo, o poeta, assemelha-se ao místico que se dilui graças à sua vivência passional no corpo do objeto amado. A conquista ou reconquista do espaço original exige sempre uma apropriação do tempo mítico e vice-versa, tal apropriação exige sempre um sacrifício pessoal, imagem da sacralização coletiva, celebração da entidade divina que deu forma à vida através do sublime e amoroso ato da criação e celebração da extrema bondade e beldade das suas criações e em particular das suas criaturas. Trata-se de uma experiência psicológica limite, única e intransmissível, que permite atravessar o tempo e o espaço intransponíveis do mundo empírico e navegar por "mares nunca antes navegados" até se consumar a desejada hierofania, incesto salvífico entre a criatura e o eu criador. Esta conquista do espaço utópico e "a-temporal" exige uma castração simbólica que exige a inibição dos impulsos conquistadores e heroicos e o desenvolvimento de um estado de consciência que leva a uma maturação espiritual e a um progresso ontológico que mais não pretende do que aceder, de certo modo às delícias da imortalidade:

A VIAGEM DA VIDA

Singra a barca no vasto oceano,
Sulca a vida qual barca, outro mar…
A inocência da infância: mar plano;
Ai! pudera ela sempre durar!
    Os risos argentinos
    De lábios cor-de-rosa,
    São céu azul, são hinos
    Da brisa bonançosa.

Surge a terra da pátria adorada.
Alegria, prazer – mocidade!
Mas em breve ela foge apressada;
Só nos fica a pungente saudade!
    As horas de ventura
    A que sorrimos ledos,
    São astro em noite escura,
    São praias e arvoredos.

Eis as vagas, os ventos ferozes!
Eis as lutas tremendas da vida!
Vence-se uma; mas nascem, atrozes,
Outras muitas, sem trégua ou guarida!
    As mágoas tenebrosas
    Que ensombram nossos dias,
    São nuvens tormentosas,
    São turvas ventanias.

Noite baça! Um tufão… um rochedo!
O fatal estertor, o expirar;
Condenado que acaba um degredo,
Pobre ilhota que vai descansar!
    A esfinge negra e fria,
    Que tem por nome: morte,

É termo da agonia
De náufrago sem norte.

E. R. Q. (Micaelense): *Porto* em ALLB (1911: 19)

2. A ilha como espaço de origem

Os espaços isolados, circundados, afastados do mundo circundante, tais como as ilhas, arborizadas ou desérticas, estruturando-se em torno de montanhas, vulcões, lagos e fontes, apresentam uma tão forte densidade simbólica que dificilmente imaginamos manifestações mais perfeitas dos espaços originais; os castelos são à escala humana uma pálida imagem de tal cosmogonia original. O movimento, a deslocação a viagem, o percurso dos romeiros, a peregrinação e o desterro, tal como o retorno e o regresso, são formas catárticas de transmutação, transmigrações que tornam os corpos espíritos num processo de depuração e despojamento, de aproximação do divino, numa busca individual e coletiva de verdade e de clarividência, que tanto leva ao centro do ser, como ao mais íntimo da comunidade, isto é ao coração da ilha, única porta para o além, único caminho que travessa o horizonte.

O ilhéu é um homem predestinado, nascido para amar e sofrer, no isolamento e na solidão, vítima sacrificial escolhido para viver uma revelação transcendental e uma iluminação extasiante e deslumbrante que lhe proporcionará as capacidades sensoriais, intelectuais e psicossociais necessárias para o desenvolvimento das competências mediáticas que lhe permitem uma aproximação a todos os espíritos da água, da terra, do ar e do fogo. O isolamento do ilhéu, tal como o isolamento do exilado, tanto leva a um aprofundamento como a uma saturação insuportável da essência de si mesmo. Alienado ou exilado no interior da sua própria ilha, o poeta dificilmente atinge um nível superior de sua própria consciência. O exílio externo e a morte física apresentam-se como os caminhos mais certos e mais seguros para o encontro com o sagrado, isto é para uma iluminação ou para uma revelação do sagrado, isto é para a "hierofania":

À BEIRA-MAR

Anoiteceu. Na luminosa esteira
Que a lua vai deixando, sobre o mar,
Anda a vogar a barca feiticeira,
Perdido o leme, sem poder voltar.

Lá vai correndo agora mais ligeira,
Foge da praia, foge ao meu olhar
Correndo assim, meu Deus, desta maneira,
A linda barca pode naufragar!

Lá vai, lá vai, seguindo mar em fora.
Perde-se ao longe… não a vejo agora!
Se ela não volta? se ela naufragou?

Perdem-se vidas, perde-se um tesoiro!
- É como a barca dos meus sonhos de oiro
Que se perdeu e nunca mais voltou!

Espínola de Mendonça: *Açores* em ALLB (1918: 339)

Alguns textos traduzem-nos, com nitidez, a depressão claustrofóbica e o sentimento de abandono divino e social, chamado o mal da ilha ou da insularidade e que afirmam sem ambiguidades: *"o estar é manifestamente mal-estar, mal-dizer, mal-viver*" Pimentel (1988: 239):

Signo Insulado
o sofrimento está dentro da ilha
o sofrimento é da ilha
a ilha está no fundo dum poço

no fundo dum poço sofre uma ilha
(…)

José Martins Garcia em *Atlântida*, n.º 1 – 3, 1967 (RGC, 353)

Em muitos dos textos que expressam o sentimento da insularidade e do sofrimento enquanto forma do "mal-dizer" e do "mal-viver", os sonhos são miragens, a sede e a fome deliram; os desejos incendeiam-se, calando coitas medievais "de lonh", amores proibidos e paixões românticos impossíveis. A ilha abraça, protege e sufoca, o horizonte liberta e aprisiona, a solidão isola, permite a audição do silêncio, a visão do invisível, a nomeação do invisível, a revelação do inefável, o encontro divinal. A ilha, abraça, liberta e aperta num delírio virginal.

"Quando a poetiza brasileira Cecília Meireles visitou, em 1951, as Ilhas dos Açores, terra da sua avó, emigrante no Brasil, passaria a partilhar desse sentimento de solidão, a condição de insularidade, que ela define como a inquieta busca do que ser quer porque nunca se alcança Gouveia (1994: 483); in Areias (2002: 98)".

A poesia que expressa o arquétipo da ilha, enquanto núcleo incandescente espiritual, sociedade imaculada e primordial, microcosmo à imagem da grande obra divina, sublimam a dor, a ansiedade, a angústia e a solidão. A ilha revela-se como um dos símbolos mais perfeitos da criação e do paraíso virginal, espaço de origem, símbolo do próprio símbolo, de uma imaculada conceção, ostentando a sua dimensão mais sacra, matriz de todas as virtudes, espaço de absolvição de todos os defeitos e impurezas humanas, espaço de transmutação do próprio pecado original. *"A ilha é, pois, simbolicamente, um lugar de eleição de ciência e de paz, no meio da ignorância e da agitação do mundo exterior."* Buescu (1991: 167):

ADEUS AO VALE DAS FURNAS

Por entre toscas ravinas
Correm águas de cristal
Banhando grotas, campinas,
Regando brancas boninas,
Serpenteando todo o vale.

A par de frescas nascentes
Rouquejando está o chão,
E cospe jorros ferventes
Por entre fendas ardentes,
Que bramam como o trovão!

Da serra sob os fastígios
Andam nuvens a pairar;
E o fumo d'ígneos vestígios,
Do centro destes prodígios
Em ondas as vai saudar.

Lindos matos d'urze e giesta
Cobrem da serra o pendor:
Onde ver terra como esta –
Cada outeiro uma floresta.
Cada floresta um primor?

Nesta amena soledade
Quão bela vida eu vivi!
Longe de toda a vaidade,

S. P. M. Estácio da Veiga (Ilha de S. Miguel):

13 de dezembro (1865: 371)

A dimensão poética do texto literário é sempre a afirmação da palavra primordial, dessa forma, obriga-nos a encarar a escrita como a expressão ritual de uma revelação que obriga a uma experiência emocional, psicológica e intelectual com caráter místico e iniciático. Um tal contexto privilegiará, enquanto expressões relevantes e elementos constitutivos, as expressões da intimidade, dos afetos e das paixões:

ADORATE DOMINUM!

Adoro-vos, senhor, nos salsos mares;
adoro-vos nas fontes cristalinas;
adoro-vos na relva das campinas;
adoro-vos nos astros a milhares;

Adoro-vos das aves nos cantares;
adoro-vos nos cedros das colinas;
adoro-vos no mimo das boninas;
adoro-vos nos frutos dos pomares;

Adoro-vos na voz da tempestade;
adoro-vos do raio na presteza;
adoro-vos dos céus na imensidade;

Adoro-vos do orbe na grandeza;
adoro-vos, Divina Magestade,
adoro-vos em toda a natureza!

Gonçalo R. C. Lima (Ilha Terceira) (1878: 189)

Tal como o havíamos já observado numa anterior comunicação sobre *A Ilha no imaginário poético de temática Açoriano*, o lirismo telúrico é a expressão da saudade e do desejo da terra amada. A ilha é confidente e amante, espaço de origem e de destino. O amor pela ilha é semelhante ao amor divino, exige recato, sofrimento e reclusão. O 'Eu' poético, ao enamorar-se da ilha, enamora-se do criador e de si mesmo, enquanto criatura e filho telúrico do mar. Tal consciência desperta-o para o poder da sua própria capacidade de amar, descobrindo assim o seu valor intrínseco, enquanto criatura feita à imagem do criador. Fundindo-se com o núcleo gerador da imanência, aprofunda todas as formas do saber e do autoconhecimento. O retorno às origens, tal como o exílio, constitui sempre um ritual de purificação. O regresso à ilha ou o percurso para o centro da ilha pode, todavia, encenar uma das mais dramáticas formas de distanciamento, uma afirmação mística do ser não sendo, uma morte simbólica, transitória ou real:

SONS DA LIRA

A lira é a companheira afável, doce, pura,
do vate que suspira, o meigo trovador;
vota-lhe o pensamento, os risos, a ternura,
as vozes da amizade, os cânticos do amor.

A lira é a voz que ao longe escutas suspirando
de noite, junto ao mar na funda solidão,
que embala a rede leve, e ouve de quando em quando
a virgem do deserto, a filha do sertão.

A lira é a voz do mar gemendo d'amoroso;
a lira é a voz da brisa a soluçar também;
a lira é a voz do filho ausente e carinhoso,

que vence o espaço e afaga a triste, amante mãe.

A lira é a fada linda, o ideal do poeta,
que ele nos sonhos vê c'roada de jasmins,
ora a apontar-lhe a glória – a deusa predileta –
ora a fugir, levando-o a mágicos jardins.

Hermenegilda de Lacerda (Faial) (1881: 18-19)

3. O imaginário poético açoriano

Nos poemas visitados confirmámos os traços distintivos da sensibilidade e da estética açoriana que já havíamos identificado na nossa reflexão anterior sobre o imaginário poético açoriano. A valorização do trabalho e da frugalidade, a afirmação da vida simples e rural afirmam-se como a estética natural da tranquila e mística intimidade, assim como das mais apaixonadas inflamadas declarações de amor à ilha. A ilha assume assume-se como arquétipo de todos os espaços sagrados, corpo imerso no líquido amniótico, coração magmático ritmando os movimentos e os gestos. Ela toma todas as formas e reveste-se de todas as conotações dos mitos iniciáticos da criação. As falécias, os precipícios e as costas abruptas, assim como as tormentas, a profundidade, e os mistérios oceânicos constituem as mais eficazes defesas e a melhor proteção em relação ao mundo exterior, preservando-a da erosão, da degradação e da deterioração que ameaçam a ordem cósmica e a ordem social com a desordem caótica de um mundo sem ética e sem estética. Envolta na neblina intemporal, a ilha protege-se da ignomínia, da devassidão, e do sangue.

Os poetas intimistas afirmam de forma bem implícita a estética e a ideologia própria dos momentos e dos lugares de exceção. A utopia, com toda a sua polivalência semântica, designa um espaço insular fora do espaço e do tempo, revelando-nos as ambiguidades da sua improvável existência. More, contudo, equacionava um sistema social e político, enquanto os poemas visitados apresentam-nos um sistema de valores éticos e morais típicos da própria insularidade.

Os poetas da intimidade apuram uma romântica arte de amar, recusam as partidas, os retornos, os sofrimentos e as saudades. Resistem aos apelos do "lonh", estão, enraízam-se, fundem-se com os elementos e os seres que os circundam, ficam e comprazem-se em ser ilhéus. Recuperam o mito da Atlântida, exorcizam as ilhas desafortunadas e as da má-fortuna, tal como romeiros, caminham para um futuro que se confunde com um retorno às origens, à ilha afortunada dos amores. Nela reina uma imaculada harmonia social, uma solidária solidão, uma busca ativa e constante da virtude e de Deus:

FAIAL

Como fada gentil de mil primores
Que nos fragrantes roseirais se adorna
Quando a aurora, a rir, divina entorna
Do seu dourado cofre as lindas flores,

A ilha do Faial imersa em flores,
De essências subtis, seus seios orna,
E mais gazil, airosa assim se torna
Qual de Camões a Ilha dos Amores.

E como à flor purpúrea que viceja,
Insaciável de amor o mar lhe beija
A planta perfumada e deslumbrante.

Ela que lá nas ondas se deleita,
D'aromas, rosas mil a fronte enfeita,
Como um *bouquet* de rosas, flutuante.

Samuel Lacerda (Rio de Janeiro): Suplemento (1890: 134-935)

Ninguém como Nemésio e Mesquita denunciou os dois paradigmas e os dois movimentos mais específicos da insularidade, cada um move-se em sentido oposto, ilustrando um movimento se sístole e de diástole correspondendo ao seu poder de atração e de repulsão:

«Num (Mesquita), o tédio, a ânsia de evasão, o drama do encarcerado; no outro, a identificação do homem / natureza, ou seja, aquele que, através de um sentimento telúrico, a 'entifica' em si próprio, operando pelo instrumento da linguagem esse milagre da fusão. O mar, a distância, a neblina aproximam-nos. Num (Mesquita), o constante desejo de partir, que se contrapõe, no outro, à ânsia eterna de retorno, que se transporta do mundo da realidade contingente para a esfera do onírico.» Pavão (1988: 41).

Estas duas vivências poéticas e sensoriais opostas são realmente paradigmáticas do imaginário ilhéu: a busca da intimidade e o movimento para a exterioridade.

Pavão recorda-nos também que Nemésio considerou que Mesquita era, de facto «o primeiro poeta que exprime alguma coisa de essencial na condição humana, tal como ela se apresenta nas Ilhas dos Açores». Segundo ele, existe em *Almas Cativas* «*uma tristeza emotiva, quase climatérica, que aflora numa alma entorpecida pela humidade dos Açores», «uma solidão negra, enfastiada» que me relembra, pessoalmente, a expressão de abandono, de descrença e de falta de esperança denunciada por tanto outros, tal como Almeida Firmino em O ilhanizado*.

Bibliografia

Alleau, R. (1989) La Science des Symboles. Paris, ed. Payot.
Areias, Laura (2002) Ilhas Riqueza, Ilhas Miséria. Lisboa, Novo Imbondeiro.
Bachelard, Gaston (1957) La poétique de l'espace. Presses Universitaires de France.
Bachelard, Gaston (1984) La Terre et les Rêveries de la volonté. Presses Universitaires de France.
Buescu, Maria Leonor (1991): António de Lacerda Bulcão: Trajetória do Açor e do Corvo, 153-168, em Yvette, Kace Centeno / Freitas, Lima de (coord.) A simbólica do Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins, Lisboa: Editorial Estampa.
Barros, João de (1953) Crónicas do Imperador Clarimundo (1520), ed. Marques Braga, 3 vols., Lisboa, Sá da Costa.
Carvalho, Ruy Galvão de (1979) Antologia Poética dos Açores. vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura.
Centeno, Yvette e Freitas, de Lima (Coordenação) (1991) Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins. Lisboa, Editorial Estampa.
Champeaux et Sterckx (1981) Introduction au Monde des Symboles. France, Ed. Zodiaque.
Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain (1982) Dicionário dos Símbolos. Editorial Teorema.
La Lusophonie voies/voix Océaniques (1998) Colloque International de Littérature Université Libre de Bruxelles, Lidel.
Durand, Gilbert (1989) As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Lisboa, Editorial Presença.
Eliade, Mircea (1963) Aspetos do Mito. Edições 70.
Eliade, Mircea (1977) Tratado de História das Religiões. Lisboa, Edições Cosmos.
Freitas, Vamberto [s.d.] O Imaginário dos Escritores Açorianos. Edições Salamandra.
Genette, Gérard (1979) Introduction à l'architexte. Paris, Éditions du Seuil.
Genette, Gérard (1982) Palimpsestes – La littérature au second degré. Paris, Éditions du Seuil.
Gouveia, M. M. Maia (org.) (1986) Vitorino Nemésio-Estudo e Antologia. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
Hamilton, Edith (1983) A Mitologia. 3.ª Ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
Jung, Carl G. (1964) O Homem e seus Símbolos. Editora Nova Fronteira.
Kristeva, Julia (1979) Le texte du roman. Mouton Publishers, Paris. Nova Iorque.
More, Thomas [s.d.] Utopia. Europa-América 3.ª ed.
Nascimento Aires de (Ed. Crítica) (1998) A Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais. Lisboa. Edições Colibri.
Nemésio, Vitorino (1989) Obras Completas vol. I – Poesia. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
Pavão, J. Almeida (1988) Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.
Pessoa, Fernando (1981) Obra Poética - volume único. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilhar.
Pimentel, Fernando Vieira (1988) "A ilha e o Mundo" de Pedro da Silveira: Vontade e destino in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.
Platão (1950) Œuvres complètes II – traduction nouvelle et notes par Léon Robin. Éditions Gallimard.
Silveira, Pedro da (1977) Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975. Lisboa, Sá da Costa.

8. MANUEL TOMAZ (GASPAR DA COSTA), ESCRITOR PICO, CONVIDADO DE HONRA

TEMA 3.5. "MIGUEL REAL, ESCRITOR PICAROTO"

Primeiro foi "a poesia, os Açores e a filosofia" de José Enes a *trazerem* Miguel Real ao Pico e a deixarem-no encantado com a "montanha do meu destino".

Depois, "como se rezasse à montanha", Luísa Franco contou a sua e a história de sua avó, vítima da tragédia do Titanic, sempre com o Pico à ilharga e sob a responsabilidade maior de Miguel Real.

Finalmente, mesmo quando a Europa acabar, será na ilha do Pico que os últimos europeus acharão o espaço propício à reaprendizagem da vida, até a parir de novo, porque isso dava muita canseira e havia outros processos de procriação.

O último europeu morrerá, no Pico, em 2999. Os americanos levarão toda a gente, destruindo o que resta – não sei se há alguma analogia recente! -, mas, sorrateiramente escondido, escapará um descendente picaroto e uma descendente da "Nova Europa" e talvez, a ilha seja um farol útil, ao contrário do que dizia Chateaubriand.

Talvez! É outra condição de ilhéu, sugerida pelo romance de Miguel Real, *O Último Europeu*. A ilha tem sempre um encanto e foi numa ilha, a Ilha dos Amores, que Luís de Camões festejou a glória dos descobridores da Viagem à Índia, lugar bem mais aprazível, do que o *Pigalle* de Gonçalo M. Tavares.

Miguel Real não é picaroto de nascimento, mas de coração e de escrita. Assim dito não haverá qualquer dúvida sobre o título e o facto de não ter nascido numa ilha não significa que não possa sentir que no mundo também há muitas ilhas e uma delas é a do Pico, que ele bem conhece e a ela já veio várias vezes. Já muitos outros o fizeram e sobre a ilha escreveram. Não sei se o Pico é literário! Tal como os Açores! Também não somos (só) ficção, porque existimos e com muitas precariedades à solta... Seja pela montanha, por um rabo de baleia ou por um copo de verdelho, tudo são razões bastantes para se sentir o Pico e as suas navegações, geografias e histórias que, quase nunca entram na grande História que só tem olhos e escrita para a tripolaridade reinante desde o "velho regime" e nem a autonomia desenvolvida em abril de 74 conseguiu, nem que fosse a tetrapolaridade que o Pico sempre reclama, mas "as outras não deixam", até porque ser ilha nos Açores vale sempre mais do que ser Açores na ilha.

Miguel Real dispensa apresentações. Figura do primeiro plano nacional da filosofia e da história das ideias, ensaísta, crítico literário, dramaturgo e, especialmente, romancista, autor premiado e homem bom e amigo do Pico a que se encontra ligado pela escrita, como veremos, Miguel Real é uma incontornável figura da cultura portuguesa atual.

Primeiro foi "a poesia, os Açores e a filosofia" de José Enes a *trazerem* Miguel Real ao Pico, sem cá ter posto os pés, e a deixarem-no encantado com a "montanha do meu destino", na descoberta das três paixões daquele filósofo nascido nas Lajes do Pico. Confessou-me, a primeira vez que realmente veio ao Pico, atravessando o Canal entre o Faial e o Pico e olhando para a Criação Velha em frente, que então desconhecia que assim se chamava a freguesia de José Martins Garcia, ter ficado maravilhado com a visão que apenas conhecia da capa do seu livro, *José Enes – Poesia, Açores e Filosofia*, publicado em 2009 e que a montanha tinha exercido um tal fascínio sobre si que teria de escrever qualquer coisa sobre ela.

E cumpriu a palavra, logo em 2014, dois anos depois da primeira visita, publicando *A Montanha e o Titanic*. E assim foi. "como se rezasse à montanha", Luísa Franco, autora textual e supostamente empírica, contou a sua e a história de sua avó, vítima da tragédia do *Titanic*, sempre com o Pico à ilharga e sob a responsabilidade maior de Miguel Real. A ligação à montanha foi tão especial que criou, como se viu uma heterónima para contar a história de uma picarota que emigrou à cata dos sonhos de uma abundante América feliz, e de sua neta que, muito mais tarde, regressou ao Pico, lecionou cá e *escreveu*, precisamente, a história de sua avó e de seu avô e a sua própria…:

"*A Montanha ajudou-me a nivelar a minha relação com deus. Massa pétrea colossal, nela projetei o meu sentimento de transcendência. Deixei de precisar de uma sublimidade religiosa, um deus metafísico exterior ao mundo. Basta-me saber que o sagrado com ela se identifica, que a sua altitude, como uma divindade telúrica, marca as modalidades do tempo climatérico e o horizonte da minha vista e do meu pensamento, que ela acolherá o meu corpo na morte.*

/.../

Não preciso de outro deus, chega-me a Montanha. Entendo o Espírito Santo como o Espírito da Montanha, sempre presente na ilha, modelando-a geograficamente e modelando o viver dos homens em torno do mar. A Montanha é o meu Espírito Santo, a morada da minha alma, em vida e na morte". (pág. 24)

A lição poética de José Enes está aqui e de forma muito mais explícita na seguinte passagem:

*"Roguei-lhe para que não teimasse, queria morrer contemplando a "Montanha" – recordei-lhe os versos de José Enes, cantados pela voz sólida e harmoniosa de Manuel Francisco Costa Jr., conservador do Museu dos Baleeiros: 'Montanha do meu segredo / Montanha do meu destino/ [...] Montanha da minha sorte / Oh! Génio do meu viver / Encomenda-me na morte / Quando me vires morrer". (*pág. 19)

Luísa Franco, narradora autodiegética, é neta de Álvara, que deu um salto à Madeira para apanhar o navio rumo às Américas – há anúncios *n'O Telégrafo* da época sobre viagens para o Funchal, a fim de tomar o grande navio para a América. Álvara apaixona-se na Madeira, tem um filho que deixa aos cuidados de uma avó, parte para Londres com o marido e embarca no *Titanic*, onde vem a ser vítima da tragédia. A neta Luísa nasce na Madeira, estuda em Coimbra e vem para o Pico, em demanda da história de sua avó. É professora na Escola Cardeal Costa Nunes e, vítima de um cancro, pede ao presidente da escola, de seu nome Manuel Tomás, que lhe escreva o resto da história que vai ditando, num leito do centro de saúde. Miguel Real faz a edição do livro. Quase tudo ficção!

Finalmente, *O Último Europeu* (2015) morrerá no Pico.

O último europeu, segundo a prolepse de Miguel Real, morrerá em 2299, na ilha do Pico, depois de uma longa e centenária vida. Viveu na incomparável Nova Europa, onde não havia trabalho, mas as pessoas estavam sempre ocupadas; onde não havia violência porque os sensores biométricos controlavam o eventual excesso; onde a sociedade de consumo fora extinta, porque todos tinham o que precisavam. Aos noventa anos, após a invasão da Nova Europa pelo Império dos Mandarins, absolutistas orientais, é transportado para a ilha montanha, com a suprema missão de chefiar um grupo de escolhidos e de perpetuar a memória dos europeus, escrevendo a *Crónica da Criação e da Extinção da Nova Europa*, para dar bastante notícia da extraordinária civilização humanista, a mais perfeita do mundo, mas que, em 2284, cercada pelos grandes impérios Russo e Americano, rodeada pelos bárbaros da Velha Europa, é invadida pela Grande Ásia, ficando em risco de extinção.

Natural, telúrica e culturalmente, tinha de começar pelo Pico que raramente é achado nos comentários sobre o livro. E também porque havendo a esperança de salvação da Europa, foi aqui, no Pico, a ilha que não consegue fundar a tetrapolaridade açórica, que o pessimismo acelerou e derrubou toda a possibilidade com o finamento do último europeu, o «Reitor, membro superior da direção dos museus da história da Europa» (pág. 15), narrador e autor da *Crónica da Nova Europa*, cujo título, no final, também perderá as palavras iniciais de *Criação* e *Extinção*.

«Há duzentos anos – em 2084 -, após a Grande Fome motivada pelo açambarcamento de bens e pela especulação de preços, derivados do esgotamento dos combustíveis fósseis, um conjunto de sábios, assim mesmo denominado, o Clube dos Sábios – filósofos, cientistas, ecologistas, engenheiros biológicos, arquitetos ambientalistas -, lançou um apelo aos Homens Bons de toda a Europa para que abandonassem as velhas cidades, lugares de fome e violência, e reconstruíssem outras no interior dos países, cidades sem nome, designadas por Conglomerados, onde a ciência e a tecnologia, a economia e a política, a educação e a cultura, fossem postas ao serviço de valores éticos de concórdia e harmonia, liderados pela Justiça.» (pág. 39)

Em 2184 foi instaurada a Nova Europa e para os neo-europeus é aqui que começa a verdadeira história, porque o homem se libertou da animalidade. Acabou a família tradicional, as crianças passaram a nascer em Criatórios, no seio de uma placenta química, alimentada por um líquido amniótico sintético e por outros artefactos apropriados. O sexo era livre, mas em casas de dez mil quartos de deleite (um bocado burocrático para o meu gosto!). Ninguém era identificado por um nome, antes por um código mental, designado por Distintivo, uma combinação biológica e tecnológica. Também não havia acumulação de capital para ser distribuído. A alimentação era saudável e regeneradora (com a vantagem evidente de ninguém ganhar adiposidades!) e não era feita pelos processos humanos normais, porque os alimentos também eram diferentes.

Numa sociedade perfeita, era o hipercórtex que possibilitava toda esta forma de viver e todo o acesso ao conhecimento. Estava ligado ao Grande Cérebro Eletrónico. Não havia distinção entre realidade exterior e realidade mental. Utilizavam a linguagem Universalis, imagens cerebrais provindas de redes neurológicas de programas implantados no hipercórtex. As imagens provinham do Grande Cérebro Eletrónico ou da retina. As imagens é que contavam porque eram a realidade. Não eram precisas palavras, nem orais nem escritas, a comunicação era mental e as paredes lisas e verticais, revestidas de película fotónica, transmitiam todas as imagens necessárias ao bom entendimento entre as pessoas.

A Nova Europa, estava defendida pela Bolha Hiperatómica de Proteção e Segurança, que impedia qualquer ataque, resistindo até mesmo a uma bomba atómica. Platão, na sua *República* também tinha guardiões de proteção, e era a Justiça o princípio fundamental da vida do cidadão. A cidade chamava-se Calípole, a «cidade bela». Todavia, dos gregos aprendemos também que todos temos um ponto fraco. A Nova Europa tinha o seu calcanhar de Aquiles. Os Chineses descobriram as oito centrais geotérmicas, no interior da Terra, que alimentavam toda a vida neo-europeia. Cortaram essa energia e a Nova Europa colapsou. Como na *Odisseia no Espaço*, desligando o computador, tudo voltava ao natural. Assim foi. Os neo-europeus tiveram de recomeçar a falar com palavras e não por imagens, de reaprender a comer e a defecar pelos processos naturais e tudo o mais que à vida humana dizia respeito e eles há muito tinham ultrapassado por processos científicos e tecnológicos altamente desenvolvidos e aperfeiçoados. Ao contrário dos americanos e dos orientais, seguiam a filosofia de Agostinho da Silva, de «não trabalhar, mas estar sempre ocupado» (pág. 33). Os carros foram substituídos pelas estradas rolantes. A dor não existia. A perfeição era total. Mas havia um calcanhar de Aquiles. Cortada a fonte de energia, acabava a Nova Europa.

Como a esperança é a última a morrer, foram escolhidos sessenta neo-europeus, pelo Conselho dos Pantocratas, 20 homens e quarenta mulheres. Seguiriam para o Pico com a missão de manter e desenvolver um saldo fisiológico capaz de perpetuar a Europa, coisa fácil depois das mulheres reaprenderem a gerar filhos e a parir. Eram meios obsoletos, mas absolutamente vitais para cumprir a missão. As pessoas voltaram a ter nomes para se identificar; retomaram o trabalho para produzir a própria alimentação e, por causa disso, tiveram de recuperar a forma de mastigar com os dentes e a língua; tiveram de utilizar a arcaica maneira de comunicar, articulando e escrevendo, de novo, as palavras. E tudo o mais que é natural no ser humano.

O Pico seria a Novíssima Europa. Seria, porque quase foi, não tivessem os interesses americanos se sobreposto. Em 2284 éramos americanos! Atualmente, eles já *fugiram* de cá! No romance também não davam qualquer importância ao arquipélago, salvo quando descobriram recursos fundamentais para a sua qualidade de vida. O que não é assim tão diferente da atualidade, *mutatis mutandis*, pois quando precisaram, instalaram-se e usaram como quiserem, mas isso é política ou falta dela… São os interesses.

Grandes cataclismos fizeram com que apenas restassem as ilhas do Pico, da Terceira, de São Miguel e uma pequena tira do Faial. E no Pico, apenas uma família teimosamente permanecia, a de Jorge Tomás, com a mulher e um filho. E era em São Miguel que se abasteciam de produtos de vária ordem. Do Pico de hoje, restavam alguns maroiços e as paredes derrubadas da vinha bem como as ruínas da igreja da Madalena.

Vir para o Pico, para salvar e acabar morrendo, cria uma estranha sensação contraditória na procura de entender e não querer aceitar a utopia que se desenrola a cada momento da narrativa, que se desenvolve entre o fascínio e o medo ou a ideia de horror a que a vida dos neo-europeus nos vai conduzindo e induzindo, aliada à imagem de um futuro previsível, tanto social como geologicamente. Cerca de quinhentas crianças terão sido salvas, pelo Império Americano, e talvez, esta situação torne possível o regresso da utopia e se ache matéria para novo romance, pois alguma coisa poderá ter ficado nas suas mentes e, um belo dia, quem sabe, em uma viagem ao contrário, naveguem do Ocidente e recuperem uma Atlântida perdida de Platão ou outra e, após alguns cataclismos naturais, as águas do Mar Americano desçam e surja outra esperança, alguma ruína emergente para a edificação de nova sociedade igualitária e do prazer global, que volte para reinar em lugar nenhum, ou seja na nova utopia... Quem sabe se em cima dos maroiços sobrantes...

O romance, quando nos dá esta visão, mostra-nos que a realidade de hoje devia ser mais acautelada, tendo em conta o *inconseguimento*, como afirmou uma senhora par(a)lamentar, de uma vida razoável para todos os europeus que foram dominados pela austeridade e ainda não extinta, e pela invasão real de outros mundos com outras intenções e projetos, capazes de não virem a fazer grande bem ao velho continente, tendo em conta a conflitualidade crescente e de extremismos a ameaçar de novo. A Europa, talvez pela grande e burocrática organização em que vive, não encontra uma solução para todos e põe-se a andar em velocidades tão diferentes que umas matam as outras e causam muitas marchas à ré.

Por isso, a parábola e a hipérbole intensificam o apelo à reflexão por causa de uma perda em movimento disformemente acelerado que vai arrastando a Europa, em sentido contrário ao que o toiro branco fez um dia para nos criar expectativas de beleza. Talvez falte a paixão, a vontade e o amor de Zeus pela Europa e os gregos de hoje sejam os alemães de amanhã! Ou, talvez, como disse Miguel Real em entrevista ao *Público* (22.02.2015), a Alemanha de amanhã seja "âncora de uma futura Europa".

Assistimos hoje à invasão pela Grande Ásia, talvez como Eurico assistiu, em cima do Calpe, ao assalto da Península Ibérica pelos Árabes, mas com menos poesia; os Árabes também invadem, de novo, agora sem cavalos, o que é uma considerável perda de beleza animal; as ideias dos Europeus são as melhores e as mais democráticas possíveis, mas o consumismo capitalista exagerado levar-nos-á a extremismos de toda a ordem, a primeira das quais já aí anda, os territórios ricos não querem saber nada de solidariedade e já se acham independentes...

Miguel Real convenceu-me pela inviabilidade do processo neo-europeu e este livro é um clamor no deserto das ideias e da falta de solidariedade social em que os europeus vivem agora, ou melhor, alguns burocratas de gravata ou sem gravata fazem viver, esquecendo os mais necessitados. Há falta de uma ideia que salve a Europa e este romance dá um grito fundamental, tão alto e tão utópico que me parece mesmo real, e leva por outra vereda filosófico-tecnológica que agarra do princípio ao fim, em catadupas de informação, em que o enredo foi apenas o fio que Ariadne teceu para seguir mais depressa até ao fim. Uma outra lição é a da ética sobre a tecnologia. Se os recursos de hoje fossem bem aplicados não haveria miséria nem fome como há.

É possível salvar o mundo com o que ele tem, mas o consumismo e a ganância não o deixam. A tecnologia em excesso levar-nos-á a um mundo de insensibilidade em que serão descartáveis os considerados inúteis e os desnecessários: uns serão lançados no desemprego e os outros terão sempre à espera a sua rocha *Tarpeia*. A sociedade do conhecimento não se importa com o pleno emprego, mas antes com a melhoria da remuneração de alguns dos «iluminados».

Apesar de o último europeu ter morrido no Pico, com cento e cinco anos, apesar de os americanos terem matado os restantes europeus e levado as crianças nascidas na ilha para as vender a mães americanas que as quisessem, em vez de passar pelo trabalho de dar à luz, na ilha montanha restará uma luz e a luz, princípio de toda a vida, é o casal jovem constituído por um habitante ilhéu e por uma novíssima europeia nascida no Pico, fugidos ao controlo americano. A luz do amor!

Queremos que o Pico seja sempre um farol útil na noite que se aproxima, ao contrário do que disse Chateaubriand e os da tripolaridade teimam em prosseguir.

Que ainda possa ser essa luz, e não uma metáfora catastrófica proléptica!

Colóquio da Lusofonia,
Madalena, outubro de 2018.
Manuel Tomás

****

TEMA 3.1. BIBLIOGRAFIA GERAL DA AÇORIANIDADE COM O PICO AO FUNDO

É uma extensíssima lista bibliográfica desenvolvida em dois volumes, com um total de 1648 páginas e cerca de vinte mil entradas, relativas a autores açorianos ou a outros que tenham tratado da temática açoriana. É obra ingente de paciência e de tamanha e exaustiva expressão que, mesmo achando-se algumas lacunas, como refere Chrys Chrystello, o seu autor, o trabalho apresentado merece a nossa imediata admiração e obriga-nos a um aplauso pelo inigualável contributo dada para o conhecimento da açorianidade. Levou sete anos a ser concretizada. Já em 1985, João Afonso publicara uma *Bibliografia Geral dos Açores*, mas apenas o primeiro volume de um vasto conjunto viu a luz do dia. Na nota introdutória, Chrys Chrystello explica ao que vem, dizendo que "de uma forma geral estão aqui incluídos os trabalhos que já logramos identificar, direta ou indiretamente, sobre os Açores, seus temas e autores. Exaustiva é, sem dúvida, esta Bibliografia, ainda muito incompleta, mas indicadora do que se tem produzido e muito do qual merece ser lido, analisado, criticado, trabalhado e traduzido sobre os Açores e seus temas, autores, tradições, etc. Nem todos os trabalhos serão obras-primas ou relevantes, mas por entre o trigo e o joio há excelentes obras à espera de serem descobertas, lidas e ensinadas." (pág. 29). E disse mais: "Não se privilegiou a literatura, mas todos os ramos do saber, desde a biologia à botânica, à história, ciências sociais, etc." (pág. 28).

Há muito a mostrar, além das "vacas felizes", sobre os Açores e as suas gentes. Ser dos Açores é muito mais do que ter nove ilhas lá longe, no meio do Atlântico, de onde vem o anticiclone. A açorianidade, termo criado por Vitorino Nemésio, e que ainda é sublinhado a vermelho pelo corretor informático e não consta do *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa*, tem uma significativa expressão escrita em quantidade e qualidade, feita por autóctones e por muitos de fora, com realce para os da diáspora, que bem merece uma atenção especial e uma maior e melhor divulgação, coisa de que todos se queixam, mas os que mais podem, parece, menos fazem. Coisas do centralismo ou do egoísmo da pequenez, ou talvez ainda da arrogância dos "maiores". Ou o açoriano padecimento da desimportância, de que falou José Martins Garcia.

Vitorino Nemésio, ainda não suplantado, explicou muito bem o que era a açorianidade, dizendo que para nós "a geografia vale outro tanto como a história". A geografia continua a valer muito hoje, mesmo que alguns políticos, pela conveniência da argumentação, para enganar bairrismos de sempre, uns claros, outros escondidos, apregoem o fim da geografia, como marca decisiva da nossa natureza e essência. Talvez um caso especial more na Comunidade do Canal, onde a história terá suplantado a geografia e ainda teime em perdurar, apesar de haver alguma resistência e tentativa de impor a geografia, como elemento de igual valia. Não será estranho o facto de as duas ilhas, desde sempre, terem sido consideradas como se de uma só ilha se tratasse. Sem querer aprofundar esta temática, neste momento, por inadequado, gostava de falar antes de "geografias", cada uma delas associada à sua ilha, para no contexto desta obra em apreço, referir o caso particular de uma ilha fora da tripolaridade do costume. Naturalmente, lá estão todos os clássicos, nos vários ramos do conhecimento e da expressão escrita, como Antero, Nemésio, Natália, Cristóvão de Aguiar, João de Melo, Frederico Machado, Victor Hugo Forjaz, mas se sairmos da costumada, e nem sempre interessante, tripolaridade (São Miguel, Terceira e Faial) e dermos atenção, por exemplo, ao Pico, onde geograficamente nos encontramos, e ainda bem, tendo em conta os seus humildes cerca de quinze mil habitantes de sua regularidade demográfica, esta ilha coloca-se na primeira fila, oferecendo mais de 40 autores e alguns deles de primeiríssima nomeada e dos mais consagrados na literatura e no pensamento açoriano, como é o caso de José Martins Garcia, de Dias de Melo, de Nunes da Rosa, de Almeida Firmino, de José Enes. O primeiro desta lista foi notável romancista, poeta, dramaturgo, crítico literário e o último foi um dos mais importantes filósofos portugueses do século vinte; Nunes da Rosa um dos primeiros "regionalistas" literários; Dias de Melo, o romancista dos que lutam em terra e no mar; e Almeida Firmino quem melhor sentiu a ínsula. E estes são os que da lei da morte se foram libertando, pois, vivos ainda os há por aí, outros tantos, e alguns têm valor e créditos seguros em várias áreas da escrita e do pensamento açoriano português.

Solicitei às três câmaras municipais do Pico que me facultassem a lista de livros editados e/ou apoiados por elas nos últimos cinco anos. O que pretendia era verificar a quantidade de livros que vão surgindo, como edição de autor, normalmente com apoio camarário e as próprias edições municipais. Pelas algo inapropriadas, amostras consegui verificar que, dos mais de cem livros das listas facultadas (Madalena e Lajes), cerca de metade não foi inserida nesta obra. Como afirmou Chrys Chrystello, na sua introdução, nem todas as obras terão a qualidade desejada, ou sequer qualquer notabilidade, mas são o reflexo do momento e dos interesses que se movem e fazem mover as nossas sociedades e merecem uma referência e um juízo de valor. Não quero dizer que seja esta *Bibliografia Geral da Açorianidade* o modelo e a norma para tal juízo. O que quero mesmo dizer é que, além de ser interessante rever algum tipo de apoio, é de salientar, de qualquer modo, a expressiva quantidade de gente que é apoiada pelas câmaras municipais para a edição de livros. Quantidade já temos, com alguma coragem, lembrando Almada Negreiros, havemos de chegar à qualidade desejada...

Chrys Chrystello avisa que "não se privilegiou a literatura, mas todos os ramos do saber, desde a biologia à botânica, à história, ciências sociais, etc." (pág. 28).

São cerca de vinte mil entradas, relativas a autores açorianos ou a outros que tenham tratado da temática açoriana, além de outra informação sobre os "mapas célebres" da nossa geografia antiga, desde o século XIV, sinal de que já éramos conhecidos e, provavelmente, visitados, sem querer significar nada mais do que isso, pelo menos para já. Também é digno de referência especial o "legado de Pedro da Silveira", poeta e investigador florentino, quem mais sabia acerca de autores e de livros de e sobre os Açores e os Açorianos. E tudo isto torna estes dois volumes, editados pela editora açoriana *Letras Lavadas*, numa prova insofismável da gigantesca produção escrita açoriana, tendo em conta o facto de nem sequer atingirmos uns magros duzentos e cinquenta mil habitantes. Estatisticamente, ciência em que não confio grandemente, isto dava qualquer coisa como um livro por cada 12 habitantes. Considerando o atávico e funcional analfabetismo e as tenras idades por que todos passamos, é digno de registo esta volumosa capacidade de escrita existente nos Açores ou sobre os Açores.

Notei alguma falta especial? Devo dizer, em prol da verdade e da minha clareza e gosto literário, que sim. Se há autores não-açorianos de origem, como não podia deixar de ser os casos de Raul Brandão e de Antonio Tabucchi, para apenas citar dois, um português e outro estrangeiro, que trataram e muito bem a "coisa açórica", também outros o fizeram e não constam da lista, como, também para citar apenas alguns e sempre em relação ao Pico, são os casos de: Miguel Real, *O Último Europeu*, Manuel Alegre, *Pico* (edição do Círculo de Amigos da Ilha do Pico) e Luísa Franco, *A Montanha e o Titanic*. (Miguel Real surge duas vezes, uma por causa do livro sobre José Enes e outra por um texto no âmbito dos *Colóquios da Lusofonia;* Manuel Alegre, uma vez, por causa de *Escrito no Mar,* (que inclui os poemas de *Pico*) na companhia do fotógrafo

Jorge Barros.) Ou, por exemplo, se se usa uma informação relativa à revista *Ponto Cardeal*, editada pela Escola Cardeal Costa Nunes, para um autor, não se devia fazê-lo para outros? Não se veja nestas afirmações uma menor consideração por esta obra, antes um elogio a todos nós, é que se a obra é imensa e revela aquilo que somos, ainda poderá ser muito mais e o seu autor até já o confessou, como ficou dito atrás.

Claro que, como picaroto, apreciei e registei o facto de ter verificado a existência nesta bibliografia de muitos conterrâneos, como:

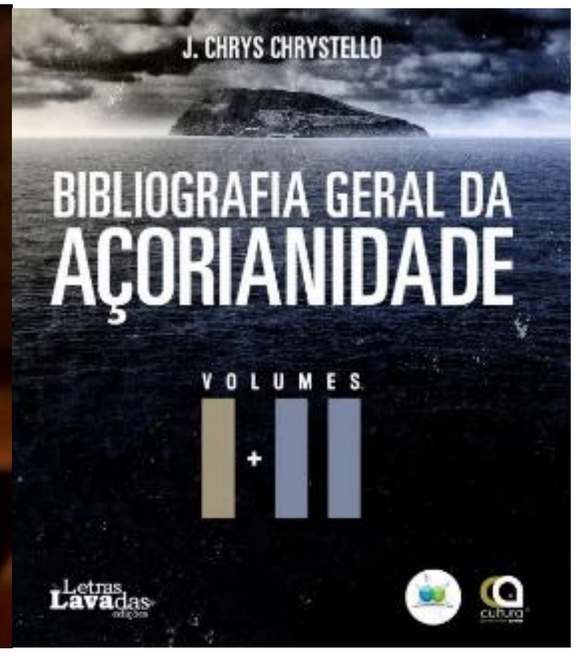
1. Dias de Melo, 2. José Martins Garcia, 3. Nunes da Rosa, 4. Bernardo Maciel, 5. Rodrigo Guerra, 6. Almeida Firmino, 7. José Enes, 8. Tomás da Rosa, 9. Tomás Duarte Jr., 10. Manuel Ferreira Duarte, 11. José Carlos Simplício, 12. Manuel Emílio Porto, 13. Silvina de Sousa "Iracema", 14. Ernestina Avelar, 15. Conceição Maciel, 16. Ermelindo Ávila, 17. Lacerda Machado, 18. João Augusto Laranjo, 19. Manuel Alexandre Madruga, 20. Genuíno Madruga, 21. Urbano Bettencourt, 22. José Carlos Garcia, 23. Fernando Melo, 24. Helder Fernandes, 25. Manuel Goulart Serpa, 26. Guilherme Silveira da Glória, 27. João Homem Machado, 28. Duarte Freitas, 29. Ermelindo Peixoto, 30. Norberta Amorim, 31. Zilda França, 32. Ângela Furtado-Brum, 33. Cisaltina Martins, 34. Judite Jorge, 35. Carlos Alberto Machado, 36. Maria Guiomar Lima, 37. Maria de Jesus Maciel, 38. Rosa Goulart, 39. Rui Goulart, 40. Manuel Tomás, 41. Manuel Vieira Gaspar, 42. Josefina Canto e Castro

(Posso ter omitido algum, mas desculpas não se pedem.... É que fora da literatura, é bem possível haver mais gente, além daquela que aqui referi.)

Onésimo Teotónio Almeida, provavelmente o nome mais vezes repetido nesta bibliografia, tal a imensidão da sua prolífera obra, no posfácio, manifestou o seguinte desejo: "Importa, porém, que esta obra impressa agora em volume, possa também estar disponível *online* para assim multiplicar indefinidamente a sua utilidade." Pois é, estamos mesmo na era digital e a minha consulta, para a elaboração deste escrito, foi feita exclusivamente *online*, o que é uma vantagem e uma facilidade de busca, tanto através do nome do autor, como do nome da obra. E assim se cumpriu o desejo de um dos mais consagrados autores açorianos da atualidade.

Antes de terminar, e sobre esta *Bibliografia Geral da Açorianidade*, de Chrys Chrystello, volto a citar Onésimo Almeida, para fazer das suas, as minhas palavras, e dizer: "Um trabalho notável desta natureza, exigindo a mais beneditina paciência e uma não menos persistente teimosia, não pode deixar de ser aplaudido. Tanto mais que é levado a cabo por um autor não açoriano que adotou os Açores e seu espaço cultural, transformando-os numa verdadeira paixão a ponto de deixá-la preencher praticamente a sua agenda diária e o seu calendário anual." Esta *Bibliografia Geral da Açorianidade,* de Chrys Chrystello, será um utilíssimo instrumento para o conhecimento da açorianidade e será uma obra histórica impossível de esquecer no que disser respeito aos autores açorianos e às produções literárias (no sentido mais lato possível) que abordem as temáticas açorianas.

Colóquio da Lusofonia, Madalena, outubro de 2018.
Manuel Tomás



9. MARIA DE LOURDES CRISPIM, CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA,
10. MARIA FRANCISCA XAVIER, PROFESSORA ASSOCIADA DE LINGUÍSTICA COM AGREGAÇÃO, APOSENTADA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA.

TEMA 2.3. DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA MEDIEVAL", TRABALHO COM JOÃO MALACA CASTELEIRO

Chegados à fase final da elaboração do *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM),* propomos apresentar uma síntese das principais questões e das decisões mais difíceis, algumas mesmo discutíveis, que acompanharam o processo de redação das fichas lexicográficas e, também, das suas sucessivas revisões. Abordaremos os objetivos que alicerçaram o projeto do Dicionário e a sua utilização futura.

Com base em exemplificação ilustrativa das dificuldades surgidas e das decisões tomadas, serão comentados os critérios estabelecidos relativamente aos campos da estrutura dos artigos, nomeadamente: a forma gráfica das vedetas, a classificação gramatical, a origem ou formação das palavras, a aceção ou descrição do significado dos vocábulos, assim como a escolha das abonações e os confrontos entre artigos de palavras consideradas sinónimas ou entre variantes gráficas. Assim, pretende-se revelar e justificar o modo como foram resolvidas as dificuldades encontradas na preparação do *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval.*

Este trabalho foi concebido para constituir um instrumento lexicográfico, inovador, que se destina a dar a conhecer a totalidade das palavras comuns e as suas variantes presentes num corpus de textos galegos e portugueses de diferentes temáticas e géneros, pertencentes ao período mais antigo da língua portuguesa - desde o séc. XII ao séc. XVI. Este corpus constitui um importante património linguístico e cultural que os recursos tecnológicos recentes permitem explorar de um modo mais eficiente do que aquele que estava ao alcance, até agora, da lexicografia portuguesa. O caráter inovador deste trabalho prende-se com a exaustividade e rigor da exploração do corpus textual, pois assim o DLPM constitui-se como um autêntico retrato, embora parcial, do léxico português medieval e uma base segura para futuros alargamentos.

Terminado este longo, estimulante e, por vezes, problemático percurso de elaboração do *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM),* propomo-nos apresentar uma síntese das questões e decisões mais difíceis - algumas muito discutidas entre nós e que podem também ser discutíveis para outros -, que acompanharam todo o processo de redação das fichas lexicográficas e as suas sucessivas revisões.

Passaremos em revista vários pontos que marcaram o trabalho desenvolvido para a constituição do *DLPM*.

No ponto (1), abordaremos as circunstâncias e condições que levaram à constituição da equipa e ao estabelecimento dos objetivos e metodologia de trabalho delineados para alicerçar o projeto do Dicionário e, também, para projetar a sua utilização futura.
No ponto (2), tendo por base exemplificação que permite ilustrar as dificuldades surgidas e as decisões tomadas, serão comentados alguns critérios que foram estabelecidos relativamente aos seguintes campos da estrutura dos artigos: a forma gráfica das vedetas, a origem ou formação das palavras, assim como a escolha das abonações e os confrontos entre artigos de palavras consideradas sinónimas ou entre variantes gráficas.
Como conclusão, no ponto (3), referimos o que consideramos constituir o caráter inovador do DLPM e o seu desejável alargamento futuro. Em (4) apresentam-se as referências das fontes textuais dos exemplos.

Constituição da equipa e estabelecimento dos objetivos e metodologia de trabalho para a elaboração do DLPM correspondente ao período do séc. XII ao séc. XVI

Em 2004, no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, a dimensão do *Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM*) e a sua representatividade de características da linguagem medieval foram consideradas suficientes por Maria Francisca Xavier e Maria de Lourdes Crispim, para se dar início ao projeto de elaboração de um Dicionário do Português Medieval. Por feliz coincidência, João Malaca Casteleiro, então Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia de Ciências de Lisboa, anunciava, na mesma altura, a sua intenção de realizar uma trilogia de dicionários que, incluindo o já então publicado *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, iria contemplar dois períodos anteriores - o período medieval e o período moderno. De imediato, Maria Francisca Xavier e Maria de Lourdes Crispim procuraram informá-lo sobre o projeto em curso de realizar um dicionário do português medieval a partir da exploração exaustiva dos textos do já referido *Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM).* Foi então decidido juntar esforços e recursos e, de imediato, se iniciaram diligências para a formação de uma equipa coordenada pelos três investigadores seniores e constituída por quatro estudantes de pós-graduação a quem foram atribuídas quatro bolsas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia bem como algum financiamento para aquisição de serviços do CLUNL. Definidos os objetivos e as características do dicionário que se pretendia elaborar, decidiu-se dar ao mesmo o título que o integrava na trilogia prevista por Malaca Casteleiro. Em vez do anteriormente previsto *Dicionário do Português Medieval* iniciou-se o *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM).*

O projeto de constituição do *DLPM* teve como objetivo principal apresentar as fichas lexicográficas de todas as palavras comuns existentes no corpus textual, que incluía diferentes temáticas e géneros pertencentes ao período mais antigo do Português, constituído para servir como fonte primária do dicionário. Pretendeu-se realizar um produto lexicográfico acessível a um público diversificado, o qual deverá ser útil não apenas para professores e investigadores, mas também para estudantes e outras pessoas interessadas em conhecer o vocabulário dos primeiros textos galegos e portugueses. Para atingir este objetivo a equipa recorreu à utilização de ferramentas informáticas disponíveis, dando então início à elaboração de concordâncias que permitiam o levantamento exaustivo das formas presentes no *corpus*, a sua classificação gramatical e a seleção das abonações para a elaboração de verbetes de acordo com os critérios definidos pelos coordenadores do projeto.

2. Critérios de elaboração dos artigos

Nesta fase, surgiu a primeira grande dificuldade que obrigou a tomadas de decisão difíceis e nem sempre consensuais. Com efeito, dado que o CIPM respeita rigorosamente os textos editados, à variedade gráfica que caracteriza a escrita medieval acresce, em alguns casos, a variedade resultante dos diferentes critérios de edição que os diferentes editores dos textos do corpus, todos eles medievalistas conceituados, decidiram aplicar.

Vejamos, apenas como exemplo e por curiosidade, as 52 grafias apresentadas por uma palavra que atualmente é sempre grafada como *igreja*:
egleia, egleja, egleyga, egregias, egrei, egreia, egreía, Egreija, egreja, egre*j̃*a, egreya, egreyga, eiglesia, eigreia, Eigreía, eigreja, ejgreia, Eregreia, evgreia, eygreia, eygreias, eygreja, eygreya, eygreyra, greya, igleia, iglleia, Igraia, igreeja, igreia, Igreía, Igreiia, igreija, igreja, igrejes, igreyia, igrigia, jgleia, jglleia, jgreia, jgreja, jgreya, ygerja, ygleia, yglleia, ygreeja, ygrega, ygreia, ygreja, ygreya, yigreia, yreja.

O objetivo principal do DLPM era, desde o início, muito claro: fornecer informação a qualquer leitor que se deparasse com uma forma gráfica problemática num texto medieval. Nesta perspetiva, perante tantas variedades, como decidir qual forma da entrada ou entradas dos artigos quando não faz sentido que todas as variantes constituam cabeças?
Este problema levou-nos a uma primeira reflexão e a estabelecer critérios e regras para decidir as formas gráficas das vedetas

2.1. Variação gráfica e seleção das vedetas

A vedeta, entrada ou cabeça do artigo é entendida como uma representação abstrata que identifica a palavra definida e decidiu-se que a cabeça deveria ter a forma gráfica mais semelhante à forma atual quando esta existe. Dada, porém, a variação gráfica, sem pertinência linguística, da escrita medieval, decidiu-se ainda que para uma regularização mínima das referidas vedetas seriam aplicadas as seguintes regras de substituição e supressão sistemática de grafemas:

<ç> antes de <e> ou <i> → <c>
<s> intervocálico com valor de sibilante surda → <ss>
<ll> ou <l> com valor de líquida palatal → <lh>
<n>, <nn> ou <gn> <~h> com valor de nasal palatal → <nh> (alynnador → alinhador)
<r> intervocálico com valor de vibrante múltipla → <rr>
<rr> com valor de vibrante múltipla antecedido de nasal (~, n) → <r> de acordo com a grafia moderna (honrra → honra)
<i> com valor de sibilante vozeada palatal → <j>
<j> com valor de vogal ou semivogal → <i>
<y> inicial mantém-se. Interno, com valor de vogal ou semivogal → <i>; com valor de sibilante vozeada palatal → <j>
<u> com valor consonântico → <v>
<u> com valor consonântico → <b>, quando o étimo e a forma moderna tiverem b (uure → ubre, do lat. *ubere*, port. atual *úbere*)
<gu> na primeira sílaba mantém-se. Interno, antes de <a>, <o> → <g> (acesseguado → acessegado)
<v> com valor vocálico → <u>
<n> ou <~> representando a nasalação da vogal antes de oclusiva labial ou de hífen → <m>
<~> ou <m> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>
<~>, <m> ou <n> representando a nasalação do ditongo → <~> (absolviçaom → absolvição)
grafemas duplos, iniciais ou internos, com o mesmo valor fonético dos correspondentes simples → grafemas simples:
- <ss> em posição inicial de palavra → <s> (sse → se).
- <ss> em ataque de sílaba interna depois de consoante → <s> (uerssa → uersa).
- <rr> intervocálico com valor de vibrante simples → <r> (barroes → barões).

Estas regras permitem alguma redução da variação gráfica das cabeças sem implicações de caráter linguístico. No entanto, como é do conhecimento de qualquer medievalista, o mesmo não se poderá garantir no que respeita às vogais simples e duplas, que podem indiciar questões fonéticas pertinentes. Nestes casos a decisão tomada foi a de manter as vogais duplas, iniciais ou internas, se não ocorrerem formas com vogais simples. No caso de coocorrerem formas com vogais simples e duplas a vedeta tem a vogal simples, porque esta grafia corresponde à atual.

Por exemplo:
descreer v. (De des- + creer/crer). 1. Descrer, não acreditar <alguém descree a/de/em alg> [séc. 13 CSM311] E quen aquesto non cree, sa creença non val ren, / ca descre' en Deus, seu Fillo, e en ela que Madr' é. [séc. 13 CEM329] Maria Balteira, porque jogades / os dados - pois a eles descreedes - / ũas novas vos direi, que sabiades om quantos vos conhocem vos perdedes; [1350? PP] mereçia ainda demais de todolos cristãos e mayormẽte dos senhores que lhy dẽ aquela pẽa que diz en no VIIº liuro daqueles que descrẽẽ da ffe de Jhesu Cristo ou querem canbhar ou destroyr ou desatar ou desffazer en outra maneyra os feytos della. 2.

Blasfemar <alguém descree a/em/contra alg> [séc. 13 CSM163] Come uun ome d' Osca, que jogava os dados, descreeu en Santa Maria e perdeu logo a fala; e foi a Santa Maria de Salasen romaria e cobró-a. [séc. 13 CSM407] En un cativo d'ome que foi errar / porque do pee en hũa pedra dar / foi e doeu-sse; e poren braadar / começou e descreer:

crer v. (Do lat. credĕre). Crer <alguém crê(-se) (a/em/por) alg> [1258 HGP022] & quẽ contra ista carta uéér & nũ créér sega maldito & pectet altera parte Cm soldos & ista carta senpre ualla [1280? FR] Todo omẽ que de gardar ouuer orphãos ou seus aueres deue a sseer de XX anos almeos e deue a seer creodo e cordo e de boo testimonho e auerudo, e se tal nõ for nõ pode teer elles nẽ seus aueres. [séc. 13 CEM193] Joam Fernández, creed' est' a mim / que sõõ home mui bem leterado. [séc. 14 CAXP] Dõ Johã Afonso d' Alboquerque, neto del rey dõ Denys de Portugal, que era grande senhor ẽ Castela, tiinha a governãça do reyno. E el rey se criia principalmẽte por seu conselho. [1453? LTV] a qual vertude perteeçe mais aos grandes Senhores que a outras perssoas porque lhe he mais perteeçente que aos outros / seerem críudos / E lhe deffemdera que nom diga pallaura. [1488 S] E diz Guilhermo do Sacramental que, se ha emtemçon de fazer o que faz a madre sancta ygreja, que se faz a consagraçom, aynda que elle ho nõ crea e pense ẽ outra cousa, asi como o judeu que bautiza que non cree e o que he ydiota e ynogramte que nom entende nen sabe o que diz, que se non ẽtendese fazer o que faz a ygreja nen entẽdese comsagrar, nom sserya ssacramento. [1504 Cat] Quãdo ho christaão ouvir algũas cousas desacustumadas nõ as crea logo, mas pregũte a outros encomendãdo-se a Deos <alguém crê que...> [séc. 13 CEM027] e quem aquestes matarem, creede bem sem dultança, / que jamais en' este mundo nunca veerá vingança. [1280? FR] Todo crischao crea firmemente que huu soo é uerdadeyro Deus, Padre e Fillo e Spiritu Sancto e estes III sõ I Deus e una natura [1500 CPVC] E creemos que ficaram aquy porque de manhaam prazendo a deus fazemos daquy nosa partida. [1504 Cat] Os que, sem causa legitima, requerẽ relaxaçã do juramẽto ou usam della, os que enduzẽ outros a jurar creendo que se perjurarã, os que juram verdade creendo que he falso, os que adjuram ou excõjuram os demonios per via de roguo ou os constrangem pera que os ajudem ou ensynẽ. <alguém crê acontecer/fazer> [séc. 14 CI] E, se ele ouvese de viir, nom seriam eles despostos pera o reçeber nem outrosy as outras seitas nom creem seer ele tal qual aviia de seer, segundo avemos provado em nos artigoos da fe e em outros lugares. [1488 S] Creo pello spiritu sancto os pecados ser perdoados. [1504 Cat] Em ho seer de Deos se encrudẽ e ençarra todalas cousas que creemos ser em Deos eternalmente <alguém crê alg (por) algo> [séc. 15 OE] Este que tu crees por bemauẽturado, aquelles que se marauilham por elles muyto o aconpanham. [1504 Cat] Decrara ho que explícita e expressamẽte se deve creer necessario pera salvaçam. (Var. cr-, cre- cré-). Cf. crever.

Quando as formas variantes terminam em *a* nasal e *o* nasal seleciona-se aquela que termina em *a* nasal por se considerar que é a forma gráfica mais próxima da atual. Por exemplo:
adivinhaçam s. f. (De adivinha(r) + -çam). Adivinhação 1. Ato de predizer o futuro [1489 TC] Outrosy os agoyreyros e os adiuinhadores porque toda adiuinhaçom per qualquer modo que seia feyta, defesa he, e he maldita de Deus, e da sancta ygreia e apostita. [séc. 15 LHB] nam ha agoyro em Jacob nem adivinhaçam em Isrraael. 2. Adivinha [séc. 15 LHB] Proponhovos huũa adivinhaçam e se a soltardes ate sete dias deste comvite darvoshey sete camissas e outras tamtas sayas; e se a nam adevinhardes dareis vos a mim outras tamtas. (Var. adeuinhaçõees, adevinhaçom, adiuinaçõees, adiuinhaçom, adiuinhaçoões, adivinhaçam). Cf. adivinha, adivinhança.

Constituem também cabeça de artigo:
as variantes gráficas alfabeticamente distantes. Por exemplo:
dispensaçã s. f. (Do lat. dispensatĭōne-). Dispensa, permissão [séc. 15 CDJI2] Das quaes rezões, diz que se o Duque muito queixou, dizendo contra el Rey que fiando elle delle sua filha e leixandolha em refens pelo que elle e sua companha aviom daver de seu soldo, pera depois cazar com ella tanto que dispensaçam ouvesse, que elle a tomara por molher, dormindo com ella ante que as letras de Roma viessem, pelas quaes elle mãdara o Bispo de Evora e Gonçalo Gomez da Sylva; e que as nõ poderom aver do Papa Urbano, que entom era; e que por estas rezoens forom per dias nom bẽ acordados. [1504 Cat] os que casam depois de voto simprez ou solẽne, os que procuram dispensaçã sem causa legitima e os que dispẽsam, os herejes, os que cõ deliberaçã duvidã em as cousas da fee, (Var. dispensaçã, dispensaçam, dispensaçõ, dispẽsaçõ). Cf. despensa, despensação.

despensação s. f. (Do lat. dispensatĭōne-). 1. Dispensa [1488 S] Outros a y que reçeben despensaçõ, asy como no voto e os dizemos. 2. Despacho, decreto [séc. 15 CDJI2] E hordenamdo el Rei de mamdar laa outra vez por dar fim a esto que lhe tamto comvinha, e este Papa Urbano morreo, avemdo jaa doze annos que regia a Egreja, e pasava de dous que asynara o roll daquesta despemsaçaom. 3. Autorização [1489 TC] Mas ẽ caso que o teu preposyto nõ fosse de matar nẽhuũ e porẽ matasteo ẽ tal caso nõ he necesaria a despẽsaçõ do papa (Var. despemçaçam, despemsaçaom, despensaçam, despensacõ, despensaçõ, despensaçom, despensaçon, despemssaçam, despemssaçaõ, despemssaçõ, despemssaçom, despenssaçõ, despenssaçom, despẽsaçõ, despẽsaçom, despẽssaçõ). Cf. dispensaçã, despensa.

hamostrar v. (De amostrar). Ensinar <alguém hamostra algo a alguém> [1488 S] A quarta que deue dar testymunho de sua pendença sse lhe for demandado e ajnda lhe deue hamostrar ho credo e ho pater noster. Cf. amostrar, emostrar, mostrar.

hano s. [1488 S] O. xxj. qual quer que cometer sacrilegio quebrãtando ha ygreja ou tomãdo a crisma ou ho calez comssagrado nõ teendo as maãos limpas ou estãdo em pecado faça pendença sete hanos e os dous primeyros nom emtre na ygreja e fasta os quatro non ofereça e jejuũe tres dias na somana. Cf. ano⁺.

Em casos como estes poder-se-ia ter decidido incluir todas as variantes gráficas no artigo da vedeta principal, que se encontra marcada com + alceado, uma vez que as variantes não correspondem a realizações fonéticas distintas. No entanto, o critério adotado implicou que sempre que a primeira sílaba das variantes é graficamente distinta e alfabeticamente distante, as variantes apresentam entradas próprias que estão associadas entre elas através do Cf. no final das fichas.

as variantes gráficas com a primeira sílaba idêntica e outras sílabas distintas. Por exemplo:

peleja s. f. (Regr. de pelejar). Peleja, luta [séc. 13 CSM078] "Esta missa, a como quer que seja, / oyrei eu toda, por que Deus de peleja / me guard' e de mezcra maa e revoltosa." [1267 FG2] Peleía que pelegẽ. vezĩos na Villa ou fora da uila se foren y os Juyzes ẽfĩj̃nos pera dereyto que façã dereyto perant'elles. [1488 S] Et pacis, lugar honde non ha hy peleja algũa. ◊ sem peleja, sem obstáculos, sem discussão [séc. 13 CSM067] E como quen á gran coita de compri-lo que deseja, / ela mançebos collia ben mandados, sen peleja, / que aos pobres servissen; mais o demo con enveja / meteu-se en un corpo morto d'ome de mui gran beldade (Var. peleia, peleía, peleija, peleja, peleya, pellegas, pelleja, pelleyas). Cf. pelhega.

pelhega s. f. [1488 S] E quando se lee ho Evãgelho, todos deuem estar en pee segũdo que o papa Anastasio primeiro estabeleçeo, a dar a ẽ tender que deuemos estar aparelhados a pelhega pella ffe de Jhesu Christo. Cf. peleja[+].

Embora com a primeira sílaba idêntica, estes exemplos ilustram variantes gráficas bastante diferentes o que justifica terem entradas separadas a remeterem uma para a outra por Cf.

os empréstimos de outras línguas, nomeadamente do latim, em contexto português. Por exemplo:
adelante adv. (castelhano). Adiante [séc. 13 CSM297] Tod' aquest' assi avẽo; ca senpre fez sa fazenda / mui mal aquel frade falsso, ca Deus quis fillar emenda / sempre dali adelante, e Deus quis fillar emenda / del por si e por sa Madre come d'ome que non cree. Cf. adiante.

ab prep. (latim). 1. De [séc. 14 CI] convem a saber, muitos judeus e gintios que se tornarom a ele e creerom a sua santa fe, asy como foy Nicodemos e Josef ab Eramatia e Paulo e outros muitos sem conto 2. A [séc. 15 CDJI[1]] nem NunAllvarez quamdo emtrou, nom mostrou nehuũ geito de sobramçaria, mas muito chãamente fallou ab Meestre, e isso meesmo a alguũs dos seus. Cf. a[4].

Não foram integradas no DLPM as palavras latinas em contexto latino.

Compostos com formas gráficas distintas exigiram soluções diferentes. Por exemplo:

dizente s. *m.* (Do part. pres. de *dizer*). ◊ mal[+] dizente.

mal[1] adj. (Do lat. măle). Mal [séc.13 CSM017] A dona mui bon marido perdeu, / e con pesar del per poucas morreu; / mas mal conorto dun fillo prendeu / que del avia, que a fez prennada. [1437/1438 LEBC] Mais dessy o filha muitas vezes em cousa que homem conhece que he mal de o aver, e lhe prazeria muyto nom o ssentir. (...) ◊ mal dizente, maldizente [séc. 13 CEM246] De Martim Moia posfaçam as gentes / e dizem-lhe por mal que é casado; / nom lho dizem senom os mal dizentes, / ca o vej' eu assaz hom' ordinhado / e moi gram capa de coro trager; / e os que lhe mal buscam por foder, / nom lhe vam jajuar o seu pecado.

A vedeta dizente foi inserida sem abonação porque ocorre apenas com mal, remetendo para a ficha de mal onde mal dizente se encontra com a respetiva abonação. Assim, mal dizente não tem entrada autónoma, ao contrário do que aconteceria se a forma gráfica deste composto fosse igual à atual "maldizente".
Algo semelhante acontece com o composto bem feitoria, que é indicado na entrada de feitoria, mas é descrito na ficha de bem, como se ilustra a seguir:

feitoria s. *f.* (De *feitor + -ia*). Ação, realização ◊ bem[+] feitoria. (Var. feitoria, feitorĩj̃a, feitoryas, feituria, feytoria, feytorya).

bem[1] adj. (Do lat. bene). Bom, desejável [1265 CA04] E nos uymos que era bẽ & dereyto de lha darmos & demoslha que a tẽgna en testemoyo [1504 Cat] E, pera esto e outras cousas, deve saber as constituyções dos prelados, e seria beẽ que soubesse as ordenações do Regno. ◊ bem feitoria, benfeitoria [séc. 15 CDJI[2]] Afonso Louremço hera homem descudeiros e homẽis de pee, e graõ liamça cõ os maes da vila per amizade e bem feitoria

Este composto, no entanto, encontra-se também na forma gráfica atual "benfeitoria", o que lhe permitiu ser inserido com vedeta própria e independente, como se pode ver abaixo:

benfeitoria s. f. (De benfeitor + -ia). Benfeitoria 1. Trabalho de recuperação, ou beneficiação [1279 DN013] E nos dõ Abbade e Prior e Conuẽto de Pedrosso por esta benfeitorya que Gonçalo gonçaluiz e sa molher Maria soariz fazẽ ao Moesteiro de Pedrosso. Damos a elles porẽ ese noso casal en que ora morã e duas dereyturas de pã. [1499 DN174] que elle os quaes aJam a dita çasa com todas suas perteencas Entradas saydas assy como ao dito mosteiro pertece e mjlhor se o auer poderem E ffacam e Refacã em ella e em todas suas perteencas quanta bemfeitorja fazer poderem de gujssa que melhore e nom peyore 2. Dádiva [1350? PP] Ca bẽ assi como do coraçõ do homẽ rreçebẽ todolos outros nenbros vida, assi da Santa Eygreia rreçebem benffeitorias e mantijmẽto todos os que a seruirem. [1504 Cat] pagar as divedas legaes, que sõ per cõtracto, e moraes, que som per beẽfectoria reçebida, levã a diãteira, e as ygrejas e moesteiros sõ os derradeiros, e cõ todo esto ainda nõ podemos dar regra geeral em a ordẽ de esmolar. ◊ livro[+] da virtuosa benfeitoria (Var. beẽfectoria, bẽfeitoria, bẽfejtoria, bẽfeytoria, bẽfeytorya, bẽfeyturyas, bẽffeitoria, bẽffeytorías, bẽffeyturia, bẽffeyturya, bemfectoria, bemfeitoria, bemfeitorĩj̃a, bemfeitorja, bemfeittorya, bemfeituria, bemfeiturías, bemfeytoria, bemffeítoría, bemffeitorias, bemffeittorya, bemffeyturija, bemffeyturĩj̃a, benfectoria, benfeitoria, benfeitorya, benfeituria, benfeiturjas, benfeytoria, benfeytoríjas, benfeytorya, benffectoria, benffeitoria, benffeytorias, benffeýtorías, beyfeituria).

Uma consequência pouco satisfatória do tratamento distinto destes compostos com formas gráficas diferentes é o facto de se encontrarem no DLPM alfabeticamente distantes um do outro e não se encontrarem associados por Cf.

2.2. Origem ou formação de palavras

Foi decidido que se indicaria apenas a origem mais próxima das palavras. Por exemplo, quando o étimo é grego, mas veio para o Português através do latim, indica-se apenas a forma latina:
calamo s. *m.* (Do lat. *calămu-*).

adega s. *f.* (Do lat. tard. *apotheca*).

Relativamente à formação de palavras no Português, vimo-nos confrontados com algumas situações complicadas que nos levaram a tomar decisões que não estão de acordo com a morfologia derivacional. Assim, embora sabendo que:
o adjetivo deriva do Particípio Passado do verbo e o substantivo com a mesma forma deriva, por conversão, do adjetivo, decidiu-se que também o substantivo seria apresentado como derivando do Particípio Passado do verbo. Por exemplo:

descreudo[1] adj. (De part. pass. de descrer). Descrente [séc. 13 CSM192] e apercebudo / de guardar mui ben / o mouro barvudo, / falss' e descreudo; / e come sisudo / o mandou meter / en logar sabudo / d'aljub' ascondudo, / e dentr' estendudo / o fezo jazer. [séc. 15 ZPM] mas eu llevarey outro modo esta gemte descreuda, que com tamta soberba estam agora groriãdo-se nas mortes de meus naturais. (Var. descreudo, descrida).

descreudo[2] s. m. (De descreudo). ◊ (Do part. pass. de descrer). Descrente [séc. 13 CSM237] Mais mãefest' aja por Deus, se ben fazer queredes, / a que possa dizer meu mal; e depois saberedes / da Virgen o gran poder seu, e ja o ben veedes / que non lle praz de me perder com' algun descreudo. [séc. 15 ZPM] - Agora - dezia elle per suas arabicas pallavras - esforçae, senhores & amigos, caa tempo he jaa de tomardes vimgamça destes descreudos. (Var. descreudos, descreúdos).

desonrado[1] adj. (Do part. pas. de desonrar). Desonrado 1. Aviltante [séc. 13 CSM149] Mas pero o revolves e tanges con tas mãos, / creendo que pan éste, este polos crischãos / recebeu na cruz morte que judeus e pagãos / lle deron desonrrada que dar a nos folgura. [1437/1438 LC] Outros leixa levantar por receberem maa e desonrrada fym, por tal que nom se ponha em semelhantes cousas nossa principal bem-aventurança ◊ Ter por desonrado, considerar-se desonrado [séc. 13 CEM060] Fernam Gil ham aqui ameaçado / d'um seu rapaz e doestado mal; / e Fernam Gil tem-se por desonrado, / ca o rapaz é mui seu natural: / é filho d'um vilão de seu padre / e demais foi criado de sa madre. [1489 TC] Outrosy peca contra este precepto todo aquel que se tem por dessonrado de lhe fazer reuerença. (Var. deshomrrado, deshonrado, deshonrrado, deshõrrado, desomrrada, desonrado, desonrrada, dessonrado).

desonrado[2] s. m. (De desonrado). ◊ (Do part. pas. de desonrar). Desonrado, infamado [1453? LTV] Aquelle que bem morre he saluo / E o desomrrado sempre o he morto & víuo /. emquanto delle for memoría.

o substantivo deriva do verbo a cujo radical se junta o sufixo *-dor*, o adjetivo com a mesma forma deriva, por conversão, do substantivo. Também neste caso se decidiu apresentar idêntica formação para o adjetivo e o substantivo. Por exemplo:

desonrador[1] adj. (De desonrador). ◊ (De desonra(r) + -dor). Desonrador, ofensor [séc. 15 OE] Qual jmigo foy tan desonrrador e ẽjuriador contra algũũ como som as deleytaçõões contra aquelles que amergem sy meesmos ẽnas dileitaçõões, que asy as ham ẽ custume, que nõ podem carecer dellas?

desonrador[2] s. m. (De desonra(r) + -dor). Desonrador, ofensor [1350? PP] E sse ffor bispo ou prelado mayor deue seer deitado daquela terra hu aquel mal fez cõ muy gram dereyto e que rreçeba desonrra o desonrrador da ley e que o deytẽ desõrradamẽte daquel logar hu a desonrrou.

A decisão de considerar que tanto o adjetivo como o substantivo deviam apresentar a mesma formação resultou da constatação de que em alguns casos só estava atestada a forma do substantivo derivado do adjetivo e noutros casos só ocorria a forma do adjetivo derivado do substantivo. Nos casos exemplificados acima não se levantaria esse problema porque a mesma forma ocorre com as duas funções, no entanto, o critério teve de ser aplicado a todos os casos.

3. Caráter inovador do DLPM

Este trabalho foi concebido para constituir um instrumento lexicográfico inovador, que se destina a dar a conhecer a totalidade das palavras comuns e as suas variantes presentes num corpus de textos galegos e portugueses, de diferentes temáticas e géneros, pertencentes ao período mais antigo da língua portuguesa - desde o séc. XII ao séc. XVI.

Este corpus constitui um importante património linguístico e cultural que os recursos tecnológicos recentes permitiram explorar de um modo mais eficiente do que aquele que estava ao alcance, até agora, da lexicografia portuguesa.

O caráter inovador deste Dicionário prende-se com a exaustividade da exploração de um corpus textual fechado e única fonte das palavras nele incluídas. Embora tenham sido consultados vários dicionários, no *DLPM* não foram introduzidas palavras não atestadas no conjunto de textos que constituem o corpus.

No entanto, consideramos que o *DLPM* constitui um autêntico retrato, embora parcial, do léxico do português medieval e será, certamente, uma base segura para futuros alargamentos. Novos conjuntos de textos medievais galegos e portugueses permitirão extrair palavras que não se encontram atestadas no corpus fonte deste *DLPM*. Assim como acontece com a base de dados do *Dicionário de Verbos do Português Medieval,* que se encontra disponível na 'Internet', a constituição de uma base de dados para o *DLPM* virá facilitar o seu desenvolvimento.

4. REFERÊNCIAS DAS FONTES TEXTUAIS DOS EXEMPLOS DO DLPM

Século XIII
CA - 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279). In Duarte, Luiz Fagundes (1986) Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição), Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.
DN - 73 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1214 e 1300). In Martins, Ana Maria (ed.) (2000) Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI. Edição digitalizada, cedida pela editora.
HGP - 61 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300). In Maia, Clarinda de Azevedo (1986) História do Galego-Português, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
FG - 6 Foros de Garvão (1267-1280). In Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.
FR - Foro Real (1280?). In Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) Afonso X, Foro Real, Lisboa, I.N.I.C., pp. 125-309.
TP - Tempos dos Preitos (1280?)
in Ferreira, José de Azevedo (ed.) In Roudil, Jean (1986) Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.
CSM - 419 Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282). In Mettman, Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) Cantigas de Santa Maria, Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega.
CEM - 403 Cantigas de Escárnio e Maldizer (sem data). In Lopes, Graça Videira (2002) Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses. Edição digitalizada, cedida pela editora.
Século XIV
PP - Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350). In Ferreira, José Azevedo (1980) Alphonse X, Primeyra Partida, Braga, INIC, pp. 3-580. Edição digitalizada para o CIPM, financiada pelo editor.
CDA - Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV, vols. 1, 2 e 3 (30 Textos selecionados). In Dias, João J. Alves (ed.) (1990-1992) Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV, Lisboa, I.N.I.C. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
LM - Livro de Montaria de João I
In Calado, Adelino de Almeida, Vigo, ed. (no prelo). Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.
CI - Corte Imperial (anónima dos fins do séc. XIV)
in Calado, Adelino de Almeida (ed.) (2000) Corte enperial, Universidade de Aveiro. Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Telmo Verdelho.
Século XV
DN - 46 Textos Notariais (sem data ou datados entre 1402 e 1499). In Martins, Ana Maria (ed.) (2000) Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI. Edição digitalizada, cedida pela editora.
LC - Leal Conselheiro (1437-38). In Piel, Joseph (ed.) (1942) Leal Conselheiro, Lisboa, Livraria Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez.
LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (sem data). In Piel, Joseph (ed. crit.) (1944) Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela. Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio.
LTV - Livro das Tres Vertudes (1453?). Crispim, Maria de Lourdes (ed.) versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora.
OE - Orto do Esposo (sem data). In Maler, Bertil (ed.) (1956), Orto do Esposo, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.
ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (sem data). In Brocardo, Maria Teresa (ed.) (1994) Crónica do Conde D. Pedro de Meneses, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693. Edição digitalizada, cedida pela editora.
CDJI1 - Crónica de D. João I, parte 1. In Lopes, Fernão (1945) Crónica de D. João I, Porto, Livraria Civilização Editora.
CDJI2 - Crónica de D. João I, parte 2. In Lopes, Fernão (1949) Crónica de D. João I, Porto, Livraria Civilização Editora.
CDPI - Crónica de D. Pedro I. In Peres, Damião (ed.) (1965) Lopes, Fernão, Crónica de D. Pedro I, Porto, Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.
TC - Tratado da Confissom (1489). In Machado, José Barbosa (ed.) (2003) Tratado de Confissom, vol. I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
S - Sacramental, de Cremente Sanchez de Vercial (1488). In Machado, José Barbosa (ed.) (2005) Clemente Sánchez de Vercial. Sacramental, Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
LHB - Livro das Histórias da Bíblia (sem data). In Castro, J. Mendes de (ed.) (1998), Bíblia de Lamego, vol. I e vol. II, Edição digitalizada, cedida por José Barbosa Machado.
Século XVI
Cat - Catecismo (1504)
in Silva, Elsa Branco da (ed.) (2001) O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz, Bispo de Viseu, Lisboa, Colibri. Edição digitalizada, cedida pela editora.

11. MARIA JOÃO RUIVO, ESC SEC ANTERO DE QUENTAL, S MIGUEL, AÇORES.

TEMA 3.1. A 2ª EDIÇÃO DE UM PUNHADO DE AREIAS NAS MÃOS

Perguntam-me muitas vezes por que razão levei tanto tempo a decidir-me pela publicação deste livro. Poderia enumerar várias razões, mas basta, por agora, dizer que publicar é sempre uma grande responsabilidade perante os outros e, sobretudo, perante nós mesmos.

A escrita não é pacífica. É marca nossa que fica e isso traz-me uma certa angústia, o receio de que daqui a uns anos olhe para trás e pense que se calhar devia ter mantido este livro na caixinha onde o guardei durante tanto tempo.

Ele nasceu há cerca de 20 anos, muito de mansinho, com uns rascunhos que eu escrevinhava quando tinha algum tempo livre. Na altura não imaginava que poderia vir a constituir um volume tornado público.

Sou filha de um diarista. Desde cedo me lembro de partilhar com meu Pai as dúvidas e as alegrias da escrita. Primeiro, ouvindo-o, depois lendo-o e, mais tarde, ajudando-o na revisão do que escrevia.

Curiosamente, isso fez com que eu, durante algum tempo, fugisse um pouco à escrita intimista, mas "volta e meia vinha aqui cair, como quem regressa às origens".

Numa entrada de 2005, digo o seguinte: "Sinto que ter um Diário entre mãos é uma espécie de compromisso com a nossa própria existência. E gostava de assumi-lo. A escrita de um Diário é um fascínio.

Verbalizar a vida é uma forma de nos conhecermos, porque exige que nos analisemos, porque nos obriga à reflexão, e é um desafio olharmos para nós próprios. E, à medida que avançamos, conseguimos interpretar alguns mistérios de que somos feitos."

No entanto, acho "que a escrita diarística, por inúmeras razões, é arriscada. Obriga-nos a entrar em nós e a sair logo depois. É assim que a sinto.

Começa por ser uma escrita de mim para mim, e nela vem impressa toda uma herança espiritual. Mas não se fecha nisso, necessariamente. É também uma escrita para quem quer que a leia. E a quantas leituras diferentes estamos sujeitos?

Tratando-se de um Diário, tudo se torna mais delicado, porque não temos o escudo da ficção a proteger-nos. Mas como poremos a nu o que somos?"

Esta é, para mim, uma das muitas questões interessantes num Diário. Tratando-se de uma escrita, em muitos momentos, intimista, tem de se definir uma fronteira razoavelmente clara entre o **intimismo** e a **intimidade**, porque nem tudo se põe a nu, em praça pública, e é como o João de Melo disse, na apresentação que fez do livro em Ponta Delgada, tratando-se de um Diário feminino, a contenção é, provavelmente, maior.

Assim, este Livrinho foi surgindo timidamente, dando pequenos passos. Quem o ler notará de imediato que há, aqui, uma estrutura descontínua. Dividi-o em duas partes por essa razão. A primeira, cheia de intermitências, é constituída por cerca de 40 páginas, que vão de 1996 a 2009 e a Parte II – de 2010 a 2016 – vai ganhando uma maior continuidade. Cheguei a ponderar excluir a primeira, mas achei que haveria nisso uma certa infidelidade a este percurso que foi o meu. Afinal esta descontinuidade também será passível de uma determinada leitura e cada leitor fará a sua.

Nesta minha estreia em volume, julgo que encontrei, no fundo, uma forma de sair da minha concha, e faço desta publicação uma espécie de tributo a coisas que valorizo muito, sobretudo aos afetos, meu território de eleição. Um Diário é um percurso que se faz de dentro para fora ou vice-versa, à medida de quem o escreve e conforme as intenções vão ditando. Este volume é um conjunto de reflexões e de sentires que buscam uma forma que os expresse. Outro que surja, numa outra esquina do tempo, poderá ser diferente deste, nos temas, nos interesses, nas intenções que se vão gerando.

Para concluir, reafirmo que esta estreia foi, em parte, a busca de uma linguagem. A escrita tem tanto de árduo e difícil como de compensador e surpreendente. Tal como a vida, é uma busca constante. Gosto de fazê-la, dando pequenos passos, tentando que não me fuja, como um punhado de areia nas mãos.

Maria João Ruivo

12. PEDRO PAULO CÂMARA, ESCOLA PROF. APRODAZ, ESCRITOR, AÇORES,

TEMA 2.4. TEMA 2.4.: "*UMA ABELHA NA CHUVA:* A CASA DOS SILVESTRE, UMA COLMEIA ESTÉRIL"

SINOPSE

Embora a literatura dificilmente se possa dissociar da conjuntura temporal e histórica, é intenção deste trabalho de investigação, mais do que proceder a um enquadramento periodal da obra *Uma Abelha na Chuva*, aprofundar a representatividade de um determinado espaço físico: a casa onde residem Álvaro Silvestre e Maria dos Prazeres, protagonistas do romance de Carlos de Oliveira.

Detendo a consciência de que um espaço não se confina à sua realidade material, delimitado por barreiras ou fronteiras físicas, impostas ou naturais, procurar-se-á revelar as estratégias discursivas utilizadas pelo autor na caracterização, direta ou indireta, da residência do casal Silvestre. Deste modo, almejamos demonstrar e destacar a possibilidade de reprodução do real desenvolvida por Carlos de Oliveira, incidindo neste espaço em concreto, tendo em consideração o facto de *Uma Abelha na Ch*uva ser um romance ilustrativo da corrente neorrealista portuguesa, e que faz uso, para o efeito, de linguagem alegórica e, simultaneamente, precisa. Ademais, procuraremos descortinar o caráter simbólico desta habitação, comprovando que a dita será a representação da situação económica em que se encontra o casal e de todo o percurso individual e familiar que levou os seus membros à situação de rutura, não só financeira, mas, essencialmente, emocional e social que vivenciam.

Assim, o contexto espacial do romance, no seu todo, e a casa que os Silvestre habitam, em particular, estarão ao serviço das motivações neorrealistas, simultaneamente provocatórias e éticas; o reflexo de um país abalado pela disparidade. A casa, o relacionamento que os personagens estabelecem com o espaço, e as relações que experienciam entre si, servirão de base para a denunciação das desigualdades sociais, alimentada pela perceção da indisfarçável luta de classes, que se converte, na obra, numa contenda pessoal. A habitação dos Silvestre é local de conflito, portanto; local de gestão de fel, por oposição ao mel potencialmente concebido pelas abelhas.

Um espaço não se reduz à sua dimensão meramente física. Um espaço é experienciado e assume dinâmica e simbolismo. A casa dos Silvestre acolhe o casal e é, não só o reflexo do percurso financeiro dos elementos que o compõem, mas também, e acima de tudo, o espelho do estado em que se encontra o relacionamento entre Álvaro e Maria dos Prazeres. É certo que a sua descrição é facultada pelo narrador ou pelos personagens, mas é o leitor quem procede à sua interpretação. É natural, pois, que a perceção do leitor seja influenciada pelas perspetivas destes.

Neste sentido, ao longo do trabalho em questão procuraremos evidenciar a possibilidade de representação do real desenvolvida por Carlos de Oliveira, incidindo neste espaço em concreto, tendo em consideração o facto de *Uma Abelha na Ch*uva ser um romance ilustrativo da corrente neorrealista portuguesa. Aliás, aponta Ramiro Teixeira que, para este período, *"se tivéssemos de escolher as obras mais significativas – entenda-se transformadoras e revolucionárias – escolheríamos «Uma Abelha na Chuva», de Carlos Oliveira,"* a par de outras como *"«Sibila», de Agustina Bessa Luís, «O Homem Disfarçado», de Fernando Namora, «Seara de Vento» de Manuel da Fonseca, «A Cidade das Flores», de Augusto Abelaira e «Aparição», de Vergílio Ferreira"* (Teixeira, 1981:99).

Mais, retenha-se a ideia que, tal como muitos dos seus pares, de Alves Redol a Soeiro Pereira Gomes, a sua posição estaria fortemente influenciada pelas *"teorias de Plékhanov («A Arte e a Vida Social»), as quais, em suma, se poderiam sintetizar no seguinte: «A Arte é um reflexo da vida social»", já que "a Arte não deveria – não poderia – alhear-se da realidade social"* (1981:57). A denúncia ativa e o tratamento analítico da desigualdade social seriam motor e sustentáculo da escrita neorrealista, evidência do que defenderia Redol na conferência proferida no Grémio Artístico Vilafranquense, em junho de 1936, na qual afirma que *"[a] arte deve contribuir para o desenvolvimento da consciência e para melhorar a vida social"* (1981:50), como aconteceria em *Gaibéus*, anos mais tarde. Sabemos, pois, todavia, que *"[a] questão do realismo deve* […] *ser tratada com lucidez e com plena consciência das ambiguidades, dos paradoxos e da dialética interna do termo"*, isto porque *"a obra realista" está sempre ameaçada, mas é sempre enriquecida, pela pressão dos fantasmas, dos símbolos, dos mitos, das teses e simplesmente das formas"* (Mitterand, 2000:59). Acrescente-se que, como declararia Redol, em 1961, *"o neorrealismo, no desenvolvimento dialético da sua perspetiva, nunca será a expressão do real imediato, como o naturalismo e o populismo, mas expressão do essencial, tomando a realidade nas contradições mais vivas e típicas do drama português, ao mesmo tempo que se vincula às possibilidades reais de ultrapassá-lo e na dinâmica das próprias contradições"* (1981:84).

Prestaremos, pois, especial atenção às estratégias desenvolvidas pelo autor no que se refere a essa representação, essencialmente no que diz respeito ao vocabulário utilizado na descrição do espaço, aos campos lexicais associados à casa dos Silvestre e aos eventos que lá ocorrem, bem como à interação dos personagens entre si e entre estes e o dito espaço, já que este se completa com as ações dos mesmos. Para a realização efetiva do ato comunicativo, o ser humano socorre-se, e depende, da utilização de símbolos que concorrem para a eficaz interpretação do enunciado, símbolos estes profundamente conectados com o contexto cultural. Nesta obra, *"encontram[-se] disseminados diversos elementos que, integrando-se num vasto processo de simbolização, constituem um reportório simbólico cujas linhas de força semântica vão desaguar nos vetores temáticos e ideológicos"* do neorrealismo (1980:95). Se Carlos Reis incidiria a sua análise no que diz respeito à galeria de símbolos que compõem a obra, essencialmente, sobre "a abelha e a água e, derivadamente, o mel e a chuva" (1980:97) e, por associação, sobre "fonte e rio" (1980:99) e "mar e poço", debruçar-nos-emos sobre um elemento em particular, que consideramos de vital importância pois, sendo o ser humano um ser social, interage com aquilo que o rodeia, ou seja, com o ambiente social, mas, também, com o ambiente físico, ou seja, neste caso: a habitação do par. Tal como o dr. Neto, que, na opinião de Carlos Reis, será *"de todas as personagens aquela que mais abertamente empreende raciocínios de feição simbólica"*, e que, por tal, assume um papel vital, pois *"em termos de clarificação ideológica […] cabe[-lhe] decifrar os símbolos mais proeminentes da obra"*, poremos em prática uma leitura simbólica do texto.

Tentaremos verificar, ainda, a possível relação que o texto ficcional estabelece com a realidade. É exequível constatar que o autor favorece a apresentação de espaços físicos fidedignos, porque verídicos, nomeadamente a Gândara, que, caso surgisse com minúscula, mero nome comum, poderia dizer respeito a qualquer fração de terreno arenoso, mas que, neste caso em particular, e associado a outros espaços mencionados na obra como a vila de Corgos ou o Montouro, ou a freguesia de São Caetano, de onde afirma vir Álvaro, nos capítulos I e II, que enquadra a ação no concelho de Cantanhede, pertencente ao distrito de Coimbra, na região natural da Beira Litoral. Revela Ivo Carneiro Sousa que este é um *"romance de perdição, densamente psicológico, tenso nos seus muito conseguidos diálogos, passeando como toda a sua obra pelas misérias da Gândara, em Montouro, freguesia de S. Caetano, concelho de Corgos"* (Sousa, 2013: III). Neste sentido, afirma Mitterand que "*o realismo, aplicado à narrativa, privilegia a temporalidade histórica, aquela que, como escreve Mikhail Bakhtine, «associa a intriga pessoal com a intriga política e financeira […]"*, do que se conclui que *"o tempo não é, aliás, separável do espaço"* (2000:59).

A atenção que o autor dedica ao espaço é, portanto, evidente, daí que ganhem destaque, também, espaços físicos cruciais para o enredo, como a casa de Álvaro e Maria dos Prazeres, o seu quarto, a sua sala, o seu escritório, e ainda outros, como é o caso do *"escritório do Medeiros, diretor da Comarca"* (Oliveira, 2007:9) ou do palheiro, onde se encontram furtivamente Jacinto e Clara, o casal-antónimo. Assim, pelos espaços, e nos espaços, pelas atitudes e pelos procedimentos dos personagens, a ação principal e a ação secundária cruzam-se e completam-se. Importará, assim, também, diagnosticar a existência de fronteiras entre o real e o ficcional ou a inevitável aproximação entre um e ouro. Mediante um processo de focalização interna, é o narrador omnisciente quem conduz a narrativa, num romance em que o tempo da ação se reduz a, apenas, três dias. O narrador, que, pela sua natureza e ciência, escapa aos limites do tempo e do espaço, revela a intensidade desse tempo e desse espaço, em que as situações se precipitam, e expõe a intimidade e a interioridade dos personagens; sendo que, de forma subjetiva, procede, também, à análise do seu estado de espírito, das suas ações e do seu presente e passado. São raras as vezes em que a focalização é externa, como ocorre no primeiro capítulo.

A casa dos Silvestre é a residência permanente do casal. Ousamos questionar, porém, por motivos que no decorrer deste trabalho aclararemos, se a sua casa será o seu lar, já que, *"[u]ma vez descrita, a realidade tem muita dificuldade em escapar à figura"* (2000:59). No decorrer dos tempos, o termo "lar" ganhou uma dimensão figurativa, porque sentimental. A própria sabedoria popular manifesta esta ideia de cada vez que a memória oportunamente verbaliza a expressão "Lar doce lar!". Na verdade, a expressão associa ao lar do indivíduo a doçura, que não será física, mas alegórica.

Desta forma, lar será um espaço ameno e deleitoso, o que não corresponde ao ambiente vivido na casa do casal protagonista do romance. Acrescente-se que o termo *lar*, do latim, tem a sua raiz etimológica em *"«o Lar da família»"*, ou seja, *"«o deus da lareira, objeto de culto da casa* […] *a quem o pater familias oferecia* […] *sacrifícios em datas importantes do mês e em circunstâncias solenes»*" (Machado, 1977:386). Só em 1485, indica o mesmo autor, é que o vocábulo seria empregue pela primeira vez com o sentido de lareira (1977:386), o lugar em que se acenderia o lume, ou seja, o sítio que garantiria, pelo calor, o bem-estar de todos os que ocupassem a habitação. Já o termo "casa", deriva do latim *casa,* ou seja, *"cabana, choupana, choça; tenda de campanha; propriedade rural, pequena herdade»"* (1977:87), que comprovará que daí não surja registo de qualquer atribuição simbólica ou figurativa.

Mais uma vez, a explicação etimológica e a sentimental não se concertam com o local que serve de morada a Álvaro e Maria dos Prazeres, já que se percebe a frieza da relação entre ambos e que várias referências existentes que se possam associar a "calor" têm por base o Inferno, o qual, na tradição cristã, pouco ou nada de aprazível encerra. Ora, neste caso, casa dirá respeito, apenas, à construção material edificada, ao passo que lar remete para um outro tipo de construção, muito mais espiritual do que física, muito mais emocional do que corpórea, assente, não em alicerces de pedra, mas em fundações morais e sentimentais. O lar poderá ser, assim, o espaço da convivência salutar, da partilha, do cultivo dos princípios éticos, um abrigo contra as intempéries naturais externas, ou as internas, o espaço para onde se anseia regressar e se busca asilo ou aconchego. Todavia, mais uma vez, a residência dos Silvestre apresenta-se como um antónimo, pois a convivência é escassa e, quando ocorre, é patogénica, doentia, alimentada pelos insultos mútuos ou pela indiferença que lhes é natural.

Ademais, para Maria dos Prazeres Pessoa de Alva Sancho Silvestre, esta casa é a representação da perda: perda da sua dignidade individual e social, por casar com um homem que não ama e por este ser de um estatuto social inferior ao seu, e míngua de bens, porque o espaço fá-la recordar tudo aquilo de que a sua família havia forçosamente prescindido ao longo dos tempos pela necessária venda para angariar fundos de forma a sobreviver, já que a ruína havia entrado *"na casa de Alva"* e que *"dinheiro, terras, móveis"* foram *"levados pela voragem; lustres arrancados dos tetos […], velhas arcas de madeira olorosa e pesadas de belos linhos, reposteiros, cadeirinhas graciosas forradas a damasco, armários de talha",* quadros, pratas, joias e muito mais havia levado *"sumiço*" (2007:20). O narrador, nas primeiras páginas do romance, revela a seriedade e a vulgaridade da situação ao indicar que *"tinha-lhe* [a Maria dos Prazeres] *calhado em sorte o gebo que ali ia abatido no banco da charrete; sangue por dinheiro as casas de fidalgos na penúria amparavam-se em lavradores boçais e ricos, a sólidos comerciantes […] e os Alvas não fugiam à regra"* (2007:21). Álvaro não é nobre, nem de valores, nem de sangue.

Esta casa que Maria dos Prazeres habita faz tempo é, portanto, um lugar de memória. Tal como afirma Nora, *"[o]s lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações […] porque estas operações são naturais*" (Nora, 1993:13). Da listagem de arquivos que ordinariamente o indivíduo cria ao longo da vida, poder-se-ão inserir os quadros e os retratos de família. A sala da residência dos Silvestre apresenta diversos retratos que asseguram, precisamente, a memória. São fantasmas que assombram Álvaro e Maria dos Prazeres. A ele, porque revelam o presente, já que cada ancestral da sua esposa fá-lo rememorar a sua origem social inferior, como se expiassem cada passo e cada decisão sua, e a ela porque silenciam o seu passado familiar. Ora, *"a memória é vivida do interior"* e, por isso, *"tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas"* (1993:14). Na transição de uma casa para a outra, foi necessário -e era comum - que Maria dos Prazeres levasse consigo as suas raízes, materializadas em alguns bens, o que corresponde à *"constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar"* (1993:15). Caso fosse possível Maria dos Prazeres olvidar-se da sua origem, os quadros lembrá-la-iam.

Atitudes e gestos de respeito, ternura ou bondade são inexistentes na casa dos Silvestre. A incapacidade de cada elemento do casal consentir a presença do outro assume maior intensidade quando se encontram a sós, ao ponto da ofensa verbal constante e do desdém omnipresente, mesmo que silenciado, se transformarem em violência física. Constata-se a existência de um momento em particular em que o espaço físico acolhe a raiva dos personagens, tornando-se ele próprio vítima e alvo de ataque. O espaço não permanece impune. Ébrio e frustrado, num ataque momentâneo de intensidade furiosa, Álvaro *"[e]rgueu-se com dificuldade e apanhando pela sala tudo o que lhe veio à mão decidiu espatifar os retratos"*, agredindo-os com *"livros e garrafas nas trombas, copos e tinteiros nas fuças, jarras cinzeiros, lixaria nas ventas"* (2007:56, cap. XIII). Verifica-se, assim, que o espaço que poderia corresponder a um possível refúgio é transformado e destruído perante as investidas humanas, fruto da amargura e da revolta interior de cada um. Não deixa de ser curiosa a estratégia linguística utilizada, já que, num exercício de sinonímia, presente em "trombas", "ventas" e fuças", é facultada ao leitor a ideia de irreverência e, simultaneamente, do desdém que Álvaro sente pelos atingidos, já que qualquer um dos termos é comummente utilizado em sentido depreciativo. É notória a intolerância perante o outro. Se as atitudes de Maria dos Prazeres a revelam como sendo o líder meticuloso do relacionamento, a abelha-mestra, as de Álvaro mostram-no como um homem intempestivo e irrefletido, afogado nos seus ímpetos e nos seus remorsos, por vezes afogado no álcool.

Esta relação infértil não escapa aos olhares alheios. Jacinto e Clara percebem-no e comentam-no; tal como fora capaz de perceber esta situação de desigualdade de forças e de poderes entre os elementos da relação o dono do jornal, aquando da visita de Álvaro na sua tentativa de confissão pública. Nesse encontro, Maria impõe-se sobre ambos e se o marido deixa cair o chapéu, tropeçando e quase desfalecendo, o Medeiros gagueja, perante o cumprimento desta, e gela, reconhecendo-a como *"dura de roer"* (2007:17, cap. XIII).

O narrador heterodiegético apresenta duas personagens, marido e mulher, com complexidade significativa, cuja caracterização é ampliada pelas ações que executam ao longo dos capítulos. São personagens humanizadas, que o leitor aceita como credíveis e que consegue reconhecer enquanto consistentes e poderosas ao nível da conceção. Maria dos Prazeres não ama Álvaro. O casamento não passa de um acordo que assegure o futuro de ambos, como se de uma troca comercial se tratasse. Se um dos elementos obtém a estabilidade financeira de que carece, no caso de Maria dos Prazeres, o outro adquire o estatuto social que gerações familiares ambicionam. É um casamento arranjado, por iniciativa da família de ambos, o que se comprovaria facilmente mediante a leitura da seguinte passagem: *"e quando ela [Maria dos Prazeres] fez dezoito anos, o pai fidalgo, que era Pessoa, Alva e Sancho, descendente de um coudel-mor, de um guerreiro das Linhas de Elvas e primo do Bispo missionário de Cochim, negociou o casamento da filha com os Silvestres dos Montouro, lavradores e comerciantes"*. O pai de Maria tinha consciência de que se trocaria *"sangue por dinheiro"* e o pai de Álvaro consciência de que estaria a comprar *"fidalguia"* (2007:21, cap. IV); um jogo de interesses, portanto, de forma a satisfazer necessidades distintas, e, para todos os intervenientes, básicas, instintivas.

É frequente que Maria dos Prazeres se tranque no quarto impedindo que Álvaro, frequentemente embriagado, o invada. Todavia, se em algumas circunstâncias a porta trancada a protege, o que é certo é que o seu quarto é uma cela, dentro da prisão que é a sua casa. É reclusa, e está presa às convenções sociais, presa à necessidade física de sobreviver financeiramente, presa ao casamento católico que professou, presa ao marido que abomina e que lhe provoca repulsa; visível quando trata o marido por *"bêbedo"* ou quando compara as atitudes (e o discurso) deste às de um cocheiro, nitidamente de nível social inferior ao dela, como podemos inferir da leitura de *"-Havia em Alva um cocheiro que falava mais ou menos assim e certo dia meu pai não teve outro remédio senão chicoteá-lo"* (2007:56, cap. XIII), ou quando o narrador revela o pensamento de Maria no capítulo seguinte: *"Agora é o marido labrego e doentio, as bebedeiras, o desencanto"* (2007:61, cap. XIV), ou quando, ainda, no capítulo V, a bordo da charrete, Maria se questiona do seguinte: *"Meu Deus, este homem viscoso agarrado às saias, até quando?*", comparando-o a uma lapa no rochedo e revelando-o como *"cobarde"* (2007:23, cap. V). No seguimento do preconizado enquanto caraterísticas do neorrealismo, verifica-se, nestes e em outros exemplos, a recurso a uma linguagem popular e bastante coloquial.

A casa sufoca Maria dos Prazeres, sufoca-a ao ponto de algumas vezes, sucumbir ao peso da opressão e explodir tempestuosamente, como quando chicoteia a égua manca, no regresso da vila de Corgos. Durante a viagem, enquanto *"Álvaro resvalava pelo sonho"*, tombando sobre Maria, *"lavrava o incêndio dento dela"* e *"[e]rguendo-se, de repente"* e *"afastando o xaile e a manta de viagem"*, *"arranc[a] o chicote das mãos do ruivo e uma vez, duas vezes, uma dúzia, malhou no lombo da égua até poder"* (2007:29, cap. VI). A união informal da humilde empregada e do jovem cocheiro, apaixonados, representará a liberdade, patente nas frases de Jacinto, no capítulo XVI, *"Saímos do Montouro. O mundo é grande e em toda a parte se vive."* ou em *"Há terra por aí fora que é um louvar ao céu."* ou, ainda, *"Não falta chão por esse mundo, à espera duma enxada."* (2007:71), enquanto ponderam uma fuga; no entanto, a união formal dos senhores lavradores do Montouro será sinónimo de cativeiro e limitação.

Após uma das habituais desavenças ocorridas dentro de casa, o leitor, no capítulo XIV, tem acesso ao quarto do casal - que é mais de Maria dos Prazeres do que de Álvaro -, através da descrição elaborada pelo narrador. Maria (con)vive com a porta trancada. O quarto de cama *"era espaçoso"* e ela *"[c]arregara-o de móveis para lhe dar algum conforto"*. Pelo uso da adversativa, *"mas"*, presente no primeiro parágrafo do capítulo em questão, percebe-se que *"a mobília de castanho, o lustre maciço de madeira, a mesa de pau santo em frente da janela, as ramagens densas do papel que forrava as paredes de alto abaixo"* não haviam sido suficientes para *"alcança[r] a intimidade que sonhara"* (2007:59, cap. XV). É confortável e refinado, mas não é familiar. Mediante o ponto de vista do narrador, temos acesso à frigidez do quarto. Neste, Maria dos Prazeres, sem prazer algum, sente-se desnudada e, mesmo coberta pelos seus lençóis e aconchegada pelos cobertores, é abalada pelo *"desagasalho do quarto"*, como se de um local inóspito se tratasse. Tentará esta, futuramente, indica o narrador, dotar o quarto de maior familiaridade, pelo alívio do espaço através de uma remodelação, optando pela simplicidade e pelas cores claras. Preferirá, pois, o oposto ao que já existia. Sabemo-lo pelo vocabulário empregue, já que o narrador utiliza o verbo «carregar» para revelar a forma como esta mulher havia decorado o quarto; faz uso do adjetivo "*maciço*", ao descrever o lustre, para sugerir a noção de peso, o que reforçará o verbo; e do adjetivo *"densas"*, ao retratar as ramagens, para fortalecer a ideia inicial transportada pelo verbo.

Sabemos, porém, pela própria personagem, que tal mudança de mobiliário é uma ideia ilusória com a qual se engana, *pois, "a ideia de trocar a mobília não passava dum devaneio, sem nenhuma esperança de voltar atrás"* (2007:60). Aliás, é o narrador, mais uma vez, quem revela que a *"casa, toda ela, gelava"* (2007:59). É também no quarto que se acentua a solidão que a faz "resvalar". Sozinha e isolada, Maria deixa-se perder nos seus pensamentos. Ora, naquela *"espécie do sonho lúcido"* que já seria habitual, como sugere a construção frásica e, especialmente o pretérito imperfeito, *"em que ficava horas acordada" (2007:60)*, sonha acordada com o cunhado e com o cocheiro, consciente de que são *"indecências"* (2007:61). No quarto, prefere estar desacompanhada, mas o recolhimento dá azo a que *"as secretas paixões de Maria dos Prazeres*

que, por sua vez, amava longinquamente Leopoldino, o irmão de Álvaro que havia emigrado para a África e de quem recebia algumas esparsas cartas, as últimas anunciando o seu retorno à metrópole" (2013:III) a assolem, para ser, apenas, despertada pelo bater à porta, insistente, por parte do marido.

Maria dos Prazeres é, assim, a encarnação das mulheres insatisfeitas com os seus matrimónios, aprisionada pelas convenções sociais de um Portugal conservador, embora esta seja uma realidade universal. Na obra *Memorial do Convento*, conseguimos encontrar uma correspondência curiosa. Também a rainha Dona Maria Ana Josefa, nos seus aposentos privativos, sonha com o seu cunhado Francisco e se recrimina por fazê-lo, ao ponto de ter vergonha de o confessar. São-nos apresentadas duas mulheres, de linhagem, agarradas a um casamento convencional, que serve os seus propósitos sociais, mas no qual falta amor ou o companheirismo de que uma relação se alimentaria. O micro-espaço seguro de ambas, limitado às dimensões de um quarto, gera a possibilidade de evasão passageira, mas não isenta de culpa. De forma a facilitar uma mais nítida visualização do espaço, o narrador faculta determinadas informações cruciais. Destaca a noção de delimitação espacial, marcada pela referência às paredes e à porta trancada, e executa a apresentação de informações que contribuem para uma aproximação à realidade. O leitor tem, assim, acesso ao revestimento das paredes; à forma como os móveis e os restantes objetos decorativos ou utilitários estão dispersos e a respetiva composição destes; à posição quanto aos pontos cardeais que o quarto ocupa; e aos sentimentos que imprime (e permite ao) no personagem feminino.

Pelo contrário, neste mesmo capítulo, um dos espaços mais emblemáticos da residência, o *"escritório do marido, na sala de jantar",* é apresentado como sendo possuidor de *"um mínimo de aconchego"*. Todavia, este aconchego não é conseguido pelas relações humanas que se estabelecem no espaço, mas sim *"à custa de tapetes e móveis"* (2007:59). Já antes, todavia, a existência e a importância da *"sala grande que* […] *servia de escritório"* é registada pelo narrador ao dedicar-lhe a sua atenção e ao conduzir o leitor através da exposição das dimensões do espaço, do mobiliário, dos adereços, da luminosidade, do pavimento, das ações que lá ocorrem e da sua utilidade, pessoal e social.

Atente-se, por exemplo, no capítulo XI, no qual o narrador expõe as sombras que habitam e inundam os corredores, a casa e a vida dos que a habitam, como se a própria sombra tivesse vida própria e fosse uma personagem metafísica, que não de carne e osso. O animismo empregue dota-a de importância e o narrador revela que *"[a] chama da vela batia nas paredes do corredor, a sombra que as cobria era acossada para o teto, e então despenhava-se do alto, caía-lhe nos ombros, esmagava-os"* (2007:48, cap. XI). Verifica-se por parte do autor um gosto particular em registar momentos que ocorram, na residência, durante as horas menos luminosas do dia e que possam ser possibilitadoras da ocorrência de sombras, como é o caso da noite, do serão, ou, até, *"[d]o primeiro alvor da madrugada"*, visto da janela do escritório que se reduz a ser *"um começo de luz apenas, ainda por fixar no contorno do mundo"*. Apenas quando *"clare[ava] um pouco mais, a lufada de sombra varria a cinza da janela"* (2007:63, cap. XV). Sombra e luz são, assim, um par antagónico; coexistem e envolvem a vida do casal, dando lugar, frequentes vezes, à cinza.

A "*sala de lareira, espaçosa, mas atravancada de grandes móveis de nogueira, mantas de lã, grossas e discretas"* (2007:31, cap. VII) acolhe os elementos necessários para representar bem-estar financeiro e comodidade e, em alguns serões, enche-se de convidados que dialogam de trivialidades ou da vida alheia, enquanto ecoam no ar, tantas vezes, os provérbios agourentos e vaticinosos de D. Violante. O piano, as estantes com livros e a garrafeira, de onde Álvaro vai sorvendo o brandy e o porto, a cadeira de verga com os seus almofadões, a *"mesinha holandesa que viera do palacete de Alva",* considerada por Álvaro como uma ninharia, *"meia dúzia de retratos a óleo (restos da galeria dos avós* [da família de Maria dos Prazeres]) *e um velho elmo"* (2007:33, cap. VIII) ocupam o seu lugar no compartimento central da casa. É um conforto ilusório e passageiro este que o narrador nos dá a entender.

A chegada de Maria dos Prazeres à casa de família de Álvaro, por via do casamento, traria, a seu tempo, mudanças na organização e composição do espaço. Tais alterações acabariam por não ser benéficas para Álvaro pois este reconhece, no capítulo XXVII, a necessidade de ir a Corgos, comprar um divã, pelo facto de *"não haver [naquela] casa uma enxerga disponível, uma tarimba que seja, onde estender as pernas à vontade"*. Esta necessidade que sente evidencia, mais uma vez, uma situação constrangedora e duradoura: raras serão as vezes em que Álvaro partilhará o leito com a esposa. A casa acentuará, portanto, as divergências, as clivagens, a separação entre ambos. Após a morte do sogro, Maria dos Prazeres decidira imprimir mudanças no espaço e *"[a]inda o velho Silvestre não esfriara bem, já ela tinha decidido mobilar tudo de novo"* (2007:107, cap. XXVII). Estaria Maria com necessidade de tornar o espaço em algo pessoal? Ou estaria Maria a evidenciar hábitos de mulher acostumada ao luxo e à ostentação que a sua linhagem providenciara? Essas alterações, e outras que enceta, como a do seu quarto ou a do quarto de hóspedes que a casa possui, estão sobre o seu domínio. Maria controla a casa e aprisiona-se no seu quarto. Álvaro, por sua vez, está confinado à sala-escritório que é, simultaneamente, o seu habitual quarto de cama, onde se deita, cobrindo-se com a sua samarra e o *"lento resmoer do medo e do remorso"* (2007:109, cap. XXVII), encharcado em álcool ou vómito. O narrador descreve o espaço com simplicidade, mas não com objetividade.

No capítulo XXXI, o povo, mais curioso do que furioso, invade o pátio da residência dos Silvestre. Dominadora, Maria dos Prazeres enfrenta a multidão e o regedor. No entanto, após escorraçá-los com autoridade e pujança daquilo que é o seu domínio, uma pedra, atirada por um anónimo, parte umas vidraças da casa, deixando Álvaro, que passivo se mantinha olhando a *"maré escura"* que *"refluía"* da janela do escritório, em sobressalto. Neste capítulo, verifica-se que Álvaro sente certa admiração pela esposa, ou, pelo menos, pela capacidade que esta tem de enfrentar os problemas. Se o narrador coloca em destaque os seus *"brados imperiosos"*, Álvaro declara *"-Que mulher, santo Deus."*, e reconhece que é graças a esta que *"a paz voltava"*.

No escritório, Álvaro consegue encontrar um pouco de bem-estar e admite que o *"meiple do escritório*", que tantas vezes já o havia recebido, *"não é assim tão desconfortável"* (2007:120, cap. XXXI). De facto, enterrar-se no *meiple* é mais seguro e cómodo do que enfrentar a população ou as preocupações e as lembranças a que a rotina obriga, ou, inclusive, a própria esposa em outras circunstâncias. A casa, porém, esta, está já violada, escancarada pela entrada sem convite do regedor em busca de provas que pudessem esclarecer a morte do cocheiro, e pelas vidraças partidas pela pedra arremessada. Tal como em algumas civilizações se apedrejaria um pecador ou criminoso, também Álvaro e, por osmose, Maria dos Prazeres são apedrejados simbolicamente. Em breve estariam expostos, já que *"[n]a manhã seguinte com o largo da aldeia coalhado*

de povo, os comentários fervilhavam", pois havia *"[g]rande novidade: Álvaro Silvestre é que dera a notícia do namoro ao cego, do namoro e do resto porque o ruivo e a rapariga, enfim, tinham-se adiantado* […]" (2007:130, cap. XXXV).

As janelas, embora existam, não oferecem liberdade, nem sequer a ideia de descerramento. No capítulo XI, a título de exemplo, Álvaro abre uma janela com dificuldade e, embriagado, debruça-se com esforço no peitoril (2007:50, cap. XI), apenas para que possa dar espaço ao vómito e ao ar; no capítulo XXVII, a existência de uma janela serve, novamente, um propósito negativo, pois *"um raio de sol, fugindo às nuvens da manhã, ardeu por acaso mos vidros da janela e a picada luminosa entrou-lhe* [a Álvaro] *pelos olhos, encandeou-o"* (2007:109, cap. XXVII), indiciando que a realidade exterior possa ferir. Outro exemplo, e bastante mais esclarecedor, ocorre no capítulo XXVII. Amedrontado e atormentado pelo *"tumulto"* que escutara *"lá para o fundo da aldeia"* (2007:111, cap. XXVIII) e pelo aproximar-se da multidão, *"alcanç[a] a janela e aferrolh[oa] as portadas"* (2007:112, cap. XXVIII). Mais uma vez, é notória a ideia de cativeiro e da residência ser um calabouço.

Verifica-se a ocorrência, ao longo da obra, de um conjunto de vocábulos que se repetem ou que estão relacionados entre si, como se fizessem parte da vivência dos personagens e das preocupações destes. São vários os campos lexicais[173] que se formam e que contribuem para descrição do espaço, do tempo, das ações ou dos próprios personagens. Assim, por exemplo, através de um levantamento ilustrativo daquelas que consideramos as ocorrências mais significativos, o vocábulo «sombra» surge em capítulos tão distintos como o IV, o XI; o XV; o XXI e o XXXIV e, geralmente associado ao «silêncio» (III; XXVII e XXVIII) ou à solidão (XXVII). Se considerarmos «religião», enquanto campo lexical, evitando as referências ao padre Abel, e tendo em conta o catolicismo professado pelos personagens principais, conseguimos apresentar outras palavras e expressões que digam respeito ao mesmo domínio da realidade, como é o caso de «morte» e «mortos», nos capítulos X; XI; XIII, XV; «podres» e «apodrecer», nos capítulos I e XVII; «jazigo», nos XI e XXVIII; «eternidade», no capítulo VI; «diabo» e «Demónio», nos capítulos II e XXII; «inferno», nos capítulos V; X; XVIII; XX; XXXV; «cova», no capítulo XXIV; «fim do mundo», no capítulo XXIV; «fogo», «lume»; «chamas» e «ardeu», nos capítulos V; XIII; XX, XXII; XXIV; XXVII XXXIV; XXXV; «cinzas», nos capítulos XIII e XV; e ainda «fardo», no VI; «penitência», no V; «sentença», no V; «confissão», nos II, III e XXIX e «remorso», nos capítulos III; XVIII; XXVIII. Se tivermos em conta o campo «clima» ou «condições climatéricas», surgem vocábulos como «tempestade», no capítulo XXIV; «relâmpagos», nos capítulos XXII e XXIII e «trovoada», no capítulo XXVIII, que surgem no processo de assassínio de Jacinto e horas que lhe sucedem, sendo que, no capítulo I há já referência ao aspeto tempestuoso do dia e que, ao longo de toda a obra, e desde o início, são comuns as referências ao vento, à chuva e à lama. Assim, os campos lexicais contribuem sobremaneira para a criação de um determinado arquétipo no que diz respeito às diversas categorias da narrativa supramencionados, sendo os campos apresentados, regra geral, de índole assaz negativa.

O casamento não passa de uma farsa, um jogo de interesses e de aparências que a casa alberga, mas que é desconstruído e revelado, também, nos espaços alheios à residência. O ninho de amor do "ruivo" e de Clara é profundamente simbólico e opõe-se, com nitidez, à residência dos Silvestre. O palheiro é o seu abrigo, o espaço privilegiado para as confissões e para a partilha de afeto descomprometida. É o local onde nascem os sonhos e se constroem projetos futuros, escapando à opressão de opiniões alheias e convenções sociais. É o amor e a fantasia que comandam a realidade de ambos. Será natural estabelecer um paralelismo entre a situação e o respetivo cenário e a história bíblica de Jesus, Maria e José. Está Clara grávida e assim o estava Maria. À chegada ao espaço do recolhimento seguro, eram dois os elementos da família da natividade, tal como acontece com Clara e Jacinto, que ambicionam constituir família. Tanto os personagens bíblicos presentes nos versículos de *Marcos* e *Lucas* como os de *Uma Abelha na Chuva*, Jacinto e Clara, encontram-se num estábulo, rodeados de animais da quinta e o narrador, nesta última obra, não evita mencionar que *"[e]nvolvia-os o calor do gado: a vaca, o jumento",* como companhia, e que *"[d]a meia obscuridade vinha o resfolegar sereno dos animais"* (2007:69, cap. XVI), reiterado em *"Um último frémito de sono sacudia os bichos. A vaca e o jumento acordavam […]"* (2007:71). Podemos, deste modo, afirmar, então, que o estábulo facilita a tranquilidade, o aconchego e o afeto que a casa dos Silvestre não é capaz de oferecer. Simbolicamente, a sua relação é o natural mel que a abelha produziria, ou seja, *"a doçura, a perfeição apoiada no tempo […] e isto porque, como anteriormente vimos, tanto a gravidez de Clara como os projetos de ambos e até o envolvimento espacial em que estes últimos são considerados apontam para um futuro de otimismo"* (1980:98).

Como pudemos evidenciar, ainda que de forma breve, o espaço desempenha um papel relevante na obra e configura a relação que se estabelece entre o casal principal do romance, Álvaro e Maria dos Prazeres, os *"senhores da casa, perdidos em ódios cada vez mais recalcados"* (2013:III). Os móveis carregados de solidão são antitéticos ao conceito de comodidade, física ou incorpórea, pois *"[c]onforto é a condição de bem-estar relativa às necessidades do indivíduo e sua inserção no ambiente imediato"* que *"[e]nvolve não somente a eleição de critérios térmico, acústico, visual ou ainda químico, mas também o acréscimo de emoção e prazer, atribuindo-lhe um caráter holístico, já que o ambiente construído é um anteparo existencial, sendo abrigo para o corpo e para a alma"* (Bestetti, 2014:602-603).

Revela a *Bíblia* que "É com a sabedoria que se edifica a casa e consolida-se com prudência" (*Provérbios*, 24:3, 1984:836); contudo, verifica-se que sabedoria e prudência, a primeira enquanto dom do Espírito Santo e a segunda enquanto virtude cardinal, não habitam o espírito do fervoroso católico lavrador, ou seja, de Álvaro, aquele que anseia pela confissão e que vive atormentado pelo remorso, mas que, em simultâneo e a contrassenso, contribui para a morte, mesmo que indiretamente, de Jacinto e de Clara. Ora, assim sendo, se fisicamente a casa está edificada, simbolicamente encontrar-se-á em ruínas, tão ou mais arruinada do que estaria a ilustre e aristocrática família de Maria dos Prazeres.

A obra apresenta, sob fina ironia, a realidade de um país constituído por indivíduos conservadores, devotos e moralistas, mas falsamente íntegros. Há-os honestos, claro, e os que apresentam virtudes e seriedade, mas esses não ocupam um lugar de destaque na obra, não correspondem à listagem de personagens principais e são, isso sim, vítimas das ações e das decisões implacáveis, ordinariamente intempestivas e irrefletidas, de uns ou de outros. A obra é *"sobre gentes tão pobres e perdidas como as suas rurais paisagens da Gândara constantemente encravadas na sua* [de Carlos de Oliveira] *poesia, contos, crónicas e romances singulares:*

[173] A frequência de alguns dos vocábulos apresentados é maior do que a enunciada. Por uma questão de economia cingimo-nos às que consideramos mais pertinentes no contexto do trabalho desenvolvido.

fim do mundo, finisterra, era mesmo esse Portugal de ancien régime que todos fomos pensando (talvez com exagerado otimismo" (2013:II), mas cuja intenção e intensidade extravasam os limites da obra, pois o autor imprime-lhe um alto valor documental e social, pela defesa do oprimido, pelo ataque às classes opressoras.

Publicada em 1953, e no seguimento da tradição neorrealista, Carlos de Oliveira coloca em evidência as injustiças sociais, num período marcado pela ditadura militar de Salazar e pelo pós-guerra mundial, adequando a ação ao tempo de escrita e respetivo espaço da sua criação. Álvaro e Maria dos Prazeres corporalizam a injustiça e a sua casa é a colmeia infecunda de onde brota a maldade e a opressão. É a residência do fel, não do mel. Como o próprio Álvaro admite, numa das várias manhãs de incomunicação e exílio, *"[a] solidão carregava os móveis, o ar, a luz de um segundo sentido"* (2007:109, cap. XXVII).

Afirmaria Carlos Reis que a obra se apresenta *"dominada por um conjunto de recursos técnico-narrativos relativamente complexos"*, que em muito contribuem para a apresentação e descrição dos espaços, na sua componente material e alegórica, salientando, todavia, que esta "[se] *insere num movimento literário (o Neorrealismo) em cujo devir e transformação participa de forma muito ativa"* (1980:7).

Porém, será pertinente, neste momento, evidenciar que *Uma Abelha na Chuva* representa um aperfeiçoamento, uma transformação, uma variação, mesmo que mínima, na produção literária do autor, já que *"sem renegar a informação ideológica subjacente ao Neorrealismo", este* iniciaria uma *"depuração" que "acabaria por derivar de uma atitude em princípio arredada (pelo menos em teoria) das intenções neorrealistas"* e que resultaria na *"atenção sistemática em relação aos recursos técnico-formais que servem a mensagem literária"* (1980:19).

Uma Abelha na Chuva, mais do que representar um determinado movimento literário ou, melhor dizendo, artístico, terá sido uma manifestação de força e o assumir de uma posição coordenada, individual e coletiva, nacional e transnacional, alimentada pela preocupação verbalizada por aquele que é dominado, imerso em padecimentos vários na luta incessante pela sobrevivência. A exploração e a disparidade entre classes e, portanto, a consequente diferença de oportunidades, é evidenciada individualmente. No entanto, a representatividade dos indivíduos é significativa e é possibilitada ao leitor uma leitura abrangente da sociedade, pela inferência do coletivo.

Retomamos, assim, as ideias que serviriam de base a esta abordagem breve e aparentemente subjetiva, pois um espaço não está confinado à sua componente física, nem se extingue nos limites mesuráveis e visíveis. A residência dos Silvestre, por sua vez, é, apenas, uma casa, revestida de materialidade transitória, efémera. Não é, nem nunca foi, um lar. O edifício residência do casal protagonista, tal como a obra no seu todo, adquire este "segundo sentido", como aquele que o próprio Álvaro Silvestre atribuiria à solidão que o dominava e que infetava no espaço. Asseverou Reis que *"o Neorrealismo português nutriu-se de coordenadas históricas e sociais que, de um modo ou de outro, solicitaram a sua atenção"* e que, portanto, *"não poder[iam] ser ignorados, como elementos motores de uma prática literária empenhada, fenómenos como a crise económica dos anos vinte, a instauração (sobretudo na Itália, na Alemanha, na Espanha, e, obviamente, em Portugal) de regimes de feição totalitária"* e o *"deflagrar da segunda guerra mundial"* (1980:9). Questionaríamos, pois, se esta casa não seria uma ilustração fidedigna de algum dos países enunciados – ou de todos - por Carlos Reis, atingindo uma amplitude assinalável e que ultrapassaria fronteiras pátrias.

Bibliografia:

AAVV, Bíblia Sagrada, Provérbios, Lisboa, Difusora Bíblica, 11ª edição, 1984.
ANDRADE, João Pedro de, Ambições e limites do Neorrealismo Português, Introdução de Ernesto Rodrigues, Editora Acontecimento, 2002.
BESTETTI, Maria Luísa Trindade, "Ambiência: espaço físico e comportamento", in Artigos Temáticos – Ambiência, Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, 2014, pp. 601-610.
CRUZEIRO, Celso, "Alves Redol e Alguns Problemas do Neorrealismo Português", Vértice, n. 322/3, novº / dezº, 1970.
FAGUNDES, Francisco Cota – "Tese e simbolismo em Uma abelha na chuva", Colóquio/Letras, nº 58, novembro, 1980, pp. 20-28.
GOMES, Aline Rodrigues – "Uma abelha na chuva: uma colmeia portuguesa sob o império de duas rainhas" (cap. 4º da Dissertação de mestrado com o título Carlos de Oliveira: nas ruínas da liberdade. Alguns retratos do neorrealismo em "Casa na duna" e "Uma abelha na chuva"). www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13076/13076_5.PDF
MACHADO, José Pedro, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª edição, 2º e 3º vol., 1977.
MITTERAND, Henri, "A questão do realismo", in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira – Atlas das Literaturas, Santarém, Página Editora, 2000.
NORA, Pierre, "Entre memória e história - A problemática dos lugares", Trad. Yara Aun Khoury, São Paulo, Projeto História, n. 10, dezembro, 1993.
OLIVEIRA, Carlos de, Uma abelha na chuva, Lisboa, Assírio e Alvim, 2007.
PETROV, Petar – Escritas neorrealistas: Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos. (Comunicação apresentada ao colóquio Diálogos com a Lusofonia, Universidade de Varsóvia, 2007).
REIS, Carlos, Introdução à leitura de Uma Abelha na Chuva, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.
REIS, Carlos, "O conhecimento da literatura", in Introdução aos estudos literários, Coimbra, Almedina, 1995, pp. 435-452.
SOUSA, Ivo Carneiro de, Coordenação, "Carlos de Oliveira: da Casa na duna a Uma abelha na chuva", in Lusofonias, n. 19, novembro, 2013 (www.jtm.com.mo/record/2013/11Nov/11-11-2013%20-%20Lusofonias.pdf).
TEIXEIRA, Ramiro, Neorrealismo, Alves Redol e seus reflexos, Porto, Grupo Desportivo dos Empregados do Banco Borges e Irmão, 1981.
TORRES, Alexandre Pinheiro, O Neorrealismo literário português, Moraes, 1977.

13. ROLF KEMMLER, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, UTAD VILA REAL – ALEMANHA,

TEMA 3.4 SÃO MIGUEL E OS SEUS HABITANTES EM *THE AZORES OR WESTERN ISLANDS* (1886) DE WALTER FREDERICK WALKER[174] ROLF KEMMLER (VILA REAL) *

1 Introdução

No ano de 1886, um súbdito britânico chamado *Walter Frederick Walker* publicou a sua obra de VIII, 335 páginas sob o título tão extenso quanto prometedor *The Azores or Western Islands: A political, commercial and geographical account, containing what is historically known of these islands, and descriptive of their scenery, inhabitants, and natural productions* [...].

Com doze gravuras e seis «Island Melodies», nas quais o texto vem acompanhado pela respetiva partitura, o autor oferece um grande leque de observações bem fundamentadas sobre o arquipélago e sobretudo a ilha de São Miguel, por vezes complementadas por informações baseadas em fontes secundárias identificadas. Tentaremos identificar as observações relevantes no livro em que o autor se pronuncia sobre São Miguel e os seus habitantes.

2 O autor

Até agora não se sabia nada mais sobre Walter Frederick Walker exceto do que consta da informação no rosto da sua obra, nomeadamente que era «Fellow of the Royal Geographical Society; Member of the Society of Arts; Member of the Society of Biblical Archaeology; Corresponding Member of the Geographical Society of Lisbon».

Com base em documentação previamente inédita, conseguimos averiguar que Walter Frederick Walker nasceu no dia 21 de janeiro de 1846 em Ponta Delgada como penúltimo dos doze filhos do médico cirurgião britânico Sanderson Walker (1790-1860)[175] e da sua mulher Emma Henrietta Walker (em solteira Popplewell; 1806-1851).[176]

Assim, a seguir ao florentino Manuel Borges de Freitas Henriques (1826-1873), que brindou o público americano com a obra *A trip to the Azores or Western Islands* (1867), Walker foi o segundo dos nossos autores a ter nascido no arquipélago. Parece evidente que a residência em São Miguel, bem como o convívio com a sociedade ponta-delgadense da época terá permitido ao nosso autor oferecer uma perceção diferente da dos restantes autores que se supõe mais profunda e mais intimista. Não sabemos quando Walker regressou definitivamente à Inglaterra e se terá sido lá que conseguiu a formação académica de que parece ter usufruído. Como ele documenta conhecimento pessoal dos grandes vultos micaelenses da época, impõe-se a noção que poderá ter regressado ao arquipélago como adulto, apresar de ser órfão desde a morte da mãe em 1851 e do pai em 1860.

No dia 24 de outubro de 1889, Walker casou na igreja paroquial de Clapham (Surrey; que hoje pertence a cidade de Londres) com Frances Anne Mac Donnell (1862-1943), filha do advogado londrino Randal MacDonnell (1889, October 24). Com os dois filhos, Frances Louisa (1890-1971) e Frederick Benjamin Goddard (1903-1930), o casal inicialmente residia em '7 Clapham Common, Northside' em Clapham desde 1891 (hoje Londres; 1891: 226, s. d.; 1894: 263, s. d. 1896, s. d.: 293; 1909, s. d.: 442; 1910, s. d.: 449), passando, desde 1911, a residir na paróquia de St Peter Intra na cidade de Broadstairs que se encontra na então ilha *Isle of Thanet*, no condado de Kent (p. 1911, s. d.: 331).

Walter Frederick Walter faleceu em Broadstairs na ilha Thanet no dia 17 de janeiro de 1924. No que respeita à atividade profissional de Walker, as únicas referências que temos encontram-se os assentos de registo paroquial. Assim, no seu próprio assento de casamento, Walker é identificado como comerciante 'Merchant' (1889, October 24: 41), ao passo que na altura do casamento da filha é chamado 'manager (retired)', ou seja, gerente reformado (1912, April 12: 117). Não temos informações sobre na natureza da atividade comercial que Walker exercia, mas parece pertinente supor que possa ter sido qualquer coisa relacionada com o comércio açoriano-britânico. Sabemos que foi eleito sócio da *Royal Geographical Society* (1830) no dia 22 de junho de 1874 (*PRGSL* 1874: 487) e da *Society of Biblical Archaeology (1870) no dia 7 de fevereiro de 1882 (PSBA* 1882*: 57).* Não sabemos, porém, quando Walker terá ficado sócio da *Royal Society of Arts (1754) e da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875).*

Com o título aparentemente barroco The Azores or Western Islands: A political, commercial and geographical account, containing what is historically known of these islands, and descriptive of their scenery, inhabitants, and natural productions; having special reference to the eastern group consisting of St. Michael and St. Mary, the Formigas and Dollabaret Rocks; including suggestions to travellers and invalids who may resort to the archipelago in search of health, a obra foi editada pela casa editora, Trübner & Co., fundada em 1851 e então sediada em Ludgate Hill, no centro de Londres.[177]

---

[174] Os nossos agradecimentos especiais cabem à historiadora Beatrice Burst (Gomaringen) que nos facultou valiosas informações baseadas em fontes, cuja consulta direta não nos foi possível.

[175] Ao longo das observações que lhe tece, Rodrigues (2003: 110) escreve 'Sonderson Walker' para além disso, o historiógrafo micaelense equivoca-se nas datas, pois refere na nota de rodapé que Walker « [...] já estava em S. Miguel em 1920 e faleceu em 1960. A 30 de Junho de 1927 tomou posse, perante a Câmara, de médico de saúde, na qualidade de procurador do Dr. José Caetano Vaz». Parece evidente que devemos aqui substituir as datas por 1820, 1860 e 1827.

[176] Embora com algum atraso, é da seguinte maneira que a revista *The Oriental Herald and Colonial Review* noticia o casamento dos pais do nosso autor sob a rubrica de «ST. MICHAELS»:

«*Marriage*. – Jan. 2d. By H. B. M. Consul General of the Azores, Dr. Sanderson Walker, F.R.C.P., to Emma, third daughter of Capt. J. Popplewell» (*OHCR* 1824: 382). Na verdade, Emma era a filha de Thomas Popplewell (1764-1830), então capitão de mar na marinha britânica (veja-se Marshall IV/1: 132).

[177] A editora foi fundada em parceria pelo alemão Johann Nicolaus Trübner (1817-1884) e o livreiro inglês David Nutt (1810-1863). Depois da morte de Nutt, Trübner adquiriu a quota do sócio e continuou na gerência até à sua morte. Depois do óbito do fundador, a editora continuou até 1889 na gerência dos sócios sobreviventes que então a venderam a outra empresa.

Impressa pela tipografia «Lake Brothers» em Londres, a obra de Walker tem um total de viii, 335 páginas numeradas, sendo dividido em 14 capítulos. Ao lado das doze gravuras que aparecem ao longo do texto, merecem destaque as seis «Island Melodies» no fim da obra, pois encontramos não somente os textos, mas também as respetivas partituras.na casa editora, Trübner & Co., fundada em 1851 e então sediada em Ludgate Hill, no centro de Londres.[178] Impressa pela tipografia «Lake Brothers» em Londres, a obra de Walker tem um total de viii, 335 páginas numeradas. Ao lado das *doze gravuras que aparecem ao longo do texto, merecem destaque as seis «Island Melodies» no fim da obra, pois encontramos não somente os textos, mas também as respetivas partituras.* Existe uma tradução portuguesa, levada a cabo pelo professor micaelense João Hickling Anglin (1894-1975). Foi sob o título «*Os Açores ou Ilhas Ocidentais*» que a tradução foi publicada nos números 22 a 26 da revista *Insulana* (1965-1970), ocupando na sua totalidade nada menos de 320 páginas.

3 Walter Frederick Walker e São Miguel

Como vimos, o livro The Azores or Western Islands de Walter Frederick Walker constitui efetivamente a única publicação conhecida do nosso autor, que assim se estreou aos 40 anos de idade. É da seguinte maneira que Weeks explica a génese do seu contributo para a literatura de viagens anglófona sobre o arquipélago açoriano:

PREFACE.

Les longs ouvrages me font peur:
Loin d'epuiser une matière,
On n'en doit prendre que la fleur.
La Fontaine.

THIS little work, devoid of any scientific or literary merit, has been penned solely in the hope that it may prove useful to those contemplating a visit to the Western Archipelago, and especially St. Michael, the "Insula bella" of the group, for it is now 44 years since Bullar's"Winter in the Azores, and Summer at the Baths of the Furnas "[179] – the last work in our language purely descriptive of these delightful islands, first appeared, and many changes have taken place in the intervening time, even in that land of slow progress.

I have endeavoured to adhere, as closely as possible, to the salutary precept laid down by La Fontaine, and to fill these pages with such matter only as an intending visitor might seek to learn. For much of the information herein given, relating to the early history of the islands, I am indebted to the laborious compilation ("Archivo dos Azores") of the learned Dr Ernesto do Canto, and to the ably written "Observações sobre o Povo Michaelense" of Senor Arruda Furtado. I must also express my deep obligation to my talented friend, the Baron Das Laranjeiras, for the two excellent and faithful drawings he kindly made for me, and which I present exactly as received from him. I have, lastly, to thank the Proprietors of the "Graphic" for the illustrations taken from photographs they have permitted me to reproduce.

I can only add that, independent of the many objects of interest to the scientific and the curious which these islands present, they possess many attractions to certain classes of invalids, from the mildness and salubrity of the climate. Situated, as they are, in mid-ocean, they enjoy an even temperature, such as is vainly sought in the constant and capricious changes of our treacherous northern isle. I have, in the course of this work, sufficiently indicated the conditions of climate which prevail, and pointed out such as render the islands unfavourable for the cure of some of the "ills which human flesh is heir to". Whatever labour I have bestowed on the following pages, I shall consider well repaid if their perusal shall diffuse a more perfect knowledge of the islands among the travelling community, and at the same time afford a guide to the restoration of that inestimable blessing – health.

LONDON, 1886 (WALKER 1886: [III]-IV).

O prefácio começa com três versos que o autor atribui ao fabulista francês Jean de La Fontaine (1621-1695). Trata-se de três dos primeiros quatro versos do epílogo do «Livre VI»:

ÉPILOGUE.
Bornons ici cette carrière:
Les longs ouvrages me font peur.
Loin d'épuiser une matière,
On n'en doit prendre que la fleur.
Il s'en va temps que je reprenne
Un peu de forces et d'haleine

[178] A editora foi fundada em parceria pelo alemão Johann Nicolaus Trübner (1817-1884) e o livreiro inglês David Nutt (1810-1863). Depois da morte de Nutt, Trübner adquiriu a quota do sócio e continuou na gerência até à sua morte. Depois do óbito do fundador, a editora continuou até 1889 na gerência dos sócios sobreviventes que então a venderam a outra empresa.

[179] Nota de rodapé * em Walker (1886: [iii]): «In 1870 a valuable work on the "Natural History of the Azores,'' by F. du Cane Godman, was published by Van Voorst, and in the May number of "Fraser", 1878, a very able and accurate account of the islands appeared from the pen of R. M. D.».

Pour fournir à d'autres projets.
Amour, ce tyran de ma vie,
Veut que je change de sujets:
Il faut contenter son envie.
Retournons à Psyché. Damon, vous m'exhortez
A peindre ses malheurs et ses félicités:
J'y consens; peut-être ma veine
En sa faveur s'échauffera.
Heureux si ce travail est la dernière peine
Que son époux me causera!
(La Fontaine 1825, I: 237).

Neste paratexto rimado, o poeta afirma ter terminado a obra sobretudo para poder dedicar-se a outros projetos e outras atividades. Assim, o tema do pavor das obras volumosas, para além de ser uma retoma recorrente da literatura clássica, constitui uma citação bastante recortada que serve para justificar o volume reduzido da obra. Neste sentido, Walker deixa claro que pretende, antes de mais nada, oferecer um guia descritivo que deverá, em primeiro lugar, apresentar a mais bela ilha do arquipélago, a sua ilha natal. Neste âmbito, faz referência explícita às obras precursoras *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas de Bullar / Bullar (1841) e Natural History of the Azores or Western Islands* de *Godman (1870), bem como o artigo semianónimo de R. M. D. (1878), todas elas pertencentes à literatura de viagens (cf. Kemmler 2014, 2015, no prelo). Como fontes açorianas, Walker refere o opúsculo Materiaes para o estudo anthropologico dos povos acorianos: Observacões sobre o povo michaelense* (cf. Furtado 1884) de Francisco de Arruda Furtado (1854-1887), bem como a famosa revista *Archivo dos Açores: Publicação periodica destinada á vulgarisação dos elementos indispensaveis para todos os ramos da historia açoriana* (1878-1892), editada por Ernesto do Canto (1831-1900).[180]

Para além disso, Walker faz questão de agradecer ao amigo Duarte Borges de Medeiros da Costa Araujo e Albuquerque, 3.º Barão das Laranjeiras (1851-1899), por lhe ter feito as duas gravuras (assinadas pelo próprio), nomeadamente «Tulhas or Toldas de Milho» (Walker 1886: 103) e «"Imperio do Espirito Santo", or Whitsuntide Celebrations» (Walker 1886: 117).

A obra de Walker, que começa com um «Introductory Chapter» (com as informações mais essenciais do ponto de vista geográfico, histórico e sobre os meios de transporte), é composta de 14 capítulos. Sendo verdade que o nosso autor sempre dá preferência a pitadas de informações históricas e naturalistas ao longo da obra, nos primeiros três capítulos dedica-se inteiramente a uma apresentação da história dos Açores, desde o mito de Atlântida, pelos descobrimentos até à modernidade. No capítulo IV o objeto de descrição é Santa Maria, sendo o resto do livro dedicado a São Miguel. Por ocasião da sua breve descrição a 'ilha mãe', Walker pronuncia-se sobre o falar dos marienses:

Originally from Estremadura and Algarve, in the south of Portugal, the inhabitants are honest and extremely gentle, and preserve in a greater degree than any of the other Azoreans the singular phonetic characteristics of the Portuguese language of the Medieval ages, which, though not without certain euphony, is nevertheless a source of considerable amusement to their more progressive brethren on the adjoining islands, who cannot reconcile its soft musical sounds with their own much harsher and cacophonous speech of to-day. On this account they enjoy the sobriquet of "Cagaros", and are considered the "Johnny Raws" of the Açores (Walker 1886: 38).

Para além de caraterizar o falar mariense como produto dos dialetos continentais meridionais portugueses históricos, que se distinguiria das outras variantes açorianas pela sua eufonia. Conta o autor micaelense que os marienses terão ficado com a alcunha 'cagarro', devido ao canto destas aves marinhas que nidificam em Santa Maria. No âmbito de outra nota sobre Santa Maria na atualidade, Walker testemunha falta de educação na ilha, documentando a existência de somente quatro escolas básicas na ilha:

Education is much neglected here, there being barely four elementary schools for boys and one for girls, but even these are poorly attended. The trade of the island is insignificant, the average produce of pulse of all kinds being limited to some 6,000 to 7,000 quarters, and allowing little margin for export. Formerly some 200 boxes of oranges were made up, but these are now reduced to less than half and are never exported.

The inhabitants have for many years manufactured a common pottery for kitchen purposes, the chief merit of which consists in the graceful amphora shapes of many of the vessels made; these they export to the neighbouring islands, where it is a curious sight to see a large boat arrive from Santa Maria with a huge centre pile of this crockery, the articles being simply placed one upon the other without any packing, yet seldom does any breakage occur.

These vessels are painted, before being baked, with a coating of red ochre, thinly diluted in water, which imparts to them a bright colour and lustre. The clay used is exported to several of the other islands (Walker 1886: 42).

[180] Realisticamente, Walker só pode ter conhecido os primeiros sete volumes, já que o sétimo volume foi publicado em 1885 e o oitavo em 1886.

Pouco surpreendentemente, a pouca dimensão da economia mariense também não se lhe afigura inspiradora, sem grandes importações. A única mercadoria, de cuja exportação para as restantes ilhas do arquipélago manifesta conhecimento, é a da olaria de barro vermelho. No entanto, o nosso autor não somente refere a exportação de olaria cozida e pintada, mas também a das famosas 'bolas de barro', exportadas para aproveitamento do barro cru, sobretudo pelas olarias micaelenses.

Deixando de lado o capítulo V que se ocupa os Ilhéus das Formigas e o recife de Dollabarat, os restantes capítulos do livro são dedicados a São Miguel. Á semelhança da apresentação do arquipélago na sua totalidade, os capítulos VI e VII oferecem uma apresentação de São Miguel desde o ponto de vista histórico, geológico, zoológico e botânico. A seguir, os tópicos são abordados em conformidade com o percurso que a obra propõe.

Como vemos na seguinte abordagem da substância predial em Ponta Delgada, o autor, apesar de ter nascido na cidade, oferece um olhar bastante crítico das casas tipicamente portuguesas:

The appearance of some of the principal streets, and the comfort of the dwelling-houses in them, is much impaired by many of the latter having their rez de chaussée occupied by unattractive shops, not always possessing the choicest of articles in stock; of course in the outskirts of the town, where most of the few English people here reside, this drawback does not occur.

The houses themselves, although in the bare and cold Tuscan style which characterises and disfigures Portuguese architecture in general, are solidly built of basaltic stone, with well-proportioned and lofty rooms.

The old Arabesque habit of narrowing the streets for shade, though possessing undeniable advantages in excessively hot climates, is altogether out of place in this temperate zone, and it is satisfactory to observe that, wherever possible, the islanders are substituting for these broad and handsome streets. The favorite old custom of securing to every house extensive gardens, even now tenaciously clung to, must have greatly impeded the planning of the city, and it is surprising how regularly laid out it is, comparing very favourably, both in this respect and in its cleanliness, with any town of similar dimensions in Portugal or any other European state (Walker 1886: 128).

Se bem que a observação sobre a coexistência das lojas com os espaços residenciais nos pareça adequada, quer a comparação das casas com a região italiana da Toscana (onde o basalto tradicionalmente terá sido menos usado como material de construção das casas do que o xisto, o granito ou o tijolo), quer ainda a referência ao estilo aparentemente 'mourisco' de construção das estradas, somente parecem fazer sentido para leitores ingleses com o respetivo conhecimento (e preconceito) histórico e geográfico..

3.1 Os micaelenses no espaço público e na sua privacidade

Dado que o traje típico da ilha seria uma das primeiras coisas que um visitante inglês podia ver, não admira que também Frederick Walker faça uma apresentação bastante detalhada do vestuário no espaço rural:

The costumes of the peasantry of the Açores, although less graceful and calculated to set off the figure than some of those of the provinces of Portugal, are nevertheless characteristic, and some exceedingly peculiar. The dress of a well-to-do St. Michael's farmer consists of coarse islandspun stuff, the trousers hempen and mostly white, the short "Eton" jacket, either blue or black, sometimes profusely semé with buttons; all splendour, however, being concentrated in the waistcoat, which is generally of some bright imported material, the shirt front being elaborately embroidered.

His head-covering is the singular carapuça, unique in its extravagant design, yet not altogether devoid of utility, for its immense frontal brim of half a foot in depth, terminating in crescent-shaped cusps, shades the face and even chest from the sun; from the close-fitting body of the hat (devoid at the back of any brim) falls a cape-like covering of fine cloth, effectually protecting the wearer's neck and shoulders from wet, advantages which may possibly compensate for its great weight. [...]

It is singular how, in the size and form of their carapuças, the people of the various, and particularly remoter villages in St. Michael preserve a species of ethnographical distinction, which extends to the entire group, the carapuças, especially of St. Michael, Terceira, and Madeira, differing so entirely as if they belonged to different planets, and a very interesting and good-sized volume might be written upon the strangely varying headgears of the inhabitants, both male and female, of this archipelago, the only exception being Graciosa, the inhabitants of which use a straw or felt hat or a cap (Walker 1886: 283-285).

Walker (1886: 285). Walker (1886: 284).

De maneira muito mais pormenorizada do que vimos no âmbito do nosso estudo sobre *Among the Azores* de Lyman Horace Weeks (1882) em Kemmler (2018: 285-286), Walker não somente identifica o material usado no traje micaelense (o linho), mas explica detalhadamente os elementos do vestuário. Assim, os homens vestem camisas de frente bordada, caças de linho brancas, bem como as jaquetas curtas de cor azul ou preta. Junto com estes elementos, usa-se a carapuça, que serve como chapéu e proteção da chuva. Quanto ao traje feminino, é da seguinte maneira que Walker explica e distingue entre os dois elementos de que este se compõe:

The capote and capello of the women also differ in every island, according to the taste and caprice of their respective inhabitants. The capote is an ample cloak reaching to the feet and made of dark blue cloth – infinitely too hot for such a climate as this, except on a cold wintry day. Surmounting this is a ponderous hood, the "capello", of the same material, kept expanded by means of whale-bone, and in which the head is completely lost. These capotes, being of a dark color, give the streets of the town a sombre and "subfusc" appearance whenever a large gathering of the better-to-do lower class takes place. A much more pleasing effect is created by the mixing together of the poorer people or country women, who, from poverty, affect a simpler, but brighter dress, and yet their great ambition is to possess a "capote e capello".

I took some pains to find out the origin of these singular head-dresses, but was unable to arrive at any satisfactory solution of the subject in the islands themselves, the universal answer to inquiries being that it "has been the custom to wear the capello and carapuça from time immemorial"; and as in no other part of Portugal are they worn, or even known [...] (Walker 1886: 285-286).

Para além de informar sobre as variedades regionais neste tipo de vestuário (de ilha para ilha) do 'capote', Walker explica que o capote é a capa comprida de tecido azul escuro. Para além disso, é de considerar o elemento mais visível deste traje, o 'capelo'. Feito do mesmo material, deve manter a cara fora de vista, sendo o espaço do capelo aumentado, segundo o nosso autor, por meio de um osso da baleia. Longe de rematar esta questão, o nosso autor constata que tanto a carapuça como o capote e o capelo não são usados nem conhecidos no continente português, pelo que em seguida procede a uma pequena investigação (aliás frustrada) sobre as possíveis origens destas peças do vestuário. Walker retrata os lavradores micaelenses como trabalhadores e poupados, sendo estes pagos por dinheiro ou mesmo em espécie:

Like the peasantry of France, these islanders are industrious and thrifty; in the ordinary way, labourers earn 10d. a day, and, during harvest-time, as much as 1s. 8d. to 2s. 2d.; women and strong lads earning 5d. per day. In some country places wages are still paid in kind – generally about a gallon of maize per man per day. Contracts for labour in kind are also not infrequent; for instance, separating the maize from the cob, for the sake of the latter, for purposes of fuel, &c.; beating out the lupin seed for the straw; making a wicker basket or hamper for the quantity of maize it will hold (Walker 1886: 285-286).[181]

Ao contrário do que vimos em Baker (1882: 47-48, 75-76; cf. Kemmler 2017: 432, 436) e Weeks (1882: 27-28; cf. Kemmler 2017: 286-287), das duas cenas típicas da vida diária açoriana da época (buscar água às fontes e lavar a roupa) já só a última merece a atenção do nosso autor:

The Azorean lavadeira, or laundress, is the cleverest of all her troublesome kind, and has achieved the secret of sending linen home as white as it is possible to get it; in this she is greatly assisted by a usually bright, hot sun, but chiefly by the "barella" process.

Linen to be washed is put into the large open wicker basket of the country, and a thick wood-ash lye spread over it, then boiling water is every now and then poured over this, and allowed to percolate slowly through; after a sufficient soaking, the things are taken out and thoroughly washed in running water, and although violently beaten and rolled against the abraded surface of large stones, the destruction is less than the boiling process of our laundress tribe at home, and the alkaloid properties of the barella lye, infinitely more effectual (Walker 1886: 290-291).

Tal como antes dele fez Charlotte Alice Baker, Walker descreve de maneira muito detalhada como as lavadeiras micaelenses procedem ao seu trabalho. Parece evidente que ao chamá-la 'the cleverest of all her troublesome kind', aproveita para prestar homenagem às lavadeiras micaelenses que se dedicam a esta tarefa tão árdua. O que lhe merece especial atenção aqui é o facto de as lavadeiras usarem lixívia à base de cinzas para tratar a roupa, à qual, de vez em quando, adicionam água a ferver. Depois, a roupa lavada em água corrente e batida contra as pedras. No que respeita à oferta formativa, para Walter Frederick Walker o balanço é algo sóbrio:

Under the same roof is the Lyceo or Alma Mater, where the Ponta Delgada youth of the more necessitous middle class receive free instruction. In the entire archipelago there are only 125 elementary schools, of which S. Miguel possesses 41; but in respect of educational matters, very little progress has been made amongst the working class during the past 30 years (Walker 1886: 126-127).

Parece evidente que o próprio Walker nunca terá feito parte da classe trabalhadora micaelense, para a qual constata a falta de escolas (e permanece a questão se terá frequentado o liceu). Considerando, porém, a evolução do sistema público português, pouco admira que em 1886 um número de 41 escolas básicas em São Miguel tenha parecido pouco, mas na realidade anteriormente à reforma de Jaime Moniz em 1894/1894 todo o sistema escolar português ainda sofria de fortes insuficiências...

3.2 A língua portuguesa

[181] Como fonte contemporânea do nosso autor, Furtado (1884: 15) oferece os seguintes valores salariais: «Os salarios do camponez regulam presentemente por 160, 200 e 240 rs. para os homens e 120 rs. para rapazes fortes e mulheres; no tempo das colheitas chega-se a pagar, na cidade e villas, cada jornal d'homem a 480 e a 600 réis. Em algumas aldeias o jornal é ainda pago a genero, quarta e meia de milho por dia (6 litros)».

No que respeita à língua portuguesa, os apontamentos de Walker são bastante ocasionais. É, no entanto, de notar que ele, como um dos poucos dos nossos autores que dominava fluentemente o português, não somente escreve corretamente as palavras portuguesas (e sem recurso às letras itálicas) como se pode verificar ao longo das citações desta obra, mas também usa muitas vezes a palavra portuguesa 'Açores' em detrimento da forma inglesa 'Azores (p. ex. Walker 1886: 4).

Para explicar as formas onomásticas micaelenses Walker oferece o seguinte esclarecimento

Although the peasantry possess surnames, they rarely, if ever, make use of them, preferring "alcunhas", or pseudonyms, which they are passionately fond of bestowing, and which have been known in course of time to altogether supersede the inherited patronymics, until the latter are completely lost. On the western side of the island, and more especially at Bretanha, a very singular custom exists of giving the sons, as surnames, the Christian name of the mother; thus, there are many men there whose only names are Antonio Claudina, Joao Carlota, Manoel Jacinta, &c., &c. This peculiarity was first observed by Snr. Arruda Furtado, who says it is confined to this part of the island. Perhaps in no country in Europe could such singular names be met with as in Portugal; one of the late port captains of Ponta Delgada, had as his surname, merely the letter O', and in the rua da Lapa, in Lisbon, there is a business firm established under the title of Espirito Santo & Co. (Holy Ghost & Co.), the principal having no doubt received the baptismal name of Espirito Santo. Another one trades under the name of Christo & Irmão. Numerous singular instances of the kind could be adduced (Walker 1886: 289-290).

Aqui, Walker limita as suas observações sobre as alcunhas quase exclusivamente aos apelidos derivados dos nomes das mães – como antes dele Furtado (1884: 21, nota de rodapé 1; 76) tinha constatado para a Bretanha. Como o nosso autor afirma que inúmeros exemplos poderiam ser aduzidos, parece evidente que tenha tido consciência da produtividade das alcunhas na sociedade com que convivia. Outro assunto que Walker considera importante é o das formas de tratamento:

Probably no nation in Europe excels them in politeness and good breeding, an attribute traced to the influence of the Moors, the most chivalrous of people, who conquered and held Portugal for four centuries. They are great sticklers for etiquette; every lady in this country, of whatever rank, expects to be addressed as "excellency"; men too, if of the better class, and of slight acquaintance, vie as to who shall out-excellency the other. Thus is a distinction said to have been first used in the time of Constantine, and to have been addressed only to princes distinguished in war, now applied in Portugal to almost all classes. Outside this polite society, the less exalted "vossa senhoria" is used, more especially, by servants and menials to their masters and betters; these latter, addressing the former as ''vossa merce", or its contraction "vosse", and more often by the familiar "tu". The absurdity of some of these forms are however better exemplified in the superscription of letters, which take the style of "Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Fulano de Tal", an address once given only to kings (Walker 1886: 293).

Estas anotações sobre as formas de tratamento não parecem somente extensivas a São Miguel, mas a todo país. Neste contexto, o aspeto mais interessante não nos parece ser o da 'excellencia', mas sim o uso de 'vossa senhora' no ambiente menos formal (de baixo para cima), ao passo que as pessoas com maior estatuto social tratariam as outras (de cima para baixo) como 'vossa merce', 'vosse' ou mesmo 'tu'. Parece evidente que o trecho documenta um câmbio sociolinguístico em curso.

3.3 As origens do Museu Carlos Machado

Ao demonstrar conhecimento de especímenes museais, Walker testemunha conhecimento direto da coleção de história natural que o professor micaelense Carlos Maria Gomes Machado (1828-1901) fundou em 1876 como *Museu Açoreano*:

In the extinct Augustine monastery, now known as the Graça, a spacious building erected in 1606, a very interesting natural history collection is being formed, which will prove invaluable to future students of Azorean fauna, &c. It already possesses some rare ornithological specimens found in this and neighbouring islands, and examples of fossil marine mullusca from Santa Maria. Here are to be seen the rare Sylvia atricapilla (touto vinagreiro), Pyrrhula murina (priolo), Oriolus galbula (papa figos), Plectrophanes nivalis (frigueiraõ), Otus vulgaris (mocho), and interesting examples of migratory and stray birds from the African or American continents, occasionally shot in the little-frequented lakes in the interior during winter time, and which must not be confounded with the local and permanent avifauna. Shells of the nautilus (N. pompilius and Ocythæ tuberculatus), occasionally picked up on the shore, are shown, but it is seldom that these beautiful objects are found entire on this iron-bound coast.

The chief curator is Dr Carlos Machado, to whom the honor is due of the inception of this useful institution. Aided entirely by private donations, and with the enthusiastic aid of his assistant, Sñr. A. de Vasconcellos, he has succeeded in collecting, preserving, and classifying in a more than creditable manner the finest assemblage of Azorean birds and natural history objects ever yet brought together.

Duplicates of these will be readily exchanged for examples from other countries, the limited means at the disposal of the curator preventing acquisitions by purchase (Walker 1886: 126-127).

O museu descrito sem dúvida é o que hoje é conhecido como *Museu Carlos Machado* (hoje obviamente já não no mesmo espaço como o liceu) que atualmente se encontra sob a tutela da Presidência do Governo Regional dos Açores, ou seja, da Direcção Regional da Cultura. É de crer que os elementos da coleção museal mencionados pelo nosso autor ainda hoje possam ser visitados em Ponta Delgada.

3.4 As «Island Melodies»

No fim da obra, encontramos seis «Island Melodies» de São Miguel com as respetivas *partituras*, nomeadamente «Canção ás Furnas» (Walker 1886: 323); «Lagrimas» (Walker 1886: 324-325); «O Grito do Descrido» (Walker 1886: 326-327); «A Vivandeira» (Walker 1886: 328-329); «O Guerrilheiro» (Walker 1886: 330-331); «A Saloia» (Walker 1886: 332-335).

4 Conclusões

Uma vez que o autor Walter Frederick Walker era completamente desconhecido à investigação moderna, conseguimos fechar a lacuna ao comprovar que nasceu no dia 21 de janeiro de 1846 em Ponta Delgada, sendo um dos doze filhos do *cirurgião britânico* Sanderson Walker (1790-1860) e da sua mulher Emma Henrietta Walker (em solteira Popplewell; 1806-1851).

Não se sabe quando voltou à terra dos pais, mas conseguimos averiguar que casou em Clapham (Londres) no dia 24 de outubro de 1889 com Frances Anne Walker (em solteira MacDonnell; 1862-1943), com quem teve os dois filhos, Frances Louisa (1890-1971) e Frederick Benjamin Goddard (1903-1930).

Walter Frederick Walter faleceu em Broadstairs (Isle of Thanet, Kent) no dia 17 de janeiro de 1924.

Comerciante de profissão, Walker foi sócio da *Royal Geographical Society* desde 1874 e da *Society of Biblical Archæology desde 1882. Também foi* sócio da *Royal Society of Arts e da Sociedade de Geografia de Lisboa.*

No seu livro com o título extenso *The Azores or Western Islands: A political, commercial and geographical account, containing what is historically known of these islands, and descriptive of their scenery, inhabitants, and natural productions; having special reference to the eastern group consisting of St. Michael and St. Mary, the Formigas and Dollabaret Rocks; including suggestions to travellers and invalids who may resort to the archipelago in search of health*, o autor documenta, antes de mais nada, profundo e íntimo conhecimento da ilha de São Miguel e do seu povo. O mesmo pode ser afirmado sobre os conhecimentos que o autor tinha da língua portuguesa.

Torna-se desde logo evidente que Walker estava sobretudo preocupado em fornecer um livro para futuros viajantes ao grupo oriental dos Açores, pelo que não se limita a observações pessoais (como autores anteriores), mas também procede à leitura e ao aproveitamento de fontes secundárias contemporâneas incontornáveis da época como *Materiaes para o estudo anthropologico dos povos acorianos: Observacões sobre o povo michaelense* de Francisco Arruda Furtado (1854-1887), bem como o *Archivo dos Açores*, editado por Ernesto do Canto (1831-1900).

Nas suas descrições minuciosas de aspetos que julga serem importantes para visitantes da ilha de São Miguel, Walker oferece grande número de informações de natureza histórica, geográfica, geológica, biológica, económica, etc. Cremos que não será impertinente afirmar que o que mais carateriza a sua obra é o tom tendencialmente mais sóbrio e mais objetivo do que encontramos noutros autores anglófonos do século XIX.

Assim, ao contrário dos autores imediatamente anteriores (p. ex., Baker 1882; Weeks 1882), Walker prescinde de fazer descrições como as do interior das casas de lavradores micaelenses. Isto parece só pertinente, uma vez que não visa fazer nenhuma narração de uma viagem empreendida, mas pretende antes oferecer um guia com as informações mais importantes e curiosas para futuros viajantes.

Além disso, merece referência especial que o nosso autor, aparentemente tão interessado como competente em estudos naturais, parece ser o primeiro dos autores anglófonos oitocentistas a noticiar a criação do *Museu Açoreano* (1876), que hoje leva o nome do seu fundador Carlos Machado (1828-1901).

No fim, encontram-se seis «Island Melodies» com as respetivas *partituras*, sobre as quais ainda não conseguimos obter mais informações.

Referências bibliográficas

1846, 1 August – Ponta Delgada, Baptism Record of Walter Frederick Walker, son of Sanderson Walker and Emma Henrietta, born on 21 January 1846, "Portugal Batismos, 1570-1910," database, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:F2H7-Q32: 10 February 2018), Walter Frederick Walker, 21 Jan 1846; citing, reference; FHL microfilm 574,493. (última consulta: 8 de agosto de 2018).
1912, April 121889, October 24, – London, Marriage between Walter Frederick Walker and Frances Anne Mac Donnell, England, London, Parish Register, Holy Trinity, Clapham, 1889, p. 41, n.º 82, in: https://search.ancestry.de/cgi-bin/sse.dll?db=LMAmarriages&h=2625370&indiv=try&o_vc=Record:OtherRecord&rhSource=60134 (última consulta: 8 de agosto de 2018).
1891, s. d., – London, Electoral Register for n.º 7475 Walter Frederick Walker, 7 Clapham Common, Northside, England, London Electoral Registers, 1847-1913, Borough of Battersea and Clapham: Clapham Division 1891, p. 226, in: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99FL-7WR6?i=224&cc=2228170 (última consulta: 8 de agosto de 2018).
1894, s. d., – London, Electoral Register for n.º 8873 Walter Frederick Walker, 7 Clapham Common, Northside, England, London Electoral Registers, 1847-1913, Borough of Battersea and Clapham: Clapham Division 1894, p. 263, in: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9FL-99QD-3?i=263&cc=2228170 (última consulta: 8 de agosto de 2018).

1896, s. d., – London, Electoral Register for n.º 9521 Walter Frederick Walker, 7 Clapham Common, Northside, England, London Electoral Registers, 1847-1913, Borough of Battersea and Clapham: Clapham Division 1896, p. 293, in https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99FL-MSXM?i=299&cc=2228170 (última consulta: 8 de agosto de 2018).
1909, s. d., – London, Electoral Register for n.º 16248 Walter Frederick Walker, 7 Clapham Common, Northside, England, London Electoral Registers, 1847-1913, Borough of Battersea and Clapham: Clapham Division 1909, p. 442, in https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9FL-MZ5W?i=465&cc=2228170 (última consulta: 8 de agosto de 2018)
1910, s. d., – London, Electoral Register for n.º 16336 Walter Frederick Walker, 7 Clapham Common, Northside, England, London Electoral Registers, 1847-1913, Borough of Battersea and Clapham: Clapham Division 1910, p. 449, in https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99F2-1CYP?i=471&cc=2228170 (última consulta: 8 de agosto de 2018)
1911, s. d., – London, Census for Walter Frederick Walker, 1911 Census, St Peter Intra, Lowerville, Kent, England, Broadstairs, Thanet, p. 331, [base de dados on-line], Provo: Ancestry.com Operations, Inc.
1912, April 12, – London, Marriage between Arthur Wilfred White and Frances Louisa Walker, England, London, Parish Register, Holy Trinity, Clapham, Lambeth, 1912, p. 1638, n.º 233, in https://search.ancestry.de/cgi-bin/sse.dll?db=LMAmarriages&h=5270377&indiv=try&o_vc=Record:OtherRecord&rhSource=7579.
Anglin, João Hickling (1965-1970): «Os Açores ou Ilhas Ocidentais», [tradução da obra «The Azores or Western Islands» (1886) de Walter Frederick Walker]», em: Insulana 21 (1965) págs. 137-186; 22 (1966) págs. 140-209; 23 (1967) págs. 38-127; 24 (1968) págs. 178-224; 25 (1969) págs. 49-76; 26 (1970) págs. 118-158.
Archivo dos Açores: Publicação destinada á vulgarisação dos elemenos indispensaveis para todos os ramos da Historia Açoriana (12 volumes, 1878-1892).
Baker, C[harlotte] Alice (1882): A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira, Boston; New York: Lee and Shepard, Publishers; Charles T. Dillingham.
Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841, I/II): A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].
D., R. M. (1878): «The Azores», in Fraser's Magazine 17/101 (New Series; May 1878), págs. 556-568.
Furtado, [Francisco de] Arruda (1884): Materiaes para o estudo anthropologico dos povos acorianos: Observacões sobre o povo michaelense, Ponta Delgada: Typ. Popular.
Godman, Frederick Ducane (1870): Natural History of the Azores or Western Islands, London: John van Voorst.
Henriques, M[anuel] Borges de F[reitas] (1867): A trip to the Azores or Western Islands, Boston: Lee and Shepard.
Kemmler, Rolf (2014): «A receção de A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas (1841) na imprensa contemporânea», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2014): Atas / Anais 2014 XXI Colóquio da Lusofonia, Terrace Café O Moinho, Porto Formoso, S. Miguel, Açores, 24-27 abril de 2014, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-03-4), pasta CD Atas2014Moinhos, ficheiro ATAS2014MOINHOS.pdf, págs. 299-309.
Kemmler, Rolf (2015): «A população de São Miguel em A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas (1841)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2015a): Atas / Anais 2014 XXIII Colóquio da Lusofonia: 27-31 março 2015Fundão (Castelo Branco, Serra da Estrela, Portugal), CD-ROM (ISBN 978-989-8607-05-8), pasta 'DVD ATAS XXIII Fundao', ficheiro 'atas 2015 FUNDAO.pdf', págs. 201-212.
Kemmler, Rolf (2017): «Charlotte Alice Baker: A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira (1882)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia / Chrystello, Chrys (eds.) (2017): Atas 28.º Colóquio da Lusofonia, Ano 2017 Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, Açores, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-10-2), pasta 'CD', ficheiro 'atas.pdf', págs. 420-451.
Kemmler, Rolf (2018): «Lyman Horace Weeks: Among the Azores (1882)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia / Chrystello, Chrys (eds.) (2018): Atas 29.º Colóquio da Lusofonia – 2018, Belmonte, 27-30 março, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-11-9), pasta 'CD Atas', ficheiro '29 atas Belmonte2018.pdf', págs. 280-294.
Kemmler, Rolf (no prelo): «A população humana dos Açores na Natural History of the Azores or Western Islands (1870) do naturalista inglês Frederick Ducane Godman (1834-1919)», comunicação apresentada: XXV Colóquio da Lusofonia, Pavilhão Multiusos, Montalegre, 21-25 de abril de 2016.
la Fontaine, Jean de (1825, I): Fables de la Fontaine, Nouvelle édition, précédée de l'éloge de la Fontaine par Chamfort, Tome premier, Paris: Parmantier.
Marshall, John (1833, IV/1): Royal naval biography: or, Memoirs of the services of all the flag-officers, superannuated rear-admirals, Retired-captains, Post-captains, and commanders, Whose Names Appeared on the Admiralty List of Sea-Officers at the commencement of the year 1823, or who have since been promoted, Illustrated by a Series of Historical and Explanatory Notes, Which will be found to contain an account of all the naval actions, and other important events, from the commencement of the late reign, in 1760, to the present period, With copious addenda, London: Printed for Longman Rees, Orme, Brown, Green and Longman.
PRGSL (1874): «Fifteenth Meeting (Anniversary), 1 P. M., June 22nd, 1874», em: Proceedings of the Royal Geographical Society of London 18/5 (1873-1874), págs. 487-496.
PSBA (1882): «Fourth Meeting, 7th February 1882», em: Proceedings by Society of Biblical Archæology 18/5 (1881-1882), págs. 55-72.
OHCR (1824) = «Births, Marriages, and Deaths», em: The Oriental Herald and Colonial Review 1/2 (February 1824), págs. 381-382.
Rodrigues, Henrique de Aguiar Oliveira (2003): «O Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada», em: Insulana 59, págs. 101-176.
Walker, Walter Frederick (1886): The Azores or Western Islands: A political, commercial and geographical account, containing what is historically known of these islands, and descriptive of their scenery, inhabitants, and natural productions; having special reference to the eastern group consisting of St. Michael and St. Mary, the Formigas and Dollabaret Rocks; including suggestions to travellers and invalids who may resort to the archipelago in search of health, London: Trübner & Co.
Weeks, Lyman H[orace] (1882): Among the Azores, Boston: James R. Osgood and Company.

14. SÉRGIO REZENDES, HISTORIADOR, IHC – INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, DOUTOR EM HISTÓRIA INSULAR E ATLÂNTICA (SÉCULOS XV – XX)

TEMA 3.5. ECOS DA II GUERRA MUNDIAL NOS AÇORES: RECEIOS, PRIVAÇÕES E MISÉRIA EM AMBIENTE DE PREVENÇÃO ARMADA.

Isolados no Atlântico Norte, os Açores sempre padeceram em contexto de luta pelo domínio dos mares.

Durante a II Guerra Mundial, esta realidade não foi diferente.

A interação das autoridades civis e militares perante uma mudança imposta por pressões exteriores evidencia a especificidade e vulnerabilidade do seu povo mediante fatores de ordem externa e interna, anómalos ao país e induzidos pela guerra: bloqueio económico, falta de matérias-primas, de géneros alimentares, rarefação dos transportes, inflação, mercado negro, quebra de poder de compra e agitação social, entre mais.

Com uma mobilização ímpar, as ilhas teriam graves dificuldades em sustentar a presença de um vasto contingente militar, que distribuído pelas três principais ilhas teria como função defende-las independentemente das lacunas materiais e alimentares, humanas e financeiras.

A reconversão do dispositivo militar, de paz para guerra, sobrecarregado pelas facilidades concedidas a povos estrangeiros, agravou ainda mais uma economia dependente do exterior, expondo as ilhas a fatores como o bloqueio económico e a guerra submarina.

Perante um Estado com poderes excecionais, e autoritário, os militares e o povo conheceriam a rarefação, a insegurança e o encarecimento dos transportes, exemplos das múltiplas variáveis que assolariam o arquipélago e que fariam da capacidade de sacrifício dos açorianos, e de entendimento entre instituições, mais do que uma virtude: uma cumplicidade.

Os Açores como centro da Civilização Ocidental: preâmbulo à II Guerra Mundial.

Contextualização que merece reflexão será a da posição das ilhas no advento do que o comandante militar dos Açores em 1939/40, general Ernesto Machado, considerou ser a ameaça aérea e nas comunicações. Na sequência da I Guerra Mundial, os Açores acabaram por estar no centro geográfico de um mecanismo internacional capaz de assegurar a paz pela interposição de organismos de negociação e arbitragem entre as potências desavindas, ou seja, a Sociedade das Nações.

A I Guerra Mundial fora tudo o que não se esperava que fosse, desde o início. De uma guerra supostamente rápida e que arrancara de papéis interministeriais rapidamente levada para a rua, ficou carate rizada por extremos, soberbas e orgulhos que poderiam ter sido estagnados antes do onze de novembro de 1918. Mas prevaleceu a ideia de uma vitória total apesar de Thomas Woodrow Wilson com os seus catorze pontos, procurar evitar a humilhação e eventual repetição do conflito. A entrada dos EUA na guerra terminou com um equilíbrio mundial europeu, que remontava aos descobrimentos e ao fim do império napoleónico, fazendo prevalecer as ideias iluministas de democracia, segurança coletiva e autodeterminação, em contraponto com uma velha Europa dominada por monarquias centenárias. O novo conceito de equilíbrio após a guerra já não devolveu o protagonismo à França, mas sim dividiu-o pelos países aderentes à Sociedade das Nações, criando um desequilíbrio na Europa central, entre uma Alemanha destruída e ávida de justiça e uma França vencedora, disciplinadora, mas extremamente vulnerável politicamente, economicamente e militarmente.

As doutrinas de W. Wilson quanto à autodeterminação e à segurança coletiva deixou muitos diplomatas europeus a trabalhar num campo desconhecido até então no velho continente, sendo a sua opinião de que não era a autodeterminação dos povos que causava as guerras, mas sim a sua impossibilidade, bem como a busca por um poder estabilizador nas respetivas áreas de influência. A resposta era uma paz coletiva, acima dos interesses nacionais e que envolvesse uma conceção legal a uma escala internacional. Foi esse o conceito base que conduziu à Sociedade das Nações, organismo cujos membros tinham a obrigação de resistir à agressão, independentemente da sua origem, penalizando todas as nações que rejeitassem a solução política de disputas. Apesar de não ser original, a arte de W. Wilson residiu na forma como reinterpretou o conceito e o apresentou aos seus parceiros, promovendo-o intimamente à ideia de uma liga de nações que mantivesse inviolável a segurança e usufruto das grandes vias marítimas e a criação de um código de conduta para a guerra, para que não se iniciasse sem termos, aviso prévio ou conhecimento de causa dos parceiros mundiais.

Encontrava-se desenvolvida a noção de uma *Civilização Ocidental* que trespassava fronteiras entre americanos e europeus, e que seria alimentanda por Walter Lippmann, um jornalista único na América e sem paralelo na Europa, que se bateu pelo conceito de uma comunidade atlântica em que não só os povos estavam interligados sentimentalmente, mas também por necessidade. No centro desta ligação, geograficamente e culturalmente estão os Açores.

Segundo W. Lippmann, a *comunidade atlântica* era resultado da geografia, da cultura e da necessidade, e apesar da neutralidade ser algo positivo, não poderia haver uma desresponsabilização total por parte dos países dessa coletividade, quando atacada. Tal como W. Wilson, W. Lippmann era simpatizante da França e das ideias de Pacifismo. Contudo, num dos seus melhores artigos, explica o seu conceito de c*omunidade atlântica,* ou seja, o de uma civilização constituída à volta do oceano Atlântico, interligada por laços que pressupõem que um ataque a um dos seus membros se torna extensível à forma de ser civilizacional dessa coletividade, logo também aos Estados Unidos da América.

Os Açores são apanhados no centro desta teia conceptual durante os anos de 1920 e 1930, quer do ponto de vista da aviação quer das comunicações, já a um nível muito diferente da era anterior à I Guerra Mundial, tornando-se um importante ponto no controlo das áreas centrais à *Batalha do Atlântico* na II Guerra Mundial. Para além da evolução técnica na navegação transoceânica, os Açores depararam-se nessas duas décadas com uma corrida tecnológica em que a aviação e transporte de correio aéreo constituem o seu melhor exemplo, acompanhado de pertinentes melhorias nas comunicações via cabo e rádio, entre 1920 e 1950.

Com pensamentos e ideias similares a W. Wilson, W. Lippmann fortaleceu a posição do presidente americano, ao mesmo tempo que serviu de inspiração à construção da visão atlanticista traduzida na Sociedade das Nações e nos Catorze Pontos. Na sua crónica no *New Republic,* em fevereiro de 1917, declarou que os interesses americanos na Europa estavam em linha com os dos aliados pelo que se devia entrar na guerra não propriamente para proteger a grande via comercial que o Atlântico representava, mas acima de tudo para preservar o conjunto de interesses desta comunidade cujas necessidades e objetivos eram idênticos. Justificava-se a luta na sua defesa. Este ponto de vista acabou por cair num certo esquecimento conceptual, mas não tecnológico nas décadas seguintes, voltando à ribalta com a II Guerra Mundial.

Nunca antes da I Guerra Mundial haviam sido feitos planos do ponto de vista militar conjuntos entre as duas margens do Atlântico, tendo em conta uma ameaça coletiva. Com a Sociedade das Nações, colocavam-se grandes e pequenas nações a debater as mesmas ideias, problemas e soluções, abrindo-se também a oportunidade de as fazer conversar regularmente sobre problemas transnacionais (e transatlânticos) como as comunicações, os transportes, a agricultura, os direitos e patentes, entre outros.

No pós I Guerra Mundial, e entre os meios mais informados sabia-se que era uma questão de tempo até a Alemanha se reerguer. O comandante chefe francês Ferdinand Foch diria que o Tratado de Versalhes não era de paz mas sim "[…] um armistício por vinte anos […]"[182] e o Estado-Maior terrestre inglês também o reconheceu em 1924, prevendo que em dez anos a Alemanha se iria levantar politicamente, livrando-se dos grilhões do tratado assinado em 1919. Entretanto, homens com visão como Gustav Stresemann, reorganizavam o calendário de indemnizações fazendo com que entre 1923 e 1928 a Alemanha recebesse de ajuda externa dois mil milhões de dólares, dos quais mil milhões reverteram como indemnizações de guerra e os outros mil milhões para a modernização da indústria alemã. Outra personalidade que alterou a situação da Alemanha relativamente às potências vencedoras foi Adolf Hitler que segundo Henry Kissinger, teve os seus grandes triunfos na política externa nos primeiros anos no poder, baseando a sua linha de ação numa pseudo-aproximação do tratado à sua ideologia. Foram, pois, estes os anos em que se afirmou a tecnologia alemã, não só no contexto da guerra civil de Espanha como na corrida pela travessia do Atlântico Norte, fazendo da *Deutsche Lufthansa* uma companhia amplamente conhecida por parte dos açorianos.

Contudo, este interesse não se resumia apenas à questão aérea. A passagem de um dos mais emblemáticos navios de prospeção oceanográfica no mar dos Açores em 1935, o *Meteor* da Kriegsmarine, numa missão secreta; a visita de heróis de guerra ou de notáveis do regime nazi como o Conde Felix Graf von Luckner, o almirante Karl Dönitz ou Werner von Blomberg, Ministro da Guerra do Reich em 1937, demonstram que as ilhas não se resumiam a meros pontos logísticos e comerciais para as futuras nações beligerantes. O arquipélago e o seu mar continuavam a ser, à semelhança do passado, importantes pontos de apoio para a execução dos projetos militares durante o conflito.

A instalação de uma base aeronaval americana em Ponta Delgada em finais de 1917 já o havia comprovado, apesar de desativada pouco tempo depois à travessia do *NC 4* em maio de 1919, contra a vontade do seu comandante, o Almirante Herbert O. Dunn. Contudo, o seu legado perduraria na memória de Franklin Delano Roosevelt que a visitou a 16 de julho de 1918, planeando a conquista do arquipélago ainda antes do ataque a Pearl Harbour (1941). Nos anos subsequentes à I Guerra Mundial, as ilhas revelaram-se como importantíssimas para ambas as margens do oceano, sendo tocadas, a título de exemplo, por Charles Lindbergh; Francesco De Pinedo; Lilly Dillenz; Ruth Elder; Ítalo Balbo e Frank Courtney com o seu *Dornier Do J Wal*. Outros casos que não se podem deixar de mencionar, são o do *Dornier Do X*, o *Zephir* da *Deutsche Lufthansa,* os *Breguet-bisert* franceses da 1ª Esquadra Ligeira do Atlântico e claro está, o *Graf Zepellin*, sendo também de evocar a memória de casos de menor sucesso, como o do piloto polaco Ludwik Idzikowski, vítima de acidente em 1929, na Graciosa.

Muitos mais haveria a referir, inclusive de pioneiros da aviação portuguesa, mas mais importante do que a passagem destes vultos e máquinas, são as ilações que permitiram o estabelecimento das primeiras rotas comerciais transoceânicas para o transporte de passageiros com a *Pan American Airways* e os seus *Yankee Clipper,* ou para o correio, com a concorrente *Deutsche Luftansa* e os seus aviões catapulta. *Air France, Air Italia* e a *Imperial Airways* seriam outros exemplos de companhias cuja corrida à travessia regular do Atlântico, tiveram nos Açores uma paragem obrigatória, visando um conjunto de ensinamentos que seriam adaptados e desenvolvidos durante e após a II Guerra Mundial.

Todo este conhecimento foi colocado em prática pela *Deutsche Lufthansa*, companhia que mais diretamente e assiduamente utilizou o porto da Horta em voos experimentais nos anos de 1936, 1937 e 1938. Neste período e a seguir aos Estados Unidos da América, era a Alemanha que se encontrava tecnicamente mais bem preparada para ligar as duas margens do Atlântico. Desde 1936 que a *Deutsche Lufthansa* procurava desenvolver um avião da *Focke-Wulf* capaz de atingir os Estados Unidos sem paragens, desdobrando os seus esforços paralelamente a uma rota de correio através dos Açores, com recurso a navios catapultas que utilizavam a Horta como apoio logístico.

Nesse ano chegou a Ponta Delgada o primeiro destes navios com um dos novíssimos *Dornier* Do-18, o *Zephir*, que levantou voo rumo a Nova Iorque a onze de setembro de 1936. Com o seu sucesso, estabeleceu-se uma carreira de transporte de correio aéreo entre Berlim e aquela cidade americana embora com paragens em Lisboa, nos Açores e no navio-base *Schwabenland* estrategicamente posicionado no Atlântico. Em 1937, o *Zephir* e o *Aeolus*, um segundo *Dornier* utilizado no transporte rápido de correio, foram substituídos por dois quadrimotores *Blohm und Voss Ha 139*, também lançados por intermédio de catapultas, atingindo o primeiro deles, o *Nordwind*, Nova Iorque a 23 de agosto de 1938. Os navios *Schwabenland* e *Friesenland*, que alternavam na missão, utilizaram o porto da Horta como base de apoio. De acordo com alguns autores, entre 1937 e 1938, foram realizados 40 voos de ida e volta entre os dois continentes, com os *Blohm und Voss Ha 139*: *Nordwind, Nordmeer* e *Nordstern*, chegando-se a instalar um radiofarol na ilha das Flores para o seu apoio.

[182] KISSINGER, 1996: 216.

Da mesma forma como se confrontavam no estabelecimento de recordes e rotas aéreas, os futuros beligerantes fizeram circular (e parar) no arquipélago, alguns dos mais emblemáticos navios de guerra do seu tempo, caso do porta-aviões britânico *HMS Furious* entre 26 de fevereiro e 10 de março de 1934; o *Karlsruhe* da Kriegsmarine em 1934; o *Emden* em 1935 ou o *U-28* entre 22 e 27 de janeiro de 1937. São exemplos dos vários navios de guerra que visitaram o arquipélago em ações de reconhecimento e propaganda dos seus regimes durante estas décadas, à semelhança de outras nacionalidades como a francesa e a italiana, a última também com projetos para a central dos cabos telegráficos na Horta.

A partir de agosto de 1938, as ilhas podiam já ser atacadas por via área, dado o desenvolvimento pela *Lufthansa* do desejado *Focke-Wulf Condor* com autonomia para realizar o voo entre Berlim e Nova Iorque em 25 horas. Aviões de eleição para um possível ataque alemão aos Açores, foram vistos durante o conflito ao largo da costa portuguesa, tendo uma esquadrilha saudado o Presidente da República Portuguesa, o general Óscar Carmona, na sua visita às ilhas em 1941, ou quiçá, sobrevoado ilhas como a Graciosa em noites de nevoeiro.

Durante os anos de 1920/1930, os Açores conheceram também um importante reforço na área das comunicações que ultrapassou a importância dos cabos submarinos que na Horta, ligavam esta *Civilização Ocidental*, passando-se de um sistema arcaico de antenas TSF ligeiramente anterior à I Guerra Mundial, a uma potente estação inglesa na ilha de São Miguel em 1918 ou à instalação nas Flores, de um rádio farol em 1938 e uma estação de grande potência da Marinha de Guerra Portuguesa, na Horta (1933).

Com ligações internacionais, era complementada com uma estação Marconi em São Miguel (1939). A existência de uma rádio da *Pan-Am* na Horta (1942) evidencia as sinergias nas tecnologias das comunicações, marítimas e aéreas nos Açores. Nestas benfeitorias, e por último, mas não menos importante, destaca-se a realização de importantes melhorias no porto de São Miguel na segunda metade da década de 1930, tornando-o em conjunto com o do Faial, os únicos portos capazes de auxílio internacional. A sua utilidade foi amplamente comprovada no apoio a navios em apuros, durante o conflito de 1939 – 1945.

A expressão máxima desta união da *Civilização Ocidental* com os Açores fez-se sentir durante a II Guerra Mundial com a criação de dois aeródromos em São Miguel e Terceira em 1941, inicialmente para usufruto português, mas extensivos a partir de 1943 às forças inglesas, com unidades terrestres que foram reforçadas no socorro a náufragos e transporte de correio com uma de aeronáutica naval, portuguesa, sediada no Centro de Aviação Naval de Ponta Delgada. Mais tarde, mas ainda durante o conflito, foi autorizada a criação de uma terceira base, agora americana, em Santa Maria, desenvolvendo-se um dos mais importantes aeroportos mundiais na fase final do conflito, dado o seu uso como placa giratória de tropas americanas de regresso a casa, visando o prolongamento do conflito no Pacífico.

Esta evolução técnica refletia o interesse de assegurar, de uma forma rápida e permanente, as ligações entre a comunidade ocidental e transatlântica à volta dos Açores, em especial após o abandono alemão do Tratado de Versalhes. Os Açores, à semelhança de outros importantes pontos logísticos, tornaram-se numa meta a atingir, fosse pela necessidade de assegurar o domínio do Atlântico Norte central ou projetar de forças rumo à outra margem, como a pretensão alemã à conquista do EUA previa, ou mesmo em caso da queda de Gibraltar e saída da marinha italiana para o Atlântico com o objetivo de destruir as rotas mercantes oriundas das colónias africanas. Basicamente e do ponto de vista civil, os açorianos acabaram por assistir a uma corrida tecnológica aguardada já desde 1914, no que concerne à aviação, que marcou o futuro ao estabelecer rotas aéreas permanentes para o transporte de correio, carga e passageiros, acompanhada de muito perto pela melhoria das comunicações e acessibilidades portuárias numa importância geoestratégica que ainda hoje se mantêm.

Os Açores entre 1939-1945.

Associado à manutenção do equilíbrio e dualidade ibérica, bem como a integridade do império ultramarino, Portugal durante a II Guerra Mundial viu-se forçado a defender a importância estratégica dos Açores. Fronteira entre continentes, os beligerantes viam no arquipélago a possibilidade de estabelecer bases para apoio dos seus planos militares, privilegiando-o como área de charneira entre as margens do Atlântico Norte. A proteção do cabo telegráfico inglês, a viabilização dos comboios marítimos e a cobertura aérea das rotas eram razões mais do que justificadas para uma invasão inglesa às ilhas, equacionadas como uma alternativa a Gibraltar caso caísse sob domínio alemão. Dos 27 planos ingleses destacam-se a Operação *Brisk*, o plano *Rainbow 5* americano e a possível execução da Operação *Félix* alemã, que previa a ocupação dos Açores para domínio do Atlântico norte, como um eventual ataque aos Estados Unidos da América (EUA). Mediante este cenário, o Estado criou uma comissão liderada pelo Brigadeiro Ernesto Machado para a instalação de baterias de defesa de costa, de implementação lenta até à queda da França. Já com o Comando Militar dos Açores (CMA) em Ponta Delgada (1939), Ernesto Machado equacionou o papel das ilhas no progresso da aviação e na sensibilidade mediterrânica.

Com as tropas alemães nos Pirenéus e intrigas políticas em Espanha, os rumores de uma iminente invasão ao país e às ilhas, conduziu ao reforço das guarnições insulares em outubro de 1940. Paralelamente à diplomacia portuguesa, desenvolve-se o fortalecimento militar do Império, recebendo o arquipélago cerca de 26.500 soldados expedicionários que em conjunto com os locais, rondaram os 30.000 a 32.000 homens, distribuídos por São Miguel, Terceira e Faial. Cada ilha deveria defender-se por si, apoiando as restantes se possível. Aguardava-se um ataque convencional de tropas aerotransportadas e anfíbias em simultâneo contra os portos e aeródromos, com tentativas de desembarque em diversos pontos das ilhas. Para o contrariar, criou-se um vasto programa de obras de defesa junto ao litoral e linha interior, reforçados com a instalação de meios antiaéreos. Em caso de ocupação, o Exército devia passar à resistência ativa até ao esgotamento dos meios, seguindo-se a guerrilha, a cessar por ordem do governo. As únicas exceções ao domínio militar nas ilhas guarnecidas foram Santa Maria e Graciosa, no primeiro caso em virtude da instalação do aeroporto americano e no segundo, provavelmente para preparar a ilha como reserva geral de alimentação (1944/1945).

O sucesso alemão levou à necessidade de assegurar a neutralidade e soberania no arquipélago, iniciando-se o reforço a partir de finais de 1940, pautando-se os anos de 1941 e 1942 pela consolidação do dispositivo e 1943, por acertos e substituições. Apoiado pelos beligerantes, visava negar o uso a qualquer interveniente no conflito e servir de reduto ao governo, ameaçado no continente. Ao plano de defesa de 1940, sucedeu-se o de 1943, ordenando-se a defesa a todo o custo contra qualquer ameaça, reajustando-se um dispositivo militar que atingiu três quartéis-generais; cinco comandos de regimento; 19 batalhões de infantaria e um de engenharia; três companhias de atiradores independentes e duas de acompanhamento regimental; 24 baterias de artilharia; 10 companhias de engenharia independentes e três esquadrilhas de aviação. O ano de 1942 foi capital pelo clímax que se vivia na Batalha do Atlântico e a efetivação do dispositivo militar nos Açores, agudizando-se no período entre novembro de 1942 e setembro de 1943, fase em que os porta-aviões de escolta americanos, entre outros motivos, afastavam os submarinos e reabastecedores alemães, retirando alguma pressão na ocupação das ilhas.

Subsiste a dúvida se as Forças Armadas conseguiriam impedir a invasão dos EUA, marcada e confirmada pelo presidente Franklin Roosevelt para 22 de junho de 1941. Em desenvolvimento, o dispositivo militar nas ilhas não estava em condições de os repelir, principalmente se na primeira linha viessem os brasileiros, que apelando para as raízes culturais e emigração, tal como os americanos, poderiam quebrar a resistência açoriana. Os americanos, apenas duvidavam se tomariam todas as ilhas de uma só vez. A operação seria cancelada perante a indicação que no mesmo dia, a Alemanha iniciaria a frente soviética.

O segredo e a censura eram fulcrais na luta contra a 5.ª coluna, responsável por um Estado de Sítio em São Miguel em 1942 (3 a 7 de abril). Na polémica opinião do comandante militar dos Açores, interino, existia um amplo plano de ataque que urgia destruir, o que poderá estar na origem precoce da Repartição de Censura Postal e Telegráfica nas ilhas (1942-1945), que conheceu duas fases distintas: o antes e o depois do convénio anglo-luso, otimizada por duas portarias em 1943 e pela criação da Direção da Censura Militar em Lisboa. Já em fase de facilidades concedidas à Inglaterra, a sua ação foi relevante no encerramento dos consulados e nas comunicações dos alemães, compulsivamente convidados a um retiro nas Furnas durante o crítico momento do desembarque das tropas estrangeiras, suspendendo e selando os postos rádio, ou assumindo os da Rádio Marconi. Ficaram as comunicações asseguradas pelo cabo submarino e o delegado da Direção de Censura à Imprensa do Ministério do Interior passou a subordinado do CMA.

O dispositivo do CMA não previa o ataque de um inimigo específico, mas considerava que ao ser desencadeado, haveria a colaboração de forças amigas. Em outubro de 1942 a ameaça pairava sob a forma de dois blocos, um anglo-americano assente em expedições por mar com o apoio de fortes forças navais e aeronavais, com elementos de forças aerotransportadas e um segundo, do eixo, baseado em incursões por mar e ar, de objetivo limitado e ataques por submarinos à navegação. Previa-se o lançamento de tropas paraquedistas no interior ou na imediata retaguarda das Posições de Resistência (PR) junto ao litoral, e o forçamento da frente marítima, precedida e acompanhada por intensos bombardeamentos aéreos e marítimos. O CMA atuaria à maior distância do litoral, em especial contra os navios de transporte de tropas, construindo para além das PR nas três principais ilhas, baterias de defesa de costa em Ponta Delgada e Horta (15 cm, CTR) para proteção dos portos, reforçadas por material de menor calibre, fixo ou móvel, de costa, de campanha e antiaéreo (AA, em missão alternativa), caso das 9,4 cm m/1940 responsáveis pela defesa das cidades e sob a orientação da Defesa Territorial Contra Aeronaves (Comando de Aeronáutica).

Perante o avanço inimigo, entraria em ação uma segunda linha de defesa cuja missão prioritária era a proteção contra ataques aéreos e deposição de tropas paraquedistas, reforçada pela Reserva Geral posicionada no interior das ilhas, que apoiaria o contra – ataque das PR interiores e à retaguarda das do litoral. Aumentando a profundidade do contra-ataque em caso de rutura da defesa litoral, barrar-se-ia também o desembarque inimigo em áreas secundárias antes da chegada às áreas de capital importância. Em caso extremo, cabia à Reserva Geral a resistência final, tão prolongada quanto possível em redutos estudados com o propósito de ganhar tempo.

A organização da defesa estava a cargo do Comandante Militar dos Açores, por acumulação, Comandante Militar de São Miguel, apenas se individualizando em 1942. O seu reduzido quadro em 1940 passou a dispor de General e Quartel-General reforçado nesse ano, replicando-se nas restantes duas capitais de distrito, com menores patentes. Superintendendo a defesa do arquipélago, o CMA podia interferir diretamente nos comandos subalternos, e como Comandante em Chefe das Forças instaladas nos Açores, a Carta de Comando (1943) previa para além da elaboração do plano de operações e a condução das operações; o governo militar do arquipélago; a alteração da Ordem de Batalha; a nomeação, exoneração ou transferência do pessoal militar ou civil como a convenções, tréguas ou suspensão que não envolvessem preliminares de paz, mediante esgotamento de forças ou autorização do governo.

Com superintendência e jurisdição militar sobre os órgãos de Segurança Pública, podia tutelar as delegações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a Guarda-fiscal, a Legião Portuguesa, os CTT, a Censura Prévia e a mão-de-obra, assumindo em emergência a tutela dos organismos corporativos e de coordenação económica. Gestor em quaisquer circunstâncias da importação de material de guerra ou aprovisionamentos, fixaria o *preço justo* nas requisições aos organismos de coordenação económica. Em caso de agressão e não estando presente todo ou parte do governo, coordenaria as autoridades civis assessorado pelos comandos nas outras ilhas, por sua vez divididas em três comandos de setores e subsetores. O Comando Militar de Santa Maria seria um caso à parte, surgindo em meados de 1944 como resultado da necessidade de acompanhar a construção do aeroporto americano.

Em virtude da insuficiência de bases e efetivos, a Marinha e a Aeronáutica acabaram por fazer recair sobre o Exército a maior parte da responsabilidade na defesa. O Comando de Defesa Marítima dos Açores (CDMA) criado em 1941 deixou de estar subordinado ao CMA a partir de 1942, pautando-se por relações de colaboração e de estreita ligação. Quando em emergência, o Comandante Militar dos Açores, como Comandante em Chefe da Defesa do Arquipélago coordenaria todas as ações das forças armadas, tendo no CDMA, o Comando Superior das Defesas Marítimas. No notável esforço da Marinha, destaca-se a ação de navios como o *NRP Lima* no apoio a náufragos e da Aviação Naval que iniciou operações em dezembro de 1940 com os primeiros passos rumo à constituição de uma base aeronaval em Ponta Delgada. Um contingente de *Grumman* G-21-B e *Avros* 626 passaram a operar em condições precárias em 1941, melhoradas com o Centro de Aeronáutica Naval em 1943.

À missão de transporte de correio, vigilância, busca e salvamento, juntou-se a de levantamento fotográfico em articulação com o hidrográfico *NRP D. João de Castro*. A Estação Radio-meteorológica da Marinha da Horta (1933) complementava-a ao executar os serviços de meteorologia; radiotelegrafia; radiogoniometria e radiofarol, apoiando marinheiros, pilotos, pescadores e a frota bacalhoeira através da telefonia do farol das Lajes (Flores), o *Posto Rádio Naval* (1938). Retransmitidos em Monsanto, os seus boletins integravam os serviços meteorológico dos beligerantes, tendo ainda estações em São Miguel e Santa Maria.

A defesa aérea conheceu duas Esquadrilhas de Caças (Aeronáutica Militar) que desembarcaram no verão de 1941 em Ponta Delgada, estacionando a n.º 1 no aeródromo de Santana e a n.º 2 em Lajes, Terceira, dispondo de três postos de rádio. Com a missão de reconhecimento à distância, podiam abater aviões hostis pela seguinte ordem: transporte de tropas, caças, bombardeiros e reconhecimento. Seguia-se em cooperação com o Exército, o ataque a navios inimigos (em especial, transporte de tropas); o desembarque não autorizado ou objetivos terrestres ocupados pelo inimigo em ilhas não guarnecidas. Por último, daria escolta a transportes e desembarque de tropas portuguesas na eventualidade de mudança de ilha, protegendo os navios da Marinha em missões de reconhecimento e combate.

Em 1943, quando a vitória se inclinava para os aliados, Portugal mudou a política internacional nos Açores para uma Neutralidade Colaborante, até mesmo porque o xadrez político já mudara desde 1940. Após negociações, em finais de 1943 instalaram-se nas Lajes os primeiros aviões do *Contingente Britânico*, facultando aos ingleses o uso do aeródromo de Santana e os portos de Ponta Delgada e Horta. Por não ter dimensão suficiente para ser utilizada por aviões pesados, o governo autorizou o prolongamento da pista das Lajes por parte de forças americanas a partir de julho de 1944, embora já trabalhassem desde janeiro a coberto de uma pseudo-missão de apoio às tropas britânicas. O ponto alto das facilidades aos EUA foi a autorização para a construção de um aeroporto em Santa Maria, obtendo-se em contrapartida a libertação e reconhecimento da soberania em Timor. Passível de ser utilizado a partir de agosto de 1944, tornou os Açores numa das mais importantes placas giratórias do mundo.

Sobre dependência dos comandos militares de cada ilha (1943), os comandos distritais da Legião Portuguesa (LP) ficaram encarregues da organização da Defesa Civil do Território, organizando os socorros, as evacuações, os alertas contra ataques aéreos, a ocultação de luzes, a regularização do trânsito e a defesa de centros vitais como os das comunicações, economia de defesa ou terrenos abordáveis pelo ar, como os locais de concentração de estrangeiros. A LP preparou as populações, assegurando a vigilância ao longo da costa e interior em cooperação com os militares, partilhando-a nas ilhas não guarnecidas com a Marinha. Contava com a cooperação da Guarda-fiscal e da Polícia de Segurança Pública, em especial a partir do estado de alerta e alarme.

Os estados de preparação para o combate compreendiam três graus: prevenção, alerta e alarme. Os últimos dois possibilitavam o assumir dos poderes das autoridades civis pelos comandos de ilha, pelo que na prática existiu alguma ingerência militar em assuntos laicos, acatada pelos governadores civis por ordem do Ministério do Interior. Na área das comunicações, destaque foi dado aos CTT e à Rádio Marconi dada a exploração da rede telefónica e rádio, uma das poucas vias de contacto com a República, a par com a TSF da Marinha e do cabo telegráfico.

Em finais de 1944 e já ultrapassada a fase mais ameaçadora para a Península Ibérica, ocorreu progressivamente a desmobilização das tropas, mais intensa entre abril de 1945 e janeiro de 1946. O impacto dos expedicionários foi profundo e por vezes complexo, desde os casamentos, gastronomia, hábitos e costumes, até à exploração dos recursos e emprego das gentes locais nas obras e serviços militares, que representaram um investimento de cerca de 65.000 contos (ou 33 milhões de euros em 2005[183]), deixando mais-valias em infraestruturas, alugueres, vencimentos e comércio. Com algumas exceções, as relações com as populações foram positivas, transmitindo segurança e promovendo melhorias das condições económicas como emprego, água canalizada, roupa, alimentos e donativos.

Algumas unidades participaram em programas radiofónicos do Emissor Regional, criado para a preparação da moral em caso de ataque, divulgando a cultura e as belezas locais, unindo o país a uma só voz. Pelas freguesias, fizeram-se torneios de natação e remo; arraiais e feiras à moda do continente, festivais desportivos, bailes, recitais, saraus dançantes e desfiles militares, destacando-se neste período, a receção ao Presidente da República (1941) numa visita de reforço à moral e soberania nacional.

A população e o caso do Pico.

O contexto bélico foi excessivamente grave para os açorianos, que isolados, padeceram pelo domínio do Atlântico. A interação das autoridades perante uma mudança imposta por pressões exteriores evidencia a especificidade e vulnerabilidade do arquipélago mediante fatores de ordem externa e interna, anómalos ao país e induzidos pelo conflito: falta de matérias-primas, géneros alimentares, rarefação dos transportes, inflação, mercado negro, quebra de poder de compra e agitação social, entre outras. Com uma mobilização ímpar, as ilhas tiveram graves dificuldades em sustentar a presença de um vasto contingente militar cuja missão era defende-las independentemente das lacunas materiais, alimentares, humanas e financeiras. A reconversão do dispositivo de paz para a guerra, sobrecarregado pelas facilidades concedidas a estrangeiros e a falta de sensibilidade financeira do Estado agravaram ainda mais uma economia dependente do exterior, expondo as ilhas a fatores como o bloqueio económico e a guerra submarina. Perante um governo com poderes excecionais e autoritários, os militares e o povo conheceram a rarefação, a insegurança e o encarecimento dos transportes, exemplos das múltiplas variáveis que assolaram o arquipélago e que fizeram da capacidade de sacrifício dos açorianos e do entendimento entre instituições, cúmplices.

A análise à ilha do Pico durante o período de 1939 a 1945 tem como base as atas das comissões executivas dos municípios da Madalena e das Lajes. Apesar das diligências, não foi possível obter as de São Roque, por se encontrar a edilidade encerrada, acreditando-se por paralelismo com outras câmaras dos Açores, ter vivenciado uma realidade similar à de Lajes de Pico. Uma especial palavra de homenagem a Ermelindo Ávila, decano do jornalismo Açoriano, vogal e autarca da câmara lajense durante o período em análise, cujo amizade e conhecimento permitiu descortinar muito do material em estudo.

[183] ANTUNES, 2005: 12.

Em inícios da II Guerra Mundial, a Câmara Municipal (CM) da Madalena fazia contas às notas finais da Conferência Económica do distrito, realizada entre 28 de maio e 25 de agosto de 1939. Findara um mau ciclo económico de três anos, graças à ação de um executivo que saldara muitas dívidas do concelho, assegurando a realização de várias e desejadas obras, por exemplo no cemitério. Em discursos oficiais, o presidente da Comissão Executiva retratava um concelho abandonado pelo Estado, apesar da ode feita à obra de Salazar e do Estado Novo. Destacava a evolução nas finanças, com o apoio do governador civil da Horta, cujo resultado permitia algum conforto e progresso entre os munícipes.

O orçamento ordinário de 1940 refletiu os bons auspícios da conferência económica, atingindo uma receita e despesa equilibrada embora sem margem para obras não previstas, refletindo-se na modesta cerimónia de encerramento do duplo centenário, basicamente um discurso e lanche servido às crianças da escola e aos legionários. A administração deste município pautou-se por uma gradual melhoria nas receitas até 1943, assente num comércio florescente. Posicionada em frente à Horta, a Madalena abasteceu um Faial sobrepovoado com mais 4.000 soldados expedicionários, e respetivos solípedes e muares que os acompanharam, conhecendo algum comércio com a visita de muitos em gozo de licença e eventualmente algum contrabando, nomeadamente com unidades navais alemães em trânsito próximo à ilha. Apesar da possível passagem de alguns deportados políticos, as forças de segurança eram parcas, mesmo que reforçadas neste período pela vigilância área e marítima por parte da Legião Portuguesa, sendo normalmente asseguradas pelos autarcas, Guarda-Fiscal e delegações da capitania.

Reforçado a partir de finais de 1940, a crise de subsistências no Faial possibilitou o desenvolvimento da Madalena, espelhado por exemplo na complexa gestão da área portuária da vila, dado o estabelecimento e trânsito de vendedores na área. À medida que os contingentes militares afluíam à Horta, cresceram os pedidos de abertura de mercearias, tabernas, esplanadas, barracas ou armazéns, assim como as divergências pela sobreposição de tutelas, tornando evidente a urgente organização do acesso ao cais, dado por exemplo, o elevado número de vendedores de lenha. Os rendimentos camarários desenvolveram-se em paralelo, em virtude do aumento e cobrança de novas taxas, por exemplo aos automóveis, entretanto arrolados. O comércio de cabotagem entre as duas ilhas acabou por abranger áreas periféricas como o lugar da Areia Larga, porto alternativo ao da vila que em 1942, sob impulso de empresários faialenses, conheceu novas áreas de apoio e mercado. Com elevados valores de arrendamento, o animado negócio gerava reclamações de barulho e palavrões proferidos a altas horas da noite, num processo típico das cidades do arquipélago.

Com uma gestão equilibrada, a edilidade assegurava o pagamento a funcionários e fornecedores a tempo, beneficiando e ampliando infraestruturas coletivas como a rede das lanternas a petróleo para iluminação pública. Era grande a azáfama na zona portuária, fazendo-se chegar os géneros frescos às populações e aos expedicionários, para além de provimento a embarcações em trânsito, sob inspeção atenta de agentes e fiscais que, apesar dos ocasionais atritos, asseguravam uma importante fonte de receitas para a câmara e alfândega. Ilha sem fome, os níveis de desemprego eram de tal forma baixos que, ao concurso público para a limpeza do novo mercado de peixe, pago em parte pela edilidade madalense, apenas um candidato se apresentou. Faltava sim mão-de-obra especializada ou quadros superiores, num contexto agravado pela saída de jovens ao serviço militar. Em 1944, com contas de gerência tidas como perfeitas e numa tentativa de embelezar a vila, faltavam calceteiros à semelhança de homens de leis, engenheiros e por vezes, médicos.

Em Lajes do Pico, a situação era ligeiramente diferente. A edilidade vivia efeitos económicos associados à caça da baleia. Entre 1941 e 1946 a *Armação Baleeira Calhetense*, a *Aliança Calhetense,* a *União Ribeirense Limitada*, a *Nova Ribeirense Limitada* e *Americana Limitada* solicitaram licenças para a construção e utilização de depósitos de óleo de baleia. A indústria estava em plena ascensão, com os representantes das armações baleeiras *Lealdade Lajense Limitada*, *Venturosa Lajense Limitada*, *União Lajense Limitada, Atlântida Calhetense* e *Felicidade Lajense Limitada* solicitando a ampliação das suas estruturas (1943), tal como a *Sociedade Baleeira de São Mateus,* da Madalena. O problema eram as irregulares ligações marítimas que, fazendo faltar o vapor, originavam pouca liquidez económica no concelho e o amontoamento de *bidons* de óleo pelas ruas do município, atrofiando o trânsito.

Os dividendos eram de tal forma notórios que a direção da Alfandega de Angra do Heroísmo lembrou à câmara, a necessidade de valorizar as taxas fiscais dos produtos extraídos aos cetáceos, obtendo como resposta que, tendo em conta a forte valorização do óleo de baleia, a comissão administrativa daria plenos poderes ao seu presidente para encetar conversações com as outras câmaras do distrito. Aumentadas, o óleo de baleia voltava a substituir o petróleo na casa do pobre, tornando-se uma opção para a iluminação pública num município que insistentemente clamava junto do governador civil da Horta, a vinda de gasóleo para a *Empresa Elétrica Lajense*, a par de petróleo e gasolina.

A passagem do inspetor do Ministério das Finanças Oliveira Coutinho pela edilidade em 1944, permitiu rentabilizar a legislação e os recursos disponíveis à economia camarária, otimizando os orçamentos subsequentes apesar de sempre insuficientes para a rede de responsabilidades das edilidades que, para além das despesas correntes e de expediente, asseguravam a iluminação pública, as rendas de edifícios (incluindo os de instituições governamentais); o vencimento de funcionários e professores; as despesas hospitalares; a manutenção de prédios e infraestruturas; os equipamentos e mobiliários; a conservação dos espaços interiores e a fiscalização dos exteriores; a desinfeção de casas contaminadas; o arsénico para a desratização; os seguros impostos pelo Estado; as casas para técnicos superiores, se de fora da ilha, e os subsídios aos desempregados, pobres, órfãos, doentes e indigentes, ou a organizações governamentais ou coletivas, caso da Polícia de Segurança Pública (que se tentou implementar neste período), a Legião e Mocidade Portuguesa; as santas casas da misericórdia, as cozinhas económicas, as casas de trabalho, albergues, asilos e casas de saúde, entre outras. Ainda tentavam promover a Cultura através da recuperação histórica, o desenvolvimento de bibliotecas e aquisição de equipamentos de rádio; escolas de música, filarmónicas e grupos desportivos ou permuta de livros, pagando a publicação de artigos orientados para o Turismo, numa outra preocupação típica de muitos autarcas desta época.

Apesar dos esforços da edilidade e das suas gentes, o progresso era especialmente barrado pela falta de meios financeiros e humanos; burocracia e lentidão do aparelho de Estado. Os projetos de obras públicas para escolas, correios, paços do concelho; edifícios estatais; estradas, canalizações, reservatórios, chafarizes, saneamento ou reorganização da orla costeira e dos povoados eram elaborados por engenheiros externos,

normalmente sediados na capital do distrito e usualmente por fotografia, sendo comum os erros nos projetos e orçamentos, originando a deslocação à ilha a expensas camarárias. Os parcos orçamentos municipais apenas permitiam pequenos melhoramentos, destruídos muitas vezes no inverno seguinte, apostando-se na pedagogia pública na correção de erros, fosse no arranjo, construção ou remodelação de fachadas e muros, doravante alinhadas com as estradas, ou na pintura, substituição de portas e manutenção dos muros de pedra seca para embelezamento dos povoados. Sonhava-se com obras que revolucionassem as fachadas marítimas, uma realidade nas décadas seguintes em muitas ilhas, mas para tal havia que aguardar a passagem de brigadas estatais das direções gerais, aceitando os custos associados, o que fez retrair a vontade de muitos autarcas e atrasar a constituição dos projetos, vitais às Comparticipações de Estado.

O Estado cedia as brigadas, mas não as oferecia, pelo que na Madalena, em fase de construção de depósitos de água, declinou-se a oportunidade por falta de dotação orçamental ao contrário das Lajes que não deixou perder a oportunidade (1945). Regularmente, a solução tinha como base o Imposto Municipal de Trabalho, ou seja, a atribuição de faxinas às juntas de freguesia, para que sob orientação de um particular normalmente *pro bono*, executassem os trabalhos. Desta forma realizaram-se muitos ramais de ligação entre as freguesias e esse grande triunfo para o concelho, a estrada que pela primeira vez as unia, ainda hoje com a placa toponímica de *Duarte Pacheco* (1941).

Uma última palavra para uma infraestrutura que só apareceu em 1982: o aeródromo. Em fase de desenvolvimento dos de Santa Maria, Terceira e São Miguel, após uma primeira abordagem de uma equipa militar para o estudo do campo de aviação no Faial (1941), seguiu-se o Pico (1943) embora assegurada pela CM da Madalena, sendo-lhe comunicado pela congénere de São Roque (1945), a possível construção nos terrenos do Lagido para serviço do distrito da Horta. A comissão administrativa colocou os seus terrenos à disposição do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, num processo que estagnou aí.

A II Guerra Mundial na ilha do Pico, revela à semelhança da atualidade que cada ilha é um caso de estudo *per si*, apesar da matriz comum ao arquipélago, desenvolvendo especificidades que lhe são inerentes. Sofredora pela diminuição do grande comércio de importação/exportação, à semelhança das restantes e da qual era subsidiária a partir do porto da Horta, na realidade a neutralidade e o reforço militar do Faial possibilitou, em especial para a Vila da Madalena, um fértil comércio de cabotagem com a Horta e a valorização de um produto na qual, a capacidade de extração constituía uma das suas principais mais-valias. Com capacidade de produzir um pouco de tudo, o facto de ter próximo mercados permitiu que o Pico ultrapassasse este contexto sem o sufoco financeiro que caracterizou outras ilhas, guarnecidas e não guarnecidas, apesar de não haver margem para excessos.

Gerida por um poder local conhecedor e prudente, o objetivo de não haver fome foi atingido numa possível proporção à criação de emprego, em paralelo com o desenvolvimento económico associado à produção agropastoril da ilha. Sem conseguir ascender de forma célere às elevadas dotações orçamentais estatais necessárias à resolução dos grandes problemas que afligiam a sociedade da ilha, em grande parte por falta de recursos financeiros, técnicos e humanos especializados, é factual dizer que, das ilhas não guarnecidas, e numa condição diferente de Santa Maria (a partir de 1944), o Pico foi a ilha mais equilibrada e à partida com melhor qualidade de vida, dada a exploração dos seus recursos endógenos e se tal termo pode ser utilizado num contexto que matou 36,5 milhões de europeus, levando à miséria países como a Alemanha, a França ou a dilacerada União Soviética que perdeu ao longo do conflito, 70.000 aldeias e 1.700 vilas, para além das 32.000 fábricas e mais de 64.000 quilómetros de vias férreas.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2007), Açores (Os) na II Guerra Mundial, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
AAVV (2003), Nova História Militar de Portugal, vol. 4 Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores e Autores.
AAVV (2008), Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais, Lisboa, Governo Regional dos Açores / Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento,
AAVV (2008), História dos Açores, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
ANDRADE, L. (1992), Neutralidade colaborante: o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
ANTUNES, José F., (2005), “Brigadas dos Royal Marines: «Operação Félix» de Hitler”, O Independente, 22 de abril.
COSTA, R. M. M. da (2014), “Evocação nos 75 anos do primeiro voo regular transatlântico da Pan American”, Boletim do Núcleo Cultural da Horta, n.º 23, Horta, 341-360.
COSTA, M. P. C. (2012), U-Boats nos mares dos Açores – Batalha do Atlântico (1939-1945), Horta, Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico.
FERREIRA, J. M. (1987), “Açores (Os) Nas Duas Guerras Mundiais”, II Colóquio Internacional: «Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: do Descobrimento à Segunda Guerra Mundial», Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLV (I): 73-90.
HENRIQUES, F., A Baleação e o Estado Novo. Industrialização e Organização. Corporativa (1937 – 1958), Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2016.
HERZ, N. (2007), “Os Açores e a Guerra no Atlântico”, Os Açores e a II Guerra Mundial, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 57 – 62.
KISSINGER, H. (1996), Diplomacia, Lisboa, Gradiva.
MENEZES, M. S. (1988), A Defesa dos Açores durante a II Guerra Mundial, Lisboa, Pentaedro.
REZENDES, S. (2018), A Receios, privações e miséria num ambiente de prevenção armada: ecos da II Guerra Mundial nos Açores, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
ROSAS, F. (1995), Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas 1939-1945, Lisboa, Editorial Estampa.
TELO, A. J. (1993), Os Açores e o Controlo do Atlântico (1989-1948), Lisboa, ASA.
OSIANDER, A. (1994), The states system of Europe – 1640-1990 – Peacemaking and the conditions of international stability, Oxford, Clarendon Press.

15. VICTOR RUI DORES, ESC. SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA, HORTA, ESCRITOR AÇORIANO, GRACIOSA.
TEMA 3.1. O OUVIDO QUE ESCREVE. NOS MEUS 40 ANOS DE ESCRITA PUBLICADA

"A poesia é a linguagem que canta".
Paul Eluard

"Editar poesia é uma forma elegante de suicídio", escreveu Carlos George Nascimento (1885-1966), natural da ilha do Corvo e que foi o primeiro editor do poeta chileno Pablo Neruda, Prémio Nobel da Literatura em 1971.

Eu quero aqui louvar a coragem e a determinação do meu editor, Mário Duarte, em publicar poesia, numa altura em que a poesia manifestamente não está na moda, não faz aumentar as receitas públicas, não ajuda a equilibrar as contas externas e… não tem a cotação do dólar americano…

A poesia não está na moda também porque a linguagem poética tem muita dificuldade em competir com outras linguagens mais pragmáticas, dominados que estamos pela linguagem social, económica e política. Por isso, editar livros de poesia é uma atividade de risco em termos financeiros. Porque, bem vistas as coisas, é fácil editar livros de poesia, o que é difícil é vendê-los… E no entanto… ela, a poesia, está em perpétuo movimento, existe e resiste. E a verdade é que não podemos viver sem livros e não podemos viver sem palavras, por mais gastas que elas estejam.

A melhor hora é quando chega a hora. E eu achei que estava na hora de reunir a minha melhor poesia, pois estou precisamente a comemorar 40 anos de escrita publicada. Para materializar este livro, andei a peneirar os versos que, ao longo destes anos, tenho vindo a escrever, não para me antologiar, mas como forma de dar uma arrumação aos meus poemas – os já publicados em livros e em diversos periódicos, bem como os inéditos. Agora reunidos, esses poemas que selecionei (e que passam a ser uma espécie do meu *best of*) parecem-me conhecer uma outra consistência, uma outra unidade e uma nova respiração. Aqui ficam, por ordem cronológica e para quem quiser ler, as diversas fases da minha poética.

Nado e educado na ilha Graciosa, no seio de uma família de funda tradição católica, vivi os verdes anos num ambiente musical (minha mãe dava lições de piano), e já eu cantava de cor algumas canções populares, sem ainda ter aprendido a juntar as letras e as palavras. Ou seja, antes de saber ler, aprendi a dizer de cor a "Oração ao Anjo da Guarda", o "Ave-maria", o "Pai Nosso", o "Credo", o "Ato de Contrição" e a "Salve Rainha". (A "Balada da Neve" vem depois).

Como todos sabemos, poesia e música andam de mãos dadas. E foi a cantar que, aos 5 anos de idade, aprendi a ler e a contar com a D. Briolanja. Dois anos mais tarde, quando entrei para a Escola Primária, já eu lia razoavelmente e levava comigo algum "lastro" poético e musical que me permitiram algum "jeitinho" para fazer redações. E foi a ler banda desenhada e a escrever redações que fui apurando a escrita.

Por conseguinte, desde muito cedo fui tocado pelo gosto das palavras porque meus pais, avós e tios me contavam muitas histórias de encantar em serões de não haver televisão… Isto significa que eu cheguei à poesia pela oração e por via da tradição oral.

Julgo estar aqui a génese da minha poética. É que a poesia sempre me soube a música. Lido e ouvido, o poema torna-se voz, som, melodia. Foi assim com os gregos e assim foi com a poesia trovadoresca e com os cantares de gesta medievais, no tempo do amor cortês em que os trovadores eram simultaneamente músicos, poetas e cantores.

Em 1968 deixei a ilha Graciosa, e fixei residência, com a minha família, na ilha Terceira, e nunca perdi uma certa tendência para sonhar felicidades e aventuras… No Liceu de Angra tive um professor que me incentivou para a aventura da escrita – o padre Coelho de Sousa, meu saudoso professor de Português. Foi pela sua mão generosa que há quatro décadas vi um poema meu impresso, pela primeira vez, nas páginas do jornal angrense "A União", no dia 14 de janeiro de 1977. Tratava-se de um soneto, intitulado "Auto-relação" – a minha primeira declaração de amor à ilha Graciosa.

Editado em 1978, ***Poemas de Fogo e Mar*** foi o meu primeiro livro publicado, tinha eu 18 anos de idade. No período marcante da minha adolescência terceirense acontecera-me uma tremenda frustração amorosa… Para esquecer as duras penas e compensar a dor, busquei refúgio na literatura. Li muito e de tudo, especialmente romances de autores portugueses.

A leitura desses livros surgiu então como o excitante de um sentimentalismo ávido de quimeras, como realização fictícia de desejos inconfessados, como forma ilusória de compensar crises existenciais…. E foram estes anos de evasão romanesca que me fizeram querer ser escritor. Jamais esquecerei o dia em que, estando eu no Hospital de Angra a recuperar de uma cirurgia às amígdalas, meu pai me ofereceu um exemplar de "Mau Tempo no Canal", de Vitorino Nemésio. Ao ler este livro compreendi que a literatura não é inseparável da vida. E isso mudou, de facto, a minha vida. Estava traçado o meu destino nas Letras.

Aos 19 anos de idade deixei os Açores e fui estudar Germânicas para a Faculdade de Letras de Lisboa. Na capital cresci e me fiz homem e, desde então, a escrita tem andado comigo, de braço dado com o ensino e muitas outras formas de comunicação. Essa ausência das ilhas levou-me a escrever um livro de contos intitulado ***Grimaneza*** (1987) e, em simultâneo, a elaborar um conjunto de poemas que mais tarde seriam publicados com o título de ***Entre o cais e a lancha*** (1990).

Terminado o curso de Germânicas em 1982, a Regina e eu demos o nó, e um ano depois, já com 25 anos de idade, sou chamado a cumprir serviço militar obrigatório na Força Aérea. Dessa experiência castrense resultou o poema: "Lamento" (pág. 61).

Sou um modesto artesão de palavras. Tem sido esta a minha oficina, isto é, o meu ofício é o de lapidar as palavras exatas, únicas e essenciais. A minha função é a de observar o real e dissecar a minha vida – como Vernet agarrado ao mastro do navio para estudar a tempestade… Precisamente por ser uma linguagem que canta, busco, na minha poesia, o elemento vocal e sonoro das palavras, e nelas procuro a sua musicalidade, à boa maneira de Verlaine que, na sua *Art Poétique*, escrevia: "*De la musique avant tout chose (…). De la musique encore et toujours".* "A poesia é a linguagem que canta", escreveu Paul Eluard.

Depois tento dar ritmo, pulsações e sonoridade às palavras e tudo faço para que, nos meus poemas, deslizem as vogais abertas, as tónicas e as átonas de sílabas apetecíveis. Ou seja, prosódia. O poema só chega à sua plenitude depois de o ter dito em voz alta. Sim, sou um poeta de voz alta, dou voz aos meus próprios versos. Aliás, iniciei-me poeticamente a escrever letras para canções. Daí o título deste livro, ***O Ouvido que Escreve***, porque modestamente me considero um poeta de canções, um *poeta cantabile*.

Em 1991 andava eu cheio de testosterona e escrevi um livro de poesia erótica, intitulado ***À flor da pele***. Começo, por essa altura, a escrever letras para canções de músicas de Carlos Alberto Moniz, Luís Alberto Bettencourt, Sérgio Luís, Emiliano Toste, Amorim de Carvalho, entre outros.

A residir na ilha do Faial há mais de três décadas, sou professor, contador de histórias, faço teatro, televisão e rádio, apresento espetáculos, escrevo para os jornais, entrego-me ao voluntariado e ao associativismo, gosto de cantar, de dançar e de tocar piano e falo várias línguas. Seria rico se fosse remunerado por tudo o que faço…

Casado há 36 anos com a mesma mulher, pai de uma filha de 32 anos e de um filho de 19, sou escritor de dolorosos partos, com 15 livros publicados nos domínios da poesia, do romance, do conto, da crónica, da monografia e do ensaio. Mas não gosto de escrever – o que eu gosto é de ter escrito. Porque só depois de ter escrito é que sinto uma enorme alegria. O ato de escrita é, em si, bastante penoso, é uma inquietação.... Sobretudo quando se busca uma perfeição que não existe nem se alcança. É este o risco da escrita.

Escrever um poema é um ato de felicidade. Uma felicidade que resulta de uma angústia. Os meus poemas são estados de alma. Através da palavra construo-me e reconstruo-me. Escrevo para me desfazer, refazendo-me. A escrita não é um ato de vontade – é um ato de vocação. Não sou eu que domino a escrita; a escrita é que me domina a mim. Não sou eu que vou ter com a escrita; a escrita é que vem ter comigo. Por isso deixo que ela aconteça em mim.

A minha poesia, com ouvido aguçado e mente desperta, viaja pelo cancioneiro açoriano e deambula pela Ilha e pelo Mundo, uma poesia que, entre o local e o universal, sente, pensa, sonha, age e reage. Uma poesia que julgo estar ligada às raízes comunitárias ancestrais da expressão poética no horizonte da poesia europeia. Ou seja, uma poética mitológica e helénica, da civilização do sul, da luz, da expressão erótica, da emoção e da razão.

Chegado aos 60 anos de idade, tenho (ainda) sonho de infinito e sede de absoluto. Pago os meus impostos, tenho um *Toyota Avencis*, e vou vivendo, em "happy stress", a pardacenta vidinha… De resto não cumpro todos os mandamentos da lei de Deus, não tenho passaporte político, sou cético em relação à economia de mercado e agnóstico no que diz respeito ao futuro da Humanidade. Tudo o que faço só tem sentido se comportar uma boa dose de alegria, entusiasmo e alguma loucura…. Sou fiel seguidor do Hedonismo porque gosto incondicionalmente dos prazeres da vida. Aceitem-me como sou porque a emenda já não é possível.

Ator de mim mesmo, tenho-me por uma pessoa de bem. Homem às direitas, embora seja de esquerda, eu sou eu. Amargo e amoroso, inquieto e irrequieto, irónico e insinuante, insubordinado e intempestivo….

Tenho o coração aberto e as vistas largas. Tão largas que o meu oftalmologista diz que eu tenho olhos de boi… E tal como os bois, sou alegre e ando triste. Triste com o desconcerto do mundo. Chateado com a besta humana. Zangado com os poderosos. Acredito na literatura e na força redentora do amor. E também nos valores da amizade, da cumplicidade e da solidariedade. E quero agradecer aos meus amigos – leitores de longo curso…

Deixo-vos, pois, com ***O Ouvido que Escreve***, um livro de olhares, vibrações, transparências, emoções, sentimentos, estados de alma e memórias soltas. Ou seja, fragmentos de vida vivida e sonhada. A poesia continuará a ser o meu território de sedução, e o ato de escrita o meu prazer solitário e a minha solidão comprazida. Termino, dizendo-vos que julgo ter encontrado neste livro a minha própria voz. Não inventei uma linguagem, mas encontrei a minha própria voz. E isso basta-me.

Victor Rui Dores

16. VILCA MARLENE MERÍZIO, INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA., BRASIL E AICL

TEMA 3,1 J. CHRYS CHRYSTELLO E OS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA: INESGOTÁVEL CONTRIBUTO PARA A DIVULGAÇÃO DA LITERATURA AÇORIANA E A VIVIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA UNA E DINÂMICA,

SINOPSE

2018: ano de abundância? No meu país, é crença de que, quando de um lado sobra, é porque, do outro, falta na mesma proporção. Tento alinhar o meu pensamento para exprimir em palavras a minha grande admiração por uma personalidade do mundo lusófono e me deparo com tantos caminhos que me sinto embaralhada sobre que direção tomar no início desta jornada. Sobejam-me informações, notícias, comentários, mensagens, registros fotográficos e fonográficos, obras literárias de cunho pessoal e outras por ele organizadas, poesia, crônicas, escritos diversos, lembranças, partilhamento de leituras várias, participações em redes sociais...

Tanta produção que me perco diante do monumental acervo produzido pelo amigo que quero homenagear: o poeta, escritor, jornalista, tradutor, pesquisador (e tantas outras coisas mais), Chrys Chrystello. Mas estou honrada, embora saiba da responsabilidade de "chover no molhado" (acredito que todos os que aqui estão comungam a minha ideia) diante deste profissional da área de Letras a quem devo reverência pelo muito que faz, principalmente ao presidir (e dar vida a-) os Colóquios da Lusofonia, dignificando a Língua Portuguesa, divulgando os Açores em todos os continentes e deixando, até onde chegam suas palavras, riquíssimo legado linguístico, cultural e histórico, de cuja herança se valerão para sempre os filhos da diáspora.

E mais uma questão me instiga neste momento: como adequar a minha fala a um dos temas propostos pelos Colóquios, se o que tenho para dizer sobre o autor em foco abrange todos os temas do programa? Ao tema 1 - Homenagens aos Autores Locais - porque, mesmo não tendo nascido no Arquipélago dos Açores, aí reside e dele fez a sua pátria e a revela aos sete cantos do mundo; ao 2 e aos seus subtemas, porque é em defesa da Língua Portuguesa, do seu ensino e da sua prática, que ele se posiciona; ao Tema 3, em razão de serem os subítens matéria com que se ocupa em sua produção literária e nos âmbitos da arte e da comunicação. E, finalmente, no tema 4, da Tradutologia, porque estaria bem colocado como profissional que é. Portanto, eis-me aqui, em dúvida quanto ao caminho, mas plenamente centrada no que acho justo e meritório: prestar agradecimentos ao Dr. Chrys Chrystello, há muitos anos nosso anfitrião, dia e noite a postos para a todos os participantes dos Colóquios da Lusofonia bem atender.

Nasci em Santa Catarina, no Brasil, mas todos os meus antepassados pela linha direta da minha mãe são portugueses, uns vindos dos Açores, os que emigraram no século XVIII, e outros, de Portugal continental, que vieram ao Brasil a serviço da Coroa Portuguesa. Pela linha paterna, descendo de italianos e alemães. Isso para dizer que, descendendo de imigrantes, naturalmente me associo, neste ano de 2018, às comemorações dos 270 anos da imigração açoriana e madeirense em Santa Catarina, Estado cuja cultura muito deve aos primeiros povoadores europeus.

A título de informação, registro que na ilha de Santa Catarina, constituindo o município de Florianópolis, somos uma população de quase quinhentos mil habitantes, num Estado, o de Santa Catarina, com mais de 7 milhões de almas, fazendo parte da população total do Brasil, que é de 207.660.929 pessoas (IBGE, *Diário Oficial da União*, 2018). Dessa população, a maioria descende diretamente de portugueses ilhéus, o que nos leva a querer insistentemente manter relações com os Açores [e, estranhamente, muito pouco com o arquipélago da Madeira].

O projeto Missão Açores 2018, junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina (IHGSC), que ora represento, aliou-se às iniciativas de comemoração dos 270 anos da Imigração Açoriana e Madeirense em Santa Catarina, encaminhando o Projeto Ao Encontro das Raízes - proposta de viagem de estudos e trabalho aos Açores - à Direção Regional das Comunidades, que lhe concedeu uma passagem aérea, principalmente para participação neste Colóquio, e a doação de 200 títulos de obras da literatura açoriana, acervo que fará parte da Biblioteca Açoriana Prof. Doutor A.M.B. Machado Pires, instalada no IHGSC, cuja inauguração ainda ocorrerá neste ano [a maioria dos outros volumes que compõe o acervo já existente no são igualmente fruto de doações do Governo dos Açores, desde a década de noventa do século passado].

Por essa razão, achou-se justo o descerramento, nas dependências do instituto, em Florianópolis, de uma placa de agradecimento ao Governo da Região Autônoma dos Açores pelo apoio recebido, o que vai garantir a continuidade do projeto Dinamização Intercultural, programa cultural e literário do qual fazem parte Adriana e José Geraldo Rodrigues de Menezes, também membros da AICL, aqui presentes [e que para cá vieram por esforço próprio].

Assim, graças ao sempre renovado estímulo dos Colóquios da Lusofonia, o programa cultural e inter-institucional Missão Açores, que contempla atividades de informação, formação, integração e pesquisa sobre a literatura e a cultura açorianas, depois de um afastamento de dois anos, volta com força total, reagrupando sua equipe de trabalho, dando oportunidade a novos protagonistas de se integrarem à divulgação da literatura, da arte, da cultura e da educação de Santa Catarina e dos Açores.

Infelizmente, por falta de apoio em ano eleitoral, suprimiu-se parte do projeto Encontro das Raízes que incluía a ida de seis profissionais açorianos para o Simpósio Memória e Diáspora, previsto para a realização em Florianópolis, em agosto passado. Lamento profundamente que outras atividades do mesmo projeto, nomeadamente as de intercâmbio de professores e escritores, previstas para o Simpósio Diáspora e Memória, não tenham tido o mesmo êxito.

E qual relação tem esses eventos com Chrys Chrystello e os Colóquios da Lusofonia?

A resposta se resume numa só palavra: legado, aquilo que dos Colóquios ficou na memória dos catarinenses, desde a nossa primeira participação nos encontros da lusofonia e açorianidade. Legado, como História ainda em construção, porque é, em razão da vontade de participar dos Colóquios da Lusofonia, que catarinenses se predispõem a ler e a estudar obras literárias de autores açorianos ou de outras nacionalidades que escrevem ou escreveram sobre os Açores. E, assim, o grupo que, na última década, em Santa Catarina, conheceu e estuda a literatura e a cultura açoriana tem aumentado consideravelmente, desde que participamos em 2007 do primeiro encontro realizado por Chrys Chrystello na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel.

Por intermédio da Professora Doutora Graça Castanho, em 2007, conheci Chrys Chrystello, quando recebi dele o primeiro convite para participar do 2º Encontro de Lusofonia e Açorianidade, na ilha de São Miguel. Criado o projeto Missão Açores 2007, cujas atividades paralelas se estenderam de São Miguel às ilhas do Pico, Faial e Graciosa, vim para os Açores, coordenando o trabalho de 23 profissionais: professores e estudantes universitários, escritores e artistas do Grupo Gira Teatro, representando a Academia São José de Letras, com apoio financeiro do FUNCULTURAL/SEITEC-SC – Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura e o apoio logístico das câmaras municipais açorianas as quais visitamos oficialmente. Estabeleceu-se, a partir daí, a amizade que ainda perdura e se solidifica cada vez mais. A partir da experiência altamente positiva da Representação Catarinense nesse 2º Encontro de Lusofonia e Açorianidade e das atividades paralelas executadas a partir daquele primeiro momento nas outras ilhas, o projeto Missão Açores 2007 empenhou-se para a criação e a assinatura do Protocolo de Cooperação Mútua entre o Estado de Santa Catarina e a Região do Arquipélago dos Açores, documento assinado em Florianópolis, em dezembro de 2007, com a presença de representantes do Governo dos Açores e que deram abrigo e oportunidade de execução a novas atividades na área de intercâmbio cultural.

No ano seguinte, em 2008, como consequência das atividades iniciadas no ano anterior, sempre tendo como marco inicial os Encontros da Lusofonia e Açorianidade, o projeto Missão Açores, novamente a convite de Chrys Chrystello, participou do 3º Encontro da Lusofonia e Açorianidade, ao lado de 88 representantes de várias partes do mundo onde a Língua Portuguesa é falada, levando aos Açores um grupo de oito professores e escritores representantes da Academia de Biguaçu, SC.

Dos Açores, por intermédio do prof. Doutor Luciano Pereira, do Conselho Executivo dos Colóquios da Lusofonia, a Delegação Catarinense estendeu-se em visita à Escola Superior do Instituto Politécnico de Setúbal, ocasião em que foi planejado um projeto de volta dos catarinenses a Setúbal e um programa de intercâmbio na área da arte e educação entre Setúbal e SC. Alguns trabalhos artísticos e culturais originados na época continuam em vigência entre setores que se desligaram do projeto Missão Açores, mas que ainda são operantes entre grupos de teatro de SC e Setúbal.

Foi oportunizada pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, por iniciativa também do Prof. Doutor Luciano Pereira - a quem igualmente externamos nossa gratidão e homenagem – a Instituição dos Dias do Estado de Santa Catarina em Setúbal (4 e 5 de maio de 2008), quando integrantes do Missão Açores 2008 apresentaram a sessão Lítero cultural "Santa Catarina: suas terras, sua gente: suas ilhas", organizando uma Mostra de Pintura a Óleo, de minha autoria, um *stand* com exposição sobre história, geografia e cultura catarinense, com exposição de livros de autores de Santa Catarina e peças de artesanato. Essas mesmas atividades foram reapresentadas na ilha Graciosa sob o total apoio do Dr. Jorge Cunha e do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, a quem também prestamos nossos votos de reconhecimento.

Ainda, no ano de 2008, a representação catarinense formada especialmente para participar dos eventos da Lusofonia, doou material bibliográfico de autoria catarinense às entidades públicas do arquipélago, realizou saraus literários em escolas e entidades culturais das ilhas, visitou autoridades, bibliotecas, museus e pontos turísticos, ao abrigo do Protocolo de Cooperação Mútua entre as duas regiões, sempre com o apoio financeiro para as passagens aéreas cedido pelo SEITEC-SC e o apoio logístico de transporte, hospedagem e alimentação concedido pelas câmaras municipais da Ribeira Grande, Lagoa, Graciosa, Vila Franca do Campo e de outras autarquias portuguesas. Ainda no mesmo ano, o projeto Missão Açores participou do Congresso Internacional "A voz dos avós: migração e património cultural", na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, com duas comunicações, publicadas posteriormente pela Universidade de Toronto, Canadá.

Ainda em dezembro de 2008, o tecladista e compositor açoriano Horácio de Medeiros, cuja apresentação triunfal do seu Hino ao Cosmos deu-se no 2º Encontro de Lusofonia, participou da programação do projeto "Magia da Música e Fascinação de Um Hino ao Cosmos" do Missão Açores, e, a convite do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, apresentou no Brasil cinco concertos musicais: na reabertura da Catedral Metropolitana de Florianópolis, com a presença do Governador Luiz Henrique da Silveira e autoridades em Missa oficiada pelo Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Ramos Krieger; na Igreja de Biguaçu-SC; na Escola de Música de Biguaçu, no centenário Clube Caça e Tiro Araújo Brusque, em Brusque, SC. e no recém-inaugurado Teatro Pedro Ivo Campos, em Florianópolis, onde, em completa integração, o artista micaelense Horácio Medeiros abrilhantou o show "Ilhas: um musical onde navegar é preciso"**,** ao lado do Grupo Fielsons, de Florianópolis. Em 2010, os Colóquios foram a Santa Catarina, mas, na ocasião, eu estava fora do país. Nos anos que o Missão Açores deixou de comparecer aos colóquios, quase sempre pela falta de apoio financeiro, a movimentação em Santa Catarina era de igual intensidade já que mantínhamos os integrantes do projeto catarinense em constante contato com a cultura e a literatura açorianas, muitas vezes buscando inspiração nos próprios temas dos Colóquios, que sempre mantiveram aceso o estímulo ao estudo das obras pertencentes à literatura açoriana. Eu própria publiquei alguns livros, artigos e ensaios, e muito há ainda para se publicar.

Nos anos seguintes, vieram outras representações catarinenses nos Colóquios da Lusofonia. Mais uma vez em 2012 e 2016, e, agora, em 2018, voltamos nós. Em 2012, na ilha de São Miguel, vim por conta própria. Em 2016, a convite da escritora açoriana Lúcia Simas, da Vila Franca do Campo (São Miguel), apresentei a obra *O Homem de Corfu*, no Centro de Cultura de Ponta Delgada, pela ocasião do lançamento do livro da poetisa filósofa de Vila Franca do Campo. Participei mais uma vez dos Colóquios da Lusofonia, também no mesmo o ano de 2016, agora na Lomba da Maia, com comunicação sobre a obra de Concha Rousia. Ainda no mesmo ano, a convite do escritor açoriano Joaquim Alice, passei a organizar para publicação sua obra poética *do mais profundo de (todos) nós*. Poemas em oito volumes, para serem lidos com o coração (em editoração), cujos Prefácio, Introdução e Notas também escrevi.

O que quero deixar registrado é que dos primeiros contatos com Chrys Chrystello surgiu plena adesão aos objetivos dos Colóquios da Lusofonia, embora, ainda no começo, os encontros não tivessem tal nomenclatura. Atualmente, o projeto Missão Açores cumpre suas metas, visando promover a integração científica e cultural entre os falantes da Língua Portuguesa que tenham em comum, principalmente, a tradição açoriana como origem. Através da participação ativa nos encontros anuais, quer seja por meio de trabalhos acadêmicos, palestras, divulgação da arte e cultura catarinense, exposição de pintura, apresentação de peças de teatro, espetáculos musicais, desdobra-se em programas, projetos e parcerias para, cada vez mais, trabalhar em benefício da unificação da Língua Portuguesa e da manutenção dos traços culturais que deram origem à tradição catarinense, fazendo-se respeitar em Santa Catarina e em Portugal como promotor de ações que fortaleçam os nossos ancestrais lações de amizade e parentesco.

Embora seja reconhecido como germinador de ideias capazes de ampliar o alcance das atividades culturais pertinentes à nossa origem lusa, o Missão Açores necessita de apoios logísticos para a sua execução e de parceiros que não o deixem cair na repetição inócua da reprodução automática de efeitos paliativos. O que o projeto Missão Açores reivindica é a confiança dos seus parceiros e a possibilidade de expansão de conhecimentos entre estudiosos das duas regiões. E isso, a participação nos Colóquios nos garante, com os convites anuais, como ponto fundamental para a criação de novos estudos e pesquisas.

Além do reconhecimento em relação aos convites que temos recebido, é impossível falar em Literatura Açoriana sem falar nos Colóquios da Lusofonia e, mais impossível ainda, abordar os Colóquios sem nos referir ao Chrys Chrystello, já que ambos, Colóquios e Chrys, se confundem numa mesma personalidade, embora permaneça incólume a individualidade marcante do presidente da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia – AICL, face às múltiplas modalidades que domina em relação à comunicação social e aos âmbitos das letras e da educação formal, estratégias das quais se vale para alcançar o público das diferentes coletividades ligadas aos Colóquios, inclusive, e principalmente, a de Santa Catarina. Feita a justificativa do quão importante se reveste para Santa Catarina, em relação aos laços que a prendem aos Açores, a participação nos Colóquios da Lusofonia, passo à segunda a parte desta comunicação.

Quase às vésperas da Viagem de Estudos e Trabalho do projeto Ao Encontro das Raízes, do programa Missão Açores 2018, levada pela responsabilidade de, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, honrar o monumento de que a obra de J. Chrys Chrystello se reveste no âmbito da lusofonia, era madrugada e ainda não conseguira dormir, sensibilizada pela releitura do poema Da Redondeza do Sentir, de José Martins Garcia – que Urbano Bettencourt fizera a gentileza de publicar na sua página do Facebook e que Chrys Chrystello divulgou no seu atualíssimo Blog.lusofonias.net, na sessão Recordar José Martins Garcia. A leitura provocara em mim um misto de dor pela ausência sentida do grande poeta picoense, falecido prematuramente em 2002, mas ao mesmo tempo, gerara uma saudade infinda dos amigos que, nos Açores, sempre me acolheram de forma amistosa e fraterna, Só, então, senti a alegria da certeza de que em breve estaria aqui novamente reunida com os amigos de sempre. E esse turbilhão de sentimentos realmente me tirava o sono. Quando passei por uma madorna (cochilo), logo, imagens de religiosos ardiam em chamas, enquanto pessoas discutiam se seria fogo posto ou não.

De tanto estar com o pensamento nos Açores – e isso já é habitual – e talvez até pela atenção a que dedico às notícias sobre os incêndios nas florestas europeias – talvez de tanto ler o Chrys, suas notas, crítica e informações sobre o assunto – as pessoas que povoavam o meu sonho eram escritores, todos a falar ao mesmo tempo, gesticulando e movimentando-se rapidamente de um lugar ao outro. Concluindo: eram três horas da manhã e a febre, aquela que nos acometem o inverno rigoroso e a gripe indesejada, me provocara sério pesadelo. Levantei. E a impressão que me acudiu naquele despertar inesperado, é que eu não estava só; uma miríade de poetas e escritores açorianos e brasileiros, dentro de mim, me impeliam à escrita [eu tinha que começar a redigir o texto para esta comunicação], fazendo-me trocar o aconchego da cama quente pela sala até então vazia e fria do meu escritório. E, mesmo diante do computador, sentia forte a lembrança de José de Almeida Pavão, saído do sonho, dando voz a uma personagem, se não me engano, do romance *Marianinha*: “E uma saudade súbita fazia-lhe rolar uma lágrima que vinha perder-se, evaporando com o calor da face”. Era a saudade que, mais uma vez, batia forte. Saudade renovadamente aumentada a cada notícia assimilada em relação aos Açores lida no blogue do Chrys – e eram muitos, todos dias, mais de uma dezena –, a cada página escrita vencida da exposição a ser feita, a cada fato rememorado a partir da pesquisa intencionalmente dirigida à redação deste texto que ora vos dirijo. E, mais uma vez, a presença imaterial do escritor micaelense segredava: “Se ouvires cantar os pássaros... Arruma os teus versos ou a tua prosa e põe-te a escutar, simplesmente a escutar, com o teu sentimento de ouvir”. Eu não ouvia pássaros, mas sabia que havia de escutar a voz do Chrys, para ouvir-me a mim mesma, antes de continuar a escrever. Então, sim, acalmei.

O eco do canto que ressoa desde os Açores aos meus ouvidos, muito especialmente nestes momentos pré-colóquio, em canção que me afina os sentidos e enriquece a alma, é a reverberação da produção poética e histórico jornalística [se assim a posso considerar], do nosso anfitrião neste 30º Colóquio da Lusofonia, José Chrys Chrystello, cuja presença constante nos meios lítero culturais cabe a mim louvar como protesto de reconhecida gratidão por permitir que Santa Catarina também se manifeste nesta profícua assembleia de homens e mulheres interessados e interessadas na dinamização da Língua Portuguesa e na divulgação das obras literárias que são reflexos da história, cultura e ideologia dos seus usuários, mesmo que, fisicamente, distantes da sua mátria.

Daniel de Sá, o professor-escritor da Maia, num dos seus primeiros escritos da década de oitenta, escreveu ao justificar a escolha de um determinado tema para a redação de um texto literário: “Sou eu quem fala, minhas razões são minhas”. Assim valho-me dessa lembrança para justificar muito particularmente as razões porque escolhi para título desta comunicação “Chrys Chrystello e os Colóquios da Lusofonia: inesgotável contributo para a divulgação da literatura açoriana e a vivificação da língua portuguesa una e dinâmica”. [E agora vejo em que “mato sem cachorro me meti”[184], desculpem o dito popular, mas nem a febre, nem o pesadelo com os homens em chama, nem o paradoxo de, para falar de apenas uma pessoa, ter mil caminhos a minha frente para escolher o que me levará ao final desta comunicação, me levam a

[184] Um momento de perdição pessoal total, uma situação onde não há a quem recorrer. Disponível em https://www.dicionarioinformal.com.br/mato+sem+cachorro/> Acesso em 18 ago. 2018.

desanimar... Maximizando o meu sentir, posso dizer mesmo que estou diante do que representa a entrada de Petra[185] a um turista que mesmo informado, fica pasmo diante da grandiosidade do Parque Arqueológico daquela antiga civilização.[186] E assim fico eu, que tentei me imiscuir no que Chrys Chrystello anda a publicar e o que já deixou impresso desde a sua juventude. Mas, vamos a cumprir a tarefa, que o tempo urge.]

E me pergunto, depois de meses estudando a obra de Chrys Chrystello, quem é o poeta, escritor, jornalista, professor, tradutor e intérprete, revisor, organizador de livros, editor, presidente da direção e da comissão executiva da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, este J. Chrys Chrystello, moço simpático e acolhedor que parece estar sempre à disposição dos associados da AICL para responder de imediato aos questionamentos a respeito dos Colóquios? Claro que, para apenas mencionar algumas referências vou "fazer chover no molhado", porque ele próprio não se faz ocultar, divulgando seus biodados, notadamente seus trabalhos literários, jornalísticos e outros, no corpo dos documentos que edita, tanto nas páginas dos Colóquios quanto nas obras publicadas por meios físicos, digitais e eletrônicos. E, nós, que somos da AICL, disso temos conhecimento.

E tudo está em nossas mãos, assim como todo o histórico dos Colóquios, não só os realizados nas ilhas, mas também mesmo os acontecidos em outras partes do mundo. Mesmo assim, recomendo a leitura da "Badana Direita", ou como dissemos nós, brasileiros, da orelha direita de "*ChrónicAçores: uma circum-navegação, volume* 3" pág. 326 [187], que considero a tábua de referência mais completa sobre as atividades jornalísticas, culturais e literárias de J. Chrys Chrystello, incluindo e mencionando aí suas atividades profissionais desde 1972, quando publicou o seu primeiro livro de poesia *Crónicas do Quotidiano Inútil*, vol.1. até a editoração dos *Cadernos (de Estudos) Açorianos da AICL*, publicação que preside desde 2010 e que contém 41 exemplares, sendo o último dedicado a Pedro da Silveira, em cuja nota introdutória, o próprio Chrys, Editor dos Cadernos, explica: *"Os suplementos dos Cadernos Açorianos servem para transcrever textos em homenagem a autores publicados pelos Colóquios da Lusofonia, pelos seus participantes ou até pelos próprios autores".* [188]

Chrys Chrystello foi quem trouxe os Colóquios da Lusofonia para os Açores, portanto, os Colóquios não nasceram nos Açores e nem lhe são pertença exclusiva, nem Chrys Chrystello é açoriano. Então, temos de ir mais atrás, delinear o traçado que o trouxe até a Lomba da Maia, em 2005, para compreender, afinal, o quanto ele tem trabalhado pela conservação da cultura das sociedades a que se liga, da sua aptidão para a divulgação da arte literária, tanto através da sua letra como poeta e cronista quanto da tradução, edição e escrita de livros e promoção de encontros anuais entre profissionais lusófonos dispostos a discorrerem sobre os temas que, junto a uma Comissão Científica, apresenta.

Também o Curso Açorianidades e Insularidades (2010) encontra-se detalhado no sítio dos Colóquios, assim como todo o histórico vivencial da AICL, sociedade civil atuante durante os 30 colóquios já realizados (2005 a 2018), mas que nasceu do compromisso do seu criador de levar adiante o projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo, idealizado pelo seu mentor, o Professor Doutor José Augusto Seabra, e do qual nasceram, em 2001, os Colóquios da Lusofonia, cujo objetivo maior centra-se na "união pela mesma língua", quando todos os participantes desta egrégora partilham do conhecimento, sem distinções de nacionalidade, credo ou etnia e cujos princípios baseiam-se na cidadania da língua portuguesa, todos irmanados pela Língua comum, com respeito absoluto às variações pertinentes ao pluriculturalismo das sociedades que a usam.

Especificamente como jornalista e escritor, Chrys Chrystello desempenha suas funções na rádio, televisão e imprensa e, hoje também, nas redes sociais onde se mantém presente em blogue, no Facebook, no Twitter e em outros. Suas crônicas, bastante voltadas para a memória histórica, política e social, mas também para a expressão pessoal, expõem fatos de interesse regional e global. Seus livros, abundantemente ilustrados e com temas variados, são veiculados na forma física e eletrônica. Na verdade. Tudo o que faz e publica é fruto de uma vida dedicada ao fazer literário, voltado para o público, sob o enfoque jornalístico, mas sempre com perfil didático, num afã, que soa sincero, de registrar, informar, criticar positivamente, transmitir, divulgar, partilhar, contribuir, elucidar, esclarecer, alertar, rememorar, reconhecer, formar opinião sobre e, até mesmo corrigir (algumas vezes), fatos e acontecimentos que vão tecendo a história deste nosso mundo, para uns, completamente globalizado, para outros, em árido e estreito compartimento avesso a conceitos e técnicas inovadoras.

Falo da produção de J. Chrys Chrystello, este homem/feixe de luz comunicativa, cujo foco de atenção se volta habitualmente para acontecimentos polêmicos, sem deixar, contudo, de registrar para a posteridade, o que a memória coletiva, baseada apenas na oralidade, pode não ser capaz de perpetuar.

Profissional extremamente ético, e altamente comprometido com o exercício da cidadania, o português de ancestrais transmontanos, cuja genealogia confirma a nobreza de berço, embora ele próprio disso não se enfatue, australiano por opção, residente nos Açores desde 2005, fez da Lomba da Maia, a catedral/castelo de onde se comunica, a toda a hora, porque sempre *online*, com os amigos que fez nascer e mantém ciosamente informados e ligados à teia dos fortes tentáculos da Lusofonia que tão bem sabe movimentar [oops, quase saiu manipular... no sentido de atualização, coesão e integração... quase peremptória. desde que se assinale que estamos no mesmo barco].

---

[185] Petra (Jordânia), uma das maiores maravilhas do mundo, cidade esculpida na rocha, fundada no século VI a.C. pelos árabes nabateus, que construíram um império comercial, transformando-a em importante rota comercial (seda, especiarias e outros), que ligavam a China, a Índia e a Arábia do Sul ao Egito, Síria, Grécia e Roma.

[186] O Parque Arqueológico de Petra (264 metros quadrados) Património Mundial da UNESCO desde 1985. A área tem uma paisagem com montanhas de tez rosa cujo ponto principal é a fantástica cidade nabateia de Petra, que foi esculpida na rocha há mais de 2000 anos.

[187] https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1048/CHRONICACORES-vol.3-parte-I–2005-2010.pdf

[188] Observe-se que todas as edições estão disponíveis em www.lusofonias.net.

Atuante nos principais meios de comunicação social, desde o espaço físico que percorreu em suas andanças por Timor, Bali (Indonésia) e Austrália (1974-1975), Portugal (1975), Macau (1976 a 1982), de volta a Austrália (Perth, 1979, Sidney, 1983-1996 e Melbourne, 1993) e novamente a Portugal continental (Porto, 1996 e Bragança, 2002) foi na ilha de São Miguel que, montada a sua fortificação, estabeleceu-se com a família, de onde continua a liderar o que considera "a concretização de utopias", ou seja, a reunião de pessoas para tratar, duas vezes por ano, em solos portugueses – ilhéu (São Miguel, Santa Maria e Graciosa) ou continental (Porto, Bragança, Seia, Fundão, Montalegre e Belmonte) -, e em territórios do Brasil, Macau e Galiza, da divulgação e da plena conscientização da açorianidade literária. Em treze anos de atividade 30 colóquios, contando com o atual. Nesses encontros, com presença significativa de personalidades vindas dos grandes continentes onde vigoram as comunidades lusófonas, as falas objetivam aproximar estudos sobre temas criteriosamente apresentados pela Equipe Científica a qual preside.

Assim, voltado permanentemente para os assuntos gerais que interessam à humanidade, até os mais caros à grande massa lusófona espalhada pelos quatro cantos do mundo, dos veículos impressos aos eletrônicos, do rádio à televisão, da cátedra universitária aos encontros e colóquios particulares, Chrys Chrystello, enaltecendo, sempre, a supremacia da Língua Portuguesa, com projetos realizados visando a preservação, o enriquecimento e a unidade da língua, fornece elementos variados da cultura local, regional e universal. Jornalista, em nível de excelência... Mais não será preciso dizer. Sua interação com o meio social, agora facilitado pelo processo digital, trá-lo presente onde haja um leitor, um ouvinte, um espectador, sempre norteado por princípios éticos e senso crítico elevado. Norteia a partir de seu "lastro conceitual, teórico e técnico", mesclando adequadamente as notícias que se apoiam nos fatores socioculturais, econômicos e políticos. Ele faz porque sabe fazer.

Enfim, sentia-me preparada para escutar, com o sentimento de ouvir, conforme ensinamento do prof. Pavão, a voz clara, vigorosa e incessante deste português de raízes transmontanas, mas açoriano de coração, voz autêntica que se propaga Açores afora, mediante a verdade inconteste de sua pena, que mais não faz do que deixar registrado a sua vivência literária de quase cinco décadas. E, em deixando reverberar em mim esta voz conhecida, mais fácil torna-se transpor para este texto formatado em poucas páginas todo o meu sentido reconhecimento ao J. Chrys Chrystello, este humanista de cunho universal, que parece estar, dia e noite, atento aos acontecimentos, pronto a ver e a ouvir para dizer.

E é tanto o que diz que penso ouvir, não só a melodia de sua escrita poética, mas o clamor dos menos favorecidos, dos injustiçados, dos desprezados socialmente, dos que sofrem pela invisibilidade de suas profissões diante do encastelamento dos mais poderosos. E é com o meu sentido de atenção auditiva, como o nosso bom Almeida Pavão sugeriu, que me comprazo com toda a orquestração da sua palavra escrita a me ajudar a compreender o quanto é importante e significativo o trabalho profícuo das pessoas que se dedicam às letras codificadas pela nossa língua portuguesa.

A este monumento cultural, fenômeno da natureza literária a que temos como amigo e a quem chamamos Chrys Chrystello, a ele, à sua família, à sua Helena, ao seu filho João e a toda a sua sociedade lusófona, agregada aos Colóquios, o meu mais profundo respeito por obra tão dignificante que faz com que também meu Estado, Santa Catarina, sinta-se honrado com os ecos da melodia que do Arquipélago o alcança via registros inegáveis de amor à língua portuguesa e, muito especialmente, a essas nove ilhas atlânticas capazes de despertar os melhores sentimentos principalmente naqueles aqui não nascidos, mas que por elas foram tocados.

A respeito de todos esses anos de dedicação de Chrys Chrystello à língua e à literatura, e frente a todo esse seu trabalho de construtor cultural, sirvo-me do dizer de Antero de Quental: *"Nem visão nem real: amor! Amor somente!",* para concluir com David Mourão-Ferreira: "*É sem dúvida Amor todo esse jogo / É sem dúvida Amor Mas de repente / É sem dúvida Amor e não é nada."*

Diante disso tudo, diante de Chrys Chrystello, e da família que ele formou, que construiu de encontro a encontro desde estes penhascos açorianos, diante desta família lusófona da qual todos fazemos parte, diante...

Dizia, da grandiosidade da obra de J. Chrys Chrystello, só me resta confessar, finalmente, me valendo mais uma vez das palavras do grande poeta português, trineto de avô açoriano, David Mourão-Ferreira*: "Não sei mais nada: sei apenas AMOR!".*

Florianópolis, SC, Brasil, em 30 de agosto de 2018.

ÍNDICE GERAL 30º